



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO-SENSU EM PSICOLOGIA**  
**DOUTORADO EM PSICOLOGIA**

**PEDRO RODRIGUES DE ALMEIDA**

**CLÍNICA DO ESPAÇO:**  
**Infância, autismo e cartografia**

**NITERÓI**  
**2024**

**PEDRO RODRIGUES DE ALMEIDA**

**CLÍNICA DO ESPAÇO:  
Infância, autismo e cartografia**

Texto de tese de doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Psicologia.

**ORIENTADOR:  
EDUARDO HENRIQUE PASSOS PEREIRA**

**NITERÓI  
2024**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Eduardo Henrique Passos Pereira (Orientador)**

**Universidade Federal Fluminense - RJ**

---

**Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi (Membro Interno)**

**Universidade Federal Fluminense - RJ**

---

**Prof. Dra. Tânia Cristina Rivera (Membro Interno)**

**Universidade Federal Fluminense - RJ**

---

**Prof. Dra. Noelle Coelho Resende (Membro Externo)**

**Universidade Federal Rio de Janeiro - RJ**

---

**Profa. Dra. Silvana Mendes Lima (Suplente Interno)**

**Universidade Federal Fluminense - RJ**

---

**Prof. Dr. Iacã Machado Macerata (Suplente Externo)**

**Universidade Federal Santa Catarina - RS**

*Aos meus professores Eduardo Passos e Lilia Lobo.*

## **Agradecimentos**

Ao orientador, Eduardo Passos, pela generosidade e coragem e aos professores Danichi Mizoguchi, Marcelo Santana e Silvana Mendes por terem sido referência nessa passagem pelo doutorado. Às professoras Lilia Lobo, Cecília Coimbra e Maria Lívia do Nascimento, por serem pioneiras no debate sobre a infância e adolescência. À Universidade Federal Fluminense pela sua importância social e política.

Aos membros da banca examinadora Tânia Rivera, Danichi Mizoguchi, Noelle Resende e também aos membros da banca de qualificação Maria Cristina Vicentin, Marlon Miguel, Silvana Mendes. Aos pesquisadores do Grupo de Orientação Coletiva Desandados, em especial, Sandra Cabral, Iacã Macerata, Flávia Fernando, Elizabeth Pacheco, Fabrício Martins, Fábio Araújo, André Rossi, Williana Louzada, Sady Marchesi, Paula Klier, Ana Damásio, Juliane Araújo, Fabiano Pinto, Everson Brussel e tantos outros que passaram por esse grupo de pesquisa coletivo.

Aos moradores e trabalhadores da *caSa lua*, em especial, Suzy Santos, Fábio Araújo, Ronie Guimarães, Mario Morel, Carol Hypolito, Julia Pain, Amanda Santos, Vinicius do Vale, Victor Lemos, Pedro Afonso, Juliana Félix e outros tantos.

Aos membros do grupo de estudos Tópos, Felipe Andrade, Clau Daher, Juliana Silveira, Amanda Grippa, Amanda Nascimento, Felipe Silva, Milena Braga, Pedro Ferreira, Helton Garcia, Sofia Kvacek, Gabriel Leite, Nicholas Peralez, Otávio Brisson, Hyara Stutz, Raquel Oliver, Ana Thomé e tantos outros.

À Bruna Pina, César Miglorin e ao pessoal da Casa Jangada e do Laboratório Kumã.

À Marthiene Pina, pela parceria no cuidado com crianças e jovens autistas.

Ao amigo e professor Carlos Pereira Correia pela fina compreensão do tempo.

Aos meus amigos, aqueles que passaram e aqueles que ficaram.

À minha família, em especial minha mãe, corajosa professora.

À Débora Müller, testemunha amorosa e paciente dessa deriva pela escrita.

*“Se você deixasse, pequena lanterna, o fio de ferro que te carrega e te sustenta, você seria luz presa a nada, você seria estrela”*

*Fernand Deligny*

*“A gente os percebe, às vezes, à noite, vagando em torno das plataformas, enlouquecidos por uma proximidade que lhes cola à retina, sem saber o que fazer com isso; a gente os percebe, silhuetas longínquas, se aproximando e se afastando da beira escura do abismo, o pescoço estendido em direção a essa distância que, sem o equipamento, eles não podem enxergar. A gente os percebe, às vezes. Ninguém lhes presta atenção, mas eu os tenho visto, e cuido bem da minha luneta”*

*Pierrette Fleutiaux*



Cordões de luz  
(Pedro Almeida, 2021)

## RESUMO

Esta tese busca discutir a relação e o uso do espaço na clínica, abordando de maneira crítica o espaço físico, o espaço institucional e o uso de metáforas espaciais para representar a subjetividade. Este último, em especial, incide em grande parte na clínica do autismo fazendo surgir representações como fortaleza, concha, buraco negro, entre outras, que situam o autismo no lugar de um fechamento. Esse fechamento não reflete apenas o estado patológico destas crianças, mas indica uma marca manicomial nos saberes da clínica. Assim, explorando um uso crítico do espaço, recorreremos à estratégia de desinstitucionalização e decolonialidade para pensar a relação entre clínica e espaço, infância e autismo, a partir da prática da cartografia. Apoiada na trajetória de Fernand Deligny, a tese toma os trajetos das crianças autistas como guias para reversão clínico-política, formulando a abordagem crítica da clínica, tecendo o cuidado não pela via simbólica, mas por modos de espacialização. Isso permitirá formular o primado do espaço em relação à subjetividade, mostrando como é a espacialidade do gesto e os modos de agir que permitem a produção de uma saúde fora do simbólico, o espaço tendo primado em relação à linguagem. A tese apresenta então este outro uso do espaço que não diz respeito apenas às crianças autistas, mas sim ao humano. Este, por sua vez, não é universal, mas experimenta permanentemente o devir através dos modos de espacialização. Desta maneira, é a criança autista e a cartografia que apresentam este outro modo de ser fora da linguagem.

**Palavras-chave:** desinstitucionalização; infância; autismo; cartografia; Fernand Deligny.

## ABSTRACT

This thesis aims to discuss the relationship and utilization of space in clinical settings, critically addressing physical and institutional spaces, along with the use of spatial metaphors to represent subjectivity. Of particular interest is the focus on autism clinics, where metaphoric representations such as fortress, shell, black hole, among others, emerge, situating autism in a framework of closure. This state of closure not only reflects the pathological condition of these children but also indicates a psychiatric imprint on clinical knowledge. By engaging in a critical examination of space, we employ the strategies of deinstitutionalization and decoloniality to contemplate the relationship between clinical practice and space, childhood, and autism, utilizing the methodology of cartography. Drawing inspiration from Fernand Deligny's trajectory, the thesis takes the paths of autistic children as guides for clinical-political transformation, formulating a critical approach to clinical practice that weaves care not through symbolic channels but through modes of spatialization. This approach allows us to articulate the primacy of space over subjectivity, illustrating how the spatiality of gesture and modes of action facilitate the emergence of health beyond the symbolic, with space assuming precedence over language. The thesis introduces this alternative use of space, concerned not only to autistic children but to humans. Humans, in turn, are not universally static but perpetually experience becomings and different modes of spatialization. Thus, it is the autistic child and its cartography that present this alternative mode of existence beyond the confines of language.

**Keywords:** deinstitutionalization; childhood; autism; cartography; Fernand Deligny.

## RÉSUMÉ

Cette thèse discute la relation et l'utilisation de l'espace dans la clinique, en abordant de manière critique l'espace physique, l'espace institutionnel et l'utilisation de métaphores spatiales pour représenter la subjectivité. Cette dernière, en particulier, porte largement sur la clinique de l'autisme, donnant lieu à des représentations comme la forteresse, la coquille, le trou noir, entre autres, qui situe l'autisme à la place d'une fermeture. Cette fermeture reflète non seulement l'état pathologique de ces enfants, mais indique également une marque d'asile dans les connaissances de la clinique. Ainsi, en explorant une utilisation critique de l'espace, nous recourons à la stratégie de désinstitutionnalisation et de décolonialité pour penser la relation entre clinique et espace, enfance et autisme, à partir de la pratique de la cartographie. S'appuyant sur la trajectoire de Fernand Deligny, la thèse prend les parcours d'enfants autistes comme guides d'un renversement clinico-politique, formulant une approche critique de la clinique, tissant le soin non par des moyens symboliques, mais par des modes de spatialisation. Cela permettra de formuler la primauté de l'espace, montrant comment la spatialité du geste et les manières d'agir qui permettent la production de santé en dehors du symbolique, l'espace ayant alors la primauté par rapport au langage. La thèse présente ensuite cet autre usage de l'espace qui ne concerne pas seulement les enfants autistes, mais l'humain dans sa généralité. Celui-ci, à son tour, n'est pas universel, mais connaît constamment des devenirs et différents modes de spatialisation. C'est ainsi l'enfant autiste et la cartographie qui nous présentent cette autre manière d'être hors du langage.

**Les mots-clés sont:** désinstitutionnalisation; enfance; autisme; cartographie; Fernand Deligny.

## SUMÁRIO

<b>1 PRELÚDIO: A POLIFONIA DE VOZES NA CLÍNICA E NA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>13</b>
1.1 Espaço, arte e cosmologia _____	17
1.2 Espaço e subjetivação _____	21
1.3 Transversais: o espaço, a arte e a clínica _____	26
1.4 Crítica e clínica _____	31
1.5 Infância, autismo e cartografia: uma abordagem contemporânea _____	35
1.6 Da clínica da infância a infância como guia _____	45
<b>2 CLÍNICA E CARTOGRAFIA .....</b>	<b>54</b>
2.1 O espaço e a espacialidade na clínica _____	54
2.2 Deligny e a clínica da clínica _____	70
2.3 A instituição da infância inadaptada _____	74
2.4 Linhas da vida, linhas de errância _____	88
2.5 A constituição das áreas de estar _____	116
2.6 A cartografia e a função dos mapas _____	121
2.7 Cartografia: etologia e normatividade _____	126
2.8 Ponto de ver, referenciar _____	139
2.9. Percepção e espaço fora da linguagem _____	156
2.10 - O asilo, o silêncio e a morte _____	165
<b>3 ESPAÇO, PODER E INFÂNCIA .....</b>	<b>179</b>
3.1 O pintor e o poeta _____	179
3.2 A expansão do poder psiquiátrico _____	186
3.3 Psiquiatrização da sociedade: o biopoder e a biopolítica _____	195
3.4 A Sociedade de normalização _____	196
3.5 A expansão do poder psiquiátrico através do Transtorno do Espectro Autista _____	199
3.6 O espectro autista segundo o DSM _____	207
3.7 Resistência à expansão do poder psiquiátrico _____	219
3.8 Espaço, infância e resistência _____	222
3.9 Resistência positiva, resistência negativa _____	224
3.10 Normas vitais, normas sociais _____	227
3.11 A força viva da resistência _____	230
3.12 O diagrama da resistência espacial _____	233

3.13 Os gaminos _____	239
3.14 A inadaptação positiva _____	251
3.15 O gesto ‘se mandar’ _____	253
3.16 O sonho como máquina de guerra _____	260
4. O ESPAÇO E AS SUBJETIVAÇÕES.....	264
4.1 O sonho <i>se mandar</i> _____	264
4.2 A nebulosa onírica _____	267
4.3 O SE do devir _____	269
4.4 O espaço não individuado e as inaptações do ser _____	271
4.5 O pré-individual _____	274
4.6 A topologia dinâmica e a ontogênese _____	276
4.7 O primado do espaço _____	278
4.8 O espaço, os meios e as individualizações _____	281
4.9 O humano, o meio e o psíquico _____	285
4.10 O espaço e o meio _____	289
4.11 A membrana polarizada _____	297
4.12 A espacialidades da subjetividade _____	304
4.13 Tropismo e subjetividade _____	308
4.14 Os fantasmas e as aparições _____	313
5 FUGA _____	318
5.1 A Clínica do Espaço, Infâncias e Autistas _____	319
5.2 A abordagem transdisciplinar da infância e do autismo _____	325
5.3 Da metáfora ao uso do espaço _____	328
5.4 O espaço fechado e o autismo _____	332
5.5 Do termo ao quadro clínico autismo _____	333
5.6 Das Representações Espaciais sobre o Autismo _____	339
5.7 O buraco negro _____	345
5.8 O Fora da Linguagem _____	351
5.9 Subjetividade não-binária _____	354
5.10 Buraco negro, muro branco _____	358
5.11 A rostidade e a espacialidade _____	362
5.12 Do espectro ao fantasma _____	368
5.12.1 O fantasma e a fantasia na psicanálise.....	370

5.12.2 O fantasma para a esquizoanálise .....	373
5.12.3 O agir e a subjetividade fora do sujeito .....	378
5.12.4 Os fantasmas em Cevennes .....	383
5.12.5 Emaranhado: janelas para o fora .....	391
5.12.6 Jangada, topos da liberdade sem nome.....	398
<b>UMA ÚLTIMA CONSIDERAÇÃO .....</b>	<b>405</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>409</b>

## 1 PRELÚDIO: A POLIFONIA DE VOZES NA CLÍNICA E NA UNIVERSIDADE<sup>1</sup>

Esta tese se situa na área dos Estudos da Subjetividade, na linha de pesquisa Clínica e Subjetividade do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense - departamento que por décadas sustenta reflexão crítica e inventiva em relação ao contemporâneo, propondo reflexões críticas, intervenções clínicas, investigação e produção de novos modos de subjetivação. O processo de produção de conhecimento e saúde são inseparáveis, assim como a pesquisa é inseparável de uma razão histórica que a liga ao tempo-espaço.

Por décadas, este programa inovou a produção de conhecimento inventando metodologias e práticas de cuidado sustentadas pela atitude crítica em relação à clínica e à psicologia, operando a crítica e o cuidado de modo inseparável. Esta tese foi produzida na polifonia de vozes de existências minoritárias que estão na luta pela garantia de seus direitos, sendo a crítica aquilo que nos faz ouvir os que estão fora. Reunidas numa polifonia, esta tese se sustenta de maneira crítica e inventiva acolhendo, em especial, a voz e o lugar daqueles autistas que não falam e pouco (ou nada) querem saber o que fazemos na universidade, mas que ainda assim estão por perto.

Ao longo das páginas que seguem pensaremos a ética do cuidado: intenso exercício crítico da clínica e desenvolvimento da escuta sensível ao que dizem as crianças e os autistas, mesmo que esse dizer não esteja no campo verbal.

No caráter polifônico desta tese, não buscamos uma voz uníssona, nossa harmonia não é um acordo estável. Por vezes, vozes dissonantes atravessam nossa cantata como pequenos fechos de luz, fogos fátuos, dissonâncias que nos obrigam a rearranjar o coro e a retraçar o mapa. São os devires minoritários que (no caso desta tese) é a voz da criança e o traçado do autista não verbal. Nessa polifonia, as páginas que seguem são como “acordes dissonantes”, como escreve Caetano Veloso, em 1968, no disco Tropicália.

---

<sup>1</sup> O prelúdio é uma peça musical que abre uma composição e em geral ela apresenta alguns temas musicais que serão retomados posteriormente. Segundo Fukushiro (2014) o prelúdio pode ser entendido como “*aquilo que antecede uma interpretação – mais exatamente o brincar, o ludere. Na música, o prelúdio nasce como uma espécie de improvisação que atua como um teste do instrumento ou da acústica do ambiente*” (p.11). Tomando emprestado da forma musical e usando-a de maneira lúdica, o prelúdio funcionará como campo de ressonância, apresentando ao leitor os temas que serão desenvolvidos ao longo dos capítulos seguintes. Além disso, o uso lúdico da palavra e da forma musical ressoa a própria abordagem da linguagem e da pesquisa de autores como Deleuze & Guattari e Fernand Deligny: ambos entendem que a linguagem como uma espécie de matéria afetiva em movimento. Ao tomar o prelúdio como uso lúdico da linguagem, a tese inicia-se com a tentativa de criação de acordes dissonantes entre os diferentes temas e autores abordados ao longo da tese. Ao mesmo tempo, faz um convite ao leitor para embarcar nessa composição coletiva de somatória de vozes e ruídos do espaço. Portanto, o prelúdio é uma introdução lúdica aos temas que serão discutidos nas páginas que seguem.

Com Deligny (2015a) se trata mais de traçar o comum que transforma a expectativa do acordo em acorde. Em “A arte, as bordas... e o fora”, o autor escreve:

Tratar-se-ia mais de 'accorder' [afinar, acordar], palavra que deriva, talvez, não se sabe muito bem, de 'coeur' [coração] ou de 'corde' [corda]. Mas então acordar teria de significar criar um acorde; não um consentimento, uma conformidade, mas antes uma discordância da qual vibrarão as relações de frequência (DELIGNY, 2015a, p.150).

Para Deligny (2017), a composição entre os diferentes é algo similar à música. Atuando com adolescentes infratores e crianças ditas inadaptadas, seu manejo é tal como um compositor que capta no ambiente as linhas melódicas e sob ela compõe uma harmonia:

Quando era responsável por um Centro ou um pavilhão, aconteceu-me de sentir um compositor. Aconteceu-me de confundir coletividade infantil com tocar órgão. Nascia uma música de revolta ornamentada de humor que formava em torno de mim uma bolha, um universo no qual eu vivia confortavelmente. Fraude para as vidas confinadas (DELIGNY, 2017, p.126).

Fazendo de Deligny (2015a) um personagem central desta tese, seguiremos na tentativa de tramar uma composição com vozes que habitam a intercessão entre a crítica e a clínica, um acordo ético entre a voz universitária – dotada de poder e linguagem – e estas outras vozes dissonantes – silenciadas e, por vezes, se quer falante. A análise crítica do uso do espaço na clínica busca demonstrar a construção deste dispositivo chamado “Clínica do espaço”, dispositivo clínico-político voltado para o cuidado das instituições e das relações que nela se estabelecem, em especial, a relação da clínica com as crianças e com as pessoas autistas.

Fernand Deligny nos guiará na descoberta dessa trama e teremos a companhia também de autores de sua época e outros que integram o campo de pesquisa no Brasil. A voz, assim como o traçado no espaço, vem de fora e ao compor esta tese, atravessa o cordão universitário. A voz da loucura e da criança perturba então a ordem dos discursos na Universidade e não se pode esperar disso um consenso e nem um concerto. Deseja-se que esse atravessamento alimente os dispositivos e produza perturbação no campo de debates sobre a clínica e a educação de crianças e autistas.

Tal atravessamento convida a novos acordes polifônicos e dissonantes: a voz da criança na Universidade; a voz e o traço do autista na clínica. Que transformações isso implica, quais transformações promove? Colocar o espaço e a infância em questão faz pensar: qual a dimensão espacial do trabalho clínico? Por onde o tema do espaço entra na clínica? Qual a relação entre clínica, espaço e infância? Para responder a isso devemos lembrar a história de luta e transformação do uso do espaço na clínica, o levante das práticas antimanicomiais.

O espaço foi durante muito tempo o hospital psiquiátrico e apenas muito recentemente a clínica pôde ser experimentada em espaços abertos e coletivos que ampliam a margem do trabalho. Em psicologia e psicanálise, o espaço foi também evocado para dar contornos didáticos a experiências subjetivas: é comum ouvirmos dizer que a subjetividade – a memória, a verdade pessoal e individual – está no interior do indivíduo, sendo a psicologia uma grande “fábrica de interiores” e favorecedora de uma sociedade individualista. Este tema foi discutido por Luiz Antônio Baptista (2000).

Em 1967, Bruno Bettelheim publicou o livro *A fortaleza vazia* (BETTELHEIM, 1987) onde discutiu a questão do isolamento social e emocional da criança autista através da figura do espaço. Para ele, os autistas são crianças que na primeira infância foram expostas a condições de vulnerabilidade emocional extrema e que por isso tenderiam ao fechamento e autossuficiência. Sua vida interior é complexa e intensa e faria com que a criança desenvolvesse um mecanismo de defesa autista, se isolando de situações que lhe causam angústia. Frances Tustin, em *Les états autistiques chez l'enfant* (TUSTIN, 1982) considera que a criança autista está fechada numa capsula protetora, um interior no qual vive concentrada sob sensações autogeradas e – igualmente – lança mão de uma figura espacial da subjetividade. A autora afirma que essa cápsula tem a forma de um “buraco negro” gerado pela ameaça de perda do corpo ou ameaça de morte e auto aniquilamento.

Com estas informações iniciais pode-se verificar que o espaço é um tema mais ou menos vago, utilizado de maneira pouco precisa. Muitas vezes foi evocado como metáfora para explicar a condição e o sofrimento da criança autista, evocado, portanto, como representação e, historicamente usado como poder médico-arquitetônico para isolar a loucura e os transtornos da sociedade. Mas e se o autismo indicasse um espaço não representável? E se o autismo for um furo no discurso e na representação?

Nesse debate a clínica do espaço é retraçada nas tramas da luta antimanicomial onde veremos diversos usos do espaço: (1) restritivo, onde a arquitetura é o hospital, o asilo, manicômio; (2) o uso metafórico, onde a grade é discurso e a própria linguagem; por fim, (3) a abordagem transdisciplinar da clínica, que mostra o espaço como libertário, fora da linguagem e fora do sentido instituído.

Para chegar a uma compreensão do que viria ser o dispositivo “clínica do espaço”, deve-se levantar o tema do espaço entre a clínica e a infância, desnaturalizando o uso do espaço e provocando transformações e questionamentos, incentivando a criação de novas práticas, novos conceitos e, sobretudo, novos espaços, numa relação de perturbação da linguagem e das

instituições. Não se trata de tomar o espaço como sinônimo ou representação, mas de tomá-lo como um problema desestabilizador da psicologia e da prática clínica. Portanto, o espaço que tem primado é o espaço fora da linguagem.

Este estudo pretende analisar: (1) como o espaço das instituições - o hospital psiquiátrico e os ambulatórios de saúde mental - foram se constituindo como parte do processo de assujeitamento do louco e da criança sob valores negativos como doença mental e anormalidade, e sob práticas de correção, disciplina, violência e medicalização. Pensaremos também como o espaço pode contrapor-se a esse assujeitamento servindo de trincheira para criação de modos de resistência.

Pensando a resistência, veremos que neste mesmo contexto hospitalar, o espaço pode ser a via para os processos de desassujeitamento dos pacientes, e via de processos de reforma das instituições. O espaço como produtor de uma saúde não apenas pelo interior das instituições e da subjetividade, mas pela exploração de sua abertura ao exterior – o território, o meio, o espaço aberto. Posteriormente, pretende-se mostrar como (2) as forças da vida, os modos de resistência da criança e da pessoa autista, tomam o espaço como ponto de subjetivação e não de assujeitamento – a resistência não está encerrada dentro da instituição, mas opera nela pelas bordas, franjas, passagens, limiares e brechas institucionais que permitem a vida escapar para fora dos valores negativos instituídos.

Os dois primeiros temas acima indicados, compõem a primeira parte da tese e concentram-se no capítulo dois e três – “Clínica e Cartografia” e “Espaço, poder e infância”. Eles pretendem analisar como o espaço foi usado na clínica e nas instituições. Mostraremos como a disciplina médico arquitetônica do final do século XVIII operou o espaço por regulações normalizadoras de modo a dominar e modelar os corpos no espaço interior das instituições. A segunda parte da tese pretende aprofundar uma noção diferente deste espaço institucional, uma noção que aparece no final de 1968 mais associada aos espaços exteriores e modos de resistência à psiquiatrização e normalização da criança e da sociedade. Nessa via, o espaço perde a dualidade correspondente entre dentro e fora, interior e exterior e passa a ser pensado por novas figuras como limiar, meio, borda, brecha, ruptura, fora entre outras definições possíveis.

A segunda parte da tese discute (3) outras concepções de espaço e sua composição com os processos de subjetivação e resistência; (4) pretende mostrar o espaço como conceito amplo, que só pode ser definido às margens da linguagem; um conceito de espaço que se afasta da

compreensão simplista e naturalizada da física terrestre e da geografia política; da psicologia ambientalista e da ciência social. O que é verdadeiramente espaço está fora da linguagem.

Nessa segunda parte da tese se trata de pensar o espaço como elemento estranho ao homem, elemento inquietante e provocador de novas subjetivações, tais discussões se concentram no capítulo quatro e cinco – “O espaço e as subjetivações” e “Fuga”. Nessa concepção clínica e estética do espaço, objetiva-se diferenciá-lo de noções como meio, local, território; propõe-se formular uma noção de espaço que é invisível e indizível, porém experimentável na relação com as crianças e com as pessoas autistas. Espaço este que nomearei como “espaço fora da linguagem”.

Tais formulações teóricas que se promete trabalhar aqui, são resultados de experimentações ocorridas pós maio de 68, especialmente na esteira de Fernand Deligny que oferece pistas que nos levará a pensar o espaço como matéria sensível a qual as crianças e os autistas estão acostumados a acessar e que a cartografia, como instrumento de clínica e pesquisa, pretende analisar. Quando se refere aos movimentos de maio de 68, na França, aponta-se para um movimento de crítica das instituições e a invenção de novos regimes de sensibilidade que permitam explorar o mundo sob novas lentes. Para nossa avaliação, os efeitos dessa deriva – de uma concepção institucional de espaço para uma compreensão estética e experimental com o espaço – nos leva a transformações no âmbito da clínica e da política, permitindo repensar as práticas de resistência na política pública de saúde mental.

### **1.1 Espaço, arte e cosmologia**

Justifica-se, assim, esta pesquisa pela importância, complexidade e atualidade do tema do espaço. No campo da filosofia tal tema é discutido desde os pré-socráticos e possui entradas através de autores como Aristóteles, Kant, Descartes. Na clínica psicanalítica de Freud e Lacan há também possíveis entradas para discutir o tema do espaço aproximando-o de figuras topológicas de representações da psiquê humana. Na pragmática esquizoanalítica de Deleuze & Guattari, o tema do espaço é estudado não apenas através do conceito de território, como também de territorialização e desterritorialização, conceitos através dos quais os autores montam os platôs de sua geofilosofia. Ainda entre estes últimos autores é possível pensar o espaço numa aproximação com a infância, na medida em que se explora a cartografia elaborada por Fernand Deligny na companhia e no cuidado de crianças autistas. Diante dessa amplitude, optamos por entrar pela via esquizoanalítica, explorando os textos de Deleuze & Guattari, dando ênfase especial ao pensamento de Fernand Deligny.

Contudo, o tema do espaço se justifica também por ser contemporâneo, inquietante e perturbador. No campo da ciência os avanços sobre estudo do espaço são impressionantes: os estudos da astrofísica, astronomia e cosmologia ganharam um contorno especial nas últimas décadas. Novello (2018) mostra que as descobertas e reflexões sobre o espaço e as leis da física não param de emergir. Leis que antes dávamos como universais, são agora problematizadas diante de um Universo em expansão. Hoje conhecemos o espaço de maneira tão extensa que telescópios como Hubble e James Webb nos comprovam cientificamente que tempo e espaço são relativos, contrariando toda estabilidade que nós humanos gostaríamos que houvesse. Existem pontos no espaço sideral em que as leis da física terrestre não funcionam, segundo o autor, o Universo está em expansão, ele é um “Universo Inacabado”. Tal formulação se apoia em teses como a de Albert Einstein, que pensou a gravidade e a materialidade do tempo-espaço. A cosmologia mostra que o espaço-tempo são intercambiáveis, mas não são contínuos e sofrem efeito da atividade gravitacional. O Big Bang, teoria que indica que o Universo surgiu de uma explosão inaugural, já não é uma tese totalmente aceita e está sujeita a alterações. Se há um senso de continuidade para o espaço-tempo este senso é o movimento contínuo, a expansão, a alteração das formas e os processos de informação.

Espaço e tempo são categorias relativas:

Imaginar que as leis da física são eternas e imutáveis, dadas por um decálogo cósmico, é ter uma visão a-histórica dos processos no universo. (...) A cosmologia enfraqueceu essa paz racional aceita, até então, como natural e definitiva (NOVELLO. 2018, p.179).

O Universo é depende de interação local entre as partes, nada plana sozinho no cosmo e não há nada neste vasto espaço que não se transforme na relação com outros corpos celestes. A partir disso o espaço deixa de ser uma representação, lugar fixo, e passa a ser matéria livre e relacional em expansão, conjunto de partes e elementos inacabados. O processo de constituição do cosmo está em aberto.

Nesse sentido, o espaço é tema sensível e inquietante que aparece não só entre os cientistas, mas também entre os artistas. Na obra de Lygia Clark encontramos reflexões importantes acerca do espaço: em ‘O dentro e o fora’ cuja materialidade da obra é uma fita de *Möbius*<sup>2</sup> feita em lata, temos a estranha sensação de percorrer o espaço fluido e contínuo, sem

---

<sup>2</sup> August Ferdinand Möbius foi um matemático e astrônomo alemão que modelou a fita de Möbius durante um estudo sobre a geometria dos poliedros. Unindo uma fita após efetuar meia volta, efetuou a colagem das duas extremidades chegando a uma representação topológica de uma superfície em que não se pode distinguir dentro e fora, interior e exterior. Pode se percorrer uma dimensão a outra sem ruptura, sem separação. O objeto foi estudado

interior e sem exterior. Diante desta obra “[...] *o sujeito atuante reencontra sua própria precariedade. [...] ele descobre o efêmero por oposição a toda espécie de cristalização*” (CLARK, 1999, p.165 apud, RIVERA, 2008, p.228). A obra explora essa variabilidade do espaço, a existência de formas espaciais que não se constituem por dicotomia entre dentro e fora, mas apresenta novas formas cuja fronteiras se esboçam de maneira nebulosa. Dentro e fora são passagens inapreensíveis: “*Agora o espaço pertence ao tempo continuamente metamorfoseado pela ação*” (CLARK, 1999, p.165 apud, RIVERA, 2008, p.228) onde o sujeito experimenta a obra pela sensação de percorrer o espaço de modo irracional, sensível e sensorial. Com isso, a artista promove um rompimento com o esquema perspectivo consciente, fazendo com que o olho fixo da razão se desloque do centro da percepção e descentralize o espaço como objeto a ser dominado pela razão.

Em ‘Caminhando’, outra obra onde a artista explora o objeto topológico da fita da Möbius, o título é autoexplicativo. Encontramos mais uma vez a experiência de passagem fluida entre dentro-fora, passagem sem ruptura. Contudo, a ruptura se dá para o sistema consciente do sujeito que ao olhar a obra tem a sensação de que o espaço não é mais regulado pelo seu pensamento, sua existência não é mais a origem das coordenadas dentro e fora, de baixo e acima. Sua existência é somente mais um ponto dentre outros e seu privilégio de sentir-se como centro do mundo e senhor do espaço é perdido em prol de uma força maior, a ruptura e dissolução da razão. O sujeito observador se dissolve *caminhando* sobre o espaço da obra, deslocando-se pelo movimento que o objeto topológico promove: “*o ato artístico lygiano sustenta no tempo a oscilação entre dentro e fora tornando-a virtualmente sem fim*” (RIVERA, 2008, p.228)

Entre a cosmologia e a arte, em nosso planeta Terra (e fora do nosso Sistema Solar) há espaços cuja subjetividade humana não se adapta. Se o ato-obra da artista se constitui como espaço-tempo virtual, continuamente metamorfoseado, é porque seu ato não se define como coisa acabada de uma vez por todas, “[...] *mas é o próprio desenrolar temporal de sua tentativa, nunca alcançada e, paradoxalmente, desde o início presente*” (RIVERA, 2008, p.228). A obra não é mais que um gesto que o sujeito experimenta ludicamente na relação com os movimentos do seu corpo em um espaço-tempo indeterminado, pela deflexão de sua consciência neste espaço complexo que é o espaço virtual representado em “Caminhando”.

---

por Lygia Clark e por Lacan. Tânia Rivera (2008), psicanalista brasileira, faz uma análise do tema: “objetos que subvertem a representação comum do espaço, à maneira como o inconsciente freudiano subverte o sujeito.” (p.221)

Diante disso, somos subvertidos numa virtualidade em que não há nem princípio e nem fim, onde as formas dentro e fora não se localizam definitivamente e estão sempre em movimento. Com estas obras podemos pensar uma concepção de espaço que não se captura em ato, que não se constitui por formas. Diferentemente, trata-se de uma concepção de espaço que se manifesta pelo gesto do sujeito que o percebe. Imediatamente ele percebe que sua centralidade se dissolve no espaço fluido em que ele está diante. Desta maneira encontramos uma concepção de espaço que não está na consciência, mas no lapso no tempo, instante onde o ponto de vista do observador se dissolve na poética sensação sobre o espaço-tempo metamorfoseado. Essa sensação, esse susto e suspensão, é um ato temporal – o espaço continua lá indecifrável, com voltas intermináveis e passa ser então espaço aberto ao tempo, espaço fora do tempo do sujeito e da linguagem.

Lygia Clark propõe que o ato de se fazer diante da obra, de se fazer sujeito diante do espaço sem fronteira, é ato contínuo e insistente, tal como o ponteiro do relógio. Trata-se de agir sobre este espaço-tempo que não se captura pela consciência, de se constituir na dissolução de si e não na conservação das formas instituídas. Posicionar-se desta forma é uma aposta: *“Quero viver como o ponteiro do relógio / mil vezes segue o mesmo roteiro / momento vivo, ele é num ponto / A referência do real”* (CLARK, 1999, p.132 apud RIVERA, 2007, p.228)

O espaço, é, para o sujeito humano, lugar de sua dissolução, de sua metamorfose, transformação da percepção de seu mundo. Infinitamente incompreensível, o espaço é para o humano um ponto disjunção da linguagem e da razão. Ao desconectar sentidos que estavam fixos, o espaço nos permite criar conexões. O humano não está sozinho no espaço, porém, não é certo que o que ele vá encontrar fora seja seu “semelhante” – outro humanoide narcisicamente ou paranoicamente igual a ele:

O mistério dos discos voadores começou por ser bem terrestre: supunha-se que os discos vinham do desconhecido soviético, desse mundo tão privado de intenções claras quanto qualquer outro planeta. Esta forma do mito continha já, em germe, o seu desenvolvimento planetário; se o disco transformou tão facilmente, de engenho soviético em engenho marciano, foi porque, de fato, a mitologia ocidental atribui ao mundo comunista a própria alteridade de um planeta: a URSS é um mundo intermediário entre a Terra e Marte (BARTHES, 2001, p.32).

Em sua exploração do Universo, o homem gostaria de encontrar (ao menos em mitologia) um outro ser humano, sendo levado a crer pelas próprias paixões e apegos que os outros mundos e civilizações passaram pelo mesmo processo que ele:

O fato de Marte ser implicitamente dotado de determinismo histórico calcado sobre o da Terra é o que há de mais significativo. Se os discos voadores são veículos de geógrafos marcianos que vêm observar a configuração da Terra [...] é que a história de Marte se desenvolveu ao mesmo ritmo da história do nosso mundo, e produziu geógrafos no mesmo século em que descobrimos a geografia e a fotografia aérea. O único avanço sobre nós é o próprio veículo, de forma que Marte é assim apenas uma Terra sonhada, dotada de asas perfeitas como em todos os sonhos de idealização (BARTHES, 2001, p.32).

Ao contrário do que o homem gostaria, nada está livre e independente no cosmo. Tudo compõe um vasto e aberto trânsito de elementos e partículas de modo caótico e cósmico. Nem mesmo a luz, como força mais veloz do Universo, escapa dos acidentes e transformações que o espaço promove. É por isso que afirmamos que o espaço é nosso plano de deslocamento, descentralização de si e da linguagem. Nem mesmo a luz está livre dessa afetação. Se temos notícias de outros espaços, outras galáxias, é porque a luz reflete em suas superfícies. Em explosões e explorações, seus feixes seguem puramente alteráveis, variáveis conforme os *meios* que ela travessa, dos *caminhos* que ela faz, os *desvios* com os quais se ocupa, com as *nebulosas* nas quais atravessa, com as estrelas, planetas, cometas e buracos negros que as desviam em seu curso impessoal. Do ponto de vista do espaço, o humano nada mais é que uma fração do espaço-tempo.

Produzir uma conversa entre a arte e a cosmologia, entre a clínica e as estrelas, mostra como o espaço é o lugar da dissolução do humano enquanto o tempo é o lugar de sua afirmação. Na perspectiva humana espaço-tempo não se separam, o humano vive continuamente processos de subjetivação e dessubjetivação, experiências de consistência e virtualidade.

## 1.2 Espaço e subjetivação

Ao pesquisar o espaço desprenderemos a análise das categorias universais e instituídas. Diluindo a centralidade da linguagem e do humano, pensaremos um processo de subjetivação onde o espaço tem primado, desmontando assim o primado do tempo em relação ao homem – o humano é, certamente, histórico, mas a linguagem não recobre todo o espaço e o universo, assim como não recobre tudo que é humano. O humano, tal como o universo, é inacabado, sempre em processo de subjetivação e o espaço é o ponto desta abertura permanente.

A exploração do espaço nos serve como fonte de sensações que nos lançam nesse processo. Deligny (2007) escreve em *Les enfants ont des oreilles* (1949): “*se você deixasse, pequena lanterna, o fio de ferro que te carrega e te sustenta, você seria luz presa a nada, você seria estrela*” (DELIGNY, 2007, p.282/283, apud, RESENDE, 2016, p.21).

Contudo, a tendência que encontramos na psicologia é a formulação de um processo de subjetivação estável que se apoia em definições sólidas e estruturais, formulações que definem o indivíduo e o sujeito em si mesmo, pela sua forma ou substância invariável. Nessa perspectiva o processo de subjetivação humano se daria na relação com o próprio humano tirando-o da relação com outros elementos como a política, a história, as moléculas e o próprio espaço em suas múltiplas definições.

Ao convocarmos a arte e a cosmologia para abertura deste debate, buscamos definir o processo de subjetivação humano como variável, aberto, sujeito a forças metaestáveis: como podemos pensar a vida humana aberta à transformação? Nem normal e nem anormal, nem instável e nem estável. Como entender que a subjetivação humana não é natural, pessoal e individual, autoinduzida? Como pensar o processo de humanização como histórico e permanentemente aberto a transformação?

Simondon (2020) é um importante crítico dessa perspectiva de pensamento que dá privilégio ontológico ao indivíduo constituído – como se o humano partisse de si mesmo. Para o autor, os processos de individuação não pressupõem um princípio anterior e orientador do processo de individuação, o que daria privilégio ontológico ao indivíduo constituído. Tal via naturaliza noções como “homem” e “humano”, determinando que sua subjetividade tenha princípio fixo e essencial. Para o autor, as condições de existência não são individuais, a maneira como o ser encontra meios e modos para se instituir é por defasagem e devir.

O devir é uma “dimensão do ser” que corresponde a uma capacidade do ser em “*se defasar relativamente a si mesmo, de se resolver enquanto se defasa [...] o devir não é um quadro no qual o ser existe; ele é dimensão do ser, modo de resolução de uma incompatibilidade inicial, rica em potenciais*” (SIMONDON, 2020, p.17). Devir é a capacidade de mediar forças que atravessam ao ser transformando-o. A depender do modo como o indivíduo medeia estas forças, ele dissipa ou conserva sua capacidade de seguir aberto ao devir. Por outro lado, há modos de existência que se privam do devir, considerando-se como unidade estável – a linguagem, o poder, o Estado são todas formas que os indivíduos se apegam e se privam de experimentar outros modos de mediação.

Noções estáveis empobrecem e esvaziam o processo de individuação de seu potencial ontogênico e permanentemente criativo. Para combater a individualização da existência, Simondon (2020) propõe o conceito de devir. Diferentemente da formalidade, o devir conserva o caráter variável, mantendo o ser aberto a novos processos de informação. No devir o ser

devém não em direção a formas preexistentes, mas a formas que devem ser criadas. Para pensar a ontogênese é preciso pensar o ser sem princípio nem fim:

Para pensar a individuação, é necessário considerar o ser não como substância, ou matéria, ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, acima do nível da unidade, que não consiste unicamente em si mesmo e não pode ser adequadamente pensado mediante o princípio do terceiro excluído; o ser concreto, ou ser completo, isto é, o ser pré-individual, é um ser que é mais que uma unidade (SIMONDON, 2020, p.17)

O “pré-individual” é, para Simondon (2020), o estado do ser em que não há fases. Ele não é nem evoluído nem involuído, mas é antes um sistema onde há forças metaestáveis que alimentam o processo de evolução e involução. Tais forças o autor classifica como “energia potencial metaestável” que alimenta o processo de informação – criação de formas do ser. São forças primordiais que alimenta o processo de tornar-se indivíduo, processo que o autor chamou “individuação”. O pré-individual não é ser individuado, mas o estado de puro devir, ponto em que o ser está sempre aberto a novas formas e processos de informação.

A individuação é, para Simondon (2020), a resolução deste sistema tenso de forças, é a correlação destas forças de grandeza maior que não se mediam completamente, pois são metaestáveis em comparação ao “equilíbrio estável” pressuposto:

Enquanto o equilíbrio – que é o mais baixo nível de energia potencial – exclui o devir, a metaestabilidade indica uma dinâmica de devir que só se resolve em contínua transformação. Essa noção de metaestabilidade ganha um sentido especial quando tratamos de sistemas vivos nos quais o processo de individuação não culmina, mantendo o devir em constante processualidade (PASSOS & BARROS, 2015, p.23)

A realidade pré-individual apresenta-nos o caráter de devir do ser. O ser devém indivíduo na medida em que ele se “defasa” deste sistema tenso metaestável. A ontogênese amplia-se para além da gênese do indivíduo e passa a designar “*o caráter de devir do ser, aquilo por que o ser devém enquanto é, como ser*” (SIMONDON, 2020, p.16).

A defasagem, operação pela qual o ser devém, é a diferenciação em relação ao próprio ser ou em relação ao próprio pré-individual. O ser defasa quando as forças que ele busca conservar se saturam, excedem. Este é o momento em que o ser pode se diferenciar em relação a si mesmo. A individuação, nesse sentido, é também diferenciação por descompasso em relação ao seu interior (no caso dos indivíduos humanos).

Posta essa dimensão ontogenética da individuação, o descompasso em relação a suas próprias necessidades internas, pode-se entender que o que produz o “humano” não é nem aquilo que está dentro dele (o ser em essência), nem o elemento externo que o rodeia (os meios

e territórios). O ser não se resolve nem dentro nem fora, mas está permanentemente aberto ao devir.

Nesse sentido, Deligny (2015a) faz uma importante distinção entre o “homem-que-somos” e o humano. Para ele, o primeiro é regido pela linguagem, é o ser consciente de ser, pelo querer e pelos “projetos pensados”. Tudo o que é da ordem e do poder pertence ao homem. Já o humano, ele identifica como “O Aracniano”, título do primeiro livro publicado no Brasil. Para o autor o humano resiste fora da linguagem, contra toda *semelhantização* que a linguagem opera. Deligny vê nas crianças autistas a presença de outro modo de existência distinto do homem e da linguagem:

Existe sempre, em algum lugar não se sabe onde, uma Corte Suprema que zela pelos direitos; por aí se vê, de certa forma, o acesso do direito; ao alegar que elas [as crianças autistas] realmente têm o direito de querer [falar], por mais autistas que sejam, e por menos que tenham a prática adquirida do projeto pensado, eu as oprimo e condeno, com esse direito, a uma semelhança – uma identidade ainda mais pesada por ser fictícia. Elas têm direito ao nível superior, de certo; mas o que podem fazer com esse direito senão viver a desorientação de extravar, que literalmente quer dizer: sair da via. De que via se trata? A do projeto pensado (DELIGNY, 2015a, p.35).

O termo “semelhançar” (*semblabliser*) é criado para propor esta crítica ao processo de subjetivação do humano submetido única e exclusivamente à linguagem. Para o autor existem outros modos de existência que são diferentes do homem, humano soterrado e eclipsados pelo grande meteoro que é a linguagem. Se queremos pensar num processo de subjetivação pelo espaço, trata-se de se lançar nessa abertura onde a face do humano se dissolve na falta de um princípio universal. Deleuze & Guattari (2017) chamaram este processo de devir. Para os autores o devir não é imitação ou assimilação de um modelo, nem mesmo se trata de uma redução a um ponto de partida (princípio) ou um de chegada (finalidade):

O devir não é uma correspondência de relações. Mas tão pouco é ele uma semelhança, uma imitação e, em última instância, uma identificação. [...] Devir não é progredir nem regredir segundo uma série. E sobretudo devir não se faz na imaginação, mesmo quando a imaginação atinge o nível cósmico ou dinâmico mais elevado [...]. Eles são perfeitamente reais. Mas de que realidade se trata? [...] o homem não devém ‘realmente’ animal, como tampouco o animal devém ‘realmente’ outra coisa. O devir não produz outra coisa senão ele próprio. É uma falsa alternativa dizer: ou imitamos ou somos. O que é real é o próprio devir, o bloco de devir (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.18/19).

Situamos o espaço como ponto de diferenciação do humano, o espaço como superfície do devir. Nesse sentido, ao longo desta tese, há duas tarefas: distinguir que usos foram feitos

do espaço na clínica limitando nossa análise à crítica ao hospital psiquiátrico e ao ambulatório de saúde mental. Faz-se isso seguindo a trilha de Fernand Deligny na habitação e na transformação dos espaços institucionais em que atuou, seu gesto político que problematiza de dentro para fora da instituição. Tal gesto acolhemos a fim de motivar novas experiências brasileiras no campo da saúde mental, da clínica que habitamos enquanto clínicos e pesquisadores.

Em seguida, devemos explorar outros espaços na clínica, em especial aqueles espaços fora da representação que são demonstrados na arte, na cosmologia e nos trajetos das crianças autistas mapeados por Deligny em suas cartografias: que notícias nos dão as crianças, os autistas que não falam, os sonhos que nos deslocam de nós mesmos? Aposta-se que esta discussão ajude a afirmar a relação entre devir e espaço como a via para pensar a produção de saúde.

Ao longo da tese pensaremos o processo de subjetivação pelo devir, o espaço aberto ao tempo, corpo aberto às infinitas passagens do dentro ao fora e do fora para dentro. Não se têm a pretensão de abandonar o tempo, a história, as memórias, as linguagens que nos permeiam e nos permitem maravilhar com fatos científicos e obras de arte. O que se quer mostrar é o espaço fora do humano, fora da linguagem, fora da subjetividade. Kant (1987), em *Estética Transcendental*, designa o espaço como “forma do sentido externo”, o que nos permite pensar um espaço fora da linguagem, fora do sujeito e fora do sentido interno que o homem lhe atribui. Fascinante é o fato que, para Deligny (2015a), o espaço exterior é condição de possibilidade para o humano. Para o autor o humano é menos próximo de sua intimidade e interioridade e mais próximo da exterioridade, do comum que lhe antecede, das forças que habitam o Universo Inacabado. O tempo e o sentido interno não nos separam absolutamente destes outros espaços exteriores, ao contrário, o espaço permeia os sonhos, os delírios, as instituições, transformando o mundo e o humano a despeito de suas ordens, de seus querer.

Diante disso, é evidente que a extensão do tema não nos permite esgotar o assunto nesta tese. O interesse está em nos aproximar dessa dimensão sensível e criadora do espaço e relacioná-la com a clínica e os processos de produção de subjetividade. Com isso, situaremos alguns pontos nesse debate entre clínica e espaço, debate já promovido entre os anos 1940 e 1980 de várias formas, pela discussão com o dentro e fora das instituições, e pelo mimetismo entre objetos topológicos e a vida psíquica.

Em que a articulação entre espaço e clínica pode contribuir senão para pensar os processos de produção de subjetividade e a invenção de novos modos de existência e criação de novos espaços de acolhimento para o humano.

Esta pesquisa se apoia no esforço feito por muitos autores que nos antecederam e nos farão companhia ao longo das próximas páginas. Embora apresentemos a obra de Fernand Deligny como principal interlocutor, autores brasileiros nos oferecem apoio e suporte para situar o problema de um ponto de vista criativo e tropical, conectados com o território.

### **1.3 Transversais: o espaço, a arte e a clínica**

A articulação entre espaço, arte e clínica tem como apoio três experiências: do acompanhamento de crianças que frequentaram a rede pública de saúde mental e o Ambulatório Central de Saúde Mental, analisada na dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2017); o acompanhamento de autista adultos que moram na Residência Terapêutica “caSa lua” dirigida por Fábio Araújo e Suzy Santos, processo que foi discutido na tese de doutorado (ARAÚJO, 2023); por fim, outra experiência importante nesta articulação é o curso dado por Passos & Mizoguchi (2021) intitulado “Transversais da subjetividade: arte, clínica e política” realizado diversas vezes entre 2018 e 2022 na Universidade Federal Fluminense.

Partindo do conceito de transversalidade criado por Félix Guattari, em 1964, os autores definem a clínica como perturbação entre as disciplinas e a aproximação entre o clínico e o não clínico. Trata-se de propor uma relação transversal entre clínica, arte, filosofia e política – articular tais disciplinas de modo que as fronteiras se borrem, que a zona de perturbação e influência entre elas aumente, alterando o limiar de intervenção para além das questões puramente individuais.

O conceito de transversalidade proposto por Guattari (1985) problematiza os limites das disciplinas e do *setting* clínico, alterando os contornos do ambiente terapêutico onde se dá os processos de produção de saúde, bem como alterando os modos de escuta para além de uma fórmula edipiana, colocando a escuta e o acolhimento clínico em ressonância com elementos impessoais do mundo como a política capitalista, o urbanismo, o racismo estrutural etc. Não apenas a história pessoal interessa aqui, mas todos os atravessamentos que compõem no trajeto do paciente e na sua fala. O autor propõe o conceito de transversalidade ao reconhecer que o conceito de transferência proposto pela clínica freudiana<sup>3</sup> é insuficiente para compreender

---

<sup>3</sup> A passagem da transferência para a transversalidade feita por Félix Guattari foi tema da pesquisa de André Rossi, sob orientação de Eduardo Passos. Rossi & Passos (2014) escrevem: “O conceito de transferência dá lugar ao de transversalidade apostando-se em dinâmicas libidinais, em jogos fantasmáticos, em regimes de afetabilidade que se dão no plano coletivo e, conseqüentemente, ganham um sentido que é também político. Clínica e política se tornam inseparáveis nesta direção da Análise Institucional que renova o conceito de grupo a partir de suas dinâmicas subjetivas: a dinâmica de menor grau de abertura define o grupo assujeitado e a de maior

os sintomas institucionais. Ao propor o conceito de transversalidade o autor quer favorecer o “*aumento dos quanta comunicacionais intra e intergrupos em uma instituição*” (PASSOS & BARROS, 2015, p.26), pois para tratar dos problemas de grupos subalternizados e a institucionalização é preciso colocar a vida em relação com seu exterior, estendê-la para além de seu íntimo e explorar zonas desconhecidas. Se o setting clínico não se resume apenas à poltrona e um divã dentro de uma sala isolada acusticamente; se o acolhimento e a escuta não se resumem apenas às histórias individuais e familiares, que novos sentidos de clínica se esboçam? Trata-se de acolher um sujeito com sua história, memória, desejos e acolher “*um processo de subjetivação em curso que vai se realizando pelas frestas das formas, lá onde o intempestivo se apresenta, impulsionando à criação*” (PASSOS & BARROS, 2015, p. 26). Em outras palavras, trata-se de colher o sujeito e os trajetos que o acompanham, os lugares pelos quais ele passa, os vetores históricos e sociais que o atravessam. Trata-se de acolher a inseparabilidade entre espaço e subjetividade.

Desta forma, a transversalidade deve ser entendida como:

[...] operação de transversalização que se realiza na zona de vizinhança ou de indefinição entre dois processos – os processos de subjetivação que se passam na relação analista-analisando e aqueles que se passam na relação entre a clínica e o não clínico: a clínica e a política, a clínica e a arte, a clínica e a filosofia, etc. (PASSOS & BARROS, 2015, p. 27).

Passos & Mizoguchi (2021) propõem a arte como operador da transversalidade entre crítica e clínica no contemporâneo, alterando as formalidades das disciplinas e suas formas instituídas, combatendo a dominação dos saberes, e dos modos de subjetivação pelas tecnologias biopolíticas. A arte convida a traçar direções inovadoras e criativas, conexões variadas entre a clínica, a arte e a política.

Passos & Mizoguchi (2019) demonstram essa operação tomando como analisador o movimento Tropicalista guiado por Caetano Veloso & Gilberto Gil, em 1968. Reconhecendo conexões entre a rebeldia dos compositores brasileiros e a crítica ao sentido de desejo e da instituição feitas pelos filósofos Deleuze & Guattari, em “O Anti-Édipo Capitalismo e Esquizofrenia” (2011), os autores apontam a relação entre o disco Tropicália e a referida obra. Gravado em 1967, durante a ditadura militar brasileira, e lançado em 1968, quando Caetano e Gil estavam presos, prestes a serem exilados, o livro, assim como o disco, foi escrito no calor

---

transversalidade, os grupos sujeitos”. (p.65). Para saber as implicações de uma prática clínica apoiada nessa alteração de regime, vide a tese *Formação em esquizoanálise. Pistas para uma formação transinstitucional* (ROSSI, 2021).

da efervescência cultural de maio de 68, mas lançado apenas em 1971. Passos & Mizoguchi (2019) defendem que entre a Tropicália e o Anti-Édipo há uma conexão que demonstra e aproxima a crítica filosófica francesa ao “*modo subversivo não antagonista de enfrentamento ao fascismo*” no Brasil. A tropicália desagregava valores tradicionais, destituía a estabilidade da sociedade conservadora durante o período da ditadura militar brasileira, regime que permaneceu no poder entre 1964 e 1985<sup>4</sup> e traçavam estes gestos de resistência de maneira não-bélica, tomando a arte não num viés antagonista à política, mas no seu sentido criativo e inventivo.

Apostamos nessa direção clínica, estética, política e filosófica para transversalizar o tema da clínica, do espaço e da infância. Que tipo de novidade podemos encontrar nessa transversalização? Apostando numa clínica que é crítica às instituições, que não apenas serve aos vetores institucionais e capitalistas, que tipo de embate pode haver entre a criança e as instituições? Que faíscas emergem desse choque? Quanto ao espaço, se ele não é apenas a forma dos estabelecimentos, que outros espaços podemos criar, que tipo de acolhimento podemos formular? Através de quais instrumentos podemos nos aliar às crianças de modo que elas nos deem pistas para reconhecer essa multiplicidade de outros espaços? A inspiração para responder estas perguntas está no modo como a arte perturba os conceitos e as tradições da sociedade, na forma como a criança perturba igualmente as instituições e os saberes instituídos.

Guattari (1985) ressalta que um dos pontos importantes para compreender a operação de transversalização é o medo do *nonsense*. Nesta zona de perturbação entre as disciplinas, nesse limiar onde as formas se alteram e os novos regimes de visibilidade colocam luz sobre matérias informes e desconhecidas, uma das sensações sentidas pelo grupo é o medo do desconhecido:

As questões-chave são colocadas antes da cristalização das constelações, das rejeições e atrações, ao nível donde pode brotar uma criatividade do grupo, se bem que esta geralmente se estrangula por si mesmo com o tênue fio de nonsense que ela se recusa a assumir, preferindo o grupo se consagrar ao balbuciamiento das ‘palavras de ordem’, obturando qualquer acesso a uma fala verdadeira, isto é, articulável às outras cadeias do discurso histórico, científico, estético etc. (GUATTARI, 1985, p.94).

Ao propormos uma articulação entre espaço e arte, clínica e infância, optamos pela iniciativa criadora onde, revisitando o trabalho de Fernand Deligny, exploramos o *nonsense*, o medo e a angústia de estar frente ao fora do sentido. O espaço será o elemento estranho que

---

<sup>4</sup> “Há certo rebatimento de época, uma coetaneidade entre os enfrentamentos franceses e brasileiros, que se fizeram sob uma afinação curiosa a partir da qual o desejo e o Brasil podem se colocar sob a inversão de uma fórmula ético-estético-política” (PASSOS & MIZOGUCHI, 2019, p.6).

desestabiliza noções caras à clínica e à política, aquilo que precipita a arte e a transversalidade. Escolhemos, portanto, ser afetado pelo espaço fora do sentido e com isso afetar o espaço das instituições transformando seu uso e o modo como nos relacionamos afetivamente com ele, com a instituição, o poder e o saberes. No limite, essa intervenção é também uma ação sobre si, sobre o modo como habitamos a brecha onde se articula clínica, espaço e infância. Veremos que alterar os regimes institucionais e alterar no como habitamos o espaço leva à alteração no modo de acolhida do superego:

O objeto da terapêutica institucional não é justamente o de se propor a lograr um remanejamento dos dados de ‘acolhida’ do superego, transformando-os numa espécie de nova acolhida ‘iniciática’, esvaziando de seu sentido a exigência social cega de um certo procedimento castrativo exclusivo? (GUATTARI, 1985, p.91)

A alteração dos “dados de acolhida do superego” é um trabalho a ser feito sobre si: alterar o modo como acolhemos o trajeto e a fala da criança; alterar o modo como habitamos o espaço da clínica. Se a criança e o espaço são, em nosso ponto de partida, estranhos ao nosso modo de compreensão transversal do problema, trata-se em ambos os casos de uma experiência de acolhimento do medo do *nonsense* diante desta novidade. Ao desprendermo-nos do sentido instituído estamos convidados a experimentar o problema tendo sob os pés um chão que se abre, se desterritorializa; e igualmente ter sobre as cabeças céu que se abre ao infinito, sem fundo, sem estrela guia, mas com uma dispersão infinita de novas constelações e coordenadas.

Essa alteração se apresenta quando tomamos como guia o trajeto das crianças. Deligny (2015a) demonstra como o gesto e o trajeto da criança não significa e que, por isso mesmo, não deve ser interpretado. Desta maneira, sua posição de acolhimento, destitui a clínica o papel central – o poder e o saber são destituídos de centralidade e o que ganha o norte da tentativa de acolhimento é o espaço vago e o trajeto da criança liberada da instituição e das normas que a clínica impõe. Desta forma, alterar os dados da acolhida do superego é deixar-se guiar pela criança, de modo que ela coloque as pistas para o processo de saúde. É a criança que cuida da clínica e não a clínica que cura a criança. Acolher crianças ou adultos autistas é então borrar as fronteiras disciplinares da clínica e dar lugar a nebulosidade que o espaço vago promove.

A transversalidade entre clínica, espaço e infância é, neste caso, acolhida do medo do *nonsense*, de estar diante da ausência de sentido, medo da abertura ao instituinte, da inovação que pede passagem. Para que possamos entender as questões da infância sob um novo ponto de vista, é preciso tratar esse ímpeto da clínica em tudo interpretar, dando ao clínico o lugar de cartógrafo que explora o espaço a partir das sensações que o atravessam – em especial o medo

que aparece ao lidar com o fora do sentido, com a loucura, com a obscuridade e falta de respostas. Acolher a criança implica então em acolher as dificuldades dos clínicos em ser apenas uma presença, disponibilidade, manejador de limiares e passagens sem reconduzir o gesto e o trajeto ao sentido e à linguagem, às formas instituídas e ao senso de normalidade.

Veremos na obra de Fernand Deligny (2015a) o tema do espaço percorrendo toda a sua trajetória, desde as classes especiais para crianças ditas inadaptadas, passando pelo uso do espaço aberto e a exploração de velhas construções para instalação de grupos de crianças em conflito com a lei, pela dispersão territorial no encaminhamento de crianças para diferentes projetos de educação informais e, por fim, com a chegada em Cevennes, quando ele definitivamente vê o espaço para além das instituições e da arquitetura, o espaço fora da linguagem que ele define como “topos”.

Topos é o espaço que comparece diante da “fissura” e da “falha talhada” que a linguagem “*não descansa enquanto não nos faz crer que ela foi preenchida*”:

talvez porque a linguagem esteja a serviço de uma causa que não faz tanta questão de ser notada. É possível que essa causa esteja mancomunada com todo poder. Assim se compreenderia que ela nos satisfaça a fim de apagar aquilo que, na qualidade de sujeito/súdito [*sujet*], nos entrega a todo poder (DELIGNY, 2015a, p.224).

A linguagem recobre o espaço impedindo-nos de ver nele os devires, os limiares, as brechas que levam além da linguagem, ao fora. Este universo fora do sentido nos é apresentado por crianças que não falam e se recusam a falar, muitas delas diagnosticadas com autismo. Devir criança e devir do espaço nos aparece como processo de transformação da clínica, alteração do regime de visibilidade da infância e da instituição, e nos impulsiona a formular uma clínica que vê a criança a partir do espaço e não da linguagem. Trata-se, portanto, de alteração do regime de sensibilidade: o que é o espaço, como posso tocá-lo e senti-lo? Como ele, a despeito da minha vontade ou intenção, toca em mim, move-se sob meus pés? Como o espaço aparece nos sonhos? Alteração das formas de dizibilidade: infância e autismo são nome do que?

O espaço que queremos investigar é o espaço em devir, espaço fora da linguagem. De que modo a alteração da percepção sobre o espaço implica na alteração da percepção que temos sobre o mundo? De que modo vemos aí que o mundo possui brechas que destituem a linguagem da centralidade pressuposta? Veremos com Deligny que o devir do espaço afeta a clínica, altera seus regimes de visibilidade. Para pensar o cuidado com a infância, o que tem primado é o espaço vazio de linguagem e o livre curso ao trajeto da criança. A crítica de Deligny incide

justamente neste ponto, no modo como o poder instituiu o espaço da clínica como sendo fechado, classificatório, binário, onde definições como normal ou anormal, saúde ou doença, tornaram-se razões destituídas de *topos*. É preciso então restituir o valor do espaço na clínica para então repensar o sentido do cuidado a partir da infância.

Investigar o espaço em devir é ser atravessado por ele, é operar a transversalidade entre o espaço, a infância e a clínica. Neste ponto, estamos numa zona nebulosa em que habitamos fronteiras borradas entre a clínica, a estética, a filosofia, a cosmologia entre outros saberes que incluem também a cartografia, a etologia, a música, a escrita e a literatura.

Este espaço é, portanto, espaço fora da linguagem – espaço de experiência do fora; espaço de experiência fora da linguagem. O que quer dizer isso? Quer dizer que o espaço é matéria sensível e que há uma sensibilidade humana ao espaço fora da linguagem, fato que as crianças e os autistas conseguem nos dar notícias. Quer dizer também que o espaço do fora possui um caráter indecifrável, e que neste limite a linguagem, o espaço físico e o tempo cronológico são arrastados para fora do sentido, chegando a relativizar-se no limite das grandes instituições – Homem, História, Linguagem, entre outros. O espaço faz do humano um processo permanente de subjetivação, mais do que apenas uma natureza historicamente estabelecida, um rosto universal.

#### **1.4 Crítica e clínica**

Originalmente, a formulação “crítica e clínica” é o título de uma importante coletânea de textos publicada (DELEUZE, 1993/2013) que discute os limites da linguagem, suas fronteiras, as forças gramaticais, as dimensões delirantes e espaciais que arrastam a língua para fora de seus lugares instituídos. O livro reúne diversos caminhos para se pensar a escrita, a linguagem, a literatura, mas também a infância, o devir e o espaço. Gostaríamos de acrescentar nessa formulação a abordagem de alguns pesquisadores da Universidade Federal Fluminense a respeito da crítica e clínica: de que modo podemos considerar a crítica como clínica?

Segundo Neves e Josephson (2002) a crítica como clínica mostra que não há essências fixas para a subjetividade, que a subjetividade é produção que emerge do embate de forças biopolíticas e os modos de resistência correspondentes. Nesse sentido, não há prática teórica apartada de uma relação com o espaço e as instituições, os saberes assim como os modos de sua produção possuem relação com a história e com o espaço. O tempo-espaço é o lugar deste embate entre práticas de assujeitamento e práticas de subjetivação, práticas de poder e modos de resistência. Sendo assim, produzir conhecimento e produzir saúde, fazer clínica e crítica é colocar-se numa relação de tensão e de problematização do campo em questão. A atitude crítica

de que falam Neves & Josephson (2002) inspira a produzir práticas a partir da crítica dos saberes e crítica das relações de poder. Este é o sentido afirmativo que propõe as autoras.

Passos & Benevides (2006) propõem tomar a clínica como caso, fazer a análise crítica da clínica e seus processos de produção de saúde e conhecimento. Para os autores, a clínica é feita de composições, de arranjos que se passam na relação com o fora da clínica. Com isso, novas práticas podem ser pensadas na aproximação com o não clínico – a arquitetura, a geografia, a física, a etologia, a cartografia. Tomar a clínica como caso é colocá-la em análise, destrinchá-la, olhar sua trama de um ponto de vista crítico e compreender como seus conceitos são construídos histórica e geograficamente, para depois, a partir disso, inovar as práticas e instituições as quais estamos envolvidos.

É através das chaves propostas por Neves & Josephson (2002) e Passos & Benevides (2006) que pensamos numa terceira abordagem que seria a *clínica da clínica* onde buscamos favorecer a relação entre crítica e clínica tomando o espaço como elemento estranho e indigesto, como elemento problematizador de noções como normalidade e linguagem, noções caras à clínica e seus domínios estáveis. Se efetivamente queremos chegar a uma transformação da clínica, isto é, fazer a clínica da clínica, é preciso pesquisar num exercício crítico e criativo que sustente as brechas que nos levam a novas experiências e articulações.

Cabe perguntar: quem se beneficiaria desta clínica da clínica? O alvo dessa prática não é inteiramente o paciente, mas a instituição. Esse cuidado não é apenas o cuidado do outro, mas é também o cuidado com a própria clínica e suas instituições. Entendemos que a partir da crítica é preciso voltar a campo e refazer o traçado da clínica numa relação com o chão e as paredes, numa transformação das práticas e das relações, numa retomada do trabalho não só com os conceitos, mas também com os pacientes. Nesse sentido, a intervenção não é individual, assim como a saúde. Trata-se da produção de uma saúde que é coletiva, de um conhecimento que é produzido por muitas mãos e pés, gestos e trajetos. Nas palavras de Deligny (2015a), veremos isso detalhadamente, trata-se da produção do comum que não é senso de coletividade de grupo, mas um comum impessoal.

A clínica da clínica se aproxima em muito com o movimento da Reforma Psiquiátrica, o surgimento das práticas antimanicomiais e da psicoterapia institucional (Guattari, 2012b). Entendemos que estes movimentos conjugam crítica e clínica, operam a chave da crítica e da clínica, é a prática de cuidado da instituição e seus conceitos, assim como, daqueles que naquele espaço habitam. Além disso a luta antimanicomial possui uma relação riquíssima com o espaço, tema que será explorado a seguir.

O movimento de Reforma Psiquiátrica pode ser compreendido pela desospitalização de pacientes que estavam vivendo em situação de violação de direitos em hospitais psiquiátricos no Brasil e no mundo. Este movimento, que consiste no processo de retirada dos internos do hospital e na oferta de cuidado e assistência em liberdade, é chamado de desinstitucionalização. Tal processo não se resume apenas a destruição dos espaços manicomial, mas também à construção de novos espaços de vida, movimento acompanhado da crítica permanente dos processos clínicos e institucionais. A desinstitucionalização, nome que abarca a desospitalização e demais assistências necessárias – como a assistência residencial – pode ser entendida como a crítica permanente aos saberes da clínica, seus discursos e práticas que localizam a loucura no lugar negativo sob o signo de doença mental ou transtorno mental (AMARANTE, 1994).

No entanto, a crítica da clínica não nos exime da necessidade da clínica, é preciso seguir criando práticas de cuidado com intuito de reformular as práticas. Ou seja, é preciso cuidar da clínica e seus vetores manicomial: é preciso fazer isso loucamente, como disse Pelbart, (1990) acolher a loucura, cuidar da loucura, experimentá-la não como elemento negativo (desrazão), mas como *“potencial de desterritorialização [...] poder secreto e admirável de embaralhar os códigos, subverter as regras do jogo e transpor ou deslocar os limites, sempre de outro modo”* (p.132). Somente pela via da desinstitucionalização e da desterritorialização que é possível transformar a clínica. Não basta retirar os internos do hospício, não basta reformar a psiquiatria e suas estruturas arquitetônicas, é preciso transformar a própria clínica para que ela siga transformando a vida das pessoas: *“a clínica a serviço dos processos de desinstitucionalização coloca em jogo a desinstitucionalização da clínica mesma”* (PALOMBINI, 2006, p.117).

A psicoterapia institucional, assim como a luta antimanicomial, se insere no campo de iniciativas de reforma das instituições psiquiátricas francesas e teve começo com a chegada de Françoise Tosquelles no hospital psiquiátrico de Sant Alban, na França. Retoma-se nesta tese alguns detalhes o surgimento desta prática por intermédio do ponto de vista de Félix Guattari (2012b), responsável ao lado de Jean Oury por dar continuidade ao desenvolvimento desta prática na Clínica La Borde aberta em 1953. Fernand Deligny (2015a), nesse contexto, é um personagem singular e, no que diz respeito à prática da desinstitucionalização, tem muito a contribuir.

Trabalhando com crianças ditas inadaptadas, delinquentes, psicóticas e autistas durante mais de cinquenta anos, o autor recusava alcunha de clínico e educador, preferindo ser chamado “poeta e etólogo”. Situa-lo nesse contexto é uma tarefa que revelará outras vias para o processo

de desinstitucionalização. Pensar tal processo à luz da sua trajetória implica em traçar, desde dentro das instituições, uma linha que as leve ao fora. Igualmente, desde fora, é preciso retrair uma linha ainda mais delgada que faça esvaziar as instituições em “Nós” e dar lugar a um vazio que não é triste, solitário, mas é a alegria de ser apenas mais um entre tantos, apenas presença no espaço tempo, parte do comum impessoal.

Ao longo de sua trajetória, o autor percorre a crítica das instituições médico-pedagógicas e médico-jurídicas. O que em sua época era chamado “Infância Inadaptada” é tema específico desta tese. Sua trajetória revela que, em cada época, a infância é tomada negativamente por diagnósticos e discursos psiquiátricos, psicológicos e pedagógicos. O termo “inadaptação” é, mais do que apenas um diagnóstico, é a instituição da infância no lugar do indisciplinado, de subjetividade a ser modelada e adaptada. Veremos que, embora os termos se modifiquem e hoje o diagnóstico não seja mais “infância inadaptada”, as práticas de correção da infância persistem e hoje a psiquiatrização não se faz mais pelos conceitos negativos como adaptação ou anormalidade, mas por tecnologias sutis tais como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Transtorno Opositivo Desafiador (TOD) e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

No período em que esteve às voltas com o conceito de adaptação, o autor se dedicou à crítica às instituições envolvidas no tratamento, na educação e no asilamento de crianças ditas inadaptadas. Veremos como os primeiros trinta anos de sua trajetória são dedicados à crítica ao poder médico-pedagógico e médico-jurídico. Posteriormente, a partir de 1969, sua crítica toma como alvo a linguagem e a imposição de uma identidade insidiosa de que o humano é tecido na linguagem e que a ausência de fala nas crianças autistas é uma patologia. O autor opera então a desinstitucionalização do “homem-que-somos”, essa instituição política em nós que é a Linguagem. Busca-se com isso produzir uma outra via que demonstre o humano visto a partir da perspectiva de uma criança que não fala. É neste espaço comum fora da Instituição e fora da Linguagem que emerge o que ele chama de “humano de espécie”.

Exploraremos mais detalhadamente essa dimensão histórica das práticas antimanicomiais e a linha migratória e imperceptível que é Deligny. O tema do espaço hoje é um combustível para a ampliação do sentido da Reforma Psiquiátrica e da Luta

Antimanicomial, dá continuidade à transformações necessárias hoje e amanhã, afirmando a potência do trabalho territorial da clínica e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)<sup>5</sup>.

### **1.5 Infância, autismo e cartografia: uma abordagem contemporânea**

O contemporâneo é uma das concepções mais importantes de tempo-espaço. Ele se define pelo recorrente estado de crise e instabilidade situados histórica e geograficamente. Nos anos em que esta tese foi escrita – entre 2018 e 2023 – inúmeros acontecimentos marcaram o mundo de forma crítica: guerras, pandemias mundiais, terrorismo, ataques à democracia e aos direitos humanos, ascensão do fascismo na política, amor doentio pelas origens, apelo por retorno ao passado entre outros fatos históricos marcaram e seguirão marcando os anos que virão. É neste contemporâneo que se deseja pensar a clínica e sua relação com o espaço e a infância.

Segundo Passos & Benevides (2001) clínica e contemporâneo partilham de um mesmo sentido: o permanente estado crítico e a permanente crise nas instituições<sup>6</sup>. Temos vivido anos instáveis, crises intempestivas e abalos sísmicos que atingiram o Brasil e os diferentes povos que habitam essa extensa faixa de terra tropical. A partir dessa crise, partindo deste contemporâneo, propomos pensar e fazer clínica numa relação inseparável aos acontecimentos que nos rodeiam. É nas franjas dessa agitada maré que buscamos rever a clínica em face aos problemas da infância, do autismo na sua relação com o espaço. Pensar o uso do espaço na clínica como gesto crítico e criativo na direção da inovação nos processos de produção de saúde e luta pela garantia dos direitos.

A clínica do espaço é um dispositivo clínico-político voltado para a transformação do uso do espaço na clínica. Propõe-se desviar dos vetores reacionários do contemporâneo partindo

---

<sup>5</sup> A Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) é um equipamento de cuidado integral e assistência à saúde mental da população brasileira, organizando as ações de promoção de saúde, prevenção de agravos, bem como reabilitação e reinserção das pessoas com transtornos mentais que passaram por hospitais psiquiátricos e manicômios, assim como aquelas pessoas vulnerabilizadas pelo uso abusivo de álcool e outras drogas. Esse cuidado integral foi estabelecido e fundado sobre o paradigma do respeito à diversidade e ancorados nos direitos humanos. A execução da assistência e do cuidado se dá instituições abertas e públicas que habitam meios e territórios acessíveis à população. Surgiu como serviço substitutivo aos espaços manicomiais fechados e gradativamente vem se tornando intersetorial, capilarizadas nos territórios e multi e transdisciplinar. Tal rede se apoia na Política Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde.

<sup>6</sup> “Entendemos por contemporâneo essa experiência sempre desestabilizadora que convoca a nos deslocar de onde estamos, a pôr em questão o que somos e a nos livrar das cadeias causais que nos tornam figuras da história. O contemporâneo, portanto, nos põe sempre numa situação crítica, tomada aqui, em sua dupla acepção: exercício crítico do instituído e experiência de crise” (PASSOS & BENEVIDES, 2001, p.91).

em direção ao estudo criativo que dá lugar ao interesse pela transformação, ampliando o sentido do espaço da clínica para além de um maniqueísmo dentro-fora, interior-exterior.

A construção da clínica se faz por desvios. Desviar é um gesto clínico político. Segundo Passos & Benevides (2001) a crise promovida por esses retrocessos e a crítica que fazemos sobre o contemporâneo partilham da experiência de instabilidade. Diante disso, o sentido de clínica como desvio vem da alteração do sentido próprio da palavra: clínica vem do grego, *klinikos* e indica o “que concerne ao leito”; de *klíne*, ‘leito, repouso’; de *klíno* ‘inclinare, dobrar’” (PASSOS & BENEVIDES, 2001, p. 91). No entanto, o autor não situa a clínica apenas na inclinação ao leito do doente, mas propõe pensar o acolhimento numa relação com a crítica e com o desvio: “*entendemos o ato clínico como a produção de um desvio (clinamen)*” (PASSOS & BENEVIDES, 2001, p.3).

Recorrendo ao conceito de “*clinamen*”, Passos & Benevides (2001) pensa a clínica como desvio através da filosofia de Epicuro, pensador grego que viveu entre 342 e 270 a.C. Para Epicuro (2009), segundo o comentário de Maria Cecília Gomes dos Reis, no prefácio da edição brasileira de “*Cartas & máximas principais*” (EPICURO, 2009), o mundo é concebido da seguinte forma: “*o universo (e tudo o que contém) é formado de átomos em movimento no vazio do espaço infinito (sem nenhum poder criador)*” (p.8), porém os átomos que compõe este mundo se movem, a matéria está em movimento e este movimento é o desvio. O átomo na sua múltipla constituição do mundo

postulou um desvio, ou melhor, uma mínima declinação imprevisível na trajetória das partículas microscópicas — o *clinamen* ou *paregklisis*. Assim, ele inova ao acolher um fator indeterminado em uma visão materialista do mundo e de um só golpe escapa do mecanicismo e dá lugar à liberdade de ação (EPICURO, 2009, p.8).

O *clinamen* é, como propõe Passos & Benevides (2001), este gesto que:

permite aos átomos, ao caírem no vazio em virtude de seu peso e de sua velocidade, se chocarem articulando-se na composição das coisas. Essa cosmogonia epicurista atribui a esses pequenos movimentos de desvio a potência de geração do mundo (PASSOS & BENEVIDES, 2001, p.91).

Epicuro (2009), estudando os átomos e a criação da matéria do mundo, vê no desvio a condição de possibilidade da liberdade, da criação. É na relação com o acaso, rompendo com a tradição e o destino, que a criação é possível. Através do desvio os átomos se colocam em relação com sua exterioridade: “*um desvio aleatório para o lado de uma mínima espacial, que nos salva da fatalidade do destino*” (EPICURO, 2009, p.44).

Por desvios, a clínica se coloca em relação com a sua exterioridade; com o mundo fora de seus limites disciplinares; com o espaço. É nesse sentido que a relação com o não clínico faz com que a clínica crie, interrompa o destino através de uma apuração crítica de novas possibilidades, novos arranjos entre arte, clínica, política, filosofia e o extenso mundo sem fronteiras.

A clínica como desvio implica num movimento de resistência para evitar se situar completamente no tempo-espaço que nos cerca. O esforço é estar continuamente escapando dos vetores que situam a clínica como instrumento ortopédico e adaptacionista, instrumento de correção dos desvios e da anormalidade, vetores comuns ao capitalismo mundial. Como veremos a diante, após as efervescências da década de 70, a psiquiatria reformulou suas bases prescindindo da função médico-arquitetônica do hospital para poder aplicar o poder disciplinar não apenas no corpo individual, mas no corpo da população. Com isso surgiram novas ferramentas contemporâneas de controle e regulamentação da vida que fazem da linguagem uma nova grade. A nova prisão, a nova forma de psiquiatrização, é o discurso do DSM que institui os novos diagnósticos em questão – TDAH, TOD e TEA.

A clínica do espaço seria então uma posição de resistência que se manifesta por desvios em relação à regulação do cuidado no contemporâneo. Tal clínica se afasta da onda reacionária que atravessa as práticas de cuidado e a política pública no Brasil<sup>7</sup> e da onda reacionária que parte da iniciativa privada da psiquiatria americana que penetra o solo brasileiro modelando a subjetividade de crianças e jovens autistas<sup>8</sup>. Atualmente o conceito de Transtorno Mental é a representação que domina o campo. Produzidos pela *American Psychiatric Association* (Associação de Psiquiatria Americana - APA) e pelo Manual estatístico dos transtornos mentais (APA, 2013a)<sup>9</sup>, tal conceito faz ver os sintomas em todo lugar: na escola, em casa, no futebol,

---

<sup>7</sup> Refiro-me aqui ao Decreto 11/2019 que impõe a volta de antigos equipamentos de saúde que antes estava em processo de substituição pelos equipamentos da RAPS. A partir deste decreto voltam a figurar o manicômio, os hospitais psiquiátricos, o serviço ambulatorial, além das comunidades terapêuticas – estabelecimentos privados de internação para tratamento de álcool e outras drogas, mas que são, na verdade, estabelecimentos fortemente marcados pela inserção dos usuários na religião evangélica e se balizam não em premissas clínicas, mas em valores morais conservadores. Este decreto representa um retrocesso em relação aos avanços da Lei 10.216/2010 – Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira – que propõe proteção e a garantia dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e a reforma do modelo assistencial em saúde mental.

<sup>8</sup> Refiro-me aqui aos métodos TEACCH – *Treatment and Education of Autistic and related Communication Handicapped Children* – e ABA – *Applied Behavior Analysis* – que tem sido recomendado para crianças autistas e, mais do que apenas buscar intervir nos casos, busca deslegitimar outras iniciativas de cuidado que são produzidas nas universidades brasileiras segundo os princípios éticos do Sistema Único de Saúde (SUS). Não queremos com isso afirmar a falta de eficiência destas práticas, mas, ao contrário, salientar que a RAPS e o Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) tem capacidade para tratar das questões dos autistas. Mais do que investir em tecnologias importadas, temos que antes investir nas ferramentas que estão no território brasileiro.

<sup>9</sup> Recusando compreender o caráter político do sofrimento da criança e a relação deste sofrimento com o social, a

no ponto de ônibus, nas instituições educacionais, prisionais e outras. O DSM consiste numa trama discursiva através da qual não se vê mais a criança, apenas seu possível diagnóstico. Isto tem consequências seríssimas sobre a clínica e dedicaremos uma sessão para discutir esse problema. Cabe agora dizer que não cedemos a esse poder, queremos ouvir as crianças no que elas têm a dizer, agir e traçar, ouvi-las no silêncio de seus passos e em seus trajetos pelo espaço. Queremos dar a elas um papel protagonista na criação de novos enunciados, um papel protagonista na transformação dos discursos e das práticas clínicas.

Desviar é então recusar fazer uma clínica normativa, que aceita os vetores de normalização. A clínica do espaço busca produzir saúde por desvios, produzir novas maneiras de ser, advogar pelos direitos das minorias e mostrar como algumas reversões criativas partem do agir das próprias crianças. Os desvios nos acontecem e são as crianças que apontam os caminhos e nos deslocam de nosso lugar de saber e poder, fazendo a clínica desviar e se transformar na relação com o contemporâneo. Por desvios se chega à reversão de perspectiva, alteração do plano da enunciação e do plano de visibilidade, alteração das demandas e dos alvos da intervenção.

No entanto, como afirma Canguilhem (1982), não há clínica sem avaliação do que vai bem e o que vai mal, do que é normal e patológico. Como destaque, afirma-se uma posição crítica e clínica e da clínica não abro mão. Diante disso deve-se perguntar: como avaliar e cuidar sem normalizar? Como avaliar sem determinar normas para o paciente adequar-se? Como livrar a clínica do seu vetor de adaptação?

A clínica do espaço encontra ressonância na posição de Deligny (2015a). Sua prática cartográfica e seu interesse na etologia o faziam ver nos gestos da criança um ponto de problematização da clínica<sup>10</sup>. Sua crítica institucional opera a transversalização do gesto da criança no campo do saber e sobre isso ele não faz nenhum decálogo de como proceder no cuidado com essas crianças. Sua posição se contrapõe à psiquiatria contemporânea do DSM, na medida em que ela se utiliza do comportamentalismo para descrever os quadros sintomáticos

---

política e a história atual, o DSM e a APA constroem uma noção de sofrimento mental baseado em observações estatísticas do comportamento, como se o sofrimento mental pudesse ser isolado e categorizado estatisticamente, como se o sofrimento mental pudesse ser individualmente separado dos meios que o circundam – políticos, históricos, sociais e econômicos. Tal premissa só é possível mediante a exclusão de todos os componentes subjetivos do processo de sofrimento, fato que foi analisado parcialmente na dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2017) e que retomaremos pontualmente aqui para situar as críticas que são necessárias hoje.

<sup>10</sup> A cartografia consiste na confecção de mapas e numa estratégia criada por Fernand Deligny, Gisèle Durand, Jaques Lin e outras pessoas que habitaram Cevennes e desenvolveram essa ferramenta na companhia de crianças autistas. Consiste em traçar no papel a linha do trajeto da criança materializado no espaço, produzindo com isso mapas de situações e circunstâncias onde pode se ver ‘algo’. Este algo foi o foco de Deligny de 1969 até 1993, ano de sua morte. Nesses mapas o autor entrevistou o humano nos trajetos das crianças. A cartografia é um tema importante nesta tese, por conta disso será dedicada um capítulo para o debate.

das crianças, determinando seus desvios e sua suposta anormalidade. O DSM é um sistema discursivo e descritivo que tenta sistematizar as vias pelas quais a subjetividade escapa, as linhas pelas quais o humano se torna obscuro para o conhecimento. Ele é um sistema de detecção de desvio que captura o que escapa para nomeá-lo, regulá-lo e inseri-lo num sistema de reprodução. Deligny (2015a), por outro lado, é um divisor de águas que permite pensar a clínica de outro modo, a clínica como plano de deslocamento que permite desvios.

A clínica inspirada na crítica de Fernand Deligny tem como princípio ético inclinar-se ao obscuro do humano, ao fora da linguagem e ao primado do espaço e da liberdade no cuidado com a criança autista. Como diz o poeta Manoel de Barros (2008) o escuro ilumina. Olhar para os mapas é então uma tarefa de compreender que o cuidado não é prévio, não é norma que antecede culturalmente os sujeitos, nem um saber que se aplica verticalmente. O cuidado é criação conjunta, se faz transversal e territorialmente, por reversões de perspectiva, fazendo ver a clínica da perspectiva de uma criança que não fala.

A partir do encontro com Deligny pretende-se criar recursos para desviar desta perspectiva normalizadora que hoje atravessa toda a clínica, o campo jurídico e educacional. Tal clínica se faz pela disponibilidade em acompanhar os gestos e os trajetos das crianças sem exigir deles normalidade ou adaptação. É reparando nestas linhas traçadas pelas crianças, em seu agir, que será possível pensar como estes agires podem nos fazer operar essa mudança de perspectiva – do homem ocidental ao humano desterritorializado, o humano como ponto obscuro para além do conhecimento científico e da linguagem verbal.

Fazer clínica é fazer avaliação do que vai bem e do que vai mal, como diz o professor Canguilhem (1982). Nesse ponto toda ciência da vida está baseada na experiência consciente e na capacidade do paciente descrever e falar seus sintomas: toda medicina e toda clínica estão fundamentadas na experiência da fala; só podemos tratar daquilo que o paciente é capaz de nos contar sobre seu sofrimento. Mas como proceder quando o indivíduo não fala? Como proceder quando a criança só demonstra sua condição por gestos inconscientes, por comportamentos irracionais que estão fora de nosso limite de compreensão? É nesse ponto que o autismo é um ponto de problematização da clínica em sua relação com os processos de normalização. A depender do modo como se constrói a avaliação clínica, podemos invisibilizar uma certa dimensão espacial da vida autista, dimensão fora da linguagem que, nesta tese, chamaremos *espacialidade da infância e do autismo*. Qual o preço pago por estas crianças? Ainda sabemos pouco sobre isso, somente muito recentemente podemos ter notícias do que dizem as crianças autistas sobre os procedimentos médicos e clínicos aplicados sobre eles:

Em suas publicações Binger Selin – primeiro autor autista a publicar um livro – diz como se sentia mal compreendido por seus médicos e seus terapeutas. Ele afirma em 1993 no livro *Une âme prisonnière*:

é uma babaquice transformar os problemas importantes de raciocínio do jeito que Gisela [psicóloga e professora berlinense da psicologia do desenvolvimento]<sup>11</sup> faz ela trabalha exclusivamente com a base dessa teoria segundo a qual a angústia seria uma falta de raciocínio mas a angustia é uma disfunção de um peso tão extraordinário que eu não posso descrevê-la tão facilmente meus comportamentos autistas dão uma ideia como por exemplo o fato de urras de morder e todas as outras insanidades (SELIN, 1994, p. 124-125, apud, MALEVAL, 2017, p. 21)<sup>12</sup>.

Quando os autistas começaram a poder registrar o que sentem, a psicanálise, a psicologia, as pedagogias e a psiquiatria tiveram que recuar e se reposicionar. No entanto a busca por uma etiologia do autismo que comprove a existência de uma “causa” biológica seguiu pelas mesmas trincheiras do eugenismo e higienismo, do darwinismo social, produzindo práticas de “erradicação do autismo” através de terapias genéticas e químicas.

É importante que as pessoas com autismo deem notícias, façam relatos, escrevam, falem o que sentem, pois, seus saberes são fundamentais para compreensão dos processos sociais e os processos de produção de subjetividade. No entanto, é igualmente importante alertar para o modo de produção e construção do que está sendo considerado autismo hoje. Será possível que as narrativas contemporâneas da infância e do autismo estejam sendo modeladas e que os movimentos sociais e políticos envolvidos na luta por direitos estejam sendo perspectivados pela psiquiatria americana e pelo conceito de espectro do autismo? Para investigar essa questão, dedicaremos parte desta tese para explorar as questões: autismo é nome de quê? De que experiência se trata? Como as práticas regulatórias do DSM se aplicam sobre esse sofrimento e como a incidência do poder psiquiátrico faz com que os autistas passem a representar aquilo que sentem segundo aquilo que se diz? Como o DSM, mais do que revelar uma experiência singular do autismo, não codifica e cataloga suas manifestações num grande banco de dados estatísticos?

Assim é importante ter desconfiança da linguagem, daquilo que SE diz. É certamente importante o que os autistas dizem, mas é igualmente importante entender que há algo sobre o autismo que diz respeito à impossibilidade de SE dizer. O conceito de espectro do autismo

---

<sup>11</sup> Acréscimos nosso.

<sup>12</sup> A citação corresponde a transcrição feita por Maleval (2017). Destacamos aqui o ponto em que a linguagem autista, quando expressa verbalmente, denota a revolta da incompreensão, bem como as falhas e fissuras da língua. Tal linguagem se aproxima daquela expressa por jovens rebeldes, moleques inadaptados descritos por Deligny como vagabundos eficazes ou por Meunier como *gaminos*. Retomaremos esse ponto nos próximos capítulos.

possui apenas uma década e não sabemos ainda quais as consequências deste modo de representação. Portanto, é no silêncio das palavras e no espaço de sua ausência que encontraremos as brechas e os limiares para operar uma efetiva reversão: não uma clínica do autismo, mas a clínica perspectivada por esse espaço vazio de palavras que a experiência autista demonstra e dá pistas.

Nesta clínica habitamos então o espaço fora da linguagem, as brechas e furos do discurso onde não só o DSM, como também a psicanálise, dão indícios de uma efetiva limitação e recusa a navegar pelo extenso mar de possibilidade para o cuidado fora da palavra. É neste ponto que apostamos numa clínica do espaço fora da linguagem, uma clínica que opera por devires onde a palavra é o litoral e o mar é um novo mundo a ser explorado, superfície móvel que serve como plano de deslocamento dos afetos que nos move.

A clínica do espaço propõe então o acompanhamento dos gestos e trajetos da criança como forma de livrar a clínica da obrigação de tudo significar, dizer, representar. Tomamos a criança como aliado no ponto em que ela é *infans* – aquele que não fala<sup>13</sup>. Seu silêncio não é indicativo de problema ou atraso de desenvolvimento, não é na realidade que tomamos seu silêncio. É antes na virtualidade e no devir do humano que vemos esse silêncio primordial da infância como potência ontogenética e heterogenética. Ao invés de espectro autista, propomos analisar o fantasma<sup>14</sup>.

Mais uma vez, incidimos sobre o problema da infância e do autismo mirando sobretudo as instituições e os saberes que se dedicam ao estudo e ao cuidado de pessoas no espectro autista, tomando seus conceitos e seus enunciados de maneira crítica, de modo a desenvolver novas janelas para fora da compreensão instituída. Intervir nas instituições, alterar os regimes de dizibilidade e deslocar o espaço da clínica de modo a construir com estas crianças uma via de trabalho terapêutico. Se a criança não se adapta ao *setting* cujo primado é o da linguagem, seja na clínica psicanalítica ou mesmo nos modelos cognitivistas, é preciso traçar um espaço fora que dê suporte ao processo de produção de saúde.

---

<sup>13</sup> “Etimologicamente, *infans* refere-se a alguém que não fala (do latim *fari*: dizer, falar). Sua raiz evoca também outra palavra latina: *fatum*, que significa o dito, destino, fatalidade, um estado predeterminado. (...) o uso do termo infância, que se refere a alguém que não fala, parece definir os humanos precisamente excluindo o que é sua característica diferencial.” (GHEROVICI, 1999, p.20)

<sup>14</sup> O fantasma é um tema importante para a clínica. Veremos adiante como a atividade ontogenética e criativa do fantasma se contrapõe a concepção comportamental e geneticista do conceito espectro do autismo. Nesta tese, o fantasma diz respeito à criação de superfícies, então, mais do que compreender o autismo como um fechamento em si, postulamos a importância de compreender novas maneiras de ser e estar no mundo, persistência que dá lugar a novas definições de espaço que escapam a dicotomia entre dentro-fora e são antes como um continuum entre o dentro e o fora.

Nossa crítica se dá, sobretudo, (1) nos projetos adaptacionistas que forçam a criança a se adaptar aos tratamentos pela linguagem e pela cognição; (2) às correções ortopédicas da fala e do corpo que modelam o modo de agir da criança; (3) as práticas que partem de um modelo de saúde pré-concebido por eixos de pesquisa estatística e comportamental como a APA e o DSM. Para nós, a saúde emerge de um processo de singularização onde a criança diz da maneira como pode, onde a criança esboça suas linhas no espaço e nós que nos viremos para seguir estas linhas. Onde elas nos levarão? O que fazer com elas? Como propor um arranjo institucional com elas?

Entendemos que toda linguagem carrega consigo um processo que Deligny (2015a) designou como *semelhançatização*. Para o autor a semelhança é uma identidade pressuposta e ela é uma das balizas que institui o mundo tal como “Nós”, “homem-que-somos”, concebemos como sendo o reino da palavra. Desde já, destituímos este *a priori* de uma semelhança universal entre “Nós” e buscamos uma experiência com o autismo que demonstre como há algo no humano que é da ordem do indizível. Guardemos a expressão “Nós”, “espectro autista”, “homem-que-somos” para designar os seres falantes; enquanto os termos “infância”, “autismo” e “humano” guardemos para designar estes que não falam. Entre a linguagem e o espaço fora da linguagem não há consenso, é antes um acordo de dissonâncias. Somente acolhendo essa premissa de que há um espaço fora da linguagem e da representação, poderemos formular o acolhimento destes outros modos de existência fora da linguagem; somente assim poderemos avançar no acolhimento de crianças autistas e a descoberta deste ponto obscuro e sem sentido deste “humano” diferente de “nós”.

A questão que permanece é: e quando os autistas não falam? De que maneira podemos ouvi-los e acompanhá-los? Quão angustiante é para nós pensar que existe um modo de ser estrangeiro à linguagem e como essa angústia nos atrapalha a ouvi-los? A pergunta que Deligny (2015a) faz é: “*Como existir aos olhos daqueles que não nos olham?*” Essa pergunta não é feita para as crianças autistas, mas para nós. O objetivo não é nos entristecer, nos ressentir da perda do poder simbólico de nossa existência, mas uma oportunidade de mudar de perspectiva, saindo da intimidade do tempo, para exterioridade do espaço.

Para acompanhar e cuidar de crianças que não falam, Deligny (2015a) a propõe o modelo cartográfico. Quando a vacância da linguagem comparece, há toda uma outra topologia a ser explorada de modo que o espaço está posicionado como base do processo de produção de subjetivação. Tal topologia distinguiria duas superfícies diametralmente opostas – o espaço da linguagem, o espaço temporalizado; e o espaço fora da linguagem, os modos de espacialização

da subjetividade. Para o autor existe o “homem-que-somos”, ser que tem sua existência garantida na linguagem, no tempo e na história e existe estes outros modos de existência que não têm sua existência garantida nem no tempo e nem no espaço. Os autistas são um modo de existência mais ligado ao espaço, de modo que precisamos criar os espaços que permitam sua singularidade se manifestar. Durante quase cem anos delegamos essas crianças ao abrigo em asilo, hospícios e hospitais que se assemelham muito a prisões. Hoje a questão se coloca na linguagem especializada, como se os discursos e práticas entorno do DSM se constituíssem como grades.

Deligny (2015a) defende que a prática cartografia não é clínica, ela desvia desta avaliação do normal e do patológico como categorias abstratas do pensamento, e parte em direção ao concreto, a materialidade da vida. Se a criança não fala, trata-se de criar um universo onde a vida possa ser regida não pela linguagem, mas por outros modos de enunciação. Se é preciso restituir a saúde, a terapêutica deve seguir na direção de auxiliar a criança a criar suas normas e modos de expressão de seu sofrimento.

Trata-se, em nossa avaliação, de explorar o espaço de modo a situá-lo como plano de deslocamento que permite que as crianças circulem livremente e a partir das linhas traçadas fazer o mapa correspondente, mapear seus gestos e trajetos. Com isso perguntamos: o que dizem e como dizem as crianças? O que se sabe, por exemplo, da dor e da angústia do ser autista já que ele não fala? Quando se aborda o DSM de maneira crítica, veremos que não apenas a infância dita autista figura como alvo da intervenção psiquiátrica. Embora hoje seja o espectro do autismo a voga do contemporâneo, pouco tempo atrás era a criança que não aprende, a criança insubordinada e aquela dita com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) ou Transtorno Opositivo Desafiador (TOD). Do mesmo modo, podemos perguntar: o que podemos saber sobre hiperatividade e desatenção?

Como afirma Deleuze (1993/2013) o que as crianças dizem não está na linguagem, nem mesmo pode ser transcritos para termos científicos e estatísticos. O que as crianças dizem, afirma o autor, é da ordem da arte. Assim como a arte não busca representar, a cartografia, na perspectiva de Deligny, é um modo de estar com as crianças autistas sem representar seus comportamentos através de avaliações entre normal e anormal. Ela é antes um modo de aliar-se às crianças nesse fora da linguagem, modo de construir com as criança um espaço descarregado de sentido que se mostra como plano livre ao deslocamento do traço, do trajeto e dos afetos.

É por existir pessoas autistas que nunca virão a falar que é preciso insistir na legitimidade de um modo de ser fora da linguagem e na importância da criação de dispositivos clínico-políticos implicados neste modo de estar junto na fronteira da linguagem. Este princípio ético que orienta a tese faz do fora da linguagem uma maneira de desaprender o instituído e fazer como afirma o poeta Manoel de Barros (2003): escapar da fadiga de informar.

Uso a palavra para compor meus silêncios.  
Não gosto das palavras  
fatigadas de informar.  
Dou mais respeito  
às que vivem de barriga no chão  
tipo água pedra sapo.  
Entendo bem o sotaque das águas  
Dou respeito às coisas desimportantes  
e aos seres desimportantes.  
Prezo insetos mais que aviões.  
Prezo a velocidade  
das tartarugas mais que a dos mísseis.  
Tenho em mim um atraso de nascença.  
Eu fui aparelhado  
para gostar de passarinhos.  
Tenho abundância de ser feliz por isso.  
Meu quintal é maior do que o mundo.  
Sou um apanhador de desperdícios:  
Amo os restos  
como as boas moscas.  
Queria que a minha voz tivesse um formato  
de canto.  
Porque eu não sou da informática:  
eu sou da invencionática.  
Só uso a palavra para compor meus silêncios. (BARROS, 2003, p.34)

O espaço fora da linguagem é então disjuntor da linguagem, plano livre do deslocamento de afetos, gestos e trajetões; é o que permite à criança demonstrar em linhas aquilo que ela sente e apreende fora do simbólico; demonstrar as singularidades desconhecidas sobre o humano. O espaço é ponto obscuro para as ciências humanas e biológicas, embora muitos termos tenham sido aplicados sobre ele (meio, entorno, exterior, território), ele está lá sempre anterior aos enunciados, como uma base da existência, plano de emergência<sup>15</sup> de um humano desconhecido a “nós”.

---

<sup>15</sup> Entendemos como “plano de emergência” o “plano de imanência” conforme apresentado por Deleuze (2016) e comentado por Scherer (2000). Essa discussão será apresentada pouco a pouco ao longo da tese, sendo conceituada no capítulo 4. Pensamos o espaço fora da linguagem como plano da imanência, plano de sem-fundo de onde emanam singularidades puras, *hecceidades*, esboços mais do que apenas formas, gestos mais do que o sentido. Deste plano emanam não indivíduos, mas modos de existências circunstanciais.

## 1.6 Da clínica da infância a infância como guia

Quer-se operar a clínica da criança e do autismo através deste desvio que acolhe a infância pelo ponto singular como as crianças lidam com o espaço, como elas se utilizam do espaço para expressar e manifestar conteúdos conscientes e inconscientes relacionados a sua saúde e seu sofrimento. Segundo Deleuze (2013), a cartografia demonstra como as crianças não param de dizer, fora da linguagem, por gestos e trajetos, toda um outro traçado que não se limita a palavra e a voz. Trata-se de uma linguagem menor. O autor traz um outro ponto de vista sobre o caso Hans (FREUD, 1909/2015) e foi crítico das interpretações de Freud. Deleuze aponta que Freud conduziu os trajetos do pequeno Hans no espaço para fórmulas uniformes a respeito da linguagem e da família.

O caso Hans (FREUD, 2015) popularizou-se como o primeiro estudo clínico sobre crianças e é resultado das análises de Freud sobre as cartas que trocou com o pai do menino Hans. Para ser justo, Freud encontrou com o menino apenas em duas ocasiões, o que parece ser o suficiente para ele se transferir com o “professor Freud”. No entanto, a crítica de Deleuze (2013) vai na direção de apontar outro sentido que não está nas palavras, mas estava numa série de trajetos através do qual Hans dizia de uma vivacidade que pedia passagem, que pedia espaço, mas que era barrada pela linguagem e pelas interpretações excessivas de Freud e o pai de Hans.

Diante destes “trajetos dinâmicos” onde a criança propõe coordenadas espaciais tais como sair do apartamento, explorar um imóvel na vizinhança, passar uma noite na casa vizinha, dormir fora de casa, todos estes sinais constituem a atividade cartográfica corporal e psíquica da criança, Freud, diz Deleuze (2013), *“conforme seu hábito, reconduz tudo ao pai-mãe: estranhamente, a exigência de explorar o imóvel parece-lhe um desejo de dormir com a mãe. É como se os pais tivessem lugares ou funções primeiras, independentes dos meios”* (p.83).

A crítica de Deleuze (2013) se estende a muitos outros pontos em que a obra de Freud é excessivamente interpretativa e languageira. O filósofo se estende além da crítica ao caso Hans, inclusive constitui ao lado de Guattari uma grandiosa crítica ao familiarismo e a redução da atividade psíquica a um teatro de imagos paternas e maternas. Para os autores, a crítica à psicanálise é a abertura para pensar outros universos não representacionais, maquinações que não operam exclusivamente pela linguagem, mas são devires minoritários por onde a subjetividade desvia dessa redução à linguagem, ao binarismo desejo e intimidade, social e individual, sujeito e objeto e abre-se a um devir revolucionário. Para os autores, o desejo é a própria produção que precipita esta revolução. Eles escrevem em *O Anti-Édipo, Capitalismo e Esquizofrenia*:

Os desejos edipianos não são de maneira alguma recalçados, nem têm de sê-lo. Porém, estão numa relação íntima com o recalçamento, mas de outro modo. Eles são o engodo ou a imagem desfigurada com que o recalçamento arma uma cilada ao desejo. Se o desejo é recalçado, não é por ser desejo da mãe e da morte do pai; ao contrário, ele só devém isso porque é recalçado e só aparece com essa máscara sob o recalçamento que a modela e nele a coloca. [...] Se o desejo é recalçado é porque toda posição de desejo, por menor que seja, pode pôr em questão a ordem estabelecida de uma sociedade: não que o seja desejo a-social, ao contrário. Mas ele é perturbador; não há posição de máquina desejante que não leve setores sociais inteiros a explodir (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p.158).

A leitura que Deleuze (2013) faz do caso Hans nos dá pistas para pensar uma reversão de perspectiva *in locus* no âmbito institucional, uma reversão no campo da própria clínica. Sua crítica permite pensar a infância para além do primado da linguagem, da universalização da subjetividade humana em torno da linguagem, da redução que coloca o desejo reduzido ao campo individual.

A posição de Deligny (2015a) e de Deleuze (2013) aposta que nem tudo é linguagem e que grande parte dos trajetos da criança não adquirem sentido na linguagem. Os pontos que destacamos como a problemático central do texto são: o excesso do uso de interpretações, a limitação da análise entorno de figuras familiares, o aprisionamento do sentido do que dizem as crianças ao primado do tempo e da linguagem. Deste ponto de vista crítico, buscamos apontar para o espaço e o movimento da criança como ponto de emergência da produção de subjetividade. Destaca-se o espaço e o trajeto como um elemento novo convidativo para novas formulações clínicas.

A crítica de Deleuze (2013) não visa atacar a psicanálise pura e simplesmente, mas mostrar que há toda uma vida fora da linguagem. Sua crítica indica a importância do espaço e permite pensar essa reversão que nós desejamos: ver a clínica a partir da infância e do espaço. O interesse, a relação, a inclinação e o desvio que a criança faz na direção do espaço, em que esse movimento contribui para a clínica? Como a sensibilidade da criança, sua abertura e atração pelo espaço, desperta na clínica uma curiosidade por este mesmo espaço?

Tomando a clínica do espaço como dispositivo, parte-se do seguinte princípio: a linguagem perde a regência e hegemonia e a análise se dedica a criar condições de possibilidade para experimentar a subjetividade fora do sujeito, o espaço, o gesto, o trajeto e o deslocamento na composição coletiva entre corpo e espaço. Não se trata de uma ideia abstrata, mas uma exploração concreta *in locus* onde a reversão pode ser pensada: a clínica precisa posicionar o espaço como elemento importante, de modo a alterar as relações hierárquicas entre a instituição e a criança; entre subjetividade e materialidade. O espaço como plano de deslocamento é a via

para essa experimentação, a reversão só pode ser vista e sentida segundo um primado do espaço e da infância. Do ponto de vista da linguagem, o espaço não comparece como elemento provocador, ele está coberto de palavras que calcificam e fossilizam sua estranheza. A radicalidade da reversão que é proposta está em afirmar que a criança cuida, ela é a nossa guia nas trincheiras para fora da linguagem.

A pergunta que melhor ajuda a precipitar essa reversão é: como é a clínica vista da perspectiva de uma criança que não fala? Como é a linguagem na perspectiva de uma criança autista? Se pensarmos tal como Deligny, propõe em *Nous et l'Innocent* (1975, apud RESENDE, 2016) poderíamos perguntar: como é a clínica à beira desse fora da linguagem?

É preciso dizer também que minha presença aí assinalava nossa atividade e indicava a linha: enquanto as tentativas conduzidas anteriormente, por ricochete, para a pesquisa de uma ‘causa comum’ entre aqueles que cuidavam e os que eram cuidados, reeducadores e reeducados, eram limitadas pela ‘ordem das coisas’, pelas instituições ambientes, se tratava, dessa vez, a partir da ausência da linguagem vivida por essas crianças-aí, de tentar ver até onde nos institui o uso inveterado de uma linguagem que nos faz o que somos, dito de outra forma de considerar a linguagem a partir da ‘posição’ de uma criança muda, como se pode ‘ver’ a justiça – do que ela se trata – ‘da janela’ de um garoto delinquente (DELIGNY, 2007, p.691, apud, RESENDE, 2016, p.258).

Essa reversão operada por Deligny em sua crítica não é mero maniqueísmo, inversão ou oposição entre perspectivas. É antes uma via para se problematizar instituições e modos de gestão das relações institucionais, a violência imposta pela força e a violência imposta pela obrigatoriedade da fala. Sua reversão busca criar brechas e novos dispositivos para se colher a infância a partir desta singularidade, desta recusa à fala. Trata-se de criar espaços vacantes, espaços onde a linguagem não é hegemônica e dominante.

Segundo Tikanori (1996) fazer uma reversão é “*criar as condições de possibilidade para que um paciente possa, de alguma maneira, participar dos processos de trocas sociais*” (p.56), fazendo com que novas trocas entre pacientes, terapeutas e instituição possam acontecer. Para que a alteração da hierarquia da instituição leve à produção de saúde e garantia de direitos, para que um acordo dissonante seja possível, é preciso pensar uma reversão no campo da clínica.

No caso de Deligny, trata-se da reversão que busca criar condição de possibilidade de acolher o que as crianças dizem através do espaço, de construir espaços fora das instituições e das tramas de medicalização e judicialização da infância entre 1930 e 1996. Trata-se de inaugurar janelas para retirar a criança do lugar de desvalor; de anormalidade; de déficit e de silenciamento, para construir com ela um novo lugar de enunciação, novo regime de

visibilidade e de dizibilidade onde a infância tenha poder de contratação, papel protagonista e valor positivo na construção da clínica, onde seus gestos e trajetos tenham poder de contratação.

Essa reversão Tikanori (1996) chamou de “reabilitação psicossocial”, isto é, o processo de reinserir na sociedade aqueles que foram internados em manicômios, que tiveram o corpo fortemente marcado pela experiência de loucura. Essa reabilitação quer reinserir estes pacientes na sociedade, mas não através de uma normalização ou uma adaptação ao modelo social dominante e, sim, através da “produção de valor” onde o paciente constrói sua cidadania a partir de sua singularidade positiva e não do diagnóstico como identidade de valor negativo. Em outras palavras: reabilitação psicossocial implica em suspender esse valor negativo que é a “doença mental” e inserir os pacientes num processo de troca social onde ele tenha poder contratual, onde ele tenha condição de possibilidade de ser ouvido como uma voz singular e não como uma voz marcada pela representação do diagnóstico. Ao mesmo tempo, a reabilitação psicossocial reinsere a sociedade em outro regime de sociabilidade onde a loucura não é vista como negativa, mas como sensibilidade criativa.

Segundo Tikanori (1996), para operar essa transformação é preciso:

produzir dispositivos em que, desde uma situação de desvalor quase absoluto (pressuposto), possa-se passar por experimentações, mediações, que busquem adjudicar valores aptos de intercâmbio. Ou seja, modificar o pressuposto de desvalor natural para um pressuposto de valor possível, proposto (explícito) (TIKANORI, 1996, p.56).

Seguindo a proposta de Passos & Benevides (2001) e Tikanori (1996) – pensar a clínica como desvio, produzir alteração do valor negativo e criar dispositivos – afirma-se *a clínica do espaço* como um dispositivo clínico político que toma a infância e o autismo como interlocutor privilegiado na construção de uma crítica à clínica que resulta numa clínica da clínica. Propomos um cuidado com as instituições para desviar do vetor manicomial contemporâneo, propomos a construção de um dispositivo de produção de saúde, segundo normas propostas pelas próprias crianças.

Nessa construção, o lugar do terapeuta é descentralizado em prol de uma transversalidade com a criança, fazendo delas os verdadeiros terapeutas da clínica. São elas que nos levarão à transformação da clínica e nos apontarão os analisadores que subverterão noções caras à clínica como linguagem, desejo, sentido, espaço entre outros. São as crianças que, no ponto cego de nossas instituições, nos apontarão as linhas de fuga necessárias aos problemas contemporâneos. Enquanto terapeutas, trata-se de esvaziar este lugar de poder e espacializar-se, dissolver as instituições que nos compõe para dar lugar à novos modos de espacialização.

Sendo assim, como não perder o fio da meada no exercício complexo da clínica da clínica? Como fazer dessa aliança uma linha de desinstitucionalização efetiva da clínica e do espaço? Diante desta abertura que criamos ao romper com os decretos manicomial, romper com os sentidos instituídos, como não perder a direção? Como não perder a potência da infância em meio a tantas palavras e convicções? Como aproximar a clínica da infância e do autismo? Como se aproximar deste ponto à margem da linguagem onde a infância não é algo que se diz totalmente na linguagem?

A experiência com crianças autistas que propomos analisar, consistiu na migração de Paris para Cévennes, região montanhosa na França. Lá constituíram espaços abertos e sem muros, longe das instituições pedagógicas e psiquiátricas, somente tendo relação com alguns psicanalistas, artistas e intelectuais que procuravam Deligny. Em Cévennes ocorreu a tentativa designada áreas de estar (*aire de séjour*) que consistir em criar instalações espaciais como plano de acolhimento, cuidado e convivência com crianças ditas autistas. Consistia num espaço amplo, aberto e livre ao deslocamento, margeado apenas por presenças próximas (*presence proche*), pedras, montanhas e riachos. Neste lugar, o que impediu Deligny (2015a) e seus companheiros de não perderem o fio de meada senão as próprias crianças autistas e as pistas indicadas pelos gestos e trajetos no espaço? Por não se tratar nem de clínica nem de educação, por se tratar de uma crítica à linguagem e à noção de adaptação, Deligny propõe novas balizas para se lançar nesse enfrentamento da desvalorização do autismo e da infância. Dentre inúmeras dessas balizas, as áreas de estar se constituíam como efetivas instalações espaciais que davam suporte à vida fora da linguagem.

Nessa iniciativa, o que permitia que o espaço permanecesse suficientemente aberto às criações e explorações das crianças era a cartografia. Os mapas, a fotografia, os filmes e a escrita, era o que auxiliava-os a não perder o fio da meada. Além disso, o jovem Janmari – criança autista que Deligny recebe em 1968 e convive com ela até sua morte em 1993 – é uma das crianças que contribuiu para a proliferação de pistas para um modo de ser fora da linguagem. Diz o autor: “*Eu aí me arrisco: a presença de Janmari me impede de perder o fio da meada*” (DELIGNY, 2015a, p.224).

Quando dizemos que a infância é guia na construção do dispositivo clínico político chamado clínica do espaço, afirmamos que as linhas da infância traçadas no território operam como guia para reversão crítica e criativa da clínica. Como veremos, a cartografia é uma semiótica que mostra essas linhas através do mapa, essas linhas são intensivas (de afetos e intensidades) e extensivas (de territorialidade e materialidade). Entendemos então que a *clínica*

*do espaço*, inspirada na cartografia como dispositivo clínico-político, ressoa as proposições de Deleuze (2016) acerca das linhas intensivas e extensivas e sua relação com o dispositivo. Ele escreve, em 1988, um dispositivo é:

Um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente. E essas linhas, no dispositivo, não cercam nem rodeiam sistemas, dos quais cada um seria, por sua vez, homogêneo – o objeto, o sujeito, a linguagem etc. –, mas seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam ora se distanciam umas das outras. Cada linha é rompida, submetida a variações de direções, bifurcações e forquilhada, submetida a derivações. (p.359).

Essas linhas são de quatro tipos e formam as dimensões do dispositivo: "linhas de visibilidade" que dão forma e foco e fazem com que determinadas figuras nasçam ou desapareçam, que determinado indivíduo seja qualificado como normal ou anormal, vigiado ou invisibilizado. "Linhas de enunciação" que seguem esta mesma direção histórica de fazer ver e fazer ouvir, fazer falar ou calar, distribuindo variáveis, origens, razões e justificativas. Existe também uma terceira linha chamada "linha de força" que retifica as duas primeiras linhas agindo como flechas, entrecruzando coisas e palavras, conduzindo uma batalha de visibilidade e dizibilidade. A linha de força percorre todos os pontos do dispositivo e está enredada ao tempo em que é totalmente desenredável.

Posto estas três linhas, Deleuze (2016) apresenta a quarta linha da subjetivação que segmentam os lugares, os movimentos, as palavras e as coisas, são as linhas das relações de poder-saber. Ele monta a ideia de dispositivo comentando a análise crítica de Foucault (2014b) sobre as prisões e o sistema *panopticon*, fato que discutiremos mais adiante. Com essa quarta linha, Deleuze (2016) quer mostrar que o dispositivo não se encerra nas relações de poder. Apesar de um dispositivo se constituir por linhas de força, por enunciação e visibilidade, a quarta linha é também "linha de subjetivação". Com isso o autor desmistifica a ideia de que está tudo dominado, afirmando que nem tudo está perdido e existe a possibilidade de resistência, de desvio e de criação de linhas de fuga por dentro dos dispositivos.

A "linha de subjetivação" é a quarta linha por onde o dispositivo se abre à criação e não se encerra apenas na sujeição e na dominação. Por subjetivação entende-se um "*processo, uma produção de subjetividade em dispositivo: fazer-se é o que ela deve, na medida em que o dispositivo permita ou torne possível*" (DELEUZE, 2016, p.361/362). Ela se produz na medida em que supera a linha de força, em vez de entrar numa relação de oposição ou exclusão, se constitui pela dobra sobre si mesma: quando "*se volta para a mesma, atua sobre si mesma e afeta-se a si mesma*" e leva à transformação de si própria. A subjetivação é a linha de escape, a

“linha de fuga” ou “a linha de errância”, através da qual uma diferença, um desvio podem emergir.

Não é dado que todo dispositivo comporte esta linha, ao contrário, são inumeráveis os dispositivos que excluem essa possibilidade da subjetivação. As prisões, os hospícios, os hospitais psiquiátricos tradicionais e contemporâneos, as comunidades terapêuticas e até mesmo alguns ambulatorios, são dispositivos clínicos que produzem subjetividade pelo assujeitamento, pela dominação e o controle do corpo e das variáveis. Estes são dispositivos que se constituem em regime fechado, em valor negativo, sem diálogo com os enunciados da loucura e da criança. Criar um dispositivo que comporte a “linha de subjetivação” é uma tarefa crítica, de criticar os regimes fechados, os vetores de enclausuramento e procurar por pistas que leve à subjetivação, a construção de valores positivos. Nossa aposta está em mostrar que muitas destas pistas estão no espaço, que muitos processos de resistência se dão pela via do espaço.

Se queremos construir a clínica do espaço como dispositivo clínico político, devemos começar pela procura destas pistas que nos levarão a transformação das práticas e discursos. Se buscamos a “linha de subjetivação” devemos começar por operar esta reversão enunciativa, permitindo que a criança possa indicar de múltiplas maneiras quais os caminhos para seu processo de cura e liberdade. É através do que as crianças dizem, dos seus mapas e trajetos que chegaremos à transformação das práticas em prol de um processo de subjetivação. Este processo de subjetivação é mútuo, para criança e para a clínica. Deleuze (2016) afirma:

Em todo dispositivo, é preciso distinguir o que somos (o que já nem somos mais) e o que estamos em via de devir: a parte da história e a parte do atual. A história é o arquivo, o desenho do que somos e deixamos de ser, ao passo que o atual é o esboço do devimos. De modo que a história ou o arquivo é o que ainda nos separa de nós próprios, ao passo que o atual é este Outro com o qual já coincidimos. (DELEUZE, 2016, p.366).

Propõe-se então um dispositivo que opera transformações, cria condição de possibilidade de ser outro; cria modos de subjetivação, “novos modos de subjetivação” (DELEUZE, 2016) tomando o gesto e a palavra da criança como “linha de fuga” na construção da clínica e outros espaços que sejam efetivamente animados, atrativos, produtores de subjetividade, espaços que sejam eticamente atravessados pelo sentido de liberdade e o sentido de fora<sup>16</sup>. Quando afirmamos a clínica do espaço como dispositivo clínico-político lutamos pela

---

<sup>16</sup> O conceito de fora é importante, ele aparece em Blanchot (2011) ao discutir a literatura onde o fora seria a condição de possibilidade da literatura. O tema é retomado por Foucault (1990), ao discutir as relações de poder e resistência: não havendo um fora absoluto das relações de poder, o fora vem a se tornar a condição de possibilidade da resistência. Em Deligny (2015a) encontramos o conceito de fora ligado ao fora da linguagem, demonstração de

alteração do discurso e a transformação das práticas clínicas em relação à infância; pela possibilidade de afirmar um lugar produtivo para a criança no bojo desta construção ético, estético, clínico e político.

A reversão criativa proposta é tomar a infância como guia desestabilizador da clínica. Nos cabe acompanhá-la de modo que ela nos questione ao invés de nós clínicos, psicólogos ou educadores, questioná-la, impeli-la ou argui-la em busca da verdade interior da infância. A verdade sobre a infância é seu potencial criador, criação que se expressa não apenas pela vida interior, seu desenvolvimento, mas também pelo movimento exteriorizado no espaço.

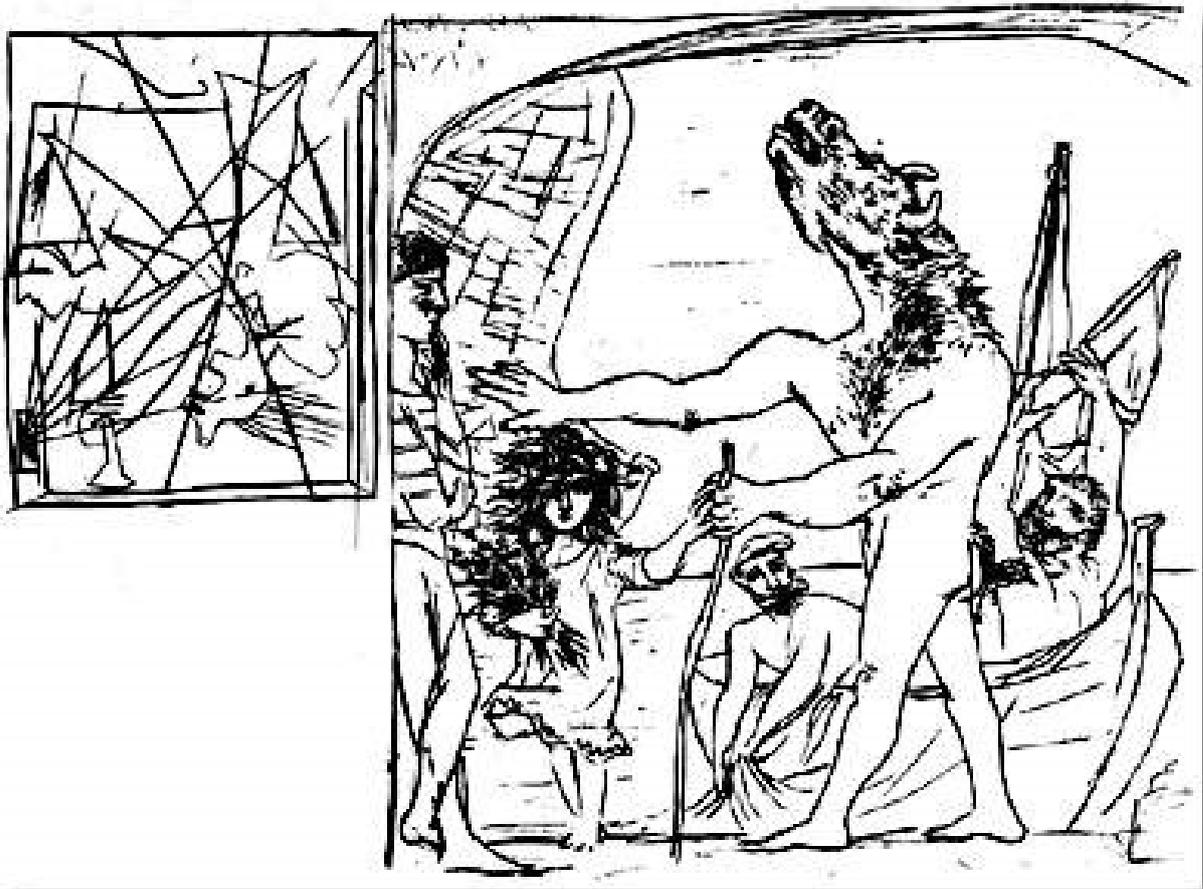
Devemos estar atentos quando algo ou alguém nos impele mais sobre os problemas da infância, do que propriamente a infância como problemática inquietante e perturbadora. Devemos desconfiar daqueles políticos que pensam que existe ou existirá uma infância que não chore, que não se emocione, que não proteste ou questione. O desvio que propomos, a reversão que desejamos, é tomar o espaço e a infância como plano atrativo ao movimento e a transformação, instâncias humanas imediatamente criancieiras. Este risco assumimos ao considerar a infância como fonte de inquietação, como convite ao movimento no espaço.

Por entre riscos e desvios, cabe lembrar aqui um pequeno desenho de Pablo Picasso de 1934 onde ele apresenta um rascunho da obra “Minotauro cego guiado pela menina” reeditado diversas vezes naquele ano. Em específico, gostaria de lembrar a versão feita em água forte exposta no Centro Cultura Banco do Brasil, em 2016<sup>17</sup>. Na ocasião em que visitei a exposição, entre muitas obras, essa especialmente me chamou atenção. Pequena ao lado de tantos outros quadros maiores, sua fragilidade me chamou atenção, seu aspecto minoritário e quase imperceptível de suas linhas. Ao aproximar me senti fitado pelos olhos da menina, pois nesta obra, diferente das outras séries com mesmo título, a menina é pintada de frente. Seus olhos translúcidos me atravessam e ali mesmo entendi o propósito desta reversão – trata-se de elevar à última potência a disponibilidade de se deixar guiar pela infância. Este desenho é uma bela ilustração das tramas desta reversão, onde a criança guia a clínica na direção da alteração dos valores e das relações de poder-saber. Foi pela afetação deste olhar da criança sobre a clínica que esta pesquisa foi guiada até aqui; através dela que essa reversão pode ser suscitada no interior de nossas instituições por uma aliança onde a infância cresce em sua dimensão ética, estética, clínica e política.

---

que o humano não é essencialmente linguageiro. A problemática envolvendo tal conceito será discutido gradativamente ao longo da tese.

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://pt.wahooart.com/@/8XYPFJ-Pablo-Picasso-cego-Minotauro-%C3%A9-dirigido-Em-garota-> > Acessado em: 13/11/2023, às 15:55.



“cego Minotauro é dirigido Em garota”  
Pablo Picasso - água-forte - 1934

## 2 CLÍNICA E CARTOGRAFIA

### 2.1 O espaço e a espacialidade na clínica

Propor uma articulação entre clínica e cartografia implica em transformar o sentido e o uso da clínica, visto que a cartografia, principalmente na trajetória de Fernand Deligny, é um desvio da clínica em seu sentido mais formal: clínica como instituição; clínica como um espaço onde se aplica determinada técnica, onde se determina o normal e o anormal, como um espaço onde se determina a fronteira entre o dentro e o fora.

Investigar essa articulação é pôr a clínica em análise e em relação com elementos não clínicos – a arquitetura, a etologia, o espaço, a luta política, a arte. Nesse capítulo pretendemos analisar o uso do espaço na clínica focando no movimento instituinte da luta antimanicomial, procurando nessa análise encontrar o papel específico de Fernand Deligny. Qual inovação sua obra oferece para essa relação entre clínica e espaço? Para ele, a questão do espaço estava indissociável da luta pela liberdade. Veremos que, ao longo de sua trajetória, o espaço foi transposto, retirado de seu uso original e isso ressoava os princípios que davam início à luta antimanicomial.

Primeiramente, é preciso notar que Deligny se confronta com esse problema a partir da crítica ao conceito de infância inadaptaada, o que amplia a discussão entre espaço e clínica, inserindo aí o tema da infância. Sua entrada no campo institucional se deu pela atuação nos estabelecimentos destinados ao acolhimento e reeducação dessa população. Nesse ponto, foi enfático em relação às instituições denunciando como a moral estava intrinsecamente ligada à sua arquitetura e as saberes médico-jurídicos e médico-pedagógicos.

Para avançar nesta crítica, devemos problematizar o sentido de clínica como sinônimo de hospital, consultório ou ambulatório. O espaço da clínica foi durante muito tempo o estabelecimento arquitetonicamente projetado para curar e separar indivíduos da sociedade. A proposição de um espaço fechado sobre si, apartado do entorno, funcionando através de centros que concentram grupos específicos e como lugar onde se aplica a norma é justamente aquilo que queremos transformar. Deligny é um personagem importante na crítica deste modelo de clínica, pois ele parte de uma posição radical, da recusa total a qualquer clínica. Sua trajetória denuncia a relação entre clínica e arquitetura, como ela vem sempre acompanhada de outras articulações, como a relação da norma com a vigilância e modelação da subjetividade, bem como a relação destas duas com a exclusão social e a mortificação.

Este capítulo investiga e problematiza a relação entre clínica e espaço, desestabilizando-a para permitir um devir que permita acessar outros espaços, outros modos de acolhimento

possíveis para a clínica. Nesse caso, devir será sempre uma dupla abertura: devir criança, para que as crianças possam experimentar a infância em sua multiplicidade; devir do espaço, para que a clínica possa experimentar outras superfícies para o acolhimento e cuidado com a infância e, sobretudo, com a própria clínica.

Veremos a seguir a transformação do uso do espaço na clínica e perceberemos como Deligny aparece aí como um personagem importante e pouco explorado no que diz respeito à inovação e à atualização das práticas de saúde. O espaço da clínica se modificou e o que postulamos hoje a respeito de uma clínica do espaço foi muito inspirado em um certo devir revolucionário da clínica que radicalizou totalmente seu espaço e expandiu seu território de atuação. Este devir revolucionário da clínica concentra em grande parte o esforço das lutas antimanicomiais através das últimas décadas.

Inicialmente a *clínica do espaço* tem como inspiração a prática antimanicomial. Analisaremos o período entre 1940 e 1968 na Europa, considerando inicialmente duas experiências específicas, a Psiquiatria Democrática e a Psicoterapia Institucional guiadas por Basaglia e Tosquelles, respectivamente. Encontraremos nesse período Fernand Deligny como este personagem marginal que interveio no campo, sem, no entanto, se declarar clínico. Nosso objetivo é investigar como o espaço foi problematizado nesse período; em especial, qual a relevância da crítica ao espaço institucional feita por Deligny – a que caminhos ela leva? Que outros espaços existem para o acolhimento?

Posteriormente, através de uma cronologia da trajetória do autor, analisaremos a virada proposta por ele quando migra para Cévennes em 1968, período que marcou sua saída definitiva do campo institucional e deu início ao acolhimento de crianças autistas em espaços denominados por ele como áreas de estar (*aire de séjour*). Qual a relevância desta história para a construção de uma prática de acolhimento que não passa essencialmente por uma avaliação do normal ou do anormal, mas pela criação de lugares de vida que dê suporte aos modos de existência sem exigir deles uma normalização?

Portanto, nesse capítulo trataremos de dois pontos em específico: primeiro, a trajetória desta problematização sobre o uso do espaço na clínica, o modo como se alterou os modelos institucionais fortemente marcados pela separação entre dentro e fora (do estabelecimento e da normalidade). Em seguida, investigaremos o surgimento deste personagem Fernand Deligny, o modo como ele incide sobre o problema da clínica, do espaço e da infância. Grande parte do capítulo se deterá nisso, numa pequena cronologia onde investigaremos o surgimento da cartografia e a prática de cuidado do autor. Quais campos ele atuou? Quais foram as

circunstâncias que o levou a desviar da crítica institucional e a pensar o espaço para a linguagem?

Contudo, antes de reconstruir essa linha de problematização da clínica, considero importante definir alguns conceitos que atravessarão todo o capítulo. São eles espacialização, espaçamento e espacialidade. Solis & Fuão (2014) nos oferece duas ferramentas-chaves para exercitar essa articulação, segundo a autora haveria duas concepções diferentes acerca do espaço: uma primeira denominada labiríntica, relativa à arquitetura e uma segunda denominada piramidal, relativa à filosofia e ciências como as físicas e a matemáticas.

A dimensão arquitetônica do espaço, a dimensão formal da arquitetura, é sempre constituída socialmente e se caracteriza por edificações e estabelecimentos sociopolíticos. Nesse sentido, o espaço é sempre uma forma estável, sólida, relativa aos domínios da métrica como forma de constituir os espaços em questão: a casa, o hospital, o asilo, a escola, o exército etc.

Por outro lado, a dimensão filosófica do espaço, a sua forma fluida e experimental, é constituída subjetivamente e remete ao campo da experiência subjetiva. Tal diferenciação permite pensar que o espaço não é sempre o mesmo, não é estável. Em sua dimensão formal há uma dimensão experimental. Com isso, o espaço possui também seu próprio devir. No urbanismo, por exemplo, o planejamento de calçadas e travessias inclusivas para os cegos e cadeirantes, incorpora a experiência singular e modela o espaço segundo a variação dos corpos que nele habitam. Contudo, a experiência de um cego não pode ser totalmente incorporada na arquitetura, pois traria ao espaço característica que ele não suporta: é impossível pensar um espaço que não possua imagem, cuja experiência é somente tátil. Há sempre um resto não representável no espaço. Aí incidiria o estudo filosófico, clínico e poético a respeito da percepção e do espaço: se o espaço não é sempre o mesmo, como podemos experimentá-lo que não apenas da maneira mais racional? Que uso sensível podemos fazer dele? A resposta é sentindo-o através de outras vias sensoriais. Este sentido não é formal, não encontra na linguagem uma representação, é sem imagem e sem representação, está na dimensão háptica da percepção. A dimensão háptica da percepção do espaço é uma imagem não representacional, porém imagem perceptiva. Discutiremos isso mais adiante. O que queremos ressaltar aqui é a inseparabilidade entre o humano e o espaço, esse ponto em que devir é sempre relativo a um meio e seus habitantes. Existe um ponto onde o espaço e o indivíduo não são em si mesmos, mas suscetíveis um ao outro, ao devir que tudo transforma.

Com isso, queremos apontar para essa dimensão filosófica e experimental do espaço e extrair dela observações clínicas a respeito do seu uso. No caso da cartografia de Fernand Deligny, veremos isso detalhadamente ao longo do capítulo, o espaço incorpora o modo de habitação da criança e do autista. A pergunta que ocorre é: o que pode a clínica ao incorporar a experiência da criança e do autista? O que pode a clínica ao formular seus espaços de cuidado segundo esse espaço sensível?

Segundo Solis & Fuão (2014), comentando Tschumi, arquiteto e educador suíço, a concepção labiríntica, a dimensão arquitetural do espaço, é sempre material e métrica, resguarda pela linguagem e suas representações. A concepção piramidal, por outro lado, desmaterializa a arquitetura e a coloca em relação com o não métrico, o não localizável, o não representável. Esse confronto entre as diferentes concepções de espaço leva à formulação do conceito de “espacialização” e “espaçamento”.

O modo como a arquitetura encontra um local para construção e uma edificação e aplica sobre o espaço sua técnica de modelação, dá-se o nome de “espacialização”. Por outro lado, essa forma só é possível na medida em que uma brecha aparece no espaço, um ponto onde ele indica a condição de possibilidade do aparecimento de algo – um edifício, por exemplo. A brecha além da abertura para algo pode ser também a ausência de algo, contudo, ela sempre é da ordem da percepção, do aparecimento de uma imagem perceptiva do arquiteto que vê em determinada superfície essa abertura, essa possibilidade. A arquitetura só é possível se um outro tipo de espaço se manifesta. Essa manifestação da dimensão não métrica do espaço, o ponto em que ele aparece como superfície movente, dá-se o nome de “espaçamento”.

Esse outro espaço passível de movimento, não se confunde com o movimento dos corpos ou da natureza no espaço. Nem mesmo se confunde com as profundas camadas geológicas sob o solo, as placas tectônicas que se movem. Esse espaço passível de movimento é o movimento do próprio espaço, traços imperceptíveis de um devir cuja linguagem não dá conta de representar, espaço que, por ser sensível, é passível de experiência na arte, nos sonhos e na loucura. Nesse ponto, mais uma vez, as crianças, os autistas, os artistas, são guias nesse processo, pois sem se encerrar na categoria de artistas, loucos ou sonhadores, eles deslizam sobre esse espaço como um sonhador desliza sobre as diferentes superfícies de um sonho. Esse espaço movente é denominado por Solis & Fuão (2014) como “espaçamento”.

#### O espaçamento

[...] não marca propriamente um lugar. Designa mais a possibilidade de inscrição, onde há o aparecimento de uma brecha ou fenda que possibilita o apagamento do texto de superfície, ficando gravado, entretanto, como num

bloco de cera, tal como o exemplo dado em Nota sobre o bloco mágico de Freud (SOLIS & FUÃO, 2014, p. 27).

Essa brecha que está lá como condição de possibilidade é o próprio “aparamento” de um “texto”, de um sentido, de um signo que dá ao espaço a marca do vazio, porém, rico em potenciais. A brecha é então a ausência de uma representação do espaço que permite a criação de algo novo<sup>18</sup>.

Nós retornaremos a esta questão ao longo do capítulo, cabe a esta pequena observação inicial apontar que no texto a seguir, na articulação entre clínica e espaço, visa ultrapassar o uso do espaço em sua forma arquitetônica e alcançar esses outros usos. O espaço da clínica será, portanto, mais do que apenas o estabelecimento, mas do que o hospital, a sala do médico ou do terapeuta. Para isso, cabe a essa observação inicial distinguir espacialização, espaçamento e espacialidade.

Primeiramente, “espacialização” é a forma de se constituir um espaço, ela está na cultura nas mais diferentes formas, pode ser observada nas diferentes culturas, na constituição de casas e abrigos. A forma como os indígenas da América do Sul ou os povos antigos da Europa estabeleceram seus abrigos é um gesto totalmente distinto um do outro, pois depende e corresponde a um meio específico, ao entorno, brechas e impossibilidades. Desta forma, Solis & Fuão (2014) afirma que a espacialização está enraizada na cultura moderna, mas nós a estendemos para além de uma questão arquitetural. A espacialização tem suas raízes mergulhadas no mais primitivo do humano, na sua relação com o espaço, o meio e o entorno. A espacialização corresponde então não apenas ao domínio social, político e artístico da arquitetura, mas também ao primitivo do humano – sua relação com o espaço, o corpo e a natureza.

Na proposição de uma articulação entre o espaço e o humano, o conceito de “espaçamento” é bastante interessante, pois indica a operação de abertura do espaço, localizando o gesto humano como um modo de se relacionar com o devir e abertura do espaço.

---

<sup>18</sup> A criação de um espaço labiríntico requer o apagamento de algo na superfície. Sendo o que se apaga o signo unário, um traço simbólico inaugural, reconhecemos a necessidade de aprofundar esse tema em trabalhos posteriores. Não sendo esse nosso objeto objetivo na tese, indicamos a importância dessa questão na teoria psicanalítica ou na teoria esquizoanalítica, indicando a possível articulação entre o traço unário e o primado do espaço. O traço em questão é discutido no trabalho esboçado por Freud em carta à Fliess, enquanto o primado do espaço é tema desta tese. Seria preciso ainda indicar Deleuze & Guattari e a inseparabilidade entre processos de desterritorialização/territorialização, a brecha como essa passagem entre os dois modos subjetivos. A teoria psicanalítica parte da ideia de que para haver a inscrição do espaço na subjetividade simbólica, é preciso haver uma brecha na superfície já estriada pelo simbólico. O argumento que propomos parte no sentido regressivo, para haver superfície simbólica é preciso haver topos, o espaço seria então anterior à linguagem e a brecha teria o primado. É topos então que inaugura a brecha e a linguagem. Veremos esse tema ao longo da tese.

Através do gesto o espaço devém outro. O espaçamento relaciona então esse ponto indiscernível entre o corpo e o espaço, de modo que há um limiar onde ambos são uma mistura – corpo aberto ao espaço, espaço aberto ao corpo.

A partir do conceito de espaçamento, há um outro conceito que precisa ser definido de largada, que é o conceito de “espacialidade” formulado por nós ao longo deste capítulo. Espacialidade é a capacidade do gesto e do agir não premeditado abrir o espaço ao acaso, de modo que o imprevisível surja nele.

Para Araújo (2023)<sup>19</sup>, o espaçamento: *“é aquilo que fissa o próprio espaço, faz com que ele perca a sua métrica, os seus contornos, que a sua matéria se desmaterialize, permitindo que a desconstrução geste outros modos de espacialização”* (p. 94). Espaçamento é então o gesto que faz o espaço devir outro. A partir disso, a espacialidade é criação destas brechas que suscitam o devir. Enquanto a espacialização é a forma de constituição de determinado espaço, o espaçamento é a via de abertura do espaço; a espacialidade seria então essa linha do gesto e do trajeto que abre o espaço para o devir. A espacialidade é operada por aquilo se desloca entre o corpo e o espaço e que no espaço pode ser grafado, marcado tal como num mapa ou fotografado tal como num filme ou na fotografia.

Contudo, essa espacialidade é o que vai além do traçado, é a intensidade que não se resume na métrica das palavras e da representação e corresponde a esse plano de forças que compõe corpo, espaço e devir. Ele é não intencional, é o espaço se inclinando sobre o corpo e o corpo ao espaço. Espacialidade é então o gesto que dá a ver essa dimensão movente do espaço. Apesar dessa indiscernibilidade entre corpo e espaço, é importante notar que o deslocamento do corpo não se confunde com o movimento do espaço. Ambos possuem sua autonomia, embora sejam relacionais e não intencionais. Aponta-se aqui o gesto e o trajeto e os diferentes modos de percepção do espaço para ir, pouco a pouco, introduzindo o leitor no vocabulário e na maneira que encontramos de abordar a cartografia de Fernand Deligny, apontando que a espacialidade do gesto é essa dimensão estética, sensível e experimentável do corpo no espaço. Quando uma criança autista traça uma linha de errância, quando ela surpreende com o inesperado, é de espacialidade que se trata. Ela dá a ver este outro universo não representacional que habita o espaço e o corpo. Seguir essa pista é fundamental para a clínica do espaço, para formulação da operatória de constituição de novos espaços. Este estudo nos leva a passar inevitavelmente por uma equação ética, estética e clínico-política: seguir a espacialidade do

---

<sup>19</sup> *Residência Terapêutica caSa: da habitação clínica à clínica do habitar*. Tese de doutorado do programa de pós graduação em psicologia, da Universidade Federal Fluminense, orientada por Eduardo Passos e defendida em 2023.

agir, do gesto e do trajeto, para encontrar as brechas para espacialização de outros modos de viver e acolher a diferença. O que Deligny fez ao longo de toda sua trajetória, não foi mais que pontuar esse espaçamento, porção do espaço fissurada, e seguir as pistas deixadas pelas crianças e fazer delas estratégias para instalação de espaços absolutamente singulares: criar espaços para o acolhimento das crianças, fora do Estado, fora das instituições que o compõem, fora da linguagem que o nomeia. Como é pensar o espaço fora da linguagem? Como é o espaço sem métrica e sem representação?

Veremos essa questão ao longo de toda tese, a seguir iniciaremos uma pequena incursão sobre os marcos da luta que iniciou a problematização da articulação entre clínica e espaço.

Entre os anos de 1940 e 1980, é possível observar na Itália e na França a problematização do hospital psiquiátrico e a transformação dele segundo o princípio de que todo tratamento deve ocorrer em liberdade. São inúmeras as iniciativas que na época se construíram nessa relação entre cuidado e liberdade: na França, especificamente, veremos surgir a *psiquiatria de setor* de Lucien Bonnafé e a *psicoterapia institucional* de Françoise Tosquelles. Já na Itália vemos surgir a *psiquiatria democrática*, criada através de Franco Basaglia e continuada por Franco Rotelli. Em cada uma destas vias encontraremos a relação entre clínica e espaço e a problematização do dentro e fora do espaço institucional.

A transformação gradativa dos hospitais psiquiátricos de Gorizia e de Trieste, na Itália, é resultado das intervenções de Franco Basaglia entre os anos 60 e 70 e é analisador inicial do espaço da clínica. Se confrontando com as condições desumanas na qual viviam os internos e operando intervenções no espaço da instituição e da cidade, Basaglia chega a desinstitucionalização dos internos e dá início às práticas antimanicomiais em território italiano. Através da intervenção no espaço, da operação de um dentro-fora na instituição, a diluição das fronteiras entre o hospital e a cidade e a criação de abrigos e residências terapêuticas que prestam assistência em liberdade, chega-se a uma transformação dupla que atinge tanto o espaço do institucional como também a própria clínica, seu discurso e sua prática.

A Psiquiatria Democrática interveio no grande hospital de Trieste com objetivo de fechar o hospital, retirando os pacientes e transformando a assistência psiquiátrica e sanitária por dentro do Estado. Segundo Guattari (2012b) a corrente italiana não se dedicou a fazer “*considerações teóricas sobre a gênese da esquizofrenia ou sobre as técnicas de tratamento*”, mas tiveram como principal atividade concentrar-se “*no campo social global, aliando-se aos partidos e aos sindicatos de esquerda com o objetivo de conseguir pura e simplesmente que os hospitais psiquiátricos italianos fossem fechados*” (p.169). Em 1980 os italianos pactuaram

legalmente tal objetivo a partir da Lei 180 que determinou a erradicação dos hospícios e hospitais psiquiátricos locais, porém, posteriormente, famílias italianas reuniram-se em associações pedindo a reabertura dos antigos asilos em razão de não conseguir lidar com os loucos (GUATTARI, 2012b, p.169). A partir disso, Basaglia busca então constituir “*bases sociais cada vez mais amplas para a viabilização da reforma psiquiátrica em todo o território italiano*” (AMARANTE & ROTELLI, 1992, p.44), uma reforma que partisse do princípio do fechamento do hospital, redução do número de leitos e proibição da construção de hospitais psiquiátricos baseados no modelo antigo de assistência e reforma sanitária e assistência social, apoiando a família e a cidade na construção deste novo modo de lidar com a loucura em liberdade.

Tais mudanças contagiaram não só na Itália, o movimento de democratização da psiquiatria e do sistema sanitário, como também contagiou os movimentos brasileiros de reforma psiquiátrica onde avançamos com a criação da Lei 10.216/2010 que institui a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, bem como o redirecionamento do acolhimento para um modelo assistencial territorial em saúde mental chamado Rede de Atenção Psicossocial (RAPS). O movimento antimanicomial brasileiro busca assegurar o direito ao tratamento em liberdade tratando com humanidade e respeito o portador de transtorno mental, tendo interesse beneficiar a saúde do usuário<sup>20</sup>. No momento, cabe dizer da importância do estudo da espacialidade da clínica e a importância e continuidade da inovação proposta pela luta antimanicomial, destacando em especial este manejo do dentro-fora institucional como uma prática clínico-política: operar a abertura das instituições que insistem em reemergir após 2019, instituições que nunca foram totalmente erradicadas. É preciso pensar a clínica do espaço dentro destes espaços manicomial que hoje ocupam lugar importante dentro do quadro institucional da saúde mental no Brasil. De que modo poderemos abri-los no futuro? De que modo podemos dar continuidade ao desenvolvimento de novos dispositivos e criação de novas práticas? Queremos traçar essa abertura através de uma problematização da espacialidade da

---

<sup>20</sup> Recentemente fomos atacados com as mudanças na Política Nacional de Saúde Mental, através da publicação do Decreto 11/2019, que preconiza a volta de antigos equipamentos que antes estavam em processo de substituição pelos equipamentos da RAPS – o aumento do número de leitos e espaços hospitalocêntricos, tais como, o serviço ambulatorial e as comunidades terapêuticas. As comunidades terapêuticas são estabelecimentos privados de internação com intenção de tratamento psiquiátrico, mas que na verdade são marcados por forte inserção religiosa, abordagem fundada em valores morais e conservadores e com grande intenção lucratividade. O Decreto 11/2019 institui que o financiamento público possa ser destinado para estas instituições e isso é um forte retrocesso na contramão da reforma psiquiátrica e da política de redução de danos. Trata-se da oferta de um tratamento baseado na internação, no isolamento, na religião e na abstinência e em nada ressoam os valores da Psicoterapia Institucional ou da proposição feita nesta tese e estão ligados não a RAPS, mas a grupos ligados a instituições religiosas que ignoram as bases da Reforma Psiquiátrica Brasileira, disposta na Lei 10.216/2010) Para mais informações consultar o relatório da SSRC (2021) sobre as Comunidades Terapêuticas.

clínica, apontando para problemas que incidem sobre as políticas públicas brasileiras e sobre os corpos da população.

Esta operação consiste em reconhecer a importância da criação e construção concreta de lugares de vida (GUATTARI, 2012b), lugares que possam servir de base para proposição de novos processos de subjetivação fora das práticas manicomialis, lugares que acolham a loucura na sua diferença – especialmente a criança e as pessoas no espectro do autismo. “Lugares de vida” podem se constituir dentro dos próprios equipamentos da RAPS, como os CAPS e as Residências Terapêuticas, mas não necessariamente estes lugares precisam estar dentro das instituições, eles podem ser criados a partir de iniciativas clínicas autônomas e marginais, como é o caso de Deligny que entre 1939 e 1956 migrou de instituição em instituição até criar áreas autônomas e coletivas que se autogeriam a partir de 1968. Será preciso criar por dentro destas instituições que temos hoje, certamente, e será preciso igualmente pensar estes outros lugares de acolhimento fora do campo institucional do Estado.

Posto isso, observaremos agora a importância das práticas de desinstitucionalização francesas ocorridas durante o movimento institucional que visou promover transformações dentro dos hospitais e asilos franceses durante a Segunda Guerra Mundial. Tal linha de desinstitucionalização reverbera os interesses pela transformação das bases dos saberes da psiquiatria clínica, suas instituições e o modo de acolhimento da loucura.

O termo “psicoterapia institucional” é ligado a Tosquelles, psiquiatra catalão, que chegou à França fugido do franquismo, em 1940. Trabalhando no Hospital Psiquiátrico de Saint-Alban, na França<sup>21</sup>, Tosquelles propôs a transformação do hospital não pelo seu fechamento, mas pela criação de um processo de transformação do hospital por dentro da instituição<sup>22</sup>. Propõe a transformação a partir do acolhimento de pacientes psicóticos e esquizofrênicos, com aquelas pessoas que chegavam até o hospital por intermédio da Guerra. A reforma que acontece se dá por intermédio desta abertura, inaugurando um processo de transformação no interior do hospital que segue em direção ao fora do hospital e na direção da transformação das práticas, das mentalidades e das formulações teóricas. O psiquiatra catalão

---

<sup>21</sup> O nome “psicoterapia institucional” viria mais tarde, quando Daumezon e Koechlin num artigo publicado nos Anais Portugueses de Psiquiatria, chamaram assim o que era feito em St. Alban.

<sup>22</sup> “Na clínica de Saint-Alban, na região francesa de Lozère, se encontraram durante a liberação, três importantes psiquiatras: Lucien Bonnafé, Georges Daumezon e François Tosquelles. Na época, o diretor do hospital, Paul Balvet, apesar de politicamente conservador, ofereceu uma abertura para que, considerando a guerra em curso, fossem recebidos no hospital todos aqueles que chegassem por consequência desta. A presença de refugiados ressuscitou a rotina asilar e tornou a loucura menos o centro das atenções e mais um fator outro que compunha esse novo espaço permeado pelo horror da guerra. Foi isso que permitiu uma reconfiguração significativa na forma de funcionamento hospitalar” (RESENDE, 2016, p. 116)

acreditava que destruir o prédio e eliminar aquele espaço prejudicaria os pacientes e que, em determinadas ocasiões, o espaço poderia ser um lugar de proteção contra o choque da loucura com a sociedade. Sendo assim, reformando desde dentro, a instituição asilar poderia prestar assistência em liberdade, uma transformação que passa pela alteração dos limites e contratos do *espaço institucional*. A linha de desinstitucionalização que Françoise Tosquelles percorre pode ser vista como prática de abertura do campo, uma espacialização do trabalho terapêutico dentro da instituição, mirando o que seria uma terapêutica institucional, isto é, uma clínica *da clínica*. Nesse sentido, a prática terapêutica não se debruça apenas sobre o paciente, mas sobre os processos institucionais que envolvem terapeuta, paciente e os próprios saberes e discursos que atravessam o campo da clínica. Traça-se então a linha de transformação dos saberes e das práticas através de um primado pela intervenção na instituição, fazendo com que os processos de saúde sejam inseparáveis de sua dimensão espacial, geográfica, arquitetônica, histórica e política. Se no processo de desinstitucionalização a dimensão espacial da clínica se torna importante, a forma espacial que melhor opera a transformação é o câmbio dentro-fora, a alteração das passagens e limiares, e não propriamente uma definição nítida do dentro e do fora como figuras opostas, pensa-se estas passagens como intercambiáveis, transversais.

De que maneira Tosquelles manejou essa espacialidade dentro-fora? Quando o psiquiatra chega ao hospital de Saint Alban em 1940 teve que se haver com a necessidade de sobrevivência de 600 a 700 internos. Uma das primeiras necessidades foi intervir no modo de transversalizar o dentro-fora da instituição, abrindo o hospital, mas preservando um dentro que fosse minimamente seguro, permitindo que os pacientes saíssem para conseguir comida fora do hospital e permitindo que eles voltassem para se proteger e se alimentar durante a Guerra. Além disso, Tosquelles também propõe que o hospital fosse aberto para recepção dos refugiados e sobreviventes, fato que fez Sant Alban se tornar um berço da reforma institucional francesa, recebendo nomes como George Canguilhem, assim como de artistas surrealistas e outros artistas e militantes da época. Fica evidente que o manejo do espaço está inseparável da questão política em vigência – a Guerra, a fome, a violência, a morte. Mais que isso, mostra também como aquela arquitetura era ainda um espaço rico em potencial, caso ela pudesse ser repensada e manejada por outras bases éticas e teóricas, manejadas por chaves desenvolvidas e criadas circunstancialmente.

De maneira similar, este manejo do espaço pode ser visto também na prática de Fernand Deligny, outra figura importante que garantiu a sobrevivência de muitos internos ao asilo de Armentières, ao norte da França, onde atuou como professor em classe para crianças especiais.

Tal asilo era uma das mais importantes instituições psiquiátricas francesas da época, uma construção herdada do século XIX com alguns hectares que o separava da cidade. Havia um grande muro que cercava o prédio central dividindo e distribuindo diversos pavilhões que eram cercados por grades e fossos. Havia também prédios administrativos, uma capela, um necrotério, uma cervejaria e uma fazenda. Comportava cerca de dois mil e quinhentos internos e quinhentos cuidadores (RESENDE, 2016, p.97).

Em 1966 é publicado na revista *Recherches n.º 1*, o texto *Journal d'un éducateur* onde Deligny expõe algumas experiências vividas no ano de 1941, no asilo de Armentières, durante a Guerra:

Tenho uma classe de crianças retardadas em um imenso hospital psiquiátrico em Armentières, na região do norte. São quinze em uma sala de paredes claras, com bonitas mesas novas, e eu sou o professor. Quinze idiotas<sup>23</sup> de avental azul e eu, o professor, no rumor desse casarão de seis pisos que contém seiscentas ou setecentas crianças retardadas. No rumor desse casarão cheio de gritos estranhos, agora encobertos pelo ruído quase universal da guerra (DELIGNY, 2015b, p.310).

Os relatos de Deligny (2015b) demonstram como na época a espacialidade da clínica se apresentava como problema, que a assistência hospitalar foi, de maneira crítica, um lugar importante para sobrevivência dos internos. Isto revelou que o espaço asilar não era o inimigo central das lutas, mas uma matéria a ser manejada, a luta era contra a morte, pois do ponto de vista de todos aqueles internos ao hospício (louco ou não louco), a guerra favorece apenas a morte:

As guerras de hoje em dia não respeitam os idiotas. Não os respeitam de forma nenhuma. Não respeitam nada, nem aos idiotas, nem aos loucos. Seis deles acabam de morrer sob os escombros do pavilhão 9, no imenso manicômio em que trabalho. [...] Bombas caíram durante a noite. Caíram aqui e não alhures, isso é tudo. É a estação das bombas. O pavilhão 9 se partiu em dois. Morreram seis loucos. É o cúmulo. Pois, se de um lado estão aqueles que se dedicavam a não fazer nada além de aguardar por seu pacote de tabaco a cada final de semana, talvez por dez anos, ou mais; em contrapartida emerge, entre outros, um comandante do esquadrão de tanques de guerra, que está ativo, histórico, que fala na rádio para francesas e franceses e lhes diz que vale a pena morrer. Ele, não obstante, segue vivo, e viverá por muito tempo, enquanto esses débeis profundos morreram pela guerra, eles que não a provocaram.” (DELIGNY, 2015b, p.312).

---

<sup>23</sup> O termo idiota se refere a pessoas diagnosticadas com idiotia – deficiência intelectual que compõe um quadro da tríade oligofrênica (debilidade, imbecilidade e idiotia). O termo foi alterado em 2004 após a Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual, aprovada pela Organização Mundial de Saúde junto à Organização Pan-Americana da Saúde, sendo substituído por deficiência intelectual.

O autor descreve a ocasião em que o imenso hospital de Armentières foi atingido. Sua posição foi, neste caso, a de um trabalhador que cuidou e buscou garantir a sobrevivência dos internos, incluindo a sua própria. Esse talvez tenha sido a função clínica mais determinante em sua passagem pelo asilo, a reversão que altera o sentido do espaço do asilo. Longe da adesão à psiquiatria e à psicopedagogia, Deligny assistia crianças e adultos serem expostos ao sobrevoo de aviões que bombardeiam o território: *“Escuto o ruído dos aviões para saber se regressam até nós. Não tenho religião, nem crença, nem razão pessoal para estar ali, à margem do Loire, sob esses aviões que lançam bombas. Minha morte será como meu nascimento, totalmente involuntária”* (DELIGNY, 2015b, p.311).

Sua passagem por lá não se caracteriza como um projeto de reforma institucional, a esta altura o jovem autor tinha cerca de 30 anos e apenas esboçava ali uma aliança com a vida, modo de resistir e lutar pela vida destes seres invisíveis ao Estado, esquecidos no interior de castelos e instituições manicomiais, uma aglomeração de linhas diversas que pouco a pouco teciam a sua distinta instituição à margem, espaço de acolhimento à margem da linguagem.

A posição institucional de Fernand Deligny é controversa e se estende por longos anos até sua chegada à Cevennes, em 1968. Enquanto prática instituinte, sua trajetória é lida de diversas maneiras: embora institucionalmente realizasse uma prática que ressoasse os princípios de uma psicoterapia institucional, o autor operou essa chave dentro-fora das instituições de maneira muito singular – às vezes pelo elogio ao asilo como lugar de refúgio do humano, noutras alterando a forma de organização da instituição, seus funcionários, suas funções. Operou também sobre seus contornos e limites, explorando não apenas a parte interna à instituição, mas também seu exterior – os bosques e estradas ao redor do castelo.

Sua transformação só é possível pelo fato dele sugerir suprimir as punições e a violência na instituição, gesto realizado por ele no período em que atuou no asilo Armentières; outras vezes constituía no entorno ou fora das instituições lugares de vida que acolham a necessidade de espaço para sobrevivência destas crianças e jovens que o acompanhava, tecendo uma crítica profunda aos sistemas morais e políticos implícitos nos processos pedagógicos e clínicos. Deligny chega até essa instituição anos antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, num período em que o cuidado com a criança se dava através do asilamento e do recolhimento de crianças ditas anormais, idiotas ou débeis mentais (termos utilizados pela psiquiatria da época). Sua passagem por essa instituição foi marcada pela substituição de técnicos por proletariados, pessoas que moravam na região de origem das crianças. Vê-se aí que a crítica à linguagem se esboça nos termos utilizados para falar com as crianças e sobre elas. O afastamento dos técnicos

especialistas e a aproximação de pessoas comuns deu ao espaço e à relação com as crianças uma flutuação mais orgânica, pois os termos utilizados pelos especialistas em educação especial afastavam as crianças de uma relação espontânea.

Lendo a trajetória do autor não apenas pelo que ele fez no referido asilo, mas tendo em vista a extensão de outras experiências vividas pelo autor, Séguin (2018) afirma que a posição de Deligny pode ser definida da seguinte maneira:

Trata-se de abrir para um fora, para um outro espaço, capaz de acolher o humano e permitir um comum ancorado ao inapropriável do território. Deligny trabalha para criar espaços de recepção da alteridade em ruptura e em contraste com a imposição de processos de inclusão ou segregação para aqueles que não se enquadram nas modalidades usuais de compartilhamento da razão. (SÉGUIN, 2018, p.239)<sup>24</sup>

A trajetória do autor não se situa nem dentro nem fora da instituição, mas está entre, sempre se propondo a uma abertura a outros espaços, outras experiências. Ao longo de sua vida e de sua prática institucional, o autor visou a transformação dos espaços – transformar o espaço institucional na relação com o fora da instituição, sair das instituições rumo a um fora que lhe permita criar espaços outros:

Deligny mantém um vínculo paradoxal com a questão institucional. A Instituição se corporifica, a seu ver, nos dispositivos onde prevalece o instituído, segundo uma ordem ideológica normativa que ordena a adaptação e conformação a uma ordem pré-estabelecida. No entanto, a posição de Deligny não pode, na realidade, ser equiparada à dos antipsiquiatras e sua abordagem não pode ser apontada como em antinomia com a questão institucional. Não, ele, em vez disso, baseia suas tentativas em uma zona ambígua que escapa da instituição, se apenas alguns fizerem dela o desvio. (SÉGUIN, 2018, 239)<sup>25</sup>

Segundo Passos (2018), Deligny olhava à frente de seu tempo, antecipando o que viria ser a grande problematização das instituições no ano 1960 e 1970. Já em 1940 problematizava o sentido da prática institucional e disciplinar com as crianças institucionalizadas. Para Passos (2018) a questão institucional em Deligny passa por uma inquietação em relação ao espaço:

---

<sup>24</sup> “Il s’agit d’ouvrir sur un dehors, sur un espace autre, à même d’accueillir l’humain et de permettre un commun arrimé à l’inappropriable du territoire. Deligny œuvre à créer des aires d’accueil de l’altérité en rupture et en contraste avec les forçages à l’inclusion ou les processus ségrégatifs pour ceux qui ne s’inscrivent pas dans les modalités usuelles de partage de la raison” (SÉGUIN, 2018, p.239)

<sup>25</sup> “Deligny entretient un lien paradoxal à la question institutionnelle. L’Institution s’incarne à son sens dans les dispositifs où l’institué prévaut, selon un ordre idéologique normatif enjoignant à l’adaptation et la conformation à un ordre préétabli. Pourtant, la position de Deligny ne peut en réalité être assimilée à celle des antipsychiatres et sa démarche ne peut être désignée comme en antinomie avec la question institutionnelle. Non, il fonde plutôt ses tentatives à partir d’une zone ambiguë qui échappe à l’institutiON, pour peu que quelques un en empruntent le détour” (SÉGUIN, 2018, p.240)

Dispersar é a estratégia de escape das formas insidiosas de captura. Sua luta se fez por um modo de se deslocar no espaço, errante. Uma errância revoltosa que fez Deligny se deslocar incessantemente, escapando das instituições para acionar outros processos de institucionalização. Eis o paradoxo de seu trajeto: estar no movimento instituinte conjurando a forma instituída; escrever incessantemente para dizer o inefável; repetir, repetir para ficar diferente; apostar no costumeiro, no imutável para garantir a alterização (PASSOS, 2018, p.146).

Essa dispersão não é uma fuga triste e entregue à dissolução, mas uma fuga criativa e transformadora que leva à frente os princípios instituintes – isto que o autor chama “tentativa” pode ser entendido como a parte instituinte da instituição<sup>26</sup>, pois está em questão aqui levar adiante os princípios criativos e libertários, a parte tensa e inovadora da instituição. Tal posição dispersiva e crítica pode levar a entender que a recusa de Deligny ao título de clínico ou educador seja entendido como a recusa à clínica, a recusa à terapêutica, o que não é verdade, visto que ele opera a clínica através destes desvios, através da transformação das instituições e das tentativas. Séguin (2018) defende que Deligny traça um caminho sem projeto definido *a priori*, seu caminho pela “tentativa” é estratégia de permanecer instituintes, evitando a institucionalização. As “tentativas” não são mera sustentação de uma posição contra às instituições, ele não é um opositor, sua crítica não se resume à crítica aos poderes (de forma foucaultiana ou pela via materialista dialética marxista), sua posição instituinte vai na direção de “*encontrar novas formas, operar transformações a partir de situações locais e possíveis invenções*”<sup>27</sup> (SÉGUIN, 2018, p.244)

Se há uma aproximação do trabalho de Deligny em 1940 no asilo de Armentières com o trabalho da psicoterapia institucional, diferenças devem ser resguardadas. Segundo Resende (2016) a psicoterapia institucional (e mesmo a psiquiatria de setor, proposta por Lucien Bonnafé) se preocupava em “refletir sobre a relação interior e exterior, em pensar o lugar da loucura na cidade”, se aproximando dos pacientes no processo de saúde e criação de cidadania, cuidando da entrada e da saída dos pacientes da instituição. A psicoterapia institucional funcionava como uma “geopsiquiatria” propondo um trabalho no local, no entorno do hospital,

---

<sup>26</sup> O conceito de instituição pode ser dividido em três tempos: a dimensão instituinte, parte criativa e propositiva; a instituição, espécie de cristalização destas proposições; a institucionalização, parte conservadora destas criações que buscam mantê-las como moldes ou modelos de funcionamento de um estabelecimento ou uma sociedade. A análise institucional comentada por Lourau (1993) constitui um importante conhecimento produzido sobre o tema. O que entendemos hoje como desinstitucionalização é um efeito destas análises e compõe uma profunda discussão que pode ser lida em Lourau (1993), Jean Oury (2009) e Guattari (2012b).

<sup>27</sup> “Il me semble que Deligny dessine un autre voie possible par ses tentatives : il ne s’agit, pour lui, ni de se soutenir d’un modèle à opposer à celui qui prévaut, ni de formuler une critique des pouvoirs en place – que ce soit sous une forme foucauldienne ou encore matérialiste dialectique - mais de trouver des formes nouvelles, d’opérer des transformations à partir des situations locales et des inventions possibles.” (SÉGUIN, 2018, p.244)

com os familiares e os habitantes da região. É explícito a operação sobre o entorno e o dentro e fora do hospital. Para Deligny a situação era diferente, ele não anunciava “uma outra terapêutica possível”, “não propunha uma reforma”, mas propunha uma ação de sentido diferente da perspectiva das reformas institucionais:

Enquanto estas se referiam à adequação da instituição àquilo que, em um determinado período, as correntes críticas aos seus pressupostos e à sua forma de funcionamento consideravam como adequado, o trabalho de Deligny se direcionou às práticas materiais através das quais os internos se encontravam sujeitos à tutela psiquiátrica. Tratava-se mais de refletir sobre todo um meio e um funcionamento que assujeita, do que de pensar criticamente um determinado funcionamento institucional adequado para sujeitos determinados (RESENDE, 2016, p. 117).

Nesse sentido a crítica de Deligny às instituições ressoa muito mais uma crítica do que uma clínica da instituição. Se há uma clínica na sua prática ela não se manifesta pela operação sobre os indivíduos no sentido de tratá-los em direção à cura, mas se manifesta como uma crítica que incide sobre a prática da instituição e como cuidado com aqueles que estão presos nela e em suas tramas discursivas. Sobretudo, o viés clínico esboçado na prática do autor aparece no esforço de criação de novos “meios” através dos quais a vida destas pessoas marginalizadas possa resistir a partir de sua singularidade e não da sua adequação ou normalização. Estes meios aos quais Deligny se dedicou a pensar podemos entendê-los como uma mirada para fora da instituição e do Estado, lugares em que se possa efetivamente permitir a vida traçar seus próprios caminhos, surpreendendo o que seriam os saberes e os poderes instituídos. A ideia de meio não é definida no início de suas tentativas, ao contrário: o autor nunca se dedicou a uma grande conceituação definitiva do termo, usava-o junto a outros companheiros e intelectuais da época no sentido relativo a lugar, espaço, localização entorno da instituição e da criança. Veremos mais adiante que essa opção pela criação de “meios” aparece em outra de suas tentativas, na Grande Cordée. De qualquer forma, a noção de “meio” o levará a rumar em direção ao fora das instituições, explorando cada vez mais o entorno e o exterior, o território e a dispersão geográfica como estratégia de suas tentativas.

O que leva o autor a sair do asilo de Armentières são, segundo Resende (2016) três fatores:

[...] evasão do asilo que teria acarretado uma responsabilização administrativa e a perda de seu posto de educador. [...] a vontade do diretor do Instituto Médico Psiquiátrico de transformar todo o asilo em um IMP modelo [instituto médico psiquiátrico], a partir do trabalho desenvolvido por Deligny. [...] Um terceiro fator teria sido o convite, em 1943, pelo Comissariado da Família de

Lille, para a direção da elaboração de um plano regional de prevenção à delinquência juvenil (RESENDE, 2016, p.118).

Posto isso, extrair dessa relação institucional problemática uma clínica não é algo óbvio, mas um esforço crítico e analítico da trajetória institucional do autor. Ele havia sido contratado em 1939 para trabalhar nesse asilo como educador de crianças “ineducáveis”, “profundamente retardadas” ou mesmo “encefalopatas irrecuperáveis” (SÉGUIN, 2018). No entanto, seu trabalho não dedicava atenção especial às demandas da instituição, mas à crítica e criação de novas estratégias a partir dos problemas institucionais. Sua crítica se beneficiou da companhia de crianças institucionalizadas, sendo que Deligny olhava para elas como força propulsora para o desvio e a inadaptação. Contudo, uma força que não é apenas individual, essencial à personalidade das crianças, mas uma força coletiva de desvio e transformação que perpassa a criança e os educadores, que permite a estes últimos não aderir às normas institucionais – quando o risco da institucionalização se aproximava, Deligny rumava em direção às novas tentativas.

Se Deligny se afasta das instituições, se seu trabalho se aproxima parcialmente das psicoterapias institucionais e das práticas de desinstitucionalização, se ele recusa o título de clínico ou educador, é em prol desta criação de espaços, de atuar na margem, nos limiares outros que fulguram como brechas nas instituições. Seu trabalho é sobre uma multiplicidade de “meios”: meios geográficos (território, localização), os meios de enunciação (prontuários e diagnósticos), os meios de visibilidade (vigilância e punição) e meios institucionais (combate do instituintes contra à institucionalização). Tratava-se sempre de criar “meios” propícios à criação das tentativas e à criação de modos de existência que permitam à criança ser livre de práticas de normalização e punições. Ao refletirem sobre a prática, seus textos operam uma crítica aprimorada das instituições entendendo-as de maneira ampla: instituição é tudo aquilo que gira entorno da preservação da família como núcleo da criação das crianças; da moral católica como forma de moralizar e punir o mau comportamento da criança; da política de Estado e da guerra como forma de conquistar novos territórios e populações a partir da morte de inimigos e inocentes; da psiquiatria como forma de controle da criança, da família e da sociedade e, posteriormente, da psicanálise como modo de universalização do humano em torno da linguagem. Seu trabalho se dava pelas brechas que lhe apareciam, pela promoção da instabilidade institucional.

Sua crítica não era propriamente sobre o cuidar, mas sobre a forma do cuidado; sua crítica não era sobre o espaço (asilo, albergue, hospital), mas sobre a forma de gestão deste espaço; buscava avançar sobre o ponto instituinte, no limiar libertário por onde poderiam sair

da institucionalização. Entre tantas tentativas Deligny é levado mais adiante, em 1968, a sair das instituições e criar a derradeira tentativa onde acolherá em Cevennes diferentes tipos de autistas. Lá a questão do espaço se radicaliza, não sendo mais *espaço institucional* – as paredes e os prédios, as normas médico-arquitetônicas e as punições –, mas *espaço fora do Estado, fora da Linguagem*.

Observamos que na trajetória do autor há um devir do espaço, uma transformação onde o espaço se desprende pouco a pouco de definições clássicas deixando de ser sinônimo de geografia, arquitetura, física e passando a ser “*topos*”, *espaço que emerge* na vacância da linguagem e que pode ser percebido na companhia de crianças autistas e no exercício estético da cartografia: “*aí aparece uma entidade tão discreta que não figura no panteão das entidades maiúsculas como Eros e Tânatos; quero dizer topos, que evoca o espaço, o aí-agora*” (DELIGNY, 2015a, p.225).

## 2.2 Deligny e a clínica da clínica

Antes de avançar na história de suas tentativas e na relevância da questão do espaço na obra de autor, voltemos nossa atenção à necessidade de deixar claro essa aproximação de Deligny com a psicoterapia institucional. É através desta distinção que compreenderemos a complexidade da crítica do uso do espaço na clínica. Começemos por essa questão do dentro-fora, existe mesmo uma distinção fundamental entre as partes? Dentro-fora são instâncias opostas uma à outra ou podem ser intercambiáveis, coexistentes? Queremos entender que sim, dentro e fora são distinções insuficientes para descrever o trânsito institucional e a complexidade que o espaço ganha na obra do autor.

Deligny percebeu (ou ao menos agiu intuitivamente) frente ao problema do dentro e do fora. De fato, ele nunca encerrou completamente sua prática dentro ou fora das instituições, mas sempre esteve à margem – nem totalmente dentro nem totalmente fora do campo institucional. É como Miguel (2018a) defende, Deligny não é uma figura do pensamento do fora, mas um pensador da margem: “[...] *um marginal sem sê-lo. Em seu isolamento geográfico, mantém uma conexão importante ao mundo cultural. Ele invoca uma posição à margem, mas isso não significa que se trate, no entanto, de um puro fora, ou ainda de uma posição anti ou contra*” (MIGUEL, 2018a, p. 9).

Quando fazemos uma aproximação de Deligny com a psicoterapia institucional é para mostrar que existe uma *clínica do espaço*, uma experimentação com o espaço que produz transformações. Ao mesmo tempo, uma experiência crítica que insere e coloca o espaço como problema inquietante, tema problematizador das relações hierárquicas e das relações de poder.

Se aproximamos Deligny (2015a) da clínica da desinstitucionalização é para fazer saltar a importância da criação de espaços, desta dobradura que o autor opera entre as categorias do espaço dentro e do espaço fora criando estas outras figuras espaciais que são a borda, a margem e topos, espaço fora da linguagem.

Nessa aproximação proposta queremos mostrar como a psicoterapia institucional e a proposição de Deligny são posições clínico-políticas frente ao problema da espacialidade da clínica. O autor traz relatos importantes dos efeitos da abertura e das evasões que aconteceram no asilo de Armentières, efeitos clínico-políticos que escapam ao poder de cura do clínico e da instituição. A proposição de um manejo dentro-fora como condição de possibilidade de sobrevivência revela efeitos terapêuticos que uma psicoterapia centrada na pessoa, no diagnóstico ou na instituição, talvez, não atingiria, são efeitos, tal como propõe Tikanori (1996), com a ideia de Reabilitação psicossocial.

Relatando acontecimentos que são contemporâneos à Guerra, Deligny (2015b) informa:

Me contaram, eu não estava lá.  
Era a retirada ante o avanço das tropas alemãs...  
Os loucos do hospital psiquiátrico de Armentières foram postos na estrada, em direção ao mar.  
[...] Depois tiveram que dar meia volta, regressar até Armentières. Não batiam as contas. Inclusive faltavam muitos.  
Descontando a pilha de mortos, havia desaparecidos, muitos desaparecidos. Fugitivos? Não tinham certeza. Alguns haviam fugido, loucos de terror; aqueles que não encontraram a tropa, umas centenas, não mais. Há aqueles que regressaram nas semanas seguintes, conduzidos por alguém, e aqueles que continuaram lá fora; entre estes, dezenas que nunca poderiam ter saído vivos do manicômio. Perigosos. Imbecis. Loucos perdidos.  
E então, um mês após outro, um ano após outro, fomos sabendo. Trabalhavam aqui e ali como todo mundo, ninguém tinha nada o que dizer deles, só coisas boas. E entre eles, os piores, os perversos. A guerra não respeita nada. Dos que regressaram ao manicômio, metade morreu de fome (DELIGNY, 2015b, p.313).

Desta maneira não poderíamos definir Deligny como um terapeuta institucional, pois não é a consolidação e a reforma da instituição que o motivou em suas tentativas, mas sim a criação de “meios propícios” para a instauração de novos modos de existência à margem que não cabem nas instituições do Estado e nas formas enunciativas propostas pela clínica e seus conceitos. Veremos mais adiante que quando o trabalho de Deligny reencontra o ambiente institucional de La Borde, era justamente o falatório, a constituição de uma coletividade em torno da semelhança que o aborreciam e o levaram a migrar mais uma vez. La Borde consiste em um ambiente em que a psicoterapia institucional ressoava valores positivos em relação ao

tratamento da loucura em liberdade e manejava o dentro-fora de modo a privilegiar a liberdade. Mesmo lá Deligny insiste em tentar fazer os pacientes sair, em encerrar prontuários, demonstrando que sua crítica somente se intensificava conforme amadurecia. Assim sua posição crítica é o que o faz se aproximar do campo da clínica institucional, porém, paradoxalmente, ela é o que o afasta de uma consolidação da instituição. Seu trabalho vai por três linhas: (1) a da criação de meios propícios, (2) da produção de novos modos enunciativos que combatam o valor negativo imposto sobre a criança e (3) pela perseguição das margens e da proximidade com o fora da instituição, fora do Estado e fora da linguagem.

Se há uma clínica que possa se extrair de Deligny trata-se de pensar táticas e estratégias de esquivas e desvios de tecnologias de poder que querem medicalizar, psiquiatrizar, corrigir, punir ou normalizar as crianças e aqueles indivíduos marginalizados. Para Aragon (2018), Deligny é clínico na medida em que age *“como aquele que se revolta contra as violências sociais, os preconceitos, as torturas e busca caminhos para que cada indivíduo, com suas singularidades e idiosincrasias, possam co(n)viver em espaços muito concretos e costumeiros”* (p. 175).

Trata-se de pensá-lo como um “clínico às avessas” que se confronta com o problema da institucionalização pelas grades do hospício e pelas grades da linguagem, da semelhança e dos enunciados que colocam como etiquetas sobre as crianças e os corpos, desconfiando das boas intenções que no fim determinando e justificam torturas e humilhações.

E “apenas” isto já era muito mais do que se poderia imaginar e querer para um agir clínico. Encontrar uma alternativa aos encarceramentos; brincar; produzir circunstâncias e oferecer uma outra perspectiva de vida que não a morte ou a adaptação a um modo de ser “normal”, que encontra nas guerras, no perorar e na crueldade seu sentido; oferecer espaços abertos onde, talvez, um topos do existir possa vir a ser; tratar-se em seus preconceitos para poder criar comum e assim encontrar o caminho do menos sofrer, sem medicamentos, disciplinarizações ou adestramentos (ARAGON, 2018, p.182).

Para Passos (2018), por décadas, Deligny desenvolveu seu exercício clínico-político como “crítica institucional” sensível às “formas de assujeitamento”. Trazê-lo para o debate da clínica e da Reforma Psiquiátrica Brasileira implica em colocar luz sobre essas diferentes formas de trabalho de cuidado com as instituições<sup>28</sup>.

---

<sup>28</sup> “Essa é realmente uma diferença importante entre o pensamento clínico-político no Brasil e na França. Enquanto na França temos experiências importantes de reinvenção em asilos como Saint Alban, La Borde e Armentières, no Brasil a direção foi a da desinstitucionalização passando necessariamente pela desospitalização. Mas apesar dessas diferenças, há um comum na crítica às instituições feitas por Deligny e por nós na reforma psiquiátrica brasileira.” (PASSOS, 2018, p.150)

Acontece que a obra de Deligny, e as problematizações a respeito do conceito do espaço, mostram como as definições dentro-fora não são estáveis; não são fórmulas prontas a serem reproduzidas e administradas sobre um lugar. A partir dessa problematização do conceito de espaço, e os limites da sua representação, com a ideia de margem e de fora, podemos compreender que mesmo fora dos hospitais acontecem institucionalizações: prisões a céu aberto, prisões conceituais e discursivas (por diagnósticos e exames), que articulam práticas e tecnologias de normalização (internação em comunidades terapêuticas e uso abusivo ou indevido de medicações psiquiátricas). Estas prisões se estabelecem pelo uso da linguagem e por certa localização da subjetividade no interior do corpo (mente e cérebro); estabelecem a contenção química como recurso para aprisionar a loucura e o sofrimento no interior do corpo e da subjetividade. Com isso se desarticula o sofrimento de questões sociais e políticas, determinando as causas apenas como questões bio e psicológicas.

Nosso objetivo em aproximar Deligny da clínica da Reforma Psiquiátrica Brasileira está em evidenciar o espaço fora da linguagem como um problema clínico-político que põe em movimento os processos instituintes no contemporâneo. A reforma não acabou, ela é luta incessante por novas táticas e estratégias de intervenção e compreensão do espaço como virtualidade que opera transversalidades entre o dentro e o fora, tal como fita de Möbius, cuja interioridade e a exterioridade não podem ser determinadas pontualmente, mas por um contínuo “caminhando”. Fazemos essa aproximação não sem deixar de notar a importância que há em se multiplicar essas passagens e a transversalidade entre o dentro-fora.

O espaço fora da linguagem é como um oceano e a clínica não é mais que uma tentativa de criar circunstâncias para viver nessa imensidão sem se afogar. Trata-se da busca por um viver em liberdade, longe do horror da guerra, da violência psiquiátrica e jurídica, da morte física e da morte simbólica. A clínica neste vasto oceano nada mais é que uma amarração entre pedacinhos de madeira que nos sustenta sobre o mar num vasto céu aberto sem Terra à vista:

Usei a imagem da jangada para evocar o que está em jogo nessa tentativa, nem que seja para dar a ver que ela deve evitar ser sobrecarregada, sob pena de afundar ou de virar, caso a jangada esteja mal carregada, a carga mal distribuída [...] Uma jangada, sabem como é feita: há troncos de madeira ligados entre si de maneira bastante frouxa, de modo que quando se abatem as montanhas de água, a água passa através dos troncos afastados. Dito de outro modo: não retemos as questões. Nossa liberdade relativa vem dessa estrutura rudimentar, e os que a conceberam assim – quero dizer, a jangada – fizeram o melhor que puderam, mesmo que não estivessem em condições de construir uma embarcação. Quando as questões se abatem, não cerramos fileiras – não juntamos os troncos – para constituir uma plataforma concertada. Justo o contrário. Só mantemos do projeto aquilo que nos liga. Vocês veem a

importância primordial dos liames e dos modos de amarração, e da distância mesma que os troncos podem ter entre eles. É preciso que o liame seja suficientemente frouxo e que ele não se solte (DELIGNY, 2013b, p. 90)

### **2.3 A instituição da infância inadaptada**

Afirmar a relação entre espaço e clínica é afirmar que há um processo de produção de subjetividade através do espaço. Pretende-se analisar a articulação entre clínica, espaço, infância e autismo primeiramente no pensamento de Fernand Deligny (1913-1996), autor cujos textos, mapas, fotografias e filmes foram produzidos na companhia de crianças ditas inadaptadas, anormais, delinquentes, psicóticas e autistas. Para o autor o espaço foi um tema importante ao longo de toda sua vida. Seu período mais institucional se deu entre 1939 e 1956, quando atuou no quadro institucional ligado ao Estado, na escola e no asilo.

Como vimos, num primeiro momento, o tema do espaço esteve em sua obra representado a partir das questões institucionais, na forma como o autor foi crítico dos modos de educação e tratamento da infância em sua época; crítico dos estabelecimentos destinados a recolher e tratar essas crianças ditas anormais; crítico dos modos de estabelecimento daqueles que devem permanecer no interior das instituições atrás de grades e muros.

A primeira parte da trajetória do autor serve como um analisador desta articulação entre clínica, espaço e infância, fazendo ver as instituições, práticas e discursos sobre a infância, bem como as formas de enclausuramento em reformatórios e asilos. Nesta primeira parte da trajetória do autor vemos a instituição do conceito de infância inadaptada, da institucionalização de crianças no interior de asilos e albergues, onde ele atuou como educador e foi um crítico contundente do tratamento de crianças neste período.

Antes da eclosão da guerra em 1939, a França vivia num regime político onde o governo da infância se dava através de práticas de recolhimento, fato que conjuga a existência de uma cultura do abandono destas mesmas infâncias no interior destas instituições. Sem reintegração ou reinserção social, as instituições destinadas a cuidar da infância eram manicomiais. Sem processo de desinstitucionalização, sem prática de restabelecer vínculos da criança com a família e a sociedade, a instituição de um novo conceito viria a dar cabo dessa problemática substituindo a do recolhimento pela inclusão.

A denúncia de Deligny (2018) aponta para estas instituições, tanto para o asilo ou para a escola, como sendo práticas de correção dos comportamentos, de educação pela ameaça e das recorrentes punições destas crianças. Mesmo após a Guerra, em 1945, mesmo após a implementação do programa de inclusão que substituiu a prática de recolhimento, o autor permaneceu crítico a essa concepção da infância como matéria modelável, que precisa ser

corrigida e readaptada ao seu lugar de origem. Como crítico, sempre apontou o meio sendo um fator determinante na causalidade das violações cometidas pelas crianças, nas inaptações e desvios desenvolvidos por elas. O autor sustentou então uma posição contrária, onde trabalhou dentro destas instituições de correção transformando-as desde dentro para fora. Em vez de modelar a criança para reinseri-la num meio problemático, Deligny (2018) optava por produzir um meio interno, aberturas institucionais que ampliavam as possibilidades.

Neste momento de sua obra, a questão do espaço, da fronteira fluida entre o dentro-fora estava lá implícita, mas não ganhava destaque em seus textos. A maior parte das publicações deste período, entre o início e o fim da guerra, resultam em livros combatentes e críticos destes discursos e práticas que nomearam a infância inadaptada. Neste período, a questão do espaço estava submetida à instituição, na medida em que as normas institucionais estabeleciam aqueles que deveriam ficar dentro e que deveriam permanecer fora. A prática de Deligny operava sobre este campo problemático, partia em busca de brechas que permitiriam alterar as regras e explorar passagens do interior ao exterior (da sala de aula e dos muros) e assim atravessar as grades que enclausura terapeuta-paciente, professor-aluno; sua prática operava a superação da forma maniqueísta entre o dentro-fora, o normal-anormal. Sua crítica vai na direção libertária, de inaugurar processos para estas crianças e a instituição, alterando a forma como a criança é vista e tratada pelos educadores, psicólogos e psiquiatras. Seus textos apontam para a violência das normas institucionais, a violência instituída contra a infância, a privação de sua liberdade. Seu objetivo é alterar as práticas e discursos que legitimam prisões e punições:

Prisão, procedimento selvagem. Pedra angular da sociedade atual. Eu te coloco na prisão. Você me coloca na prisão. ‘basta metê-los na cadeia’. Colocar adultos na prisão já fere o bom senso daqueles que não estão preocupados apenas em proteger seus telhados contra uma coletivização prematura. Colocar garotos é provocar inúmeros aborridos sociais bem mais nefastos do que o aborto dito criminoso. Aqueles que não participam mais desse derramamento de sangue social – que põe seu coração em festa, que lhe dá vontade de agir, de rir e de falar, antes de morrer exaurido, alienado – se debatem. É a gangue, é o roubo, é o crime (DELIGNY, 2018, p.31/32).

Transitando pela instituição escolar, psiquiátrica e sócio-jurídica, o período de sua entrada no campo institucional coincide com o momento em que a França construía a noção de “infância inadaptada” no ano de 1945, ao final da Segunda Guerra Mundial<sup>29</sup>. Atuando em asilos e ‘classes de aperfeiçoamento’ com crianças ‘deficientes intelectuais’, tal período foi

---

<sup>29</sup> Tal período determinou a transição da “lógica do descarté através da internação vitalícia das crianças anormais, para as políticas de readaptação através da reeducação” (RESENDE, 2016, p. 35)

marcado pela publicação de dois livros *Graine de Crapule*, em 1945 e *Les Vagabonds Efficaces*, em 1947 já traduzidos para o português.

Sua primeira experiência foi em 1938 quando assumiu o posto de professor substituto na escola primária na Rua das Brechas do Lobo (*Rue de la Brèche-aux-Loups*) e atuou durante quatro meses, completando o ano letivo em Nogent-sur-Marne. Na ocasião, seu “método” educacional recusava o uso de livros e cadernos e incluía passeios no Bosque de Vincennes, além de jogos e mímica. Em 1939, Deligny teve sua primeira passagem pelo Asilo de Armentières, onde permaneceu até 1943, quando foi convocado para a Segunda Guerra Mundial como educador em uma classe de aperfeiçoamento. Ao retornar ao asilo, atuou como educador em um pavilhão para jovens ditos perversos e irrecuperáveis, experiência que rendeu o texto *Pavillon 3 (1944)*.

As nuances de seu trabalho em classes especiais e de seu trabalho no asilo, especificamente no pavilhão 3, marcaram um momento da França no qual se iniciava a construção da noção de infância inadaptada, que determinou a transição entre a lógica do descarte através da internação vitalícia das crianças anormais para as políticas de readaptação através da reeducação. O trabalho no COT, em Lille, é um analisador da fundação deste campo, de sua gestão pública e de sua estruturação em estreito vínculo com a iniciativa privada (RESENDE, 2016, p.31).

No cenário francês de constituição do conceito de “infância inadaptada” Deligny se torna um analisador importante, ele incide de modo crítico à substituição da internação pela política de reeducação e reconheceu que havia nisso os mesmos vetores de punição e enclausuramento com o qual estava familiarizado. Acontece que esse novo enclausuramento não se dava apenas pelos muros de prisões, os hospícios foram substituídos por novos centros que, com nova roupagem, reproduziam a mesma intenção de recolher essas crianças da sociedade. Sua crítica e contribuições são produtoras de desvios nesse modo de organizar o problema da “infância inadaptada”. O seu trabalho buscava dar visibilidade para essas crianças, tomando-as como um analisador para se pensar a infância para além desse projeto de readaptação pela reeducação. Embora estivesse dentro do quadro institucional, estava lá para alargar as margens e alterar as práticas de cuidado da infância. Sua obra é inovadora nesse campo da atenção e do cuidado com a infância dita inadaptada, e por isso mesmo enfrentava diversos desafios e entraves.

O Centro de Observação e Triagem (COT) tinha como objetivo acolher jovens sob tutela durante seis ou oito semanas antes de seus julgamentos. Seu trabalho no COT não ressoava os objetivos institucionais de corrigir ou vigiar essas crianças até seu julgamento, embora essa

fosse a intenção da instituição. Ao contrário, Deligny instala o COT na cidade de Lille de tal modo que constitui ali um lugar de resistência no campo da proteção institucional à infância em perigo, um refúgio e um asilo para as crianças que estavam sujeitas aos poderes jurídicos e psiquiátricos. Com isso, os jovens não ficavam detidos, podiam sair, pois o centro era aberto para que os adolescentes pudessem ir à casa de sua família ou na casa dos operários guardiães. O centro reunia cerca de 80 adolescentes em um lugar aberto, diferente de um sistema prisional. Os adolescentes ficam sob a monitoria de pessoas do meio sindical, operário e desempregados. Muitos deles fugiram de outras instituições e casas de correção e foram até o COT para conseguir abrigo. Funcionava da seguinte maneira:

Trata-se de observar, durante três meses, os 'menores' da região que roubaram, feriram, vagabundearam, fraudaram, aqueles cujos pais perderam o direito ao cuidado, aqueles em relação aos quais todo o bairro reclama, que reincidem, que ameaçam, que desaparecem, que quebram as caixas registradoras, que brincam abertamente demais com a braguilha, os inadaptados sociais de menos de dezoito anos. Aqueles, no mínimo, em relação aos quais a inadaptação social é notável, flagrante, descrita no desconcertante estilo policial vestido de colete: 'fica claro, então, ter furtado sorrateiramente oito coelhos, dos quais três tem os pelos cinzas' [sic]. Por que quem pagará por esses que a justiça ainda ignora? (DELIGNY, 2007, p.169, apud, RESENDE, 2016, p.129).

Em 1945 é nomeado como diretor do primeiro Centro de observação e triagem (COT), em Lille. Esta foi sua primeira oportunidade de instituir a forma de trabalho de uma instituição para crianças, fato que coincide com o período da instituição do conceito de infância inadaptada. Ao sair do Asilo de Armentières, assume a função de conselheiro técnico na elaboração de um plano de prevenção à delinquência na região do norte da França. O COT era um centro destinado a reunir adolescentes infratores enquanto esperam pelo julgamento e compunha uma estratégia ampla de remodelação das instituições destinadas à infância, na França.

A instituição da infância inadaptada consistiu numa ampla estratégia de desenvolvimento de novas instituições e práticas, uma nova forma da educação nacional e da justiça para menores. O programa comportava dois eixos: a criação de Associações regionais de proteção da infância e da adolescência (ARSEA), eixo da administração pública; e um segundo eixo, da produção de uma doutrina, de uma forma de pensar e representar a infância, produzida através da elite da psiquiatria francesa. A ARSEA é a sigla que designa “*Association régionale de sauvegarde de l'enfance et de l'adolescence*”. Ao serem criadas dezenas de ARSEAs locais, formando fóruns por todo país, a ARSEA teve papel importante e foi influente na materialização de novas instituições, conceitos e estabelecimentos para a infância dita

inadaptada. Foram criadas na articulação entre o público e o privado, constituindo o campo da reeducação e da readaptação no pós-guerra.

O COT compunha esse quadro institucional, no entanto, a gestão de Fernand Deligny era radicalmente diferente e muitas de suas ideias tensionavam o campo de debates. Enquanto o campo da infância inadaptada propunha uma especialização, criando conceitos específicos e discursos educacionais, que conjugavam a herança cultural antes da Guerra com as novas práticas institucionais do pós-guerra, Deligny (2018) optava por trabalhar com operários, substituindo os educadores por proletariados da região no entorno do Centro e no entorno das crianças. Em geral, a linguagem da rua e das comunidades as quais as crianças pertenciam, facilitavam a comunicação com as crianças, substituindo a linguagem técnica e científica instituída pela doutrina implantada pela articulação público-privada.

No COT, Deligny (2018) opta por um lugar aberto, desconstruindo a lógica prisional que regia o funcionamento do campo institucional, demonstrando o que viria ser sua crítica e sua prática de combate: agir sobre o espaço e transformá-lo em prol de uma valorização positiva da criança. Ao recrutar monitores vindos no meio sindical, substituindo educadores por operários e desempregados da região em que os meninos haviam praticados os crimes, Deligny construía um centro aberto e transmutável:

Se o Centro de Observação for uma caserna, veremos as possibilidades de adaptação dos meninos à vida de soldado. Se for um campo de escoteiros, veremos suas aptidões para a leitura de rastros do caminho, sua receptividade atuante em relação ao código de honra, seu gosto pela vida em equipe. Se for uma prisão, veremos prisioneiros. Se for um laboratório, veremos cobaias. Se for algo como uma praça na periferia (com os pais por perto e as voltas para casa com maior frequência possível), veremo-nos mais ou menos como são normalmente (DELIGNY, 2018, p.43).

Deligny (2018) considera que as crianças não são inadaptáveis, como se inadaptado fosse uma forma estável da subjetividade. Ao contrário, entendia que a criança, na relação com seu meio próximo, modulava segundo as circunstâncias em jogo – seja este meio a família, o bairro da periferia, uma circunstância social mais ampla como a Guerra etc. Portanto, o COT como centro aberto incorpora essa forma cambiante da adaptação-inadaptação. Para o autor, a adaptação não é uma condição de normalidade por si só, como se estar adaptado fosse sinônimo de uma coisa boa. É antes uma singularidade que se produz numa articulação entre a infância e o espaço, onde a criança se molda conforme os diferentes meios e espaços em que habita. Nesse ponto ele é estratégico: recusa em aceitar a noção de adaptação pura e simplesmente, se esforça em debater o problema com seus pares e cria instituições a partir desta visão singular

sobre a articulação espaço e infância. Não são as crianças que são inadaptadas, são os meios que ela habita que são problemáticos:

Se digo: ‘As crianças são como os pais as fizeram e as educaram...’, eu me deparo com o consentimento universal. Se prossigo: ‘Os pais são como a atual sociedade os força a ser. Seria preciso ver como mudar realmente as condições de vida...’, fecham-me a boca e o Centro que dirijo, sob pretexto de que alguns de seus operários não têm o aspecto, que coisa!, de verdadeiros educadores (DELIGNY, 2018, p.118).

O autor confia mais na hipótese de que a criança é um ser flexível e variável conforme o meio, assim como o meio é uma matéria fluida e capaz de se transformar conforme mudanças acontecem. Deligny (2018) confia mais na capacidade de variação do que na adaptação; desta última, ele tem certa desconfiança, desmontando a ideia de uma essência natural no interior da infância, optando por conceber uma subjetividade que se expressa pelo trânsito e envolvimento com os diferentes meios e espaços aos quais ele ocupa. Entendemos que, se há uma definição de inadaptação, vinda de sua obra, ela conduziria a compreender que não se trata de uma natureza interior fundada na personalidade e no caráter da criança. A inadaptação é resultado de circunstâncias (des)favoráveis vividas nos meios sociais e familiares:

Longe de naturalizar a inadaptação, Deligny aponta para a necessidade de sua correlação intrínseca com problemas de natureza social. Os inadaptados o são, na esmagadora maioria dos casos, por conta das circunstâncias desfavoráveis nas quais evoluíram (MIGUEL, 2018b, p.11).

Tal concepção de (in)adaptação, essa conjugação entre espaço e subjetividade, permite a ele construir outro modo de acolhimento. Ele entendia que estas crianças compartilhavam um meio comum com as crianças e, por isso, era importante trazer parte deste meio para o COT. Ao optar pelos operários, ele valorizava o caráter espacial da linguagem, o meio como a forma fluida por onde a linguagem e a vida deslizam. Falava-se no COT uma língua marginal, a letra de uns vagabundos eficazes, operários, artistas e revolucionários. Toda a linguagem técnica que se fabricava nos Conselhos da ARSEA era deixada de lado. Nessa crítica à educação francesa, Deligny (2018) referia-se aos educadores vindo de famílias abastadas e formados na educação pequeno burguesa, da seguinte maneira:

Vi esses jovens adultos responsáveis, mal apoiados em portas mal fechadas, sem as cadernetas de punição na mão desenvolver diante da garotada todo tipo de atitude lamentável para manter o que chamam de sua ‘autoridade’ [...] Para que isso mude, eu rejeitei os subprodutos dos modos de educação burguesa e convidei educadores que não tinham saído de escolas ou de estágios. Quiseram me convencer, em seguida, que alguns deles tinham antecedentes criminais (DELIGNY, 2018, p.38).

A construção do conceito de “infância inadaptada” no seio das instituições médico pedagógicas e sociojurídica na França se deu por dois vieses: em primeiro lugar, pela criação de 'Associações regionais de proteção da infância e da adolescência' (ARSEA) que foram implantadas no Regime Vichy, período em que a França foi, durante a Segunda Guerra Mundial, entre 1940 e 1944, governada por Marechal Philippe Pétain<sup>30</sup>. Em segundo lugar, a instituição do conceito de “infância inadaptada” se deu através da produção de doutrinas técnicas, de divulgação de conceitos e práticas de reeducação produzidas pelo ‘Conselho técnico sobre a infância deficiente e em perigo moral’:

Infância inadaptada inclui, então, as crianças “difíceis”, delinquentes ou não e, em princípio, todas as outras formas de assistência à infância, notadamente as crianças abandonadas, doentes e aqueles que serão chamados um pouco mais tarde de deficientes. O projeto é ambicioso, sustentado por uma elite da psiquiatria infanto-juvenil (os Heuyer em Paris, Lafon em Montpellier, Dechaume em Lyon, Christiaens em Lille...), muito bem implantada em Vichy; ele aproveita, assim, um decaimento ideológico da Educação nacional (devido à laicidade, ao comunismo, à negação dos jovens franceses de seus deveres frente a Deus e à pátria), segundo propaganda martelada pelo regime (CHAUVIÈRE, 2007, p.369, apud, RESENDE, 2016, p. 31).

Nesse período criaram-se várias leis e instituições para determinar e regulamentar, rigorosamente, o que viria ser uma infância em perigo moral, e uma infância em atraso intelectual, por conseguinte, quais seriam os tratamentos e os processos de reeducação recomendados. Tratava-se de uma investida política e econômica sobre a infância, com viés individualista e financiada por iniciativas privadas.

A experiência no COT aproxima a fundação do campo institucional da infância inadaptada e a prática espacial e libertária de Fernand Deligny. Na época, o autor já era reconhecido por intelectuais e militantes que igualmente se confrontavam com a fundação deste campo. Sua crítica ensejou processos de transformação dos espaços institucionais; sua prática permitiu a experimentação de novos meios, diferentes espaços para o cuidado, além de oferecer às crianças condições diferentes às quais estavam habituadas.

Deligny (2018) enfrenta o problema sociojurídico e médico pedagógico a partir do acolhimento de jovens e crianças ditas inadaptadas. O autor trava uma longa luta para se desviar

---

<sup>30</sup> “O Regime de Vichy é o nome dado ao período político em que a França foi governada pelo Marechal Phillippe Pétain, de 10 de julho de 1940 a 20 de agosto de 1944, durante a ocupação do país pelas forças armadas do Terceiro Reich. A sede desse governo se situava em Vichy, zona livre até novembro de 1942. Pierre Laval ocupa um lugar central durante o regime de Vichy. De julho a dezembro de 1940, ele é vice-presidente do Conselho (o presidente do Conselho, durante as III e IV Repúblicas francesas era o chefe de governo) do Marechal Pétain. Excluído em dezembro de 1940, ele volta ao poder como Chefe de Governo em abril de 1942, permanecendo nesse cargo até agosto de 1944. Durante a Liberação ele é preso e morto por grande traição e complô contra segurança do Estado, devido a sua contribuição com o regime nazista” (RESENDE, 2016, p. 48)

e desviar estas crianças do que está sendo instituído nacionalmente – a construção de práticas, saberes e instituições sobre o conceito de infância inadaptada; a institucionalização de crianças em estabelecimentos de portas fechadas com finalidade de reeducação; a institucionalização de crianças através dos modos de ver e dizer sobre a adaptação e a inadaptação:

Empregam de bom grado um termo magnífico, de uma tolice suntuosa, pérola que cresce com as secreções dos milhares de comitês grudadas nas mesas das reuniões administrativas como ostras no rochedo: a correção moral. Como se as crianças tivessem em algum lugar um pedaço de não-sei-quê, direito em uma, torto em outras, e que poderia ser modela vergando-lhes as costas a golpes de exemplos ou dando-lhe bolachas amanteigadas nos dias de visita ou de grande festa (DELIGNY, 2018, p.16).

A institucionalização do conceito de infância inadaptada alterou a forma como crianças e adolescentes eram tratados, fazendo-as sair da lógica do recolhimento e da internação para a lógica da reeducação. Porém, mesmo após essa redefinição das práticas e a redefinição dos termos, continuou havendo exclusões e normalizações dentro deste campo. Compreendendo que não poderia lutar contra essa institucionalização, já que o novo campo se formava através das forças do Estado e do financiamento privado, Deligny traça as novas estratégias de manejo do espaço para favorecer as crianças e alterar as normas institucionais impostas a elas. Ele opera estratégias de resistência contra as violências e faz um duplo movimento estratégico: altera a forma de tratamento e a representação negativa imposta sobre as crianças; altera as práticas de visibilidade e as práticas de dizibilidade. Desta forma, Deligny combate as normalizações, castigos, ofensas e punições e altera a forma conceitual da noção de inadaptação.

O autor desloca a questão do âmbito clínico, psicológico e psiquiátrico, para situar o debate sobre o espaço. Nesse momento sua crítica se voltava contra a linguagem psiquiátrica e as práticas jurídicas em torno das crianças inadaptadas, fato que cronologicamente antecedeu as críticas de Foucault nos cursos “O poder psiquiátrico” (1973-1974) e “Os anormais” (1974-1975), cursos em que o autor apresenta a forma pela qual a psiquiatria constituiu a infância como alvo de suas práticas e institucionalizou um lugar social para a criança burguesa, e um lugar institucional para as crianças ditas anormais. Deligny (2018) se torna muito cedo um escritor emergente, comentado e lido por diversas pessoas, no entanto, diferentemente de Foucault, não tinha ambição acadêmica, sua escrita era militante e poética.

Enquanto recruta proletariados para auxiliar no manejo do COT, Deligny pulveriza esta desconfiança da pretensa “eficácia” dos educadores franceses. A ideia de uma linguagem à lá “vagabundos eficazes” incorporada pelo autor, carrega certa ironia, pois propõe a eficácia do lado das crianças, destituindo os educadores dessa pretenciosa pressuposição de eficácia. Seus

textos irônicos, são marcados por um estilo, quando não, pelas linhas da própria infância, incorporando nos textos os desenhos e pela linguagem própria das crianças e os meios onde vivem. As publicações e ideias, assim como a expectativa em relação ao seu trabalho, alcança não apenas os educadores, como também as próprias crianças:

Dois policiais me trazem mais um, firmemente preso. Eles visivelmente sentiam calor nas axilas. Um que grita comigo de cara. - Ora, ora... O senhor é o famoso Deligny. Pois bem, vai se foder. Já ouvi falar do senhor, sabe? Pois bem, vai se foder, vou quebrar sua cara. Da parte de todos aqueles que você enrolou. Mundos e fundos que ele promete, e a liberdade, esse diabo, mas, aí, ficamos trancafiados, até vinte e um anos. Tu não tá mais tão orgulhoso, hein, filho da puta. Tô me lixando, posso falar tudo, fugi três vezes de Armentières e vou voltar para lá, então... Ele não fala nada, hein, essa fuça comendo nossos biscoitos... (DELIGNY, 2018, p.61/62).

A intensa experiência com a qual Deligny se confronta o põe na posição de ver-se de frente com inúmeras forças (a das crianças e dos proletariados) e inúmeros poderes (dos policiais, dos psiquiatras, do judiciário). No caso das crianças, força de confronto dos poderes instituídos na educação, na psiquiatria e no judiciário. Deligny alia-se às crianças, para diante disso, verter-se um combate contra a rigidez das fronteiras espaciais da instituição; com as fronteiras institucionais das palavras e dos conceitos. Essa é, para nós, uma reversão que positiva a inadaptação das crianças: em vez de corrigir e normalizar os garotos, opta-se por acompanhá-los de modo a inspirar-se neles para produzir a prática de cuidado. Este cuidado tinha uma dupla acepção: cuidado como crítica à instituição e seus conceitos e, ao mesmo tempo, prática de acolhimento e produção de espaços específicos para este mesmo acolhimento:

Para nós, acolher um moleque não é livrar a sociedade dele, eliminá-lo, reabsorvê-lo, docilizá-lo. É em primeiro lugar revelá-lo (como se diz na fotografia). E, por ora, azar das carteiras descuidadas, dos ouvidos acostumados com as amenidades mundanas, dos azulejos frágeis e caros. Azar do bairro que nos olha do alto, cujas casas espaçosas acham que isso tudo deveria ficar em outro lugar e cujos proprietários estão prontos para denunciar um atentado ao pudor quando veem um dos nossos delinquentes mijando em uma árvore. Azar das frutas que a proprietária guardava para suas geleias e das flores cultivadas para os seus túmulos, azar daqueles que querem que infância rime com inocência. Azar do bando de solteironas que, periodicamente, faz em grupo o passeio da reeducação (com vista para o atentado aos bons costumes em dia ensolarado (DELIGNY, 2018, p. 40).

Fato é que, diante do menino que o xinga e afronta-o, Deligny faz silêncio, pede aos policiais que o soltem e os libera de sua vigilância. Sozinho diante daquele que havia prometido quebrar-lhe a cara, Deligny (2018) diz:

Então? Você queria quebrar a minha cara?... Ele se aproxima da minha mesa, na ponta dos pés, se inclina e com uma voz profunda e séria de confissão vinda do estômago: - Senhor, senhor. Gostaria de um dia de licença. Eu fiz um filho com uma menina, em uma fazenda, perto de Erquinghem. Preciso mesmo ir me casar. – Então você não só lhe deu um filho como quer também lhe dar um marido do seu tipo? Logo você, que é meio cafajeste com as mulheres... Ele ri, contente com o elogio. Conduzo-o ao quarto para dormir. (DELIGNY 2018, p.63).

Com esse pequeno trecho do "Diário de bordo" publicado em *Vagabundos Eficazes* (DELIGNY, 2018), vemos que o autor não está na defensiva. Ele joga com as crianças, com os poderes, que passam pelo COT. Não impõe a elas uma moral, um bom costume instituído pela normalidade burguesa e capitalista, não se alia às instituições do Estado, mas ensaia com as crianças um manejo entre a linguagem de vagabundos, operários, artistas, revolucionários e – talvez – de educadores comprometidos com a infância em sua dinâmica adaptação e inadaptação.

Para Deligny (2018), a educação não serve de instrumento de correção, ferramenta que coloca as crianças em seu “lugar de criança” que, naquele momento do pós-guerra estava em processo de instituição através do conceito de “infância inadaptada”. A educação serve também para os educadores aprenderem com as crianças a desenvolver um estilo, um manejo, uma linguagem própria da rua, dos lugares onde as crianças habitam. Nesse sentido, sua prática opera uma dupla estratégia de cuidado – com as crianças e os educadores, ajudando estes últimos a livrar-se da boa-fé e das boas intenções, costumes instituídos por uma sociedade católica e por uma moral religiosa:

A criança “anormal”, cuja vida eu conto, se debate, como boa parte de seus semelhantes, com a obra de caridade-castelo-lar para crianças, com o escotismo de extensão e com a psiquiatria abusiva. De todas as maneiras que uma sociedade pode usar para camuflar sua perversidade com as crianças que não estão no bom caminho, a obra de caridade, o escotismo e a psiquiatria abusiva são as mais corriqueiras. Essas três infelizes madrinhas da criança difícil fazem com que a família, os professores e a brava gente abduquem de boa fé de sua parte de responsabilidade. Creem abandonar uma tarefa difícil para confiá-la a pessoas mais qualificadas do que eles. E começa assim o triste circo que quero descrever, circo onde não faltam palhaços de boa fé e de boa vontade (DELIGNY, 1958/2007, s/p, apud COPFERMANN, 1970/2018, p.144/145).

Tratava-se de fazer com que os educadores reconheçam o quão “fantoques” eles são desta instituição da infância inadaptada, desta ideologia que rege os fios com as quais as práticas são tecidas. No limite, as transformações propostas no COT revelam um cuidado desta dimensão inconsciente da instituição, estes fios invisíveis que guiam o trabalho e suas

representações cotidianas. Tratar desta questão é revelar como alguns fios guiam o pensamento e as ações dos educadores diante deste “objeto” construído denominado infância inadaptada:

Digo ‘fantoques’ e vou explicar por quê. Todas essas pessoas (no exercício de suas funções) são ligadas por fios a um tipo qualquer de abstração que rege seus movimentos. Mostram-se gentis, severos, ameaçadores, encorajadores, dedicados, distantes, tempestuosos, benevolentes, no contratempo, no contrapé, na contravida (DELIGNY, 2020, p.60).

Essa ideia de fios que guiam as ações, pensamentos e sentimentos poderia ser entendida também como as linhas que compõe um dispositivo, tal como Deleuze descreveu em “O que é um dispositivo?” (1996). No entanto, nem dispositivo nem instituição são conceitos operados por Deligny. Ele não apresenta nenhuma definição do que entende por instituição, embora esteja demonstrado em sua crítica, alguns traços dessa mesma questão.

Para definir o que entendemos por “instituição” proponho: tudo aquilo que vem da sociedade e materializa o Estado (público ou privado) seja na forma de estabelecimentos ou em práticas conceituais, é instituição. Todas as práticas e discursos que operam na gestão dos corpos e populações dentro de estabelecimentos e fora dos estabelecimentos são instituições. Entendemos instituição como aquilo que é feito pelos homens, feito com os seus saberes e poderes estabelecidos historicamente. Instituição é aquilo que faz o Estado operar em nós. Esta definição está em certa ressonância com o autor, mas também se inspira na análise feita por Resende (2016) em seu trabalho com os arquivos no IMEC (Instituto de Memórias das Edições Contemporâneas) onde trabalhou na estruturação do arquivo Deligny.

Ele chamou de instituição e de instituído tudo aquilo que é da ordem da sociedade. E a sociedade é aquilo que se expressa pela criação dos limites intransponíveis, dos limiares fixados pelas regras da semelhança, regras definidas por essa entidade abstrata e ao mesmo tempo concreta que é a gente. A não adaptação a tais regras, a possibilidade de operar tal aproximação através do assemelhar-se, de atravessar o limiar, tem o custo de estar do lado de fora, estadia que implica uma pena muito alta, em geral materializada por um permanente estar do lado de dentro – dos diferentes muros e grades (RESENDE, 2016, p.35).

O termo “semelhança” (*semblablisser*), usado pelo autor, designa o processo de tornar o outro semelhante, adequá-lo às formas instituídas, determinar sua normalidade. Semelhançar é a operação fundamental das instituições e do Estado; o estabelecimento da operação de recolhimento de crianças e adultos em instituições fechadas, ou mesmo à prática de readaptação imposta no pós-guerra, são fundadas nessa operatória. Nesse sentido, instituição é a conjunção entre práticas de saber-poder que procedem por correção, normalização e

homogeneização da diferença. *Semblablisser* é um termo que não possui tradução e é uma palavra que não existe na língua francesa. Nas publicações relacionadas ao autor é possível identificar a opção pela tradução de *semblablisser* por semelhartizar ou semelhartização.

Com esse termo, Deligny (2015a) combate a ideia de inadaptção. Essa é sua estratégia discursiva para modificar o enunciado e a prática, permitindo manejar a aproximação com as crianças não através da semelhartização, mas, sim, da criação de novas formas de representações que desviem do vetor patologizantes, punitivistas e excludentes implícito no campo da proteção à infância.

No processo de assemelhamento, está implícito um lado de dentro e um lado de fora, uma espacialidade da palavra que localiza os normais e os anormais. Deligny (2015a) utiliza o termo para denunciar o discurso que opera tais normalizações. Estar inadaptado à norma da semelhança implica no risco de ser pego por esta trama de correção e reeducação; implica em pagar com a liberdade o preço de estar do lado de fora da sociedade; implica em estar do lado de dentro dos muros e das grades, perder a vida para tecnologias políticas e institucionais.

Segundo Resende (2016), no terceiro número da série Cahiers de l'immuable, o autor indica o que entende por instituição e sociedade. Em *Nous et l'Innocent*, publicado em 1975, Deligny denuncia que nessa forma de organização da sociedade e das instituições, há uma participação dela em nossa subjetividade. Nós, profissionais que atuam nestas instituições, somos implicados como instrumentos de institucionalização, somos colocados e nos colocamos como componente de uma ação de instituição maior e mais invisível chamada em francês de “*On*” em português “SE” ou “A GENTE”, pronomes de indeterminação dos sujeitos<sup>31</sup>:

E aí está que 'o fundo' do indivíduo humano não é nada daquilo que A GENTE poderia imaginar. É preciso o ver para nele crer. Mas não o vê quem quer ou quem quereria. A palavra é mestre e nos dita o que se deve ver para que não seja rompida em nenhum ponto a coerência de um certo mundo: esse mundo em relação ao qual A GENTE nada pode. (DELIGNY, 2007, p.708, apud, RESENDE, p. 35).

---

<sup>31</sup>“On” é um pronome indeterminado, sua função é indeterminar o sujeito diante do verbo, operação que permite aos seres falantes se eximir de responsabilidade sobre suas ações e participações, por exemplo, nas instituições e nas violências institucionais e políticas. Essa indeterminação é o que faz da linguagem ato e prática no mundo: *faz-se, costuma-se...*, neste caso, internar ou punir crianças. O termo “*On*” é uma peça importante da crítica institucional e a crítica à linguagem elabora por Deligny. Segundo Scherer (2000) “*On*” é índice da impessoalidade, uma vida “pré-subjetiva” e “pré-individual”, que não depende da vontade e do querer: “o ‘on’ é o operador do acontecimento, o ponto em que se juntam, sem se confundirem, seu aspecto privado e seu aspecto coletivo, sua faceta ideal e sua faceta encarnada” (p.24). Com isso podemos entender que o conceito de “on” ou “A GENTE” designa o ponto em que a linguagem é pré-subjetiva, sua impessoalidade e sua complexidade exterior. Ela não diz respeito a um indivíduo apenas, mas se estende a toda coletividade. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

Esse é um ponto importante para o pensamento de Deligny, o momento em que sua crítica deixa de se inclinar apenas sobre as instituições do Estado e passa a se inclinar sobre a linguagem. Desenvolvendo esse problema ao longo de sua entrada no campo institucional, a experiência no COT permite a Deligny partir da premissa de que é preciso criar e inovar por dentro das instituições, por dentro de si. É por esta razão que ele combate assiduamente a naturalização da clínica e da educação como instrumentos ortopédicos, pois tanto uma quanto outra são fios que guiam os fantoches. Toda crítica institucional é, em alguma medida, uma crítica de si mesmo ou das formas duras instituídas dentro de nós pela linguagem.

O que vemos no COT é a proposição de um modelo institucional que pode funcionar de portas abertas, sem a lógica prisional dos asilos ou hospícios, uma resistência a este movimento de nacionalização do conceito de infância inadaptada. Ao mesmo tempo, o COT é o campo onde se esboça as primeiras críticas mais radicais e contundentes elaboradas ao longo dos anos seguintes. Para Deligny, esta foi a primeira oportunidade de criar dentro da instituição outros espaços, alterando as normas e as dobradiças institucionais, instituindo um dentro-fora transversal que permitia as crianças desviar dessa trama que se armava sobre elas, interrompendo a linguagem ali onde ela semelhança e homogeneiza os processos de cuidado:

O serviço administrativo decide que cerveja em um centro para jovens delinquentes é um luxo inútil e muito caro. Ora, beber água é, para as crianças, um dos sinais sensíveis de miséria social, e um lanche com pão seco, sinônimo de prisão. O que faz o educador que encontra jarros de água na mesa? Leva todas as crianças ao boteco e envia a conta à administração. Não há absolutamente nenhuma outra solução. (DELIGNY, 2018, p. 72/73).

Contra prisão espacial da cela, contra prisão da linguagem e das práticas restritivas de poder. Deligny maneja o espaço e os saberes optando por escolher instalações sem muros, práticas que permitiam às crianças irem e vir; supressão das grades, prisões e punições. Suas intervenções buscavam transformar o espaço e a instituição, criar meios para que fosse possível ir e vir, desestruturando o centro de uma referência punitiva e prisional, assim também desarticulando princípios morais de uma educação burguesa em processo de instituição. Ele rebate a linguagem sobre o espaço. Tal manejo se faz na radicalidade, em apostas concretas e materiais, mas também subjetivamente, sobre os fios que moldam as subjetividades das crianças, dos educadores e colocam em movimento estratégias de mobilização de si.

Ao longo do percurso no COT Deligny não se afirmou nem como clínico e nem educador, pessoas próximas e até as crianças se referiam a ele como educador, porém ele era uma figura difícil de precisar em uma única disciplina. Conquistou alguns diplomas e

certificados na área de educação especializada, iniciou cursos universitários, mas não concluiu nenhum deles.

Após o COT, Deligny se junta a Henri Wallon e Huguette Dumolin, em 1948, onde criam um ambulatório de acolhimento territorial chamado Grande Cordée. A nova tentativa funcionava não como uma clínica de tratamento, mas como uma rede de atendimento para adolescentes, com suporte e ajuda de militantes da educação popular e oferece também estadias em albergues da juventude. A princípio a nova tentativa teve como base um velho teatro abandonado em Paris onde acolhiam e conversavam com os jovens para identificar seus interesses, e em seguida, encaminhá-los para outras localidades e realizar tais experiências.

Operando não mais pela instituição como *centro aberto*, a estratégia agora optava pela *dispersão territorial* – encaminhava-se crianças para diversas regiões da França, de modo que as crianças sempre voltavam para o território da sede em Paris. Se alguma criança demonstrasse interesse em aviões, enviavam-na para frequentar uma oficina. Se após algum tempo a criança retornasse demonstrando desinteresse naquele projeto, uma nova conversa era feita e a palavra da criança era considerada. Se agora o interesse tivesse se voltado para gados ou fazendas, encontrava-se algum local disponível e encaminhava a criança novamente. O período em que esteve em Paris, com a Grande Cordée Deligny, escreveu muito pouco e muitos dos comentários dele, e de outros integrantes sobre essa experiência, poderão ser conferidos na próxima sessão.

Com a nova tentativa da Grande Cordee surge uma estratégia de espacialização do cuidado com a infância. No período do COT sua crítica se incidiu sobre o espaço e a forma de gestão do dentro-fora da instituição. Ainda fixada na ideia de centro, o COT funcionou como um espaço aberto que incorpora o meio comum a criança sem retê-las ou detê-las tal como rege a prerrogativa médico-jurídica. Alterando o espaço e o funcionamento do COT, permitindo-o funcionar não como um centro de detenção, mas como um centro aberto – ou como ponto de referência para as crianças – inaugurava-se um trabalho de desinstitucionalização do conceito de infância inadaptada. Toda pressuposição de que estas crianças são violentas, irrecuperáveis, é deslocada para dar lugar a esse processo de modificação das representações sobre a infância. Através dessa modificação no espaço e na linguagem, problematizava-se os saberes que instituíam o “lugar” da infância inadaptada, sendo este sempre sendo lugar de correção e normalização.

É evidente que há em Deligny uma estratégia de espacialização do cuidado da infância, fato que não era exclusivo dele, visto que Wallon também discutia a importância do meio para os processos de subjetivação da infância, como veremos. Contudo, pretendemos traçar um fio

na trajetória do pensamento de Fernand Deligny demonstrando como essa estratégia se sofisticava passando por diferentes modos de espacialização do cuidado com a infância.

Trata-se, no limite, de apostar no espaço como ponto de duplo manejo: crítica aos modos de institucionalização e prática de cuidado com a infância em liberdade. E não se trata de fazer consenso entre essa bifurcação que se esboça ao final – é clínica ou é crítica? É normal ou anormal? É instituição ou não é instituição? Trata-se antes de sustentar o contraditório e o sem sentido do espaço, fazendo de modo que o sentido não se cristalice como regra. Trata-se de sustentar um caráter infinitivo da tentativa – tentar, estar aberto, frouxar para suportar a intempestividade do contemporâneo. Nesta aposta, o espaço é suporte para a tentativa e seus processos de criação de novas formas de ver e conviver com a infância em seu lugar de resistência.

Na próxima sessão a apresentaremos a trajetória de Deligny e isso que ele designou como “tentativas”. O próximo texto tenta tecer uma linha cronológica mais profunda e fidedigna à construção do pensamento do autor, e nisso depararemos com migrações, desvios e fugas em que todas elas produziram pontos, referências. Em cada uma de suas tentativas o autor inaugura, pontua, localiza, produz a margem, o asilo e a proteção a estas crianças ditas inadaptadas. Ao mesmo tempo, e paradoxalmente, vive uma longa jornada rumo ao fora da linguagem e o fora das instituições. Queremos com isso criar uma base histórica para entender como o autor chegou ao conceito de “fora da linguagem” e como este fora se confunde, e se mimetiza com uma rica multiplicidade de outros espaços.

## **2.4 Linhas da vida, linhas de errância**

Neste capítulo buscaremos contar a história de Deligny; mostrar sua crítica institucional e investigar os efeitos desta sobre o tema do espaço e da infância. A princípio, queremos investigar que transformações no espaço ele promove; como ele percorreu instituições de dentro do quadro institucional do Estado ao fora da linguagem; como gradativamente o espaço deixa de ser os muros do estabelecimento para se tornar espaço aberto fora da linguagem.

De fato, esta é uma história difícil de contar: um pensador da margem que esteve toda a vida num campo de guerrilha e resistência junto a infâncias igualmente marginais; história de migrações, de derivas, na tecitura de redes capturam e cria momentos, lugares de vida propícios, lugar comum com crianças que não falam. Sua trajetória mostra a força de vidas em resistência, vida impelida pela guerra que não era apenas de bombardeiro, mas guerra discursiva e pragmática pela normalização de crianças. Deligny percorreu as trincheiras, e pelas brechas das instituições por onde passou sua história se escreveu sobre um terreno acidentado, cheio de

desvios e esquecimentos, uma vida para qual o espaço fora da linguagem se tornou um lugar de refúgio e asilo, lugar de proliferação de outros mundos inacabados, outros modos de existência sempre por se fazer.

Os textos de Deligny foram traduzidos para língua portuguesa muito recentemente; em especial no Brasil, começou-se a publicá-los em 2015. Duas teses brasileiras correspondem a essa tarefa de trazer Deligny para o Brasil: Resende (2016), *Do Asilo ao Asilo as existências de Fernand Deligny: trajetos de esquiva à Instituição, à Lei e ao Sujeito* e Marlon Miguel (2016), *À la Marge et Hors-champ. L'humain dans la pensée de Fernand Deligny*. Juntos os dois trabalhos reuniram e organizaram textos, fotos, filmes e mapas no arquivo Deligny junto ao Instituto Memórias da Edição Contemporânea (IMEC), na França.

No Brasil, em 2016, foi realizado o Encontro Internacional Fernand Deligny, que rendeu a publicação do Caderno Deligny (2018), material que reúne os trabalhos apresentados no evento. Em 2019 aconteceu o II Encontro Internacional Fernand Deligny: gestos poéticos e práticas políticas transversais. Ambos os eventos reuniram pesquisadores da área da filosofia, direito, clínica, antropologia, educação, arte e cinema. Essa multiplicidade de saberes mostra como a obra do autor é ampla e possui várias entradas. Mostra também como ao longo de sua vida ele se esforçou para não se adequar às disciplinas, optando por ser um questionador das linhas que instituem os modos de ver e dizer sobre a criança. Sua vida foi em prol da criação; proposição de novas articulações; transversalização dos saberes e exploração de processos de subjetivação pela alteração do espaço e da instituição.

A estes autores e autoras agradeço o apoio e companhia nesse debate sobre a obra de Deligny no Brasil.

\*\*\*

Deligny nasceu em 1913, em Bergues, no norte da França. Era filho de Louise Laqueux e de Camille Deligny. Sua família teve relação com o anarquismo através de sua mãe, Louise, que vinha de uma condição social mais modesta. Seu pai, Camille, vinha de uma família de origem pequeno-burguesa, lutou e morreu em Verdun, em 1919, uma das mais sangrentas batalhas da Primeira Guerra Mundial. Em “O aracniano” (DELIGNY, 2015a), brinca com o fato desta morte e destaca que as crianças tiravam proveito dessa condição de *Pupile de la nation*. Diz ele, se o etologista Karl von Frisch tivesse visto os “bons filhos de Verdun” e outras crianças órfãs de guerra, iria vê-los tirar proveito disso ao vê-los correr risco em explorações de espaços perigosos:

[...] os pequenos vagonetes sobre trilhos se carregavam de alguns passageiros, enquanto outros empurravam; era carrossel e era mina, e era também um brotar surpreendente de abrigos variados, onde corríamos o risco de que uma batida desastrada fizesse um deles desabar sobre nós (DELIGNY, 2015a, p.19).

Após a morte do seu pai, sua família se mudou para Lille onde ele cresceu ao lado de sua mãe e avós maternos:

Ele não era uma criança das multidões e não se tornou um homem do confronto. Sua resistência se construiu a partir de uma percepção sensível aos acasos como forma de produzir novas ocasiões para crianças e adolescentes definidos pelo Estado, por seu estado, como não vivíveis, irrecuperáveis, destinados ao disciplinamento ou à exclusão. Sua posição foi sempre uma produção de desvios em relação aos modelos instituídos (RESENDE, 2016, p.24-25).

Talvez seja difícil contar sua história pelo fato de Deligny ter sido refratário à determinação das crianças e dos adolescentes a partir do seu passado e sua história pessoal. Exceto por alguns acontecimentos que marcam sua trajetória íntima, alguns casos de infância, sua memória se faz pelas instituições por onde passou e os acasos que o levaram a romper com ela.

Quando jovem, Deligny recusou seguir a carreira militar e optou por cursar Filosofia e Psicologia na Universidade de Lille, passando grande parte do tempo indo aos cinemas e nos cafés jogando 421 com os amigos, jogo que o acaso tem muita importância.

O jogo funciona com três dados feitos de ossos:

três dados marcados assim, da mesma maneira; trinta e seis pequenas faces que aguardando os jogadores – que podem ser dois ou mais. [...] Os verdadeiros jogadores nunca recorrem ao copo de dados, que, entretanto, deveriam usar, a fim de evitar a trapaça latente. [...] No entanto, como veremos, o uso desse copo, obrigatório, privaria os jogadores daquilo porque eles jogam, sem saber. [...] no manejo alternado desses dados que rola, está em jogo outra coisa, na qual existe o humano, ao passo que isso falta ao cassino em que um crupiê qualquer gira uma roleta onde uma bolinha apavorada, se sobressalta. [...] pareceu-me captar por que o 421 se revestia para mim de muito mais atratividade que o professor na cátedra, com seus ossos invisíveis.

O que acontece no caso dessas trinta e seis pequenas máscaras que rodopiam com um golpe de mão? O reparar pode aí exercer-se; e com relação ao gesto da mão que lança os dados, os larga, os faz saltitar, há um agir sobre o qual eu digo que ele intervém como um reflexo, ou quase (DELIGNY, 2015a, p.234/235).

O texto acima já explora conceitos que o autor desenvolveria na companhia de crianças autistas: gesto, agir e reparar são conceitos aprimorados posteriormente, pós 1968. Neste

momento, em sua entrada no campo institucional, cabe destacar que quando ainda jovem havia uma certa atração pelo acaso que determinava suas escolhas e opções. Deligny elaborou sobre o gesto humano ao longo de toda sua vida.

Entre 1933-1935 se torna redator-chefe da revista *Lille Université* onde faz suas primeiras publicações, crônicas e críticas de filmes. Nessa época começa a frequentar o Asilo de Armentières a convite de um amigo médico residente, lá conhece “*um mundo estrangeiro, distante dos dogmatismos da academia*” (RESENDE, 2016, p.26).

Em 1935 presta serviço militar obrigatório e vive um período em Paris, com sua primeira companheira, até receber o convite para vaga de professor substituto em um centro especializado na educação de crianças especiais. Teve seu diploma de especialista sido conquistado somente anos depois, em 1941-42:

Minha primeira substituição aconteceu em Paris, em uma classe especial, na rua de la Brèche-aux-Loups (Brecha-dos-Lobos). O nome me caía muito bem. Eu tinha, então, relação com crianças anormais, especialistas em atitudes e maneiras de ser que surpreendiam o garoto que eu era, provido desse emprego que chegou a mim sem que eu estivesse lá muito interessado. Tratava-se de ganhar minha vida. Eu tinha vinte e quatro anos. Eu tinha na minha frente uma massa de presenças na qual o assustador se misturava à indolência. Eu não sabia muito onde me meter. Acontecia das horas serem muito longas, muito longas. (DELIGNY, 2007, p.351, apud, RESENDE, 2016, p. 71).

Em 1938 tem uma pequena passagem como professor substituto na escola primária em Paris, mudando-se e dando continuidade em *Nogent-sur-Marne*. Estas escolas eram classes de aperfeiçoamento destinadas a crianças com algum tipo de dificuldade de aprendizagem ou alguma necessidade especial em relação ao padrão normal de escolarização.

Nesta época seus “métodos” educacionais recusavam o uso de cadernos e incluíam passeios no bosque com os alunos além de usar o quadro negro para jogos e atividades coletivas. Houve uma ocasião em que, frente à turma, chama um aluno ao quadro e lhe entrega um giz, pedindo-lhe para desenhar algo. Surpreendida, a criança faz um traçado parecido com um retângulo desajeitado. Ao demandar da criança, Deligny desvia dessa lógica estabelecida que colocava aquelas crianças no lugar de anormal e com isso faz aparecer um conflito de posições entre a criança e o professor. Corrigir as linhas do desenho levaria a um julgamento e uma normalização e ele buscava outro caminho: em vez de responder negativamente, corrigindo o desenho e levantando disputa entre os alunos da turma (quem é mais inteligente ou quem foi avaliado negativamente pelo professor), Deligny responde da seguinte maneira:

E a partir daí, eu deixava ir um certo controle, não tenhamos medo das palavras. Eu deixava ir: ‘Era uma vez um banco que havia perdido seus pés’.

Acontecia que o garoto olhasse aquilo que ele havia traçado, estupefato. Entre os ‘alunos’ alguns, imediatamente, pensavam: ‘Um banco? ELE é capaz de desenhar um banco? Não é um banco’. Mas eu disse: se tratava de um controle e eu não colocava minha afirmação na voz. Eu não dizia: ‘O que você vê nesse desenho?’ Eu contava: ‘Era uma vez um banco que havia perdido suas quatro patas’. O quadro, eu disse, era de uma madeira que se diria sombria, escamada. De tudo aquilo que havia podido ter sido ali escrito ressurgiam os traços, traçar de letras, de números, restos de datas, de barras de fração, de + e de -. Como de um osso pode-se remontar o esqueleto de um monstro desaparecido para sempre, eu entrevia os pedaços de exercícios escolares impregnados nessas tábuas. E eu dizia: ‘Ele tinha perdido suas quatro patas’. Em torno desses destroços, havia a multidão desses restos de traços que de terem perdido seu sentido, voltavam a ser traçar, reminiscências verdadeiramente estupefatas da intrusão em seu domínio desse corpo estrangeiro, caído de onde? (DELIGNY, 2007, p.353, RESENDE, 2016, p.82-83).

Neste momento da trajetória do autor já se esboçava certo interesse pelo traçado da criança, tema que explorará anos depois na companhia de crianças autistas. Ainda no ambiente escolar, Deligny percebeu que o traçado em um espaço aberto do quadro-negro já estava lá como um germe de possibilidade para inaugurar novas formas de subjetivação. Gradativamente o uso do quadro lhe serviu como espaço propício ao traçado da criança, posteriormente o traçado é explorado em passeios nos bosques. Na época, Deligny realiza passeios que substituíam a sala de aula por caminhadas com sua turma de alunos, esse alargamento dos limites dos locais das práticas e das margens da instituição tomava o espaço como prioridade, do espaço como plano de deslocamento em trânsito aberto e livre, não o escotismo com normas de conduta. Tratava-se de explorar circunstâncias.

Em 1939 ingressa no asilo de Armentières como educador em uma classe especial para crianças com “atraso intelectual”, crianças consideradas “ineducáveis”. Em 1940, propõe renovações e transformações das práticas institucionais suspendendo os castigos, organizando espaços de criação, jogos e passeios com os guardiães, deslocando em um só tempo as práticas de poder (correção, punição, castigos) e as práticas de saber (os saberes especializados sobre a criança que legitimava os maus tratos e restrições como forma de punição e educação).

Uma das intervenções propostas por ele foi sustentar que o acompanhamento destas crianças fosse feito não por profissionais especializados em “atraso intelectual”, mas, sim, pessoas comuns moradores da região, trabalhadores desempregados e até mesmo ex-detentos, implicando suas esposas, e o meio externo, na construção do trabalho de cuidado das crianças asiladas. A passagem pelo asilo é sucedida pela publicação de *Pavillon 3*, em 1944<sup>32</sup>. Essa foi

---

<sup>32</sup> “Em *Pavillon 3*, as histórias seguem um personagem adotando seu ponto de vista e não o de um narrador que reproduz o ponto de vista médico do caso e do diagnóstico. A narrativa é desenvolvida a partir de gestos infantis

uma das primeiras publicações a respeito do tema do internamento de crianças francesas naquela época:

Sentado sozinho na grande mesa, André pensa que ele vai fugir. Ele é um vagabundo: acabou-se de lhe fazer a caridade de uma tigela de leite e uma torta. A cozinha tem um cheiro que ele reconhecerá quando ele regressar, mais tarde. Mas todos os caminhos, lá fora, levam à sala do hospício onde os pupilos da Assistência Pública rejeitados por outro lugar de acolhimento vêm esperar. Os rejeitados são sempre os mesmos: aquele que tem o quadril doente e um rosto pálido, azedo de se olhar; aquele, bem pequeno, que tem o rosto inchado e que as mãos se tornam azuis uma vez que ele mexe mais os braços; aquele que teve os pés congelados e caminha como os palhaços de circo que tem grandes pés moles de cartolina. Eles estão na sala ladrilhada de branco, habituados aos seus exílios. Os velhos, que moram do outro lado do muro, tosem e escarram e espirram e batem nos tijolos com suas bengalas quando os gritos dos garotos se tornam muito agudos. As horas nesse asilo tem um mau odor (DELIGNY, 2007, p.82, apud, RESENDE, 2016, p. 101).

Em 1943, após o bombardeio do asilo e o pavilhão 3<sup>33</sup>, Deligny deixa Armentières e retorna a Lille, a convite do governo que lhe propõe a direção de um centro de prevenção à delinquência juvenil, onde ocupa o cargo de conselheiro técnico. Em seguida, em 1945, torna-se diretor do Centro de Observação e Triagem (COT) de Lille. Neste período de três anos, Deligny confrontou-se com o problema da abertura de novas instituições do Estado voltadas para crianças e com a construção de uma política nacional, entorno do que viria a ser chamado “infância inadaptaada”.

No ano de 1945 e 1947 é escrito e publicado o livro “Semente de Crápula” (Deligny, 1945/2020) – escrito durante no COT, mas conversando com as experiências anteriores. O pequeno livro se constitui por fórmulas e conselhos dados aos educadores:

Se for professor, foda-se. Você acredita na eficácia da moral dos salmos e, para você, a instrução é algo primordial. Se vier trabalhar comigo, lhe darei os diplomados e ficarei com os iletrados. E conversaremos de novo no momento da colheita. A instrução é uma ferramenta, maravilhosa, concordo, indispensável, se quiser. Para nós, o que interessa é quem se servirá dela (DELIGNY, 2020, p.27).

---

cotidianos, apenas um pouco deslocados, mas suficientemente estranhos ao modelo de criança considerada boa e aceitável, com nuances diferentes dos gestos considerados normais, para que possam ser interpretados como signo do anormal” (RESENDE, 2016, p.101)

<sup>33</sup> “O cenário instaurado pela guerra é essencial para refletirmos sobre a tentativa de Deligny: tanto para situá-la historicamente, percebendo a conjuntura que determinava ao mesmo tempo as questões enfrentadas e as brechas instauradas, como para, ao pensarmos em seu trabalho nesse período, situá-lo em um cenário no qual em torno de quarenta mil doentes mentais morreram de fome nos asilos, em uma precariedade e em um cenário de horror somente vivenciados em situações-limite” (RESENDE, 2016, p. 97).

Este trecho foi retirado da primeira reedição do pequeno livro, em 1960. Em 1998 ela retorna na publicação da editora Dunod. A edição brasileira decidiu manter fazendo a ressalva que Deligny fez na sua última edição. Em 1960, Deligny relata ter-se indignado com que escreveu e preparava uma dura crítica das pequenas fórmulas para educadores em um novo prefácio. Percebendo que sua crítica seria dura demais, 16 anos depois propõe um subtítulo para o livro “amador de pipas”:

Uma pipa, sobretudo se for pequena, é fácil de segurar. Centro e trinta e seis já é outro assunto: elas arrastam você, ainda que tenha pouco vento, levantariam você, não podemos dizer que acima de você mesmo e, contudo, acabei sendo educador de renome, levado, pela força e pela graça dessas centro e trinta e seis pequenas pipas, a um congresso internacional aqui, a uma comissão ali, e por mais que eu puxasse as cordas, como fazem os mergulhadores quando querem voltar a subir, minhas pipas frequentemente me deixaram mofando ali, de onde eu teria querido escapar (DELIGNY, 2020, p.10).

Mais adiante ele faz a crítica a essas fórmulas e formulações que poderíamos dizer pretensiosas e determinantes. Ter sido arrastado, transformado na relação com as crianças, fez o autor compreender que fórmulas podem cegar. Em vez de modelos, propõe experiências materiais com os corpos e o espaço: “*Há dois mundos. Aquele das fórmulas, formulinhas, charadas e parábolas e aquele do que acontece a todo momento aqui embaixo com quem quer ajudar os outros*” (DELIGNY, 2020, p, 11).

Já em “Vagabundos Eficazes” (DELIGNY, 2018) encontramos um livro combatente e militante que denuncia os abusos institucionais enfrentados pelas crianças e pelo próprio Deligny na relação com policiais e juízes. As histórias do “diário de bordo” possuem pequenas relatos de vivências no COT com as crianças encaminhadas para unidade sociojurídica. Ambas as publicações são fruto da crítica e criação que Deligny operou dentro das instituições para infância. Nas primeiras páginas da seção de *Os Vagabundos eficazes*, Deligny escreve:

Privado ‘deles’ no momento, as muralhas me ensinam. Maciços tijolos vermelhos com ângulos retos, elas são mordicadas pelos bisnetos daqueles que as construíram. Verdes e vermelhas, elas se parecem com enormes soldados mutilados. [...] No horizonte, na borda da cidade, hospícios, caserna, abatedouros, e a bagunça imunda dos bairros inverossímeis. Na entrada dos cortiços, ficam sentadas estranhas crianças, crianças vomitadas. Para falar de sua cor e de sua forma, não há outra palavra (DELIGNY, 2018, p.117).

Segundo Resende (2016), o período entre 1939 e 1946 marca o momento mais institucional do autor, quando ele passa pelo campo médico pedagógico e sociojurídico,

divididos entre a experiência em Armentières e a experiência no COT, já discutidas na sessão anterior.

Com o fim da guerra, em 1944, Lille é liberada da ocupação nazista. Tensões internas à França começaram a proliferar e intelectuais e artistas iniciam uma ruptura com o viés conservador e autoritário imposto pelo Regime Vichy. Problematiza-se estas instituições de recolhimento que operavam segundo o modo de pensar dos conceitos e práticas instituídas pela noção de “infância inadaptada”. Neste momento, tematizava-se a abertura dos espaços de acolhimento e a liberação de algumas destas crianças pegadas nessa trama institucional. Deligny ocupa aí um lugar determinante ao propor uma via alternativa para essa transformação: o recrutamento de monitores do meio sindical, a articulação de pessoas comuns ao invés de especialistas, a realização do acolhimento e acompanhamento numa relação com o meio aberto, são algumas das marcas que o autor contribui para transformar as práticas e os discursos em questão.

A saída do COT aconteceu como uma reação da administração em relação ao trabalho empreendido por Deligny – a recusa à especialistas, a vaga metodologia de trabalho e a insistência em manter o centro de portas abertas, somada a “*denúncia por maus tratos feita por ele em relação a um poderoso padre, jurista e diretor de um centro de acolhimento da região*” (RESENDE, 2016, p.30) resultaram no fechamento da unidade em 1946. Depois disso, Deligny passou a abrigar em sua casa quatro jovens, enquanto outros foram liberados ou passaram a viver com outros ex-educadores do antigo COT; outros ainda buscaram trabalho ou foram presos (RESENDE, 2016, p.137).

Após essa saída, aceita tornar-se Delegado de Trabalho e Cultura na região do Nord-Pas-de Calais, em 1946, cargo que ficou poucos meses. Em 1947 ajuda na organização de uma peça teatral encenada e composta por operárias da indústria têxtil. Estavam nessa organização Hugette Dummoulin, criadora da União de Jovens Mulheres do Norte da França, André Bazin, crítico de cinema e fundador da revista *Cahiers du Cinéma* e Chris Marker, filósofo, roteirista, diretor e produtor do cinema francês.

Enquanto esteve como Delegado de Trabalho e Cultura, Deligny ajudou André Bazin a liberar François Truffaut, cineasta francês que, nesta época era jovem e esteve preso em um centro de detenção para menores, em Savigny-sur-Orge. Posteriormente, Truffaut e Deligny colaboram novamente a pedido do cineasta. Chama o autor para fazer a cena final do filme *Os incompreendidos*, entre 1958 (*Les quatre cents coups*). Depois disso, a correspondência e a colaboração entre os dois durou até o início dos anos 70, tendo a equipe de Truffaut ido até

Deligny para filmar as crianças e colaborar em suas filmagens. Ambos viam no cinema uma forma de visibilizar o ponto de vista dessas crianças, seus meios, seus gestos e seus trajetos e mostrar como a “infância inadaptada” não é uma entidade que existe por si mesmo, não tem explicações somente na personalidade do indivíduo. As cartas e a prática cinematográfica pensam o cinema como ferramenta de fazer ver este equívoco da sociedade, os processos educacionais e clínicos da infância.

Em uma entrevista Truffaut (1990) fala de estar no lugar de “espectador subversivo”. Fala de sua relação entre o cinema e sua própria infância, quando explorava as ocasiões de entrar no cinema sem pagar, driblar as catracas e obter tickets:

Eu acho que o fato de eu ver os filmes escondidos, de viver matando aula e de durante a guerra todo mundo fazer um monte de besteiras levava-me a me identificar com quem quer que aparecesse contrariado na tela, com todos os personagens vivendo em situação irregular [...]. Eu vibrava com isso, detestava tudo que era normal (TRUFFAUT, 1990, p.19).

Diante das telas: “*era a favor do ridículo, da audácia, da ousadia... Pelo lirismo, sempre, sempre pelo lirismo*” (TRUFFAUT, 1990, p. 19). Em “Os incompreendidos” o cineasta diz que o filme tem como origem o projeto de rodar um curta sobre “A fuga de Antoine”: “a história de um garoto que, tendo mentido na escola para justificar sua ausência num dia em que matara aula, não teve coragem de voltar para casa e passou uma noite na rua, em Paris” (TRUFFAUT, 1990, p.89). Afirma que se tivesse feito tudo sozinho, sem ajuda de Deligny e outros, tornaria o filme uma “sátira violenta”. Na parceria ele conseguiu explorar o lirismo da cena final, a efetiva fuga de Antoine de um reformatório. A cena final termina com uma longa corrida e um close no rosto atento e sério do protagonista, onde ao fundo uma praia deserta e o mar escuro. Este, o olhar de Antoine para o espectador, nos torna cúmplices da sua fuga e testemunhas da injustiça do reformatório:

Nunca se pode esquecer que a criança é um personagem em si mesmo comovente, ao qual o público é muito sensível. Portanto, é preciso muita atenção para não se cair na afetação ou complacência... um close de sorriso de criança na tela e a partida está ganha. Mas o que impressiona, quando conhecemos as crianças é sua serenidade em relação as futilidades dos adultos (TRUFFAUT, 1990, p.93).

Em 1947, começam acontecer as primeiras reuniões que resultaram na criação da *Grande Cordée*, primeira tentativa que Deligny conduz mais à margem, tendo ela seu estatuto próprio. As reuniões aconteciam no Laboratório de psicobiologia da infância, dirigido por Henri Wallon, psicólogo e médico, professor do Collège de France, Presidente do Grupo Francês da

Educação Nova e membro do Partido Comunista (em 1942). O autor foi um dos poucos citados por Deligny diretamente, demonstrando admiração pelo trabalho e as ideias do autor a respeito da infância, como ele faz menção ao “Doutor Wallon” em Vagabundos eficazes ele transcreve trechos da obra “Origens do caráter na criança”.

Para Wallon, a infância não é uma essência definida crono e biologicamente, mas é uma determinação do meio, pelas circunstâncias vividas, a condição social, histórica, política e familiar da criança; os acontecimentos que marcaram sua história, seu corpo e sua condição social-geográfica. Desta maneira, a ligação de Deligny a Wallon se associa a essa preocupação com o espaço entorno da criança, a articulação das singularidades e a regularidade como estes fatores determinantes se somam, se repetem formando o caráter da criança:

O caráter resultaria da soma desses elementos, ou antes, de sua repetição. Dir-se-ia a impressão deles na pessoa. Nele vem atingir e a se fixarem maneiras de reagir cuja explicação repousa no complexo indissociável formado pelas situações determinadas e pelas disposições do sujeito... (DELIGNY, 2018, p.42)<sup>34</sup>.

Segundo Miguel (2016) são três os eixos do pensamento que se relacionam com o teor das tentativas de Deligny: (1) o estudo e distinção entre os tipos de inteligência onde, dentre tantas, Wallon descreve a “inteligência espacial”; (2) a teorização de uma psicologia materialista que trabalha sobre a exterioridade, sem focalizar o sujeito e sua interioridade, mas as circunstâncias no entorno; (3) sua crítica à essencialização do caráter, o pensamento a partir de categorias históricas e sociais, bem como a valorização do meio (MIGUEL, 2016, p.77/78).

A proximidade entre Wallon e Deligny permitiu criar, naquele momento e local, uma teorização materialista que revertesse o quadro institucional da infância inadaptada. Sua crítica mira a essencialização do caráter e detona a tese que justifica a inadaptação através de aspectos puramente psicológicos; leva a pensar uma psicologia a partir de categorias históricas e sociais, relacionando as dificuldades das crianças com o meio próximo e as circunstâncias vividas no entorno.

Deligny apostou na exterioridade como fator determinante para a elaboração das tentativas, apostou na criação de meios como forma de ampliar as possibilidades da existência. Em todas suas experiências com a infância, buscou o meio, a exterioridade e não a interioridade ou a essência psicológica que justifique a origem dos comportamentos inadequados. Sua busca pela exterioridade se constituía pela invenção de novos meios: na escola essa construção

---

<sup>34</sup> A citação acima corresponde à leitura de Deligny do texto de Wallon. Em se tratando de uma citação modificada pelo autor em questão, preferimos atribuir a autoria desse texto à Deligny como citação indireta de Wallon.

aconteceu através dos desenhos que permitia criar *outro lugar*, uma forma de dar visibilidade e voz àquelas crianças dentro de um sistema de ensino que as silenciava. Já no Asilo de Armentières, o convite para que operários ocupassem a função de guardiões, a proibição de sanções e punições, os passeios e o dentro fora do asilo. No COT, a ocupação de construções inabitadas onde se constituía outros espaços de acolhimento nos bairros pobres de Lille, a organização do centro aberto que possibilitava a saída dos jovens para suas famílias; estes são alguns dos exemplos que podemos encontrar até aqui.

Criar meios, quer dizer criar lugares, que como aberturas inauguradoras lhes sirvam de apoio para desenvolver seus próprios modos de existência, é a criação de brechas para o fora das instituições, abertura que possibilite acesso a outros mundos. Essa operação é a espacialização do cuidado, a aposta no meio como via para o processo de subjetivação. Não havia modelo institucional ou modelo de prática a ser seguido, investia-se na criação de meios conversando com as crianças, colhendo as pistas junto a elas, descobrindo e criando seus interesses junto a elas. Mesmo no COT, instituição que havia muita rigidez, acolhia-se qualquer ideia vinda das crianças, por mais perigosa que ela pudesse parecer:

Tive a ocasião de ver nascer uma rede, um pouco como se vê, com as trucagens do cinema, uma planta crescer em dez minutos [...] O fato é que essa rede revigorada se devia a um projeto passível da seguinte formulação: ir matar uma boa senhora, em cuja casa um dos cinco havia trabalhado alguns anos antes. Eis uma rede que era preciso decapitar [...] matá-la não era, aliás, o projeto em si, que consistia de fato em usar o dinheiro para ir a Dunquerque, ou a Calais, procurar um lugar num navio; foi esse projeto que eu retomei, alguns anos depois, estando eu provido de caixa que permitia tornar possíveis tais projetos que, a bem-dizer, pululam; assim se prescindia de um latrocínio (DELIGNY, 2015a, p.32/33).

Este projeto de ir matar uma velha senhora é fruto do tédio asilar, das más condições sociais, marcas que produzem este tipo de projeto. Não se pode entender, a partir desse relato, que há um caráter naturalmente assassínio nestes jovens. Ao contrário, o mau comportamento é resultado da conjunção de fatores cujo meio é determinante. Não são as crianças que são inadaptadas, mas o mundo que é de alguma forma inadaptado a elas. A confusão e a tragédia podem advir deste confronto desastroso entre o ócio criativo em um asilo e a institucionalização de crianças em um lugar marginal. Portanto, Wallon e Deligny tomam a posição ao lado da infância inadaptada.

A saída de Deligny do COT em 1946 foi um marco na sua trajetória. Até então a passagem pela escola especial em Paris e Nogent-sur-Marne, a passagem pelo asilo de Armentières e a experiência no COT em Lille, constituíram-se como *tentativas* através das quais

o autor produziu uma crítica institucional por dentro das instituições. Sustentando estas transformações, Deligny desestabilizava não apenas a instituição por dentro, em suas práticas e discursos, mas afetava inclusive o seu lugar como diretor. Disposto a correr esse risco, as tentativas assumiam um caráter permanente de criação, um permanente estado instituinte. Suas criações institucionais não foram pensadas para se tornar modelo, mas para ser exatamente uma “tentativa” permanente de criação de meios e de circunstâncias. A tentativa está mais próxima da obra de arte onde sua organização é questionadora e sua função pode ser vista como inútil em relação ao projeto de entrada no Estado, pois ela guarda um caráter de ruptura com o poder, com a identificação e com a semelhança: “*É notório, porém, que uma tentativa tem sempre a tendência de se meter na voga, mas de través*” (DELIGNY, 2015a, p.156). Seu método é um rigoroso uso do acaso como fonte de experiência sensível, via pela qual escapa da ideia de que a instituição seria o motor das experimentações. Ao contrário, o autor entende que o acaso é o fator determinante. Tal gesto de pensamento o fará posteriormente construir uma rede, sendo que uma das dimensões desta rede são as áreas de estar (*aire de séjour*), contudo, para além de simplesmente uma rede de pessoas e locais, essa rede captura acasos e produz a existência através da articulação de territórios fora da instituição do Estado:

Aí desaparece a arquitetura, e, se a palavra parece abusiva, falemos da rede de pesca dos nossos trajetos. Se uma rede era assim tramada, tratava-se de capturar o quê? Tratava-se de usar as ocasiões e, além disso, o acaso – isto é, as ocasiões que ainda não existiam, mas que em ocasiões se transformariam pelo uso que faríamos da 'coisa encontrada'” (DELIGNY, 2015a, 20).

Antes de constituir essa rede, Deligny passou pela Grande Cordée e isso teve um papel determinante na sua chegada à Cevennes e no trabalho com as crianças autistas. Era preciso que ele passasse por diversas migrações para poder ter sua primeira tentativa coletiva autônoma. A partir da saída do COT, a tentativa seguinte indicou uma transição cada vez mais forte rumo ao fora das instituições, em um trabalho que se dava disperso geograficamente no território francês:

A dispersão geográfica pareceu se constituir como uma forma de luta contra o que ocorreu na experiência do COT: uma tentativa ancorada em apenas um lugar pode ser facilmente apreendida, seja para se tornar modelo – como já queria o diretor médico do IMP de Armentières – seja para ser encerrada. A dispersão poderia garantir a formação de diferentes redes, a pulverização, a tirada de controle e talvez a abertura da tentativa para outros encaminhamentos que tornassem mais difícil sua captura institucional. É importante afirmar, e como se revelou na experiência no asilo e no COT, que o perigo do término de uma iniciativa para Deligny é menos importante do que a adesão às normas e exigências aos padrões impostos (RESENDE, 2016, p.138).

Em 1947 é dado o início a *Grande Cordée*, fundada em Paris em 1948, estruturada através de discussões realizadas no Laboratório de Psicobiologia da Infância, onde Wallon era diretor, tornando-se posteriormente presidente da *Grande Cordée*. Essa nova tentativa reunia jovens que haviam passado por diferentes instituições e não se adaptaram à nenhuma delas, estando em permanente exclusão nos estabelecimentos regulados pelo conceito de “infância inadaptada”. Fora das instituições de readaptação, as crianças apareciam na *Grande Cordée* como inadaptados aos mecanismos de funcionamento da sociedade, inadaptados às instituições de correção e readaptação, pequenos marginais políticos que o sistema não conseguia acolher.

Designada como “organismo institucional de cura livre”, termo registrado em seu próprio estatuto, a *Grande Cordée* não possuía uma sede fixa de acolhimento e o trabalho consistia em receber jovens para estadia em albergues de juventude por toda a França. Inicialmente, Deligny os recebia em um teatro abandonado em Paris, traçando diálogos para conhecer o interesse destes jovens, e criar algum caminho, para que os trabalhos pudessem ser realizados a fim de modificar as circunstâncias que determinavam a condição social de cada criança:

No teatro, Deligny recebia os jovens por vezes sozinhos, ou acompanhados por seus pais ou por um funcionário da assistência social. Neste primeiro encontro Deligny se limitava basicamente a perguntar ao jovem o que ele pretendia fazer, não havendo questões mais direcionadas ao seu histórico em outras instituições voltadas à readaptação e reeducação ou em hospitais psiquiátricos. Tampouco as nuances do caso dos jovens, seu histórico médico ou escolar possuíam importância para os desdobramentos da inserção dos mesmos na tentativa. Após esse primeiro encontro junto a Deligny, e de acordo com as vontades expressas pelo jovem, os educadores ligados à Grande Cordée se responsabilizavam por encontrar uma opção de estadia experimental. O jovem poderia ser encaminhado para um albergue de juventude, para alguma pessoa ou família disposta a recebê-lo para a estadia, para a casa de algum artesão, com o objetivo de realizar algum projeto ou trabalho, para realizar uma viagem, ou, ainda, se implicar em qualquer atividade, formação, ofício que despertasse seu interesse (RESENDE, 2016, p.156).

Tratava-se, portanto, de criar circunstâncias. As atividades oferecidas aos jovens podiam ser um trabalho ou qualquer outra coisa que produzisse engajamento. Tratava-se de encontrar uma ferramenta que permitisse novas ocasiões, novas circunstâncias que favorecessem a transição nas rotinas vivenciadas pelos jovens, uma abertura para outras realidades e modulação nas questões enfrentadas por eles. Em outras palavras, funcionavam como um ambulatório de cura livre disperso territorialmente, onde o procedimento não se dava sobre o sujeito-criança,

mas sobre a articulação territorial, a espacialidade da vida da criança – seus meios, seus entornos, suas relações geográficas e afetivas.

Nesse ponto, parece que a *Grande Cordée* permitia a Deligny acionar contatos por todo o território francês, a fim de encontrar lugar para que esses jovens pudessem ser recebidos e iniciados em atividade de seu interesse. Ela era financiada pelos próprios filiados e pelas famílias dos jovens adolescentes, o projeto foi ligado à Seguridade Social francesa e ao Estado, “*a demanda de acolhimento que fundamentava o trabalho inicial da tentativa vinha do Gabinete Público de Higiene Social*” (RESENDE, 2016, p.150). Como em outras de suas tentativas, o espaço comparece agora como trabalho territorial por onde se criam meios propícios – a partir de conversas com os jovens se encontra algum local que pudesse apresentar o ofício para o adolescente. Se se tratasse de pães, um padeiro. Se vacas, trata-se de encontrar uma fazenda.

Se antes na experiência do Asilo e do COT a articulação entre crítica e espaço buscou alterar as normas das instituições, explorar a exterioridade dos muros e salas, e até mesmo criar espaços dentro destes estabelecimentos, na *Grande Cordée* a dispersão territorial cumpre a função de operar a dobradiça dentro-fora da instituição. Em vez de um maniqueísmo que opunham as partes como forma de estabelecer um dentro-fora da instituição, na Grande Cordée, a multiplicação e o alargamento dos exteriores levaram à criação de um projeto junto aos jovens que se dava disperso por todo o território francês. Com isso, substituía-se a exigência de um interior (dado a priori) e passava a pensar a subjetividade da criança na criação de um sentido junto a elas, em novos territórios. Na *Grande Cordée*, os jovens se serviam dessa dispersão territorial para criar territórios, novos modos de habitar a cidade, se espalhando pelo país de modo a produzir novos modos de existência. Com isso, a Grande Cordée se constituía nem como dentro nem como fora, mas instituição-margem, instituição-borda, que delimita um contorno que permite aos jovens explorar a cidade e o país na criação de seus interesses. Esta borda margeia os territórios e permite aos jovens um novo arranjo subjetivo com o meio circundante.

A dispersão territorial se tornou uma marca desta nova tentativa. A opção por um espaço geográfico que não seja fixo ampliava as possibilidades de intervenção. Uma sede fixa, um espaço delimitado, não poderia produzir tantos meios e circunstâncias para as crianças. Além disso, tal estratégia fez com que a tentativa não fosse vistoriada, pega pela burocracia e pelas normas das instituições do Estado que contrariavam as invenções feitas pelo grupo. Desta

maneira criava-se “referências” para os jovens e ao mesmo tempo, para as pessoas que articulavam a nova tentativa<sup>35</sup>.

A ausência de um contorno institucional nítido, a falta de clareza com a finalidade e eficácia do método empreendido; a dispersão territorial e a falta de localização fixa formavam estratégias para evitar capturas, operar por meios de desvios e formular convites aos jovens para que eles aderissem e se engajassem tanto nos projetos, como na luta territorial<sup>36</sup>.

O período da Grande *Cordée* corresponde à fase em que Deligny menos escreve. Era o momento de sua primeira tentativa autônoma e coletiva, não ficando submetido às instituições do Estado, nem às instituições privadas. Nesse período sua posição crítica à instituição do conceito de infância inadaptada é bastante nítida, atuando em um viés desviante daquilo que era instituído pelas políticas conservadoras de proteção à infância. Tratava-se da primeira experiência na qual Deligny dá nome e este nome tem um sentido bastante particular, podendo ser traduzida como “Grande Cordada”. Evocando certa relação com o alpinismo, Resende (2016) propõe o termo *cordada* que se trata de uma técnica do alpinismo que indica a ligação entre os membros de trilheiros que estão ligados por uma única corda na escalada de uma montanha. Para trilhar o paredão rochoso é preciso que:

A cada momento, um ou outro desses membros pode se tornar o garantidor da dinâmica conjunta e, simultaneamente, durante todo o tempo, é o conjunto de todos os membros da cordada que fornece tal equilíbrio sutil e determinante. De tal forma, uma cordada só existe se todos que a integram participam na medida certa que a tentativa comum exige. Em uma escalada, por exemplo, aquele que vai à frente, equipando a via, não pode ir mais rápido do que o tempo que o segundo necessita para liberar a corda. O segundo, por sua vez, não pode travar a corda no momento no qual aquele que está protegendo a via tem necessidade dela para passar a proteção. [...] Assim, quando na escalada nos colocamos em uma *cordada* com alguém, é a medida precisa da contribuição de todos que garante que a cordada exista. Não a participação de cada um, pois não existe uma função pré-definida para cada participante, mas o engajamento de todos, uma vez que a definição da participação de cada membro só existe em uma relação dinâmica e mutante formada pela situação enfrentada, pelas condições da via, pelas dificuldades encontradas, pelas características da montanha. É o lugar, o agregado das especificidades do

---

<sup>35</sup> “Esses pontos de referência se constituíram como espaços de apoio para o desenvolvimento das atividades e possibilitaram o trabalho conjunto daqueles que compuseram a Grande Cordée. Assim, o espaço comum dos membros não era um espaço físico partilhado enquanto local definido como sede da mesma. Mas uma rede plural dispersa pelo território da França. Durante esta tentativa, portanto, as referências partilhadas deixaram de ser um lugar enquanto instituição, para se tornarem práticas compartilhadas a partir de uma atividade de permanente estabelecimento de redes” (RESENDE, 2016, p.155).

<sup>36</sup> “Podemos compreender que quando Deligny afirmou que a tentativa se constituiu enquanto uma guerrilha, forma de organização cuja principal estratégia é o permanente deslocamento de um grupo como meio de luta e de proteção, ele se referiu tanto diretamente às diferentes formas e locais adotados pela tentativa a partir de 1955, quanto a uma posição de resistência e luta política que a Grande Cordée ocupou no cenário político institucional da França” (RESENDE, 2016, p.154).

clima, da umidade, do vento, do tamanho da corda, da quantidade de equipamento, das condições de cada membro naquele dia de escalada, portanto, que formam a cordada. Assim é que a participação de cada um enquanto sujeito que possui tais ou quais características próprias, determinadas habilidades fixas, é substituída pelo engajamento de todos na manutenção de um tênue e delicado equilíbrio que possibilita que a escalada tenha lugar. (RESENDE, 2016, p.145-146).

O espaço, o lugar, o meio, deixam de ser categorias isoladas e passam a ser fluidas, definições e matérias heterogêneas. O meio, assim como o lugar, é repleto de multiplicidades, sons, climas, velocidades e lentidões. Embora o espaço não figure como tema central do trabalho, acontecia ali o desenvolvimento de uma definição sofisticada de espaço e é esta definição que estamos perseguindo ao longo desta tese. Ao longo do texto encontraremos diversas definições para este espaço fluido e para isso, temos que seguir acompanhando as linhas da vida do autor.

Confrontando-se com problemas econômicos desde 1953, Deligny sai de Paris em 1955 e vai para a região de Les Petits-Bois, localizada na região de Allier. Com ele seguem alguns dos membros da Grande Cordée e juntos passam um período difícil: sob efeito do desligamento da filiação com a Seguridade Social, com problemas administrativos e sem o apoio do Partido Comunista Francês (PCF), a situação financeira e política se tornar insustentável. O grupo migra para Salzuit onde alugam as ruínas de um castelo, adquirem cabras e algumas ovelhas para a produção de leite e queijo. Os jovens integrantes da tentativa passam a trabalhar em atividades de jardinagem e criação de aves, trabalhando também em reformas de casas nesta mesma região. Posteriormente se mudarão diversas vezes mantendo estes meios de sustentabilidade e agregando novos membros.

Entre 1956 e 1959, Deligny recebe Yves, jovem de 16 anos que não conseguia ler, escrever, comunicar-se “adequadamente”, sendo apontado nele alguns traços autistas. Esse encontro inaugura o ponto decisivo na trajetória do autor, sua aproximação com crianças autistas. A criança se torna personagem central do filme *Le Moindre Geste*, filmados entre 1962-64 e lançado em 1971. A partir deste encontro, Deligny desenvolve o trabalho com desenhos e traços das crianças, prática que já o acompanhava desde sua primeira atividade como professor na década de 1930, mas é sobretudo num trabalho sobre as imagens que seu pensamento se descola da representação. O filme é demarcado pelo território e todas as pessoas que participam dele são integrantes da tentativa ou moravam na localidade. No início do filme aparece a legenda que informa os nomes daqueles que compõem a obra, as pessoas interpretam

a si mesmas e este roteiro é adotado como forma de construir uma provocação a respeito da linguagem.

O som é determinante no filme, assim como o silêncio e os ruídos que invadem a imagem. O filme tem como roteiro o personagem central Yves; personagem que havia fugido do asilo junto com um outro garoto. Ambos se deslocam pela paisagem de Cévennes e em determinado momento, o outro garoto cai em um buraco enquanto Yves tenta resgatá-lo sem “eficácia”. Ao continuar a vagar pela localidade de Cévennes, o jovem Yves encontra uma jovem da região que no filme é interpretada por Gisele Durand e aos poucos ele é reencaminhado para o asilo.

O filme é gravado separadamente – imagem e som. A câmera utilizada nas filmagens não possuía microfonação e os áudios foram captados separadamente. Isso gera a sensação de um deslocamento da imagem e da linguagem, estratégia que dá ao gesto um destaque, cujas velocidades e lentidões convidam ao espectador experimentar uma linguagem autista, toda esburacada e repleta de imagens selvagens que se deslocam no espaço a despeito do som e da representação. Os sons, assim como as imagens, não significam, não produzem significado. São sons, palavras sem sentido dispersas na extensão de Cévennes.

Neste momento sua crítica sofre uma alteração, um desvio o faz se aproximar da crítica à linguagem e à noção de sujeito. Seus escritos não mais se dedicarão à crítica das instituições apenas, mas à institucionalização das formas do Estado na e pela linguagem, situando-a como uma espécie de operador da internalização do Estado na subjetividade. O jovem Yves possuía traços autistas e estava destinado ao internamento psiquiátrico vitalício, sua família procura a Deligny a fim de evitar essa internação e não havia combinado para que houvesse algum tipo de tratamento. Portanto, este acolhimento não se confundia com um projeto clínico de tratamento, mas sim de abrigar e criar circunstâncias para que Yves encontrasse um lugar onde pudesse viver conforme sua diferença.

Durante o período em Les Petits-Bois, José Manenti, psicanalista que integrou junto ao seu filho a tentativa da Grande Cordée, teve papel importante na sustentação do coletivo neste momento adquirindo a fazenda e as cabras. Posteriormente, colaborou durante longos anos com Deligny, sendo responsável pelas filmagens de *Le Moindre Geste*.

Em 1959, se mudam novamente e chegam à região de Cévennes, na cidade de Thoiras. José Manenti adquiriu uma nova propriedade onde passaram a habitar. Numa Durand, pedreiro da região de Anduze e suas filhas, Any e Gisèle Durand, duas pessoas que se tornaram figuras centrais na constituição da tentativa de Cévennes e na confecção de mapas, juntam-se ao grupo.

Any e Deligny se torna companheiros e juntos tem um filho, Vincent. Desta habitação Guy Aubert, filho dos proprietários da fazenda comprada, fica órfão e se muda para casa do tutor responsável mantendo frequentes visitas ao grupo e integrando posteriormente à tentativa como aprendiz, se tornando um membro importante na experiência de Cévennes.

Nesse momento, o grupo resolve suas dificuldades financeiras com a criação de cabras, bichos-da-seda e hortas, sendo que, alguns membros conseguiram um emprego na região e outra parte do grupo cuidava das instalações envolvendo Yves e outras crianças neste trabalho. Os adolescentes que integravam a Grande Cordée trabalhavam com reformas de casas na companhia de Numa Durand e moravam no território próximo.

Com a chegada a um novo território, Deligny retomou a escrita, algo que não conseguia fazer em Paris, como nova atividade ele desenvolveu e inovou criando uma pequena escola na região. Tudo isso contribuía para sobrevivência financeira do grupo.

Era preciso, naqueles anos, ter audácia para tentar, em pleno século XX, viver como na Idade Média, nas construções magníficas perdidas nas colinas de carvalhos verdes, sem eletricidade, sem água corrente que não fosse a das fontes, com um bando de crianças estranhas. Em torno dele (Deligny), nós jardinávamos, nós criávamos os cães, os bichos-da-seda, a gente trabalhava com alvenaria, buscávamos a lenha, colhíamos os cogumelos. Ele inventava jogos, fabricava carroças de western, fazia escola para aqueles que quisessem. Uma escola engraçada por sinal: de traços, de círculos, de marcas de carvão, de desenhos primitivos, algumas vezes incríveis, até o alfabeto gigante traçado sobre um muro por um garoto que passava e que queria aprender a ler o dicionário. Mas acima de tudo, ele escrevia. Em sua mesa, desde o nascer do sol. (MANENTI, 1997, p.106, apud, RESENDE, 2016, p.179/180).

A década de 1950 e 1960 é, portanto, o período em que Deligny viveu uma transição rumo ao fora das instituições, gesto que se consolida em 1968 com a instalação do grupo em Cévennes. Neste ínterim as migrações se tornam um hábito determinante do grupo e compõem com a deriva do autor, ao constituir linhas de vida que apontam para essa mudança radical em seu pensamento, prática e escrita. A primeira migração se deu na passagem do meio urbano para o meio rural, a saída de Paris rumo ao ambiente interiorano de Cévennes. A segunda migração se deu no plano político, com o desenvolvimento de um modo particular de sustentação econômica por fora dos sistemas de seguridade social proposto pelo Estado e pelo Partido Comunista Francês. Com isso Deligny radicaliza a luta entre as instituições, seus passos não se dão nem dentro nem fora das instituições, mas numa passagem limiar de uma à outra, pela conjunção entre elas numa recusa às instituições formais do Estado e no desenvolvimento de modos de sustentação econômica autônomos e independentes das ofertas do Estado.

Nesse novo modo de luta, encontramos aí a importância, mais uma vez, do espaço como plano de deslocamento dos movimentos insurgentes e inventivos; o espaço como componente indispensável para a vida vivida em sua materialidade concreta. Na trajetória do autor vemos como, gradativamente, o espaço deixa de ser elemento do campo institucional e passa a compor as linhas da vida, um componente indispensável da subjetividade e dos movimentos políticos de resistência: *“Do Allier à Cévennes, a mesma pesquisa se desenvolve, aquela de um 'meio' cuja posição tomada pudesse intervir utilmente na história toda traçada dessas crianças”* (DELIGNY, 2007, p.220, apud, RESENDE, 2016, p.178).

Nas décadas que seguem à saída de Paris, Deligny não define de antemão o sentido atribuído ao espaço. Nesta época, encontramos em seu vocabulário referência ao termo “meio”, termo utilizado também nos “Laboratório de Psicologia da Criança” na companhia de Henri Wallon. Posteriormente, mais especificamente após a chegada em Cévennes e a realização da primeira área de estar, em 1968, o termo espaço que antes era comumente ligado às instituições, deixa de ser representação do espaço físico e arquitetônico e passará a ser tema ligado ao fora da linguagem. O marco dessa inflexão na trajetória do autor é, sem dúvida, produzido pelo encontro com o autismo, fato que o permitiu fazer uma verdadeira transição e migrar do trabalho com crianças inadaptadas (ditos retardados, delinquentes, marginais) para o trabalho com a infância marcada pela psicose precoce e pelo autismo profundo. No campo das práticas de cuidado e na escrita do autor, esta transição se apresenta por uma passagem da crítica às instituições e às formas de tratamento, para uma crítica ao modo de humanização e universalização da espécie entorno da linguagem.

No período da Grande Cordée, como vimos, a estratégia de espacialização e a dispersão territorial mostraram como o espaço foi tomado como trincheira na guerrilha da inadaptação e como via para evitar a sedimentação da instituição em um único modelo, evitando também a institucionalização de crianças em espaços fechados que reafirmavam um sentido negativo da inadaptação como sinônimo da anormalidade. Ao mesmo tempo, essa estratégia fez com que a própria Grande Cordée desviasse das exigências de um poder regulador das práticas de educação e proteção à infância naquela época. No entanto, parece que isso não foi suficiente para proteger o grupo das consequências de viver à margem das instituições e do Estado. O efeito disso foi a dificuldade econômica, política, geográfica vividas pelo grupo. Nesse momento de transição entre a saída de Paris e o fim da Grande Cordée, o espaço continuou servindo de trincheira e a migração ganha o aspecto de uma espacialização do modo de vida e modo de resistência. Entendemos este gesto como uma intuição do autor sobre o espaço

“migracional” da subjetividade, a espacialidade transitiva da existência que se desenvolverá posteriormente em seus textos. Como vimos, em 1955 acompanhado de membros da Grande Cordée e um número de jovens, Deligny inicia um processo de migração territorial que durou pouco mais de uma década, passando por cidades como Vercors, Salzuit, Saint-Yorre, Thoiras e Anduze chegando ao sul da França. Este deslocamento resulta no esvaziamento do grupo, onde apenas Irene Lèzine permaneceu em Paris para responder pelas atividades administrativas e gestão das estadias experimentais locais que ainda ocorriam enquanto outros membros da Grande Cordée migravam em outras direções.

Distante das instituições do Estado, descobertos de qualquer custeio financeiro por parte delas, sem apoio do Partido Comunista Francês (PCF), a vida do grupo era garantida pelo desenvolvimento de atividades autônomas. Neste cenário o fim da Grande Cordée foi gradativo, efeito de migrações e também de outras razões que podemos listar: (1) a situação financeira do grupo e a ausência de relação institucional; (2) a impossibilidade de sustentação de um projeto que nasceu dentro do quadro institucional do Estado e se dava agora fora desta mesma estrutura; (3) o choque que as ideias de Deligny causavam nos diretores das instituições públicas e privadas articuladas em torno da infância inadaptada; (4) a perda da influência política do Partido Comunista no governo executivo francês (RESENDE, 2016, p.173). Todas estas razões explicam o fim da Grande Cordée e, ao mesmo tempo, abrem espaço para pensar uma nova articulação entre as linhas de força de uma tentativa e as linhas transversais da vida<sup>37</sup>. Em 1962 eles se mudam para Anduze e três anos depois, em 1965, se mudam para a clínica La Borde a convite de Jean Oury e Felix Guattari. Essa nova migração é determinante para o fim oficial da Grande Cordée e para mudanças que aconteceriam no pensamento de Fernand Deligny. Ali aconteceria encontros que transformariam totalmente a prática de Deligny, ruptura e inovações que adensam e radicalizam o teor de sua crítica. Trata-se do encontro com o autismo e as surpresas que estes jovens trazem a ele deste outro universo fora da linguagem:

Não tendo mais dinheiro nem onde se fixar, Fernand Deligny procura refúgio em La Borde para continuar cuidando de seus autistas. Oury os acolhe, aprova sua instalação, mas esclarece que é preciso que Guattari concorde. [...] Ao chegar, Deligny já carrega toda uma história de prática terapêutica. Ele se

---

<sup>37</sup> “Tal insustentabilidade se deu em decorrência da situação financeira do grupo, mas também pela impossibilidade - administrativa e política - de sustentação de um processo que se iniciou dentro do quadro institucional do Estado, fora desta mesma estrutura. Entre os dispositivos públicos e privados que se articularam em torno da infância inadaptada, a gestão estatal dessa nova população, os interesses de importantes personagens que se estabeleceram a partir do novo campo formado e os interesses do partido comunista, a tentativa se encontrou em um terreno de disputa política que determinou seu definhamento e seu fim após uma década de afastamento do cenário institucional” (RESENDE, 2016, p.175).

inscreve em uma perspectiva diferente daquele de Oury-Guattari, mas igualmente inovadora (DOSSE, 2010, p.68).

Nesta época La Borde era expoente da psicoterapia institucional, amplamente influenciada pela experiência de Tosquelles em Saint Alban. Criada por Jean Oury, tratava-se de um castelo afastado, cuja cidade mais próxima ficava cerca de treze quilômetros. A experiência que havia começado em 1954 carregava consigo as tradições de uma gestão tosqueliana do hospital: espaços permeáveis; livre circulação dos pacientes; crítica aos papéis representativos; plasticidade das criações institucionais e clubes terapêuticos dos doentes. Em 1955 Guattari se instala ali junto a sua companheira Micheline Kao. Ele soma a La Borde sua experiência como militante político que permite pensar, inovar e superar todas as sedimentações e desequilíbrios que enfraquecem a instituição. Em 1960 François Tosquelles e outros nomes da psicoterapia institucional francesa visitam La Borde e o próprio Tosquelles envia algumas crianças psicóticas para os cuidados de Deligny. Em 1964 chega à clínica o psiquiatra Jean-Claude Polack, um nome que se tornaria igualmente importante na estruturação das práticas de cuidado, cujo livro *A íntima utopia: trabalho analítico e processos psicóticos* (POLACK & SIVADON, 2013), publicado com sua companheira Danielle Sivadon, é uma referência para o tratamento da psicose sob uma nova base clínica oriunda desta esteira crítico e clínica do trabalho com a psicose. Igualmente, os autores se inspiram em Fernand Deligny para pensar outros modos de espacialização da clínica no cuidado com a psicose ao referir-se às linhas de errância, pontos de entrecruzamento nos mapas. Além disso, a clínica La Borde abrigou loucos e artistas, líderes estudantis, militantes sindicalistas e revolucionários

Ela consiste na primeira experiência de Psicoterapia Institucional no âmbito de um estabelecimento privado. Seu funcionamento consistia numa clínica psiquiátrica alternativa que, ainda assim, guardava ainda em seu bojo a centralidade do médico terapeuta na organização do espaço. Era por assembleias e reuniões que se determinava as formas do espaço, as formas da instituição. Além disso, o fato de estar ligada à seguridade social, implicava em certa resposta à burocracia e numa certa forma de organizar a economia que passa por uma legalidade do projeto e, portanto, por uma linha de força do Estado.

Ao se instalar em La Borde, Deligny e Any Durand, ocuparam-se com a construção de ateliês de madeira, desenho e artesanatos com os pacientes da clínica, local chamado La Serre. A outra parte do grupo trabalhavam em outros ambientes, inclusive em enfermarias, Yves trabalhava na cozinha. A chegada do grupo a La Borde foi o “marco oficial” para o fim da Grande Cordée, mas podemos também destacar outros pontos desta história que são também marcos para este fim definitivo: o encontro com Yves (em 1958) e a inclinação de Deligny no

estudo do autismo e a crítica à linguagem; as filmagens das primeiras cenas e sons de *Le Moindre Geste* (em 1962); a saída de Huguette Dumoulin, personagem central da construção da Grande Cordée; além da conclusão da filmagem de *Le Moindre Geste*, em 1965.

Deligny era deliberadamente um genial não conformista, distante de qualquer instituição. Contudo, a negação da instituição e de suas leis próprias têm um preço, e Deligny pagou à vista. Isso levou ao rápido definhamento daquilo que a Grande Cordée poderia ter criado” (DOSSE, 2010, p. 68).

É difícil precisar exatamente a realidade deste fim quando para nós se trata de passagens, migrações, linhas e trajetórias descontínuas que marcam a história das práticas em torno de Fernand Deligny. Mais do que precisar a realidade cronológica desse fim, optamos por apontar para o manejo do espaço fora da instituição, ela se dá por desvios. A insurgência, as fugas e os desvios são para Deligny uma maneira de traçar uma tentativa inspirada nas crianças que acolheu.

Desta forma, se trata de passagens onde o fim da Grande Cordée acontece apenas institucionalmente, pois de alguma maneira a prática continua e ela se aprimora enquanto um modo de espacialização da vida. O que permanece entre uma tentativa e outra é este uso do espaço: o que na Grande Cordée era estratégia de dispersão, na tentativa seguinte se modificará para criação e instalação de áreas de estar que, além de oferecer estadia para as crianças, de acolher crianças atípicas e desenvolver aprimorar o uso da câmera, ela desenvolverá uma estratégia cartográfica de acompanhamento dos processos que se darão nestas áreas. Ao longo de sua trajetória e por toda sua vida, o espaço continuará sendo componente indispensável para o manejo dos processos, para a crítica das formas instituídas de viver.

Com isso, não há mais a instituição Grande Cordée, essa foi dissolvida. Contudo, resta a forma como o grupo se articula, compartilha suas economias, criam modos autônomos e sustentáveis. É preciso apostar que o próprio grupo seja essa borda que substitui a instituição, um contorno que é preciso sustentar quando a instituição é rompida. Este grupo é propriamente o meio de viver, ela é simultaneamente a arte da convivência, o contorno que faz laço e a borda que produz um lado de dentro seguro para este viver inadaptado.

No lugar da instituição, A GENTE. No lugar dos muros, as bordas. No lugar dos pavilhões, espaços abertos:

Isso que eu vos digo, eu o vejo. O que se passa em torno de uma criança autista? Veja aí uma criança para a qual a identidade consciente parece ter falhado. As ideias, os sentimentos, o amor, é necessário colocar na surdina, ao menos um pouco. Tudo isso exaspera. Isso que deve brotar é o respeito... Quando se vê do que é capaz uma criança autista por pouco que as

circunstâncias se prestem, a gente imagina sem dificuldade tudo aquilo que é destruído de início, qualquer que seja a criança privada... Eu falo de iniciativas das quais é capaz uma criança autista por pouco que as circunstâncias sejam propícias. As circunstâncias são o espaço e nós (DELIGNY, 2007, p.1121, apud, RESENDE, 2016, p. 244).

Cévennes, a tentativa seguinte a Grande Cordée, traz como marca a abertura permanente à inovação, a esquiva total a qualquer institucionalização. As reversões e transformações são produzidas por acontecimentos, pelo cruzamento do trajeto das crianças e dos adultos, por efeito dos mapas, pelo uso da câmera, mas também pela materialidade da vida comum da vida local: produzir pães, lavar louças, cuidar das cabras, proteger-se da neve e do frio... Os mapas são as ferramentas que permitirão inovar os modos de enunciação e os modos de ver a vida junto às crianças.

Veremos aí uma prática de cuidado que, mais do que interpelar as crianças, encontra um modo de acompanhá-las em silêncio, acompanhando gestos e trajetos da mesma forma como lidando com as necessidades básicas da vida comum. O grupo *se vira* diante das linhas de vida, uma torção entre estas intensidades e o poder sempre implícitos das instituições em Nós. A normalização não espera os muros da instituição para operar em nós, elas operam desde dentro de nós, da palavra ao olhar. Essa radicalidade na diretriz da desinstitucionalização marca a proximidade e diferença entre Deligny e as experiências de reforma psiquiátrica no pós-guerra na França, na Inglaterra, na Itália e, posteriormente, no Brasil. Portanto, criar uma prática de cuidado entorno de crianças autistas implica necessariamente na permanente desconstrução da instituição em nós, da instituição que somos “Nós”. Aí os mapas, tanto quanto as louças, têm uma função: esvaziar aqueles que acompanham as crianças de qualquer intenção com finalidade, qualquer finalidade que seja. A função dos mapas é esvaziar o espaço da linguagem que vem codificá-lo e predeterminá-lo.

Neste embate, entre as linhas de poder e as linhas da vida, uma singularidade emerge: uma prática de cuidado em liberdade com autonomia política e econômica. É desta forma que definimos a tentativa Cévennes, ela diverge radicalmente de todas as experiências institucionais anteriores. Nesse sentido as migrações, as linhas da vida, não são puramente um efeito dos acontecimentos que atingem ao grupo, mas um acontecimento transformado em estratégia. Cria-se uma abertura, disponibilidade de ser atravessado pelo espaço e pelos elementos que o compõe. Veremos que essa posição subjetiva tem efeitos na forma de conceber o sentido de vida e altera também as relações de poder e sujeição.

Diante dessa radical transição, cabe lembrar aqui o conceito de *clinamen* (EPICURO, 2009) já mencionado anteriormente. O fim da Grande Cordée, o período de migração e a

inclinação do grupo em relação ao autismo são os desvios criadores, a reversão clínico-política que será aprofundada posteriormente nos escritos de Fernand Deligny. Desde já apontamos para esta transição como um *clinamen*, ponto de tensão importante na transição e na inflexão feita pelo autor: clinamen é o choque entre as partículas, fagulha que em trânsito errático produz faíscas, fagulhas, repercutem em novos modos de organização da matéria e da própria forma de viver.

O que designamos como reversão clínico-política é a recusa em tomar o espaço como simples componente da instituição e, além disso, a proposição de um uso inovador do espaço tomando-o como via para um novo modo de subjetivação fora das instituições. Na trajetória do autor essa reversão pode ser vista entre a saída de Paris e a chegada no Allier. O que acontece posteriormente em Cévennes é uma radicalização, a afirmação do primado do espaço no processo de subjetivação humano e a destituição da linguagem como experiência fundadora do humano. Diremos que, antes da aquisição da linguagem falada há a capacidade de traçar linhas no espaço. Como veremos, para Deligny o espaço estaria na base dos processos de humanização da espécie:

Segundo a lógica, a espécie humana é herdeira de todas as espécies, para além das espécies animais ou vegetais; é herdeira das nuvens emanadas dos espaços interestelares, que, em parte, fizeram dos oceanos a origem do que chamamos vida. No ser humano apareceu esse acento um tanto pronunciado da consciência de ser, o que não resolve em nada a parafernália totalmente heteróclita dessa herança que nos cabe.

No que me diz respeito, e quanto a recuar no curso da criação, paro na aranha, ao passo que muitos não vão além do próprio avô (DELIGNY, 2015a, p16).

Entre a Grande Cordée e a tentativa Cévennes, há a passagem por La Borde. Esta não se constituiu efetivamente como uma tentativa, pois não havia intenção de se instalar ali definitivamente. La Borde não demonstrava ser este lugar apto à instalação de lugares de acolhimento para crianças autistas tal como Deligny esperava. Havia condições espaciais e políticas que impediam esta rede se instalar ali. Havia, portanto, um espaçamento institucional que impedia o aracniano, forma poética e crítica que o autor encontrou para se referir ao modo de ser autista e ao humano aquém da linguagem.

O questionamento que se passa na trajetória do autor nesse momento de transição, Resende (2016) apresenta com a pergunta: “*Seria possível pensar uma experiência humana que não pressupõe um tipo de Estado desde sempre existente e para o qual toda criação tenderia?*” (p.188). No período em que esteve La Borde essa questão incomodou Deligny. Pelo fato da instituição estar ligada à seguridade social e implicada nas tramas do Estado, mesmo que

indiretamente pelo financiamento, Deligny via com maus olhos a situação e encarava como uma implicação a determinado arranjo de poder. Além disso, o modo de organização do espaço a partir do primado da linguagem, das assembleias, clubes e ateliês com finalidade específica, incomodavam o autor que queria pensar uma espacialidade autista que não é representada pela linguagem. Portanto, Deligny saiu de La Borde em busca de uma experiência com o comum entre crianças autistas e adultos falante; uma experiência à margem da linguagem e à margem do Estado. Nessa altura, nos parece que La Borde serviu de socorro para Deligny e o grupo, um asilo ao fracasso econômico e o preço pago pela ruptura radical após o fim de Grande *Cordée*. Igualmente, La Borde é ponto de intensificação desta ruptura, visto que, lá Deligny receberia mais crianças autistas.

Em *Correspondência com Irene Lèzine* em outubro de 1966, ele escreve:

De La Borde, eu vou morrer. Verdadeiramente. Pode-se dizer tão pior ou tão melhor. Mas, vivo, eu gostaria de ter deixado para Any um pequeno empreendimento e uma obra. Talvez tudo isso serviria também para outros: eu não faço ideia... (DELIGNY, s/d, apud, RESENDE, 2016, p. 222).<sup>38</sup>

O modo como o grupo viveu a partir de 1955 implicou numa profunda alteração na forma de entender normas sociais como instituição, território, economia, coletividade, comunidade. Estes são elementos da cultura postos à prova diante do real da experiência vivida, diante do real produzido no encontro com o autismo.

A dispersão territorial e o questionamento das normas sociais produziram efeitos de dissolvência no grupo, no entanto, essa fragilidade não foi tomada negativamente, pois, apesar das dificuldades, novas linhas foram sendo traçadas: aqueles que eram antes ditos incuráveis terão a oportunidade de compor um espaço comum para além de qualquer norma universal reguladora. A fragilidade que poderíamos pressupor, a longa deriva migratória entre 1955 e 1968 são efeitos dos troncos frouxamente amarrados da jangada, isto é, aquilo que permite que ela plane sob as ondas, que permaneça flexível diante da dança intempestiva do mar do pós-guerra. Contudo, este vasto mar não se compõe apenas de relações de poder, mas também de relações com a linguagem. Neste mar também há as ondas e caixotes que a linguagem nos dá. É preciso então constituir uma carta de navegação cujo leme e a bússola, não seja norteadas pela linguagem e pelo Estado, mas sim por elementos da vida subjetiva do autismo: deriva, vagar e acaso.

---

<sup>38</sup> Correspondência com Irene Lèzine, em 1966. Disponível no acervo do IMEC, consultado e citado por Resende (2016).

Em La Borde, o sentido de coletivo e coletividade baseado na construção através de assembleia e do uso da palavra, fez com que Deligny questionasse essa palavra no mais fundo de suas raízes: o que elas querem comunicar? Este comunicar não teria certa relação com comunidade ou comunismo? O conceito que operava em La Borde é o de coletivo. Para Jean Oury (2009) o coletivo designa uma máquina de produção de singularidades, máquina abstrata de tratamento de toda forma de alienação. No entanto, apesar da crítica de Deligny à gestão de La Borde, as marcas e influência de sua passagem e suas publicações são apontadas no Seminário de Saint-Anne, entre 1984 e 1985:

Eu pedi para imprimir um extrato de um livro de Fernand Deligny. Eu não sei se era *Graines de Crapule* ou *Les Vagabonds Efficaces*, ele explicava (de um jeito sempre poético!) que para criar um meio que possa convir a todo aquele bando de delinquentes, do qual ele cuidava naquela época, era preciso dispor de um monte de coisas, muito diversas – um monte de ninharias de todo tipo, acumuladas ao acaso. É a partir dessa diversidade, dessa heterogeneidade de coisas, que cada um pode escolher, orientar-se naquilo que gosta. Já havia aí uma certa preocupação: que para cada personagem, para cada delinquente, para cada personalidade inteiramente específica, distinta das outras, é bom ter uma soma de “acazos objetivos”, objetos de todos os tipos, a fim de que cada um possa se ressituar em sua dimensão fantasmática. Foi então uma primeira ideia dessa dimensão que é própria ao Coletivo (OURY, 2009, p.20).

No tempo em que estive em La borde, Deligny propunha buscar o comum ao invés do coletivo, um comum que se desse entre a criança autista e “Nós” – termo pelo qual o autor indica toda qualidade de ser consciente de si, falante. Para isso, ele tomará o acaso como elemento determinante para esse comum. O comum não pode ser entendido como sinônimo de identidade de grupo, qualquer “semelhança” afasta o comum. Igualmente, qualquer palavra, seja ela de ordem discursiva ou metodológica, dissipa este comum. Que estranho comum seria este que é ao mesmo tempo “comum de espécie”, de comunalidade entre os excluídos e os supostamente normais? O que o autor está a apontar através do conceito de comum é que o humano não tem identidade própria, não existe em imagem ou semelhança, ele é tão desconhecido quanto o comum entre os diferentes:

Daí o fato de que ser comunista é realmente o que existe de mais difícil neste universo em que o homem se obstina e teima – assim é preciso – em elaborar seus direitos, ao passo que o humano comum, o humano de espécie, por não ser dessa natureza de que a linguagem nos dotou, para todo o sempre não terá direitos: eles são informuláveis (DELIGNY, 2015a, p.157).

Quando falo desse comum aí, bem se vê que não se trata do comum dos mortais. Nada permite pensar que esse comum aí esteja consciente de sê-lo, mortal ou melhor: do ser mortal. A partir disso alguns me dirão que não existe

ser algum. Assim também, um filhote de homem não pode ser – nem nascer – senão de linguagem (DELIGNY, 2015a, p.163).

Em 1966, nas instalações de La Borde, Deligny conhece Janmari, criança autista de doze anos que o acompanhará até sua morte, em 1996. A mãe do menino havia procurado por Deligny para evitar a internação vitalícia e as consequências nocivas do diagnóstico de encefalopata profundo dado pelo médico Didier-Jacques Duché, do hospital de Salpêtrière, em Paris. O silêncio, a recusa à fala, a ausência de qualquer palavra para *SE* auto referir, intrigou o autor que aceitou cuidar e viver junto ao menino. Deligny e Any Durand viveram com ele em La Borde e compartilhavam o cuidado com Giselè Durand aos finais de semana.

Janmari e Yves são as primeiras crianças a compor a transição pela qual Deligny começava a se guiar. Crianças autistas se tornam, portanto, verdadeiros guias para a nova tentativa que consiste em criar um meio possível, a espacialização do cuidado que permite a essas crianças viver e experimentar a vacância da linguagem, produzir um espaço fora da linguagem onde as crianças possam deslizar as linhas de produção da sua vida singular. Em *Le croire et le craindre* (1978), Deligny escreve: “*A vacância da linguagem, presente no que concerne às crianças que chegam para estadia aqui, permite evocar que haveria um indivíduo não sujeito*” (DELIGNY, 2007, p.1147, apud, Resende, 2016, p.221).

Deligny nunca definiu exatamente o que seria o humano. Ao contrário do homem-que-nós-somos, cuja essência reenvia à palavra e à consciência de si, o humano não possuiria um significado preciso. O humano seria aquilo que pode ganhar contornos a partir de práticas que permitam a vacância da linguagem que tem como efeito principal, para Deligny, a garantia da dominação dos padrões de normalidade. O humano só pode aparecer, inadvertidamente, através de uma prática cuidadosa e sensível de elaboração de um território onde o império do sujeito possa ser mitigado, eliminado. O humano, como a imagem que falta, a imagem selvagem, vem desestabilizar a imagem conhecida e representada que o Homem tem de si mesmo (RESENDE, 2016, p. 290).

A partir desses questionamentos produzidos pelo encontro com o autismo em La borde, o autor passa a se dedicar a pensar a ideia deste comum que não se baseia no pacto da palavra. Tratar-se-ia não mais de formação de coletividade, não mais a partilha de pressupostos do comunismo, mas sim novas organizações a partir do silêncio de Yves, do traçar insistente de Janmari. Tal inquietação impulsionou a saída de La Borde, onde o falatório, a dimensão institucional (ainda que progressista) soava a Deligny um tanto quanto antiquado diante da experiência singular de convivência com o autismo. Começa-se a se esboçar as qualidades desta espacialização, os traços que o espaço precisará ter, onde se destacasse, primeiramente, a suspensão da linguagem reguladora do espaço e da convivência.

Uma nova linha se traça. A saída de La Borde marca a ruptura definitiva de Deligny com as instituições por onde passou. A partir disso, seus questionamentos não serão mais apontados para determinação de um dentro-fora institucional, mas sim o espaço esvaziado de linguagem como princípio regulador do autismo e dos processos que ocorrem nas áreas de estar (*aire de séjour*). Estas áreas serão efeito da espacialidade do gesto dos autistas, onde o agir é tomada como estratégia para des-sobrecarregar o espaço de linguagem e dar ao espaço uma superfície deslizante. A partir dos gestos e trajetos de Janmari e Yves, da exterioridade de seu agir, chegasse à composição de um modo possível de convivência entre a experiência de linguagem própria dos adultos e a experiência esvaziada de linguagem, o modo de vida autista.

Na contramão de sua época, Deligny cria um espaço refratário à linguagem e à instituição. Ele se guia pelos pés das crianças, por seus traçados, pelas mãos ágeis de Janmari, sobretudo por seu silêncio, para assim constituir um comum entre o homem-que-somos e o humano.

Resende (2016) define este momento como sendo “*o início definitivo da reflexão de Deligny sobre as diferenças entre as concepções de comunidade ou de coletivo e de comum – uma reflexão sobre o comum como algo que se diferencia de uma reunião de sujeitos*” (RESENDE, 2016, p.189). O que há de comum entre o homem e o humano, entre o adulto e a criança? Mais do que responder com exatidão, é importante apontar para a espacialidade deste comum: meio, ambiente, território, referência são todos termos para indicar a multiplicidade de espaços possíveis que compõe o comum. O mundo é um plano de produção, de devires, transformações, onde existem espaços de todo tipo – formalizados pela arquitetura ou espaços inacabados, abertos, móveis que aparecem tanto na arte, como nos sonhos e na experiência com a loucura. Espaços imperceptíveis existem em meio, entre, dentro, fora e em diferentes espaços que podemos nomear. Contudo, todo cuidado é pouco e é preciso mediar esse domínio da linguagem, é preciso saber ver para ter a brecha sempre aberta, para evitar que ela se solidifique e impeça o devir. O comum é o intervalo silencioso entre o ruído do espaço e o deslize dos corpos, é o silêncio da consciência que tudo nomeia dispersa em espacialidades puras que compõe e decompõe a imagem e o pensamento sobre o mundo. O autista está em outro lugar, em mundos intervalares que tocam este nosso mundo de maneira tangente, como que por colisões e refrações. Pensar o comum a partir deste ponto, é uma abertura de si ao vazio de linguagem, a linguagem vacante.

## 2.5 A constituição das áreas de estar

Para experimentar este comum silencioso e a relação entre o espaço e a subjetivação autista, Deligny (2015a) criou as áreas de estar (*aire de séjour*). Estes espaços de convivência só seriam possíveis a partir da destituição da fala como meio e mediadora dos acontecimentos, a suspensão da linguagem como forma e manejo do espaço. A espacialização do cuidado e a produção do comum entre adultos e crianças, só seria possível através de um privilégio dado ao espaço e ao vagar, de modo que o comum advenha não de um pacto, um acordo de palavras, mas de uma sensibilidade ao fora da linguagem e a disponibilidade para habitar o espaço nesse confronto com o vago que o compõe. O que sustenta o espaço das áreas de estar é o vago da linguagem, sua ruptura e sua interrupção. Em *Quand le bonhomme n'y est pas*, publicado em *Cahiers de l'Immuable*, subtítulo como *Cahiers journaux de la tentative*, também publicado pela editora n-1 com o título *Quando o homenzinho não está aí*, Deligny (2015a) escreve que o comum é um espaço que surge quando a linguagem falha:

Eu lhe diria que, entre o comum que tento evocar e o comunismo, não há, como se poderia acreditar pelo som das palavras, um istmo fácil de atravessar sem molhar os pés.

Há algo de uma fissura, de uma falha – a bem dizer – intransponível – sendo o comum de espécie e o comunismo o a-fazer dos homens, mais inclinados a dominar, isto é, a crerem-se.

Respeitar a fissura – e permitir ao comum existir –, essa é provavelmente a tarefa mais difícil que os homens se deram/poderiam dar-se.

O que tento dizer aqui se insere nesse projeto sem fim, quero dizer, que jamais findará. (DELIGNY, 2015a, p. 218).

O privilégio ao espaço aberto, a fissura onde o fora da linguagem tem lugar, fez da tentativa Cévennes a ruptura definitiva com um cuidado institucionalizado, rompendo com as formas arquitetônicas (da escola, do consultório, do hospital) e experimentando um cuidado que se materializa em modos de espacialização diversos que se situam na abertura ao fora do sentido e da linguagem. Ao longo de sua trajetória Deligny viveu diversas rupturas, em muitas delas seus caminhos se transversalizaram com a clínica – a passagem pelo asilo de Armentières e por La Borde são pontos em que sua prática entrecruza crítica e clínica. Já havíamos comentado anteriormente essa aproximação entre Deligny e a clínica da psicoterapia institucional, porém, devemos ressaltar aqui que isso não se dá por adesão, mas por diferenciação. Deligny é clínico na medida em que critica a clínica, na medida em que opera uma reversão que destitui os lugares de poder e de enunciação para dar lugar às infâncias subalternizadas:

[...] para La Borde, o trabalho terapêutico pelas ‘curas livres’ não deixava de ter uma intenção política na contestação dos poderes existentes. Comunista, Deligny recusava qualquer forma de proselitismo. Terapeuta, não queria entrar na malha burocrática da incumbência pelos organismos de Seguridade Social. Pedagogo, era muito crítico em face dos profissionais da educação (DOSSE, 2010, p.68).

A dimensão clínica do trabalho se apresenta como um acolhimento fora do campo institucional, longe da obrigatoriedade da cura e da compreensão do sofrimento através do binômio saúde-doença. O cuidado operado por Deligny se situa num espaço aberto cuja regulação acontece por processos cartográficos, nos mapas traçados pelas presenças próximas e nas linhas costumeiras e errantes das crianças que ali habitam. A dimensão terapêutica do acolhimento se apresenta como clínica na medida em que ela cria os lugares de vida destinados a acolher aqueles que não têm lugar no mundo, pessoas que só encontram abrigo sob a égide das instituições do normal-anormal, do dentro-fora. O cuidado se formula então sobre um respeito profundo ao modo de agir destas crianças, permitindo a elas agir livremente, traçando e movendo o espaço, constituindo referências que, embora não façam sentido do ponto de vista da linguagem, são respeitadas por todos.

Para afirmar uma clínica inspirada nesses princípios, trata-se, sobretudo, de afirmar o modo *aracniano* de ser, de criar um espaço que sirva de suporte para que fios se apoiem levemente sobre as brechas da linguagem. Isto permitirá que as próprias crianças deem as pistas para ajudá-las a experimentar sua condição singular. Deligny é clínico na medida em que cria um lugar para estes que não tem lugar garantido nem na linguagem, nem nas instituições, nem nas lutas por direitos:

E se é verdadeiro dizer, como eu li, que o inconsciente não tem (um) lugar, o humano específico tampouco o tem, mas o que acontece, contanto que haja ali ao menos uma poça propícia, prova que ele poderia ter lugar noutra universidade fora aquele onde reina o fazer como, enquanto o agir é de iniciativa (DELIGNY, 2015a, p. 233).

A linha que se traça do fim da Grande Cordée à criação das áreas de estar em Cévennes, quanto estratégias permanecem e quais se transformam? A própria ideia de cura livre, estratégia desviante dos vetores de normalização; a especialização como estratégia política e terapêutica; o espaço como ponto de subjetivação e reversão das formas instituídas. Certamente que inovações virão na passagem de La Borde a Cévennes, embora possamos admitir aproximações entre Deligny e Guattari, diferenças devem ser resguardadas.

As cartas que Deligny envia a Guattari testemunham a proximidade/distância em face de suas posições. A propósito da Revolução Molecular, publicado por Félix Guattari em 1977, Deligny se diz chocado com o qualificativo empregado a propósito de seus doentes:

Por que você se refere a *débeis* quando menciona aqui? Trata-se de crianças que se recusar a falar... Ao mesmo tempo, ele confessa ter ficado muito surpreso ao constatar o quanto ambos estão empenhados na mesma batalha. Evidente, eles não têm os mesmos arroubos nem as mesmas simpatias, mas como diz Deligny com humor, “qualquer coisa serve para atormentar/fracassar o mundo, o NÓS do mundo (DOSSE, 2010, p.69/70).

Estas cartas foram escritas após a saída de Deligny de La borde, passagem que durou dois anos, e são escritas num período em que o autor já estava instalado em Cévennes. Em 1967, após a saída de La Borde, Deligny se instala em Gourgas, propriedades que Guattari havia cedido ao grupo e que servia de reunião para grupos de militantes de esquerda. Em correspondência com Irene Lèzini, em 1966, o autor defende o amplo interesse em iniciar uma nova tentativa:

Eu gostaria de ver isso de perto, mais profundamente. Não em relação àquilo que se passa ou se passou em seu interior, mas quanto àquilo que poderia constituir um meio próximo adequado para lhe fornecer a palavra que ele recusou até o momento. O meio próximo, eu o tenho: - Any e nosso filho, Vincent; - Guy Aubert; - Marie Rose Aubert; - Gisèle, irmã d’Any; - Jacques Lin, um cara de 20 anos que trabalhava na Hispano e que vem conosco; - Yves Guignard; - Michel Creusot, um grande idiota tagarela... (DELIGNY, s/d, apud, RESENDE, 2016, p. 221)<sup>39</sup>.

Um ânimo se esboça: a descoberta de um novo interesse e a tentativa de constituição de um novo trabalho junto às crianças autistas. Gradativamente as estratégias se formulam e se transformam, e Deligny abandona a ideia de meio que possa fornecer a palavra e passa a pensar o meio como espacialidade esvaziada de linguagem.

Algo se passou entre Janmari e Deligny que fez desse encontro aquilo que permitiria ao autor elaborar um novo sentido de humano, um novo sentido de espaço, ambos anteriores à linguagem. Da parte de Yves e Janmari podemos dizer que, igualmente, algo se passou entre eles e Deligny, um encontro revitalizador. Jovens que antes teriam sua história perdida no hospício onde perderia igualmente sua juventude e vitalidade atrás de uniformes cinzas e pequenas canecas de leite, encontraram ao lado de Deligny uma rica ressonância clínico-política e se tornaram os protagonistas de uma das experiências mais singulares com o autismo; quiçá,

---

<sup>39</sup> Correspondência com Irene Lèzine, em 1966. Disponível no acervo do IMEC, consultado e citado por Resende (2016).

uma das experiências mais radicais com o pensamento do fora<sup>40</sup>. Para nós, clínicos e leitores dessa história, vemos nisso o sentido subversivo da noção de reabilitação psicossocial – mais do que um cuidado que pós-hospitalização se incumba de fazer a reintegração do indivíduo à sociedade. Vemos aí uma necessidade paralela de criar estratégias antecipatórias à internação, criar espaços de acolhimento e moradia que evitem a internação e garantam um modo de vida singular sem necessariamente estar adaptado o sistema.

Em Carta à Émile Copfermann durante a preparação da edição de *Les Vagabonds Efficaces* em 1970, Deligny assinala: nessa guerrilha, os delinquentes, os com desvio de caráter, os débeis verdadeiros ou falsos, são aliados impressionantes, dotados de um faro que sempre me surpreende. Não é preciso dizer que eles têm um inconsciente, e se não me preocupo mais com isso é porque preciso olhar para outros lugares, ocupado como estou em desvelar as manhas e a perversidade inata desse instituído que tem a palavra, para não dizer que ele é a palavra.

Os delinquentes e aqueles com transtornos de caráter e os débeis leves são exímios soldados de vanguarda. Entusiasmam-se e se embalam e se deixam capturar: são “readaptados”!, encontram-se enquadrados. Com os psicopatas graves e os retardados profundos, é outro caso. É preciso, com eles, avançar mais profundamente em si mesmo e perceber que o arsenal do instituído, sua potência, sua permanência, suas torres de vigia e seus radares estão em cada um de nós. Ele está aí, o instituído, solene e potente pela necessidade que temos dele e pela qual alguns pretendem que seja o homem inato, o que eu duvido. (DELIGNY, s/d, apud, COPFERMANN, 2018, p.149/150)<sup>41</sup>.

Em 1967 o combinado com Félix Guattari era de que Deligny se mudasse para Gourgas e cuidasse do local que servia como ponto de apoio para encontros de diferentes grupos de esquerda. Com a efervescência cultural e contestatória, vivida às vésperas de maio de 1968, muitos grupos chegaram à propriedade fazendo com que os encontros coletivos funcionassem por assembleias, fato que denunciou para Deligny a predominância da palavra para construção do sentido. Isto fez com que ele reencontrasse os motivos que o fizeram sair de La Borde, e a partir disso, buscou outra experiência em que o sentido pudesse advir do ruído e do silêncio entre os corpos num mesmo espaço, uma convivência que não fosse mediada pela linguagem falada.

---

<sup>40</sup> O pensamento do fora é um texto ensaístico e filosófico de Michel Foucault (1990) que aborda a relação do pensamento e da literatura na relação com o mundo exterior. Inclusive, essa relação entre exterior e fora é algo problemático do ponto de vista da tradução. Para o autor o pensamento não é algo que se origina dentro do sujeito, mas sim na relação com o mundo, com as múltiplas exterioridades (políticas, históricas, geográficas) e, sobretudo, com aquilo que não pode ser representado e, portanto, pensado de antemão, tal como a noção de exterior que é dialeticamente ligada a noção de interior. Fora é, portanto, irrepresentável do ponto de vista da linguagem. Essa ideia constitui uma crítica à filosofia e psicologia que tende a se concentrar no sujeito como ponto de emergência do mundo. O fora é, para Blanchot, Foucault, Deleuze & Guattari e Deligny, ontologicamente anterior.

<sup>41</sup> Carta à Émile Copferman, citado no prefácio (1970) de Vagabundos eficazes (DELIGNY, 2018).

Em 1968 o grupo migra novamente e é iniciada a instalação das primeiras áreas de estar. Primeiramente se instalam em Graniers, localidade próximo à Cévennes. Alguns vão morar em Monoblet, enquanto outros conseguem abrigo em troca de trabalhos com cultivo de bichos-da-seda. A reunião do grupo neste novo território se constitui como a criação da primeira área de estar, fato contemporâneo ao movimento contracultural que ocorria em Paris.

Em 1968, Jaques Linn construiu um acampamento em uma propriedade chamada *l'Île d'en bas*, local próximo a Graniers, onde Deligny havia se instalado. As primeiras crianças chegam através do encaminhamento de Maud Mannoni e Françoise Dolto, psicanalistas francesas que seguiam os seminários de Jaques Lacan e dirigiam estabelecimentos destinados ao cuidado de crianças autistas e psicóticas. Maud Mannoni, em específico, dirigia a Escola experimental Bonneuil-sur-marne e Françoise Dolto ministrava seminários de psicanálise com crianças além de dirigir a Maison Verte, espaço de acolhimento psicanalítico para pais e crianças e que servia ao mesmo tempo de lugar de convivência. As crianças que chegavam às áreas de estar vinham em grande parte no período de férias, quando as instituições as quais pertenciam fechavam e interrompiam temporariamente o tratamento.

Tal fato pode parecer um detalhe cronológico a respeito das agendas e expedientes das instituições, porém aponta para uma marca de grande importância a respeito da aproximação de Deligny com o campo da clínica: ao acolher as crianças, quando as atividades das instituições estão suspensas, concerne às áreas de estar uma qualidade clínica singular – receber as crianças quando a instituição interrompe suas atividades, sendo este um lugar que não se define como instituição.

Isto constitui uma marca no trabalho de Deligny, Any, Gisele, Jaques Linn e outros. As áreas de estar atuam no contrapé da instituição, nem contra nem a favor da psicanálise. Lá onde a instituição não alcança as necessidades da vida, *l'Île d'en bas* está aberta ao acolhimento. Ao contrário do que se espera de um estabelecimento institucional, estas áreas não fecham e não possuem expediente ou período de férias. Os processos dizem respeito não ao funcionamento de uma instituição, mas às normas da vida, normas locais criadas territorialmente pelas “presenças próximas” (*presense proche*) e as crianças que ali habitam. Se há uma norma na qual as áreas de estar respondem, não são as exigências temporais de uma agenda de Estado, mas ao “costumeiro”, à manutenção de uma rotina proposta pelos trajetos das crianças e a composição desta com as tarefas de uma casa, responde às linhas da vida e às linhas de errância das crianças autistas.

A instalação das áreas de estar respondem a isso: a necessidade de se criar espaços propícios aos modos de vidas marginalizados. Aparentemente esta tentativa pode parecer descoladas dos movimentos de maio de 68, visto que elas se afastam da capital francesa e não vão em direção à ocupação das ruas e das universidades. Na verdade, a tentativa Cévennes compõe com o movimento contestatório de maneira tangencial, mostrando ao mundo como a perspectiva autista pode ser radicalmente crítica em relação ao modo como vivemos em sociedade, ao modo como nossas instituições são geridas, como pensamos a arte, a clínica e a política. Além disso, mostra também como a contestação não precisa ter uma bandeira aos quatro cantos do mundo, pode se dar de maneira imperceptível em meio aos movimentos urbanos, pequenos acontecimentos que escapam às formas instituídas.

## **2.6 A cartografia e a função dos mapas**

A tentativa Cévennes criou áreas de estar, espaços abertos ao acolhimento de crianças autistas ofertando um ambiente que não é previamente definido como terapêutico ou educacional, mas um espaço comum de convivência entre presenças próximas, adultos não especializados, e crianças que supostamente não se relacionam, que possuem um déficit de sociabilidade ou que estavam em risco de internação vitalícia. A tentativa buscou criar um espaço de acolhimento não institucional, fora do Estado, fora das exigências intelectuais e políticas de sua época. Um espaço que não é mediado pela linguagem, um espaço que pretende se manter fora dela, mas que ainda assim é permeada por semióticas criadas localmente, que substituem o signo pelo traçado das crianças que ali habitam.

Enquanto a política nacional francesa ampliava e desenvolvia o conceito de infância inadaptada, e com isso criava um grande arcabouço nosográfico para entendimento e intervenção nas deficiências e patologias da infância; enquanto a psicanálise e a antropologia reforçavam a ideia de que a estruturação do humano ocorre na linguagem e na relação de parentesco; as áreas de estar evadiam, ou melhor, se tornavam refratárias ao movimento de sua época, situando-se fora desta exigência contemporânea. Ao invés da moda, Deligny optou pelo modo de ser em rede<sup>42</sup>. Produziu, portanto, uma vida que se ramifica despreendida da hegemonia da linguagem, posta sobre um espaço aberto ao comum da espécie, nem homem nem criança, mas um comum que é, como diz Pelbart (2013), humano-inumano totalmente diferente de tudo

---

<sup>42</sup> “Deligny é estrangeiro à universidade, aos lugares hegemônicos de produção de conhecimento e sua vida foi uma tentativa de assim permanecer. O que ele mais temia era virar modelo, moda. Deligny é certamente estrangeiro ao direito. Mas ele também o é em relação à filosofia, ao cinema, à antropologia, à psicologia...” (RESENDE, 2016, p. 43).

que conhecemos e se possa simbolizar. A rede que se produz através da tentativa Cévennes é, paradoxalmente, o ponto de partida da tentativa e ao mesmo tempo a criação da própria rede: *“Não se trata de encontrar o que já existe, nem mesmo o que se procura, mas de criar através desse vagar aquilo que se encontra – é uma pesca que cria o peixe, por assim dizer. É uma pesca de rede, ali onde não há nada”* (PELBART, 2013, p. 262).

Nas palavras de Deligny (2015a) esta rede é um instrumento ou uma ferramenta de captura:

Se uma rede era assim tramada, tratava-se de capturar o quê? Tratava-se de usar as ocasiões e, além disso, o acaso – isto é, as ocasiões que ainda não existiam, mas que em ocasiões se transformariam pelo uso que faríamos da ‘coisa’ encontrada.

Uma pesca assim, que cria coisa onde não existia nada, requer uma rede cujo esquema dificilmente – isto seria de espantar – se faz ao acaso. Na realidade, acaso é uma palavra absolutamente inexplorada, e usada meramente para conter nossa perplexidade. (DELIGNY, 2015a, p.20).

Incidindo sobre as áreas de estar, os mapas emergem como um instrumento de manejo desta posição clínico-política da tentativa e investem num tipo específico de atenção das presenças próximas sugerindo a elas uma disponibilidade ao espaço que não é intencional e finalista, não é dedicada à compreensão e nem a representação. Esta atenção poderia ser descrita como presença, disponibilidade, abertura aos acontecimentos e aos agires das crianças: *“Enquanto algumas crianças autistas andam à nossa volta e se afastam, será mesmo necessário especular tanto?”* (DELIGNY, 2015a, p.220)

A função primordial dos mapas é suspender a linguagem, manter o espaço livre da interpretação. Ao mesmo tempo, os mapas possuem a função de livrar as presenças próximas da obrigatoriedade desta compreensão, este peso tão incidente capaz de dissipar uma rede e perturbar as crianças. A linguagem, a interpretação e a compreensão baseadas numa concepção universalista de que as crianças autistas são como nós, seres de linguagem, afeta a criança como flecha que a leva à angústia e a automutilação. A sobrecarga de Nós, da linguagem, afeta a criança tanto quanto a ausência dela. Para que as áreas permaneçam abertas e livres desta sobrecarga, é preciso livrar o espaço das pressuposições, livrar as presenças próximas dos encargos da linguagem.

A cartografia se constitui como ferramenta de visibilidade, eles fazem ver as linhas traçadas pelas crianças – linhas costumeiras, linhas de errância, desvios, atrações – sem interpretar ou reconduzir o acontecimento fora da linguagem, ao simbólico e a pressuposição

de intenção ou vontade da criança. Assim, os mapas transformam o sentido naturalizado a respeito do comportamento das crianças autistas e o desloca dessa interpretação patologizante.

O mapa é ferramenta, uma semiótica de visibilidade, não se confunde com discurso ou uma fala convicta, não produz verdade universal. Tomar os mapas como ferramenta de visibilidade implica em conhecer aquilo que ele mostra: outro modo de ser. Desta forma a cartografia mapeia sem intencionalidade, ela acompanha. Não faz de seus achados uma clínica, sua operação se dá sobre os espaços, e não sobre as crianças, na medida em que os mapas esvaziam o espaço da linguagem e suas coerções.

Não há nenhum tipo de discursividade sobre o autismo ou sobre cada caso especificamente, não há projeto terapêutico para a criança. A terapêutica dos mapas se dá sobre as presenças próximas, adultos que convivem com crianças e que a respeito do autismo não estão familiarizados com o saber da psiquiatria e outras especialidades. Seja para pais, mães ou terapeutas, conviver ao lado destas crianças não é nada fácil. A questão levantada por Deligny (2015a) – como viver aos olhos daqueles que não nos olham? Como viver ao lado destes que não são semelhantes a nós? – é uma questão angustiante. Sobretudo quando se trata de viver uma vida ao lado delas, de criar um costumeiro, de vê-las em sua condição de vulnerabilidade.

Terapeuticamente, trata-se de esquivar deste empuxo à identificação e a semelhança, desviar da pressuposição de vontades, querer e finalidades, trata-se de olhar para elas como seres distintos, recusando a excessiva e aprisionante identificação amorosa. A terapêutica dos mapas busca criar meios para que os adultos se relacionem com as crianças sem precisar SE projetar, SE colocar como sujeito e acabar por evocar da criança uma reciprocidade pressuposta:

Portanto, nada de ‘reciprocidade’, mas outra coisa, diz ele, ‘o costumeirar, o costumeiro’, o permitir. Costumeirar envolve o mais rés-do-chão, fazer pão, cortar lenha, lavar a louça, comer, vestir-se, isto que a existência exige, e que, no entanto, é algo distinto do mero hábito, pois é no meio dessa repetição coletiva que cada instante pode ser a ocasião para um desvio, uma irrupção, uma iniciativa. Trata-se, pois, de uma não repetição mecânica, embora haja um componente de repetição no costumeirar, mas de permitir, para usar um léxico mais filosófico, que da repetição se extraia a mínima diferença, aquele desvio mínimo onde se dê um acontecimento, o inadvertido. (PELBART, 2013, p.265).

O mapa é instrumento de detecção de linhas, desvios, mínimas diferenças, pequenas erupções de onde emergem um novo arranjo, um ponto intensivo de transformação dos modos de vida tanto da criança como dos adultos. Para traçá-los, era utilizado tinta nanquim e giz pastel, formando linhas de contornos belos; traços que são realmente obras de apreciação

estética. Contudo, a estética dos mapas não se resume em sua beleza, mas se estende até uma produção estética da vida, um modo de criar a vida comum. Os mapas transcrevem os trajetos das crianças na companhia dos adultos durante a realização das tarefas diárias como buscar água, lavar louças, fazer o pão, entre outras. Há mapas das áreas de estar e de cômodos que descrevem minuciosamente o local das coisas, objetos, móveis; mapas de gestos ou de acontecimentos específicos que demonstram o movimento da criança, de onde ele partiu e onde se encerrou. O estilo dos mapas varia de acordo com quem traça-os. Para traçar é inevitável estar envolvido na cena, contudo, através dessa operação cartográfica o adulto passa a SE colocar de outro modo, vazio de sua interioridade, respondendo não como sujeito, mas como presença próxima.

Ser presença, ter disponibilidade, deixa de ser uma posição institucional, um saber a ser exercido e se torna um devir. Presença próxima é tudo aquilo que pode fazer presença ou referência para a criança. A suspensão da linguagem leva à elevação do estatuto das coisas e dos objetos, tudo pode ser presença – a água, a fogueira, as pedras dispostas aleatoriamente no terreno, as coisas, os trechos, os trens... – desde que eles respeitem essa vacância da linguagem. Sendo assim, a terapêutica tem dupla incidência: (1) nos adultos que deixam o lugar de sujeito para ser coisa-próxima/presença-próxima, e (2) sobre o espaço, que, esvaziado de linguagem, dá lugar a proliferação de devires múltiplos.

Para fazer circular informações entre as diferentes experiências cartográficas, havia um pequeno caderno que circulava de Île d'en bas à Graniers junto com os insumos e mantimentos transportados por Any e Gisele Durand. No caderno Jaques Lin escrevia suas dificuldades e angústias, entre idas e vindas, a resposta nunca retornava, assim como Fernand Deligny nunca descia até L'île d'en bas. Diz-se que os mapas surgiram dessa inquietação experienciada por Jaques Lin. Em uma de suas trocas com Deligny este o responde que diante da iniciativa de fazer algo para a criança que, alucinadamente bate com a cabeça na parede, ele trace no papel as linhas dos trajetos das crianças<sup>43</sup>.

A cartografia é prática e conceito. Parte da materialidade da vida nas áreas de estar para ganhar estatuto conceitual na escrita de Deligny. Este segue ao lado a produção cartográfica de Jaques Lin, Any e Gisele Durant. Na edição *Carte de linha d'erre, traces du réseau de Fernand Deligny* (1969 – 1979) (DELIGNY, 2013a) organizada cuidadosamente por Sandra Alvarez de

---

<sup>43</sup> “O mito conta que esses mapas surgiram de forma casual, como uma indicação de Deligny a Jacques Lin, uma presença próxima que vivia acampada no Serret. Jacques não sabia em certo momento o que fazer em relação a uma criança, como cuidar dela, visto que ela se mordida, batia sua cabeça contra a parede, em impulsos completamente autodestrutivos que não cessavam. Deligny propõe então que em vez de fazer algo, em vez de intervir diretamente, que ele se afastasse e tentasse apenas traçar os movimentos dela” (MIGUEL, 2015, p.59).

Toledo, temos acesso às centenas destes mapas. Entre o ano de 1969 e 1970 os mapas correspondem a uma noção bastante ampla, incorporando todo traço em papel e desenho feito em relação às crianças ou o movimento das áreas de estar.

Detectar linhas não corresponde a identificar sinais de sintomas, catalogá-los, compreendê-los, assim como não é mapeamento do comportamento da ação ou das estereotípias. Assim como autismo, estereotípias é uma palavra quase nula entre os membros da tentativa, visto que, ao recusar a ideia de que o autismo seria uma patologia, recusa-se também a forma de compreensão normal-anormal. Os mapas detectam linhas, mas recusam dar sentido simbólico a elas. Interessava mais criar uma semiótica cartográfica, um instrumento que dá visibilidade e desvia a análise das pressuposições de vontade de fala, vontade de expressão das crianças:

Fernand Deligny, que nunca desceu na L'île d'en bas, propõe traçar os trajetos dos garotos. Os passos dos garotos partem em um sentido e depois em outro, voltam atrás e fazem desvios. Eles contornam uma árvore, uma pedra, ou nada - nada aos nossos olhos –, mas para esses garotos sem a linguagem, vai saber... Para nós que falamos, a palavra trajeto tem um sentido: nós vamos da barraca em direção ao fogo para preparar o café; trajeto vai de par com projeto. Para os deslocamentos dos garotos, a palavra trajeto não quer mais dizer grande coisa e Fernand Deligny propõe no lugar 'linha d'erre', que convém melhor. (LIN, 2007, p.54, apud, RESENDE, 2016, p. 264).

Os mapas eram feitos pelas presenças próximas que traçavam no papel as linhas dos trajetos percorridos pela criança. Deligny escrevia textos, aprimorava conceitos e auxiliava no trabalho de leitura destes mapas ao receber as presenças próximas para conversar sobre o cotidiano. Ele nunca traçava os mapas. No entanto, sua posição como ponto à margem do cotidiano, ao mesmo tempo dentro e fora das áreas, fez dele o grande mentor por trás da cartografia<sup>44</sup>.

A cartografia se constitui como ferramenta de acompanhamento dos trajetos das crianças, modo de inclinação ao plano aberto e vago. Ela opera uma espacialização, auxilia na produção e materialização das áreas de estar, operando como ferramenta que permite ao espaço permanecer livre e suscetível aos deslocamentos das crianças nas áreas de estar. Nada é fixo, pontos de referência se constituem, se movem, aparecem e desaparecem. A cartografia impede que o espaço se fixe numa única forma, permitindo a ele devir. Mais que isso, ela é uma

---

<sup>44</sup> “Os mapas foram, portanto, uma ferramenta de organização do espaço das áreas, de composição de um território propício para as crianças, não a partir do que a gente considera adequado, mas a partir do que aparecia nos gestos e comportamentos delas. As linhas que compuseram as cartografias davam a ver aquilo que não se vê, os nossos olhares acostumados demais a ver tudo aquilo que se pode dizer.” (RESENDE, 2016, p.270).

operatória, um manejo do devir do espaço. Consiste numa ferramenta de abertura do espaço à dimensão movente da vida presente nos trajetos dos autistas, aquilo que Canguilhem (1982) denomina normatividade.

## **2.7 Cartografia: etologia e normatividade**

Deligny encontra na etologia um aliado importante para sua pesquisa sobre o agir e o inato. De Karl von Fisch, e do livro *Arquitetura animal*, ele extrai diversos exemplos de gestos feitos por aranhas, castores e outros animais. A etologia é, originalmente, campo de conhecimento da biologia que se encarrega da observação do comportamento animal em seu habitat natural. A influência deste conhecimento na prática de Fernand Deligny se mostra na capacidade de ver no traçado da criança autista uma etologia do humano. É importante preservar aqui a ideia de traçado em diferenciação à ideia de comportamento, pois o traço é anterior à linguagem enquanto comportamento pressupõe um sujeito da ação, uma intenção ou um sentido. O traçado é sem sujeito, livre dessa obrigação de se situar em si mesmo, pois ele é não intencional, não relacional, ele aflora de outro lugar.

Ao reparar que nas linhas das crianças havia um costureiro, ele reforça a existência de uma atividade vital nestas linhas traçadas, atividade esta que não fundada no instinto, mas é movimento errante e pulsante sem finalidade. A prática cartográfica, ao lado da etologia, dá visibilidade e dizibilidade a estas linhas, ela faz ver o agir e permite a Deligny desenvolver conceitualmente o traçar e o agir como atividade sem mediação simbólica, anterior à aquisição da linguagem. Deligny (2015a) faz uma defesa do inato, situando a espécie humana como ontologicamente ligada ao espaço. Antes da linguagem, o traçar. Portanto, o agir inato é tributário da memória de espécie.

Como vimos, o espaço da área de estar precisa de certas condições para proliferação dos agires e para isso é preciso suspender a linguagem, dar primazia ao agir no lugar do simbólico. A criação do costureiro passa pela flexibilidade do meio, pela vacância destas áreas. Assim como para os animais as variações do meio são determinantes para a criação de condições de possibilidade para sua existência, o espaço é para o autismo o lugar de sua luta. Luta pela vida e pela afirmação dos seus modos de ser. O espaço flexível é condição indispensável para sua normatividade.

Por normatividade entendemos com Canguilhem (1982) a potência de criação de uma saúde própria, singular, distinta daquilo que as ciências naturais e médicas determinam como normal. A normatividade é a potência de criação de normas, ela é sempre desvio em relação à normalidade. O corpo produz suas próprias normas e não apenas se adapta às normas pré-

definidas pelos saberes médico e jurídicos. Assim doença, dor e sofrimento não são categoriais universais, estáveis e naturais, mas prenúncio de criação de novas normas. Doença e saúde não são fatos naturais dados previamente, mas construções do vivente em sua relação com o meio:

Não existe fato que seja normal ou patológico em si. A anomalia e a mutação não são, em si mesmas, patológicas. Elas exprimem outras normas de vida possíveis. Se essas normas forem inferiores às normas anteriores, serão chamadas patológicas. Se, eventualmente, se revelarem equivalentes – no mesmo meio – ou superiores – em outro meio – serão chamadas normais. Sua normalidade advirá de sua normatividade (CANGUILHEM, 1982, p. 113).

Embora Deligny não se refira a Canguilhem ou ao livro “O normal e o patológico”<sup>45</sup>, tal reflexão traz contribuições importantes para entender o processo de adaptação das crianças às áreas de estar e as estratégias de manejo do espaço na via da produção de saúde. É preciso entender que Deligny foi um combatente, um militante radical que recusou a alcunha de clínico e educador, optando por se autodenominar poeta e etólogo. Sua recusa ao campo da clínica se deve justamente à recusa da avaliação entre normal ou anormal, adaptado ou inadaptado.

Canguilhem (1982) propõe uma epistemologia da medicina e a define como ciência da avaliação, diferindo-a da ciência natural que, tal como a biologia, não avalia. É importante contrastar a tese de Canguilhem e a crítica de Deligny. Na conclusão da tese, Canguilhem (1982) escreve: *"Pode-se praticar objetivamente, isto é, imparcialmente, uma pesquisa cujo objeto não pode ser concebido e construído sem referência a uma qualificação positiva ou negativa; cujo objeto, portanto, não é tanto um fato mas, sobretudo, um valor"* (p. 189). No apêndice Novas reflexões, o autor retoma essa questão em diálogo com seu aluno, Michel Foucault.

Contudo, para Deligny, a questão da adaptação não é da ordem de uma natureza vital, ela corresponde a um embate entre a criança e as normas sociais. Neste caso, a norma exigida à criança autista é aquela descrita por Deligny como “semelhantidade”, a posição de sujeito e súdito da linguagem. O embate seria então entre a norma vital da criança, sua atividade errante no espaço – seu agir, a espacialidade de seu gesto, a relação corpo, espaço e subjetividade – e as normas médicas e sociais. Tal questão confrontaria a clínica em seu sentido adaptacionista:

A esse respeito, Canguilhem (1982) escreve:

É provável que nossa tentativa não tenha atingido seu objetivo, já que foi criticada por sua falta de clareza e por ter concluído indevidamente que havia

---

<sup>45</sup> O texto de George Canguilhem *Ensaio sobre alguns problemas relativos ao normal e ao patológico* foi publicada em 1943 e em 1966 após a crítica realizada por seu pupilo Michel Foucault, o autor escreve um segundo texto onde responde ao seu aluno. É anexado uma segunda parte à tese intitulada *Novas reflexões referentes ao normal e o patológico*, dando origem assim ao livro *O normal e o patológico*.

melhor adaptação havendo maior frequência. Na realidade, há adaptação e adaptação, e o sentido em que a palavra é tomada, nas objeções que nos foram feitas, não é o mesmo sentido que lhe havíamos dado. Existe uma forma de adaptação que é especialização para uma determinada tarefa em um meio estável, mas que fica ameaçada por qualquer acidente que modifique esse meio. E existe uma outra forma de adaptação que é independente em relação às pressões de um meio estável e, por conseguinte, pode superar as dificuldades de viver, dificuldades essas que resultam de uma alteração do meio. Ora, tínhamos definido a normalidade de uma espécie por uma certa tendência à variedade, "uma espécie de seguro contra a especialização excessiva sem reversibilidade e sem flexibilidade, o que vem a ser uma adaptação bem-sucedida". Em matéria de adaptação, o perfeito ou acabado significa o começo do fim das espécies. (CANGUILHEM, 1982, p.101)

Nesse sentido, nas palavras do autor, haveria duas adaptações: aquela da espécie, sempre cambiante, e essa outra adaptação total que é a extinção de uma singularidade. A crítica de Deligny vai nesse sentido de denunciar a clínica como operadora dessa avaliação entre adaptado e inadaptado, instaurando uma via para a adaptação que elimina da espécie humana a sua relação com o espaço. Assim, não são as crianças que são inadaptadas ao mundo, mas o mundo que é inadaptado a elas.

A trajetória de Deligny se volta contra essa avaliação operada pela linguagem psiquiátrica, jurídica, pedagógica. Ele entende que a conjunção entre a linguagem e a prática, entre o poder e o saber, reproduzem a violência e a sujeição a este ideal de normalidade. Entendia também que a vida, por outro lado, é propriamente aquém de qualquer definição. Com o passar dos anos, sua prática se radicalizou e a tentativa Cévennes é definitivamente o ponto de ruptura com toda e qualquer avaliação clínica, pedagógica e jurídica. As crianças chegam até ele em estados lastimáveis, vindas de internações ou mesmo da casa de sua família, elas chegavam em um grave estado de vulnerabilidade e, em geral, vinham de situações em que foram submetidas à normalização, correção, punição, castigos e outras violências. Sua resposta enquanto poeta e etólogo consiste em produzir um acolhimento no qual confia e aposta no agir destas crianças, criar um espaço para reverter essa situação de vulnerabilidade e constituir ao lado delas um comum. Em *Le Croire et le Craindre* (1978), Deligny (2007, apud RESENDE 2016) escreve: "*Que o fato de traçar seja primordial no sentido em que ele está na origem da linguagem, eu compreendo bem que uma tal proposta deixe vocês desconfiados. Mas eu acredito nisso duro como ferro*" (p.236).

Este espaço de acolhimento não corresponde a um projeto terapêutico, mas uma reversão do uso do espaço na clínica: trata-se não mais de um espaço que corrige, adapta ou cura a criança; espaço modelado de antemão pelas normas sociais e institucionais que constituem o campo, mas um espaço aberto, flexível e não institucional, cuja forma de

especialização do acolhimento incorpora as normatividades da própria criança. A partir disso, cria-se uma estratégia que permite as crianças agirem. As áreas de estar se tornam um lugar de resistência nesta guerrilha da infância inadaptada, um espaço onde a criança está livre da imposição de normas médicas e, portanto, encontra no espaço as condições necessárias para exercer sua normatividade.

Entendemos que o agir, gesto humano primitivo e anterior à linguagem, possui relação com o que Canguilhem (1982) designou como atividade normativa ou normatividade. O agir e a normatividade estão mergulhadas na dimensão mais vívida da vida. As crianças, ao se recuperarem das consequências do hospício e da psiquiatrização, passam a singularizar sua atividade desenvolvendo um costumeiro. Neste espaço não clínico das áreas de estar, aqueles que antes eram ditos inadaptados incuráveis, possuem agora a liberdade para produzir a sua própria saúde. Livres das normas coercitivas da instituição, as crianças reverterem a lógica da normalização: não são elas que são inadaptadas ao mundo, é o mundo que é inadaptado a elas. É o mundo que se recusa a dar lugar a elas e, portanto, as impede de existir.

Deligny propõe a construção de um espaço que respeite a diferença das crianças. O agir, gesto primordial ao qual ele destaca ao longo de diversos textos pós 1968, deve ser notado: o vagar, por exemplo, gesto de percorrer o espaço livremente, de traçar linhas erráticas, rodear o vazio, contornar pedras, é uma normatividade para o autista. Esse gesto necessita encontrar no espaço certas condições de possibilidade para se manifestar: se o espaço é concêntrico, sobredeterminado por normas que limitam a atividade da criança, a perda desta atividade tem consequências nocivas.

Diante da recusa a adaptar ou corrigir estas crianças, o manejo do espaço torna-se fator determinante para a produção de saúde. O modo como as áreas de estar se constituíram, permite às crianças exercer esse vagar, exercer sua normatividade, produzir uma saúde singular. É inegável que isso possa ser nomeado como saúde. No entanto, não é uma saúde tal como o senso comum pensa. Trata-se de uma saúde que não deriva do conceito de normalidade; não é uma adaptação oposta à inadaptação; não é um normal oposto ao anormal. É uma saúde fora do normal, uma adaptação que não se adapta à sociedade. Não há nenhum princípio de cura ou desaparecimento do autismo, justamente porque o autismo não é uma patologia. Embora com Canguilhem possamos fazer uma avaliação de um estado do autismo, para Deligny o autismo é um termo normativo, linguagem que nomeia uma experiência, sendo o que interessa a ele é a criança autista. Assim haveria uma clara distinção entre o autismo como termo e o autista como modo de ser.

O conceito de normal tal como o conhecemos foi desenvolvido durante o século XIX através de uma visão positivista sobre as ciências da vida. Segundo Canguilhem (1982), a noção de normal foi criada através da observação estatística da doença onde o médico, ao ouvir o relato do padecimento, quantifica o estado patológico e avalia o estado de seu paciente. Em seguida elabora uma gramática descritiva da doença onde, através destes dados mensuráveis, constrói a nosologia e a nosografia que permite o estabelecimento de normas, padrões, enquadres e desvios. Desta forma, a partir do estabelecimento de normas médicas, é possível determinar aquilo que é normal e aquilo que é anormal. O normal é, portanto, a construção de um padrão ideal, enquanto a anormalidade é vista como desvio negativo. Norma significa, portanto:

esquadro – aquilo que não se inclina nem para a esquerda nem para a direita, portanto o que se conserva num justo no meio termo; daí derivam dois sentidos: é norma aquilo que é como deve ser; e é norma, no sentido mais usual da palavra, o que se encontra na maior parte dos casos de uma espécie determinada ou o que constitui a média ou o módulo de uma característica mensurável (CANGUILHEM, 1982, p.95).

A pressuposição de normas leva a crer que a saúde seja natural, um conceito perfeitamente delimitado, um modelo que se encontra na natureza. O anormal seria aquilo que é defeituoso, que interrompe a ordem pressuposta da natureza; aquilo que sai do esquadro e perturba a ordem normal da vida. No entanto, não é bem assim, a saúde perfeita não existe, ela é um ideal estatístico. Preferimos entender a saúde como uma ação normativa, cujo valor só pode ser estabelecido na relação do vivo com seu meio e não com o enquadramento nesta normalidade estatística. O conceito de saúde deve ser entendido a partir da potência de agir. Quando um ser vivo perde sua capacidade de agir, ele está adoecendo, perdendo sua capacidade de criar normas, perdendo sua normatividade.

Raciocinando com todo o rigor, uma norma não existe, apenas desempenha seu papel que é o de desvalorizar a existência para permitir a correção dessa mesma existência. Dizer que a saúde perfeita não existe é apenas dizer que o conceito de saúde não é o de uma existência, mas sim o de uma norma, cuja função e cujo valor é relacionar essa norma com a existência, a fim de provocar a modificação desta (CANGUILHEM, 1982, p. 54).

Ser saudável é, portanto, exercer sua normatividade, é exercer a capacidade de mudar de normas. Viver é criar permanentemente normas, enquanto adoecer é fixar-se numa única norma. Portanto, ser normal não é encaixar-se numa norma estatística, mas ser normativo, trocar permanentemente de normas. Desta maneira, podemos dizer que as práticas de normalização, em especial aquelas que Deligny enfrentou durante o período de vigor do conceito de infância

inadaptada, produzem um estado artificial de normalidade – através da modelação dos comportamentos da criança, se chega a este ideal virtual de normalidade, efeito de uma mortificação da atividade oscilatória do vivo em prol de um enquadramento da criança em um ideal.

Analisando a chegada das crianças às áreas de estar, elas vinham sob a marca negativa da inadaptação. Ao chegar lá elas encontravam o espaço vago, livre para vagar. Pouco a pouco a criança exerce essa normatividade através do seu agir e, não sendo interrompida ou enquadrada, a criança cria, a partir disso, um costumeiro, exerce sua normatividade e produz sua própria saúde. Desta forma, a tentativa Cévennes desmonta essa ideia de normal-anormal, adaptado-inadaptado, dando lugar ao agir da criança e a exploração de uma superfície onde dentro-fora não operam. A associação entre cartografia e etologia permite ver a atividade normativa da criança; permite ver que elas não são inadaptadas por natureza, mas foram privadas de exercer potência de agir. Tal normatividade se manifestaria no espaço, fora da linguagem, por exploração sem finalidade, como vagar.

A adaptação das crianças às áreas é um efeito do esforço duplo: esforço da criança exercer sua normatividade e esforço das presenças próximas em não atrapalhar o processo das crianças. O manejo do espaço é igualmente importante, visto que vagar é um infinitivo primordial, anterior à linguagem, à sociedade e à lei. Quando o costumeiro se instala, isto é, quando a criança se adapta às áreas de estar, os desvios emergem como sinais, achados.

A normatividade não é um tipo de norma. Ela se opõe ao conceito de normalidade, para designar um impulso vital de geração de normas, não sendo ele próprio normal. O conceito de normatividade visto à luz da etologia e da cartografia diverge da ciência comportamental. Não se trata de mapear o comportamento para poder melhor adaptá-lo, trata-se antes de dar visibilidade ao agir como forma legítima de existir. No campo das teorias comportamentais, principalmente da psicologia e da psiquiatria americana onde vigora a publicação do Manual Estatístico dos Transtornos Mentais e o conceito de Transtorno do Espectro do Autismo, muitos destes agires seriam classificados como estereotípias, comportamentos anormais que precisam ser modelados em prol de uma norma universal, de uma adaptação à sociedade e à linguagem. Diferentemente dessa visão, a cartografia e a etologia tal como propõe Deligny, se apoia nesta normatividade do vivo, neste agir sem finalidade, para produzir uma saúde fora da norma.

Segundo Canguilhem (1982), norma é um conceito criado a partir da capacidade do doente narrar sua experiência de padecimento. Essa concepção está intimamente ligada à concepção de humano como ser falante, fato que expõe a criança autista a uma situação de

silenciamento. Se ela não pode descrever a forma de seu padecimento, a nosografia é baseada na observação e na pressuposição da semelhança. O que se observa e avalia? O comportamento, sua adequação ou inadequação, sua normalidade ou anormalidade. O agir não aparece nessa avaliação, portanto, o humano tanto quanto a criança está excluída desta clínica. O que está implícito nessa clínica é que toda a criança é o porvir do homem e o homem é, por sua vez, sinônimo de média padrão, norma.

Canguilhem (1982), ao apontar que a norma é um conceito concebido no domínio dos laboratórios, mostra o corte que separa a vida e o meio. A concepção de humano que se destaca deste corte está apoiado na linguagem como forma de universalização do humano. Quando a criança não fala, a avaliação se baseia na pressuposição da fala, do querer falar, baseia-se na avaliação negativa do comportamento. Tal avaliação reproduz violências no campo da clínica e da educação. A universalização do humano é uma forma de poder que é preciso combater constantemente.

É preciso fazer, tal como a tentativa Cévennes: apostar na potência de agir, numa concepção de vida que resiste ao corte que a separa dos meios em que ela vive. Viver é espacializar. A ciência positivista não consegue acabar com a importância do meio para as formas de vida, mesmo que ela crie ambientes artificiais como uma habitação na Lua ou em Marte. Seremos sempre modos de existência tributárias ao espaço, precisaremos sempre lidar com as infidelidades do meio:

Pelo fato do ser vivo qualificado viver no meio de um mundo de objetos qualificados, ele vive no meio de um mundo de acidentes possíveis. Nada acontece por acaso, mas tudo ocorre sob a forma de acontecimentos. É nisso que o meio é infiel. Sua infidelidade é exatamente seu devir, sua história (CANGUILHEM, 1982, p.159).

A partir do momento que se perde a relação com o espaço, perdemos de vista o agir. A vida não pode ser recortada do meio, pois até os próprios laboratórios se constituem como meios que afetam a vida e o resultado das pesquisas. Para o autista é preciso que o espaço e o meio tenham certas características que permitam a proliferação do agir: o vago, a brecha, o vazio, o silêncio na fissura linguagem. A relação com o espaço não está na consciência, na intenção, na finalidade da vida, mas na espécie, em sua dimensão primitiva.

Que os arredores possam se tornar entorno [*entour*] é algo que nos explica muito claramente que gestos inatos possam advir no vazio. Nos arredores não há – já não há – o que seria preciso haver, e tudo se passa como se os arredores se houvessem incorporado, não no indivíduo, que sempre conheceu apenas arredores tais como os percebe, mas na própria espécie; daí esses gestos de agir no vazio ou, poder-se-ia dizer, no entorno (DELIGNY, 2015a, p.58)

A inseparabilidade entre a vida e o meio; entre vida e espaço, localiza o agir no ponto cego do homem. A polaridade entre a vida e a doença; entre o viver e o morrer; entre a vitalidade e a mortalidade, está situada como plano de fundo da vida, são anteriores à representação. Esse plano de fundo é o que resiste à representação e a domesticação simbólica. O agir é a atividade de espacialização do vivo, é a dimensão não representacional da vida, ele está situado no plano de fundo do viver, é pré-subjetivo e inato.

Como o acaso persistiu em manifestar para comigo uma espécie de mansidão, acabei nomeadamente responsável por uma rede em que crianças ditas autistas vinham viver, daí a necessidade de eu me perguntar o que humano quer dizer, sendo a resposta: nada. Humano é o nome de uma espécie, tendo a espécie desaparecido daquilo pelo quê o homem se toma (DELIGNY, 2015a, p.28).

Se há uma defesa da vida, é função nossa preservar sua obscuridade, sua dimensão não representativa. O que explica que uma criança que sobreviveu as consequências da normalização lute pela sua existência traçando no espaço uma linha errática? Não há mistério, mistério só há se a reflexão opera o pensamento – ser ou não ser? Agir ou não agir? Querer ou não querer? O agir da criança não reflete sobre as condições do meio, ele traça, faz rede.

Diante desta dimensão persistente, não reflexiva e irracional da vida, não há mistério. O que existe é agir:

Desamparados estávamos nós, em 1967; um pouco sitiados pelo mistério permanente oriundo do que os garotos que nos cercavam podiam porventura querer.

Se estávamos sitiados, é porque tinham posição.

Bastou que abandonássemos essa posição para que o mistério desaparecesse; é que ele vinha de nós, não deles (DELIGNY, 2015a, p.55).

Esta pequena rede viveu, portanto, seu tempo de pequena guerrilha. Precisou vencer as dificuldades sucessivas e mais ou menos variadas. Sucedeu-nos utilizar o vocabulário usual: implantar-se, manter-se, progredir, desaparecer, esquivar os obstáculos, em vez de enfrentá-los; uma palavra se tornava predominante: a ligação entre as unidades esparsas. A época se prestava a isso; em 1967, a guerrilha era uma espécie de etnia quase universal, sendo a nossa privilegiada pelo fato de não correremos o risco da morte ou de tortura a cada passo; na realidade, só nos arriscávamos à aniquilação de nosso projeto, que contravinha às normas, às regras e aos regulamentos em vigor; tratava-se, pra nós, de descobrir o que asilo poderia querer dizer, tanto é que tínhamos de lutar em duas frentes; eram numerosos os que se manifestavam pela supressão da internação asilar; nós não estávamos nem um pouco habilitados a acolher crianças ‘anormais’; nossa iniciativa era, portanto, das mais precárias, e não era fácil destrinçar em quais mal-entendidos repousavam as convicções de nossos partidários e adversários, que, aliás, tinham em comum a perspectiva da norma para a qual deveria tender, nem que fosse virtualmente, as crianças que lá estavam. Ora, estávamos em busca de um modo de ser que lhes permitisse existir, nem que para isso tivéssemos de

modificar o nosso; não levávamos em conta as concepções do homem, fossem elas quais fossem, e de forma alguma porque quiséssemos substituir tais concepções por outras; pouco importava o homem, estávamos em busca de uma prática que excluísse de saída as interpretações referenciadas num código; não tomávamos as maneiras de ser das crianças por mensagens embrulhadas, cifradas, e dirigidas a nós (DELIGNY, 2015a, p.70).

Na recusa à norma pressuposta e na recusa em conceber a linguagem como universal, viver é, portanto, agir. No vocabulário da tentativa Cévennes, viver é um infinitivo e, portanto, persiste a despeito da guerra, da pobreza, da violência. Essa dimensão vívida da vida, isto que Deligny denomina agir, não encontra suas raízes na Sociedade, na Natureza, na História e em nenhuma destas categorias universais. O agir está na espécie, sendo que a espécie de que fala Deligny (2015a) não está ligada ao estrito domínio do biológico, do animal. A espécie tal como o autor a concebe poderia ser melhor descrita como anômala, sem denominação específica, aquilo que desvia a regra, aquilo que devém. A natureza que está em jogo não é fixa, não é ponto de origem. A espécie é antes lugar do devir minoritário do humano.

Deleuze & Guattari (2017) definem o anômalo como aquilo que é excepcional, que habita as fronteiras e sustenta a contradição. O anômalo humano permitiria à espécie descolar-se de uma definição rígida estabelecida pelas ciências naturais, o anômalo é o devir humano minoritário, nem homem nem mulher, nem criança nem animal, estamos num ponto em que viver não tem nada a ver com individualidade ou representação. Não é uma vida domesticável, é vida selvagem, é devir, resistência à representação:

[...] o anômalo não é tampouco portador de espécie, que apresentaria as características específicas e genéricas no mais puro estado, modelo ou exemplar único, perfeição típica encarnada, termo eminente de uma série, ou suporte de uma correspondência absolutamente harmoniosa. O anômalo não é nem indivíduo nem espécie, ele abriga apenas afectos, não comporta nem sentimentos familiares ou subjetivados, nem características específicas ou significativas (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.28).

Deligny (2015a) atribui ao agir uma das poucas qualidades capazes de descrição a respeito deste humano. Embora ele escreva muitas páginas sobre esse agir, não o faz como psicanalista, ele não interpreta, ele pensa como um etólogo e descreve e mapeia as situações. Em sua escrita, trata-se de uma defesa do agir. O agir não faz signo, é antes o traço humano que antecede à linguagem. O traçar seria uma dimensão fóssil do humano, memória de espécie. O gesto, traçado que em dado momento Deligny (2015a) situa como vernacular, seria como a língua menor de uma tribo perdida às margens da linguagem. O aracniano é fóssil, porém, não é perdido, anterior, sinônimo de origem perdida do humano. Ele persiste cotidianamente, em cada gesto, trajeto e agir que se manifestam nas áreas de estar. O vernacular não seria uma

origem estática, pressuposta e fixa, justamente porque o humano não está extinto, mas persiste nos trajetos e nos deslocamentos das crianças. A grande questão ética nessa crítica é questionar a nós, homem-que-somos, se o agir persiste também em nossos trajetos:

Pois o “humano de natureza” não é o homem face ao espelho da natureza que lhe devolve uma imagem narcísica. Para Deligny, o “humano” é simbiose entre o “ser” e o “ser consciente de ser”, entre zoológico/específico e o sócio-ético, individual/objetivo – uma bipolaridade por temporalidade coexistente: o “humano de natureza” e o homem/sujeito estruturado pelo simbólico. O problema ético e clínico, portanto, se formula com a produção de experiências que criem meios de convivência comum próximos do costumeiro da espécie – nesse comum que evoca um comunismo infinito, mas sobretudo o imutável no “homem que nós somos (MATOS & MIGUEL, 2020, p. 186).

Fazer uma defesa do agir como inato, implica em compreender a natureza diferentemente das definições das ciências médicas ou biológicas. O homem-que-somos, o humano e, até mesmo a natureza, estão dispostos numa superfície de deslizamento e diferenciações, onde não apenas o humano devém, como a natureza experimenta seus devires:

Mas realmente é preciso entender que essa origem antiga, por mais fóssil que seja, persiste na origem de cada um dos nossos gestos de agora, fossilizada, naquele sentido de enterrada sob as camadas sedimentares daquilo que o homem pôde querer e querer vir a ser, considerando-se seu próprio projeto, avido de ter o que pode querer e de querer o que pode ter ou poderia ter se alguns não fossem exageradamente privilegiados. Para abolir o privilégio [da linguagem]<sup>46</sup>, seria preciso abandonar aquele que ele se atribuiu ser um ser à parte, e de um nível tão superior que ele chegou a ser conceber separado (DELIGNY, 2015a, p.81).

Este viver, que sentido de vida implica? De uma vida comum, afirma Deligny (2015a), um “comunismo primordial” que não está na origem do projeto pensado, mas está fora dele como anômalo, como potência de diferenciação. Trata-se de uma vida que não espera a forma existir, ela persiste a despeito das formas, persiste através de devires minoritários – animal, vegetal, mineral.

Deligny (2015a) lembra a dimensão estrangeira dos autistas. Diz ele, não se trata de seres de “procissão” que seguem a fila das normas sociais e o *phylum* da espécie. São seres que desviam da via majoritária que é a linguagem e a identificação. Descrevendo uma criança autista a qual esteve próximo, o autor aponta para a ausência de fala. Embora o órgão vocal esteja lá em perfeito estado, a criança ainda assim permanece refratária à linguagem:

---

<sup>46</sup> Grifo nosso.

Haveria, portanto, o órgão, e haveria a fala; um ser autista pode muito bem dar voz. Sucedeu aquele em cuja proximidade eu vivo há muito tempo latisse guinchando, e, portanto, antes como uma raposa que como um cão. Por que teria escolhido essa via, a de fazer como a raposa, e não como paimão? (DELIGNY, 2015a, p.211).

Devir animal. A criança diferencia das formas instituídas justamente porque o que lhe é mais determinante no seu modo de vida é o agir e não a identificação. E quanto a isso o autor pede um profundo respeito à essa diferença: recusar a fazer como paimão não é uma doença, ser refratário ao uso da linguagem não é uma doença, trata-se de um modo de existência, uma vida.

Igualmente, Schérer & Hocquenghem (1976) comentam o devir-animal de crianças autistas tomando o caso do menino-lobo. Destacam o devir como uma produção real e não de uma cópia, semelhança ou metáfora. É puro agir, portanto, e não agir como ou no lugar de. A criança não copia o animal, não é análoga a ele. No entanto, ela também não foi desumanizada, transformada em um animal. Sua humanidade está no agir. Ela habita uma zona de indeterminação, uma vizinhança, ponto de indiscernibilidade. Ela não representa, pois o agir não mergulha suas raízes na linguagem.

O devir animal independe da evolução. Ele pode ir na direção reversa, no sentido de uma involução que não se confunde com a regressão psicanalítica. É porque a vida não está fixada em uma linha que vai do menor para o maior, da criança ao adulto, do anormal ao normal. A espécie não é um círculo fechado, uma pirâmide, uma hierarquia de etapas e superações. Trata-se antes de uma “*convivência inumana mais do que uma comunidade simbólica edipiana*” (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.68):

Não se trata de acreditar, tampouco, que as crianças que comem capim, ou terra, ou carne crua, encontrem aí apenas vitaminas ou elementos dos quais seu organismo estaria carente. Trata-se de fazer corpo com o animal, um corpo sem órgãos definido por zonas de intensidade ou de vizinhança (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.69).

Fazer corpo comum com o mundo: é isto o que veem aqueles que acompanham crianças nas mais diversas formas de ser autista. A influência que objetos fora do uso pode exercer sobre essas crianças mostram a ação do inumano sobre o humano – a água, uma chaleira, um pedaço de madeira, tudo isso pode constituir pontos de emaranhamento para a criança no mundo. E mesmo para as crianças não autistas, é possível ver este corpo comum com o mundo se fazendo no brincar – uma bola, um avião, um animal. A criança devém no brincar, ela não apenas representa o som do avião, ela é corpo comum com o avião. O devir não é da ordem da linguagem, ele não é expressão de nada, mas é a própria manifestação do agir.

O humano de espécie não tem pátria, reino ou império, ele não reivindica domínios específicos, mas persiste nos mais diferentes meios circundantes. Desta forma, o fóssil não é natureza calcificada, restos de corpos organizados e enterrados em profundidades primitivas. O fóssil é antes o resto de uma dimensão intensiva, ponto anterior à organização das individualidades, é o resto dos processos de individuação, é o pré-individual (SIMONDON, 2020). Ele está mais próximo da vida antes dela se constituir como forma, do que propriamente a vida sob domínio da paleontologia. Se há uma ontologia do fóssil, ela é uma ontogênese reversa, no sentido que Simondon (2020) define que o processo de individuação não tem princípio individuado, ou seja, não possui forma primeira originária. No princípio o que existe é o pré-individual, choque de formas e movimento de partículas de onde devem as individuações. O fóssil é, portanto, um resto deste pré-individual anterior a toda forma humana, força que se move subterrânea. A ontogênese desta dimensão fóssil é o que preserva a força que alimenta os devires e se move sob as camadas da linguagem.

Um humano desta natureza, fora da própria natureza individuada, não reivindica reconhecimento. Se quer seus direitos ele reivindica, ele traça, foge, desvia, trama e persiste no tácito, no não expresso, fora da linguagem. Sua persistência está em buscar condições espaço-temporais, coordenadas que o levem até um meio propício para o viver infinito. É a aranha a procura de um canto da parede para se abrigar.

Ora, o fóssil se move; existe tão somente no tácito.

Se falo a respeito é para fazer emergir essa necessidade do tácito, quando a tendência do momento é a de se expressar.

Que nessa expressão o aracniano da rede se perde, isso eu posso mostrar por meio de muitos relatos de acontecimentos autênticos, que são fábulas unicamente por terem uma espécie de moral, de preceito (DELIGNY, 2015a, p.73).

O agir não expressa, não é expressão de um querer pressuposto. Ele é manifestação daquilo que é tácito. Os mapas, por sua vez, por se constituírem como instrumento de detecção destes agires, dá visibilidade ao tácito. Isto quer dizer que os mapas dão visibilidade ao que não pode ser visto, não-expresso, disto que é fóssil, subterrâneo, anômalo.

Esse tácito é algo que preciso proteger de toda e qualquer confusão com o inconsciente descrito por Freud; digo isso, mas a tartaruga nunca estará a salvo do que ela representa aos olhos de quem olha para ela; a propósito dela se falará de amor e de afeto, da necessidade de comunicar e de tudo o que se quiser fazê-la dizer, tendo a linguagem essa virtude de permitir que qualquer um fale no lugar do outro, esse outro que só existe por ser falado; ser falado o faz falante, o que é verdadeiro para a tartaruga, até mesmo a aquática, para aranha e, inclusive, para as linhas da mão [...] Mas bem se vê que o que assim se diz não quer dizer nada, ou realmente pouca coisa, em comparação com

todo o resto cujo traço pintado, no entanto, está bem ali (DELIGNY, 2015a, p.88/89).

A conjunção entre cartografia e etologia situa uma profunda crítica à linguagem e à pressuposição de uma espécie humana universal. A crítica de Deligny incide muito fortemente sobre a clínica e o humanismo do século XX. A psicanálise, por sua vez, não está isenta dessa crítica, na medida em que ela se apoia em normas pressupostas como a universalidade da fala e a diferenciação binária entre homem e mulher. Enquanto clínicos estamos igualmente afetados por essa crítica, porém buscamos extrair dela transformações: buscar na crítica da clínica, uma clínica da clínica. Tal transformação nós a nomeamos como reversões criativas, reversões clínico-políticas e, nesse ponto, Deligny foi mestre em operar tais reversões *in locus* – na escola; no asilo; no centro de detenção; no ambulatório da Grande Cordée e, sobretudo, na tentativa Cévennes, tratava-se sempre de alterar a forma como a criança era vista e submetida à instituição.

Os mapas operam a reversão *in locus* se constituindo como leitura espacializada dos processos da vida, dando primazia ao espaço e ao agir no lugar da linguagem. A etologia e a atividade cartográfica são recursos para desviar o cuidado da perspectiva normalizadora implícita em toda forma de acolhimento, contribuindo para formulação de uma clínica que tem como projeto *acompanhar* os gestos das crianças sem exigir deles normalidade.

A visibilidade do mapa combate as incidências da linguagem sobre a prática do cuidado, o mapa se constitui como forma de evacuar a linguagem permitindo ao espaço ser meio fluido para o agir proliferar. Igualmente, eles auxiliam as presenças próximas conviverem com as crianças sem responderem aos acontecimentos como sujeitos, operando assim uma suspensão da linguagem. A visibilidade que oferecem é dar a ver aquilo que todas as ciências da vida se dedicam negar, a saber, que o humano é tácito e não expresso, que o humano é agir e não linguagem. Os mapas fazem ver a espacialidade da vida, o que é uma inovação no campo de cuidado da infância e do autismo. Ao mesmo tempo, o mapa é uma estranha visibilidade, pois preserva e protege estes pontos obscuros do humano de uma analítica massificadora e universalizante.

Sua dizibilidade opera uma reversão no campo dos enunciados sobre a infância e o autismo, substituindo os registros (prontuários, fichas escolares ou qualquer tipo de registro disciplinar), e se constituindo como semiótica espacial e não simbólica. Eles operam uma estranha dizibilidade que não produz sentido sobre as crianças, mas opera uma crítica sobre estes pressupostos da normalização implícitos no campo de cuidado da infância. Desta forma, sua visibilidade não vigia e sua dizibilidade não fala no lugar de.

Os mapas ocupam uma posição inovadora no campo do cuidado da infância e do autismo, são contemporâneas às diversas práticas de acolhimento no campo da luta antimanicomial. Tais registros remontam a linguagem em um lugar não romantizado, demonstrando como a linguagem pode ser uma grade, assim como os diagnósticos, prontuários e laudos podem ser uma prisão. Esta reversão *in locus* retira as crianças de uma prisão simbólica cuja grades são termos médico-pedagógicos, permite a elas manifestar seu agir e produzir sua saúde fora das instituições clínicas e pedagógicas.

A tentativa Cévennes se constituiu como sofisticada recusa à clínica e à linguagem como forma de universalização do humano. Ao mesmo tempo, se constitui como um modo de acolhimento clínico-político que não se esquivava da necessidade de transformar os espaços e as instituições em prol de um cuidado para com o tácito, o não-expresso do humano. Embora Deligny defenda que tal experiência não seja clínica, sua prática incide sobre a clínica em uma dupla articulação: acolhimento da criança e problematização da linguagem; alteração do espaço de acolhimento e alteração dos modos de representação do sofrimento; criação de formas de registro, destituição da linguagem como forma de universalização; acolhimento da diferença e alteração dos modos de viver; manejo do espaço, manejo da presença; liberdade para a criança e suspensão da linguagem para o adulto. Desta forma, a cartografia é uma reversão não apenas nos enunciados, é também a alteração nas formas de ver e viver.

A cartografia é mais do que uma semiótica que procura pistas, ela produz as pistas ao lado da criança. Ela abre uma janela no espaço-tempo e interrompe a violação de centenas de crianças. Os mapas são formas de registro não simbólico, um registro de linhas. Cartografar é, portanto, tatear às cegas o universo do fora da linguagem.

## **2.8 Ponto de ver, referenciar**

Os mapas podem ser vistos por camadas: há o “mapa de fundo” (calque), que contém o desenho de uma área – podendo ser uma cozinha, um térreo, uma sala, um pátio. Sobre ele é posto uma folha de transparência onde nela se traça o movimento, o gesto e trajeto das crianças, fazendo aparecer linhas sobre esta mesma transparência. Servindo de base, o mapa de fundo permite que seja traçado diversas outras transparências, sendo que estas não são fixadas ao mapa de fundo. Elas planam sobre ele tal como teias de aranha são lançadas sobre um espaço vago. Ao destacar as transparências do plano de fundo, as linhas formam como que rede, uma teia, um emaranhado de linhas.

Na sobreposição de duas ou mais transparências sem a anexação do plano de fundo (calque), vemos este emaranhado crescer: vemos as crianças imprimirem no espaço sua

atividade cartográfica em que repetidas vezes passa sobre um mesmo ponto criando uma linha costumeira que é facilmente violável e interrompida pelo fato delas serem imperceptíveis, não fazerem sentido do ponto de vista da consciência e da linguagem. Nesta atividade no espaço, as crianças constituem pontos de referência, contrariando a ideia de que aqueles gestos são aleatórios, sem sentido. Na verdade, eles possuem sentido justamente por serem a atividade cartográfica da própria criança, seu processo de criar para si pontos no espaço, distribuir linhas, agir sobre um plano de deslocamento das áreas de estar. São referências que, no entanto, só fazem sentido sob o ângulo em que a linguagem está suspensa, ponto este em que o olhar consciente não é capaz de olhá-las diretamente. Somente através dos mapas e deste efeito de sobreposição de transparências que é possível ver estas linhas, estes pontos de referência. Os mapas operam então a alteração na forma de perceber o espaço e o trajeto da criança, afastando-se de um ponto de vista instituído na linguagem, se aproximando da atividade cartográfica da criança.

Nessa sobreposição, põe-se em relação os trajetos de diferentes temporalidades, de ontem, ou de semana passada, ou anos atrás. Nos trajetos de outrora, o plano de fundo, o espaço físico, continua lá em sua forma arquitetônica e terrena, no entanto, ao retirar a transparência podemos ver os mapas destacarem superfícies de deslocamento. Surge então uma estranha espacialidade, o espaço como plano de deslocamento, o espaço vazio de linguagem onde o aracniano tece sua teia e deflagra os sinais de outras eras: começa-se a notar que as crianças rodeiam, circulam, giram em torno de pontos no espaço onde antes havia fontes de água que atualmente estão secas, uma fogueira onde só restam cinzas, rodopiam sobre os restos dos trajetos de pessoas que estiveram ali há semanas, encontram objetos fora de uso que antes haviam sido perdidos.

Em Cévennes, o exercício cartográfico era feito diariamente, foram produzidas enormes quantidades de mapas ao longo de uma década. A grande contribuição da cartografia nesta tentativa está em fazer ver o espaço pela perspectiva da criança, alterando o modo como se vê o deslocamento da criança e o espaço correspondente. O mapa não identifica a quem pertence determinado trajeto, não dava especificidade à linha, individualidade, pessoalidade. As transparências mostram linhas da infância, linhas de errância e linhas deste costumeiro onde emergem as referências. Tais linhas não devem ser interpretadas, elas apenas revelam a atividade de regulação da criança neste espaço:

Fernand Deligny transcreve as linhas e trajetos de crianças autistas, faz mapas: distingue cuidadosamente as "linhas de errância" e as "linhas costumeiras". E isso não vale somente para os passeios, há também mapas de percepções,

mapas de gestos (cozinhar ou recolher madeira), com gestos costumeiros e gestos erráticos. O mesmo para a linguagem, se existir uma. Fernand Deligny abriu suas linhas de escrita para linhas de vida. E constantemente as linhas se cruzam, se superpõem por um instante, se seguem por um certo tempo. Uma linha errática se superpôs a uma linha costumeira e aí a criança faz algo que não pertence mais exatamente a nenhuma das duas, reencontra algo que havia perdido — que aconteceu? — ou então ela salta, agita as mãos, minúsculo e rápido movimento — mas seu próprio gesto emite, por sua vez, diversas linhas (DELEUZE & GUATTARI, 2015, p. 83).

Os mapas são uma ferramenta de manejo do espaço, fazendo de modo a que o espaço permaneça aberto ao fora da linguagem, que ele se configure como plano de deslocamento. Nos mapas, o plano de fundo permanece como o espaço físico, espaço arquitetônico, mas o fato de ele não ser totalizado pela linguagem; o fato dele não exigir da criança um modo ‘normal’ de habitação, ele próprio acaba experimentando uma multiplicidade, o devir do espaço.

Ao não individualizar ou dar significado às linhas, conforme novas camadas vão sendo produzidas, as transparências apagam as identidades mostrando mais a atividade diária das áreas de estar e a necessidade de se manter estes espaços flexíveis, criando uma prática de cuidado que não é sobre uma criança em específico, mas é um manejo do espaço que impede que a consciência se instale sobre as áreas de estar e impeça as crianças de traçar sua atividade cartográfica. É preciso esvaziar a presença de intenção e de tudo aquilo que a linguagem carrega, para que estar próximo seja possível, sem que a consciência se instale como modo de mediação das relações da criança com as presenças próximas e a relação da criança com o espaço.

A criação das áreas de estar não corresponde à necessidade de ressocializar estas crianças, de inseri-las na sociedade, pois este é o princípio e o fundamento da linguagem. A rede e a sociedade não são a mesma coisa. Trata-se de utilizar os mapas para produzir um ponto comum entre pessoas falantes e crianças refratárias à linguagem e, através disso, criar uma rede fora da sociedade, um modo de organização à margem que é perspectivado não a partir do homem-que-somos e suas instituições, mas a partir deste modo de ser fora da linguagem:

Por aí se vê que a rede e o que se pode chamar a sociedade não são a mesma coisa.

Melhor: essa coisa que é a sociedade, onde o ser consciente de ser se esbalda, pode tornar-se tão coercitiva, tão ávida de sujeição, que as redes se tramam fora da influência da sociedade abusiva.

O que ocorre, e não raro, arreventa as redes, é a sobrecarga do projeto, por sua vez tão coercitivo que se faz tomar por razão de ser da rede; e o impostor não para na proposição de uma outra sociedade; se a conjuntura da história se presta a isso, a rede assume proporções fantásticas; ei-la sociedade; a partir daí, redes são secretadas, e a rede se transforma em poder organizado que se exaspera na faxina: inventa vassouras, multiplica as equipes de limpeza,

enquanto os responsáveis se perdem em conjecturas quanto às causas dessa epidemia de redes aparentemente dispare, cuja estrutura, no entanto, é sempre a mesma. (DELIGNY, 2015a, p.25).

Como dissemos, a primeira área de estar ficava em *L'île d'en-bas* enquanto Deligny havia se instalado em Graniers e recebia as presenças próximas para conversar sobre o cotidiano e analisar os mapas. O encontro entre Deligny e as presenças próximas produzia descobertas e inovações que vinham através dos mapas das áreas de estar. A partir disso eram definidos encaminhamentos para o manejo do espaço e do cotidiano a partir desta descoberta, indicações para construção de lugares concretos que permitam a atividade da criança se manifestar.

Os mapas se tornam uma operação sobre a percepção, um combate pela desinstitucionalização do olhar consciente e os modos de ver e representar o espaço, a infância e o autismo. Eles alteram a percepção e o modo de acompanhar essas linhas, encontrando fora do ponto de vista da linguagem um outro ponto não representacional do espaço e do agir. Essa estranha visibilidade que os mapas oferecem alteram a percepção do tempo e o espaço deslocando o homem-que-somos do centro da percepção e colocando o primado do espaço como ponto de mediação das áreas de estar. Dá-se um privilégio ao espaço vazio de linguagem, de modo que a presença próxima, aquele que traça os mapas, não vê apenas o que sabe e aquilo que se pode ver, mas dá a elas a possibilidade de ver estas linhas da infância, ver o espaço como plano de deslocamento. Sobretudo, os mapas permitem SE ver compondo estas cenas cotidianas, este costumeiro, ver o modo como a presença afeta o entorno. Por fim, os mapas permitem ver a linguagem fissurada, ver a criança às voltas com esse outro mundo.

Este outro mundo, este ponto fora do ponto de vista consciente, Deligny designou como “ponto de ver” (*point de voir*). Segundo Alvarez de Toledo (2018), Deligny cria infinitivos verbais e cria uma língua menor para falar do modo de ser autista. A criação do conceito de “ponto de ver” corresponde a essa necessidade de distinguir mundos, de dar a ver outros mundos, outros modos de existência, espaços menores e imperceptíveis que habitam este nosso próprio mundo e que nos influenciam de maneira imperceptível.

Deligny (2015a) localiza o ponto de vista (*point de vue*) como o lugar da visão consciente, ponto em que o olhar está acoplado à linguagem e a uma percepção do mundo culturalmente determinada. O ponto de vista é o olhar acostumado a nomear tudo aquilo que se pode ver, ligando os acontecimentos a uma representação, de modo que tudo aquilo que emerge diante do olhar é rebatido sobre as formas já conhecidas e instituídas. Nesta perspectiva, o espaço é mensurável – há distância, altura, largura, profundidade, latitude, longitude, entre

outras formas de representação; é o ponto em que o espaço é representacional e sobre ele podemos fazer algo intencionalmente, podemos nos expressar e dizer como nos sentimos.

Segundo Alvarez de Toledo (2018), ter um ponto de vista é se expressar – “falar pessoalmente ou em nome de uma coletividade, institucional ou de pensamento [...] Aquele que tem um ponto de vista ocupa uma posição; ele se situa no mundo da linguagem” (p.89). Diferentemente, o "ponto de ver" da criança não “visa”, não tem a visão utilitária e finalista, não mede distâncias, mas percorre o espaço como plano de deslocamento. Seu olhar é sem finalidade, é gesto para nada, portanto, não é observação consciente, nem mesmo é o fruir da “visão” tal como podemos contemplar uma “uma bela vista.

O “ponto de ver” designa o ponto em que a criança vê a linguagem fissurada, onde as palavras não determinam a experiência e onde a linguagem não determina o sentido das linhas traçadas. Ao entrar em contato com essa dimensão impessoal do olhar, as presenças próximas alteram seu modo de perceber e experimentar o espaço, passam a ser presença, acompanhar sem conduzir, presenciar sem julgar. O espaço é experimentado através desta alteração dos sentidos dominantes, não é mais o olhar consciente que determina a experiência de acompanhamento, mas é a percepção espacializada que permite ver aquilo que não se pode ver.

Nesta dimensão transformativa do trabalho, os mapas permitem ver o que acontece no entorno, perceber o espaço no ponto em que ele é uma multiplicidade: plano de deslocamento, lugar dos objetos, coisas e das presenças dos adultos, espaço vago onde a linguagem se abre à interrupção. Esta multiplicidade é o espaço aberto ao fora da linguagem. Os mapas são um modo de visibilidade destas linhas, mas também são um modo de alterar a percepção, de alterar o ponto de vista. Trata-se de uma ferramenta de construção de um espaço aberto. Em *Le Croire et le Craindre* (1978), Deligny escreve:

Sabe-se bem que a arqueologia se elabora por descobertas. Trata-se para nós de perceber essas iniciativas que são 'descobertas', iniciativas graças às quais aparece aos nossos olhos o que foi referenciado de um ponto de ver muito estrangeiro ao nosso ponto de vista. Para apreender isso que aflora, então, trata-se de uma verdadeira escavação, mas de uma escavação 'ao lado' do campo da nossa memória, cem vezes e profundamente trabalhada por isso que pode SE dizer. Falar de uma pesquisa arqueológica cujo 'terreno' seria nós mesmos pode levar a pensar em um tipo particular de pesquisa psicológica. Não é nada disso. Esse nós-mesmos-aí, do ponto de ver de um indivíduo autista, não tem nada na cabeça. Não é o lugar do sujeito. Encontramo-nos expostos fora, referenciados a isso que de nós, nos escapa: o nó de nossos trajetos, nossos desvios, nossos gestos os mais inadvertentes. Pouco importam nossas intenções conscientes ou inconscientes. Vemo-nos, em alguma medida, percebidos de um outro polo (DELIGNY, 2007, p.1149, apud, RESENDE, 2016, p.266/267).

A escavação do espaço, a arqueologia e a cartografia, revelam a diferença entre “ponto de ver” e “ponto de vista”, entre ver e olhar. Em 1978, após quase dez anos de experiências com os mapas, Deligny (2015a) aprofunda essa distinção. Olhar designa o ponto de vista do sujeito que olha, enquanto ver é um infinitivo que não requer complemento, é o olhar puro, dissociado da percepção consciente. Esta alteração das formas de ver produz a percepção da imagem não como fixa e correspondente a algo ou alguém, mas as imagens como aquilo que nos escapa, as imagens como pássaros selvagens, ingovernáveis. Tais imagens se contrapõem à linguagem numa recusa àquilo que a linguagem carrega: o sentido, a mensagem, a finalidade e a ordem. A imagem, tal como a Deligny quer fazer ver, não significa. Diferentemente das imagens de Hollywood, onde os filmes são sobrecarregados de pontos de vistas, de signos, de linguagem, as imagens das áreas de estar são desprovidas desta sobrecarga, são imagens livres, ingovernáveis. O trabalho da cartografia visa alterar o olhar do cartógrafo fazendo-o ceder esse ponto de ver fugidio, que faz ver ao mesmo tempo a linguagem e seus pontos de ruptura. Trata-se de despertar o olhar para o ver.

Nesse sentido, ter uma imagem corporal não significa ser a imagem. Entre o corpo e a imagem existe um universo múltiplo no qual a criança autista desliza. Aquilo que é ou seria próprio, pode ser experimentado também como estranho, pode ser visto de fora. Desta maneira, impressiona os autistas que, ao se olhar no espelho, não SE veem. Sua imagem não significa sua existência. Deligny (2015a) levanta esse problema em *Quando o homenzinho não está (ai)*, texto em que ele radicaliza essa distinção entre olhar consciente – homenzinho – e este outro ponto de ver (*point de voir*) onde o sujeito está ausente:

Que essa imagem do corpo – do homenzinho – seja adquirida, quero dizer, que não seja em absoluto inata, é algo de que é preciso dar-se conta. Uma coisa é ver mãos; quanto a ter mãos, isso, como se diz, é uma outra história. Porque, para ter, nem que seja para ter mãos, é preciso ter consciência de ser. Aí desponta os dois verbos auxiliares, infinitivos primordiais sem os quais o homenzinho não existiria. Quando digo ‘ver mãos’, não devemos fiar-nos nisso. É antes de ‘olhar’ que seria preciso dizer. Pois entre ver e se ver, bem se vê a diferença (DELIGNY, 2015a, p.221).

Para exemplificar essa distinção, recorro ao Caderno de Imagens de *L’île d’em bas*, na série de fotografias apresentadas, destaco a quinta fotografia e a sequência das três fotografias que seguem (DELIGNY, 2015a, p.113). Nelas vemos um garoto autista que aparece mirando sua mão. Ele parece vê-la, certamente, mas seu olhar carrega uma perplexidade que nos faz desconfiar se ele vê na palma da mão, as linhas de sua história, sua identidade, ou outra coisa.

Parece antes ver um além, estranho modo de ver em que, ali mesmo, na palma da própria mão, vê universos incodificáveis.

Nas duas primeiras fotografias, o menino se encontra sentado mirando a mão esquerda, enquanto na direita ele segura dois objetos diferentes – na primeira um pedaço de madeira cumprido e na segunda uma esfera de argila. O olhar fixo na palma da mão nos indica que ele vê algo além da palma ou além das linhas presentes nela, é como se algo atraísse seu olhar além de sua própria mão. Na terceira fotografia, o menino está inclinado diante de um barril cheio d'água, cuja superfície forma um espelho d'água. Diante do espelho ele mira a mesma mão esquerda, ignorando sua imagem refletida na superfície d'água. Esta fotografia se diferencia, radicalmente da obra Narciso, de Caravaggio, pintura que ilustra o mito de Narciso. Este, muito cheio de si acaba por ser condenado a apaixonar-se pela própria imagem e, ao olhar sua imagem no espelho d'água, deita-se no leito do rio e morre lentamente no ponto em que viu e se fixou na própria imagem. Diferentemente do mito, o menino na fotografia sequer mira a superfície da água, muito avidamente ele aparece na fotografia vendo a palma de sua mão esquerda enquanto a água silenciosamente testemunha o gesto. O menino não SE olha, não olha sua mão, ele apenas vê as linhas da mão ou através delas.

Quando digo ‘ver mãos’, não devemos fiar-nos nisso.

É antes ‘olhar’ que seria preciso dizer. Pois entre ver e se ver, bem se vê a diferença.

A partir do momento em que há o SE, é de olhar que se trata.

Quando o olhar predomina, é em detrimento de quê?

Em detrimento de ver, como penso que uma criança autista vê, sem ter, nem que seja consciência de ser (DELIGNY, 2015a, p.221).

Há aí outro modo de ver, outro modo de referenciar. Existe o simbólico, universo de linguagem, círculo supostamente fechado onde somos banhados e do qual não sairemos, ao menos não totalmente. O autista, por sua vez, está na borda, na ruptura, no ponto em que a linguagem é rompida. O autista é, segundo Deligny (2015a), aquele que está no "limiar de outro universo". Nós por outro lado, estamos presos nesse labirinto da linguagem, o que não nos impede de tecer fios que nos leve até esse fora. As linhas da infância são estes fios aos quais podemos nos guiar.

Outra distinção importante que emerge do trabalho da cartografia é a diferença entre os infinitivos “perorar” (*pérorer*) e “reparar” (*repère*). Contudo, há aí uma questão relevante a respeito da tradução dos termos: na edição brasileira da editora n-1 tais infinitivos foram traduzidos como acima descrito, contudo, Resende (2016) opta por outra tradução diferente: *pérore* ela traduz como falatório e *repère* como referência. Segundo a autora, a opção por essa

tradução difere da edição brasileira, pois visa dar especificidade ao termo, onde a palavra reparar leva ao sentido de “algo que é localizado – reparado” e induz também ao sentido de “reparação, de garantir uma compensação a algo que de outra maneira faltaria”. Completa a autora, “reparar não marca de maneira clara a centralidade do lugar – do espaço – na construção da tentativa em Cévennes (como também nas tentativas anteriores)<sup>47</sup>.”

Tais conceitos radicalizam a importância do espaço na tentativa Cévennes, referência é um termo diretamente ligado a uma localização no espaço, conceito que demonstra a importância do espaço no processo de produção de saúde da criança e do autista. Como referenciar não significa representar, está em jogo um espaço não representável, mas que nem por isso se torna um espaço não referenciável. De que modo a criança autista referencia-se nesse espaço imperceptível? Criar uma referência fora da linguagem implica em deslocar o espaço de sua centralidade, implica em multiplicar seu sentido e, portanto, ressaltar a importância de uma espacialização específica que não centraliza, não exclui e separa, não produz subjetividade a partir de um recorte como centro e margem ou interior e exterior, mas como plano aberto, deslocamento, caminhando, fora.

Contudo, há no termo “reparar” uma dimensão clínico-política relevante. Reparar induz também a pensar em ações para mitigar injustiças e violências cometidas contra as crianças e os autistas, reparar os anos de hospitalização, as violências psiquiátricas e jurídicas cometidas contra esse grupo. Embora Deligny não indique sua relação com o processo de desinstitucionalização, a reparação tem para nós a função de garantir um lugar de viver, um espaço de garantia e proteção. Não basta integrar e incluir a infância e o autismo na sociedade, é preciso fazer a sociedade reparar seus erros e modificar seus modos de representação, alterando e substituindo aquelas práticas que são excludentes, normalizadoras e que violam os direitos deste grupo. Reparar é um conceito que indica um modo de vida fora da linguagem e fora do Estado e que, portanto, exige do campo de cuidado a formulação de práticas libertárias, que operam assegurando direitos para isso que é in formulável – o direito de viver fora da linguagem.

Os conceitos de reparar (*repère*) e referenciar (*repérer*) carregam consigo a dimensão clínico-política que afirma a inseparabilidade entre produção de espaço e produção de saúde. Tais conceitos auxiliam nesta aposta de produzir um espaço de acolhimento que seja

---

<sup>47</sup> “(...) optamos por traduzir de forma diferente da publicada por achar que se a palavra reparar carrega o sentido de algo que é localizado – reparado – carrega também o sentido de reparação, de garantir uma compensação a algo que de outra maneira faltaria. Reparar para nós não marca de maneira clara a centralidade do lugar – do espaço – na construção da tentativa em Cévennes (como também nas tentativas anteriores)” (RESENDE, 2016, p.38/39).

perspectivado sob o ponto de ver da criança e do autismo, e não sejam espaços de socialização, no sentido da reprodução de uma semelhança universal entre os membros da sociedade.

O infinitivo referenciar (*repèrer*) indica o modo de ser da criança autista, uma espacialidade do agir que produz um modo singular de existência, processo este que passa, portanto, mais pelo espaço do que pela linguagem. Para estes seres que vivem na linguagem interrompida, o espaço é elemento indispensável para sua atividade vital, para criação de pontos de enlace entre a vida e o meio circundante. Luta pela vida, esquiva da morte prescrita.

Outra dimensão clínico-política do conceito reparar (*repèrer*) diz respeito à atividade das presenças próximas, ao modo como sua percepção é afetada pelas linhas imperceptíveis das crianças. Os mapas alteram as formas de ver o autismo e conduzem à construção de uma sensibilidade ao espaço, ao gesto e aos deslocamentos. Perceber é, para as presenças próximas, um agir, trata-se, portanto, de uma alteração da percepção que sustenta uma prática de manejo do espaço e da subjetividade:

Quando se trata de reparar, ver-rever-prever são um único infinitivo, tempo ignorado, ausente, e tudo se passa como se houvesse uma persistência retiniana de amplitude diferente da nossa, que nos permite reconstruir o movimento a partir de umas vinte imagens fixas desfilando por segundo, daí o cinematógrafo, ao passo que, no que tange a Janmari, essa persistência atua ao longo de anos. Daí a hipótese necessária de uma memória diferente da nossa que funciona com o homenzinho incorporado não apenas à percepção, mas a todo o rebuliço que labora, resolve e modifica o que se registrou na memória de cada um, que constitui apenas determinada forma na memória (DELIGNY, 2015a, p.230)

A persistência da imagem na visão, isso que o autor apresenta como “persistência retiniana” refere-se ao efeito de ilusão de ótica que ocorre quando uma imagem, um objeto, um feixe de luz permanecem percebidos por algum tempo depois que os raios de luz deixaram de entrar no olho. Um exemplo deste fenômeno é a persistência de rastros de luz em deslocamento no espaço, como um pedaço de madeira incandescente em chamas girando num ambiente de pouca luz, o espectador pode acompanhar o rastro de luz se deslocando e, provavelmente, tal rastro permanecerá registrado em sua percepção de modo que com o apagar da chama o rastro permanecerá marcando sua retina como rastro luminoso. O que Deligny (2015a) está se referindo é a uma percepção dilatada do espaço-tempo ao qual a criança autista está habituada, percepção onde o espaço está em primeiro plano. Acompanhar os trajetos é, nesse sentido, ver se constituir no espaço essas imagens de trajetos que são num só tempo a destituição da linguagem do centro da percepção e a experiência de um deslocamento que é uma espacialidade, deslizamento de imagem em imagem.

Assim, ver-rever-prever ou ver-prever-agir, qualifica a prática cartográfica nas áreas de estar e a sustentam nesta perspectiva autista. tal conceito opera com intuito de “suspender a compreensão abusiva”, a linguagem que põe em reflexão aquilo que deveria aflorar – o agir. Reparar tem uma função sobre a percepção e outra função sobre o espaço: esvaziar a percepção de linguagem e agir no espaço de modo a deixá-lo vago de intencionalidade e finalidade. Se há uma finalidade nisso, trata-se de encontrar no infinitivo viver uma aposta radical.

Ao observar que o autista possui uma relação de registro com o espaço, referenciar encontra nas imagens um ponto de ancoragem, imagens que não significam, que são igualmente vazias de representação, imagens selvagens. Ao invés de um aparelho de nomear, Deligny (2015a) demonstra o “aparelho de referenciar” que, ao invés de referir-se ao mundo sob o primado do tempo cronológico e da linguagem reflexiva, o autista tem a fundação da sua experiência no primado do espaço. A criança registraria então imagem e lugar indexados um ao outro: a coisa no seu lugar, o lugar vazio de coisa ou a coisa vazia de seu lugar. O deslocamento de uma destas camadas (referências) já é o suficiente para instaurar uma crise, uma gritaria, uma automutilação. Entender esse modo de se referenciar leva a um respeito ao costureiro, isso que garante que cada coisa esteja no seu lugar ou cada lugar na sua coisa, mas não como uma memória eidética onde se pode localizar a imagem, forma e a coisa dispostas uma sobre a outra. A experiência da criança é mais aberrante, nem sempre visível, escancarada, materializada na forma de um copo sobre o descanso de copo, o livro na estante, as painéis no armário... A percepção autista e o modo de referenciar é mais sutil, por vezes, percebê-los é tão mais difícil quanto dizê-los. Estas referências não são óbvias, pois elas estão depositadas no vazio imperceptível, no espaço vago da palavra.

Aqueles que acompanham os autistas nem sempre conseguem localizar estes pontos fora da linguagem. Daí entram os mapas como instrumento de localização destas referências, como operatória de fazer ver este outro modo de existência. Refratário à linguagem, o autista se organiza e organiza seu mundo a partir de referências no espaço que lhe vem como uma memória específica – o costureiro é o modo de organização que garante uma certa estabilidade a essa vulnerabilidade. Essa organização não é, portanto, normal, organizada tal como pressupõe as ciências da vida (medicina, psicologia, psiquiatria), não é semelhante à nossa forma de organizar, ao contrário, é referenciado por outras leis, as leis do fora da linguagem. O ponto de referência permite à criança encontrar no espaço a oportunidade de um registro, uma localização. Segundo Resende (2016) o “aparelho a referenciar” opera a partir de dois eixos: “a

possibilidade de se referenciar no território” e a manutenção da vida a partir do costumeiro e sua singular “organização espacial” (p.286).

A partir daí é possível reverter a ideia de inadaptação: não são as crianças que são adaptadas ao mundo, é o modo como o mundo é organizado que dissipa este modo de referenciar da criança. São as faxinas que dissipam as teias de aranha, é o fascismo que dissipa as redes e as populações não semelhantes. À criança não falta a linguagem, pelo contrário, ela vive na linguagem, porém, no ponto de sua interrupção, na sua brecha, nessa fissura onde cria um modo de ser referenciado no espaço.

Ao invés de pressupor uma semelhança ou identificar uma falha na estruturação da linguagem, é preciso compreender o “reparar” e a importância do espaço na vida destas pessoas. Diante da dificuldade delas, pressupor uma semelhança e modelar uma subjetividade pode ser abusivo, enquanto acolher, reconhecer e auxiliar no desenvolvimento de sua singularidade a partir destas referências é uma ética. Em *Nous et l’Innocent* (1975), Deligny escreve:

O estabelecido não é a lei que é assunto da palavra. O animal humano é de uma espécie particular, tão desprovida por sua natureza que para preencher todas essas lacunas originárias ela se obrigou a conceber sua plena realização, o que é uma ilusão. Ela é ilusão. Que essa ilusão seja necessária a torna tirânica e maldicente. Tudo aquilo que é apenas um efeito de sua existência, ela utiliza para justificar sua necessidade, e as reações contra seu domínio raivosos, ela designa como vindas do fundo da natureza. Tudo aquilo que é efeito de sua ditadura se torna indício de que sem ela e seu poder absoluto, onde nós iríamos: os filhos matariam seus pais e pegariam suas mães. Vive e perdura a boa soberania que, no entanto, nos leva a massacres monstruosos dos quais os pequenos, ao escutar as histórias, se encontram cobertos de uma glória póstuma! Que a ferramenta tenha se tornado máquina nos indica como a referência tornada signo nos leva ao delírio que é de se tomar por fim (DELIGNY, 2007, p.721, apud, RESENDE, 2016, p.235).

Referenciar (*repérer*) deve ser tomado como um infinitivo que opera nas áreas de estar. Funciona como ponto de ancoragem, baliza que segura a criança nos momentos em que algo vai mal, que sustenta a iniciativa quando a maré ameaça virar. O conceito de “ponto de ver” qualifica a percepção do cartógrafo para reparar nestes pontos. Se a criança autista não faz referência, se ela não as cria, é provável que ela viva angustiada e as automutilações sejam mais frequentes e nocivas.

A criança encontra no espaço uma via para suportar a angústia e a invasão daquilo que vem do campo da linguagem. Os ataques lhes chegam por todos os lados: coisas, afetos, objetos, ambiências, presenças que lhes invade de maneira violenta onde até mesmo as boas intenções invadem o corpo autista. Tudo toca o corpo da criança, de modo que o cotidiano das áreas de

estar, as coisas e os objetos perdem sua função, finalidade e uso tradicional e passam a ser visto pelo ponto de ver.

Sucedem que, para quem viveu perto de crianças autistas, uma porta não é uma coisinha de nada. E foi até de olhar o que acontecia com as maneiras de ser dessas crianças em relação às portas que nos veio esse termo costumeiro, que persiste em nossa gíria.

Que uma porta seja aberta e dê passagem, isso ainda passa. Mas é peremptória a exigência – comum a grande número dessas crianças – de que ela volte imediatamente a ser fechada. Esse é o fato, que dá margem a uma proliferação de significações. No entanto, se aceitarmos a hipótese de que a porta possa ser algo de absolutamente real, esse agir comum de voltar a fechá-la indica simplesmente certo respeito para com o real como ele é; não que cada coisa tenha seu lugar, como se diria de um objeto; a coisa e o lugar da coisa são a mesma coisa (DELIGNY, 2015a, p.226).

Para exemplificar essa relação intensiva com o espaço, ele conta a história de uma família que frequentava as áreas de estar e que costumeiramente passavam por uma mesma estrada até que em uma certa ocasião fizeram outro percurso:

Crianças autistas vêm e retornam aqui para uma estada e, por vezes, vêm de longe, daí um longo trajeto de carro. Após uma primeira estada e, portanto, um primeiro trajeto de carro até aqui, a criança que retornara à casa vem aqui de novo para outra estada. Várias vezes sucedeu que, por ocasião do segundo trajeto de casa até aqui, a criança manifestasse uma aflição que provocava um drama. De início, tudo corria bem; de repente...

Deixo-os imaginar o que os pais podiam pensar sobre isso, quer o expressassem, quer não. Onde mais se poderia situar a causa da aflição senão na intenção da criança, em seu não querer sair de casa, não querer afastar-se dos pais, ou em seu susto antecipado diante desse alhures aonde a faziam voltar.

Mas o que se verificou, e praticamente a cada vez – e a cada vez a criança não era mais a mesma –, foi que o carro não havia feito um trajeto exatamente idêntico ao da primeira viagem. A partir do primeiro trajeto abandonado, por causa de congestionamento na estrada ou por algum outro desvio, ou para iniciar outro percurso, a aflição explodiu. Reparar é ver-rever-prever (DELIGNY, 2015a, p.231).

Em outra situação, Deligny (2015a) relata um gesto que foi proferido por um menino autista, um gesto que lhe é constrangedor. Durante uma visita em que duas pessoas vieram até Cévennes para saber um pouco mais sobre a tentativa, o autor se encontrava sentado em sua mesa preparando-se para receber visitas; com tapinhas aqui e ali ele limpa a superfície atulhada da mesa enquanto o menino estava presente, autista, muito provavelmente reparando todo o ambiente de maneira não intencional. Com a chegada das visitas o menino sai, voltando algum tempo depois e ainda durante a conversa, e realiza seu gesto disruptivo atirando um monte de

lama úmida sobre a mesa não muito longe daquela superfície em que antes havia sido tapeada por Deligny.

Surpreendentemente no meio da lama se encontrava os pedaços de um cinzeiro de argila que quatro anos antes ocupara aquele mesmo lugar, onde a mesa havia sido tapeada e onde agora se encontrava o monte de lama. O constrangimento é tamanho que não há outra coisa a se fazer senão recolher a lama e reparar as surpresas trazidas. Esta é uma linha de errância, quase sempre mostrada por gestos que não podem ser entendidos completamente, gestos que preservam o fora do sentido e que não podem sofrer o “*labor daquilo que a gente se diz*” (DELIGNY, 2015a, p.139).

A cartografia daria a ver, faria perceber, que o menino devolveu à mesa uma qualidade que antes estava marcada nela – mesa, cinzeiro, mão, gesto, Deligny. O que teria provocado esse agir? Sabotagem do menino de sujar a mesa? Será que podemos pressupor este querer? Teria sido uma provocação a alguém? Este gesto não significa. O “EU” não provocou nada “*nem desafio, nem chamado, nem incitação*” (DELIGNY, 2015a, p.141). Palavra alguma dará nome a isto que “desencadeia” o gesto. Se tal acontecimento for visto pelo ponto de ver, faltava à mesa a sua coisa. Como podemos explicar que esse menino pudesse encontrar este cinzeiro há muito desaparecido? Não há premeditação, o que existe é o agir e o espaço, duas dimensões da vida que conhecemos pouco.

Quem está habituado a conviver com crianças autistas pode observar que nem sempre dá para saber o que influencia a mudança de humor, a inquietação, a agitação e os gestos mais bruscos de bater com a cabeça na parede. Este saber não é prévio e nem suposto, pois trata-se deste outro mundo ao qual não vemos nada e que precisamos reparar, acompanhar suas linhas tal como rastro da luz que nunca conseguimos conter.

O gesto não tem sujeito, não tem autor. Dizer que a criança quis atirar aquela coisa naquele lugar, implica dissipar esse outro modo de referenciar. Ali o sujeito não é autor da ação ou da atração, é puro movimento que designa um campo de forças, plano que atrai os gestos. É a atividade da subjetividade fora do sujeito onde o espaço convoca o mais primitivo do corpo, as memórias de espécie, o agir. Que os seres falantes, em especial os adultos, percam relação com essa memória primordial e espacial, podemos crer. Contudo, não podemos negar que a criança mantém relação de atração com este outro universo fora da linguagem. Negar a existência deste outro modo de referenciar, é excluir a dimensão mais primitiva do humano, pois o gesto e a relação com este fora da linguagem não é exclusividade da criança ou do autista, é uma dimensão primordial humana:

Mas o que é violado nesse agir é a lei segundo a qual toda infração tem um autor que pode e deve ser identificado.

Imagino um juiz de instrução em busca de um culpado: esse suposto “ele” que transportou o monte de lama teve cúmplices que não poderiam ser mais involuntários, ainda que não seja possível denominá-los inconscientes: quem fez o cinzeiro de argila, quem o quebrou, quem jogou seus cacos no forno e quem bateu na mesa, algo que ele não teria feito se outros ali não o tivessem questionado. Por aí se vê como advém o agir notado cujo autor, a bem dizer, é todo um ‘indivíduo’ que não poderia ser mais ‘comum’, que não se identifica com nenhuma ‘pessoa passível de ser reconhecida como tal’, e que escrevo como N, ‘o chapa’ distinto, Nós. (DELIGNY, 2015a, p.143).

Referenciar (*repèrer*) é conjunção entre agir e espaço, modo de compor onde viver é espacializar. É como a aranha que busca um canto da parede para tecer sua teia. Se a aranha é posta numa superfície que a impede de se alojar, localizar, referenciar, ela não encontrará no espaço um ponto adequado para sua atividade vital. Isso vale também para a criança autista, se ela é muitas vezes impedida de traçar suas linhas, se sua diferença assusta ou incomoda as pessoas ao redor, dificilmente ela conseguirá se referenciar.

Em sua articulação entre a cartografia e a etologia, Deligny (2015a) refere-se à situação do patinho que, quando filhote é privado de nadar. Muito pouco habituado a outra forma de ser, seja galinha ou águia, sem a espacialidade da poça d’água, o patinho não poderá exercer aquilo que lhe é próprio. Referenciar/reparar (*repèrer*) tem o sentido ético de produzir um espaço de acolhimento, espaços de vida perspectivados pela singularidade de cada modo de existência. Criar espaços com respeito absoluto à essa diferença, em se tratando de um comum entre o humano e a linguagem, implica num respeito profundo a este modo humano primordial de espacializar a existência. Contra os ditames da linguagem, uma ética dos espaços.

Para sermos ainda mais simplistas, se reparar-agir constituem infinitivos primordiais, são então comparáveis ao que nadar representa para o patinho.

Se não houver água, esse nadar não aflorará ao manifesto, à falta do ali indispensável, e o patinho aparecerá como é, pouco talentoso para correr e bicar o solo com o bico.

Isso para dizer que os infinitivos primordiais só têm lugar, como se diz, se o lugar – topos – o permite. (DELIGNY, 2015a, p.232/233).

Este primordial não diz respeito ao tempo da origem perdida, como vimos, o tempo é dilatado em prol da espacialidade do agir que encontra no espaço fora da linguagem o berço de seus gestos. Este primordial diz de uma ramificação do humano, uma dentre tantas outras que, por ser primitiva, não compõe com a vida em sociedade, pois é primordial em sua constituição. A socialização, a construção de uma semelhança universal entorno da linguagem, dissipa esse modo aguerrido da vida que se localiza por referências. Essa resistência primeira que assegura a luta pela existência, persiste costumeiramente, não está perdida. Portanto, não se trata do

primordial como ponto de origem, mas ao ponto de criação da vida comum. Sem espaço não há como a vida proliferar. O primordial é isto que faz com que a vida persista e que tantas crianças e autistas resistam e sigam adiante em sua luta pela liberdade de ser; é o que faz com que povos inteiros lutem por garantia de direitos humanos básicos, como é o caso do povo Yanomami. O primordial é a persistência em existir, mesmo que tudo na sociedade combata sua singularidade, sua existência.

No exercício cartográfico, na visibilidade oferecidas pelas transparências, podemos ver que em diferentes mapas e em diferentes épocas, uma semelhança estava resguardada nestes trajetos da criança. De forma mais impressionante, o que antes havia sido perdido, os mapas fazem ver esta referência no espaço onde habitam outras Eras, outros mundos, universos inacabados, provisórios, sempre em devir. Diante do tempo dilatado, o espaço surge como ponto de sustentação do humano. Não é a linguagem, a lei, a sociedade que asseguram a existência do humano. É preciso mais que isso, é preciso um acolhimento deste primitivo, para que essa tríade não seja tomada como fim em si mesmo. Nesse sentido, há uma ética da cartografia em mostrar que o mais primitivo do humano é o espaço e a espacialização da vida. É preciso lembrar sempre, antes da palavra, o traçado, a rede.

A cartografia retira o homem-que-somos da centralidade da percepção e localiza um novo modo perceptivo, isto que se designou como referenciar/reparar ou ponto de ver. Ela permite às presenças próximas criar uma sensibilidade ao ponto de ver do autista e respeitar isso que é mais profundamente humano, a relação com o espaço fora da linguagem. Para evitar a desorganização da criança é preciso respeitar sua organização aberrante e não exigir dela uma norma universal.

A criança encontra no espaço uma via para suportar a angústia e a invasão daquilo que vem do campo da linguagem. Os ataques lhes chegam por todos os lados: coisas, afetos, objetos, ambiências, presenças que lhes invade de maneira violenta. Tudo toca o corpo da criança. No cotidiano das áreas de estar as coisas e os objetos perdem sua função e finalidade e passam a ser visto pelo ponto de ver.

Sucedem que, para quem viveu perto de crianças autistas, uma porta não é uma coisinha de nada. E foi até de olhar o que acontecia com as maneiras de ser dessas crianças em relação às portas que nos veio esse termo costumeiro, que persiste em nossa gíria.

Que uma porta seja aberta e dê passagem, isso ainda passa. Mas é peremptória a exigência – comum a grande número dessas crianças – de que ela volte imediatamente a ser fechada. Esse é o fato, que dá margem a uma proliferação de significações. No entanto, se aceitarmos a hipótese de que a porta possa ser algo de absolutamente real, esse agir comum de voltar a fechá-la indica

simplesmente certo respeito para com o real como ele é; não que cada coisa tenha seu lugar, como se diria de um objeto; a coisa e o lugar da coisa são a mesma coisa (DELIGNY, 2015a, p.226).

O balançar, o sacudir das mãos, o revirar dos olhos, o grito ou os cantos que sopram consoantes, são estes gestos, agires, comuns a criança, ao autista e ao humano. Estes são modos de funcionar, de localizar, referenciar, pôr o corpo no espaço. Dissipar essas manifestações, seja com modelação de comportamento ou contenção química, é um erro grave. A criança constitui referência através de seus gestos, retirar este seu direito é violá-la. Não existe nessas manifestações defeito ou anormalidade (cognitiva, genético, cerebral), o que há é uma diferença: ao invés de se situar no tempo, situa-se no espaço; ao invés da palavra, o gesto. O gesto então ganha um sentido ontogenético, criativo, da ordem da produção de uma saúde fora da norma. Gesto é gestar, de forma que este balançar das mãos não é um problema para a criança, é o ponto em que ela gesta o mundo.

A publicação da obra *Journal Janmari*, produzido por Gisele Durand (2016) e pela editora L'Arachnéen, reúne centenas de traços e traçados feitos pelo próprio Janmari. A obra é de uma delicadeza importante e constitui um respeito profundo a Janmari e é uma tentativa de demonstração da vivacidade daquele que vive refratário e fora da linguagem. O livro dá imagem ao gesto e o traçado, transpondo a linguagem, fazendo ver essa brecha que Deligny (2015a) nomeia como “linguagem interrompida” ou “vacante”. Tanto na obra de Deligny, quanto no *Journal Janmari*, aparecem esses sucessivos traços que formam a imagem de um círculo entre aberto ou de um cerco. Em determinado ponto deste traçado há uma abertura, uma pequena interrupção da linha circular que dá lugar a um limiar e a um fora. Com isso faz aparecer uma linguagem que não é toda, circular, representativa, concêntrica, fechada sobre si. O traço em questão não é desenho, não é um brincar de escritor e, mesmo se fosse, não se trata de interpretá-lo ou atribuir um sentido a ele. As centenas de traços feitos por Janmari e indicam não um significado, mas essa abertura de onde emerge o traço: o que escreve? A intenção do sujeito Janmari? De onde vem esse traço?

Onde se vê que esse termo autor, nesse caso, não responde àquilo que o dicionário propõe: 'pessoa que é a primeira causa de uma coisa, que está na origem de uma coisa'. Como você quer que, depois de uma tal definição, cada um não se tome pelo bom Deus. Como seria possível que uma 'coisa' se originasse de uma pessoa? Eu mesmo, escrevendo esse texto do qual eu sou, então, o autor, vê-se bem de onde se origina essas linhas: de duas coisas que fazem uma, traços dos trajetos e 'traçar' que são traços da mão, mas é verdade que ao traçar essas linhas, nossa mão está aí. Isso quer dizer toda linha traçada se origina da mão? Sim e não, pois, enfim, é todo um corpo que se pôs a saltitar segundo os desvios, em relação aos quais se poderia pensar que o projeto que

os sustenta, isso que aparece manifesto, é o de buscar um acordo com esse 'traçar', traços da mão, emanados do mesmo indivíduo. Esse acordo, eventualmente notável para aqueles que se emocionam ao percebê-lo, e se espantam, eu digo a mim mesmo que ele não ultrapassa as bordas (do entendimento), mas que ele vem desse fora tão atraente, nem que seja porque o horizonte, avançando na medida em que avançamos, é verdadeiramente de infinito que se trata, enquanto que, bordeados que nós somos pelo verbo, nos é necessário escrever: infinitivos, traçar não sendo o menor deles, onde se trata de inovar totalmente, por inadvertência, nem que seja um desvio, onde aparece que se trata de outra coisa totalmente diferente do que ir por ele, aí, mas sim de fazer aparecer o traço desse trajeto comparável então ao traço inscrito pela mão de quem andou o trajeto. Onde está o autor, em todas essas manobras? Ele desaparece, apagado como se apaga a ideia de que a arte é representar. (DELIGNY, 2015a, p.150).

O *Journal Janmari* (DURAND, 2016) é semiótica deste traçado da subjetividade fora do sujeito que indica outro modo de ser, fora da linguagem. São as linhas de um rizoma, as teias do enlace entre a vida humana e o espaço fora da linguagem. Neste emaranhado de Janmari com o mundo, está o lugar ao qual precisamos nos aproximar, dali vem o mais humano, aquilo que nos é mais próximo e mais distante ao mesmo tempo.

Nesta obra, a linguagem toma a forma de um anel interrompido, cuja abertura expande a vida em direção ao fora, futuros outros, imprevisíveis, sem finalidade e sem ponto de chegada, infinitivo. Ao mesmo tempo, o fora da linguagem é a noite, a escuridão, a queda da consciência que tudo ilumina, tudo nomeia, a escuridão onde relâmpagos mostram os caminhos. É o ponto obscuro onde nós mesmos caímos, o outro lado da linguagem, o espaço do *nonsense*. Radicalizar a posta no autismo, implica em extrair desta abertura um guia para que seja possível criar o mundo permanentemente e não apenas ceder ao que já conhecemos.

A riqueza estética e criativa destes gestos, são como as ondas de radiação que atravessam o espaço e são captadas por nós, em nossos dispositivos noturno e aptos a captar essa dimensão de força que compõe a vida e a morte, a linguagem e seu fora. Janmari é o guia nessa imersão. Suas mãos contêm o futuro, as fagulhas que abrem o presente para outros universos possíveis. Numa leitura tropicalista da obra de Janmari, podemos comentar sua obra com os trechos da canção *Clube da Esquina Nº1*: diríamos que em suas mãos há o gesto, infinitivo que indica o gestar, produzir, criar. Com suas mãos ele se coloca no mapa, faz o mundo ver essa outra parte da vida onde a linguagem é interrompida. Disso podemos extrair as pistas para um futuro que nos escapa:

Noite chegou outra vez de novo na esquina  
Os homens estão, todos se acham mortais  
Dividem a noite, Lua e até solidão  
Neste clube, a gente sozinha se vê, pela última vez

À espera do dia, naquela calçada  
Fugindo pra outro lugar  
Perto da noite estou  
O rumo encontro nas pedras  
Encontro de vez, um grande país eu espero  
Espero do fundo da noite chegar  
Mas agora eu quero tomar suas mãos  
Vou buscá-la aonde for  
Venha até a esquina, você não conhece o futuro  
Que tenho nas mãos  
Agora as portas vão todas se fechar  
No claro do dia, o novo encontrarei  
E no Curral del Rei  
Janelas se abram ao negro do mundo lunar  
Mas eu não me acho perdido  
No fundo da noite partiu minha voz  
Já é hora do corpo vencer a manhã  
Outro dia já vem e a vida se cansa na esquina  
Fugindo, fugindo pra outro lugar, pra outro lugar  
(BORGES, BORGES & NASCIMENTO, 1970).

## **2.9. Percepção e espaço fora da linguagem**

A cartografia é uma estratégia de reversão clínica, de desviar o vetor de semelhança que homogeniza os processos da infância e do humano. Ao demonstrar o “referenciar” como outro modo de subjetivação, uma subjetividade que não está interiorizada na linguagem, mas localizada na exterioridade do espaço, Deligny (2015a) mostra que estas crianças persistem no espaço através do agir.

Para o autor a subjetivação da criança autista estaria localizada no espaço das áreas de estar. A partir disso as presenças próximas assumem a cartografia do espaço e aperfeiçoam-na como ferramenta, como modo de perceber o espaço e o movimento das crianças e com isso manejar de modo a permitir a criança vagar. Para nós constitui-se aí a percepção cartográfica, operação de reversão e alteração do sentido primordial da visão consciente, em prol de uma percepção descentralizada do sujeito e espacializada nas áreas. Perceber é captar movimentos que vêm do espaço, da margem da linguagem, dos entremeios de um espaço múltiplo com seus pontos indizíveis e invisíveis; movimentos, sombras e assombros que vêm de outras eras, ecos e ruídos que chegam até nós sabe-se lá de onde.

O percebido não se consolida em sentido fechado, mas coloca em movimento a atividade cartográfica. Como dissemos, as reuniões entre Deligny e as presenças próximas resultavam em tarefas a serem traçadas nas áreas de estar, manejos do espaço que resultavam do acompanhamento destas linhas. Perceber é, para o autor, ver-prever-agir, abertura e disponibilidade a tudo que vem de fora da linguagem. É um modo de estar presente, ser

presença, inclinar-se sobre o ponto de ver. Para descrever esse estado perceptivo onde o traçar e o acompanhar estão próximos, impressos sobre as linhas do mapa, Deligny refere-se ao cinematógrafo, aparelho que capta imagens em instantes e o reproduz em sequência como movimento, muito utilizado pelos irmãos Meliés no início da história do cinema. Para nós, a imagem do telescópio é igualmente eficiente, visto que ele capta a luz em longa exposição, captando os movimentos dos abismos de eras passadas, os primórdios do espaço.

A percepção cartográfica vê o espaço em sua multiplicidade, movimento entre o corpo e o espaço. As áreas de estar, por ser manejadas pelo ponto de ver, indicam que existe ali um ponto referenciado no fora da linguagem, num espaço outro alheio a Nós. Referenciar/reparar se torna então modo de perceber e respeitar o espaço nessa sua abertura. Este outro espaço está presente e ausente em nosso mundo, está lá e não está ao mesmo tempo. Se faz presente e ausente no mesmo instante do olhar. Surge para nós invisível e indizível, contudo, referenciável do ponto de ver de uma criança autista. Embora seja fundamental para o humano, sua localização deve permanecer distante, intocada, é o vago que precisa permanecer como tal para que a linguagem não o dissipe. O espaço fora da linguagem é o espaço entre a vida e morte, o ruído e o silêncio, o interior e o exterior. Quando dizemos que para pensar este espaço Deligny percorreu uma trajetória do institucional para fora das instituições, chegar a Cevennes não lhe bastou. O fora ainda estava lá, alhures. E é um respeito a isso que resiste que ele orientou seu trabalho.

As décadas de trabalho com crianças autistas resultaram na formulação teórica e prática que conjuga os mapas e a escrita como uma pragmática sobre o espaço, o movimento e a presença. Ao propor que a cartografia buscasse o ponto de ver das crianças autistas, realizou-se um longo trabalho de tratamento da percepção. Deslocar o homenzinho do centro da percepção e priorizar *o estar*, disponibilidade que dá privilégio ao espaço e ao movimento:

Sucedeu que o acaso nos ajudasse: toda veleidade de utilização do aracniano – fosse qual fosse a finalidade desse uso – fazia-o desaparecer, tanto é que se a liberdade é consciência da necessidade, ainda assim é preciso compreender, nessa necessidade, a de respeitar o aracniano – e, portanto, de *percebê-lo*, o que não é pouca coisa (DELIGNY, 2015a, p. 40).

A pergunta que emerge é: como perceber o que é imperceptível? Como perceber aquilo que está ausente? Como é perceber o espaço fora da linguagem? Perceber é aqui um termo muito valioso. Segundo Guattari (1985) Deligny não criou uma instituição para crianças autistas, ao contrário, criou um modo de perceber e se afetar pelas linhas da infância:

Ele tornou possível que um grupo de adultos e de crianças autistas pudessem viver juntos segundo seus próprios desejos. Ele agenciou uma economia coletiva de desejo articulando pessoas, gestos, circuitos econômicos e relacionais etc. E muito diferente do que fazem geralmente os psicólogos e os educadores que têm, a priori, uma ideia a respeito das diversas categorias de “inválidos”. O saber, aqui, não se constitui mais no poder que se apoia em todas as outras formações repressivas. A única maneira de ‘percutir’ o inconsciente, de fazê-lo sair de sua rotina, é dando ao desejo o meio de se exprimir no campo social. Manifestamente, Deligny gosta das pessoas chamadas de autistas. E estas sabem disso. Assim como aqueles que trabalham com ele. Tudo parte daí. E é para aí que tudo volta. Desde que somos obrigados por função a cuidar dos outros, a ‘assisti-los’, uma espécie de relação ascética e sadomasoquista se institui, poluindo em profundidade as iniciativas aparentemente mais inocentes e mais desinteressadas (GUATTARI, 1985, p.66).

As áreas de estar não constituíam espaços clínicos onde o terapeuta agia sobre a criança de modo a revelar seu inconsciente, portanto, não percebiam o inconsciente da criança individualmente. Perceber o inconsciente é, neste caso, percuti-lo, fazê-lo soar, tocar e ser tocado. Isso soa, ressoa, e, como um tambor reverbera no espaço aberto, na exterioridade das áreas, no espaço comum entre os corpos, nas margens da linguagem. Se há uma clínica para isso que dá vida é fora da linguagem, age-se sobre o espaço e não sobre os indivíduos.

Tal percepção pode ser vista como disponibilidade das presenças próximas em serem percutidas por estas linhas que deslizam sobre o espaço. O acompanhamento não implica em olhar e seguir a criança com o olho. Trata-se mais de um ver de corpo inteiro, percepção entregue ao espaço e ao movimento, gesto de perceber que é precipitado pelos devires do próprio espaço. Para o cartógrafo, a passagem do estado sensível do movimento para o gesto de traçar os mapas, não configura uma transcrição ou uma representação do movimento, mas consiste em fazer ressoar as linhas e os trajetos experimentados ao lado das crianças.

Perceber e cartografar consiste, portanto, em ser tocado pelo aracniano. Perceber não é procurar por ele, pois isto incorreria ao risco de miragens, projeções, faxinas. Perceber tem um sentido percussivo e tátil; é uma sensibilidade que se desprende dos sentidos primordiais do homem tal como o olhar, a imagem-sujeito, a linguagem-sujeito. No lugar do ponto de vista, propõe-se outra sensibilidade: qual o som deste ruído? Qual o rumor deste gesto? Qual a trajetória desta linha? O percebido é, portanto, observação que não se fecha na convicção, na verdade ou na confirmação de uma forma conhecida, um sentido premeditado. Perceber é estar aberto ao fora do sentido, à linguagem interrompida.

Guattari (1985) parece jogar com as palavras de seu colega e produz essa confluência entre percebido e percutido. Mostra que os espaços criados por Deligny são produzidos pela percepção-percussiva. A constituição das áreas de estar é efeito deste cuidado com a percepção,

cuidado com o espaço, manejo do modo de estar presente nele e no modo de perceber o fora da linguagem, sua *interrupção*.

Deligny (2015a) descreve a linguagem interrompida como este ponto em que ela se abre, se interrompe, faz fronteira e inaugura uma margem. A criança autista habitaria o entre mundo, nem totalmente fora, mas nessa interrupção, estrangeiro ao centro. Em *Esse ver e o olhar-se ou O elefante do seminário* (1976) Deligny (2015a) traça um desenho que identifica como bússola, desenho este em que descreve como ocorre o trabalho com os mapas. Referindo-se à linguagem como um anel incompleto, como um “O” mal fechado, ele designa a “linguagem vacante, linguagem ‘em falta, na falta da linguagem” (p.129). Em outro texto, *O agir e o agido* (1978), desenha outro esquema para designar o quadrante, a bússola que orienta o trabalho nas áreas de estar. Encontramos aí o grande círculo interrompido da linguagem: “[...] o grande anel do uso da linguagem, interrompido em a<sup>48</sup>, estando o homenzinho autista para além da ruptura, sendo falado/pensado por cada um de nós, isto é, por s, que evoca o SE de dizer-se” (DELIGNY, 2015a, p.139). Essa espacialização das coordenadas do trabalho nas áreas de estar, isto que ele designa bússola, forma uma imagem importante para o ponto em que a linguagem é interrompida. Essa definição ressoa outro importante conceito para compreender o fora da linguagem como esse ponto interrompido e incompreensível. Em *O Anti-Édipo, capitalismo e esquizofrenia*, Deleuze & Guattari (2011) postulam o “espaço indecomponível” como ponto que conjuga disjunções e sustenta o contraditório, não substitui o intervalo indecomponível por sínteses provisórias e insuficientes, “mas substitui o uso exclusivo e limitativo da síntese disjuntiva por um uso afirmativo” e, portanto, aliado a esse ponto interrompido (p. 106). O espaço interrompido da linguagem é permanentemente disjunção, ele é a margem e a fronteira, ao mesmo tempo em que é o seu fora absoluto. O espaço indecomponível

está e permanece na disjunção: não suprime a disjunção identificando os contraditórios por aprofundamento; ao contrário, ele afirma a disjunção por sobrevoos de uma distância indivisível (...). Não identifica dois contrários a um mesmo, mas afirma a sua distância como aquilo que os relaciona um ao outro enquanto diferentes. Não se fecha sobre os contraditórios; ao contrário, ele se abre e, como um saco cheio de esporos, solta-os como a outros tantas singularidades que ele mantinha indevidamente encerradas, dentre as quais ele pretendia excluir umas, reter outras, mas que agora devêm pontos-signos, todos afirmados na sua nova distância. Sendo inclusiva, a disjunção não se fecha sobre seus termos; ao contrário, ela é ilimitativa (DELEUZE & GUATTARI, 2011, p.106-107).

---

<sup>48</sup> Deligny monta um esquema desenhado onde designa pontos e comenta cada um desses. Existem pontos que indica a linguagem, como é o caso do uso da letra a, assim como existem pontos como c que designam o ponto de ver ou o i que indica o agir de iniciativa. Para mais detalhes, conferir página 140 (DELIGNY, 2015a).

Isto nos permite dizer que a proposição do conceito de “linguagem interrompida” afirma essa distância entre a linguagem e seu fora como distância indecomponível, que só se passa por saltos, por gestos, átimo de segundo onde a mão inicia e termina um mesmo gesto. Ponto em que o tempo é suspenso e existe apenas um mínimo espaço, um mínimo gesto. A cartografia é modo de perceber esse espaço indecomponível entre a linguagem e a não linguagem, entre o espaço e a percepção.

Cartografar é tornar a percepção aberta a este fora da linguagem, é a espacialização radical da percepção operada pelo agir das crianças. Como perceber esse outro espaço que exerce influência e atrai os gestos e trajetórias das crianças? Perceber é ser tocado pelas linhas que no espaço deslizam como cordas de um acorde dissonante, acorde este que conjuga o comum e o fora do comum. As linhas são um convite à formulação de um novo acordo entre corpo, espaço e percepção e, conseqüentemente, um novo arranjo daquilo que entendemos como humano e humanidade. Tais linhas tocam, podemos dizer assim, “percutem”. Percutir é uma estranha maneira de perceber o fora e ressoá-lo, uma dimensão tátil e musical da percepção. É o ruído do desconhecido, o rumor do fora do sentido e dos movimentos para além da linguagem. Perceber e percutir implicam na indissociabilidade entre espaço e agir.

Assim, perceber é, nos termos de Deligny, ver através das formas instituídas e ressoar aquilo que provoca e afeta e faz aparecer essa interrupção, o espaço indecomponível entre a linguagem e o espaço fora da linguagem. Essa percepção não sintetiza o sentido, mas explora sua ilimitação, é arrastada pela indefinição até o limite onde o sujeito da percepção escapa rumo a este para além, dando lugar a uma experiência com o imperceptível, com o gesto mínimo, com o aracniano.

Em *Cahiers de l'aire*, nº 1, de maio de 1969, Deligny escreve:

Aqui e lá, a todo momento, tem lugar, pequenos acontecimentos, que não são nem percebidos. São aqueles que escapam ao dito instituído...percebe-se, através dos reditos ou das extravagâncias, as mil e uma cores de uma revolta sombria ou manifesta contra aquilo que ameaça uma causa comum (DELIGNY, s/d, apud, RESENDE, 2016, p.232)<sup>49</sup>.

Perceber o espaço fora é então saber ver o espaço descompactar-se, escamar suas superfícies, esgarçar suas camadas, partir suas moléculas e abrir-se até o ponto onde somente se vê o abstrato, as multiplicidades. Contudo, essa dimensão imperceptível do espaço fora da linguagem ela pode ser sentida e percebida: a distinção entre ver e olhar, proposta por Deligny, quando aproximada dessa discussão a respeito do perceber e percutir, leva-nos imediatamente

---

<sup>49</sup> Disponível no acervo o IMEC, citado por Resende (2016, p.232).

à discussão proposta por Deleuze (1981/2007) em *Francis Bacon: A Lógica da sensação*. O autor distingue o ótico e o háptico, onde o primeiro se caracteriza pela organização do campo em figura e fundo, fazendo saltar em planos diferentes o objeto e o fundo. Assim, o olhar ótico instala o primeiro plano criando uma hierarquia entre figura e fundo, operando um corte que distingue sujeito e objeto, figura e fundo. O sentido háptico, por outro lado, não corresponde a essa organização representativa entre figura e fundo. Os elementos se dispõem lado a lado, localizando-se num mesmo plano. O sentido de háptico é relativo a tato, proveniente do grego *haptikós* que designa aquilo que é para se tocar, aquilo que é sensível ao tato. A partir disso, é como se o olhar pudesse deixar de ver intencionalmente as formas, distingui-las e hierarquizá-las e pudesse agora ser tocado por aquilo que se dá a ver, se faz perceber:

Todo sentido possui, em princípio, uma virtualidade háptica que pode ser atualizada. Nesta medida, o conceito deleuziano de percepção háptica busca dar conta da experiência com a arte, independente de qual o sentido envolvido. Haveria então uma visão háptica, assim como uma escuta háptica ou um tato háptico. A visão pode ser háptica e o tato pode ser ótico. O tato pode ser ótico se quer só substituir a visão e é háptico ao perceber movimentos intensivos, ritmos e forças emergentes (KASTRUP, 2015, p.79).

A cartografia configura, então, uma percepção tátil e sensível; percepção imediata do espaço, visto que, estar no espaço implica em ser tocado por tudo aquilo que nele se move, coisas perceptíveis e imperceptíveis. Ela se torna uma ferramenta e um procedimento para abrir o corpo ao comum, o espaço partilhado das áreas de estar. Cartografia é, portanto, corpo aberto ao espaço, corpo perceptivo e tátil. Perceber, neste caso, implica em se transformar por e através da provocação que no espaço emergem, transformar-se através daquilo que é sentido e percutido. As linhas dos mapas não são interpretáveis, elas são antes coordenadas para outros mundos possíveis, aberturas para universos desconhecidos. O cartógrafo deixa de ser uma presença passiva e contempladora e entra numa experiência estética onde seu corpo é tocado pela dimensão intensiva do gesto e do trajeto da criança, pelas forças que emanam deste fora, da linguagem interrompida.

O fora da linguagem é então um plano de força abstratas e não é propriamente uma forma ou uma imagem de contornos nítidos. Nem mesmo a fronteira entre a linguagem e seu fora é nítida, tudo está em movimento. Deleuze & Guattari (2017) propõem a distinção entre percepção molar e molecular, ressoando a distinção entre ver e olhar feita por Deligny. Para os autores, a percepção molar consiste no olhar que procura as formas visíveis e reproduzíveis, que delimita segmentos bem determinados como – interior e exterior, eu e outro, sujeito e objeto – e os localiza em lados opostos. A percepção molar acumula e retém o sentido numa forma

preconcebida, institucionalizando a imagem e a linguagem em sínteses rigorosas. Com isso ela busca estabilizar o percebido, evitando afetar-se com aquilo que vê, optando por ficar no reino das formas conhecidas.

A percepção molecular, diferentemente, capta as coisas em movimento. Ela não estabiliza o percebido, mas presente os devires e com ele conjuga seus fluxos; se percebe formas é para acompanhar sua fronteira mutante, as bordas de uma imagem que se arrasta até o infinito. É o tipo de percepção em que os segmentos do mundo se conjugam com fluxos perceptivos, formando um plano fluido da percepção que conjuga formas conhecidas com a variabilidade do meio. Em se tratando do acompanhamento de crianças autistas, a percepção molecular acompanha seu movimento não para intervir nele com finalidade de modelá-lo ou encaminhá-lo, mas para acompanhar a criança na abertura de limiares e fronteiras, na exploração concreta do espaço e sua fronteira com o fora da linguagem. Tal gesto de acompanhamento é clínico-político na medida em que afeta a clínica, em sua instituição normalizadora, e a criança em sua atividade normativa. A percepção molecular, diferente da percepção molar, não se limita às categorias binárias opostas – interior e exterior, sujeito e objeto, vida e morte, homem e mulher, adultos e crianças. Ela salta de um a outro deslizando sobre o espaço da diferença que detém as multiplicidades, ela salta sobre a brecha do sentido através de linhas de fuga e linhas de errância. A percepção molecular capta, portanto, aquilo que escapa, o infinitivo, o rastro das presenças, os espectros de luz, os gradientes de cores, os devires moleculares.

Com isso, podemos definir dois planos de percepção: o transcendente molar que organiza e reproduz formas, que molda e semelhança sujeitos e exclui qualquer partícula selvagem, anônima, amorfa, anômala; e existe também o plano molecular da percepção, onde nada é retido se não as “*relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, afectos flutuantes, de tal modo que o próprio plano é percebido ao mesmo tempo que ele nos faz perceber o imperceptível (microplano, plano molecular)*” (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.59).

Para nós, trata-se então de explorar a percepção molecular para poder ver o devir do espaço, para vê-lo em sua multiplicidade. O que Deligny (2015a) demonstra com as cartografias de Cévennes é que o autista traça seu próprio meio, criando nos espaços das áreas de estar, suas referências, seus pontos de ancoragem, sua própria subjetivação. O autor revela que no espaço das áreas de estar, que não exige da criança nenhuma adaptação prévia de normalidade, a criança desenvolve sua própria normatividade, estabilizando assim sua angústia e regulando

sua automutilação. O mais impressionante disso é que ela faz isso não por uma adaptação ao ambiente da casa, do abrigo, das formas arquitetônicas, mas por devires moleculares onde explora espaços outros na superfície das áreas de estar.

Definiremos o espaço fora da linguagem como sendo esse ponto de emergência do devir, onde se conjugam linha de errância e devires moleculares do espaço. O ponto em que a criança conjuga espaço, meio, gesto, agir num emaranhado onde o autista capta as brechas pela via de uma percepção mais fina, captando não apenas o espaço, o meio, mas também os afetos que nele passam, as intensidades dos trajetos dos adultos, os rastros de presenças que antes estiveram ali – fontes de água que secaram, um cinzeiro sobre a mesa que depois foi quebrado e jogado fora, fogueiras, há muito tempo, apagadas. Ela percebe o imperceptível, aquilo que escapa ao indizível e invisível, portanto, ela capta este mundo fora da linguagem, acima ou abaixo da linha da percepção, “[...] *ao invés de remeter a todo um jogo de percepções e reações relativas. Vamos de um conteúdo bem determinado, localizado ou passado, à forma geral a priori de um algo que passou, não localizável*” (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.89).

De forma semelhante, a linguagem não comporta seu fora, o espaço não comporta seu devir. Essa abertura só é perceptível pelo ponto de ver da criança autista. Para nós que estamos imersos na linguagem, o fora pode ser nosso ponto cego. Contudo, o que a cartografia quer mostrar é que existe procedimento para se chegar até este fora, para fazer ver a interrupção, a brecha, a ruptura. Aí, nessa superfície rompida, a linguagem é como um oceano repleto de pequenas cidades de corais, povos imperceptíveis, enquanto o fora da linguagem é a profundidade infinita do céu – a origem de todos os oceanos, o berço escuro de todos os mundos.

O imperceptível dá-se a ver, seja como movimento na superfície da água, seja como brilho dos meteoritos que atravessam a atmosfera, ou mesmo como o fogo-fátuo, o boitatá, a serpente de fogo do folclore brasileiro que aparece na superfície de rios e lagos. Havendo procedimento para captar o imperceptível, até mesmo o brilho da estrela mais distante é capaz de indicar a presença do fora milhares de anos, em distâncias inumanas; e o fora é aquilo que está lá, ao mesmo tempo que escapa à representação e à imaginação.

O espaço fora da linguagem não é Um – ele é falha, ruptura, abertura na superfície que arrasta o espaço aos seus devires, multiplica-se mesmo que de maneira imperceptível. Ele é a ruptura que atrai a criança autista, a descompactação entre a coisa e o lugar da coisa. Assim, o espaço não é Um, mas multiplicidade, distâncias indecomponíveis entre as mais diferentes formas do espaço: física, arquitetônica, geográfica, cósmica, psicológica...Entre cada uma

dessas, uma distância topológica que não se desfaz na linguagem, mas espacializa operando nela brechas e furos, limiares e distância sem medida, sem imagem.

A cartografia não localiza, identifica, representa este espaço fora da linguagem. Ela opera uma semiótica de visibilidade que faz ver esta abertura, este emaranhado de diferentes espaços num mesmo ponto. A visibilidade que ela dá é ao movimento, o devir do espaço, o devir molecular da percepção. Desta forma, a cartografia é um convite à mistura entre corpo e espaço onde a vida não é mais capaz de SE dizer, SE distinguir daquilo que vê e sente, ela é a própria ativação do infinitivo viver que persiste e a faz agir.

A cartografia subtraí o Um do espaço e o torna múltiplo, retira sua unidade e seu ponto de equilíbrio e o expõe à multiplicidade e ao devir; faz o mesmo com o sistema perceptivo das presenças próximas (*presence proche*), fazendo sua percepção se misturar ao ponto de ver (*point de voir*) da criança autista. Deleuze & Guattari (2014) descrevem essa operação de espacialização da multiplicidade e do devir como sendo rizoma, dimensão em que o espaço é acêntrico, não unitário, múltiplo, variável, sem começo e nem fim:

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas, inter-ser, intermezzo. A árvore é filiação, mas o rizoma é aliança, unicamente aliança. A árvore impõe o verbo "ser", mas o rizoma tem como tecido a conjunção "e... e... e..." Há nesta conjunção força suficiente para sacudir e desenraizar o verbo ser. Para onde vai você? De onde você vem? Aonde quer chegar? São questões inúteis. Fazer tabula rasa, partir ou repartir de zero, buscar um começo, ou um fundamento, implicam uma falsa concepção da viagem e do movimento (metódico, pedagógico, iniciático, simbólico...). (DELEUZE & GUATTARI 2014, p. 48-49).

É preciso desprender o espaço da imagem unitária do pensamento. Percebe o espaço fora da linguagem, o espaço como uma materialidade que não pertence a nenhuma disciplina específica, que escapa a toda codificação. Num modelo de pensamento arvorecente, onde a árvore é a imagem de um pensamento retilíneo, onde o espaço é o caule pivotante e suas ramificações são o espaço físico, os diferentes meios terrestres, os ambientes, o plano geográfico, o espaço arquitetônico, o meio cósmico... E as disciplinas correspondentes são física terrestre, a astrofísica, o espaço relativo, a topologia, a álgebra, a arquitetura... Enfim, se nessa imagem do pensamento o espaço está naturalizado numa representação unitária de onde tudo deriva e tudo se equilibra na pressuposição de um centro estável, com a percepção molecular, o espaço não é igual para todos. Na cartografia, ao tomar o ponto de ver como ponto de equilíbrio da percepção, destitui-se a centralidade e verticalidade da razão para abrir o espaço sobre um plano de multiplicidades:

O mapa não reproduz um inconsciente fechado<sup>50</sup> sobre ele mesmo, ele o constrói. Ele contribui para a conexão dos campos, para o desbloqueio dos corpos sem órgãos, para sua abertura máxima sobre um plano de consistência. Ele faz parte do rizoma. O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p. 31).

A cartografia opera uma transformação do pensamento e formula uma prática que não fixa referência ao espaço. Ela desacopla a multiplicidade da forma unitária, vê e age neste espaço outro, onde os sentidos fazem parecer o rizoma, a abertura, o fora da linguagem, o ponto indistinto entre o presente e as outras eras humanas.

É preciso fazer o múltiplo, não acrescentando sempre uma dimensão superior, mas, ao contrário, da maneira simples, com força de sobriedade, no nível das dimensões de que se dispõe, sempre  $n-1$  (é somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído. Subtrair o único da multiplicidade a ser constituída; escrever a  $n-1$ . Um tal sistema poderia ser chamado rizoma. (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p.21).

O espaço é nessa perspectiva, sem começo, sem origem, sem fim. Igualmente, o primordial do humano não é sua origem passada, mas sua abertura ao futuro. Os autistas preveem não somente eras passadas, mas eras futuras. É o múltiplo, o flexível, o cambiante, o devir. Quando o espaço é tomado como superfície da vida em devir, passado, presente e futuro coexistem paradoxalmente, ao ponto de um achado de outra era constituir a abertura para um novo mundo.

## 2.10 - O asilo, o silêncio e a morte

Dentre os mais diferentes modos de espacialização experimentados ao longo de sua trajetória, o asilo é aquele que mais chama atenção. Em sua abordagem, o asilo deixa de ser tomado como lugar de recolhimento, de isolamento, exclusão ou correção, e passa a ser tomado

---

<sup>50</sup> O inconsciente não é tema específico da obra de Deligny. Para o autor a psicanálise monopolizou essa palavra tornando restrito o sentido e o uso que *isso* possa ter. No entanto, na obra de Deleuze e Guattari e, sobretudo no conceito de Rizoma, Deligny teve grande influência fazendo-os pensar o inconsciente como máquina, processualidade, produção sem começo e nem fim. Os autores defendem a ideia de um inconsciente que não é individual, mas transindividual. Essa qualidade deriva da subtração do sujeito como ponto central do inconsciente que dá lugar a uma coletividade impessoal e transindividual onde o sujeito se vê espacializado. Seria preciso então aprofundar a influência de Deligny para além da esquizoanálise, pensado de que forma a possibilidade de uma subjetividade sem sujeito dá lugar ao espaço como superfície de apoio para o processo de subjetivação e, por conseguinte, apoio para pensar a relação com inconsciente com topos. Para avançar neste estudo, o tema do transindividual e da espacialidade da subjetividade será tema do capítulo 5 desta tese, sendo necessário um trabalho posterior para colocar em relação Deligny e o conceito de inconsciente.

como um modo de espacialização do cuidado. Deligny retira essa estrutura arquitetônica de sua origem médica e transforma-a num lugar de refúgio e resistência à própria manicomialização. Ele transforma o asilo em uma função, extraindo dele um infinitivo verbal asilar.

Asilar é fazer asilo, desenraizar as palavras de seu uso e extraí-las de um lugar instituído que carrega consigo a instituição. Asilar é, para ele, criar um lugar de existência fora da norma, um lugar à margem da semelhança. Essa transformação se materializa em Cévennes, no entanto, é resultado da trajetória de vários questionamentos sobre o espaço, o acolhimento e os processos institucionais. Deligny (2015a) pensou o asilo como um lugar à margem das instituições, um espaço de proteção contra as violências institucionalizadas. Contudo, essa fuga não se aparta das lutas políticas e das transformações de sua época. Quando Deligny migra, em 1968, para o interior da França e se recusa a participar dos movimentos contraculturais de Maio de 68, ele preferiu fazer asilo e fez disso sua luta, a sua bandeira: agir sobre o espaço de modo a alterar seu uso, transformando e modificando as formas de acolhimento, acolhendo não apenas as crianças, mas este humano que é mais espacial.

Ao longo dos primeiros vinte e cinco anos de sua trajetória, da escola especial na Brecha-dos-lobos, em 1937, até o final da Grande Cordée, em 1962, vimos o espaço ser a trincheira da sua resistência, a via pela qual sua prática transformou o espaço das instituições. Gradativamente Deligny supera o maniqueísmo entre dentro e fora e traça um novo modo de espacialização cuja representação mínima é o infinitivo asilar. Seu manejo e sua poética põem o espaço em movimento, destituindo a forma arquitetônica para dar lugar ao devir do próprio espaço. Em Cévennes esse devir se realiza numa dupla abordagem: do espaço e do corpo; do espaço e do poder. Desinstitucionalização do corpo e da racionalidade normal das “presenças próximas”. Privilégio da experiência singular do autista com o espaço, substituição da forma asilar pelo modo de habitação autista. O autista, com seus gestos e trajetos, permite ao espaço devir; permite ao espaço transpor as próprias formas instituídas. Nesse sentido, asilar tem um sentido político, clínico e diplomático: asilar é dar lugar ao devir – do humano e do espaço – é iniciativa de dupla abordagem, do homem e suas instituições, do humano e seus diferentes modos de existência. Isso produz um acolhimento não só dos indivíduos institucionalizados ou exilados, como também faz do asilo uma operação de desinstitucionalização dos processos de exclusão social instaurados na sociedade. É, portanto, asilo ao humano que não tem lugar na sociedade, os marginalizados, os ditos inadaptados, mas não só, trata-se também de asilar e acolher aqueles que não têm lugar e com isso modificar os modos de habitação do homem e suas instituições. Tal aposta, mais do que incluir os excluídos, visa inserir na sociedade uma

brecha, uma fissura, um lugar onde o humano (sem lugar) tenha um espaço – mesmo que fora da sociedade, em sua recusa, em sua refração. Assim, ao invés de criar um espaço para adaptar os indivíduos – tal como operava o antigo asilo de Armentières – Deligny propõe uma reversão onde é o espaço que se adapta à singularidade daqueles necessitados. Asilar é uma operação sobre o espaço de acolhimento, modificando para fazer persistir essa brecha da qual o humano emerge desidentificado com a sociedade.

Essa tentativa durou cerca de 30 anos, e foi em Cévennes que Deligny morreu, em 1996, após complicações causadas por uma fratura. Esta foi sua última tentativa, onde se reinventou por dentro das áreas de estar, alterando as estratégias, substituindo os mapas pela câmera<sup>51</sup>. Sua história permanece viva através daqueles que ainda hoje habitam este local na companhia de pessoas autistas, pelos pesquisadores e pelo instituto IMEC, na França.

A morte chega para Deligny em 1996, no entanto, o autor sempre esteve perto dela: quando criança ganhou o título de *pupille de la nation* após seu pai ter desaparecido na Batalha de Verdum, uma das mais sangrentas em território francês, em 1916. Posteriormente, no Asilo de Armentières, viu os pavilhões serem bombardeados e a morte de vários internos. Ao longo de sua trajetória, a morte esteve próxima tanto na forma de morte factual, como também na forma da mortificação, na medida em que, a prisão ou o manicômio condenou centenas de crianças à punição, violência, isolamento e a morte. Tanto pessoalmente, quanto historicamente, Deligny é um personagem que luta ao lado da infância. Sua morte ocorre ali, em meio aos textos publicado e dezenas de outros textos inéditos, rolos de filmes inacabados e pilhas e pilhas de mapas.

Deligny escreveu ao longo de todos os anos em que esteve em Cévennes e fez de seus escritos uma crítica ao humanismo. Ao contrário do que se possa imaginar, que basta dizer algumas palavras para *se* dizer humano, Deligny pensou ao contrário e fez da escrita uma estratégia de combate, usando dos mapas e dos textos para desconstruir a imagem do humano, fazer a morte poética do homem-que-somos. Seus escritos são uma reflexão teórica e poética sobre o tema morte, uma escrita que não busca localizar o humano numa origem esquecida ou numa essência infundável, mas uma escrita que pretende inventá-lo, produzi-lo na relação com este fora da linguagem. Escrever é, para o autor, um ‘procedimento’, processualidade cujo percurso resulta numa “escrita-desvio” tal como designa Melo (2018)<sup>52</sup>. A escrita, assim como

---

<sup>51</sup> A mudança do mapa à câmera constitui a última estratégias de Deligny e é tema de seus últimos textos, em especial, o texto *Camérez*, de 1983, disponível em (DELIGNY, 2007, p.1742).

<sup>52</sup> “Em primeiro lugar, está a questão da escrita contínua, todas as tentativas são atravessadas pelo escrever constante; em segundo, há uma dimensão experimental nos textos, que percorrem desde os mais diversos estilos

os textos, os mapas, os filmes e as fotografias, não estão descolados da tecitura do viver. A escrita se torna um modo de agir. Embora cada tentativa carregue consigo o horizonte da morte e toda a sua trajetória esteja marcada pela morte, pela ruína, pelo fracasso, Deligny nunca viu tais pontos negativamente, mas ao contrário, fez desta trajetória um modo de produzir a vida à margem. Distante da coletividade assídua de maio de 68, das barricadas e dos coquetéis *molotov*, Deligny afirmou um modo de vida à margem próximo de crianças que não falam, que não reivindicam um nome ou uma identidade para si mesmas.

Em um lindo trecho do texto *Le Croire et le Craindre* (1978), Deligny escreve:

Você compreende que um percurso como o nosso não pode se basear em uma certa ideologia de (a) liberação. Trata-se de um desvio em relação ao qual não se devem temer os aspectos um tanto 'retrógrados', ao menos aos olhos daqueles que buscariam um 'progresso'. *Do momento em que há 'tentativa', trata-se de 'outra coisa', e 'outra coisa', isso se busca, isso não cai do céu ideológico.* Não é por acaso que eu falo de jangada. Esses que nos procuram fazem esqui náutico, arrastados que eles são por qualquer projeto que os concerne, os leva ou os passeia. É uma jangada não é uma barricada, para voltar àquelas de 68. Mas você escuta bem que eu não digo nem um pouco: 'Jangadas, eis o que se deve fazer, e não barricadas'. Eu realmente não digo isso. Talvez eu diga: 'Com aquilo que sobra das barricadas, ter-se-ia podido fazer jangadas...' Mas eu não digo nem isso. Eu digo simplesmente que uma jangada não é uma barricada, e que é preciso de tudo para que eventualmente o mundo se refaça. (DELIGNY, 2007, p.1188, apud, RESENDE, 2016, p. 78).

Mais do que apenas viver essa experiência à margem, da convivência com a morte e a transformação do asilo em lugar de resistência, *é preciso de tudo para que eventualmente o mundo se refaça* e, para tal, é preciso dizer e fazer ver as tramas dessa resistência, a importância dessa vida à margem. A isso serviu a sua escrita poética: desviar das formas instituídas e fazer ver, fazer viver este outro modo de vida à margem ao qual a vida é garantida por essa resistência feita por desvios.

Os textos e ideias as quais Deligny (2015a) assina, não são produção sua própria, e exclusivamente, mas resultado de um devir onde as individualidades se dissolvem e as vozes são múltiplas – inclusive “a voz faltante” de crianças autistas que compõem essa trajetória

---

literários até a fotografia, o audiovisual e a confecção de mapas; em terceiro, como estratégia discursiva, há uma tentativa de anular o sujeito da fala, ao mesmo tempo, em que desmonta o lugar do leitor, desvinculando seus textos de qualquer intenção teórica ou doutrinária; em quarto lugar, surge um aparente paradoxo em relação à terceira constatação, a presença de elementos autobiográficos em grande parte dos textos; e por fim, – não por acaso –, grande parte dos textos sobre Deligny passam pelo tema da escritura. Tais constatações permitem uma reflexão inicial: a escritura incessante e o processo de escrever em Deligny constitui um corpo, um modo de existir, ou melhor, fazem da escrita uma questão de vida. Sendo assim, ao que parece, a travessia dos textos demanda a compreensão da escrita como elemento fisiológico, no sentido de que é uma condição para a vida.” (MELO, 2018, p.35).

(p.211). Seus textos são espacialidades que carregam aquilo que habita o espaço das áreas de estar:

(..) o nome “Deligny” deveria de algum modo dar conta deste “corpo comum”, deste coletivo de pessoas que trabalhavam em um funcionamento “aracniano”. É interessante como esse ponto se vê na própria escrita do Deligny. Ele escreve dia após dia, todas as manhãs em Cévennes, na pequena casa onde vive. Ele tem um contato constante com vários personagens, não somente as presenças próximas, mas também, com editores, psicanalistas, filósofos, sociólogos, cineastas e intelectuais da época. Muitos deles vêm conversar com Deligny, debatem sobre os textos escritos por ele. (MATOS & MIGUEL, 2020, p.503)

Sua trajetória, sobretudo, seus textos, fizeram dele um célebre escritor, talvez nem tanto pela sua popularidade, mas pela insistência em abrir a escrita para o universo fora dela. Seu texto anula o sujeito da enunciação, performa o espaço no jogo de palavras e interrupções, desarticulando a lógica e a interpretação, para dar ao texto a experiência errante dos trajetos das crianças autistas.

Em 1980 o Centro de Pesquisas sobre a Inadequação (CRI) da Universidade de Lyon, começava a esboçar as linhas de um “delignismo” institucional. Em resposta a isso, Deligny (2017b) escreve um pequeno texto intitulado “O homem sem convicções” (1980/2017b), onde defende que o que fez ao longo da vida não foi mais que pontuar, sem com isso construir uma teoria sobre a educação de crianças difíceis:

Ponto: – “porção do espaço determinada com precisão.”

– “marca, signo, objeto visível extremamente pequeno.”

Pontuar: – “especificar a situação na qual a gente se encontra.”

Parece-me que passei a vida pontuando, com o prejuízo das convicções.

É como se diz, um ponto pode ser de pontuação. Haveria pontos de interrogação, pontos de exclamação. Não poderia ser, no que (se) dizem os assistentes sociais, que aqui fosse um ponto de convicção, objeto visível extremamente pequeno, minúsculo? O que se diz daqui de mais claro é, me parece, que esse ponto se encontra fora das instituições, ou antes, da Instituição, Instituição se tornando então uma entidade ancorada que balança ao vento das vogas. [...] Já disse e redisse frequentemente, mas preciso mesmo martelá-lo: o maior perigo que podem correr aqueles que, por acaso, empreenderem uma tentativa assim, fora da Instituição enclausurada, é de se orientar pelo vento em voga. Por isso não cessei de pontuar, e não porque sabíamos mais ou menos onde nos encontrávamos, mas para os outros, para aqueles que, eventualmente, se decidissem por romper o pacto institucional. Para que se juntassem a nós? Para que não se perdessem no cúmulo das ideologias dominantes, mar dos Sargaços, grosso como uma sopa, com todos os pequenos estandartes da partida festiva boiando lamentavelmente. Se os ventos em voga sopram do Sul, é para o Norte que é preciso rumar, obstinadamente. (DELIGNY, 2017b, p.4/5).

Embora seus textos tenham ganhado destaque em determinada época, as tentativas são apenas pontos no espaço, pontuações que localizam uma experiência e trazem para seus textos a intensidade afetiva própria das áreas de estar (*aire de séjour*). Nos textos tardios que datam entre 1978 e 1980, onde estão inclusos *L'arachnéen*, *Quand le bonhomme n'y est pas* e *L'homme sans convictions*, são textos em que o autor parece conseguir esquivar da autoria. Se podemos entender que o nome “Deligny” esteve em voga em determinada época, esteve lá sendo sustentado pela convicção de outros. A ele interessa pontuar, reconduzir as questões do pensamento em direção ao espaço. “*Eu escrevo meu nome, nome balão que se mantém em suspenso devido às convicções dos outros. De onde o fato que me parece não mais haver nem convicções, nem nome próprio*” (DELIGNY, 2017a, p.3).

Não tenho, a respeito do meu nome, um forte sentimento de pertencimento. Por que esse vocábulo me pertenceria já que meu pai o tinha, e também meus tios e avós por aí afora? Com essa investigação de tempos passados, não me preocupei e não me preocupo mais em conduzi-la no espaço. Contentei-me em verificar se ele não constava em boa e devida forma na lista alfabética gravada no monumento aos mortos da guerra. Ele não constava lá, o que é então uma prova de que ainda existo, e meu nome também, mesmo que ele leve uma existência independente. (DELIGNY, 2017a, p.1/2).

Segundo Blanchot (2011) o escritor só nasce a partir do momento em que a morte do “eu” dá lugar à página branca onde imana o escrito. Sua escrita, assim como sua prática, ganha consistência na medida em que o nome próprio perde o privilégio e dá lugar a um mapa de trajeto, de um gesto sem palavra, do silêncio que é o range dos devires do espaço.

Em 1967, a convite de Félix Guattari, Deligny se torna responsável pela organização e publicação de *Les Cahiers de La Fgeri*, este, assim como os *Cahiers de L'umuable*, eram satélites da *Recherches*, revista criada por Guattari em 1965 com objetivo de reunir diferentes grupos militantes de diversos campos como da psicanálise, psiquiatria, da assistência social, artistas e analistas institucionais. A sigla FGERI indica a composição de uma rede denominada “Federação de Grupos de Estudos e de Pesquisas Institucionais” e buscavam dar conta da divulgação do trabalho de diversos grupos informais. Ele dirigiu a confecção das revistas que concentraram o tema “espaço vivido pela criança” e as publicações relativas ao “Grupo de pesquisa sobre o meio próximo”. As edições eram ilustradas com desenhos de Yves e Janmari e havia certa resistência de sua parte em assinar a autoria da revista. Muitos colegas queriam que ele o fizesse, pois traria credibilidade à revista e tiveram que insistir para que ele assinasse.

Sua recusa não perfomava apenas a esQUIVA à linguagem e o aspecto refratário do autismo. Em 1967, sua estratégia evitou a institucionalização do nome próprio, a ascensão de

uma fama que não convinha com a materialidade das tentativas. Ele queria evitar ser maior, preferia um lugar menor ao lado de crianças ditas inadaptadas:

A Caridade, a Justiça, a Democracia, a Liberdade são entidades maiúsculas, e meu nome, dentre outros, inumeráveis, uma entidade minúscula. Com essas entidades se dá o mesmo que com os astros: mortos e extintos há milênios, ainda recebemos sua luz. No que diz respeito às notoriedades minúsculas, se produz o fenômeno inverso: o que supostamente emanaria delas exige a supressão, o assassinato prematuro do ser existente. O que pode se dizer que escrever é, de certa forma, assinar sua morte, ou, ao menos, um certificado de não-existência (DELIGNY, 2017b, p.3).

A desconfiança do nome próprio, a opção pela invisibilidade e a esquiva da autoria, são todos traços que ressoam o profundo respeito que Deligny tinha pelo autismo. Ele entendia que este silêncio com o qual as crianças habitavam o espaço, é traço de uma vida passível de ser vivida. Não há que os corrigir, mas aprender com eles produzir outros modos de vida. Esta iniciativa só é possível, ao morrer, ao dar lugar à singularidade que advém deste silêncio da palavra e da representação. Morrer sem que com isso se perca a vida. Essa morte diz respeito não à morte física do corpo vivo, mas à morte do “eu” como lugar daquele que SE diz, se enuncia, o “eu” narcísico e historicamente determinado. A perda desse lugar de origem abre o espaço para a voz impessoal e sem sujeito. Essa impessoalidade é designada pelo pronome SE que aparece diversas vezes na obra de Deligny.

Para Schérer (2000) o artigo indefinido SE (ON) é o momento da passagem, o transe, o espaço vacante que se abre sob um “eu” que desmorona. É o ponto em que SE é apenas uma vida pré-individual, pré-subjetiva, anterior a individualidade de um sujeito. Deleuze (2016) propõe que através da morte das individualidades a imanência tem seu lugar. O artigo indefinido SE (ON) ou um/uma é o artigo da morte como abertura para o mais vívido da vida:

há um momento em que se tem é apenas uma vida jogando com a morte. A vida do indivíduo dá lugar a uma vida impessoal e, no entanto, singular, que produz um puro acontecimento liberado dos acidentes da vida interior e exterior, isto é, da subjetividade e da objetividade do que acontece. ‘Homo tantum’, do qual todos se compadecem e que atinge uma espécie de beatitude (DELEUZE, 2016, p.409).

Schérer (2000) afirma que o devir se dá nesse ponto onde há a dissolução de um “eu” e a dissolvência de um sujeito. Tal desmantelamento dá lugar à indistinção entre corpo e espaço, a impessoalidade e a indeterminação do sujeito. É o ponto onde a personalidade dá lugar à impessoalidade, índice da mais alta potência de vida. Ao impessoal não falta determinação, nada carece, é singularidade pura:

o indefinido não carece de nada, sobretudo de determinação. Ele é a determinação do devir, sua potência própria, a potência de um impessoal que não é uma generalidade, mas uma singularidade no mais alto grau (DELEUZE, 2013, p.88).

O SE (*ON*) é, para Schérer (2000), a “*marca da passagem, da entrada no movimento, índice do agenciamento coletivo*” (p.31), ponto de indistinção entre o agir inato e os devires do espaço. Trata-se de uma “transformação alquímica” entre o abandono da subjetividade, da linguagem representativa e interna apoiadas na ideia de sujeito:

Somente o impessoal do *on* ou do *ele* faz cair o muro das interioridades, abre o reprisar indefinido e monótono do “eu penso, eu sou” a outras formas de experiências que não são nem sujeito solitário, nem de uma intersubjetividade da mesma ordem, já que dele procede (SCHÉRER, 2000, p. 31).

O artigo indefinido indica essa vida impessoal fora da linguagem, onde “*não se trata nem de um eu, nem de um nós*”, mas do impessoal de uma vida, uma voz qualquer “*da qual ninguém fala, pela qual ninguém fala/ e que todavia existe*”. (SCHÉRER, 2000, p.32)

A respeito dessa vida pré-individual, pré-subjetiva, anterior a individualidade, fora do sujeito, Schérer (2000) destaca a diferença entre Deleuze (1993/2013) e Deligny (2015a). Ambos fazem uma crítica do sujeito e da linguagem, porém, a partir de posições distintas, onde Deligny denuncia “*on*” como a personalização da coletividade, da semelhança, enquanto Deleuze (2013), diferentemente, vê no impessoal o mais alto grau de singularização.

A rejeição do *On*, tal como aparece em *O crer e o temer* [Le croire et le craindre], deve, por tanto, ser tomada não como uma crítica negativa, mas antes como uma radicalização da tese deleuziana e guattariana. O autista – que ele inclusive prefere não chamar de ‘criança’ –, ‘o indivíduo Janmari, designado por esse simples vocábulo, sendo estranho a si, o é também ao *on*. Ele suporta, no entanto, as designações do ‘ele’ e do ‘comum’, ou do ‘nós’, quando se trata da relação que mantém com o meio das coisas ou das pessoas entre as quais vive. Se seu plano de consistência elimina o *on/se*, ele gravita em torno do ele e do comum. A expressão que melhor convém é: esse garoto, aí (SCHÉRER, 2000, p.33).

No lugar da pressuposição da existência do homenzinho, do universal da linguagem e no lugar de *On*, Deligny coloca o *aí* (*là*). E isso pode permitir uma leitura ontológica onde esse espaço seria o “*nós*” primordial, um ser do espaço. Não, Schérer (2000) insiste numa leitura deleuziana de Deligny, onde situa o espaço não como pano de fundo do ser que pressuporia uma intenção entre os seres do espaço e os seres do tempo. Ao contrário, propõe o impessoal como sendo não intencional, onde o corpo está em meio às coisas e indistintas dela: “*Ninguém está aí quando esse garoto do Serret brinca com a louça: nem Édipo, nem Narciso;*

*'ecceidades', diria Deleuze, que apenas manifestam sua presença, e cuja presença é sempre manifesta. Sem segredo, ou como se diz, a descoberto"* (DELIGNY, s/d, apud, Schérer, 2000, p.33)

O espaço fora da linguagem é o ponto onde Schérer (2000) designa o “abandono da subjetividade”, são pontas de uma mesma linha, indistintas. É o reino do impessoal, o ponto de imbricação da vida e da morte: da vida porque faz viver, porque dá suporte à existência dos mais diversos seres; morte porque a destitui de suas individualidades, interrompe e abre o processo de individuação, fazendo com que seja permanentemente, pré-individual.

Na língua francesa o pronome impessoal SE é grafado como ON e na obra de Deligny (2015a) é grafado através do termo A GENTE, Nós ou SE. Segundo Schérer (2000), Deligny localiza no pronome SE um ponto importante para sua crítica à linguagem onde o impessoal seria essa linguagem mínima que antecede a enunciação de um “eu” e, igualmente, o plano de registro da ideologia, da cultura e de todas as formas de semelhança.

Quando, diante de uma criança autista que não fala, a estranheza emerge na consciência daqueles que estão no seu entorno, trata-se do pavor e da angústia frente ao fora da linguagem, esse ponto interrompido onde da linguagem é vacante. Aí, nessa impessoalidade, o “eu” e o “nós” não se reconhecem, não há aí pressuposição de semelhança, apenas diferença, singularidade. É no impessoal que a diferença advém, da morte das determinações do homem-que-somos.

O autista traça seu próprio meio numa solidão povoada por coisas e objetos, traçado onde o silêncio é ausência do sujeito, de pacto simbólico com a cultura. O autista, ao recusar a linguagem, orbita espacialidades puras que Deligny designou como *tópos*. A experiência de acompanhamento de pessoas autistas mostra que, eventualmente, “Nós” somos tomados apenas como coisa, pequena porção do espaço, e não como sujeitos semelhantes. Deligny insiste no fato de que os autistas, privados da linguagem, vivem estranhos a esta designação “ele”, “eu”, estranhos a si mesmo e a este ON. A criança autista, principalmente Janmari, seria aquela para a qual o ON não existe, cuja mediação do mundo não ocorre pela linguagem; trata-se não de um sujeito, mas de uma subjetividade fora do sujeito. Para ele a subjetividade, tomada com signo da autoria, não se materializa num ‘SE dizer’ ou num “Eu” como ponto de partida do mundo. Sua determinação vem de fora, de uma espacialidade que o permite viver.

Não se trata então da compreensão do sentido da vida ou da morte, mas de encontrar e experimentar este outro ponto – porção do espaço fora da linguagem – espaço móvel, espaço que permite devir, espaço que devém *topos*, onde a experiência do impessoal dá ensejo a outros

modos de vida e habitação. O espaço é justamente este ponto de visibilidade do impessoal. As individualidades são apagadas e dão lugar ao devir. Trata-se de fazer da vida um *morre-se*, um *vive-se*, sem com isso encontrar uma individualidade, mas estar aberto à vida no infinitivo: viver e não propriamente ser esse ou aquele sujeito e representar um papel para si mesmo. Estar disponível a essa morte é encontrar o ponto genético onde a vida imana – *topos* – espaço que está fora, mas ainda ligado a dimensão mais concreta, material, empírica da vida.

Em sua relação com a morte e o impessoal, o espaço é o ponto não representável, espaço fora da linguagem, sem imagem, sem medida:

Um pouco cansado desses excessos de compreensão que, como era flagrante, a criança já não suportava, não suportava ser compreendida, e então era o intolerável que vinha à tona, pusemo-nos a pensar que *topos* podia ser o lugar do resto, isto é, do que parece refratário à compreensão que, não esqueçamos, sob o manto do abraço, nos fala daquelas ideias que um signo representa. Dizer que a compreensão só pode exercer-se pressupondo uma significação manifesta a necessidade aí de um pres-sup-(p)osto. Ora, esse ‘sup’ que vem se pôr sobre o outro ou em seu lugar é mesmo o a-fazer, o aporte dessa compreensão que redobra quando se choca contra o refratário; deliberadamente, portanto, nós sacrificamos o ‘sup’, nós o depositamos fora das áreas de estar, a fim de que *topos* permaneça limpo e permita uma busca que realizamos, do modo mais limpo possível, há dez anos, o que verdadeiramente é muito pouco tempo. Quanto ao número de ‘crianças autistas’ que viveram aí a mesma vida que nós, deve beirar o sessenta. Pusemo-nos a transcrever, em folhas transparentes, os trajetos de umas e outras, linhas de errância, e, depois, essas linhas, esses traços, nós os guardamos, nós os fitamos e continuamos a fitá-los, por transparência; alguns datam de dez anos, e outros, da semana passada. Quanto à maioria desses traços, faz tempo que esquecemos de quem são. Esse esquecimento nos permite ver ‘outra coisa’: o resto, refratário a toda compreensão. (DELIGNY, 2015a, p.160).

Morrer é, neste caso, sacrificar o suposto, se permitir a experimentar uma vida que não é nem pré e nem suposta (pressuposta) pela linguagem, mas está apenas posta sobre um espaço que é *topos*. A morte de Deligny, em 1993, deixa em aberto uma obra que dá lugar a devires outros, cujo nome próprio e a pressuposição de uma semelhança estão destituídas deste pensamento. Um nome próprio deixa de ser uma origem; uma personalidade; uma pátria ou patrimônio, e passa a ser coordenada. Parte-se dele, chega-se até ele, perde-se deles. E é nessa deriva com o nome *Deligny* que diversos pesquisadores na América Latina e na França derivam o pensamento pelo impessoal.

Aí as linhas da vida e da morte se encontram num mesmo plano, espreitando a brecha para acontecer em sua singularidade. Traçado e trajetória ganham um sentido em que a morte não é uma singularidade oposta à vida, mas uma morte que multiplica os modos de vida e faz

das tentativas uma longa travessia experimental. A errância, a dispersão territorial, o espaço aberto, são todas espacialidades necessárias para vida e morte se conjugarem nesse limiar entre o tempo e o espaço.

A trajetória e o pensamento de Fernand Deligny estão apoiados nessa conjunção entre as linhas da vida e linhas do espaço, sua trajetória é assiduamente contra a guerra e a violência institucional e sua resistência extrai do espaço sua potência. Essa conjugação é importante para que seja possível tecer novos modos de existência, novas espacialidades do cuidado que são, efetivamente, realidades territorialmente estabelecidas. Para além da vida, a morte, além da morte, o impessoal. Localizar o humano nessa impessoalidade faz com que Deligny (2017b) diga: o humano não cai do céu. É preciso, portanto, produzi-lo. Não há nada nesse mundo que garanta à humanidade uma palavra, um signo definidor desta individuação. Nem palavra nem imagem que defina o humano. É este silêncio que dá lugar ao murmúrio e ruídos da guerrilha da infância. Há que traçar então as fugas e as tramas de um asilar que dê lugar para o humano.

Em sua última entrevista, datada em 1996, Deligny afirma: “O humano não cai do céu” e com isso ele indica que não há natureza humana preservada, uma raça original, uma essência humana, quando se trata do humano o que há são desvios aos quais é preciso saber ver. A espécie se produz tanto quanto os corpos nessa imbricação complexa entre espaço, linguagem e o agir inato:

Jean-Paul Monferran: Há duas ou três décadas, você proferiu esta frase implacável: “O humanismo porta em germe o totalitarismo”...

Fernand Deligny: É uma velha história. Eu estava em confronto com o mundo naquele momento. Hoje não diria coisas assim. Não faz mais sentido, data de outra época... Quando escrevi foi para protestar contra alguma coisa. E, em geral, para protestar contra as ideias em voga. Como acontecia quando ouvia falar do humano, como se ele tivesse caído do céu! E esta chuva cai por toda parte... Como assim? Vi muitas pessoas tentarem esmiuçar o inato e o adquirido, mas foi sempre mal esmiuçado. Isso, eu devo a Wallon... (DELIGNY, 2017a, p.291).

O humano não é uma forma pronta e muito menos universal. O humano não é aquele que se adapta perfeitamente às formas instituídas, é o desvio, a resistência àquilo que o definem – seja ela a ciência, o direito, a psicologia ou a linguagem. Portanto, o humano não é uma matéria estável, somente podemos entrevê-lo nas frestas da multiplicidade, só o acessamos por involução.

Essa característica de um humano sem imagem, sem linguagem, sem significado, poderia soar a alguns como sendo um monstro, um espectro incorporal. Pollack & Sivadon (2013) pensam o humano como esta monstruosidade anômala. É o monstro que demonstra a

face diminuta do humano, aquilo que habita o entre, a variação, nem homem nem mulher, nem adulto nem criança, nem normal nem anormal. O humano é, nessa perspectiva, um devir minoritário: “*Chamaremos de ‘monstros’ tudo aquilo que, sob o pretexto de unificar, coloca em relação inorgânica, coisas que não pertencem aos mesmos conjuntos categoriais. O disparate*” (POLLACK & SIVADON, 2013 p.33).

Deleuze & Guattari (2017) ao descreverem em sua filosofia os blocos de devir, combatem a ideia de uma evolução linear das espécies, que se dá por filiação e parentesco. Na concepção dos autores, haveria um outro tipo de ‘evolução’ que seria “comunicativa e contagiosa” em vez de “filiativa e hereditária”. Essa outra evolução eles designam como “involução”, conceito com o qual combatem ideias reacionárias do evolucionismo e do neoevolucionismo. O evolucionismo é uma corrente de pensamento onde a evolução das espécies é pensada do menos diferenciado ao mais diferenciado. Para os autores, a involução é devir involutivo, pois vai do diferenciado ao indiferenciado, do formal para o imperceptível:

Preferimos então chamar ‘involução’ essa forma de evolução que se faz entre heterogêneos, sobretudo com a condição de que não se confunda a involução com uma regressão. O devir involutivo, a involução é criadora. Regredir é ir em direção ao menos diferenciado. Mas involuir é formar um bloco que corre seguindo sua própria linha, ‘entre’ os termos postos em jogo, e sob as relações assinaláveis (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.19/20).

Com o conceito de aracniano, podemos dizer que Deligny (2015a) não está interessado em regredir geneticamente em direção à aranha, embora ele se aproxime dela e tire proveito disso. Isto quer dizer que ele reconheceria o devir aranha do humano ou o devir humano da aranha; neste caso, aracniano é a capacidade de fazer rede ali onde nada se supõe, onde o espaço deflagra o minoritário. Fazer rede é, ontologicamente anterior a linguagem, seus projetos e instituições:

Não é de hoje que vou parar em moradias abandonadas. A cada vez, minha companheira me antecedeu. Ali ela me espera. Precisa tão pouco de mim quanto eu dela, o que dá ensejo a relações de vizinhança de muito bom quilate. Alguns dirão que falta aí a dimensão da troca. Erro crasso. Eu nada quero dela e ela nada espera de mim, o que nos protege de nos malquerer. Não me empenharei em sujeitá-la, e é evidente que minha presença não lhe serve de nada. Há nesse desinteresse um aspecto moral. No entanto, olhando a coisa mais de perto, devo confessar que sou homem e que aproveito sua presença, enquanto, de fato, nada lhe proporciono. Daí se vê que o último advindo tira proveito descarado de seus predecessores. (DELIGNY, 2015a, p.16/17).

Essa involução humana que atravessa o pensamento de Deligny (2015a) não tem uma linha cronológica, mas possui uma dimensão topológica: trata-se de habitação, de convivência,

de vizinhança e articulação em rede, cujo efeito é um corpo comum fundido nos choques e no cruzamento do percurso do adulto com a linha de errância da criança: transversalidade e convivência.

Seu trabalho foi marginal, isto é, sempre atingia a margem: no COT, o centro se estendia para além da sua margem, aberto ao lado de fora; igualmente na Grande Cordée e nas áreas de estar. Se é assim, os ruídos de seu pensamento atingiam também aqueles que estavam próximo à morte, à voz alucinada de pequenos anjos caídos que habitam esse mundo. Sua vida performou a inadaptação, a linguagem suburbana de vagabundos eficazes, a impetuosidade de jovens, o silêncio mudo dos autistas... Deligny viveu:

Relativamente numerosos são aqueles para quem não existo mais desde 1943, data na qual escrevia Grão de crápula. Eles permaneceram aí? Na verdade, sou eu que permaneci aí, para sempre, nesse estranho panteão que cada um carrega consigo mesmo. Para outros, continuo sendo o jovem dos Vagabundos eficazes. Para alguns mais raros, trata-se de Nós e o inocente, e da água, das pedras e de nada mais. [...] Sou marginal? Isso existe, os marginais; eles formam uma espécie de todo. Sou-lhes solidário? Do mesmo modo os loucos, os delinquentes, os retardados, os dissidentes... Todas essas solidariedades se entrecruzam em um ponto cujos dados não estão no âmbito da minha competência (DELIGNY, 2017b, p.3/4).

Alguns, certamente, esqueceram seu nome, mas outros a quem ele acolheu ao longo da vida, aqueles colaboraram com ele, como é o caso de Jaques Lin, Gisele Durand, Emile Copfermann e outros, acabaram vindo se formaram “presenças próximas” junto a ele. Em Vagabundos Eficazes (DELIGNY, 2018) o autor transcreve um lindo trecho de uma carta que lhe foi entregue por uma militante do PCF que havia sido presa pela Gestapo<sup>53</sup>, em 1941 e deportada em 1942 para Ravensbrück, o campo de concentração exclusivo para mulheres onde foi presa também Olga Benário Prestes. A pessoa que escreve a Deligny retornou à França em 1945, repatriada pela Cruz Vermelha Sueca, no mesmo ano o campo de concentração foi fechado pelo Exército Vermelho da União Soviética:

Eu tentava viver... As primeiras vozes que escutei foram de seus meninos. Eu sabia que eu estava em um bairro burguês, mas vozes carregavam gírias do bairro de onde eu vinha. Eu devo ter acreditado, durante vários dias, que era um delírio antes da morte, lembranças que sussurravam em meus ouvidos. Mas eis que eu não reconhecia as canções...Eu aceitei que aquilo que eu escutava era algo novo.  
Eu estou contente, sabe Deligny, eu estou contente de ter ouvido suas vozes, as primeiras.

---

<sup>53</sup> A Gestapo foi a polícia secreta do Estado nazista, criada em 1933 por Hermann Göring e liderada por Heinrich Himmler. Seu objetivo era investigar e reprimir qualquer forma de oposição e foi responsável por inúmeras violações dos direitos humanos. É um exemplo extremo de abuso de poder e violação dos direitos humanos.

A mulher que me dizia isso acabava de estar de pé do outro lado da morte e do suplício. Sua voz é a única, falando do meu trabalho, que me emocionou. Esse dia, eu assinei, sem lhe dizer, um pacto. (DELIGNY, 2018, p.154).

Vida e morte na obra de Deligny condensa a luta para evitar a morte pela guerra e, ao mesmo tempo, uma vida aberta à morte como gesto transformador. Trata-se, no limite, de fazer asilo ao humano diante das mais diversas mortes.

O abrigo, a moradia e a hospedagem são todos espaços passíveis de manejo. Contudo, não se trata de instituição, há uma esquivia à instituição e isso não pode ser esquecido. A pergunta é: como fazer destes espaços uma instalação espacial efetiva no acolhimento e na libertação destes jovens e crianças? Como liberar as práticas das instituições implícitas nesse espaço médico-arquitetônico? Mais uma vez, é preciso ir em direção ao menor. É preciso declinar das pretensões, do sucesso e eficácia para dar lugar ao simples viver, habitar o espaço comum, conviver.

Hoje, nos encontros internacionais do entorno da obra de Fernand Deligny, diversas disciplinas se reúnem à mesa: filosofia, política, direito, psicologia, pedagogia, dança, artes cênicas, antropologia, cinema entre outros. Deligny se tornou um pensador plural, um pensador transdisciplinar. Sua obra é irredutível a uma única disciplina e, embora possa parecer estranho essa aproximação com a clínica, muitos dispositivos podem ser criados a partir de sua prática e seus escritos. Deligny é transversal à clínica e irredutível a ela.

Esta tese busca afirmar um trabalho clínico com os conceitos de Fernand Deligny, demonstrando como a *clínica dos espaços* é um trabalho de dupla articulação: cuidado com a criança, cuidado com a instituição, além disso, este trabalho possui uma terceira linha impessoal onde as coisas, os gestos, os trajetos são essa força que atravessa e transforma.

### 3 ESPAÇO, PODER E INFÂNCIA

#### 3.1 O pintor e o poeta

A trajetória de Deligny inspira a pensar criticamente as instituições destinadas à infância e algumas de suas ideias antecedem cronologicamente ao trabalho de grandes autores como Gilles Deleuze e Michel Foucault. Em 1945, a publicação de *Os vagabundos Eficazes* foi, naquele período, um dos únicos textos destinados a problematizar o internamento de crianças em hospitais e asilos psiquiátricos, em abrigos e centros de detenções jurídicas. Para dar a devida importância ao autor, devemos notar, por exemplo, que o conceito de rizoma, desenvolvido por Deleuze & Guattari (2014) no primeiro volume de *Mil platôs*, foi apresentado à dupla através de Félix Guattari, cuja relação foi próxima e se estendeu até 1977 quando este trocou cartas com Deligny sobre a proximidade de suas ideias nos livros *Revolução Molecular* e *Les enfants et le silence*.

O poeta e etólogo francês influenciou muitos autores importantes, correspondeu-se com personagens importantes do pensamento francês, como filósofos, intelectuais e artistas, dentre eles Truffaut, Althusser, Le Guillant, Dolto, Schérer e outros. No entanto, nenhuma carta entre Foucault e Deligny fora trocada. A relação entre esses autores aparece através da proximidade de suas críticas, em especial pela problematização da Instituição e as relações de poder.

Como dissemos, o texto de 1945 publicado por Deligny acende o alerta da esquerda para as questões da infância. Foucault só se dedicaria ao tema anos depois, na década de 70, quando investiga o saber psiquiátrico e sua relação com o campo médico-pedagógico e médico-jurídico. Por sua vez, Deligny esteve no asilo de Armentières e do Centro de Observação e Triagem (COT) muito antes de Foucault abordar o tema. Deligny era mais velho, cerca de 13 anos a mais que o filósofo. A relação entre o pensamento destes autores passa, sobretudo, pela constituição da infância como alvo do poder e do saber, pela substituição das práticas disciplinares do asilo, pela disciplina e o controle disseminado no meio familiar e escolar.

Deligny assistiu a essa transformação das práticas de poder a partir do ponto de vista das crianças ou, para ser preciso no uso dos seus termos, assistiu ao debate do “ponto de ver” (*point de vue*) das crianças. Seja nos conselhos regionais ou nas assembleias do Partido Comunista, Deligny foi um personagem importante na transformação do conceito de infância inadaptada, visto que seu lugar foi o da resistência. Enquanto educador, situava-se à margem do campo, enquanto autor não compunha uma teoria sobre o problema, enquanto analisador de sua época não fez nenhuma sistematização do conceito de infância inadaptada. Seu pensamento foi determinado pela sua prática, ele foi um pensador pragmático, envolvido com o campo na

posição de aliado à resistência à disciplinarização operada pelo conceito de inadaptação. Seus livros são como poemas, aforismas ou parábolas que denunciam a violência cometida contra às crianças e, ao mesmo tempo, são uma poética da infância, no sentido de captar e revelar a imagem política da infância que resiste a essa regulação sistemática pelo poder psiquiátrico e o poder disciplinar. A poesia de pequenos vadios transeuntes, poetas das ruas, grupelhos de resistência, pontos emaranhados e rupturas numa rede.

Se Deligny é um poeta, Foucault é, por sua vez, um pintor. A descrição pictórica dos quadros “*As meninas*” de Velázquez ou a análise perspicaz de “*A Traição das Imagens*” de Magritte; a descrição minuciosa das formas de integralização dos corpos junto aos sistemas de poder, e em especial, as investigações sobre o tema da infância e sua relação com a norma e a psicologização da infância (2014); além de a análise precisa sobre a cruzada anti-masturbatória proposta pelos psiquiatras e educadores no século XIX (1997); são todos temas descritivos dos jogos de visibilidade onde Foucault pinta os quadros das relações de poder e em alguns deles ilumina essa relação de poder entorno da infância.

Deleuze (1988) em seu livro *Foucault*, apresenta esse traço pictórico que o permite apresentar o autor como um pintor dotado da capacidade de manejar a luz, de dar visibilidade, de analisar as sombras, o pano de fundo. A descrição da prisão, do asilo, os jogos de luz e a transformação dos enunciados conforme as mudanças históricas:

O “quadro” sempre obcecou Foucault, e frequentemente ele emprega essa palavra num sentido bastante genérico, que abarca [*não apenas ao tema da visibilidade, mas*]<sup>54</sup> também os enunciados. [...] Por isso é tão importante a solução nova que Foucault propõe: o quadro-descrição é a regulação que caracteriza as visibilidades, assim como a curva-enunciado é a regulação que caracteriza a legibilidade. Vem daí a paixão de Foucault em descrever quadros: descrições das Meninas, mas também de Manet, de Magritte, e as admiráveis descrições da cadeia de forçados, ou ainda do asilo, da prisão, da viatura penitenciária, como se fossem quadros e como se Foucault fosse um pintor” (DELEUZE, 1988, p.87/88).

Michel Foucault foi um pensador das relações de força e das formas do poder. Ele não era um historiador, mas um pensador que lia nas tramas do passado as formas e as forças que constituem o presente. O que designamos como pensamento pictórico de Michel Foucault é sustentado por essa sua capacidade de mostrar a construção dos enunciados e dos objetos; de dar visibilidade às formas como se constituem os saberes e os sujeitos. A genialidade de Foucault, afirma Deleuze (1988), é fazer isso tão bem descrito de modo a constituir um quadro das relações de força e um mapa de visibilidade.

---

<sup>54</sup> Grifos e acréscimos nossos.

Se tomarmos, por exemplo, a construção do enunciado *infância inadaptada* veremos que essa nova prática, esse novo conceito, encontrou no campo ressonâncias que permitiram sua emergência, tornando-o uma realidade possível e instalando-o no sistema político e educacional francês. Não se tratava apenas de invenção, de boa intenção ou de construção científica e social com a finalidade de substituir as práticas de recolhimento por prática de reeducação. Havia nisso um jogo de interesses capitalistas, morais, jurídicos, uma transformação dos enunciados que acompanhou a organização de um novo regime de luz, de visibilidade e dizibilidade. Tudo isso foi possível visto que essa substituição das práticas de recolhimento pelas práticas de reeducação são, na verdade, uma sofisticação do poder e do saber, mais do que uma conquista por práticas mais humanizadas.

Na análise de Resende (2016) podemos ver bem que a instituição da infância inadaptada era acompanhada de um rastreo, uma luz que se colocava não apenas sobre os inadaptados, mas sobre estes outros *inadaptáveis*, que nunca conseguirão se adaptar às instituições vigentes:

Se a construção da noção de infância inadaptada teve supostamente por função unificar o problema da infância e da juventude anormais, ela manteve a possibilidade de uma insuperável divisão: dentro da inadaptabilidade infantil e juvenil era possível identificar um extrato reeducável, um extrato criminoso e um extrato irrecuperável. Foi essa complexa dinâmica institucional, que flutuava entre a tentativa de máximo aproveitamento dessa camada inadaptada como força de trabalho e a possibilidade de controle e exclusão dos casos considerados irrecuperáveis, que tornou capaz a articulação entre os diferentes setores em torno do problema da infância (RESENDE, 2016, p. 51).

No jogo de visibilidade e invisibilidade, há sempre esse resto inadaptável à disciplina. Essa verdade constitui uma das mais importantes observações do pensamento de Foucault: o poder cresce não pela integração daqueles que já estavam nas instituições disciplinares, mas sobre aqueles que escapam a ela. Do mesmo modo, a trajetória de Deligny dentro dessa construção do plano da infância inadaptada, demonstra que, apesar dos esforços do instituído – da nosografia e seu domínio por especialistas; a administrativo e o capital financeiro envolvido no financiamento do projeto; o instituído político, do consenso moral e técnico – há sempre um “resíduo inassimilável” para usar o termo de Foucault.

[...] A partir do momento em que há disciplina escolar que vocês veem aparecer algo como o débil mental. O irredutível à disciplina escolar só pode existir em relação a essa disciplina; aquele que não aprende a ler e a escrever só pode aparecer como problema, como limite, a partir do momento em que a escola segue o esquema disciplinar (FOUCAULT, 2020, p.67).

Se é verdade que o poder regula o instituído e as instituições, compreende-se que o poder mira aqueles que estão de fora. Se houve uma política voltada para os inadaptados, é certo que haja os “inadaptáveis” e a história da trajetória de Deligny é uma linha de acompanhamento destes inassimiláveis. Sua trajetória é um analisador dessa questão, principalmente do caso do autismo: quando seus contemporâneos elegiam a linguagem como forma de humanização, os autistas viviam um processo de reintegração desumanizante, que os privavam de sua diferença em prol de uma semelhança. O poder se expande através destes inassimiláveis, e no caso do autismo isso fica mais claro, pois após a década de 60 pululam práticas cada vez mais especializadas, cada vez mais sectárias, que deslocam o autismo de uma experiência comunitária ao lado da loucura e da infância para situá-lo como indivíduo. Se a instituição do conceito de infância inadaptada se aplicou sobre aquelas crianças já institucionalizadas, é porque na sombra havia uma série de outras crianças as quais o poder queria institucionalizar e integrar ao seu sistema de enunciação – o autismo é uma delas.

Foucault (2020) afirma que o poder visa integrar aqueles que estão à margem da margem, que não foram integrados ao sistema do poder disciplinar, os *inadaptáveis*. Isso gera um problema para a teorização de Foucault, visto que, na medida em que o poder avança nesta sofisticação, ele se modifica mudando de objeto. O autor formula essa mudança na teoria do poder ao mostrar que a disciplina é superada e que surgem novas formas de controlar e regular a vida, o governo e a governamentalidade, a biopolítica e o biopoder. Essa complexificação da teoria do poder demonstra que ela não se aplica apenas sobre o corpo individual, mas sobre o corpo da população, não apenas no interior das instituições, mas fora delas. O poder psiquiátrico se expande.

Adiante investigaremos essas transformações, mas não sem antes de notar a posição política de Deligny: sua trajetória é um testemunho desta expansão e, simultaneamente, a resistência a essa sofisticação. Seu papel foi tensionar o campo em ascensão, resistir às práticas de reeducação, desviar e apostar numa resistência cuja estratégia é agir por modos de espacialização, dispersão geográfica e instalação de áreas de estar. Havia no campo aqueles personagens que disputavam o sentido de adaptação, entre eles Wallon e Le Guillant, mas é definitivamente Fernand Deligny aquele que traça uma linha de resistência através do espaço, pela borda, pela margem, o que em muito contribuirá para pensarmos o estatuto da resistência: quais os modos de resistência possíveis?

O fato de Deligny ter dado visibilidade à inadaptação em seu sentido positivo, isto é, a linguagem rebelde e irônica de vagabundos eficazes, a linguagem espacializada e não reflexiva

das crianças autistas, são gestos políticos que dão visibilidade a essas vidas inassimiláveis. Contudo, é definitivamente através do autismo como o inassimilável da disciplina que Deligny se torna um analisador importante das práticas de resistência. De que modo há resistência em relação à integralização do autismo nos sistemas de poder? De que modo a espacialização operada em Cevennes demonstra essa resistência? Ao tomar o autismo como interlocutor, Deligny desvia centenas de crianças de asilos psiquiátricos, cria com elas um lugar para estar e torna seu agir um gérmen desta resistência à disciplinarização. O agir é aquilo que não significa, que não representa e nem tem finalidade, por isso essa palavra desapareceu em prol do conceito de estereotípiia. Quais as implicações de substituir um termo vago como agir por uma terminologia psiquiátrica?

É certo que nesse ponto Foucault e Deligny teriam muito o que conversar. Deligny (2015) fez os mapas de trajetos e mapas do agir, foi um cartógrafo das *forças vitais e impessoais* à margem da instituição, do Estado, da linguagem. Foucault (2014b), do mesmo modo, teve a capacidade de ler as entrelinhas, a resistência da criança ao poder. Ambos se encontram, portanto, sobre um mesmo problema: O que fazer com que escapa ao poder? O que fazer com que escapa à linguagem e as formas instituídas?

Em Fernand Deligny Foucault encontraria um interlocutor intrépido, mas nenhuma carta fora trocada. Isso não nos exime de conjecturar uma possível amizade entre os dois, algo que para nós soa como uma ficção, uma *fanfic* como dizem atualmente. Ambos os autores convergem sobre o tema da infância e a política institucional voltada para essa população: na medida em que Foucault pinta o quadro da expansão do poder psiquiátrico através do poder médico-pedagógico (FOUCAULT, 2020), Deligny é um poeta na língua dos vagabundos eficazes e, no caso das crianças autistas, um poeta mudo que transforma o silêncio de crianças autistas em poesia interrompida, que transforma operários desempregados em cartógrafos despreziosos. Segundo Alvarez de Toledo (2007), Deligny preferiria Wallon à Foucault:

A biologia lhe interessa mais do que psiquiatria. Os textos de Henri Wallon mais do que os de Foucault, Deleuze ou Guattari. A sua prática com os textos das ciências sociais é mais intuitiva do que analítica: lê atentamente Leroi-Gourhan, Lévi-Strauss ou Clastres, mas passa Heidegger, Marx, Althusser ou Lacan; ele pesquisa em seus textos, localiza o que lhe é útil; discute sobre extratos sem considerar o todo. A sua leitura do *Discurso sobre a servidão voluntária* de La Boétie é precisa, mas como sempre guiada por suas próprias obsessões. O personagem de Wittgenstein o interessa tanto quanto a sua obra.

Ele exibe uma atitude casual em relação a textos acadêmicos; ele dá poucas referências, citações de memória e fora de ordem<sup>55</sup> (TOLEDO, 2007 p.25).

Nas palavras da autora, Deligny é inatual, uma inatualidade cujo marco é pensar o humano fora do tempo, no espaço, que o permite agir antes do seu tempo. Igualmente, não seria isso que aconteceria a Foucault? Não seria ele também deslocado de seu tempo, um pensador do espaço?

Deleuze (1988) apresenta Foucault como um cartógrafo, pois, segundo ele, Foucault não está interessado em produzir a teoria sobre o poder e sim mapear as relações de poder. Embora a cartografia seja diferente no caso do pintor e do poeta, não é exclusivamente pelo fato de suas histórias e pensamento serem divergentes em alguns pontos, é porque cada cartografia é única e singular. Cada um possui seu traçado. Foucault é cartógrafo na medida em que cria mapas das linhas de força, que mostram o poder se exercendo e operando em diferentes áreas, produzindo enunciados e discursos, dando visibilidade aos corpos invisíveis, produzindo verdades e novas realidades institucionais.

Foucault (1975/1985) se autointitula cartógrafo durante entrevista à *Les Nouvelles Littéraires*, em março de 1975, ele conversa sobre como seus livros devem ser usados, como armas, como recursos estratégicos para traçar um novo plano, inaugurar novas lutas:

[...] não imagino o que estou fazendo como uma obra, e estou chocado que alguém possa se chamar de escritor. Eu sou um negociante de instrumentos, uma receita fabricante, indicador de objetivos, cartógrafo, desenhista de planos, armeiro...<sup>56</sup> (FOUCAULT, 1975/1985. p.3).

Foucault e seu estilo “*dark and baroque*”, como descrito por Jean-Louis Ezine na referida entrevista, se diferencia muito do tom adotado por Foucault às entrevistas. Nelas. o autor parece querer dar velocidade às ideias, parece falar como se estivesse num espaço ruidoso, numa rua, num lugar aberto. Isto dá às entrevistas um tom, uma linguagem que se aproxima em muito de um inadaptado, um revolucionário, um artista. Tais traços demonstram o risco que o

---

<sup>55</sup> “La biologie l'intéresse davantage que la psychiatrie. Les textes d'Henri Wallon davantage que ceux de Foucault, Deleuze ou Guattari. Sa pratique des textes de sciences humaines est plus intuitive qu'analytique: il lit attentivement Leroi-Gourhan, Lévi-Strauss ou Clastres, mais parcourt Heidegger, Marx, Althusser ou Lacan; il fait des sondages dans leurs textes, repère ce qui lui est utile; argumente sur des extraits sans considérer l'ensemble. As lecture du Discours sur la servitude volontaire de La Boétie est précise mais comme toujours orientée par ses propres obsessions. Le personnage de Wittgenstein l'intéresse au moins autant que l'œuvre. Il affiche une désinvolture à l'égard des textes savants; il donne peu de références, cite de mémoire et dans le désordre” (TOLEDO, 2007, p.25)

<sup>56</sup> Tradução nossa: “*I don't conceive what I'm doing at all as an œuvre, and I am shocked that one can call oneself a writer. I am a dealer in instruments, a recipe maker, an indicator of objectives, a cartographer, a sketcher of plans, a gunsmith...*” (FOUCAULT, 1985, p.3)

autor topa em ser tomado publicamente como um combatente, iconoclasta, jovem, delinquente, um vagabundo eficaz. De todo modo, não é disso que se trata.

Foucault foi também um pensador da infância, mas, o objetivo de seu pensamento era estudar as relações de poder-saber mais do que propriamente tomar a infância como objeto. Sua obra passa pontualmente pelo tema e é durante a década de 70 que encontramos as suas principais incisões. Sem o objetivo de esgotar o assunto, destacamos três momentos em que o autor tematiza esta relação entre o poder e os modos de governo da infância: (1) o poder médico-pedagógico e sua relação com a expansão do poder psiquiátrico (FOUCAULT, 2020); (2) a campanha de disciplinamento e correção da família através da investida sobre a sexualidade (FOUCAULT, 2015); a articulação médico-jurídica e a formulação com conceito de norma e anormalidade, fato que contribui para a psicologização da infância (2012). Contudo, Foucault pensou também a resistência, na medida em que apresenta uma cena de um menino sob inquérito jurídico (FOUCAULT, 2014b) e mesmo quando fala as fugas das crianças até a cama de seus pais como pequenas utopias efetivamente realizadas (FOUCAULT, 2013).

Algumas incisões do autor sobre o tema da infância serão abordadas ao longo deste capítulo. Queremos agora reafirmar essa relação entre Foucault e Deligny, tomando ambos como cartógrafos, seus textos como ferramentas para abrir o campo da infância e expandir sua relação com a resistência política. Tal como Deligny (2015a) opera o conceito de “ponto de ver” (*point de vue*), o cinema, ou mesmo a cartografia, Foucault opera este jogo de luzes para dar visibilidade à vida destes inassimiláveis, inadaptáveis, delinquentes, infames, sem, contudo, integrá-los ao sistema de poder, mas tomando-os como lâminas que abrem o pensamento para produzir outras formas de vida.

Podemos dizer que Foucault (2014b) traça essa estratégia em seus livros, cursos e entrevistas. Ele quer criar armas com seus leitores, levantar questões, fissurar os muros do instituído de modo a revelar algo. Como dito, Deleuze (1988) afirma que a cartografia do filósofo visa apresentar os mapas de força, as tensões nas relações de poder. Se ele faz isso não é para construir um catálogo de becos sem saída, mas para ativar forças que estão no campo e que precisam ser acolhidas, multiplicadas, enunciadas. Nas últimas páginas de *Vigiar e punir* o autor descreve os levantes da “força viva”, desta vitalidade não orgânica da infância. Retornaremos a esse ponto mais adiante.

Desde já, afirmamos: cartografar, para nós, não é traçar representações ou gráficos, não diz respeito apenas ao enunciado e ao discurso, mas, sim, à visibilidade e a experimentação do plano de forças. Mapear é se umedecer destas tensões implícitas ao campo. Todo mapa é, em

alguma medida, mapa de forças. Por isso a aliança entre Foucault-Deligny é chave fundamental para a cartografia da infância, pois através deles cartografar deixa de ser apenas uma experimentação, para se tornar uma ferramenta a favor da vida, da liberdade e da resistência. Cartografar é, portanto, criar realidade, modos de espacialização da vida que permite estar no mundo de maneira singular, é combater a invisibilidade e os discursos e práticas de normalização, e, sobretudo, desenvolver uma resistência cuja forma se manifesta pela constituição de novos lugares, novos espaços que servem de suporte à vida.

### **3.2 A expansão do poder psiquiátrico**

O mapa que demonstra o percurso da infância no pensamento de Michel Foucault possui um ponto crítico que coloca luz sobre os problemas da infância e do autismo no contemporâneo. É a questão da “psiquiatrização”<sup>57</sup> da infância e da sociedade, tema que será debatido a seguir. Como pensara resistência da criança nesse contexto? O que os gestos e os trajetos destas crianças operam na instituição?

Estes gestos, na linguagem do DSM, são classificados como “sintomas” de transtornos mentais e são hoje motivo para levar crianças até a neurologia, a psiquiatria ou ainda, motivo para ser diagnosticado na escola ou no consultório de qualquer especialidade. A agitação, a inquietação, a livre circulação no espaço, gesto que para a cartografia constituem um agir, no discurso do DSM se trata isso como sintomas e sinais de transtornos mentais.

Segundo Foucault (2020) a psiquiatrização é um processo histórico que se desenrolou ao longo do século XIX e não se restringiu somente ao saber psiquiátrico, mas tornou-se forma do poder que atravessa diversos campos como a escola, a família, o direito e a política. Foi pela “constituição da criança como alvo” e pela intervenção do saber psiquiátrico sobre a infância, que se “generalizou” os saberes da psiquiatria e com isso se operou a psiquiatrização da infância e da sociedade. Ainda hoje os efeitos desta psiquiatrização marcam a clínica. Consistem na capacidade de representar a vida e as relações segundo um paradigma médico-psiquiátrico, modificando as práticas educacionais e o modo de lidar com as questões da infância. É por uma profunda modelação da forma como o adulto se relaciona com a criança segundo o discurso psiquiátrico que se verá a percepção do adulto sendo afetada na sua forma de compreender a

---

<sup>57</sup> A "psiquiatrização da sociedade" é o processo no qual o saber e as práticas da psiquiatria e no entorno dela, penetram na sociedade influenciando profundamente a dinâmica social, modelando comportamentos e modos de representação. Esse conceito está enraizado em sua análise crítica das relações de poder, instituições e normas sociais. É sobretudo através da tomada da criança como alvo deste poder que o saber médico-pedagógico pode psiquiatrizar não só a criança, como a sociedade. Vide a aula de 9 de janeiro de 1974, do curso O poder psiquiátrico (1973-1974).

realidade. O poder modificou e incidiu não só na família, mas na própria psiquiatria, fazendo dela uma tecnologia que regula a sociedade e a família. Ao passo que toma para si a forma do esquema familiar e exerce a função de estabelecadora da verdade sobre a loucura (o erro e a anormalidade), a psiquiatria faz o asilo assumir a forma de uma família: o psiquiatra a forma de um pai forte, fazendo com que a cura seja dada pelo próprio estabelecimento psiquiátrico, na medida em que o asilo substitui a família temporariamente<sup>58</sup>.

O efeito desta psiquiatrização é a modificação da forma e da representação dos sofrimentos, dos comportamentos e das maneiras de viver, revestindo toda experiência vital de terminologias psiquiátricas<sup>60</sup>.

O DSM é o que temos de mais contemporâneo na psicopatologia. Os efeitos de sua publicação são pouco a pouco mapeados no campo da saúde mental e podemos observar que uma primeira consequência desta publicação é a globalização e a universalização da linguagem psiquiátrica proposta pelo grupo. Tal fato pode ser observado no DSM-V que foi publicado em mais de 18 línguas, além de poder ser acessado através de aplicativos de celulares por qualquer pessoa, não sendo necessário registro médico ou profissional.

Sobre a subjetividade, tais efeitos estão sendo estudados, do ponto de vista epistemológico, clínico, social e político. Hacking (2002) argumenta, por exemplo, que o DSM é incapaz de capturar e classificar com precisão todos os transtornos mentais, que está longe de propor uma solução global para o sofrimento psíquico e que essa ideia de um sistema de diagnóstico universal está longe de acontecer, pois, justamente, se trata de uma dificuldade de representar nominalmente a natureza humana.

Foucault (2020), embora não tenha falado especificamente sobre a psiquiatria americana, mostrou como a construção do saber psiquiátrico é indissociável das formas disciplinares de dominação, controle e regulamentação e que é através de uma gramática descritiva da doença que o poder incide sobre os corpos.

---

<sup>58</sup> Na aula de 5 de dezembro de 1973, no curso O poder psiquiátrico (1973-1974), Foucault desenvolve essa ideia mostrando como o hospital tornou-se uma “máquina de curar” na medida em que há o envolvimento do poder psiquiátrico com a forma familiar, de modo que a psiquiatria possa destituir o louco de sua família, mas também incorporar no hospital o modelo familiar: “O problema está em saber como o discurso psiquiátrico, o discurso que nasce portanto do exercício do poder psiquiátrico vai poder se tonlar o discurso da família, o discurso verdadeiro da família, o discurso verdadeiro sobre a família” (FOUCAULT, 2020, p.118).

<sup>59</sup> “[...] o que cura no hospital é o hospital. Ou seja, é a própria disposição arquitetônica, a organização do espaço, a maneira como os indivíduos são distribuídos nesse espaço, a maneira como se circula por ele, a maneira como se olha ou como se é olhado nele, tudo isso é que tem em si valor terapêutico. A máquina de curar, na psiquiatria daquela época, é o hospital” (FOUCAULT, 2020, p.127).

<sup>60</sup> Este tema foi discutido ao longo de todo o curso O poder psiquiátrico, de Michel Foucault (2020). Ao longo desta tese recorreremos pontualmente ao curso sem, contudo, esgotar todas as questões levantadas pelo autor.

Nesse sentido, não apenas os medicamentos incidem sobre o corpo com a capacidade de prolongar a disciplina ao seu interior, mas também a linguagem psiquiátrica tem esse efeito de modelação da subjetividade. Além da ação externa da disciplina, do uso da violência, da punição e do uso de medicações, dos laudos e diagnósticos, há uma outra maneira de incidir sobre os corpos: é a linguagem e a escrita psiquiátrica que modela as formas de viver. Apesar de anteriormente o uso da força física, os banhos de éter, o láudano, os tranquilizantes e outros tipos de ações sobre o corpo dos internos terem sido a principal maneira de modelar os indivíduos, foi a escrita que sempre teve o poder de prolongar a disciplina até o interior do corpo:

Para que o poder disciplinar seja global e contínuo, o uso da escrita me parece absolutamente necessário, e parece-me que se poderia estudá-lo da maneira como, a partir dos séculos XVII-XVIII, se vê, tanto no exército como nas escolas, nos centros de aprendizagem, igualmente no sistema policial ou judiciário, etc., como os corpos, os comportamentos, os discursos das pessoas são pouco a pouco investidos por um tecido de escrita, por uma espécie de plasma gráfico que os registra, os codifica, os transmite ao longo da escala hierárquica e acaba centralizando-os<sup>61</sup>. Vocês têm aqui uma relação nova, creio, uma relação direta e contínua da escrita com o corpo. A visibilidade do corpo e a permanência da escrita andam juntas e têm evidentemente por efeito o que poderíamos chamar de individualização esquemática e centralizada (FOUCAULT, 2020, p. 61).

Foucault (2020) aponta para toda uma série de equipamentos ao longo do século XVIII e XIX que se encarregaram de vigiar e modelar os indivíduos, entre eles o *panopticon* é aquele que melhor representa o novo paradigma do poder. Contudo, o desenvolvimento de novas tecnologias e o avanço de novas práticas de controle e regulamentação, fizeram com que a linguagem psiquiátrica passasse a incidir não apenas sobre o corpo individual, mas sobre o corpo da população. É a respeito da tese sobre o biopoder que *A História da sexualidade* (2015) foi escrita e foi no curso *Em defesa da sociedade* que o conceito de biopolítica foi desenvolvido.

A partir desta intuição sinistra, Foucault (1999) constata um novo ponto de incidência do poder: trata-se de não apenas dominar e modelar os indivíduos, não apenas a vida em seu sentido biológico. Controlar não apenas o corpo vivo, mas as formas de viver, as ações infinitivas do vivo.

---

<sup>61</sup> Segundo a edição da editora Martins Fontes, o manuscrito diz: “Os corpos, os gestos, os comportamentos, os discursos são pouco a pouco investidos por um tecido de escrita, um plasma gráfico, que os registra, os codifica, os esquematiza” (FOUCAULT, 2020, p.61). Consideramos importante inserir aqui essa informação, visto que nossa análise incide justamente nessa liberdade que é preciso dar ao gesto, em contraponto a essa clausura do gesto imposta pela psiquiatria.

Sendo assim, o DSM não se manifesta apenas como poder sobre o corpo individual, mas sobre o corpo coletivo da população, situando-se como linguagem que media a realidade e os modos de representação do sofrimento, estabelecendo modos de subjetivação locais e globais. Trata-se, portanto, de uma nova tecnologia de controle e regulamentação da vida, um o novo paradigma do poder psiquiátrico (ALMEIDA, 2017).

No curso *O poder psiquiátrico*, Foucault faz um desvio do projeto presente no livro *História da Loucura na Idade Clássica* e faz igualmente um desvio daquilo que era objeto da crítica da antipsiquiatria. Em 1973 afirma que escrever a continuação da história da loucura até à época atual não lhe interessava (FOUCAULT, 2020, p.478). Este novo curso buscava colocar novos problemas: não mais uma análise das representações, mas análise das linhas de força do dispositivo psiquiátrico. Ele se pergunta: “[...] em que medida um dispositivo de poder pode ser produtor de certo número de enunciados de discursos e, por conseguinte, de todas as formas de representações que podem posteriormente se formar e a partir daí decorrer?” (p.17).

É na aula de 6 de fevereiro de 1974 que Foucault (2020) coloca a diferença entre a sua crítica e àquela proposta pela antipsiquiatria: mais do que apenas denunciar as formas de violência praticadas internamente nos hospitais psiquiátricos, a verdadeira crítica ao poder psiquiátrico está em fazer ver como o próprio saber psiquiátrico se modula a ponto de fazer com que o próprio ‘louco’ possa produzir e corrigir sua ‘loucura’: “*Em vez de uma retirada para fora do espaço asilar, trata-se da sua destruição sistemática por um trabalho interno [à própria psiquiatria]<sup>62</sup>; e trata-se de transferir para o próprio doente o poder de produzir sua loucura e a verdade da sua loucura, em vez de procurar reduzi-lo a zero*” (p.450).

Quando afirmamos que o DSM representa o novo paradigma do poder psiquiátrico, é porque vemos nele essa transformação do saber: prescindir do hospício, do interior da instituição e da violência física, para aplicar um poder invisível e anônimo, num só tempo técnico e político; um saber que se faz no exterior do hospital e do consultório médico e que se aplica não através do médico, apenas, mas sobretudo pela própria sociedade.

O DSM atualizou as vias da expansão do poder psiquiátrico, e, portanto, é preciso mapear os efeitos desta expansão sobre a população. Por isso, apresentaremos o DSM para entender como emerge no contemporâneo essa nova modalidade de expansão do poder psiquiátrico<sup>63</sup>. Foi buscando superar limitações próprias da psicopatologia, que a Associação

---

<sup>62</sup> Grifo nosso.

<sup>63</sup> A respeito desta modificação do foco de intervenção do poder, foi através da tese sobre o biopoder que Michel Foucault constatou uma mudança no ponto de incidência do poder: trata-se de não apenas dominar e modelar os corpos individualmente, não apenas a vida em seu sentido biológico, mas o viver, as ações infinitivas do vivo:

de Psiquiatria Americana publicou o DSM com o objetivo de estabelecer parâmetros científicos para os diagnósticos em psiquiatria e saúde mental. Um dos objetivos centrais desta série é, segundo Rossi & Dunker (2022), estabilizar a linguagem e as terminologias em psicopatologia, aumentando assim a confiabilidade nos critérios diagnósticos e diminuindo o caráter subjetivo das pesquisas em clínica e saúde mental. O “operacionalismo pragmático” marca fortemente a prática científica e clínica, construindo uma abordagem do sofrimento psicossocial através da recusa dos fundamentos filosóficos, antropológicos e das análises sociopolíticas e psicanalíticas.

A escola operacional e pragmática proposta na psicopatologia do DSM resultou numa construção conceitual estranha que assumiu caráter “ateórico”<sup>64</sup> e se fundamentou na neurociência, psicométrica, psicologia cognitivo-comportamental e outros estudos científicos de caráter empírico e replicável. O que hoje se conhece pelo nome de “transtorno mental” possui um fundamento controverso: *mental disorder* é o termo utilizado na versão de língua inglesa; no Brasil, o termo foi traduzido como transtorno mental. Equivaleria dizermos que, quando abordamos esse termo, falamos de “desordens mentais” sendo que essas desordens não possuem um fundamento psicológico, social ou biológico, pois não há fundamento para o que eles indicam como síndrome ou transtorno. No campo da clínica, síndrome refere-se ao conjunto de sinais e sintomas que define certa manifestação clínica, enquanto transtorno indica alteração no padrão de saúde e comportamento que não encontram fundamento em uma doença específica, mas causa certos incômodos para um paciente. Esse uso genérico do conceito de transtorno; essa inespecificidade do DSM em estabelecer clinicamente os seus critérios diagnósticos, é causa de grande polêmica no meio acadêmico e clínico, mas não só. Há algo que se passa através desta inespecificidade que precisa ser analisada criticamente.

Desde sua primeira publicação, em 1918, até a última em 2013, o sucesso do DSM se deu graças ao aparelhamento do projeto à política neoliberal e ao circuito da globalização. Impulsionado pela Associação de Psiquiatria Americana (APA) e movidos pelo interesse no desenvolvimento de uma classificação diagnóstica estatística, objetiva e global, o DSM avançou com enfoque de solucionar uma crise no modelo psicossocial reinante na psiquiatria

---

“Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunto da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.285/286).

<sup>64</sup> A pesquisa que fundamenta o DSM é “ateórica”, visto ter abandonado os modos de racionalidade produzidos antes no campo psi. Isto se dá pela forma de recolhimento quantitativo e qualitativo dos sinais dos sintomas (OLIVIER-MARTIN, 1989, p.74). O que fica valendo são somente argumentos biologists e geneticistas, não há uma dimensão subjetiva no sofrimento psíquico, o que dispensa uma análise existencial da situação.

estadunidense desde o final da Segunda Guerra Mundial. Amarante e Rotelli (1992) apontam que o modelo psicossocial americano experimentou uma crise permanente e mostrou certa incapacidade de operar a Reforma Psiquiátrica efetiva em seu sistema de saúde durante a década de 1970. Dominado pelo modelo hospitalocêntrico, as internações psiquiátricas resumiam-se uma “porta giratória” onde o interno vivia a permanente reentrada no campo asilar. Em paralelo, a psiquiatria americana não conseguia formular um modelo de atendimento que não fosse médico centrado, ficando refém de uma possível cientificidade da psiquiatria.

Porém, não só a limitação na gestão dos hospitais afetava a psiquiatria americana, como também a crise no saber – o objetivo principal do DSM era superar as premissas subjetivas, a psicopatologia de origem europeia que passavam sobretudo pelo nome de Jaspers, Krapelin, Freud e outros, a fim de afirmar uma ciência que fosse propriamente desenvolvida em solo americano. Buscava-se uma distinção do saber da psicanálise, o fim do termo neurose e a extinção de diagnósticos como histeria e psicose. Buscava-se com isso reformular os diagnósticos através de redefinições nominalistas e através do deslocamento do tratamento de um centro etiológico subjetivo para um centro objetivo biopsicológico. Por efeito, se construiu uma psicopatologia cujo princípio diagnóstico prescinde de uma pesquisa etiológica sobre a origem do transtorno, e opta por uma simples assimilação entre a narrativa do paciente sobre seus sintomas e os critérios objetivos registrados nas categorias diagnósticas específicas<sup>65</sup>.

O DSM emparelhou-se às indústrias e ao marketing farmacêutico, sendo influenciado nos resultados dos diagnósticos e na reformulação dos termos. Silva (2016) afirma que certas alterações epistemológicas produziram a perda no interesse e preocupação com a causa dos transtornos, colocando entre parênteses a própria ideia de doença e substituindo pela ideia de transtorno. Com isso esvazia-se a psiquiatria da carga moral e do preconceito relacionado à doença mental, fazendo com que mais pessoas se aproximem deste tema que agora é codificado pelo conceito de transtorno mental.

Tal estratégia consistiu em fazer a população aceitar e consumir certos termos e medicações associadas aos transtornos. Silva (2016) dá o exemplo do Transtornos Disfóricos Pré-menstruais (TDPM), tratamento associado ao Prozac (fluoxetina). Ao associar o público feminino à “doença mental”, através do referido medicamento, psiquiatria e marketing se reúnem para superar essa rejeição do público feminino ao diagnóstico e restabelecer o uso de

---

<sup>65</sup> “O DSM explicitamente não possui a pretensão de ser uma psicopatologia. Ele procura se constituir num sistema classificatório fidedigno dos padecimentos psíquicos. Sua racionalidade está organizada em torno da busca de categorias confiáveis, provisórias e operacionais, atóricas e sem indiferenças quanto à etiologia, que permitam a superação de mal-entendidos terminológicos no terreno da psicopatologia. Seu critério de objetivo está alicerçado na descrição formal do plano empírico dos fatos clínicos” (DUNKER, 2014, p.102).

medicações associadas a TDPM. O fabricante do Prozac lança então o mesmo medicamento, com mesmo princípio ativo, só que em nova embalagem estampando girassóis e cores de lavanda. Tratava-se da mesma medicação com mesmo princípio ativo, mas com novo nome – Safarem. Isso serviu num só tempo para manutenção da indústria farmacêutica e para o aumento da aceitabilidade do diagnóstico.

Vê-se aí a influência do marketing na epistemologia psiquiátrica. Isso que permitiu a psiquiatria americana dar um salto para além das fronteiras físicas e arquitetônicas, epistemológicas e éticas da psicopatologia, fazendo coincidir a clínica com a indústria do consumo.

Para embasar esta estratégia as ciências biomédicas foram fundamentais. Essa relação não os isentava de implicações filosóficas, éticas e epistemológicas, mas, sobretudo, os isolava num silêncio onde eles jamais poderiam assumir de bom grado seu objetivo: deslocar as questões humanas para um centro genérico e inespecífico, fundando seu conhecimento sobre a vida num fundo capitalístico.

Através dessa inespecificidade, a publicação incidiu fortemente no campo da saúde, da educação e no meio jurídico, emparelhando-se à Classificação Internacional das Doenças (CID-10), em 1968, visto que a APA esteve envolvida na revisão da seção de transtorno mental. Sendo publicado em diversos países e em diversas línguas, além de lançar cinco versões oficiais do manual, o DSM consolidou-se como a bíblia da psiquiatria contemporânea, servindo também para o sistema de seguridade social.

A progressão no número de diagnósticos entre uma edição e outra aumenta significativamente: no DSM-I, de 1918, 106 categorias diagnósticas; no DSM-II, de 1952, 192 categorias; no DSM-III, de 1974, 265 categorias; no DSM-IV, de 1994, 297 categorias; e por último, no DSM-V, de 2013, mais de 300 categorias diagnósticas. O que aparentemente pode parecer como “eficiência” em “descobrir” novos transtornos e em melhor “precisar” certos diagnósticos, acabou revelando-se como uma reformulação nominalista. Por exemplo, o transtorno indicado hoje como TDAH (Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade) tem um grupamento de sintomas que claramente podiam ser definidos antes pelo termo Disfunção Cerebral Mínima. A modificação do termo permitiu deslocar a hipótese de uma lesão cerebral que causaria uma “disfunção”, para associar-se a ideia de um “déficit” neuroquímico. Em 1966, DSM-II cunhou o termo “Reação hiperkinética da infância” [*Hyperkinetic reaction of childhood*], para substituir o diagnóstico de Disfunção Cerebral Mínima e, posteriormente no

DSM-III, em 1980, substituí-lo pelo termo Transtorno de Déficit de Atenção (TDA) (TIMIMI, 2020, p.45).

Para o autismo a situação é ainda mais complicada porque envolve não apenas uma confusão de línguas entre Kanner, Asperger, Wings e Rutter (psiquiatras envolvidos na conceituação do autismo entre 1945 e 1980), como também envolve o deslocamento do tratamento do autismo do campo da saúde mental para o campo da educação especializada. Tal desvio é significativo, pois desloca o cuidado do campo da subjetividade para situá-lo na cognição e modelação do comportamento (MALEVAL, 2017).

Portanto, essa inespecificidade dos diagnósticos e fundamentos do DSM revelam não a sua fraqueza, mas a sua estratégia de poder, pois ele modifica e atualiza os modos de expansão da psiquiatria contemporânea.

Foucault (2020) apontara que a psiquiatria do século XIX se expandiu incidindo sobre a infância. A psiquiatrização da sociedade acontece pela tomada da criança como alvo da intervenção psiquiátrica que, por efeito, produz a generalização do poder psiquiátrico e a psiquiatrização da sociedade. No curso *O poder psiquiátrico* (1973-74), o autor mostra que a disseminação deste poder se deu por efeito da prática psicanalítica que tomou a infância como “fundação”, lugar de “origem” da “doença mental”. No curso posterior, *Os anormais* (1974-75), ele demonstra como o exame médico-legal, a psiquiatria em sua conjunção com o exame criminal, revelava a infância como condição histórica do crime, como se na infância se pudesse encontrar evidências para o crime:

(...) no fundo de todos esses discursos da penalidade moderna, portanto da que começa a se tramar desde o século XIX, vocês sabem que corre a frase indefinidamente repetida: “Você vai acabar na forca!” Mas, se a frase “você vai acabar na forca” é possível (tanto que todos nós a ouvimos mais ou menos assim, da primeira vez que não tiramos uma nota boa), se essa frase é efetivamente possível, se ela tem uma base histórica, é na medida em que o *continuum*, que vai da primeira correção aplicada ao indivíduo até a última grande sanção jurídica que é a morte, foi efetivamente constituído por uma imensa prática, uma imensa institucionalização do repressivo e do punitivo, que é alimentada discursivamente pela psiquiatria penal e, em particular, pela prática maior do exame (FOUCAULT, 2014a, p.29).

O exame clínico, a anamnese, os interrogatórios e os relatos extensos sobre a vida levaram a psiquiatria construir seu saber sobre a infância, mas igualmente, leva a constituição de uma intensa repressão e regulamentação das formas possíveis de se experimentar a infância:

Quando se pedia que o doente contasse sua vida, não era em absoluto para tentar dar conta de sua loucura a partir do que havia acontecido durante sua infância, mas para captar nessa infância uma loucura de certo modo já

constituída, em todo caso indícios precursores, sinais de predisposição da loucura que já estigmatizavam a infância, em que se procuravam também sinais de predisposição hereditária. Não era tampouco o conteúdo louco da experiência infantil que era interrogado através das anamneses. Logo, a criança louca, a criança como objeto de psiquiatria, aparece tardiamente, e a infância, em sua relação fundamental com a loucura, não é interrogada precocemente. (FOUCAULT, 2020, p.256).

A psiquiatrização da criança ocorreu não pela criança louca ou pela criança esquizofrênica, mas sim pela incidência sobre a criança que não aprende, aquela dita idiota, débil ou imbecil (para usar os termos da época). Foi através da conjunção entre o saber médico e o saber pedagógico que ocorreu a efetiva expansão e a generalização do poder psiquiátrico, foi através do tratamento das crianças nos asilos médico-pedagógico, que foi possível elaborar e diferenciar a imbecilidade da idiotia. O domínio institucional sobre a anormalidade não ocorreu em decorrência do avanço teórico da psiquiatria, mas se deu ao mesmo tempo – e de certo modo efetivando a prática asilar. O domínio institucional sobre o corpo da criança dita anormal é concomitante à emergência das categorias diagnósticas de anormalidade. É desde os asilos de Pinel que se pode ver a presença de crianças ditas idiotas, mas é através da distinção entre idiotia e loucura que é possível ver o domínio do poder médico-pedagógico.

Segundo Foucault (2020) foram três os motivos que fizeram a psiquiatrização se expandir através da criança entre o final do século XVIII e princípio do século XIX: (1) porque a idiotia era uma “doença” mais facilmente encontrada em crianças e o domínio conceitual e descritivo sobre esse fato patológico permitiria a distinção entre idiotia e demência, entre as doenças da infância e da velhice (p.258); (2) porque era necessário diferenciar a idiotia da loucura, fato que não havia sido feito anteriormente por Pinel. Até então a idiotia era considerada como um turbilhonamento de todos os elementos da loucura (delírio, alucinação, perda da razão) girando tão rapidamente que levaria entendê-la como uma categoria de delírio, uma alienação mental (p.259). (3) O terceiro foi a necessidade de melhor descrever e diferenciar as doenças mentais, fato que exigiu o esquadramento das etapas da vida e a criação das teorias sobre o desenvolvimento infantil. Nos primeiros quarenta anos do século XIX, num deslocamento conceitual que vai de Esquirol a Séguin, a idiotia passou a ser compreendida não como “doença”, mas um estado no qual “as faculdades intelectuais” não se manifestou ou não pudera se desenvolver.

Para Foucault (2020) foi através da teorização entorno das “funções intelectuais” da infância que a psiquiatria se desenvolvera. Por efeito, essa diferenciação entre idiotia, retardo e demência levou a construção de um saber psiquiátrico entorno da infância, no aprimoramento

de instituições e desenvolvimento de linguagens cada vez mais especializadas. O poder psiquiátrico incide aí num só tempo sobre a família, o hospital e na reformulação das práticas de educação. A psiquiatria e a psicopatologia da infância, coincide com a organização do campo pedagógico, a obrigatoriedade do ensino, da escolarização (p.269). O poder psiquiátrico produziu a demanda para os asilos e instituições médico-pedagógicas, constituindo assim como poder em estado puro: “*A educação dos idiotas e dos anormais é o poder psiquiátrico em estado puro*” (p.272)<sup>66</sup>.

### 3.3 Psiquiatrização da sociedade: o biopoder e a biopolítica

Acontece que Foucault foi aprimorando essa tese sobre o poder psiquiátrico e sua relação com as formas de governar a população, de aplicar o poder não só sobre os corpos individuais, mas também sobre a população. Ele identificou duas características neste poder: o biopoder é aquele que está “destinado a produzir forças”, fazê-las crescer, modelá-las e ordená-las, mais do que apenas “barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2015, p.146). Tal poder se aplicaria não só sobre o corpo individual, mas sobre a vida em seu sentido biológico<sup>67</sup>:

Será o problema muito importante, já no início do século XIX (na hora da industrialização), da velhice, do indivíduo que cai, em consequência, para fora do campo de capacidade, de atividade. E, da outra parte, os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E é em relação a estes fenômenos que essa biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (que existem faz muito tempo), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais do que a grande assistência, a um só tempo maciça e lacunar, que era essencialmente vinculada a Igreja. Vamos ter mecanismos mais sutis, mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade etc. (FOUCAULT, 1999, p.291).

Desta forma, está em jogo a constituição de um poder que opera como “*uma maneira de transcrever em termos biológicos os discursos políticos*” (FOUCAULT, 1999, p.307). O biopoder se caracteriza como técnica centrada no corpo individual “*procedimentos pelos quais se assegurava a distribuição espacial dos corpos individuais (sua separação, seu alinhamento, sua colocação em série e em vigilância) e a organização, em torno desses corpos individuais,*

---

<sup>66</sup> É importante notar aqui que não foi apenas através do saber médico-pedagógico e da prática institucional que a psiquiatria estendeu o poder sobre a infância. Foucault (2015) mostra também que foi através da instauração de uma profunda preocupação com a sexualidade e uma gestão da célula familiar burguesa que este poder também pontos de incidência. Sendo assim, não apenas dentro das instituições, mas também dentro das casas e famílias o poder se expandiu tomando como ponto de incidência o corpo e a subjetividade da criança. Para isso, vide história da sexualidade e a cruzada antimasturbatória (FOUCAULT, 2015).

<sup>67</sup> “Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.285/286).

*de todo um campo de visibilidade*” (p.203). Sua finalidade é antecipar-se aos desvios, aos riscos e desestabilizações nos comportamentos supostamente indevidos, aplicando, se necessário, punições e sanções como formas de disciplinar, corrigir e prevenir desvios futuros. O biopoder também se incumbe dos corpos tentando *“aumentar-lhe a força útil através do exercício, do treinamento”*, como técnica de *“racionalização e de economia estrita”* a fim de produzir uma prática *“menos onerosa possível”* (FOUCAULT, 1999, p.203).

A biopolítica, por sua vez, não se distingue propriamente do biopoder. É um aprimoramento da tecnologia do poder que surge na segunda metade do século XVIII, integrando o sistema disciplinar, implantando-se nele sem excluí-lo. Ao fazer isso, amplia-se e estende-se o campo de intervenção das práticas disciplinares modulando a superfície de aplicação deste poder. A biopolítica se aplica ao ser vivo, ao homem como espécie e não é individualizando, mas massificando – dirigindo-se à *“multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc.”* (FOUCAULT, 1999, p.204).

No começo do século XIX a preocupação reinante era em relação à espécie humana, com a vida na medida em que ela se modifica, em que se altera por si só e se torna um problema político, econômico e científico. A partir do estabelecimento de novos mecanismos globais de regulação, mecanismos de previdência e prevenção, busca-se assegurar a homeostase e maximizar as forças humanas, apropriando-se sobre os hábitos e comportamentos endêmicos à população. O poder extrai da vida mais poder.

### **3.4 A Sociedade de normalização**

Não se trata então de corrigir indivíduos pontualmente, mas controlar os estados globais de equilíbrio e os processos biológicos do homem enquanto espécie, a manutenção permanente do poder. A regulamentação consiste, por sua vez, na desqualificação progressiva da morte em prol de uma extensão qualitativa da vida – a biopolítica tem a capacidade de fazer a vida viver segundo as normas e prerrogativas deste poder. É o investimento no *“como”* viver que garante a prevenção futura, controlando e regulamentando a vida da população a fim de evitar os desvios e os acidentes. Sobretudo é regulamentando que se pode modular os limites da vida:

Ora, agora que o poder é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no *“como”* da vida, a partir do momento em que, portanto, o poder intervém sobretudo

nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte, como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder. Ela está do lado de fora, em relação ao poder: é o que cai fora de seu domínio, e sobre o que o poder só terá domínio de modo geral, global, estatístico (FOUCAULT, 1999, p.295/296).

O ponto em comum onde estas duas tecnologias de poder se entrecruzam é o processo de produção de subjetividade: enquanto o biopoder opera na tríade “corpo – organismo – disciplina”, a biopolítica opera na tríade “população – processos biológicos – mecanismos regulamentadores” (p.298). De um lado as instituições e os estabelecimentos de vigilância e disciplina; de outro os diagramas de poder e suas políticas de regulação. No caso da expansão do poder psiquiátrico trata-se da conjunção entre ‘psiquiatria – mecanismos regulatórios – produção de instituições e modos de consumo’. Como veremos adiante, o DSM não apenas opera pela clínica individual, mas insere-se nestes mecanismos regulatórios e nos movimentos sociais e civis a fim de modelar a demanda de modo a favorecer suas proposições.

O novo ponto de incidência do poder não é somente o indivíduo vivo e o vivente, mas ao viver. Abarca não só a vida individual, mas também a vida coletiva, social e de espécie:

A sociedade de normalização é uma sociedade em que se cruzam, conforme uma articulação ortogonal, a norma da disciplina e a norma da regulamentação. Dizer que o poder, no século XIX, tomou posse da vida, dizer pelo menos que o poder, no século XIX, incumbiu-se da vida, é dizer que ele conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra (FOUCAULT, 1999, p.302).

A norma é operadora central desta individualização por normalização. É através dela que são produzidos os grupos assujeitados, os preceitos da normalização, os modos de consumo dos saberes e drogas psiquiátricas. A norma é uma tecnologia sofisticada que opera tanto dentro da instituição, por dentro dos saberes, como também de fora, vindo sobre a população e as instituições como ação normalizadora. A sociedade de normalização torna-se aquela cuja ações se aplicam tanto sobre a população quanto sobre as instituições, que fazem ambos convergir num mesmo sentido para norma e tornando-as sujeitas dessa avaliação normal ou anormal.

A ação de normalização é efetuada pela “norma” que se aplica tanto sobre um “*corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar*” (FOUCAULT, 1999, p.213). Tal norma não é natural, mas cumpre o papel e a exigência dos domínios políticos aos quais ela se ocupa – seja o jurídico, pedagógico, médico ou militar. Segundo Foucault

(2014a) ela carrega a “pretensão ao poder”, não sendo um princípio, mas “*um elemento a partir do qual certo exercício de poder se acha fundado e legitimado*” (FOUCAULT, 2014a, p.43).

A norma não é somente um conceito popular e polêmico, mas acima de tudo político. Desta maneira o poder não é apenas repressivo ou negativo, mas produtivo, no sentido de fazer viver e regulamentar as formas legítimas e ilegítimas de viver; trata-se de uma psiquiatria que não tira as pessoas do jogo, mas dá as cartas do jogo:

Parece-me que é um erro ao mesmo tempo metodológico e histórico considerar que o poder é essencialmente um mecanismo negativo de repressão; que o poder tem essencialmente por função proteger, conservar ou reproduzir relações de produção. E parece-me que é um erro considerar que o poder é algo que se situa, em relação ao jogo das forças, num nível superestrutural. É um erro enfim considerar que ele está essencialmente ligado a efeitos de desconhecimento. Parece-me que - se tomarmos essa espécie de concepção tradicional e onicirculante do poder que encontramos seja em escritos históricos, seja também em textos políticos ou polêmicos atuais - essa concepção do poder e, na verdade, construída a partir de certo número de modelos, que são modelos históricos superados. É uma noção compósita, e uma noção inadequada em relação à realidade de que somos secularmente contemporâneos, quero dizer, contemporâneos desde pelo menos o fim do século XVIII (FOUCAULT, 2014a, p.43).

O poder opera sobre os afetos e afetações; sobre as ações e comportamentos. Desta forma, o poder não apenas reprime, exclui e priva certos corpos de certas relações, mas também modela os corpos, as ações, relações de modo a se antecipar a uma possível desestabilização das relações de poder, inversões entre os dominadores e dominados, entre os reguladores e os regulados. Ele é, portanto, contemporâneo, no sentido que intervém na história como crise, forma de desestabilizar e produzir a estabilização requisitada; ele produz a crise para indicar a solução.

Nem mesmo os movimentos sociais escapam deste risco a sujeição e interferência do poder:

O corpo se tornou aquilo que está em jogo numa luta entre os filhos e os pais, entre a criança e as instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra-efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... Como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: "Fique nu..., mas seja magro, bonito, bronzeado!" A cada movimento de um dos dois adversários corresponde o movimento do outro. Mas não é uma "recuperação" no sentido em que falam os esquerdistas. E preciso aceitar o indefinido da luta ... O que não quer dizer que ela não acabará um dia (FOUCAULT, 2018a, p.236).

Podemos dizer então que entre as teorizações de Foucault, e o que efetivamente ocorre hoje na psiquiatria americana através do DSM, há uma descontinuidade. O poder modulou suas estratégias de expansão do poder psiquiátrico e o fez por intermédio destas novas tecnologias de controle e regulamentação da vida. Foucault abriu as tramas da psiquiatria do século XIX para fazer ver no presente de que maneira isso funciona.

Dissemos anteriormente que o DSM é fundamental para atualização e expansão do poder psiquiátrico, bem como para a generalização do poder sobre a vida. Apontamos para o DSM como uma tecnologia de controle e regulamentação da vida (ALMEIDA, 2017). O que veremos agora é como o manual toma a infância como ponto de incidência do poder, atualizando esse domínio do poder psiquiátrico sobre a infância e favorecendo o avanço dos mecanismos regulatórios sobre a sociedade. Foi no último terço do século XX que alguns pontos fundamentais para a psiquiatrização se atualizaram.

### **3.5 A expansão do poder psiquiátrico através do Transtorno do Espectro Autista**

Um dos pontos importantes da psiquiatria que o DSM abriu mão foi a pesquisa etiológica sobre a origem dos transtornos mentais. No modelo estatístico e atóxico, não há nenhum tipo de preocupação com as causas dos transtornos mentais. No caso do autismo, para o DSM, não há um fundo infantil neste modo de padecimento – somente questões neurocognitivas ou genéticas poderiam explicar sua manifestação. Em outros casos, como por exemplo, no Déficit de Atenção e Hiperatividade, há a possível “explicação cultural” que são concebidas como etiologias (DSM-V, 2014).

Essa posição leva a rupturas dentro do campo epistemológico e a construção de uma racionalidade diagnóstica que não supõe “causa” ou “origem” dos transtornos mentais. Caso houvesse explicações etiológicas para os transtornos, essa comprovação deveria ser fundada e comprovada cientificamente, do contrário, caso tratasse de uma hipótese clínica fundamentada nos saberes sobre a subjetividade, tal hipótese deveria ser desconsiderada em razão da falta de precisão científica e como possível causa de desentendimento entre os clínicos.

Na década de 70, a confusão de línguas entre psiquiatria e psicanálise era tão evidente que, quando o DSM-III (1980) surgiu, foi recebido com bons olhos pela comunidade clínica e científica, pois colocava justamente um ponto final nessa conjunção entre psiquiatria e psicanálise afirmando uma clínica baseada em critérios da então emergente “medicina baseada

em evidências”. Recebido como uma inovação científica relevante<sup>68</sup>, o DSM-III acompanhava a esteira de acontecimentos históricos relevantes como a publicação de *História da loucura*, de Michel Foucault (2010), do movimento antipsiquiátrico da década de 70 e o interesse do cinema no debate sobre a loucura e o hospício, fato eternizado no filme *O Estranho no ninho* (1975).

Porém, foi definitivamente nos movimentos sociais, na luta pelos direitos civis, que o DSM-III incidiu no que ficou conhecido como *civil rights movements*. Foi aí que ele se apropriou da luta pelos direitos dos usuários de saúde mental, da despatologização da homossexualidade e desempenhou a regulação da demanda por tratamento de crianças autistas. Em especial, neste último caso, o que o DSM operou foi a legitimação da exigência de comprovação e de eficácia científica para o tratamento destas crianças. Com isso, encontrou-se um modo de afastar toda e qualquer abordagem psicanalítica do campo. Abordagens como a de Fernand Deligny nem sequer chegaram a ter visibilidade neste debate, visto que sua crítica o situou à margem do campo.

Entre outras questões que não apenas epistemológicas, estava em curso o fortalecimento das tramas da psiquiatrização e a construção de um trabalho que se deu efetivamente sobre a remodelação da clínica psiquiátrica e sua relação com a sociedade. O DSM-III incidiu sobre as lutas pelos direitos dos autistas, luta encampada primeiramente pelos familiares e posteriormente pelos próprios autistas. Maleval (2017) aponta que uma das razões que levaram pais e mães a se organizarem em movimentos sociais, tiveram como objetivo combater argumentos construídos pela psicanálise. O descontentamento das famílias com as construções entorno da publicação de Leo Kanner (1943), no artigo intitulado *Distúrbios autísticos do contato afetivo* (*Autistic disturbances of affective contact*) e a publicação de Bruno Bettelheim (1967/1987), em *A fortaleza vazia*, incidiam justamente sobre as teorizações entorno da etiologia do autismo. A partir destas duas publicações, construiu-se na época a ideia de que, na origem do autismo, haveria uma “mãe geladeira”, fria e pouco interessada em seu filho. Bettelheim (1987) afirma: “Ao longo deste livro mantenho minha convicção de que, em autismo infantil, o agente precipitador é o desejo de um dos pais de que o filho não existisse” (p.137)

Tais argumentações foram recebidas como culpabilização das mães e familiares como sendo responsáveis pelo sofrimento de seus filhos e isso despertou o interesse de reunir grupos e lançar publicações que partissem do ponto de vista das próprias famílias, como é o caso da

---

<sup>68</sup> “Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.285/286).

publicação de *Infantile autism: the syndrome and its implication for a neural theory of behavior* (1964), de Bernard Rimland – psicólogo, pai de uma criança autista. O livro afirma que a base do autismo é orgânica e não emocional (Lopes, 2020), fato que abriu margem para criação de associações como *National Society for Autistic Children* (NSAC), que reunia familiares de crianças diagnosticadas com autismo e profissionais, terapeutas e pesquisadores, incluindo o próprio Léo Kanner (Eyal & Hart, 2010). No Brasil, movimento similar ocorreu na década de 80, quando Cleusa Barbosa publicou seu livro (*Autismo: depoimentos e informações*) e encampou a luta em território brasileiro, junto a Associação Terapêutica e Educacional para Crianças Autistas (ASTECA), aberta por familiares de autistas no Distrito Federal, em 1986 (LOPES, 2020).

Nesse sentido, a luta pelos direitos das crianças autistas no Brasil e nos Estados Unidos foi atravessada pelo discurso DSM. Todos aqueles que se aproximaram do campo, seja pais e mães que lutavam para serem ouvidos e compreendidos, para combater a desinformação e criticar as construções psicanalíticas psiquiátricas; seja os próprios autistas que se reuniram em grupo junto aos militantes que combatiam a construção patológica sobre a sexualidade e gênero<sup>69</sup>; e até mesmo o movimento que ficou posteriormente conhecido como “neurodiversidade”, foram todos atravessados pelo DSM.

O termo “neurodiversidade” (neurodiversity) só veio aparecer tempos depois, em 1999, através da socióloga australiana Judy Singer, portadora da síndrome de Asperger, em sua publicação intitulada *Por que você não pode ser normal uma vez na sua vida? De um “problema sem nome” para a emergência de uma nova categoria de diferença* (SINGER, 1999). O conceito de neurodiversidade organizou o debate através do depoimento de pais e autistas que afastaram a concepção do autismo como doença e postularam a ideia do autismo como diferença. Segundo Singer (1999), o movimento da neurodiversidade seguiu a esteira dos movimentos feministas e reconstruiu a autoconfiança das mães de crianças autistas para questionarem o modelo psicanalítico e psiquiátrico. Igualmente, o surgimento da internet, a facilitação na distribuição de informações e organização de grupos sem precisar da mediação dos médicos e hospitais, são fatores que facilitaram a organização de movimentos políticos e grupos de familiares, estimulando a representatividade e o desenvolvimento da identidade autista cunhada sob a premissa de que o autismo é uma condição patológica do neurodesenvolvimento.

---

<sup>69</sup> Refiro-me aqui a grupos feministas, o movimento LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais, assexuais e mais) e outros.

No entanto, Ortega (2008) aponta que esse movimento culminou na construção da “neurocultura” e de uma nova categoria de sujeito intitulada “sujeito cerebral”. O autor recorre ao conceito de biossociabilidade, de Rabinow (1992), que define uma certa forma de sociabilidade contemporânea onde a vida psíquica é descrita pelos predicados corporais, concepção fundada num vocabulário fisicalista e mecanicista que organiza a autodescrição a partir de crenças próprias, constituindo identidades puramente somáticas, a parte de concepções psicológicas e sociais. A neurocultura capturou os movimentos emancipatórios e o reconduziu para uma narrativa biológica sobre o autismo.

Os movimentos sociais foram então atravessados por esses vetores biopolíticos que descrevemos acima, forças que modelam num só tempo os conceitos, a militância, os modos de tratamento; e regula a produção de subjetividade de modo que as reivindicações não mais se baseiam na singularidade de cada caso, mas numa diferença que se organiza sob a concepção de novos termos e sob a premissa biológica. Por exemplo, o conceito de espectro do autismo foi uma destas modificações que derivou desta crise política entorno do DSM.

O movimento político, a luta por direitos e a luta pelo reconhecimento da diferença autista foi cooptada e não mais diz respeito a uma luta que parte da diferença para retornar a ela, para reinserir a sociedade num novo regime de sensibilidade, mas sim se orienta por interesses privados e critérios de saúde baseado em performances corporais e tratamentos específicos. Contudo, isso não quer dizer que o campo está homogeneizado e que não haja resistência. Acreditamos que uma narrativa possa surgir e furar esse discurso neuroidentitário, constituindo assim uma resistência frente à expansão da psiquiatria pelo DSM. No entanto, como veremos mais a diante, nossa aposta não está no discurso ou na narrativa. Para subversão do sujeito do capitalismo, apostamos numa estratégia espacial.

Nesse caso, qual estratégia podemos indicar quando se trata da crítica ao DSM e a resistência à expansão do poder psiquiátrico? Trata-se, neste primeiro momento, de instaurar certa desconfiança dos diagnósticos DSM, possibilitar a crítica à linguagem e o discurso psiquiátrico, operando uma crítica à psiquiatria como tecnologia de adaptação dos sujeitos e dos movimentos sociais. Trata-se, portanto, de uma crítica e uma denúncia dos jogos de visibilidade e dizibilidade – enquanto alguns casos ganham visibilidade em meio a narrativa neurodiversa, outros casos continuam marginalizados em vista da sua recusa à linguagem. O DSM opera a modelação das vozes e preconiza não a incorporação da diferença para reestruturação da sociedade, mas sim uma incorporação da diferença nos modelos de consumo, nos programas de tratamento mais “eficazes” prescritos por essa sociedade. As ações não

convergem mais para um “comum” do autismo com as outras lutas, mas diz respeito a uma regulação dos modos de vida direcionando-as para compor com os objetivos científicos que operam essa regulação das demandas de tratamento. Tal procedimento é a captura do ‘sujeito’ autista para situá-lo na posição de assujeitado às tramas biopolíticas. Segundo Ortega (2008) trata-se da produção de um sujeito ‘neurologizado’ denominado “sujeito cerebral”<sup>70</sup>.

A chegada do DSM-III, e a proposição de uma classificação estatística, científica dos transtornos mentais, afastou o mal-entendido proposto pela pesquisa etiológica da psicanálise e deu lugar à uma compreensão do autismo como uma nova categoria de diferença – a neurodiversidade. O conceito de “transtorno mental” propunha unificar a linguagem psiquiátrica entorno de evidências científicas. Além de combater preconceitos, oferecia esperança e era mais facilmente aceito pelos planos de saúde, pelas empresas responsáveis pela seguridade social. A oferta de uma psicopatologia científica acolhia a insegurança das pesquisas científicas na distribuição de recursos públicos em saúde mental e foi desta forma que o DSM-III foi recebido como “*uma gota de luz em um oceano de trevas*” (DUNKER, 2014, p. 92)<sup>71</sup>.

No entanto, é preciso ver com desconfiança esse novo modelo diagnóstico, pois ele atualiza vetores ainda mais reacionários no campo da saúde mental e realoca o poder psiquiátrico não mais dentro dos hospitais, não apenas nas tecnologias arquitetônicas como o *panopticon*, os asilos, os hospitais e nem apenas por mecanismos de tratamento coercitivos. O investimento do poder toma como ponto de incidência a vida e age sobre a modelação da subjetividade de modo a regulamentar a vida e as maneiras de viver. Veremos a seguir como este novo sistema diagnóstico acolhe as demandas da população para enfim, aprimorar o seu próprio modo de aplicação do poder e assujeita-las.

Além da associação entre mães de autistas e a frieza e falta de amor, a associação entre histeria e feminilidade ou perversão e homossexualidade são outros exemplos desta representação negativa que será transformada na relação com os protestos civis. Entre 1970 e 1973, no DSM-III a homossexualidade não figura na categoria de desordem, mas em 1974, após uma revisão de dados, o diagnóstico foi renomeado e substituído pela categoria de “distúrbio

---

<sup>70</sup> “Parece-me que um dos fenômenos fundamentais do século XIX foi, é o que se poderia denominar a assunção da vida pelo poder: se vocês preferirem, uma tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo, uma espécie de estatização do biológico ou, pelo menos, uma certa inclinação que conduz ao que se poderia chamar de estatização do biológico” (FOUCAULT, 1999, p.285/286).

<sup>71</sup> Traçava-se uma linha divisória clara entre os problemas da vida e a verdadeira doença mental. A chegada do DSM-III se fazia acompanhar do processo de desinstitucionalização de pacientes crônicos, da luta antimanicomial. Essa reformulação das políticas de saúde mental se apoiou também na ascensão dos tratamentos farmacológicos e na crítica da psicanálise como fonte inspiradora não de uma área exterior, mas da própria diagnóstica psiquiátrica. A subtração da psicose ao DSM-III torna-se o símbolo do fim do falido casamento psicopatológico entre psicanálise e psiquiatria (DUNKER, 2014, p.92).

de orientação sexual” sendo que, atualmente é denominado “transtorno de identidade de gênero”.

No caso do Transtorno do Espectro Autista (TEA), a história começa no DSM-I (1952), localizado no quadro das esquizofrenias em crianças. Na revisão desta edição o autismo continua pertencente nesse quadro, mas como sintoma da esquizofrenia de tipo infantil (1968). Já na década de 1980, com a publicação do DSM-III e sua revisão seguinte, o autismo aparece na subcategoria dos Transtornos Invasivos do Desenvolvimento (TID). No DSM-IV (1994), integram-se a essa mesma categoria a Síndrome de Rett; o Transtorno Desintegrativo da Infância; o Transtorno de Asperger e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (sem especificação). Atualmente, com o DSM-V (2014) todos esses transtornos, exceto a síndrome de Rett, foram fundidos a uma única categoria denominada Transtorno do Espectro Autista.

Quanto a expansão do poder psiquiátrico, a situação hoje é bastante diferente daquela descrita por Foucault (2020). Esse novo modo de aplicação do poder se expande não mais através da violência, mas através de modelagem dos comportamentos, uma modelação que opera sobre a maneira de viver. O DSM se constitui como sistema de saber-poder que concentra exatamente a função de atualização destes dois vetores políticos: o da biopolítica e o do biopoder.

Se analisarmos o aumento do número de diagnósticos no DSM veremos que a expansão da psiquiatria hoje se dá pela inespecificidade dos diagnósticos, pela sua capacidade em acessar o maior número de pessoas possível e não por diferenciar um grupo de outro. Trata-se antes de aumentar a capacidade diagnóstica da população para que a sociedade possa psiquiatrizar a si mesma, através de uma mínima diferenciação entre os normais, e não mais uma específica distinção entre os normais e os anormais. Sendo assim, trata-se de um novo paradigma da expansão do poder psiquiátrico, este não mais é encarregado de distinguir entre aqueles ditos loucos ou anormais, mas de criar pequenas diferenciações entre graus de normalidade.

Atualmente, o poder psiquiátrico avança prescindindo inclusive do poder do próprio médico, permitindo que os pacientes se autodiagnostiquem e cheguem até os consultórios e hospitais sabendo os termos técnicos que nomeiam seus sintomas e as medicações que intervêm neste mesmo quadro. É destituindo o poder do médico diagnosticar e difundindo o saber médico e psicopatológico à população que temos hoje uma sociedade que se autodiagnostica, que se refere ao médico apenas pelo seu poder de assinar as receitas. Chamamos isso de Sociedade de Normalização.

A nova onda de expansão do poder psiquiátrico não ocorre pela força e domínio dos grandes hospitais, nem mesmo pelas grades e camisas de força. Há toda uma sedução, um processo de subjetivação que passa pelo fascínio oferecido pela neurociência e pela identidade diagnóstica oferecida “cientificamente”. Esse poder não se expande apenas sobre o doente, o interno, o asilado, nem mesmo se expande apenas nos casos mais graves, mas é sobretudo na ordem do cotidiano que essa produção se dá. A expansão não ocorre mais dentro das instituições, mas por dentro da própria vida, na ordem do cotidiano, pela modelação das formas de viver.

O aumento do diagnóstico é acompanhado pelo aumento exponencial do uso de medicações psiquiátricas em crianças. Segundo Timimi (2020) há um aumento do número de crianças diagnosticadas com TDAH e TEA, nos Estados Unidos é estimado que milhões de crianças tenham sido diagnosticadas só no Estado Americano. Allen Frances (2016) alerta que esses diagnósticos são excessivos e são efeitos do modelo de ciência adotado para construção do DSM. Ele alerta para a possibilidade que este número englobe “falsos diagnósticos”, mais do que propriamente sejam diagnósticos fidedignos.

Esse aumento pode ocasionar efeitos negativos, como o uso estigmatizante do diagnóstico ou o uso indevido de medicações, além de efeitos colaterais severos. Sobretudo é o próprio Leon Einseberg, integrante de parte da equipe de cientistas encarregados da construção deste sistema diagnóstico proposto pelo DSM. Ele denuncia o TDAH como uma doença fictícia que está sendo hiperdiagnosticada (DUNKER, 2014).

Desta forma, a linguagem descritiva, pragmática e objetiva do DSM faz com que o diagnóstico possa ser feito por pais e professores, mas não só, é sobretudo pela autodescrição e pela representação dos conflitos pessoais segundo uma linguagem psiquiátrica, que este poder sobre a vida se expande e incide de maneira nociva. Atualmente, seja na escola ou na família, é difícil encontrar uma reflexão sobre os comportamentos e as condições subjetivas das crianças que não passe pela linguagem do DSM. É cada vez mais comum no Youtube e no TikTok o depoimento de jovens adultos e adolescentes que vêm a público dizer sua experiência com o diagnóstico de TDAH e TEA, de modo a naturalizar esses diagnósticos sem nenhum tipo de problematização histórica.

Contudo, há aí uma clara distinção entre aqueles que podem vir a público falar e aqueles que são dados ao esquecimento, e aos ainda existentes albergues e asilos. É dada a sorte de dizer-se TDAH ou TEA aquele que está no espectro nível de suporte 1, o que anteriormente se denomina quadros leves. Os de nível de suporte 2 e 3, que antes eram denominados graves ou

severos, ficam ainda à mercê do isolamento e da exclusão social, escondido dentro de casa ou internados em instituições fechadas.

A expansão do poder psiquiátrico hoje tem o traço da exclusão social, mas opera sobretudo por regimes de visibilidade e invisibilidade à céu aberto: aos severos é dado o azar dos hospícios e do uso excessivo de medicações; aos casos leves, a sorte da fama e da popularidade em prol do consumo de certas identidades diagnósticas midiáticas em canais de comunicação. E nesse misto de exclusão e popularidade, o poder psiquiátrico se expande não mais pelos casos graves, mas pelos casos mais leves. É, sobretudo mais próximo da normalidade do que da anormalidade que o poder psiquiátrico se capilariza na sociedade.

Embora a psiquiatria possa se atualizar enquanto ciência, até agora os efeitos desta atualização somente redistribuíram no campo uma nova forma de organização, um novo diagrama do poder. Trata-se da atualização do vetor biopolítico impresso no saber: a marca indelével do fazer viver e deixar morrer descrita por Foucault a respeito da biopolítica.

Uma das chaves conceituais mais interessantes criadas por Foucault (1999) é a respeito da regulamentação das maneiras de viver. Investigando a passagem de uma Sociedade de Soberania, no final do século XVII, para uma Sociedade Disciplinar que se estende do final do século XVIII até o século XX, o autor salienta a alteração da posição do poder frente a vida: enquanto no primeiro sistema de poder onde a ordem sobre a vida era operada pelo poder do soberano, sobre a chave que operava sobre a vida é fazer viver e deixar morrer. Posteriormente, com o surgimento das sociedades modernas, o poder sobre a vida se atualizou e produziu o que ele chamou de o direito de fazer viver e de deixar morrer. Essa passagem constitui o aprimoramento do poder e, por isso mesmo, opera ainda hoje em nossa sociedade de maneira cada vez mais insidiosa, tomando a vida e o viver, operando a regulação do vivente e suas maneiras de viver. Mais do que apenas obrigar a fazer certo procedimento, trata-se de fazer com que o próprio sujeito se adapte à certa maneira de viver:

Aquém, portanto, do grande poder absoluto, dramático, sombrio que era o poder da soberania, e que consistia em poder fazer morrer, eis que aparece agora, com essa tecnologia do biopoder, com essa tecnologia do poder sobre a "população" enquanto tal, sobre o homem enquanto ser vivo, um poder contínuo, científico, que é o poder de "fazer viver". A soberania fazia morrer e deixava viver. E eis que agora aparece um poder que eu chamaria de regulamentação e que consiste, ao contrário, em fazer viver e em deixar morrer. (FOUCAULT, 1999, p.294)

### 3.6 O espectro autista segundo o DSM

O fato de haver tantas metáforas relacionando o espaço ao sofrimento autista chama atenção. A psicanálise se esforçou para tentar representar esse sofrimento extraindo disso uma dinâmica afetiva própria aos autistas. A psiquiatria, como veremos a seguir, não busca elaborar uma dinâmica psíquica, mas visa simplesmente extrair o termo espectro do campo da física e situá-lo no campo da psicopatologia.

A confusão de línguas entre clínicos e a ausência de depoimento dos autistas fizeram com que a ciência médica se confrontasse com a falha no seu conhecimento. Evocar o termo espectro e situá-lo sobre a clínica do autismo foi uma estratégia para recobrir o problema da origem do autismo e da incompreensão sobre o funcionamento dos processos psíquicos e afetivos que foram ejetados dessa discussão proposta pelo DSM com o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em tese, o termo espectro ofereceria uma “evidência” ao campo científico, mas na realidade ele acabou sendo apenas mais uma representação do autismo. O uso do termo gera contradições, pois ao mesmo tempo que suspende uma possível explicação etiológica e psicológica do autismo, sustenta a hipótese genética para a origem e causa do mesmo. Assim a clínica do espectro autista proposta pelo DSM exclui os processos subjetivos e reveste o campo e os corpos de uma discursividade científica e estatística. Ao deslocar o termo da física para a clínica, a ausência de respostas é substituída por uma suposta eficácia científica que as pesquisas genéticas e estatísticas oferecem. Sabemos que a sociedade civil e os familiares envolvidos nas lutas pelos direitos das pessoas autistas, exigia um fundamento científico para a prática psiquiátrica e psicológica. Nesse sentido, o termo espectro gerou popularidade e aceitabilidade entre a população, permitindo o DSM operar uma efetiva esterilização das teses psicanalíticas e situar o debate longe da dúvida e da falta de evidência. Contudo, como veremos a seguir, essa aceitação não é sem polêmica e protesto:

Uma década após a publicação do DSM-V e da divulgação da categoria do Transtorno do Espectro Autista (TEA), já podemos ver hoje o desgaste deste conceito em relação à crítica colocada por pesquisadores e psicanalistas. Isso permite recolocar a questão que está em jogo no autismo: a dificuldade de representar o sofrimento. O termo espectro retorna à tradição do uso de metáforas espaciais para representar o sofrimento dos autistas. Contudo o DSM não relaciona o espectro à espacialidade da vida psíquica, sua abordagem é reducionista e implica numa redução do autismo ao seu corpo. A superação desta limitação só é possível na abordagem transdisciplinar da clínica que busca construir o sentido desse sofrimento no acolhimento do silêncio e da não representação; no acolhimento deste esforço permanente do humano planar

entorno de um ponto obscuro desde onde é preciso SE dizer. Somente através da crítica da clínica e de uma efetiva torção dos conceitos será possível superar o uso metafórico do espaço por um uso ético-estético-político do espaço.

O termo “espectro” é a nova metáfora espacial que domina o campo de representações sobre o autismo, busca organizar o campo das práticas, os discursos e os modos de ser autista hoje. O que mostraremos a seguir é a passagem do termo ao conceito, isto é, o modo como o termo espectro foi extraído da física para se tornar organizador do campo da psicopatologia. Buscaremos mostrar como o conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA) encobre dificuldades ainda presentes na clínica e que, diante dele, estamos no risco da homogeneização do campo. Os conceitos são construções que correspondem à dada exigência histórica, o conceito de “espectro do autismo” não só mostra como a ciência hoje carece de verdade em relação ao autismo, como mostra também que a exigência de comprovação e eficácia científica é maior do que o efetivo interesse nesta singularidade. Não importa tanto pensar como se sentem ou como agem aqueles ditos autistas, mas sim como modelar essa maneira de ser dentro de um “espectro” da normalidade, dentro da discursividade DSM. Assim, estamos diante das práticas de adaptação e normalização.

A construção histórica do conceito de espectro do autismo revela o campo problemático da clínica psiquiátrica: o desgaste da linguagem frente aos problemas históricos, políticos e clínicos de sua época. O conceito de espectro autista redefine nominalmente e reorganiza os grupamentos de sintomas entorno deste novo termo, alargando o diagnóstico, ampliando e generalizando-o para abarcar mais pessoas nesse campo, sem, contudo, formular uma psicodinâmica do espectro autista. Em que medida essa categoria diagnóstica tem se tornado um imbróglio para os autistas SE dizerem a partir de sua própria singularidade? Um dos efeitos é fazer com que as pessoas simbolizem seu sofrimento segundo essa terminologia: só é possível ser autista segundo a organização terminológica proposta pelo DSM. Contudo, veremos que não se trata apenas de uma questão nominal, a incorporação deste termo à prática clínica atualiza os modos de expansão da psiquiatria e seu domínio sobre a subjetividade.

Antes de compreender as consequências deste deslocamento do termo ao conceito, vejamos primeiro o termo espectro e seu aparecimento: oriundo da física, espectro representa a amplitude de um comprimento de onda relativo. Em geral, refere-se à decomposição da luz em diferentes ondas de frequência. Na física óptica encontramos o uso do termo no experimento com o prisma. Esse experimento demonstra a dispersão da luz branca passando através de um meio semitransparente. A ação da luz sobre essa superfície ocasiona a difração que é a mudança

na direção da luz à medida que ela passa de um meio a outro (no caso, do ar para o vidro do prisma), demonstrando a propagação dos diferentes comprimentos de onda que compõe o feixe luminoso. Diferentes cores aparecem, pois elas possuem diferentes comprimentos de onda. Cada uma delas sofre uma refração diferente causando um desvio angular que resulta na separação das cores e forma um espectro que vai do vermelho ao violeta, com as cores intermediárias laranja, amarelo, verde e azul<sup>72</sup>. O espectro luminoso representaria aqui essa diferença de grau entre uma cor e outra.

No campo da arte o espectro aparece na obra da banda inglesa Pink Floyd, mais especificamente no álbum *Dark Side of the Moon*, de 1973, que tem estampado em sua capa o experimento óptico do prisma e dá visibilidade ao espectro de cores que hoje simboliza a diversidade. As canções são marcadas por temas como tempo e espaço, loucura e política, demonstrando que tal obra apreendeu certo diagrama político que, naquela década, era imperceptível ao seu tempo – a articulação entre poder, espaço e diversidade. A banda apresenta um diagrama de poder, trata-se da tensão entre os movimentos libertários e as novas formas de controle e regulamentação que se impunham sobre a subjetividade naquele momento. Podemos dizer que, durante os anos 70 e ainda hoje, a visibilidade dada ao termo espectro, seja na clínica ou na política, indica as iniciativas de captura do sujeito. Tais capturas se dão não pela individualização da diferença, mas pelo continuum entre elas – controla-se os corpos não naquilo que eles são, mas naquilo que eles podem vir a ser.

O aparecimento insistente do espectro desde então, indica a emergência de uma nova política e uma nova prática de poder sobre a vida: tomar a subjetividade não individualmente, mas como espectro, como continuum entre as mais variadas maneiras de ser e viver. Esse novo diagrama de poder tem como ponto de incidência a vida em sua diversidade, a vida naquilo que ela pode vir a ser. Tal poder opera de modo a constituir novos controles e maneiras de regulamentar, de dar visibilidade ou invisibilidade a certas diversidades, agindo sobretudo com a finalidade de regulá-la para que seja economicamente mais produtiva e criativamente menos subversiva.

No álbum *Dark Side of the Moon*, especialmente as canções *Brain damage* e *Eclipse*, dissertam sobre essa relação entre espacialidade da subjetividade, as diferentes maneiras de ser e os modos espacialização do poder que penetram cada vez mais na vida. Tal poder se aplica

---

<sup>72</sup> Esse experimento foi inicialmente realizado por Isaac Newton, no século XVII, ao conduzir pesquisas sobre a ação a distância de indivíduos físicos distintos. Segundo Canguilhem (2012) a preocupação fundamental da ciência daquela época era situar a “ação a distância de indivíduos físicos distintos” e, portanto, situar “o veículo da ação” (p.140). Daí resultam as pesquisas sobre o éter como fluido que transporá outras forças.

sobre aquilo que temos em comum enquanto espécie humana: a mente, o cérebro e os genes. Desta forma, a ficção científica não seria somente gênero literário da década de 70, mas a própria maneira de efetivação deste aparato de poder – dominar os céus, pisar na lua, entrar no quintal das famílias e, por fim, tornar o espaço vital ponto de incidência do poder. Em trecho da canção *Brain Damage*, Roger Waters escreve: “*There's someone in my head, but it's not me*”. Em outro trecho ele identifica esse alguém (*someone*), esse interlocutor invasivo: “*The lunatic is on the grass / The lunatic is in the hall / The lunatic is in my head*”. Seria então “*Braim damage*” uma canção que fala dessa invasão do poder na vida? Seriam os “lunáticos” o aparato de controle e regulamentação da subjetividade?

No disco posterior *Wish you were here*, de 1975, a banda elabora a perda de Syd Barret, um membro fundador do grupo que desenvolveu um quadro de loucura. O álbum versa sobre o aparecimento deste novo paradigma do poder sobre a vida, poder que toma o lugar do sujeito, que instaura uma ausência ao passo que detém o poder sobre a vida; as canções versam sobre esse controle, assim como inserem o tema da ausência e da loucura como sofrimentos humanos. Se em *Dark Side of the Moon* o tema do eclipse aparece, no campo do poder sobre a vida, desaparece o lugar do sujeito, a interioridade de onde emana uma verdade e o anúncio da diferença, *Wish you were here* dá um passo a diante e materializa essa ausência em sua capa. As capas feitas para ambos os discos foram criadas pela *Hipgnosis*, estúdio criado por Storm Thorgerson; a primeira capa de *Wish you were here* trazia um close no aperto de mãos entre máquinas rodeado por um fundo preto. Segundo a exposição *Pink Floyd: Their Mortal Remains*, realizada em Londres, no Museu Victoria e Albert, em 2017, essa primeira capa representava uma ideia de Roger Waters que queria fazer crítica aos estúdios de gravação, sua exploração das bandas, e a tentativa de impedir a livre criação de sua arte – tal fato possivelmente teria entristecido muito Syd Barret. Porém, no serviço editorial do álbum optou-se pela segunda capa que traz a imagem de dois homens engravatados apertando a mão um do outro, sendo que um deles está em chamas e o outro intacto.

Em paralelo, no campo da vida e da política, esse acordo dizia respeito também à própria produção de subjetividade: sejam subversivos, mas sejam reprodutores do capitalismo. No entanto, no referido álbum há a canção *Welcome to the machine* que chama atenção para esse controle sutil operado pela regulamentação da diversidade:

*Welcome, my son, welcome to the machine*  
*What did you dream?*  
*It's alright, we told you what to dream*  
*You dreamed of a big star*  
*He played a mean guitar*

*He always ate in the steak bar  
He loved to drive in his Jaguar  
So welcome to the machine (PINK FLOYD, 1975)*

Controlar a diferença é controlar os sonhos, os desejos, as maneiras de ser: a canção diz algo como ‘bem-vindos à máquina de moer gente’ ou ‘vamos direcionar os seus sonhos, você pode ser quem você quiser desde que nos gere dinheiro e lucro’. Além disso, de certa forma a canção versa não só sobre a regulamentação destes “filhos” (*my son*), como também sobre uma preocupação específica com jovens e crianças que despontam como potência artística, como ponto disruptivo da cultura. No álbum seguinte, *Animals* (1977), as consequências deste “acordo” ficam ainda mais evidente quando essa crítica toma diretamente o capitalismo emergente: tal álbum aponta para a atualização do fascismo e sua aliança com o neoliberalismo, fato simbolizado pela divisão da sociedade em três grupos *dogs, pigs e sheep*. Por fim, *The Wall* (1979) demonstra esse domínio do poder, na canção *Another Brick in the Wall*, que demonstra como esse poder se aplica sobretudo sobre as crianças e as escolas. Com isso, fica claro que a emergência do espectro na cultura da década de 70 tem relação com a emergência do poder de controle e regulamentação sobre a vida.

A banda teria outras contribuições para o campo de disputa dos direitos humanos e da diversidade: contribuindo com a provisão financeira e a doação de 800 mil euros para o grupo de Deligny, o Pink Floyd incidiu mais uma vez no campo da disputa conceitual entorno do espectro, neste caso, do autismo. A quantia doada permitiu a compra da casa de Graniers, local onde Deligny, Janmari e o grupo viveu durante as décadas posteriores. Além da banda inglesa Pink Floyd, a psicanalista Françoise Dolto doou parte dos direitos autorais de uma de suas obras para custeio de despesas da subsistência do grupo. A rede vivia na pobreza forçada e escolhida, Deligny se considerava responsável por assumir esse risco, pois pegava emprestado essa posição política daqueles autistas que não se interessavam para nada além de seu corpo, situando-se, portanto, à margem do neoliberalismo e da nova exploração capitalista em curso (DELIGNY, 2007, p.1367).

No Brasil, o termo espectro dá título ao álbum do músico, poeta e artista plástico Tantão (Carlos Antônio Mattos), morador de São Gonçalo e personagem ativo da cena musical carioca que entre os anos 80 e 2000, produziu a banda Black Future e o famoso single “*Eu sou o Rio*”. Posteriormente, em 2017, Tantão forma o grupo “Tantão e os Fita” e reúne trechos de falas e poemas do artista, compostos com ritmos e harmonias criadas eletronicamente pelos produtores Abel Duarte e Cainã Bomilcar. Surge então o álbum “*Espectro*”, que oferece uma interessante discussão sobre o termo e o situa não só como ponto de incidência do poder, mas também de

ruptura, de resistência, de fuga desse “controle” total sobre a vida. Nesse sentido o espectro se afirma por uma sensibilidade artística, criação à margem que é modo de espacializar a vida. Tantão fala de um ponto muito singular, pela sua linguagem, seu traço, o artista versa sobre o ponto em que a doçura e a violência não se separam; ele fala a língua dos espaços, é um modo de ser que se regula por espacialidade e ambiência tal como os gaminos de Bogotá.

A espacialidade da obra de Tantão é tema que retomaremos adiante, sua vida situa a dimensão sensível do espectro. Cabe aqui determo-nos nessa visibilidade que o artista dá ao tema do espectro: isto não é apenas jogo de luzes, de visibilidade e invisibilidade posta sobre a diversidade; o espectro é também sinal daquilo que escapa, sinal daquilo que não está mais lá. Em suas pinturas o artista coloca muitas cores, cores quentes e primárias; em suas letras exhibe fórmulas sintéticas e precisas; em sua apresentação como músico expressa uma violência e uma alegria contumaz:

Centros galácticos globulares  
Lenticular, irregular  
Lenticular, irregular  
Lenticular, lenticular  
Irregular  
Lenticular  
La la la  
Além do alcance dos olhos  
Barra de estrelas  
Buraco negro  
Barra pesada  
Além do alcance dos olhos  
Barra de estrelas  
Barra pesada  
Buraco negro  
Medida de segurança!  
(...) (TANTÃO E OS FITA, 2017)

O artista apresenta essa dimensão intensiva do espectro, a coexistência entre uma dimensão lenticular (de perspectiva e formação de imagem) e a dimensão irregular (além da percepção). Entre o Pink Floyd e Tantão, poderíamos dizer que o aparecimento do termo espectro na arte do século XX demonstra e tensiona com aquilo que é proposto na psiquiatria deste mesmo período. O espectro é então, num só tempo, jogo de luz, criação de imagens (do autismo, da diversidade, do humano) e, no âmbito institucional e político, o espectro é ponto de incidência do poder de controle e regulamentação sobre a vida, um poder que não visa mais a individualidade, mas a diversidade. O termo espectro permitirá à psiquiatria avançar não somente sobre os casos específicos, mas sobre o caráter irregular da diversidade, isto é, avançar pelos diferentes grupos que aparecem, não apenas os autistas, mas toda e qualquer subjetividade emergente; e igualmente, criando e modelando grupos para inserir aqueles que escapam dentro

de um tipo de “acordo”. Com isso o poder busca deter os levantes, as insurreições, aquilo que escapa. Como vimos, a psiquiatria se expande hoje sobre a inespecificidade da subjetividade, essa é sua posição estratégica.

No campo psiquiátrico o termo espectro apareceu no início da década de 1970. Em 1977, na pesquisa de Folstein e Rutter intitulada *Résultats thérapeutiques et pronostics*, o conceito de “espectro autístico” foi usado pela primeira vez. Esse termo que deriva da física e seus estudos sobre a óptica, foi absorvido pela psiquiatria para apontar a passagem do autismo de Kanner ao de Asperger, fundando essa passagem não na descrição psicodinâmica, mas no discurso sobre a origem do autismo na dependência de um suposto fenótipo. Folstein e Rutter publicam naquele mesmo ano um outro estudo intitulado *Infantile autism: a genetic study of 21 twin pairs*, no *Journal of child psychology and psychiatry* onde relatam casos de gêmeos autistas e seus parentes; afirmam se tratar de um transtorno complexo e com manifestações diversas e mal delimitadas cuja especificidade continua inapreensível. No entanto, embora não tenha sido apresentada nenhuma evidência sobre o fenótipo, a publicação gerou adesão ao termo, em especial, na obra de Lorna Wing que inseriu gradativamente o termo em suas pesquisas. Folstein e Rutter tomam emprestado o termo da física para situar o “espectro autista” como dimensão própria dos autismos, a proximidade e diferença entre o quadro descrito por Kanner e Asperger teriam o teor de uma passagem tal como a luz violeta passa para azul, da azul para verde, do verde ao amarelo e assim sucessivamente.

O deslocamento do termo para o tipo clínico, afunda o autismo no seio da psiquiatria e nas tramas de um poder que incide num só tempo sobre o corpo individual e sobre o corpo da população. Segundo Maleval (2017), Folstein e Rutter utilizaram o termo para especificar a dependência de um suposto fenótipo, sem com isso construir uma efetiva demonstração do gene específico. O termo foi utilizado para delimitar o “conjunto de manifestações clínicas de um processo autístico subjacente, cuja especificidade continua inapreensível” (MALEVAL, 2017, p.63); o espectro passa a ser então os diferentes graus de gravidade e os diferentes tipos de autismos. O espectro define a passagem gradativa entre um grau e outro, mas também entre um quadro e outro, de modo que a distinção entre Síndrome de Asperger e o Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TDI) não apresentaria nenhuma diferença psicodinâmica, mas sim uma diferença de grau.

Segundo Maleval (2017) a década de 70 consiste numa virada na abordagem do autismo. Representa o período de confronto entre o apogeu das teses psicanalíticas e a desilusão de psicanalistas americanos e sua migração para o behaviorismo e os métodos de tratamento pelo

cérebro. Além disso, foi o momento em que a psiquiatria notou algumas incompatibilidades entre as síndromes descritas por Kanner e a possibilidade de haver outros tipos de autismo<sup>73</sup>.

Durante esse período notou-se que os autistas examinados por Kanner, em 1943, cresceram e algumas daquelas crianças tiveram uma vida social autônoma, adquirindo diploma universitário, trabalhando em bancos e outros lugares. Estava em voga observar a “adaptação social” dos autistas, enquanto aqueles que não se adaptavam às normas sociais, eram ofuscados pelo brilho das novas questões emergentes. Surge então a atenção para os autistas com grande inteligência, aqueles que viraram matemáticos ou se formaram nas melhores universidades. Até mesmo Tustin se volta para essa questão e, pouco a pouco, os autores psicanalistas são ofuscados pela ascendência de Rutter, Folstein e Lorna Wing.

O interesse de reavaliar os conceitos e as modalidades de tratamento do autismo a partir de bases behavioristas permitiu superar as observações de Kanner sobre o isolamento afetivo e social dos autistas, apresentando uma série de particularidades que os autistas apresentarão após a adolescência. Começa a aparecer os autistas se dedicando a outras atividades que não apenas o isolamento e a esquivas ao contato físico e social. Somando essas novas observações ao fato de haver autistas muito inteligentes, Lorna Wing propõe, no final da década de 70, redefinir o autismo descrito por Kanner e construir a categoria de Síndrome de Asperger. Tal reelaboração é feita a partir da influência do DSM e do behaviorismo. A obra *Autismo e síndrome de Asperger* foi inicialmente publicada em 1981 e depois republicada em 1991, nela a autora mostra como há um “*continuo se estendendo sem quebras*” do autismo de Kanner à Síndrome de Asperger e sugere novos termos como “autistas de alto funcionamento” e a própria Síndrome de Asperger<sup>74</sup>.

Em paralelo, o autismo vai sendo afastado da proximidade com a psicose e a loucura e seguirá sendo aprofundado no campo dos “distúrbios globais do desenvolvimento”. Foi no DSM-III, em 1980, que essa premissa se ratificou efetivando a mudança de orientação do projeto terapêutico. Tal publicação serviu como suporte para dupla intervenção do DSM no campo do autismo: primeiro afastando as teses psicanalíticas e a psicodinâmica e, por conseguinte, repreendendo a psicanálise por não ser ciência e acusando-a de maltratar os

---

<sup>73</sup> “Os anos 1970 constituem o apogeu do público das teses psicanalíticas, mas é também a época em que os idealizadores do DSM-III se põem a trabalhar para remedicar a psiquiatria preconizando uma abordagem ateuca quanto à etiologia, da qual uma das maiores consequências consiste em fazer tabula rasa de toda hipótese psicodinâmica” (MALEVAL, 2017, p.58)

<sup>74</sup> “O argumento mais comprobatório em favor da existência de um contínuo se estendendo sem quebrar do autismo de Kanner à síndrome de Asperger provém de um material clínico segundo o qual um mesmo indivíduo, indubitavelmente autista em seus primeiros anos, fez progressos que o levaram, na adolescência, a desenvolver todas as características da síndrome de Asperger” (WING, 1981, p.102-103, apud, MALEVAL, 2017, p.64)

familiares implicando-os como responsáveis pelo transtorno. A segunda intervenção consiste em regular o campo das representações propondo o debate e o tratamento do autismo através de fundamentos de bases genéticas, neurocientíficas e cognitivistas, fato que tornou o espectro uma maneira de ver, um efetivo prisma<sup>75</sup>.

O aparecimento do termo dá à psiquiatria a possibilidade de formular um diagnóstico que contemple a multiplicidade de autismos, ao passo que, paralelamente, opera um achatamento que inclui possíveis autistas e possíveis não autistas num mesmo quadro clínico genérico. No horizonte, há o interesse em fundar as questões de saúde mental sobre a hipótese de que os transtornos mentais possuem um fundo genético e neurológico, dando assim alguma sustentação científica ao caráter atóxico de sua argumentação e operando a despolitização do problema. Com isso, o termo espectro na psiquiatria opera a difração do sujeito, isto é, seu desaparecimento numa adaptação sutil à discursividade DSM. Essa difração negativa do sujeito faz com que seu modo de vida esteja adaptado às maneiras de ser da sociedade de normalização.

A difração negativa é a passagem da posição de sujeito para a posição de assujeitado. Tal deslocamento faz com que o sujeito narre sua experiência a partir do discurso psiquiátrico, deslocando-se de seu lugar de sujeito para estar na posição difratada, isto é, disperso entre inúmeros diagnósticos, tomando os termos e os conceitos como modo de representar a si. A difração ocasionaria no desaparecimento do sujeito em prol de uma discursividade, fato que constituiria identidades-lenticulares produzidas não pela singularidade territorial, corporal e histórica de cada um, mas na identificação e na adesão imediata às representações vigentes. Nesse caso, o espectro não é o sujeito autista, mas a operatória do poder psiquiátrico em seu novo método de expansão, trata-se de uma operação de difração em prol de um domínio não mais individual, mas sim amplo e genérico que vale não apenas para os anormais, mais sobretudo para os normais.

A partir disso o campo se estreita: passa existir o risco de se incluir os autistas no sistema de garantia de direitos (educação, saúde e direitos humanos) e estes direitos só serem legítimos face à evidência de que no fundo dos transtornos mentais há um fundamento genético ou só são legítimos através dos elementos discursivos propostos pelo DSM. Tal estreitamento contribui para uma regulação na maneira de sofrer que, ao incluir os autistas falantes no regime de dizibilidade e visibilidade, ocorre o efeito de ofuscamento daqueles que não se adaptam, não dão depoimentos ou não falam verbalmente.

---

<sup>75</sup> “A implicação maior dessas mudanças de denominação encontra-se nas consequências quanto ao tratamento: elas sugerem fortemente que o autismo é menos do foro da psiquiatria do que da educação especializada” (MALEVAL, 2017, p.62)

O deslocamento do termo ao conceito implica na construção de um diagnóstico fundado sobre premissas fisicalistas e mecanicistas que dissipam o sujeito da relação com seu corpo e o situam a partir de um espectro imaginário; situam o sujeito na relação com o funcionamento mecânico do cérebro e com os discursos que servem como espelhos que só refletem a prerrogativa do capitalismo. Tal deslocamento indica então (1) a reorganização nominalista dos termos, (2) subsidiar a premissa genética dos transtornos mentais; (3) regulamentar a população segundo estas redefinições; por fim, (4) o conceito de espectro implica ainda na ampliação do ponto de incidência do poder psiquiátrico que faz a clínica espectral penetrar autistas e não-autistas, expondo ambos ao uso indevido de diagnósticos e medicamentos.

O uso do termo espectro excede as descrições e a especificidade dos autismos para passar a representar a própria imagem de autismo na contemporaneidade: este passa ser o *continuum* inespecífico entre os diferentes tipos de autismo, permitindo que cada um seja mais ou menos autista e permitindo também a profusão de diagnósticos combinados onde um único sujeito possui Transtorno do Espectro Autista, Transtorno Obsessivo Compulsivo e Transtorno do Humor.

Parte-se, portanto, do autismo e dos transtornos da comunicação para chegar ao que remete à relação com o outro e aos transtornos afetivos. Num polo, coloca-se a ausência radical de "comunicação" e no outro, situam-se os transtornos da relação com os outros. Tal achatamento da clínica só podia produzir um espectro estranho, mal definido, e favorecer a multiplicação dos casos que supostamente fazem parte do polo do autismo. (LAURENT, 2014, p.64-65)

Laurent (2014) afirma que a proposição do conceito de espectro altera a compreensão do autismo: a classificação que resulta disso revela a instabilidade gerada pela inserção de vários tipos de autismo no *continuum* – por exemplo, proximidade quase indistinta entre a Síndrome de Asperger e o Transtorno Autista gerou polêmicas entre aqueles que se identificavam com a síndrome descrita. Segundo Laurent (2014) tal mudança provocou o reposicionamento do discurso sobre o autismo e permitiu concentrar toda multiplicidade do debate sobre o prisma da psiquiatria estatística, fazendo com que grande parte dos clínicos passassem a ver os sintomas autistas pelo ângulo da determinação biológica e genética.

O conceito de espectro não introduziu propriamente uma “causalidade” ou uma “racionalidade” sobre a dinâmica do sofrimento autista. Dentro da discursividade DSM a ideia de “bipolar” induz a imagem de um sujeito oscilando entre estados, fazendo com que o termo indique certa dinâmica afetiva. A ideia de espectro, por outro lado, dissolve a fronteira entre as diferenças e reúne todas em uma grande categoria inespecífica. Laurent (2014) aponta que a

incidência do termo espectro sobre a clínica psiquiátrica encaminha a dissolvência das categorias diagnósticas tornando-as porosas e cada vez mais inespecíficas: já se propõe a incidência do termo espectro não só sobre os autismos, mas também sobre o “conjunto do espectro da psicopatologia” que situaria polos diagnósticos os homens (autistas) de um lado e as mulheres (bipolares) no outro<sup>76</sup>. Essa mudança é baseada em análises neuroquímica e nos estudos sobre medicamentos, mais uma iniciativa que visa situar os transtornos mentais como sendo efeito de um desequilíbrio hormonal. Contudo, segue ainda completamente insuficiente o desenvolvimento de um medicamento específico para o autismo.

Em 1994, desde a publicação do DSM-IV, ocorre junto o aumento de casos associados ao autismo e, paralelamente, aumento da quantidade de transtornos mentais indicados pelo DSM. O aumento na quantidade de diagnósticos e pessoas diagnosticadas não é acompanhado do aumento na capacidade de demonstrar os modos de subjetivação dos autistas, mas sim da naturalização do autismo como síndrome genética. O que entendemos hoje por autismo, segundo o DSM, é puramente um quadro descritivo dos sintomas organizados estatisticamente. Nessa publicação vigorava ainda o Transtorno Autista, a Síndrome de Rett, o Transtorno Desintegrativo Infantil, a Síndrome de Asperger e o Transtorno Generalizado do Desenvolvimento não Especificado. Somente em 2013, no DSM-V, que o Transtorno do Espectro Autista seria inserido no campo como forma de unificar e englobar os diferentes tipos de autismo sob um único prisma. O DSM-V opera a efetiva classificação do autismo no quadro dos Transtornos do Desenvolvimento, afastando de vez o autismo do grupo das esquizofrenias e, por conseguinte, deslocando o autismo do foro da psicologia para situá-lo no da educação especializada.

É no DSM-V, em 2013, que o conceito de “espectro do autismo” foi transformado na categoria diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Tal deslocamento é a descontinuidade do termo ao conceito e do conceito à classificação diagnóstica, assim o espectro deixa de ser uma especificidade do autismo e passa representar o próprio grupo dos autistas. Podemos entender que tal descontinuidade ocasionou na pulverização do quadro clínico<sup>77</sup>: a inespecificidade com a qual se passou a se dirigir aos autistas é, portanto, regulação biopolítica da clínica do autismo.

---

<sup>76</sup> Conferir o artigo de Hill (2012). *Not just a boy thing. How doctors are letting down girl with autism.*

<sup>77</sup> “A operação do DSM, que consiste em suprimir os debates psicopatológicos para propor uma lista de síndromes com critérios empiricamente observáveis, pulverizou as categorias anteriores” (LAURENT, 2014, p.64)

Uma das polêmicas entorno do DSM-V ocorreu na conferência de lançamento, em 2013, quando cidadãos junto à associação de sujeitos ditos Asperger protestaram contra a confusão operada pelo novo transtorno. Durante a conferência de apresentação do DSM-V, alguns fizeram questão de expressar sua angústia ante a perda de sua especificidade diagnóstica e denunciavam o absurdo que era unir a Síndrome de Asperger ao Transtorno do Espectro Autista. Segundo Laurent (2014) os “usuários” se indicavam inconformados com a posição do DSM em atribuir a eles a dissociação das suas “faculdades cognitivas, intactas”; denunciavam a confusão entre a “suposta incapacidade de ler as emoções ou os afetos dos outros”. Não queriam então ser confundidos com os típicos autistas “carentes de capacidades cognitivas” e com isso se opuseram em “resistência” reivindicando para si a sua “especificidade” que os diferencia dos demais autistas. Certamente que tais protestos não resultaram na alteração da classificação diagnóstica, ao contrário, o espectro não cessa de se ampliar.

E embora a associação entre psicose e autismo seja algo passível de discussão, visto que no campo da psicanálise existe o debate se o autismo é do foro da psicose ou possui sua própria estrutura, o deslocamento do conceito à classificação foi bem recebido pelo campo científico e inaugurou novos focos de incidência do poder psiquiátrico, resgatando aquilo que Foucault (2020) designou como poder médico-pedagógico. O deslocamento do autismo do campo da saúde mental para o campo da educação especializada inaugura a possibilidade de focar exclusiva e individualmente os autistas, constituindo um campo de práticas adaptacionista e normalizadoras que moldam os processos de saúde e as práticas de cuidado.

A dissipação do debate sobre a psicodinâmica do autismo culminou na profusão de práticas comportamentais como o método *Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children* (TEACCH) e *Applied Behavior Analysis* (ABA). Tais práticas operam num só tempo a adaptação social e o enquadramento dos gestos e trajetórias das crianças num espectro de normalidade-anormalidade; levam a diante não só a ideia de um fundo genético, a redução do transtorno à sua manifestação comportamental, como também levam a cabo a ampliação da prática biopolítica de controle e regulamentação da população. Sob a veste científica dessa prática, passa despercebido o domínio da saúde e da educação privada sobre os direitos da população: por um lado aqueles que têm acesso a planos de saúde buscam esse tipo de prática e, do mesmo modo, essas práticas penetram na saúde e na educação pública afastando a possibilidade da elaboração de um cuidado do autismo segundo bases territoriais da prática de Rede de Atenção Psicossocial e da Educação brasileira.

### 3.7 Resistência à expansão do poder psiquiátrico

Como vimos, entre Deligny e Canguilhem podemos traçar uma linha onde a normatividade se opõe à norma e se materializa na forma de desvios. Nas áreas de estar a atividade da criança – seu agir, seus gestos e trajetos – indicavam uma saúde fora da norma; um desvio importante em relação às imposições às quais as crianças foram submetidas em ambientes medicamente determinados. No ambulatório não é diferente, a criança encontra no vago a circunstância que convida seu agir.

Dessa forma, o espaço é a condição de possibilidade para a atividade normativa da criança. É justamente o vago que precisa ser preservado para que a criança possa indicar no espaço as linhas do processo de produção de saúde. Linhas estas que desviam dos modos de institucionalizações num espaço duro. Preservar o vago diz respeito à importância das rupturas, das brechas, do vazio para compor um manejo clínico. Trata-se de criar espaços suficientemente flexíveis e abertos ao acaso. “Preservar o vago” diz respeito não apenas ao manejo do espaço institucional, mas também ao manejo da linguagem e dos saberes envolvidos no processo de produção de saúde.

A errância e a fuga tornam-se elementos complexos na cartografia: toda fuga é fuga da instituição – tal como Antoine, em *“Os incompreendidos”* (TRUFFAUT, 1959), que foge do reformatório em direção à praia. As crianças das áreas de estar não fugiam, não havia do que fugir, não havia muros ou normas superiores. Porém, a errância consistia numa fuga que escapava na direção de espaços outros dentro do próprio território. É como se a criança pudesse ver nas tramas da realidade, um espaço surreal, onírico, estético, aberto, fora da métrica, fora da linguagem e da consciência para, a partir disso, traçar uma linha que fissa o espaço duro da instituição, que rasga o tecido do tempo-espaço e inaugura outros modos de espacialização, outros modos de subjetivação.

Essa ruptura se dá por dentro do espaço e desemboca numa linha fora dele, sem, contudo, estar separado dele. Entendamos melhor: para pensar essa abertura topológica é preciso distinguir a exterioridade do lado de fora. O exterior diz respeito às formas, nesse caso corresponde à rua, à calçada, à cidade e a inúmeras e sucessivas formas que representam o espaço exterior à forma arquitetônica do corredor. O fora, por outro lado, é sem representação, sem imagem e exterior à própria exterioridade. Nós não podemos representá-lo, pois ele está fora deste alcance. Só podemos senti-lo e experimentá-lo numa sensibilidade à sua dimensão de forças.

O fora é a dimensão de forças que compõem a realidade, é a dimensão de forças que compõe as relações de poder. O fora está por de trás da articulação dos enunciados e dos modos de visibilidade:

[...] se a força está sempre em relação com outras forças, as forças remetem necessariamente a um lado de fora irreduzível, que não tem mais sequer formas, feito de distâncias indecomponíveis através das quais uma força age sobre outra ou recebe a ação de outra (DELEUZE, 1988, p.93).

As relações de poder são relações de força (FOUCAULT, 2014b). O objeto de toda força é a própria força. O poder se define pela capacidade de afetar e/ou ser afetado, para ele só existem relações de forças que nada mais são senão ações sobre ações: incitar/ser incitado, prender/ser preso, vigiar/ser vigiado, modelar/ser modelado. Afetar e ser afetado constitui então a zona de subjetivação, o ponto em que as forças afetam umas às outras em um combate móvel e constante.

As formas, as formações históricas, os saberes, são todos produtos desse embate entre forças. As relações de poder não se confundem com as formas que determinam os enunciados, nem os modos de visibilidade, que determinam as maneiras de ver e os objetos visíveis. Enquanto as formas dizem respeito aos saberes e aos modos de visibilidade, o poder, diferentemente, opera como força, modelando, modulando, torcendo e distorcendo a realidade e igualmente, sendo afetado pelas forças correspondentes, de modo a instaurar um processo sempre aberto, cambiante, onde não apenas os produtos das relações de poder se modificam, mas também os próprios arranjos do poder se modificam<sup>78</sup>.

As forças não estão absolutamente nas formas do poder (no Estado, na psiquiatria, no judiciário), nem mesmo estão nas formas arquitetônicas (seja ela educacional, médica ou jurídica). As forças também não estão nos enunciados, nas construções nosográficas, nos tratados de psiquiatria, nas determinações do juiz, nos autos da lei. As forças estão fora, estão no mundo, ingovernáveis, sempre parciais (DELEUZE, 1988).

---

<sup>78</sup> Apontamos para o aparelho disciplinar e sua relação com o panopticon, mas é também importante compreender a atualidade disso que Foucault (1999) demonstra como biopoder e biopolítica, o poder se atualiza e se constitui através de outros modos que não apenas o espaço físico. Segundo o autor, o poder funciona por virtualidade que conjuga singularidades somáticas, singularidades locais, situacionais, que conjuga uma “microfísica do poder”. Essa virtualidade abstrata do poder ele chamou de diagrama (DELEUZE, 1988). No diagrama o “abstrato” é aquilo que se distingue do específico, assim, é uma função não formalizadora do poder, uma forma não finalizada, sempre aberta à construção. O panopticon é um diagrama do poder por demais fixado na estrutura arquitetônica, enquanto o autor diagrama do biopoder e da biopolítica toma a vida como própria superfície do poder. É importante assinalar que os cursos após a década de 70, em especial os livros História da Sexualidade II (2017a) e III (2017b), exploram esse novo diagramação do poder.

Dizer então que o espaço é o lugar das tensões e embates entre as forças, implica em considerar que haja no espaço não apenas as formas da arquitetura, as medidas, as distâncias, tudo aquilo que pode ser visto e dito. Há no espaço uma força, ele possui sua dimensão quântica, quantum de forças que está fora daquilo que reconhecemos como “espaço”. O vago, o vazio, o vácuo são todas tentativas de representar um espaço irrepresentável. Eles indicam um ponto em que fulgura a ausência de representação. Ao invés de se tratar de um vazio representativo, trata-se de indicar um vazio da representação que, paradoxalmente, não é vazio, mas povoado por forças não representadas que estão em interação, exercendo atração sobre os corpos e impelindo no espaço da experiência alterações. Trata-se de uma relação com o espaço que passa diretamente pela razão, pela linguagem e pela consciência. Para experimentar esse espaço vazio povoado por forças, para interagir com o fora, é preciso declinar a razão, a consciência e o pensamento em direção ao fora da linguagem.

O espaço arquitetônico, por exemplo, está no campo do saber, mas há nele relações de força que não são abstrações, virtualidades, mas forças que impelem o corpo e o agir. O agir é, por sua vez, uma força que responde a essa tensão entre o corpo e o espaço; é um gesto de resistência que urge da disputa entre as forças da vida (a vitalidade não orgânica) e o poder. Do ponto de vista clínico, trata-se de acompanhar os gestos de resistência, esses agires da criança, pois eles são um traçado do humano, uma força viva.

O agir é força impessoal e não intencional que age entre o corpo e o espaço, entre a norma da instituição e a normatividade do humano. Acompanhar os trajetos é estar ao lado da proliferação de traçados que permitem a variação dos modos de produção de saúde. É a força humana que atravessa o espaço desviando das disciplinas e produzindo novos modos de existência. O espaço é então lugar de tensões, disputas e combates entre o poder disciplinar e as forças da infância e do humano.

A errância é uma força que fura o espaço, imprime sobre ele gestos e força. A criança abre o espaço para a dimensão quântica de forças que o compõem, ativa uma tensão, uma resistência, abre brecha onde a indeterminação tem lugar e explora o vago e o vagar como estratégias de luta e resistência. Ela faz do agir um gesto de resistência.

Fissurar o espaço, abri-lo para dimensão de força, é criar uma janela que abre para o fora. Nessa abertura, o fora surge como o espaço outro, espaço vazio, campo de forças, universo fora da linguagem. Sendo assim, sem forma e sem enunciado, esse espaço só pode ser percebido e experimentado cartograficamente, pelo movimento da criança. Nós, seres de linguagem e consciência, só podemos tateá-lo às cegas.

O vago é, portanto, condição de possibilidade para os processos de saúde fora da norma disciplinar. Que novidade esses trajetos trazem para a clínica? Que outros dispositivos de cuidado podem ser pensados a partir deles? Sobre a superfície vaga do espaço, convertem-se os vetores de normalização em vetores de transversalização. De que modo a agitação, a inquietação, a agressividade e todos estes gestos das crianças vistos negativamente pela perspectiva do DSM são pistas para transformação da clínica e sua relação com a infância? De que modo seguir os gestos e trajetos das crianças em seus devires insubordinados é uma pista para inovar nossos dispositivos de educação e cuidado? De que modo aquilo que as crianças dizem pode ser transformador da sociedade?

Pensar essas questões implica em estar às voltas com o fora da linguagem. Esse ponto não representativo, irracional. Implica também em acolher os gestos e os trajetos das crianças de um outro modo, não como objeto, mas como força que compõe as tramas dos nossos dispositivos de cuidado. Ao invés de se dedicar a elas, de tratá-las, que seja possível compor com elas nestes gestos que são força, vetores, espacialidades, ferramentas de abertura.

Este espaço espectral que habita dentro de outros espaços como janela, porta, fresta, fissura, Deligny (2015a) deu o nome disso de *topos*. *Topos* é o espaço fora da métrica, fora da linguagem, fora da representação, é o espaço mínimo para um modo de vida estar, para que uma vida seja passível de ser vivida. É a condição de possibilidade do agir, dos gestos de resistência. O fora, tal como *topos*, é aquele espaço que já está lá de antemão, fóssil, soterrado pela linguagem e pelas tramas da socialização. Desta forma, tomar o gesto e o trajeto da criança como vetor criativo, implica num deslocamento de nosso lugar de poder em prol de um *deixar ser guiado* pela criança. de um tatear às cegas o universo fora da linguagem.

O espaço fora da linguagem é então esse campo de embate entre as forças que movem as superfícies do mundo; plano que ativa deslocamentos, lugar do afetar e ser afetado; espaço onde a criança desliza seus gestos e trajetos, onde a espacialidade de seu agir inaugura falhas da instituição e abre pontos cegos no poder. O espaço do fora é o lugar onde a vida não está totalmente subsumida ao poder.

### **3.8 Espaço, infância e resistência**

A criança se beneficia de um espaço vago, de circunstâncias oportunas, do deslocamento, mais do que da adequação. Considerar essa tese implica em deslocar a instituição do centro do processo de produção de saúde e dar protagonismo a criança. De que modo seus trajetos indicam a direção do cuidado? Para a clínica do espaço, trata-se de perceber os deslocamentos *no espaço* e, a partir disso, traçar o que seria o deslocamento *do espaço*. A

espacialidade do agir abre microfissuras na trama da instituição, no espaço arquitetônico, nos modos de espacialização do poder. Nesse caso, tal clínica operaria sobre a instituição furando-a a partir deste traçado da criança, fazendo-a funcionar de outro modo, alterando seu espaço para alterar os modos de espacialização da subjetividade. Nessa tensão entre espaço disciplinar e a infância indisciplinada, trata-se de permitir que o espaço permaneça vago a fim de atrair estes traçados. Neste manejo a clínica cuida num só tempo da criança e dos processos institucionais, tomando a criança como protagonista político.

Contra a normalização instaurada na arquitetura pelo poder<sup>79</sup>, as crianças opunham sua própria normatividade. Seja na escola ou no ambulatório de saúde mental<sup>80</sup>, de que modo essa espacialidade ganha lugar? Em que medida as crianças possuem voz, dizeres, enunciados, de que modo sua força e sua atividade cartográfica compõem com os processos de educação e cuidado?

Numa conversa publicada em *Microfísica do poder* intitulada *Os intelectuais e o poder*, Gilles Deleuze e Michel Foucault dizem o seguinte:

Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino. Na verdade, esse sistema em que vivemos nada pode suportar: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força global de repressão. [...] E quando os prisioneiros começaram a falar, viu-se que eles tinham uma teoria da prisão, da penalidade, da justiça. Essa espécie de discurso contra o poder, esse contradiscurso expresso pelos prisioneiros, ou por aqueles que são chamados delinquentes, é que é o fundamental, e não uma teoria sobre a delinquência. [...] E o inverso verdadeiro. Não são apenas os prisioneiros que são tratados como crianças, mas as crianças como prisioneiras. As crianças sofrem uma infantilização que não é delas (FOUCAULT, 2018a, p.135).

O que significa ouvir a resistência da criança? Para nós ouvir não significa representar, não se trata de transformar o gesto em enunciado. O gesto é a mínima manifestação de uma vida, ao passo que significar é traduzir em palavras e arriscar-se em equívocos.

Se a resistência se manifesta por gestos e trajetos, ouvir conjuga *ver*, *perceber*, *agir e sentir*. Tal disponibilidade pode ser simplificada pela fórmula: ser afetado e afetar. Ouvir e

---

<sup>79</sup> Foucault (2018a) em “O nascimento do hospital”, demonstra como a arquitetura médico-hospitalar ao ser aprimorada no final do séc. XVIII se constituiu como ferramenta disciplinar. A ideia de uma arquitetura disciplinar deriva em grande parte da incorporação do *panopticon* na sociedade; na medida em que essa sofisticação do poder acontece, não só o hospital torna-se disciplinar para o doente, o médico e a medicina, como ele próprio opera uma higienização profunda nos saberes e na sociedade.

<sup>80</sup> O Ambulatório é um modelo de atendimento médico-psicológico que habita a fronteira entre o hospital, local de alta complexidade, e os modelos de atendimento de média complexidade. No Brasil os ambulatórios resistiram à Reforma Psiquiátrica e se tornaram espécie de gueto da psiquiatria que é muitas vezes analisado de modo pouco crítico. A análise do ambulatório como espaço disciplinar foi tema da dissertação de mestrado (ALMEIDA, 2017).

acolher a resistência da criança implica em percutir, isto é, tocar e ser tocado, tocar e fazer ressoar as linhas de força da infância. É através dele que se inauguram brechas institucionais e novos modos de existência.

Ver, perceber, agir e sentir é mais do que apenas dar sentido ao gesto, é antes expandir a percepção para outros pontos de ver (DELIGNY, 2015a). Como vimos, o ponto de ver [*point de voir*] e o ponto de vista [*point de vue*] se distinguem justamente na enunciação: enquanto o primeiro aponta para um ponto em que a vida é sem sujeito, sem individualidade, puro devir do gesto vital, o ponto de vista localiza e enraíza a individualidade emergente num ponto de vista, num sujeito ou num grupo. Ouvir a resistência da criança implica, portanto, numa transformação do ponto de vista institucional: está em jogo tomar o gesto não como individual, mas como abertura ao mundo inacabado; abrir as formas para pensar fora da caixinha; permitir pensar não a individualidade de cada criança, mas o modo de ver, perceber, pensar, sentir e agir com a infância. Ouvir a resistência é traçar estratégias para chegar a este ponto de ver.

Embora Deleuze junto à Foucault (2018a) se refiram à resistência da criança como “contradiscurso”, destacamos que não é apenas na linguagem que os protestos da criança se manifestam. Há inúmeras outras pistas para ver este levante. A exploração da cartografia demonstra a via espacial por onde a subjetividade se desloca e experimenta seus devires.

Embora Deligny (2015a) enfatize o autista como modo de existência fora da linguagem e situe o gesto e o trajeto no silêncio das palavras, essa singularidade não é exclusividade do autista. A infância, igualmente, vive essa linguagem fissurada, essa vacância onde a vida prolifera para além dos discursos, fora da linguagem. A essa singularidade demos o nome de espacialidade do gesto, espacialidade do agir, ponto onde o gesto gesta novos mundos, novos arranjos entre o corpo e o espaço, onde o gesto opera novos modos de espacializações.

Considerar a espacialidade como gesto de resistência, implica em respeitar o silêncio, esse ruído onde a vacância da linguagem anuncia sua interrupção, onde a linguagem se abre para o fora. Seja na folha de papel em branco, onde o poeta traça as linhas de um poema, ou no corredor de um ambulatório de saúde mental, onde a criança traça as linhas de uma crítica institucional, percorrer espaços é bordejar o vazio de representações.

### **3.9 Resistência positiva, resistência negativa**

Em se tratando de clínica, em que ponto essa resistência é também uma saúde? Em que ponto este embate entre normas sociais e a atividade normativa da criança produz saúde? No campo da saúde mental a resistência pode ser compreendida como resistência negativa, como resistência ao tratamento – em psicanálise, tratamento que consiste numa lembrança de um

elemento recalcado. O paciente resiste ao tratamento impedindo que o encontro com esse elemento inconsciente se dê durante o processo analítico. Segundo Roudinesco (1998a), a resistência foi, no campo psicanalítico, reconhecida como entrave ao trabalho de cura e, produção de saúde e, paradoxalmente, a via para o tratamento. Neste caso, o abandono ao tratamento ou mesmo uma quebra na regra fundamental da associação livre são dificuldades vividas pelo paciente na sua relação com o terapeuta. Essa resistência é negativa, em alguma medida, impeditiva, impossibilitadora do processo de cura.

Com Foucault (2014b) a resistência ganha um sentido positivo. Ela deixa de ter um estatuto puramente clínico e técnico sobre o processo de saúde e passa a colocar em jogo relações de tensão entre a vida e o saber-poder. Para o autor há resistência quando há relações de poder. Nesse caso, a relação de poder está posta entre a criança desobediente (inadaptada) e as práticas de normalização, os trajetos desviantes das crianças e a disciplina médico-arquitetônica da clínica e da escola. Do ponto de vista clínico político, a criança também possui posição propositiva e faz isso ao tecer no espaço as linhas de seu processo de espacialização e resistência.

Como dissemos anteriormente, do ponto de vista das práticas disciplinares de normalização, o sofrimento da criança está submetido à representação hegemônica, são as “discursividades DSM” que codificam todo gesto e comportamento da criança como um possível sinal de sintoma cuja correspondência imediata encontra um tratamento medicamentoso. Do ponto de ver (*point de voir*) da criança, a resistência é uma espacialidade, um agir e, portanto, uma vitalidade em movimento. Nesse embate entre as normas sociais e as normas vitais, a resistência não é pura e simplesmente a manifestação da desobediência e oposição. A resistência não é sinônimo de antagonismo e, se há casos em que ela figura deste modo, trata-se de notar aí o embate de forças onde a criança se encontra oprimida e em situação de mal-estar. Vicentin (2011) designou esse estado como sofrimento-resistência:

As rebeliões configuram-se assim como *desobediências devidas* – devidas porque eles estão condenados a reagir –, mas também como desobediências da vida, quando a vida mesma se põe em rebelião, em desobediência diante do que a constrange. Elas expressam a resistência contra a sujeição materializada nas relações tensas entre jovem, instituição e sociedade, e afirmam-se como ponto-fronteira, ponto-limite de uma indiscernibilidade entre a norma e a vida (VICENTIN, 2011, p.100/101)

A resistência é um gesto limiar que se situa entre as normas vitais e as normas sociais (disciplinares, políticas, institucionais). Para operar aí uma reversão e fazer compreender a dimensão positiva da resistência e o primado da resistência em relação ao poder, é preciso

observar a relação da criança com o espaço e a linguagem, e, para isso, veremos adiante os trajetos dos gaminos de Bogotá que reúnem num só tempo a estratégia migratória e a estratégia dispersiva.

Mais ainda, para compreender o primado da resistência em relação ao poder, é Foucault (2018b) que demonstra essa tese: a resistência não surge como resposta a um poder coercitivo, mas ao poder de maneira geral: em toda relação de poder, há poder de resistência. O primado da resistência está relacionado ao cuidado e à prática de si, isto é, se manifesta na maneira de ser e no modo de mediar essa tensão. A relação entre poder e resistência não corresponde então ao modelo dialético, nem à simples oposição entre obediência e desobediência. A resistência positiva está ligada às práticas de si, na tese desenvolvida por Foucault no último período de sua obra. Neste período, a resistência constitui-se como invenção de si, o caráter móvel, cambiante, nômade, nem adaptado, nem inadaptado. Assim as resistências não viriam de fora da relação de poder, mas sim “de baixo”, das tensões implícitas ao campo, do corpo, do espaço, das tensões entre os saberes que codificam a vida e as próprias forças da vida.

Para Passos & Benevides (2001), Foucault avança nessa direção a partir de 1975, ao longo do curso *Em defesa da sociedade* (1999), onde o autor se dedicou a analisar a incidência de novas formas de poder sobre as maneiras de viver. O período em que Foucault discute o cuidado de si é o momento em que a resistência tem primado na relação de poder e possui então essa dimensão positiva, isto é, criativa e produtiva. Assim, toda resistência é resistência a qualquer tipo de poder exterior que se aplique sobre a vida: “*Eis, então, que o tema da vida assume uma posição de destaque, pois o paradoxo no contemporâneo parece que se realiza agora colocando a vida ao mesmo tempo como ponto de incidência do exercício do poder e ponto de resistência*” (p.96).

Segundo Auterives Maciel Jr. (2014), as práticas de si são uma ética e por isso se diferenciam da moral que se situa mais sobre as normas do comportamento adaptado, a moral como sendo adequação de certas normas sociais transmitidas de maneira difusa. As práticas de si, diferentemente, seriam a constituição de um sujeito equivocado com sua conduta, que indaga sua maneira de ser e a partir disso se constitui não pela obediência ao código moral, mas pela criação da sua própria maneira de viver, uma arte da existência. Tal prática deriva dos códigos, dos saberes e poderes que integram e circundam o corpo, porém essa deriva deve ser entendida como desvio, gesto criativo que faz referência ao código vigente, mas que se distingue do próprio código moral. Esse desvio seria um modo de resistência a partir de si, da constituição

de autonomia e diferença, como problematização dos códigos e das condutas prescritas nas normas:

A ideia de uma terceira prática [nem poder e nem saber, mas prática de si], constituinte de uma subjetivação que escapa aos poderes e aos saberes vigentes, permite a Foucault operar uma revisão geral na origem das resistências, desemaranhando esse caminho que mal se discernia enquanto se encontrava enrolado junto com os outros. Nesse sentido, podemos dizer que é a prática de si que resiste aos códigos e aos poderes, e que a relação consigo estará sempre se fazendo em qualquer momento da história (MACIEL JR. 2014, p.3).

Sendo assim, a questão da resistência positiva não é tanto a desobediência ao poder disciplinar e sim a constituição de práticas de si. A questão da disciplina, do controle e da regulação sobre a infância se impõe – e não é de hoje – justamente porque a infância é uma força, ela possui sua própria potência criativa, ela experimenta o que Foucault designa brevemente como “força viva”.

### **3.10 Normas vitais, normas sociais**

Essa expressão utilizada por Foucault (2014b) reaviva o debate entre ele e seu professor, George Canguilhem. Para o primeiro, a norma é social, ela é efeito de um poder-saber que regula os corpos e faz com que os indivíduos passem a representar os acontecimentos corporais (adoecimentos ou sofrimentos subjetivos) segundo uma norma exterior. Ele afirma em “O Nascimento da clínica” (1977):

De um modo geral, pode-se dizer que até o final do século XVIII a medicina referiu-se muito mais à saúde do que à normalidade; não se apoiava na análise de um funcionamento “regular” do organismo para procurar onde se desviou, o que lhe causa distúrbio, como se pode restabelecido; referia-se mais a qualidades de vigor, flexibilidade e fluidez que a doença faria perder e que se deveria restaurar. A prática médica podia, deste modo, conceder grande destaque ao regime, a dietética, em suma, a toda uma regra de vida e de alimentação que o indivíduo se impunha a si mesmo. Nesta relação privilegiada da medicina com a saúde se encontrava inscrita a possibilidade de ser médico de si mesmo. A medicina do século XIX regula-se mais, em compensação, pela normalidade do que pela saúde; é em relação a um tipo de funcionamento ou de estrutura orgânica que ela forma seus conceitos e prescreve suas intervenções; e o conhecimento fisiológico, outrora saber marginal para o médico, e puramente teórico, vai se instalar (Claude Bernard é testemunha) no âmago de toda reflexão médica. Mais ainda: o prestígio das ciências da vida, no século XIX, o papel de modelo que desempenharam, sobretudo nas ciências do homem, está ligado originariamente, não ao caráter compreensivo e transferível dos conceitos biológicos, mas ao fato de que estes conceitos estavam dispostos em um espaço cuja estrutura profunda respondia à oposição entre o sadio e o mórbido. Quando se falar da vida dos grupos e das sociedades, da vida da raça, ou mesmo da «vida psicológica», não se

pensará apenas na estrutura interna do ser organizado, mas na bipolaridade médica do normal e do patológico. (FOUCAULT, 1977, p. 39/40)

Portanto, a experiência contemporânea com a saúde não passa mais por uma ação sobre si, pelo cuidado com a maneira de viver e da relação do corpo com o espaço e seu dinamismo, mas sim tem-se a saúde como um valor exterior, uma regra que o corpo precisa atingir como padrão ideal. A medicina atualmente se orienta mais pela normalidade do que pela saúde e foi essa a crítica de Foucault ao seu professor Canguilhem, no entanto, o conceito de normatividade proposto por ele, não corresponderia às normas médicas modernas à qual Foucault critica. O conceito de normatividade é, propriamente, um desvio em relação às normas sociais criada pela medicina moderna.

Para Foucault (1977), a norma é criada pelo saber médico que, partindo da experiência do doente, da sua narrativa, extrai dela uma lógica a qual aplica em manuais, catálogos e tratados de medicina, uma norma de ordem maior na qual se funda a experiência. Esse registro antecipa a narrativa e a vivência dos futuros doente e parte disso para formular a enfermidade como uma realidade externa aos indivíduos. Com isso instaura-se um modelo de normalidade que se funda na catalogação de todas as possíveis anormalidades, sendo que essa norma social das anormalidades é aquilo que lança o vital num futuro porvir da doença – é como se os saberes produzissem aquilo que os especialistas procuram e aprendem a enxergar<sup>81</sup>.

Segundo Canguilhem (1982), o normal não é uma anterioridade natural na qual a vida se orienta, mas efeito de uma instabilidade sentida pelo doente em relação a si mesmo e em relação ao meio. Trata-se, portanto, de situar o normal como *a posteriori* ao anormal, este último tendo uma anterioridade lógica. Partimos primeiramente da qualificação das anormalidades, do mal-estar, do desvio para, depois, criar um marco do que viria ser este ‘normal’ que vem de baixo, da relação do vivente com seu corpo e seu meio:

O anormal, enquanto a-normal, é posterior à definição do normal, é a negação lógica deste. No entanto, é a anterioridade histórica do futuro anormal que provoca uma intenção normativa. O normal é o efeito obtido pela execução do projeto normativo, é a norma manifestada no fato. Do ponto de vista do fato há, portanto, uma relação de exclusão entre o normal e o anormal. Essa negação, porém, está subordinada à operação de negação, à correção reclamada pela anormalidade. Não há, portanto, nenhum paradoxo em dizer

---

<sup>81</sup> A experiência de pesquisa no mestrado (ALMEIDA, 2017) demonstra essa afirmação: no corredor, uma das mães que frequentava o ambulatório disse algo como se os especialistas produzissem aquilo mesmo que procuram: “tenho horror de psicólogo, porque minha filha não tinha nada, ficava quietinha na creche, e falava pouco com as outras crianças. Aí a professora falou pra levar e quando foi passou a ter dislexia, hiperatividade e desatenção. O médico disse que quando a pessoa vai ao psicólogo aquilo que tava guardado dentro dela vem pra fora” (ALMEIDA, 2017, p. 102).

que o anormal, que logicamente é o segundo, é existencialmente o primeiro.”  
(CANGUILHEM, 1982, p.216)

Nesse sentido, surge um impasse entre Foucault e Canguilhem, impasse que se organiza em torno da distinção entre normas sociais e normas vitais. Qual possui anterioridade lógica? É o saber que produz as doenças ou são os vivos que padecem e, portanto, municiam os doutores de conhecimento sobre a vida? Macherey (2011) afirma que não se pode fazer uma distinção radical entre normas vitais e sociais por duas razões: porque as normas vitais não são a expressão de uma “vitalidade natural”, na verdade são a expressão de uma realidade abstrata, de uma virtualidade que está rigorosamente confinada numa ordem social complexa. A ação normativa do vivo busca exprimir-se em direção ao fora, num esforço de superação da ordem social imposta que a contém e busca interrompê-la em sua ação. Tal esforço do vital em relação ao social só faz sentido porque o vital está condicionado a um ponto de vista social. Isso refuta a ideia de uma normalidade e de uma normatividade “natural”, pois nem mesmo o vital se detém aos limites do orgânico, mas torna-se uma ação da vida que se manifesta na polaridade dinâmica entre vida e morte, saúde e sofrimento. Quando há uma instabilidade, advém uma ação normativa, portanto, os desvios são a ação normativa do vivo e não a forma patológica da doença.

Para Macherey (2011) “*não é o vital que impõe seu modelo intransponível ao social, como gostaríamos de fazer parecer as metáforas do organicismo*” (p.129), antes disso, trata-se, no mundo humano, de 'invenção' das normas vitais. Podemos acrescentar que a normatividade é capacidade de “*questionar as normas atuais por ocasiões de situações crítica*” (CANGUILHEM, 1982, p.259) e que essa relatividade faz o par vital-social se confrontar numa multiplicidade caleidoscópica. As normas não são a expressão direta da normalidade ou o desvio concreto que poderia ser designado como a entidade patológica, são apenas o prenúncio da potência normativa, da ação normativa que é uma força, um esforço do vivo.

A norma social devém numa relação de exterioridade complexa, apoiada nas instituições sociais que a determinam – o saber médico, jurídico e pedagógico –, mas também a virtualidade do vivo, sua ação criativa sobre si e sobre o mundo. Foucault (2014a) coloca o problema da norma na relação com o poder, Canguilhem (1982) situa a normatividade como uma força vital. Essa questão não deve ser analisada como sendo uma relação de ordem cronológica, mas há um trânsito constante onde o social lança a diante de si as normas vitais, lança-as em direção ao futuro.

Diante da virtualidade da vitalidade não-orgânica, a normatividade expressa pelo termo “força viva”, remonta o problema da resistência: saber-se vivo é viver numa tensão com as

forças que compõem o mundo social, natural, tecnológico, político e psicológico. Trata-se de um esforço criativo e as vezes disruptivo, pois saúde também implica em ruptura com as normas sociais. Isso instaura o trânsito vital-social, uma dimensão genética que difere daquela buscada pelos entusiastas do DSM: o genético aqui não designa gene, segmento de molécula do DNA (ácido desoxirribonucleico), fio ao qual a natureza vital se ramifica, mas sim diz respeito à ontogênese, a própria dimensão criativa da vida, o ponto onde a vida se desprende de sua natureza biológica para viver o seu devir humano. Diante desta dimensão ontogenética, o humano é mais do que a adaptação, é o devir humano que instaura seu caráter virtual do ser:

Quando se trata de normas humanas, esse estudo reconhece que essas normas são determinadas como possibilidade de agir de um organismo em situação social, e não como funções de um organismo encarado como mecanismo vinculado ao meio físico. A forma e as funções do corpo humano não são apenas a expressão de condições impostas à vida pelo meio, mas a expressão dos modos de viver socialmente adotados no meio. (CANGUILHEM, 1982, p.244)

O infinitivo verbal – viver – aqui ganha um aspecto político. Viver é um gesto vital que não tende à estabilidade e não cessa de chegar a formalizações e operações de câmbio. Melhor seria defini-lo como ação dinâmica do vivo. Certo é que em dadas circunstâncias o viver se manifesta disruptivamente, como inadaptação social ou mesmo por gestos inadequados como o grito, as formações políticas instituintes como o levante ou o combate. Isso não explica *toda a vida*, porque a vida é criação e alteração de normas, mais do que sua estabilidade e formalização. O que melhor “explica” a vida é seu caráter aberto, provisório, variável, é preciso pensar então uma outra avaliação do normal e do anormal, de saúde e sofrimento:

Criticar a medicina positivista não significou para Canguilhem recusar todo e qualquer juízo de valor, pois as ciências da vida não podem se fazer sem a avaliação do que é normal e do que é patológico. Recusar o sentido estatístico da normalidade não é incompatível com a afirmação do sentido básico da normatividade do vivo. E se se trata de normatividade como potência viva para a criação de normas para si, é preciso pensar por tentativas, sem determinismos autoritários, construindo ferramentas que nos permitem esquivar das formas hegemônicas de si e das instituições, nossas “constantes normais” como designou Canguilhem (PASSOS, 2018, p.151)

### **3.11 A força viva da resistência**

É nas últimas páginas de *Vigiar e punir*, que encontramos a expressão “força viva” evocada pelo autor ao comentar a situação de um jovem delinquente. Foucault (2014b) extraia

o depoimento do jornal *La Phalange*, ligado a Charles Fourier<sup>82</sup>, e ali viu a força da ilegalidade e a “*valorização positiva do crime*” no combate ao Estado. O jornal recupera o depoimento datado de 1840, final do século XIX, que foi colhido por jornalistas e publicado primeiramente numa outra revista chamada *La gazette des tribunaux* e depois publicado em *La Phalange*.

Trata-se de corajosas considerações a respeito da lei que, para os partidários foueristas, torna a ilegalidade um “*efeito da ‘civilização’*” e “*uma arma contra ela*” trazendo consigo “*vigor e um futuro*” (p.284). Contudo, essas conspirações parecem estranhas quando os leitores do filósofo veem em sua obra uma luta para superar essa dicotomia natural/social. Nas páginas de *Vigiar e Punir* percebe-se que, para Foucault (2014b), não existe a natureza criminosa, uma essência que leva a juventude ao crime, mas sim relações de força entre a sociedade e a juventude que se monta numa relação de combate. Há, portanto, uma disputa entre as normas sociais do judiciário e um certo “vigor” da luta por liberdade:

Presidente - Cada um deve dormir em sua própria casa.

Beásse - E eu tenho uma casa?

Presidente - O senhor vive em perpétua vagabundagem.

Beásse - Eu trabalho para ganhar a vida.

Presidente - Qual a sua profissão?

Beásse - Minha profissão? Em primeiro lugar, tenho trinta e seis; mas não trabalho para ninguém. Já faz algum tempo, estou por minha conta. Tenho minhas ocupações de dia e de noite. Assim, por exemplo, de dia distribuo impressos grátis a todos os passantes; corro atrás das diligências que chegam para carregar os pacotes; dou o meu show na avenida de Neuilly; de noite, são os espetáculos; vou abrir as portas, vendo senhas de saída; sou muito ocupado.

Presidente - Seria melhor para o senhor estar colocado numa boa casa e lá fazer o seu aprendizado.

Beásse - Ah, é sim, uma boa casa, um aprendizado, é chato. Mas esses burgueses resmungam sempre e eu fico sem minha liberdade.

Presidente - Seu pai não o chama?

Beásse - Não tenho mais pais.

Presidente - E sua mãe?

Beásse - Também não, nem parentes, nem amigos, livre e independente. (FOUCAULT, 2014b, p.286).

---

<sup>82</sup> Charles Fourier foi um filósofo socialista e utopista crítico ao capitalismo. Combatendo a industrialização, o liberalismo e a família burguesa através da sua obra, Fourier propunha a construção de "falanstério" que eram uma espécie de construção arquitetônica e social que se constituía como a peça central da teoria do autor. Eram concebidos como comunidades cooperativas autossuficientes e harmoniosas, onde os indivíduos viveriam e trabalhariam juntos de forma colaborativa, compartilhando recursos e responsabilidades tal como uma utopia socialista. A ideia dos falanstérios era criar uma sociedade mais justa e equitativa, onde as desigualdades e conflitos da sociedade capitalista seriam superados. Fourier também pensou as relações amorosas, de modo que, nos “falanstérios” as paixões poderiam ser experimentadas de modo combinado com as paixões de outros indivíduos e assim deixariam de ser vistas como anomalias ou perversões. A obra deste autor foi revisitada por René Scherer e pelo pesquisador brasileiro Eder Amaral Silva Jr (2016).

A reportagem tem um efeito cômico sobre a lei criminal que enfrenta a rebeldia e os “fatos miúdos da indisciplina”. *La Phalange* faz análise precisa ao apontar que a necessidade da casa, de profissão, de pertencimento à uma família, não importam. Menos ainda importa se ele é escravo, mora numa mísera casa ou mesmo se foi abandonado ou escravizado pela família. O que importa é a obediência cega às normas sociais. Ao juiz cabe exigir essas condições da população e não cabe a ele provê-las, cabe apenas julgar e punir o jovem pelo potencial delinquente que ele é. Fato interessante é que Beásse enfrenta o juiz sem advogado, sendo ele mesmo um exímio argumentador, se defendendo das acusações de vagabundagem contrapondo o juiz com argumentos que expõe a espacialidade de sua existência, seus modos de habitação, trabalho, economia e relações.

É interessante notar o fato de Foucault (2014b) recorrer ao termo ‘vigor’ para apontar o combate e a resistência frente a gestão da ilegalidade, o julgamento da delinquência diante do judiciário. Porque lançar mão de expressões vitalistas como ‘vigor’ – fato corporal que interessa a disciplina biológica, ao trabalho e a sexualidade? A avidez de um corpo, sua força, é matéria a ser esquadrinhada e posta a serviço do trabalho, da disciplina e do capitalismo. Por que Foucault lançaria mão dessa expressão? Como é possível que um autor que tenha se constituído como um importante crítico do conceito de “vida”, no sentido conferido pelas ciências biológicas, veja a resistência a partir de um ponto vital?

Em *Vigiar e Punir* (2014b) essa questão reacende o debate das forças:

Todas as ilegalidades que o tribunal codifica como infrações, o acusado reformulou como afirmações de uma força viva: a ausência de habitat em vadiagem, a ausência de patrão em autonomia, a ausência de trabalho em liberdade, a ausência de horário em plenitude dos dias e das noites (FOUCAULT, 2014b, p.285).

Em nossa leitura está em jogo tomar a vida não como atividade individuada, forma biológica ou psicossocial, mas sim compreender a vida como força emaranhada ao mundo onde não há distinção óbvia entre vital, social, político e histórico. A subjetividade emerge do acontecimento, do acidente, do erro e, portanto, não possui uma essência histórica, psicológica, biológica ou social.

É que Foucault, como bom leitor de Canguilhem, sabia que a vida não se limitava aos termos biológicos, mas se dava sobretudo em face ao erro. O ponto em comum entre os dois autores é justamente o erro. Poder errar é a condição de possibilidade da vida emergir e poder ser disputada. Caso seja privada do erro, caso seja disciplinada, dominada e regulada pelas instâncias normalizadoras, a vida cessa, morre. E para sair dessa clausura imposta contra a vida,

somente o erro, o desvio, a resistência podem criar a condição desta liberdade. Sendo assim, a expressão vitalista evocada por Foucault (2014b), tem a qualidade de uma força emergente nos indivíduos, força essa que não possui forma e nem matéria, mas é ruptura, irrupção, gesto vital.

O vital aqui não é essência interior da vida biológica, mas uma face do dinamismo exterior-interior, isto é, das forças que atravessam o indivíduo de dentro para fora e fora pra dentro, forças que o faz perder os milites de seu interior vivo e tornam ser vivente na exterioridade – como dimensão de forças que compõe o mundo. A vida se apoia então no limite entre o interior e o exterior, sobre uma membrana polarizada que lida com as forças do mundo – a violência, as normas sociais, a morte política, mas também com seu próprio dinamismo vital, a mortalidade, a vivacidade, a doença, os prazeres, os impulsos, os desvios... Portanto, essa disputa entre o vital e o social encontra correspondência não numa representação, nem mesmo numa forma espacial maniqueísta – interior ou exterior –, mas numa ação sobre as forças, afetar e ser afetada<sup>83</sup>.

É que o poder, como vimos, não funciona apenas no seu caráter repressivo, mas também produtivo. Nesse sentido, uma reversão na tese de Michel Foucault – que vai da arqueologia à genealogia, da análise das formações históricas à análise das relações de forças – fez perceber que o poder não age apenas sobre as formas vivas, mas sobre a virtualidade do vivo, daquilo que ele pode vir a ser. Busca-se, portanto, apropriar-se da vida em seu aspecto genético e criativo, dominá-la em seu ponto imanente, isto é, o viver. Para Macherey (2011) a virada do poder sobre a vida constitui o ponto em que o indivíduo deixa de ser alvo da norma para ser ele próprio o seu ponto de aplicação. Dominar a vida, silenciar as resistências, dominar o ponto de incidência e de imanência do poder; controlar os indivíduos e as maneiras de viver.

Para o menino Beásse, está em jogo a resistência como relações de força. A resistência é tomada como a própria força viva, da criação das normas. Trata-se de agir nos limites de si, de se colocar numa relação positiva com as forças que o atravessam – forças vitais (vigor, rebeldia, ímpetos, violência), mas também das forças do mundo (sociais, políticas, históricas). É nesse entre que ele pode se subjetivar.

### **3.12 O diagrama da resistência espacial**

Deleuze (1988) comentando Foucault, afirma que a forma de relação de poder que melhor descreve esse panorama da resistência é o diagrama:

---

<sup>83</sup> A esse respeito, de uma elaboração mais profunda sobre o que seria o vitalismo de Foucault, sugiro a leitura do artigo *The last lesson of michel foucault: a vitalism for a future philosophy*, de Velásquez & Serrano (2019)

este seria uma emissão, uma distribuição de singularidades. Ao mesmo tempo locais, instáveis e difusas, as relações de poder não emanam de um ponto central ou de um foco único de soberania, mas vão a cada instante ‘de um ponto a outro’ no interior de um campo de forças, marcando inflexões, retrocessos, retornos, giros, mudanças de direção, resistências. (DELEUZE, 1988, p.81)

É por isso que nossa aposta está em afirmar que a resistência se dá num modo de espacialização da subjetividade. A resistência é sempre espacial e possui dois modos: (1) a espacialidade do agir, gesto que parte de uma experiência corporal vital e psíquica e se desdobra sobre o mundo social, histórico e geográfico; e (2) o modo de espacialização instituinte, de distribuição, de inflexão, de afetação e de dobras com as forças que atravessa a subjetividade e que constituem esse campo de subjetivação e resistência.

Assim as crianças do ambulatório se tornam o paradigma da resistência espacial, pois elas transformam o espaço numa relação de força, de resistência, fazem o ambulatório ambular, desviando de toda aparelhagem de normalização importada pela psiquiatria, mas não só, pela arquitetura, pela pedagogia, pelas sucessivas ciências ortopédicas. Ao manifestar-se pelo erro e pelo desvio, as crianças emanam as forças que compõe seu processo de subjetivação. Dominar, soterrar, fossilizar essa força é privá-las do mais vívido da vida.

É por referência à polaridade dinâmica da vida que se podem chamar de normais determinados tipos ou funções. Se existem normas biológicas, é porque a vida, sendo não apenas submissão ao meio mas também instituição de seu próprio meio, estabelece, por isso mesmo, valores, não apenas no meio, mas também no próprio organismo. É o que chamamos de normatividade biológica.

Não é absurdo considerar o estado patológico como normal, na medida em que exprime uma relação com a normatividade da vida. Seria absurdo, porém, considerar esse normal idêntico ao normal fisiológico, pois trata-se de normas diferentes. Não é a ausência de normalidade que constitui o anormal. Não existe absolutamente vida sem normas de vida, e o estado mórbido é sempre uma certa maneira de viver. (CANGUILHEM, 1982, p. 187)

A resposta de Beasse ao presidente da sessão jurídica, essa desobediência e esse erro, aproxima o tema da infância e da resistência ao espaço da rua. Somente lá, na ausência de instituição e disciplina, ele pode experimentar uma autonomia imanente. Embora neste mesmo lugar enfrente dificuldades diversas, sua posição é afirmativa e criativa, sempre em vias de se refazer através das mais variadas circunstâncias. Corajoso, o menino Beásse enfrenta uma grande repressão institucional sobre a infância, a saber, que ela só pode ser concebida no seio de alguma instituição – seja a família, a escola, o reformatório ou a prisão.

A representação de uma infância livre é uma figura monstruosa para o poder. É inconcebível por duas razões: a primeira porque durante séculos diversas instituições se

dedicaram a construir estabelecimentos para conter a infância desviante. Nestes casos, trata-se de um trabalho de adequar, disciplinar, modelar, docilizar e adaptar a infância ao modelo universal. A institucionalização psiquiátrica, o asilamento, a prisão e até mesmo o genocídio – e aqui cabe lembrar da chacina da Candelária em 1993 e do permanente genocídio dos jovens negros mortos em casa ou nas ruas do Brasil – são estratégias para conter esses desviantes. A segunda razão pela qual o poder disciplinar busca deter essas figuras insurrecionais da infância, é proteger a sociedade dos riscos dessa manifestação. A biopolítica governa olhando para o futuro, para a sociedade que quer construir, Foucault (2020) assinala que o poder disciplinar implica num “controle contínuo” que se refere a “estado terminal ou ótimo” do produto disciplinar, e que este mesmo poder “*olha para o futuro, para o momento em que a coisa funcionará sozinha e em que a vigilância poderá não ser mais que virtual, em que a disciplina, por conseguinte, tornar-se-á um hábito*” (p.59). Deste modo, é necessário assegurar a continuidade do controle, fazendo com que os assujeitados vigiem a si mesmo, mas não só, sejam eles próprios aqueles que operam a manutenção deste controle.

Com a justificativa que, diante da liberdade da infância, a criança estaria sujeita à sua sorte e aos acontecimentos da rua, a infância estaria correndo um risco, exposta a situações de violência, de violação de seus corpos. Contudo, essa outra violência institucional, não ocorre apenas na rua, mas nos mais diversos lugares. No livro *Infância*, de Graciliano Ramos (1945/1981), estão expostas as violências impostas contra a criança no cerne da família e há toda uma narrativa do autor que denuncia os abusos sofridos pelas crianças em relação aos adultos<sup>84</sup>.

A violência citada nesse livro expõe não apenas a situação individual do autor, mas o modo como é tratada a infância no Brasil. Principalmente antes da defesa dos direitos da criança e do adolescente com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>85</sup>, as

---

<sup>84</sup> “Os golpes que recebi antes do caso do cinturão puramente físicos, desapareciam quando findava a dor. Certa vez minha mãe surrou-me com uma corda nodosa que me pintou as costas de manchas sangrentas. Moído, virando a cabeça com dificuldade, eu distinguia nas costelas grandes lanhos vermelhos. Deitaram-me, enrolaram-me em panos molhados com água de sal – e houve uma discussão na família. Minha vó, que nos visitava, condenou o procedimento da filha e esta afligiu-se. Irritada, ferira-me à toa, sem querer. Não guardei ódio a minha mãe: o culpado era o nó. Se não fosse ele, a flagelação me haveria causado menor estrago. E estaria esquecida” (RAMOS, 1945/1981, p.31)

<sup>85</sup> O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é a legislação brasileira que estabelece os direitos e deveres das crianças e dos adolescentes no país. Sua história remonta a um período de discussões e mobilizações em torno da proteção e promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes, que culminou na criação do ECA em 1990. Anteriormente, no ano de 1927, vigorou no Brasil o Código de Menores, legislação que regulamentou a situação das crianças e dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social. A grande diferença entre uma política e outra está na superação de uma abordagem assistencialista e punitivista que, muitas vezes, tratava as crianças em situação de vulnerabilidade por tutela e controle. Somente com a instituição do Eca se pode pensar o direito da criança e do adolescente através da ideia de “sujeitos de direitos”.

crianças eram expostas às mais diversas violências e, foi em razão disso, que se criou leis de proteção à infância. Ainda hoje existem ataques aos direitos, buscando desarticular essa construção protetiva para expor novamente às crianças ao trabalho e a exploração<sup>86</sup>.

Vivemos, portanto, uma tensão entre o direito e a proteção, entre o tratamento e a violação de uma saúde produzida pela própria criança. Trata-se então de combater essa violência institucionalizada e fazer isso tomando com guia o gesto e o trajeto da criança. O desafio não é fácil, mesmo nas situações de proteção, reeducação e inclusão – como vimos com Deligny e a instituição da infância inadaptada – a criança é exposta novamente à violência institucional<sup>87</sup>.

A resistência da criança está na ordem de um trabalho de base, tecido desde baixo pelas mãos e pés das crianças. É o valor positivo do erro, do desvio, do acontecimento que se faz político. Será mesmo que as crianças não podem viver sua liberdade nem dentro e nem fora das instituições? Não há território da infância onde não haja combate entre o poder disciplinar e as forças da infância. A partir disso é preciso tomar a resistência como estratégia para acompanhar as crianças em seus gestos, trajetos e silêncios, tendo a resistência como possibilidade de instauração de novos espaços de liberdade. Sendo assim, é preciso saber ver e ouvir os protestos das crianças, é preciso ter um aparato crítico das instituições e das formas de disciplinamento e, sobretudo, é preciso explorar o vago como condição de possibilidade para essa liberdade.

Afirmar a resistência espacializada da criança é apostar que no espaço encontraremos brechas para a reformulação dos nossos laços sociais com a criança, pistas para a política pública que parte do território e não das cúpulas de interesses capitais. De todo modo, essas brechas não são naturais, não estão lá como portais do tempo espaço, é preciso tomá-las e quanto a isso trata-se de um trabalho sobre si. O que as crianças demonstram? É sobre o gesto, sobre o infinitivo traçar que se cria as brechas, os modos de subjetivação, a resistência que permite inventar novos modos de existências e novos mundos para se existir. Contudo a criança não faz isso em si mesmo, na sua natureza temporal, mas age a partir das forças que a atravessam. É, portanto com as forças da infância – esta força impessoal que ultrapassa a

---

<sup>86</sup> Refiro-me aqui ao então deputado e, posteriormente, presidente da república que em 2018 afirmou que o ECA deveria ser jogado na latrina. No ano de 2018 o então deputado candidato à presidência, Jair Bolsonaro, atacou os direitos das crianças afirmando que o ECA deveria ser rasgado e atirado na “latrina”. Vide reportagem do Jornal O Globo, de 23/08/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-diz-que-eca-deve-ser-rasgado-jogado-na-latrina/>.

<sup>87</sup> Refiro-me aqui aos relatos de Vicentin (2011) ao mostrar como os jovens da FEBEN deflagraram uma rebelião para mostrar ao país as violências que eram cometidas contra eles e ao trabalho de Nascimento (2016) que mostra como as estratégias de proteção à infância desconsideram, muitas vezes, o pedido da criança. Tanto na experiência de rebelião da FEBEN como nas políticas de proteção à infância em risco, o que encontramos são normas que vem de cima para baixo, que atualizam na prática o moralismo e o juízo de valor.

existência empírica das próprias crianças – que é possível criar uma arte do combate; a vida como imanência. É isso o que melhor define as forças da infância, sua capacidade de abertura da própria vida a uma transversal intensiva.

Quando falamos de gesto de resistência, flagra-se o limite da linguagem, o ponto em que não há representação em palavras, apenas movimentos sobre o espaço. Não há muito o que dizer, fazer, mas deixar-se enredar nesses gestos aracniano das crianças nesse espaço fora da linguagem. É aí que se deflagram os gestos de insubordinação, de criatividade e de inadaptação, as linhas que nos levam até os processos resistências.

O que fazer frente ao inadaptado, então? Nunca aceitar a primeira resposta a esta pergunta, a resposta instituída. Portanto não é questão curá-lo, corrigi-lo, educá-lo, mas cuidar dele, o que significa aprender com ele, estar próximo, ser uma presença próxima, conectar-se com ele, aceitar ser um ponto de sua rede: deixar-se apanhar pela teia da aranha. A atitude é aracniana. A rede é um meio favorável. A aranha tece redes e cria circunstâncias. É preciso fazer rede e deixar-se enredar” (PASSOS, 2018, p.147).

O trabalho com a resistência da criança é um trabalho espacial, de crítica às instituições, aos saberes, mas sobretudo, aos modos de relação com a razão, a consciência, a moral, o poder e a linguagem. Dizemos então que este trabalho é um trato com o humano fora da linguagem, com aquilo que ultrapassa até mesmo as crianças. Está em jogo bordejar o fora da linguagem, fazer uma dobra com esse emaranhado de forças fora da subjetividade, tornar-se presença próxima, ser um ponto no espaço, “fazer rede e deixar-se enredar”.

A disciplina hominiza. Transforma todo ser vivente em formas variáveis de um padrão médio. Ela vai do menos diferenciado ao mais diferenciado, criando camadas de sentido. O gesto, por outro lado, é a declinação do sujeito, vai do mais diferenciado para o menos diferenciado. Por exemplo, o vetor disciplinar funciona neste sentido: *criança > menino > desobediente > Transtorno opositivo desafiador*. O vetor resistência funciona declinando: *Transtorno opositivo desafiador > menino desobediente > menino > criança > humano* (e assim infinitamente). É por isso que Deligny (2015a) não localiza o gesto na criança ou no autista, mas, sim, no humano, pois ele é da ordem da espécie, deste humano que já perdeu suas atribuições pessoais e é apenas uma vida imanente. É um devir humano que se trata.

Nessa declinação, o gesto multiplica a diferença e põe a espécie humana na relação com um mundo inacabado, com uma forma humana cambiável. É o devir que permite a humanidade se reinventar. Portanto, seja na folha branca do poeta ou no espaço-disciplinar da instituição, é preciso saber ver, ouvir e sentir esse prenuncio de ruptura para, a partir disso, experimentar

novos modos de espacialização. É preciso aprender a ver o modo como a criança se move e faz mover o espaço e a instituição.

A resistência da criança não se manifesta somente como “contradiscurso”, mas também fora da linguagem, por gestos e trajetos no espaço. Respeitar a criança e os autistas em seu silêncio, respeitar seu modo de espacialização, implica em respeitá-la não como outro, mas como aquele que devém, como aquele que se diferencia e convida a todos a experimentar o mundo sob um novo ponto de ver (*point de voir*). Respeitá-los é tomá-los em sua diferença radical e com eles criar permanentemente um mundo aberto à transformação.

Em termos cartográficos, ouvir a resistência da criança não é apenas reservar um lugar no mundo para elas, como se criássemos instituições ou pátrias locais. Não se trata de tomá-las no mapa, mas traçar um mapa junto a elas. Nesse sentido evocar as áreas de estar (*aire de séjour*) criadas por Deligny, mas não só, todo o trabalho de Armentières, passando pelo Centro de Observação e Triagem, a Grande Cordée e La borde, está em jogo essa dupla incidência no problema: criar áreas de convivência que incluam o erro, o vago e a relação de transversalidade entre os adultos e as crianças; e também um espaço onde as crianças possam criar suas próprias normas, para que seja possível tomá-las como pistas para construção de movimentos instituintes. Ouvir os protestos das crianças não é traduzir em palavras, em bandeiras, em formas instituídas sua voz, mas apostar nos seus gestos e trajetos de abertura e deixar-se afetar por esses vetores.

Aquilo que as crianças dizem não está posto em palavras, mas se manifesta como arte. O espaço é a trincheira desta guerrilha da infância, é a folha em branco para reinvenção do mundo a partir da perspectiva da criança, é nele que podemos acompanhar as linhas que compõe essa luta, sobretudo, é acompanhando esse traçado que podemos ver a resistência: “*À sua maneira, a arte diz o que dizem as crianças. Ela é feita de trajetos e devires, por isso faz mapas, extensivos e intensivos. Há sempre uma trajetória na obra de arte (...)*” (DELEUZE, 2013, p.88).

A brincadeira, os impulsos criativos, os gestos para nada, os trajetos do vagar, são todos traços de uma vida silenciosa que age multiplicando espaços, dilatam e fissuram o espaço-tempo. Onde havia o disciplinar, abre-se o espaço das multiplicidades, faz-se transbordar inundando a superfície de forças que impelem o devir. A partir disso, as crianças fazem ver uma luta no campo da saúde mental que não é apenas sobre as questões individuais, fazem ver também a dimensão coletiva, política e social do problema.

Nosso esforço está em mostrar essa tensão atentando aos clínicos e educadores para a importância de saber ver e ouvir esses pequenos protestos imperceptíveis. Apostamos que isso possa inspirar desconfiança em relação a estes projetos de proteção à infância, cujas raízes não são propriamente aquilo que as crianças dizem, mas aquilo que SE diz sobre as crianças. Veremos a seguir uma infância selvagem, vivendo seu tempo num espaço igualmente selvagem, repleto de guetos e instituições. Essa infância nomeada pelos colombianos de *gaminos* são, para nós, o melhor exemplo da articulação infância, resistência e espaço.

### 3.13 Os *gaminos*

Os *gaminos* são crianças que habitaram as ruas de Bogotá e nos são apresentados por meio do trabalho literário, jornalístico e antropológico de Jacques Meunier (1978) no livro *Os moleques de Bogotá (Les gamins de Bogotá)*. O livro traz as aventuras do autor em busca destas crianças de idade aproximada entre cinco e 15 anos. Entre conversas com especialistas, leituras técnicas e assembleias municipais, o autor percorre as ruas atrás desses pequenos seres quase mitológicos. Parecidos mais com pequenos selvagens urbanos do que com miseráveis vulneráveis, os *gaminos* manifestam a força vital da resistência.

Expostos à miséria, à violência e ao abandono, estes meninos vivem em bandos, seus trajetos são a manifestação de “crianças vivendo a infância radicalmente”<sup>88</sup> A clínica do espaço vê nos gestos e trajetos destas crianças alguns aspectos importantes para discussão a respeito da resistência e do espaço no qual analisamos dois deles: (1) aumento da capacidade perceptiva para acompanhar os gestos de resistência e a produção de saúde que destes gestos deriva; (2) acompanhar, por meio da cartografia, a força viva implícita nos gestos e trajetos destas crianças.

Bogotá estava “*muito longe de Summerhill...*” e todos os projetos destinados a proteger as crianças à mercê de conflitos sociais e políticos, da pobreza, da exploração, do trabalho infantil, da guerra civil e do infanticídio. Bogotá é, na visão de Meunier (1978), uma cidade culturalmente ligada à Europa e economicamente aos Estados Unidos, “*filha de Cristóvão Colombo e de Marilyn Monroe, futurista e decadente, traumatizada, cria seu próprio desespero...*” (p.38). Economicamente, muitas crianças foram absorvidas pelo funcionamento da cidade como engraxates ou como vendedores de jornais, ocupando funções que não restringiam seu livre curso – sua liberdade que é transitar livremente pelas ruas. Sua vida não é

---

<sup>88</sup> Os relatos apresentados pelo autor indicam não só o seu encontro com as crianças, mas também com o discurso e a cegueira dos especialistas e cidadãos bogotanos. Entre eles prevalecem três atitudes: “para uns, os *gaminos* significam a miséria; para outros, a injustiça. A terceira categoria os ignora” (MEUNIER, 1978, p.15). Há também aqueles que os apontam como “jovens sem infância” ou ainda “hippies da infância” (MEUNIER, 1978, p.15).

voltada para o consumo dos subprodutos da vida urbana, os brinquedos ou os sonhos convencionais do mercado não os interessa.

Um retrato rotineiro de jornal apresenta a imagem social nebulosa dos gaminos. Enquanto retrato, a descrição é insuficiente para representá-los:

Têm de cinco a quinze anos de idade. São sujos e desgrenhados. Perambulam nas ruas. Dormem em qualquer lugar: nas calçadas, sob os pórticos, nos terrenos baldios... roubam e mendigam. São instáveis, rebeldes, sonhadores, aventureiros, arrojados, insolentes, meigos e reconhecidos para com as pessoas que os ajudam; podem se mostrar grosseiros, obscenos e muito agressivos contra aqueles que os maltratam. O que prezam acima de tudo é a liberdade. Semianalfabetos, eles adoram a imprensa sensacionalista. Os cabeçalhos enormes. E, coisa muito curiosa, eles se interessam extremamente pelos planos oficiais que lhes dizem respeito. Seu número de três a cinco mil, em Bogotá (MEUNIER, 1978, p.16).

A incompletude deste retrato se deve às características mais peculiares destas crianças, aquilo que os torna tão singulares e difíceis de serem localizados: sua relação com o espaço. Para descrevê-los é preciso entender a distinção etimológica entre o *gamin* e a criança de rua chamada *chinos*. Anteriormente em Bogotá, a expressão “*chino de la calle*” se referia a todos as crianças de rua, no entanto, em dado momento da história, tal expressão é preterida diante do uso da palavra francesa *gamin*. A partir de 1860 devido ao crescimento vertiginoso do número de crianças na rua, a Academia de Língua recomenda expressões em língua francesa para nomear estes meninos nos noticiários e nos periódicos. Pouco específicas, tais recomendações não passavam de variações para o termo “pequenos vagabundos” (*petit gamin*) em francês. A que se deve esta nomeação difusa?

A confusão com os nomes sucede ao crescimento do número de crianças morando na rua, os jornais preferiram chamá-los de “*carasucias*” (caras-sujas) enquanto a população estava habituada ao termo *chino*, de origem indígena, que significa menino em quíchua (MEUNIER, 1978, p.20). Acontece que a tentativa de nomear estas crianças através da língua francesa e o aumento do número de crianças vivendo nas ruas, sucedeu a um outro acontecimento marcante na história da Bogotá: a ocupação dos hospícios entre 1810 e 1858 pelo 1º batalhão de voluntários durante as insurreições pela guerra da Independência. Isso levou o esvaziamento dos hospícios e a liberação dos internos a toda sorte da guerra. Até então os hospícios eram reservados aos moradores de rua de todo tipo, tendo um pavilhão em específico para crianças e mulheres, reduzindo numericamente as crianças nas ruas. Com a ocupação do hospício pela guerra, a inatividade de recolhimento das pessoas em situação de rua, a inoperância da caridade e passados quase cinquenta anos, produziu-se brechas para o crescimento e a complexidade da

vida na rua. Os então chamados *chinos de la calle* passam a se organizar para sobreviver à guerra e com isso “nasce o gaminismo” (p.18), espécie de conjunto, de rede, de agrupamento de meninos chamado por eles próprios de *galladas*. Os *gaminos* são um tipo de ‘adaptação inadaptada’ que criaram a capacidade de lidar com duas situações adversas: o espaço aberto e inóspito da rua e o lado obscuro da utopia social para infância. Mesmo sob essa adversidade, estas crianças foram capazes de produzir uma saúde para si mesmos, saúde esta que difere totalmente do projeto social para a infância latino-americana.

A rua é um lugar plural e imprevisível, diferente do hospício e dos abrigos que são o espaço obliterado, o lugar não situado fora do tempo, nela as crianças podiam manifestar a força vital que os move e com esse gesto podia transpassar o espaço-tempo de modo a se deslocar imprevisivelmente de ponto a outro da cidade. Suas vidas eram marcadas pelo vagar, pelo trajeto, cujo fim é indeterminado; a rua como lugar de experimentação e descoberta. O hospício ou os abrigos eram, ao contrário, o lugar de onde não se sai; espaço da perda da memória e do tempo; da subtração da força vital; o espaço da instalação de traumas e do isolamento social. Ora, o leitor pode se perguntar: a rua não é também lugar de trauma e violência? Veremos o que os *gaminos* respondem:

A aderência à rua é um movimento complexo, assim como a distinção entre as diferentes crianças de rua. O que distingue os *gaminos* dos *carasucias*, por exemplo, é sua relação com o espaço e seu modo de socialização. Os *gaminos* são crianças que fugiram de casa ou que foram abandonadas pela família, crianças filhas de uma América colonizada, que comem os pães sujos e andam à beira da miséria. Em roupas sujas e com cabelos desgrenhados, à mercê do risco de se tornarem farrapos humanos, os *gaminos* possuem sua própria lei. Autoproclamada *gallada*, o bando se protege e por meio dele se cuidam. Exceto ela e uma ou outra iniciativa de caridade, a sorte dos *gaminos* se reduz em muito, há poucos elementos capazes de fazê-los desviar da precariedade, da violência e da exclusão social. Com os olhos empoeirados de história, eles experimentam de tudo: beber restos de cerveja das mesas dos bares; roubar e cheirar a gasolina dos tanques dos carros; correr o risco de se intoxicar, ser agredido e agredir. Estas crianças percorrem a cidade em bandos de três a cinco meninos, eventualmente se escondem em bueiros e becos urbanos, esperam um ou outro voltar para essas espécies de abrigos, de não-lugar ou lugar invisível em meio ao espaço caótico das ruas. Ocasionalmente, esses meninos morrem de frio, de intoxicação e de violência urbana, ficam expostos à pedofilia, prostituição e marginalidade.

É através das *galladas* que estes “selvagenzinhos urbanos” se esforçam para criar para si um espaço coletivo à margem do social. Elas são a organização precária que permite aos *gaminos* terem sua própria palavra, expressar-se, assumir-se e comportar-se como acontece. Simultaneamente é ela, a *gallada*, que caracteriza os *gaminos* como diferente das outras crianças pobres, pois eles não são como os pequenos mendigos pedintes, a diferença, exclama Marcos, um ex-gamino, é que “as crianças pobres são tristes, os *gaminos* não” (MEUNIER, 1978, p.40). Através da *gallada* estes meninos conseguem desaparecer como fantasmas na cidade, deslocam-se muito rapidamente de um lugar para o outro sem que tenham um lugar fixo para ir ou se abrigar. Estes meninos possuem uma relação mais fluida e fazem uso singular do espaço urbano. Assim como os autistas de Cévennes ou as crianças do ambulatório de saúde mental, os *gaminos* tomam o espaço como plano de deslocamento de afetos onde devires pululam aos montes como convites à transformação.

Os intelectuais bogotanos gastaram páginas e páginas para justificar a si mesmos a razão pela qual adotaram a palavra de origem francesa para descrever crianças bogotanas, sem conseguir, no entanto, explicar efetivamente essa racionalidade. Meunier (1978) rebate com a avidez de um *gamino*, desvendando a questão numa só frase: “só se vê bem aquilo que se pode nomear” (p.21). Com a instabilidade política, Bogotá até então não conseguia se restabelecer em meio a tantos conflitos populacionais. Não havia política capaz de absorver estas crianças e proteger-lhes das consequências e da instabilidade causada pela guerra. A solução encontrada pelos intelectuais bogotanos foi nomeá-los de forma confusa, gerando questionamentos diversos e afastando o real problema em questão: a colonização, a guerra e o genocídio dos povos tradicionais.

Quem não quer ver? O que não se quer ver? São os adultos especialistas que não querem ver o problema e, por isso, o nomeiam de forma difusa ou será que não haveria nesta somatória de causalidades a contribuição dos *gaminos*? Será que eles também não se fazem invisíveis e com isso adotam uma estratégia de resistência? A saber, não se trata apenas de uma questão linguística. Tornar-se imperceptível e desaparecer na malha urbana tem serventia. Tais questionamentos situam o problema entre o espaço e a linguagem. O *gaminismo* é um modo de existência que vive no deslocamento dos espaços, uma infância fora da lei, que pega essas brechas e faz dela sua estratégia de sobrevivência, de invisibilidade, de ruptura com o Estado. O modo de agir, os ímpetos, as velocidades, o deslocamento, a hábil fuga e a capacidade de tornar-se imperceptível são traços que os singulariza.

Fora da *gallada*, diz o autor: “*ele é somente uma criança pobre. Um terceiro menino. Um menifantasma, um enfantôme*” (MEUNIER, 1978, p.41) que carece de acolhimento e instituições de proteção. Confunde-se aí o que é a vulnerabilidade dos meninos e o que é a sua potência. Os *gaminos* possuem, sem dúvida, esse aspecto de uma criança fantasma devido a história de Bogotá que os invisibiliza, no entanto, eles sabem fugir, mentir e se proteger e fazem destas supostas ‘falhas morais’ as qualidades de seu modo de existência. A política de um *gaminos* confronta então a invisibilidade política com o modo imperceptível de existência. É como canta Manu Chao (1998) na música *Clandestino*: “*Soy una raya en el mar / Fantasma en la ciudad / Mi vida va prohibida / Dice la autoridad*”.

Mais uma vez, norma e vitalidade se confrontam, na medida em que, proibir a existências de crianças de rua não resolve em nada a razão que as leva traçar esse modo de resistência. Nos *gaminos* veremos essa positivação do desvio, sendo esse um produto da aliança entre as forças vitais e a resistência política. Seu distinto modo de viver na rua é a condição de possibilidade de superação da miséria e da tristeza imposta contra elas. O desvio é o impulso que os faz viver, que os faz existir e resistir ao infanticídio – quando o Estado se volta contra essas crianças, elas resistem através da sua inadaptação. Dessa qualidade surge ainda a capacidade de fazer amizades, aprender a brigar e a se esconder, aprender a fazer aliados e a se proteger. Como clínicos assinalamos como positivo o gesto vital, o impulso e não propriamente as violências perpetradas pelo abandono. É como dizia Winnicott (1999) se você não se responsabiliza pela vulnerabilidade de uma criança, é certo que ela será muito cruel consigo mesma<sup>89</sup>.

A violência era meio de ajustar as contas, sendo a conta sempre mais alta para o *gaminismo*<sup>90</sup>. A violência que eles realizam, que na verdade reproduzem, não é inata; não é deles por natureza, mas produzida pela organização do urbanismo precário de uma cidade que sofre os reflexos da colonização. Os *gaminos* ainda respiram a poeira dos cavalos dos colonos,

---

<sup>89</sup> “É tarefa de pais e professores cuidar para que as crianças nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade. A assunção de autoridade provocada por ansiedade significa ditadura, e aqueles que tiveram a experiência de deixar as crianças controlarem seus próprios destinos sabem que o adulto tranquilo é menos cruel, enquanto autoridade, do que uma criança poderá se tornar se for sobrecarregada com responsabilidades” (WINNICOTT, 1999, p. 101).

<sup>90</sup> As regras e códigos das *galladas* são produzidos no abandono e na vulnerabilidade histórica do colonialismo. Cada uma possui sua própria lei e seu próprio nome, situando-se em seu próprio território com sua comunicação e rivalidade com outras *galladas*. Meunier (1978) descobre que as crianças encontravam satisfação, prestígio, reconhecimento, inserção social e afeto nessa estrutura relacional do grupo, mas a *gallada* era constantemente ameaçada pela violência entre os próprios grupos. No intuito de se proteger das humilhações e dos roubos, todo *gaminos* que insurgisse contra os códigos internos da *gallada* recebia sanções com requinte de crueldade: “pancadas com pregos ou chaves de parafuso, queimaduras com gasolina inflamada, facadas ou ‘persianas quebradas’ (dentes quebrados), ‘olho ao molho tomate’”, além disso havia também o requinte grosseiro da “ensalada” onde espancavam um garoto e “recheavam o sapo” “enchiam-lhe a boca com um enorme punhado de capim, até sufocá-lo. Depois do supremo requinte, a vingança, urinavam em cima, copiosamente” (p.44).

mas do ponto de vista médico-jurídico isso é um psiquiatra seu modo de existência é uma inadaptação<sup>91</sup>.

A violência histórica é invisível à observação psiquiátrica de Gutiérrez, seu discurso organiza um sistema de visibilidade e enunciação que aponta para as crianças e suas condutas violentas de modo a naturalizar a violência como do indivíduo. Meunier (1978), por sua vez, toma partido dos *gaminos*, ele aprende a pensar, agir e sentir como um. Analisa sua posição como narrador e se questiona: estaria o autor confundindo transgressão e liberdade? Claramente, ele opta pela segunda alternativa. Para nós, os *gaminos* manifestam uma estranha liberdade que é aquela de poder se mandar, de combater as coerções da sociedade com seu próprio corpo, conduzindo seu próprio processo de subjetivação no espaço que o cerca. Interessa-nos, portanto, como modo singular de existir; coloca em análise as alianças que a clínica faz ao acolher a infância, no que toca o assunto resistência e liberdade. Que clínica é possível quando tratamos de uma violência que é num só tempo histórica, social e coletiva? Basta situar o problema no plano individual ou podemos também tratar dessas mazelas históricas que sufocam as crianças e as instituições?

Os *gaminos* interessam à clínica exatamente pelo fato que eles são (ou foram), “crianças inadaptadas” e tantos outros termos poderiam ser aplicados – transtorno de personalidade ou transtorno opositivo desafiador. Cabe indicar que partilhamos do dilema de Meunier (1978): estaríamos nós positivando um modo de vida do qual estamos muito distantes e por isso olhamos os riscos de um ponto de vista privilegiado e por demais literário? Estaríamos romantizando ou sendo irresponsáveis ao afirmar o modo de vida gamino?

Para além da violência e das agressões, está em jogo a capacidade destas crianças em produzir a existência diante da constante ameaça: mais do que apenas um binômio transgressão-liberdade, afirmamos o desvio e a resistência como aquilo que possibilita a produção de um modo de vida singular, um arranjo de linhas na qual a criança as dobra e cria seu próprio mundo, seu processo de subjetivação: do abandono faz-se uma rede; da morte prescrita se faz um levante. Interessa-nos esse gesto estranho do saber *se mandar* como quem toma para si os acontecimentos de sua existência e disso se torna digno, fazendo deles o sumo da sua luta e resistência, mesmo que isso lhe custe um dedo, um dente, um olho, uma vida.

---

<sup>91</sup> “O gamino não é apenas uma criança que mendiga, nem um pequeno vagabundo, um ladrãozinho ou um vadio, nem uma criança abandonada que vive de biscates, nem uma criança rebelde, um inadaptado na escola, nem simplesmente uma criança que dorme e vive nas ruas de Bogotá; é um ser que é isto tudo, simultaneamente ou alternativamente (GUTIÉRREZ, s/d apud MEUNIER, 1978, p.23).

Do ponto de vista da *gallada*, a violência que circula entre os membros do grupo dá a eles o mérito de existir. Eles resistem diante da falta de solução política, científica e social proposta para o problema do urbanismo e da exclusão social. Contrariando a expectativa, eles vivem e quanto a isso não há remédios para curar ou prevenir o gaminismo, não há como preservar-lhes da sedução da *gallada* e dos prazeres da rua. O grupo se faz, se fortalecer um a um e com isso o *gamino* recupera sua altivez, vive experiências e até mesmo passa por bons momentos. Sabidos de sua singularidade, eles não gostam de ser confundidos com os *chinos* ou com os chamados *chupagruesco*, seu alvo favorito. Quando encontram um, não somente o roubam, mas também o agridem e o humilham. Para eles, os *chupagruescos* não passam de uma criança desorientada, que presta serviço aos adultos e vive um acordo servil de sobrevivência, comovendo a caridade dos padres e das damas, um modo de viver se lamentando. Diferentemente, os *gaminos* são inadaptados, construíram um modo de vida que choca o mundo. É de se notar que não somente de brutalidade vive um *gamino*, embora sua capacidade de viver uma infância no infinitivo, sem horizonte futuro e despreocupadamente subversivo, passe por isso, o *gamino* uma criança e como tal é passível de ternura e terrores noturnos.

Que infância é essa? Uma infância que vive mais ao acaso do que propriamente o abandono, que, mesmo precariamente, encontra na sua rede relações de carinho e proteção. Certamente isto entra em choque com o poder dos adultos de cuidar e querer bem à vida das crianças, cuidado quase sempre baseado em pressuposição e instituição. Pois bem, o gaminismo se distingue da infância burguesa, da miserável e da mendicância, ela possui maior relação com o espaço aberto do que com o espaço interior da casa e da família. Ao contrário dos inválidos, eles não esperam por ajuda e se movimentam ao acaso dos encontros.

Meunier (1978) apresenta cenas em que os gaminos dão um jeito de se arranjar com a rua, eles transgredem a tristeza e o tédio da mendicância – em um momento, numa manhã vaga, estão sem destino e subitamente estão pendurados na carroceria de um carro que os leva não se sabem onde. Saltam da carroceria e pousam em ruas onde seus pés jamais teriam imaginado<sup>92</sup>. Em dada ocasião, o autor apresenta a história de dois gaminos chamados *El polaco* e *Bardamucito* que sobem na carroceria de um carro que os leva até uma imensa propriedade cercada de muros e grades, não houve tempo de pular. Então eles são levados até o interior da casa onde surge uma mulher que prepara para eles uma ducha e um prato de comida servida

---

<sup>92</sup> “Antes de sair do parque Centenário, dou uma espiada no relógio, lá no alto do prédio do “Banco de Bogotá”. Meio-dia! Faz quanto tempo que não como? Acho que um dia todo. Devo ter mau olhado: um ônibus amarelo e alaranjado quase me atropela. Até parece que fazem de propósito. Eles não breecam quando nos vêm: aceleram. Hoje, entretanto, eu não pareço um gamino...” (MEUNIER, 1978, p.32).

com o nada habitual talher. Levam roupas e toalhas e os leva para fazer compras e cortar os cabelos. *Bardamucito* se sentiu mutilado pela perda de seus cabelos, mas ficou contente em dormir em uma cama na qual a noite ele mijaria os lençóis. Inquieto, ele precipita sua saída, sabia que em breve voltaria às ruas. Depois de quatro dias ele foge, lança os sapatos no pescoço, a generosidade sob o braço e a gratidão de só roubar um talher que levará enrolado na nova camisa. Ao chegar na rua com roupas claras teme, pois sabe que seria revistado por outras *galladas* e, agora sem seu parceiro *El polaco*, estaria só e desprotegido. Terá ele perdido seus reflexos de *gamino*? Ele teme a noite, enfrentará um dos maiores inimigos dos *gaminos*, o sono. No dia seguinte ele não suporta as roupas e o cabelo cortado, tosquiado ele trata logo de trocar as roupas por outras mais próprias para rua e ainda ganha um dinheiro nesta negociação inusitada. Logo, ele terá se recuperado destes dias numa casa, recuperando sua sagacidade e esperteza. Viver sob a tonsura de seus cabelos não é próprio do modo *gamino*.

O relato de Meunier (1978) é uma cartografia que colhe relatos e os transcreve literalmente. Sua pesquisa é da ordem de um acompanhamento e investigação através de perguntas que o leva à montagem de uma pequena carta de trajetos onde se misturam a sua subjetividade, seus interesses e afetos, junto à tudo aquilo que se passa na rua, as histórias, os deslocamentos, as noites chuvosas, o medo, a estranheza, o estrangeiro. Estar às voltas com a narrativa de um *gamino* exige do entrevistador uma disposição à linguagem “*sincopada, baralhada, com pausas pesadas com certos silêncios autistas*”. As crianças que ele entrevista possuem uma voz que “*revela o arrabalde e a insubmissão. Tem o timbre canalha. É imprevisível como tudo que vem da rua*” (p.28). Ao ver e testemunhar os trajetos dessas crianças “*migradoras*” (p.50), o autor entra em estado de perplexidade, o ritmo e a velocidade dos gestos o surpreendem. Dentre inúmeros gestos e hábitos destaca-se o *colincharse* – a arte de agarrar-se aos carros. O evento é furtivo<sup>93</sup>. As diabruras, a furtividade dos gestos, ataçam o pensamento do autor que conjectura tramas que imaginam para onde estas crianças iriam, qual a finalidade do *colincharse* e tantas outros gestos. Pobre racionalidade poética, aos poucos ele constata que os *gaminos* não vivem de intenção, querer ou finalidade, eles flutuam nessa furtividade, nessa linguagem sincopada, nessa linguagem interrompida. Meunier (1978) se sintoniza à frequência dos *gaminos* quando percebe que grande parte de sua subjetividade está associada ao espaço, mais do que a memória ou a vontade. Aos poucos suas sensações apontam para a espacialidade do gesto dos *gaminos*, sua velocidade que não é medida do tempo-espaço, mas velocidade do

---

<sup>93</sup> “[...] não tenho tempo para empunhar minha Rolleiflex. Tanto pior, e tanto melhor: o espetáculo furtivo, apenas vislumbrado, escapa assim ao pitoresco. Não se há de fossilizar. E, durante todo o dia, os dois gaminos, em sua estranha postura, ficarão em minha cabeça, a fazer diabruras” (MEUNIER, 1978, p.50).

furtivo, daquilo que escapa à representação, daquilo que se faz desaparecer no instante do olhar consciente.

O autor se pergunta sobre espaço e a finalidade do gesto: para onde vão? Qual o destino desta manifestação? Surge então esse estranho espaço: lugar nenhum. Os gestos são para nada, sem finalidade, se destinam apenas atividade de espacialização da vida. Eles sobem nos carros e descem do mesmo ímpeto, em pleno movimento. Este gesto constitui um hábito e vale também para a atividade de furtos. Não é a vontade que se move dentro do sujeito, mas é o espaço que se move e inclina a coisa à ação do caminho. De alguma maneira esses gestos se tornam o traço dos gaminos, gestos “imutáveis” de se inclinar ao espaço movente (MEUNIER, 1978, p.50).

A percepção deste outro espaço sobre o qual deslizam o gesto dos *gaminos* é um assunto que problematiza a hegemonia da linguagem sobre o sentido e a percepção. A linguagem aqui entendida como a constituição de formas e palavras, com os *gaminos* o que vemos surgir é uma abertura da percepção à experimentação do espaço vago, o lado de fora da linguagem, a dimensão de forças que compõe a experiência. Trata-se de uma percepção do próprio movimento do espaço, aquilo que é subjacente a todo trajeto. Não são os *gaminos* que detêm o poder sobre este espaço, nem mesmo a criança ou o autista. O devir do espaço acontece tanto em Bogotá, como em Cevennes ou no ambulatório de saúde mental. Perceber o espaço desta maneira, é substituir as representações de mundo por experimentação com *os mundos* – estes espaço-tempos outros, distorcidos em sua forma e sua força. Ao ver o chão mover-se, moverem-se nossos saberes sobre o mundo, surge esses traços de um humano que se move tanto quanto os mundos.

Como ver o devir do espaço? É através do gesto de inclinar-se que acessa essa experiência. Inclinar-se sobre o espaço de modo a senti-lo, tocá-lo e ser tocado por ele. Igualmente, é deixar-se ser guiado por estes modos de existência que atravessam os mundos por dentro deles, que dançam sobre fios que ligam o abismo e o céu, os pés e o chão, a sensibilidade do corpo aos movimentos do espaço. O devir é essa força viva que move e faz mover coisa, objeto, pessoa, lugar. É por isso que Deleuze e Guattari (2012) pensam o espaço como território, como espaço em movimento, suscetível aos gestos dos humanos, cujo melhor modelo de subjetivação pelo espaço é o do nômade que se constitui por relação de

desterritorialização da terra. É na medida em que ele explora as mudanças de território que ele pode devir<sup>94</sup>.

*Colin Charse* reportar à imagem do aventureiro livre, do humano sem laços, responsabilidades, sociabilidade, reporta a imagem do nômade. É o gesto humano que cria os territórios existenciais, mas estes mesmos territórios sofrem desterritorializações que são num só tempo o movimento das placas tectônicas e o movimento migratório dos humanos. Os gaminos sobem nos carros, os carros são superfícies movente – não se sabe aonde chegará, não importa o fim, é um puro agir que se apoia num espaço movente.

Meunier (1978), observando os *gaminos*, aponta para os sinais nos quais podemos ver essa indissociabilidade entre corpo e espaço, espaço e movimento. Como perceber o deslocamento do espaço e criar a brecha, traçar a fuga? Isso exige uma percepção cartográfica menos focada nas formas e mais nas forças. É preciso abandonar o nosso ponto de vista para ver do ponto de ver de um gamino. Nesse desvio abandonamos a particularidades de quem somos para experimentar um devir criança, um devir *gamino*.

Como seria o mundo do ponto de ver de um gamino? Será preciso então desenvolver alguma sensibilidade para perceber deste ponto: primeiramente, é preciso estar atento aos mínimos movimentos na superfície do espaço de modo que se possa dissolver o ponto de vista em prol de uma flutuação sobre o espaço. Perceberemos suas velocidades, temperaturas, luminosidades, ruídos, silêncios, suas interrupções, inclinações e movimentos. Na perspectiva dos *gaminos*, a cidade é vista não só pelo espaço métrico, pelo olhar consciente, as linhas urbanas dos bairros e centros comerciais. É preciso achar na rua os lugares para dormir e se abrigar, comer, brincar, se proteger, se aquecer... Os “lugares” não são formais, tais como o cômodo, o quarto, o banheiro, o telhado. Tudo se move de lugar e os usos que se faz das coisas encontradas não são premeditados. Isso precisa ser achado, ao mesmo tempo em que isso se dá por achar, se faz ver. A criança procura o espaço, mas o espaço também acha a criança.

A cidade é percebida em sua multiplicidade, experimentada pelos diversos canais sensíveis e sensoriais através dos quais a criança apreende, tateia, mapeia o espaço. Sendo assim a percepção *gamino* percorre elementos subjetivos, sensíveis, moventes do espaço, ao passo que os adultos não estão habituados a sentir o espaço desta maneira, seu ponto de vista é mais recortado pela linguagem, pelas representações, as formas arquitetônicas impressa na cultura e

---

<sup>94</sup> “Para o nômade, ao contrário, é a desterritorialização que constitui sua relação com a terra, por isso ele se reterritorializa na própria desterritorialização. É a terra que se desterritorializa ela mesma, de modo que o nômade aí encontra um território. A terra deixa de ser terra, e tende a tornar-se simples solo ou suporte. A terra não se desterritorializa em seu movimento global e relativo, mas em lugares precisos, ali mesmo onde a floresta recua, e onde a estepe e o deserto se propagam” (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p.56)

na subjetividade. Os gaminos nos mostram um modo de perceber o espaço diferentemente, de agir nele diferentemente. Sentir o espaço, na percepção cartográfica de um gamino seria uma experiência sensorial:

para quem não sabe ler, é antes de tudo pistas de odores, um ruído de fundo, jatos de luz e cintilações. Aliados e inimigos. Um mundo de superstição e loteria. Luzes. Há gente por toda parte, e um solo firme embaixo dos pés. Nas vitrinas, os instrumentos, as panelas e rodas dentilhadas, os relógios, para-choques, escovas de dentes, decalcomanias, a “lingerie” feminina e os botões de plástico são belos como um quebra-cabeças insolúvel. Uma verdadeira orgia de cores, caixas e bolas. Fascinante como um estojo de costura ou como a banca de trabalho de um mecânico: coisas proibidas! O olhar do gamino percorre o arco-íris do mostruário, à espreita de um reflexo, de uma ruga, de um apelo. Em meio a tudo isso, ele não escolhe: o acaso se incumbe de quase tudo. Ele rouba a coisa que se apresenta, a que tem um jeito de vítima. Seja lá o que for. Um pente ou uma minicalculadora. Um nada que lhe figue o coração quando sente que chegou a hora de entrar em ação. Um silêncio, uma pausa antes dos apitos do policial, dos gritos histéricos de uma velha senhora ou da mão fatídica que o agarra pelo colarinho. Ele pesca o objeto e, sem pressa, dirige-se para a rua. Vai atardando os passos até chegar a ela. E então, terá ganho a partida... (MEUNIER, 1978, p.50).

É o acaso, portanto, o fator determinante da percepção cartográfica do *gamino*. É a ruga, o brilho, o mínimo movimento do espaço que o faz saltar aos seus pés o caminho, as coordenadas do espaço. O roubo não é determinado pelo valor do produto, pelo desejo de possuir aquele objeto, mas é o objeto roubado que se inclina à essa abertura do gamino em trocar coisas e objetos por outras oportunidades – rouba-se um retrovisor ou um emblema do capô da BMW apenas para trocá-lo por um alimento, uma arma, uma roupa. O gaminismo não é uma ação premeditada, mas de agir e ser agido ali no espaço comprimido de o milésimo de segundo onde o espaço se move e junto dele o gamino.

A sensibilidade do *gamino* é constituída pela percepção aberta ao devir, àquilo que atrai o gesto mínimo é o movimento do espaço, estes reflexos luminosos na superfície das coisas que atraem a atenção, contudo, essa ação é não intencional, ela não se sustenta na linguagem, mas se envolve com as coisas inacabadas e moventes do mundo. A percepção cartográfica capta estes movimentos menores e imperceptíveis, se envolve com ele, ela não tem intencionalidade de encontrar um momento ou de paralisar o instante para fotografá-lo, mas sim compõe com esse movimento do espaço e das coisas. Tanto no roubo furtivo ou no gesto de *Colincharse* é a espacialidade do gesto que se torna então “*o sal do gaminismo, sua sedução e sua exacerbação: é uma paixão*” (MEUNIER, 1978, p.51), pois ele conjuga num só tempo o movimento do espaço e o movimento do corpo no espaço. É o chão que se move quando a criança se pendura no carro, a rota não está determinada pelo seu fim, salta-se do carro em movimento. Tal gesto

possui duas tonalidades diferentes: a do desafio à autoridade, à burguesia, à polícia e os traços de um ritual: “*um rito de iniciação no qual ao gamino neófito cabe demonstrar que sabe conjurar o medo e ousa enfrentar a cólera do automobilista ou do motorista de ônibus*” (p.51).

Esse rito não é brincadeira, os carros normais não substituem os carros de brinquedos, eles são tomados como elemento da paisagem urbana, é elemento do seu percurso. Tanto o lazer quanto o ‘trabalho’ dos *gaminos* vêm destes automóveis que lhes serve de muitas maneiras: como parte do trajeto, como material a ser roubado (retrovisores e adereços), como produto a ser polido, entre outros. Quando o gesto de *colincharse* desaparece, desaparece também o *gamino*. Embora o gaminismo tenha durado um tempo específico na história de Bogotá, o gaminismo segue sendo preservado como força intensiva; gestos *gaminos* podemos ver por todo lado. Entrevistando um *ex-gamino* Meunier (1978) pergunta sobre qual momento o jovem percebeu que não era mais um *gamino*:

Desde que perdi o costume de me agarrar à traseira dos carangos. – Era por causa de seu tamanho que você não podia mais fazer isso? – Não. Porque os carangos não vão para onde eu vou”. Insiste o interlocutor: “como é isso?” E o *ex-gamino* responde, condescendente: “os carangos seguem lá o seu caminho. (MEUNIER, 1978, p.51).

O *gamino* espacializa, transforma o espaço segundo seus próprios gestos e hábitos, sua existência se realiza na espacialidade do gesto, na distribuição de brechas e trajetos pelo território urbano. O espaço é então um território a ser conquistado, experimentado, mas sobretudo produzido através dos mais variados arranjos entre o corpo e as superfícies de deslocamento. Este uso do espaço transforma num só tempo a cidade, as representações da infância e a própria racionalidade sobre o espaço. Com os *gaminos* aprende-se a arte da transmutação: o urbano é permeável ao corpo; o corpo modifica o espaço; o espaço torna-se mutável, o humano experimenta seu devir. O paradoxo da existência dos *gaminos* está em existir através deste espaço movente, não referenciado, espaço constituído como brecha. Diante de uma cidade que quer eliminá-lo, existir só é possível por desvios.

Os *gaminos* conjugam um processo de subjetivação, de invenção de si e criação do território existencial, num uso do espaço aberto (fora da linguagem) que está em permanente transmutação. Sua existência só se confirma na medida em que eles são capazes de se deslocar e deslocar o espaço para tornar possível viver. Caso os carros não fossem aptos a essa prática de se pendurar, o *gamino* teria que existir por outro gesto que não o *colincharse*. Não basta estar na rua, é preciso criar outro espaço possível. É preciso tomar a rua de forma singular e não apenas se sujeitar a ela.

### 3.14 A inadaptação positiva

Nessa reversão clínico política do conceito de resistência, há, como dissemos, uma concepção negativa da resistência – resistência ao tratamento. Contudo, há também o que seria a outra resistência positiva que seria política, afirmativa, de autogestão e autonomia. Os gaminos poderiam ser facilmente classificados como resistentes à cultura, refratários à instituição e a linguagem. Para formular essa atividade das crianças como resistência, inúmeros termos precisam ser revisados entre eles o conceito de inadaptação é aquele que queremos reverter. Qual seria o sentido positivo de inadaptação? Ela deixaria de ser uma norma atribuída a um indivíduo e passaria ser mais um modo de ser do indivíduo, deixaria de ser uma patologia para se tornar um modo de existência, uma operatória do devir. Assim, reversão clínico política dá sentido positivo ao conceito de resistência: não se trata de um ser inadaptado, trata-se de um estar inadaptado.

O modo de vida gamino é provisório, circunstancial, não diz respeito à uma natureza, uma forma instituída, é antes um movimento da subjetividade que acompanha as circunstâncias, sendo essas múltiplas – históricas, ambientais, políticas, geográficas, clínicas, social, entre outras. Do mesmo modo é a inadaptação, ela é um movimento da subjetividade e nisso não há sentido negativo, mas positivo, produtivo, onde é próprio da vida estar sempre em movimento:

Se há em refratário alguma noção de rachadura, de recusa, de resistência, a guerra era apenas um dos aspectos do que o homem pode fazer. Era ao homem, portanto, que eu era refratário, o que me punha na necessidade de ser humana (DELIGNY, 2015a, p.27)

As imagens apresentadas por Meunier (1978) fazem pensar a infância através deste desvio positivo pela inadaptação. Os *gaminos* estão numa relação de resistência com as normas que os avalia negativamente, sua existência é fora da métrica do desenvolvimento infantil, da curva da normalidade, pois seus hábitos e gestos que garantem sua existência não estão previstos nos catálogos e manuais de medicina psiquiátrica ou nos livros de psicologia. Contudo, essa inadaptação não os impede de produzir para si uma saúde fora da norma, de experimentar sua normatividade. Para os gaminos não há apenas precariedade existencial, mas potência vital. Diante da ameaça, da violência colonial, da exclusão e do abandono, nesse limite em que a vida perde sua individualidade, em que se é apenas um humano em gestos... Os *gaminos* criam para si um modo de existência próprio, singular, e fazem isso através da espacialidade do gesto, isto é, numa relação entre o corpo e espaço. Sua resistência, assim como sua existência, lhe vem de fora, se manifesta no e pelo espaço.

Meunier (1978) conta a situação de cortejo realizado pelos *gaminos* em aliança com pessoas adultas na Colômbia. A manifestação reivindicou direito à existência dos *gaminos* e aconteceu em 1 de julho de 1962, havia cartazes dizendo “os *gaminos* também são colombianos – não estamos fazendo greve nem uma manifestação, pedimos ajuda” (MEUNIER, 1978, p.87). O cortejo pedia aos cidadãos que os aceitem e os deem trabalho. O evento rendeu algumas prisões e coincidiu com o início das atividades do Estado colombiano em aplicar a prática de recolhimento e higienismo urbano.

A partir dos anos 60 alguns acontecimentos determinaram o desaparecimento gradativo destes grupos. Em 1968, com a visita do papa à América do Sul, a miséria é tomada pelos governantes como fora da lei e surgem iniciativas do Estado em recolher os *gaminos* e as crianças de rua, levando-os a centros especializados, escolas e orfanatos. O papa Paulo VI soube posteriormente do acontecimento que sucedeu sua visita à Colômbia e enviou 100.000 dólares para um orfanato lavando suas mãos no que diz respeito à violência urbana e à violência da colonização. Um novo véu recobria a América e o *gaminismo* fazendo nova máscara sobre o problema a fim de colocar um fim na história dos *gaminos* de Bogotá. O orfanato é adotado então como recurso para resolver o problema das ruas e o Estado submeterá todas as crianças recolhidas à essa prática institucional. Tal estratégia a princípio não visava proteger as crianças, mas diminuir as imagens obscenas da rua, compensar anos e anos de pobreza e marginalidade ocasionado pela guerra e o fim das instituições. Com a visita do Papa à América Latina, parte do mundo olhou para Bogotá que, neste momento, mostrou sua política e seu governo e expôs sua incapacidade em lidar com o problema. O véu recobre a pobreza e a miséria visível e Bogotá veste a máscara de uma cidade “*gaminógena*” (MEUNIER, 1978, p.91)

A absorção de tantas crianças em tão pouco tempo produziu outra camada mais sólida sobre o *gaminismo*. Entendendo o problema a partir do ponto de vista individual de cada criança, pela história pessoal de cada uma, é produzida inúmeros prontuários e fichas para adoção. O *gaminismo* é então submetido à prática médico-pedagógica e médico-social. Contudo, o devir *gaminos* se dá em outra esfera que não a pessoal. O fulgor dos *gaminos* é seu modo de espacialização, são crianças vindas de todos os cantos e pontos cardeais do mapa, são parasitas invisíveis do Estado, espontaneidade compartilhada das ruas, crianças se equilibrando em grupos e redes, se ajustando ao calor e ao sabor do clima tropical.

Com o passar dos anos, os *gaminos* seguiram desaparecendo. Em 1972 e 73 a polícia organiza os Jogos Olímpicos para as crianças, dando visibilidade à vida nas ruas e combatendo a arma mais eficaz dos *gaminos*: a invisibilidade. Eis a grande cilada que levou ao

desaparecimento dos *gaminos*. Ao lado disso estavam os inquiridos e o exame dos especialistas no interior de orfanatos e abrigos. Entrevistando individualmente é impossível perceber a articulação da vida na rua, a rede como aquilo que subentende o trajeto e a procura por saúde, sobrevivência e proteção. Com a entrevista institucional é impossível compreender que o gaminismo é o produto do esforço desta força viva. Seus gestos compõem com outros gestos de resistência e afirmação da vida invisível na América Latina. O desaparecimento dos *gaminos* aconteceu devido ao esforço de se fazer notar a “estrutura psicológica extremamente perturbada que exige um esforço muito judicioso e contínuo para tentar modificá-la” – texto exposto no VII Congresso Nacional de Psiquiatras que complementa ainda “Eu considero o problema dessas crianças como fundamentalmente psiquiátrico” (BALLESTEROS ROTTER, s/d, apud, por MEUNIER, 1978, p.123).

### **3.15 O gesto ‘se mandar’**

A posição ética de ver a espacialidade da vida do ponto de ver das crianças demonstra a cumplicidade com as insurgências da infância. Somos convidados a pensar a clínica na aliança com esta infância dita inadaptada para poder construir novos dispositivos que auxiliem na formulação de estratégias espaciais para o cuidado: trata-se também de ver a saúde através dos gestos de resistência, dos modos de espacialização; implica na suspensão da aparelhagem disciplinar e na suspensão da linguagem que dará lugar aos modos de espacialização próprios da criança.

O ponto em comum entre o gamino e a criança de Cevennes é o humano – sem imagem, sem som – que desliza de devir em devir na vacância da linguagem, no espaço fora da subjetividade. Mais do que corrigir, adaptar, curar ou salvar essas crianças, é preciso testemunhar sua existência e acompanhar seus trajetos:

Compreender, então, essas crianças? Manifestar-lhes uma compreensão que seria como um abraço de intenção generosa? Pode-se imaginar, de fato, que esse seja o primeiro impulso que nos vem ou, antes, que nos veio, e depois essa vaga de impulso se retirou, como ocorre com a maré. Afogados eles já estavam, ou quase, por essa vaga. Restava entre nós e eles, a descoberto, o aí: topos (DELIGNY, 2015a, p.159/160)

O convite que fazemos é: acompanhar, apreender os movimentos do espaço, as manifestações do agir, os gestos que prenunciam a brecha que leva a reinvenção do mundo, ou ao menos, mostrar a dobradiça onde o mundo se faz e se desfaz. Testemunhar nesse caso é, afirmar a força viva, encontrar com ela as condições de possibilidade de instauração de dispositivos de cuidado apoiados na sua singularidade. Testemunhar as diásporas infantis, seus

movimentos migratórios, os ruídos que antecedem o alvoroço, o troar dos tambores da infância rebelada. É preciso então tatear, acompanhar, se deixar ser guiado pelos *enfantomes*, esses moleques fantasmas da malha urbana. Eis a tarefa que propomos à clínica.

O gamino inventa sua existência, inventa sua própria lei, suas próprias normas e isso não se faz só pela via da violência, mas também da amizade, de conseguir que outros testemunhem sua diferença. Sua força é seu gesto que resiste para além dos próprios indivíduos, atinge uma multiplicidade, um espaço de contágio com as forças da infância e o mundo inadaptado. Essa estratégia tem como objetivo fazer viver, dispersar a força viva no espaço, combater a violência e fazer ruir a prática colonial que se impõe sobre as cidades da América do Sul.

Na América Latina, os *gaminos* possuem uma função: criar estratégias de resistência, combater a prática política do “fazer viver e deixar morrer” (FOUCAULT, 1999). No limite, sua função é causar a disfunção e apontar a decadência do projeto colonial da América. O gaminismo está para além dos *gaminos*, não pertencendo a Bogotá, nem mesmo a nenhum outro grande centro urbano, ele explode e se amplia para a multiplicidade de gestos políticos possíveis. Pertencem certamente à infância latino-americana tapeando o homem e suas estratégias de governo, mas estão mais próximos deste humano cambiante e inadaptado.

Eles condensam em seu gesto uma intenção política que me assombra desde muito tempo, a misteriosa concepção do pronome impessoal “se”. O impessoal é o instante onde a língua se flagra sem sujeito, onde o sujeito está indeterminado. Nesta tese o “SE” se constitui palavraválise que orienta para este limite da linguagem: “SE” é um tensor da sujeição e da coletividade, do indefinido e do determinado. Tal grafia extraímos de Deligny (2015a), mas ela também nos assombra por outras vias: a expressão “se mandar” nos aparece ao longo da tese em diversas vezes, tomamo-las como coordenada espaço-temporal que aponta a fissura da linguagem e o verbo sem sujeito determinado onde “se mandar” é um convite ao agir<sup>95</sup>.

Literalmente o termo “se mandar” tem o sentido de evadir, mas o verbo evocado é mandar, que quer dizer dar ordens, exigir, governar, dirigir. Indica então a posição de poder sobre algo, algo que é, no limite, ter poder sobre si. Contudo, na gíria “se mandar” está em jogo também o “cair fora” ou “fugir”<sup>96</sup>, que entre outras coisas, no ditado popular, significa *cortar*

---

<sup>95</sup> A partícula SE pode ser pronome apassivador onde o sujeito do verbo tem a voz passiva; pode ser também um pronome reflexivo onde a ação praticada recai sobre o próprio sujeito. Contudo, ela pode também ser índice de indeterminação do sujeito, onde ele não aparece como preposicionado ao verbo – neste caso não se trata da ação do sujeito, mas de impessoalidade, sentido indeterminado e inespecífico do sujeito do verbo.

<sup>96</sup> Na gíria, se mandar também alude a significados bastante desordeiros como mandar um picho no muro, cheirar cocaína ou cortar no ar a linha de uma pipa.

*no ar a linha da pipa*. “Se mandar” apresenta um problema que é o do governo de si, evocado por Foucault (1980/2018b) ao longo de seu estudo sobre o poder e a resistência.

Propõe-se a articulação entre “se mandar” e a resistência política da infância: percebemos que não há, neste caso, a recusa total ao poder, mas recusa a um certo tipo de poder e um certo posicionamento na linguagem que dá lugar a inauguração de uma posição distinta: é a recusa de um poder de Estado, sedentário e estabelecido na instituição, ao qual a infância não faz parte; a recusa à uma certa posição na linguagem que é a não reprodução de certas identidades, valores e semelhanças. A expressão “se mandar” é indicativa de uma articulação entre corpo, verbo e espaço. Ela mostra o lugar do sujeito e seu ponto de indeterminação e faz proliferar fora da linguagem um agir. Tal expressão flagra aquilo que não se vê, o espaço sob os pés do sujeito, sua inscrição nas palavras e nos destinos instituídos, no seu lugar de sujeição. No então a espacialidade deste comando faz também evacuar a linguagem e dar lugar ao espaço do gesto, zona de indeterminação entre o sujeito e seu lugar, tornando-a uma espécie de operador da resistência positiva. De que maneira SE pode agir diferentemente? De que maneira SE pode fazer, tal como os *gaminos* que ao se desidentificar com o lugar de *chino de la calle* produz um novo modo de existência singular? Como pode o *gaminos* SE mandar e impor sobre si uma série de novas coordenadas?

Após a década de 70, Michel Foucault modificou sua pesquisa sobre o poder e operou uma reversão no curso do seu pensamento. A partir do momento em que passa a discutir a Biopolítica e as diversas formas pelas quais o poder penetrava a vida, passou a ver também que o poder não era apenas questão de súdito e sujeição, mas também de subversão, levante, revolta, resistência. Seu pensamento passou a se orientar na tensão entre o poder e as maneiras de viver. Percebendo que o poder “faz viver”, ele passou a se orientar a partir do paradigma da resistência de modo a compreender como os gregos faziam sobre si uma série de práticas assépticas onde o cuidado de si podia ser demonstrado como tecnologia política. O conceito que orienta seu pensamento nesta época é o “cuidado de si” (FOUCAULT, 2018a).

No curso de 1983, *O governo de si e dos outros*<sup>97</sup>, na aula de 5 de janeiro de 1983, Foucault (2018b) faz uma análise de percurso da sua trajetória intelectual: o que ele buscou analisar foram focos de experiência que são três: o saber, o poder e o virtual. O saber são os discursos de verdade que delimitam as margens do campo em disputa; o poder está relacionado ao modo como esses discursos de verdade operam regimes de normas. A partir do momento em

---

<sup>97</sup> Como vimos, Foucault designa as práticas de resistência ligadas às práticas de si e é no momento em que elabora a tese do cuidado de si que a resistência torna-se primado na relação de poder. Para mais, conferir Maciel Jr (2014).

que a psiquiatria cria um saber sobre o anormal, cria-se uma ideia de normalidade onde a articulação entre poder e saber produz discursos sobre a loucura, a criança, a família, as raças. O terceiro foco de experiência analisados pelo autor, é o virtual, o campo de possibilidade e onde sujeitos possíveis vão se constituir a partir destas normas instauradas pelo poder-saber. O saber – os regimes de verdade; o poder – as práticas de normalização; e o virtual – o modo como essa articulação domina os modos de existência. Essa articulação gere não somente o corpo individual e o corpo da população, mas também aquele porvir, aqueles que virão a ser. Tal articulação opera não só os corpos assujeitados pela norma, mas também sobre os corpos que virão a ser assujeitados a ela:

E aí que o deslocamento consistiu em que, em vez de se referir a uma teoria do sujeito, pareceu-me que seria preciso tentar analisar as diferentes formas pelas quais o indivíduo é levado a se constituir como sujeito. E, tomando o exemplo do comportamento sexual e da história moral sexual, procurei ver como e através de que formas concretas de relação consigo o indivíduo havia sido chamado a se constituir como sujeito moral da conduta sexual. Em outras palavras, tratava-se aí também de realizar um deslocamento, indo da questão do sujeito à análise das formas de subjetivação, e de analisar essas formas de subjetivação através das técnicas/tecnologias da relação consigo ou, vamos dizer, através do que se pode chamar de pragmática de si (FOUCAULT, 2018b, p.6)

Deleuze (1988) comentando a posição de Foucault diante desta experiência com o poder e vê que o autor propõe uma dobra em relação ao poder e a verdade. Na década de 1980 Foucault indica certo uso da verdade, um uso que o sujeito faz para constituir a si mesmo, para produzir outros modos de vida. O cuidado de si seria então essa “pragmática de si” onde o sujeito se dedica a discutir a sua verdade na relação com o seu próprio corpo e as normas que buscam determinar sua experiência. Nesse caso, tal pragmática insere a possibilidade da resistência se dar desde si e não de uma brecha ou falha no poder; a resistência seria essa tomada de um certo tipo de poder que é o poder sobre si. Neste caso, a verdade não seria determinadamente discursiva, no sentido de o sujeito tornar-se ele anunciador de normas universais, mas passaria pela experiência estética e pela alteração de posição em relação a si, numa alteração do regime de verdade proferido pelo saber e na construção de uma verdade singular onde o sujeito pode traçar a partir de seu lugar e não de um discurso que lhe vem de cima. Trata-se então de ver a verdade não a partir do discurso, mas a partir de uma sensibilidade.

No livro *Foucault in California*, Simeon Wade (2019) relata a experiência como foi ter tomado um ácido (LSD) com Foucault no deserto do Vale da Morte durante a década de 70. Ele relata que o filósofo passou por um silêncio profundo ao olhar para o vale e enquanto todos esperavam que Foucault falasse altas experiências alucinantes, viram-no mergulhado em seu silêncio. Em dado momento ele responde: “*I know this not true, but it is the Truth*”, frase que

certamente deverá ser analisada em minúcias pelos pesquisadores na próxima década, pois ela indica uma certa mudança de direção onde Foucault declina das verdades (e suas formas jurídicas e psiquiátricas) para falar de uma outra verdade que lhe vem de fora, do céu, da explosão das estraladas e que recai sobre o sujeito:

Virei-me para Michel e disse com voz trêmula: ‘Concebemos o universo - uma procissão majestosa de lindas ninharias, um espetáculo atemporal. Essa visão faz todo o resto parecer uma grande piada.’  
Foucault sorriu e lançou um olhar abrangente para o céu. ‘O céu explodiu e as estrelas estão chovendo sobre mim. Eu sei que isso não é verdade, mas é a Verdade’<sup>98</sup> (WADE, 2019, p.60)

Naquele momento ninguém entendeu ao certo o que isso comunicava. No entanto, aquilo que Foucault sentiu em seu silêncio incidiu sobre sua pesquisa: o cuidado de si é um outro jogo de relação com a verdade, algo que vem de fora em direção a si. Naquele momento Michel Foucault havia terminado a *História da Sexualidade I*, em 1976 (2015), e havia finalizado com a tese sobre o biopoder – esse poder que exerce domínio sobre a vida de ponta a ponta, do vivo ao vivo, do vivo ao morto, passando pelas diferentes maneiras de viver. Sua experiência com o ácido foi em 1979 e o curso *Subjetividade e Verdade* em 1981. Entre 1981 até sua morte em 1984, Foucault dedica-se ao cuidado de si. Somente em 1984 ele lançaria os últimos volumes da *História da Sexualidade*, sendo esses quatro últimos cursos o esforço breve do autor em apontar a ética e o cuidado de si como modo de construção da verdade.

Após a experiência no Vale da Morte, Foucault opera essa virada em sua obra que dá lugar a verdade como sendo um poder sobre si que se exerce numa relação de dessubjetivação – ao invés de ser assujeitados ao poder, a verdade vem de fora, algo que SE produz por efeito de um certo tipo de poder sobre si. O sujeito traça sua verdade a partir de suas próprias coordenadas e, portanto, exercer um poder sobre quem SE é, modifica as maneiras de viver e a maneira de ser quem SE é.

Essa virada marca dois novos pontos na obra de Foucault: a alteração da percepção sobre a verdade e a possibilidade de criar um cuidado que vem de fora de si. O Foucault cartógrafo pensa o cuidado como prática de si, produção de si e da realidade. É a construção de uma outra via do pensamento que não passa necessariamente pela linguagem e o discurso, mas pela sensibilidade e a relação com o lugar onde SE está. Podemos dizer então que deste lugar é

---

<sup>98</sup> “I turned to Michel and said in trembling voice, ‘We have conceived the universe-a majestic procession of beautiful trifles, a timeless spectacle. This vision makes everything else seem like a big joke.’ Foucault smiled and made a sweeping gaze of the heavens. ‘The sky has exploded and the stars are raining down upon me. I know this not true, but it is the Truth’” (WADE, 2019, p.60)

preciso “se mandar”: tal expressão diz respeito a criação de si, de uma verdade sobre si que parte de uma coordenada espaço-temporal. Tal coordenada demonstra a indiscernibilidade entre o ser e o lugar do ser e demonstra como a existência é produzida e não propriamente natural. Tal fórmula aparece para nós em um sonho ao longo do percurso do doutorado, mais especificamente em 2018, ano em que escrevíamos o projeto que abriu as portas para esta tese. No sonho a expressão indicada é “preciso me mandar daqui” e ao longo do trabalho sobre o sonho fomos percebemos que a ação do sujeito sobre si é um poder de “se mandar”.

Vejamos:

*Chegando de viagem e desembarco no Centro Histórico de Petrópolis, cidade do Rio de Janeiro. Carrego comigo minha mochila e nela muitas possibilidades de seguir viajando e levo ainda um vinho que trazia aberto desde minha última viagem ao litoral sul do Estado. Entusiasmado, ao desembarcar no centro da cidade, desço do ônibus e olho para o chão onde vou pisar, nele vejo o mapa da cidade: tinha a estética de uma peça de museu, com páginas envelhecidas, cores amareladas e tinta craquelada. No mapa algo se movia, moviam-se tanto as linhas da malha urbana que demarcam os bairros, como também aquelas que indicava o movimento das pessoas pela cidade. Era possível reconhecer nestes movimentos os recortes sócio-históricos operando tanto nas divisões urbanas quanto na limitação dos trajetos impostos ao corpo. Tenho apenas um instante para perceber estes detalhes e com um assombro pavoroso levanto a cabeça como quem deseja se arejar.*

*Neste movimento, olho para o céu noturno e vejo nele cordões de luz. São linhas que emaranhadas formam um mapa similar aquele que eu acabara de ver no chão da cidade. Assim como no mapa terrestre as linhas se moviam e faziam mover as populações, no mapa celeste algo também se movia. As coordenadas deste novo mapa eram prescrições dadas há muito mais tempo, desde o tempo da formação das estrelas, desde os tempos imemoriais do homem, era algo como o destino. No mapa celeste havia linhas extensas que demarcavam o que seria as condições de possibilidade de formações históricas, das malhas urbanas, das marcas do tempo. Estas linhas eram mais espessas, mais densas e circundavam outras linhas mais tênues, mais delgadas que indicavam os movimentos da humanidade dos povos e populações. Era como se estas linhas luminosas fossem o rastro dos trajetos da humanidade tal como podemos ver no céu o rastro de pequenos cometas ou estrelas cadentes... Havia, além disso, ao fundo do céu, o além absoluto, inalcançável e inatingível, uma massa escura, amorfa e incognoscível, de luz fraca e multicolor. Surpreendentemente, diante de tanta restrição – terrestres e celestes – era isso que me aleitava. Era o obscuro do céu que me iluminava de forma estranha, como se lá eu*

*tivesse uma espécie de matriz ou de raiz que me apraz não como pátria, nação ou destino, mas como ligação. A escuridão não me acolhia, mas me atiçava. Estou ligado ao espaço infinito do céu, tanto quanto estou ligado aos cordões de luz que me ligam ao destino e às linhas históricas que me ligam aos mapas terrestres.*

*A sensação é assombrosa e sinto algo novo: é como se o chão transpasse meus pés e se pusesse sobre a minha cabeça, se colocando lá onde o céu deveria estar e o céu, por sua vez, se torna a superfície de meus trajetos. Posso não apenas andar pelo chão, mas na trama destes fechos de luz. O mapa terrestre se sobrepõe ao mapa celeste: o chão no céu e o céu sob meus pés. A sensação é como se meus sentidos tivessem sido tragados pelo infinito e a gravidade cinematograficamente me fizesse subir para cima. Ao tirar os olhos do infinito, a vertigem se converte em angústia e a angústia um agir de iniciativa – o espaço impele meu traçar. Sinto-me como se eu, que antes era viajante, fosse sujeito àquelas coordenadas restritivas. Tanto sob os pés como sobre minha cabeça, tanto no mapa histórico, como nos movimentos celestiais, estava tudo dito e determinado. Ao contrário de uma adaptação às coordenadas do destino, eu era motivado a agir diferentemente. Era preciso então assumir certo traçado nômade e desviante daquelas prescrições. Com um suspiro angustiado ajo de diante daquela pressão.*

*As imagens do sonho desaparecem e o sonho se encerra com um retorno a si e com a frase “preciso me mandar daqui!”.*

\* \* \*

O sonho se encerra com essa expressão “preciso me mandar daqui”, síntese da narrativa. Se resta algo neste sonho é o agir de iniciativa, gesto do sonhador que indica “cair fora”, “fugir”, “se mandar” para um lugar que ainda não sabe qual, lugar que não tem direção pré-determinada, mas é a própria iniciativa de traçar. É reconhecendo seu lugar de sujeito e se questionando em relação a ele que o sonhador SE vê na verdade histórica, na determinação geopolítica do espaço. Neste caso, o sujeito se vê em defasagem em relação a ele mesmo e vê o ponto onde sua verdade está tramada no destino. Sua liberdade só pode ser “se mandar”, se deslocar de si em direção ao fora.

“Se mandar” apresenta o problema do governo de si: no ponto de vista do sonhador, ele quer fugir dali, quer sair fora, mas do ponto de vista do cartógrafo ele quer *mandar a si mesmo se mandar*. Os mapas dão visibilidade ao fato dele estar sendo mandado por outro e o sonho produz um desvio que é a insubordinação. Não há, neste caso, a recusa total ao poder, mas há a inauguração de uma posição de resistência. O sonhador topa com as forças e destas extrai as

linhas com as quais traça um novo processo. São dobras com as linhas de forças, dobra com o fora a partir do qual o sonhador traça o “cuidado de si”.

É no espaço fora de si que “se mandar” torna-se então coordenada espaço-temporal. O cuidado de si é aí o deslocamento no espaço, a dessubjetivação do plano de inscrição (dos mapas terrestres e celestes). Se mandar é então um trabalho sobre as forças do mundo – tal como Foucault faz uma viagem com as estrelas e o céu que se abre sobre sua casa, o sonhador viaja em seu sonho além de si mesmo. Neste processo o sujeito se dobra sobre o fora aonde há as partículas que o indeterminam: SE é então o último fio do sujeito, onde ele se tece na trama da vida, onde ele está em relação com aquilo que não SE é.

O cuidado operado pela desubjetivação parte não dá personalidade, mas da impessoalidade. Uma clínica que se interessa em trabalhar nesta dimensão impessoal da subjetividade, produz linhas e arranjos com as forças do fora, um trabalho de dobradura sobre si concebendo este “si” nem como indivíduo completo e indivisível e nem como assujeitado, mas que através do devir e da relação das forças do mundo cria sua própria história e sua própria trajetória.

### **3.16 O sonho como máquina de guerra**

Este sonho retoma a ideia de inadaptação positiva: (1) a distinção entre adaptação e inadaptação que faz ver que as regras e as normas estão prescritas no mapa terrestre e no mapa celeste, na história e no destino; (2) concebe a inadaptação como resposta do sujeito à certas condições exteriores a ele<sup>99</sup>. É recusando-se adaptar às prescrições, é através de uma inadaptação positiva, que o sujeito traça um movimento que o diferencia das regulações implícitas no território. Seu gesto libertário se materializa no espaço.

O sonho traz de maneira inovadora a superação da dicotomia entre dentro e fora; sujeito e objeto; subjetivo e objetivo. Ao sonhar com espaços interestelares o sonho problematiza as representações sobre o espaço e demonstra que ele não é apenas uma unidade estável passível de medida e representação, mas é também uma força que opõe à linguagem e coloca em movimento corpo e espaço. A nebulosa no fundo do céu impele o sonhador a traçar, ativa nele devires que coincidem com o nômade, aquele que traça suas coordenadas segundo a interação e circunstâncias em jogo no meio.

---

<sup>99</sup> Há, desde muito tempo, um empuxo a adaptação que não é puramente biológica, mas sim histórica, social e política. É como se o poder disciplinar e sua função de normalização tivesse se instalado não apenas na cultura, mas no urbanismo e na administração dos territórios, na regulação da história, nas mídias e nas maneiras de representar a realidade, as guerras e os conflitos. A adaptação participa dessa operação sinistra que faz com que os sujeitos desejem sua própria submissão.

Deleuze & Guattari (2012) desenvolvem uma prática de si denominada *Tratado da nomadologia* que consiste em um estudo sobre as formas de vida nômades que se contrapõe aquelas ditas sedentárias: os sedentários se situam no aparelho de Estado adaptado as normas e verdades prescritas; os nômades extraem dos diferentes modos de espacialização uma variedade de estratégias de resistência ao controle e captura do Estado. Os autores contrastam a "estadologia" – formas de vida sedentárias – e a nomadologia – modos de vida nômades – para oferecer ao leitor uma alternativa à sujeição e as formas fixas de identidade.

A nomadologia não está restrita a grupos nômades literalmente, como tribos ou povos nômades. Ela também abrange movimento de resistência e transformação que estão presentes em diversos contextos políticos, sociais e culturais. O *Tratado de Nomadologia* é, portanto, uma tentativa de mapear e compreender as estratégias, as práticas e as intensidades do nomadismo em suas diferentes manifestações. Tais conceitos buscam romper com as estruturas fixas, as formas de controle instituídas e as identidades preestabelecidas, enfatizando a multiplicidade, a fluidez e a resistência à territorialização absoluta.

O pensamento nômade compreende a subjetividade a partir de um modelo hidráulico, fluxo contínuo de intensidades, afetos que inundam o processo de subjetivação e transbordam os limites da representação, as distinções e dicotomias, alagando representações que antes eram sólidas. No modelo hidráulico, a subjetividade não é vista como uma entidade fixa e estável, mas sim como uma multiplicidade de forças e fluxos que estão em constante interação e transformação, movimento que desafia a compreensão estática e essencialista do sujeito, do indivíduo e da subjetividade. O nomadismo é a expressão desta natureza fluída, plástica do devir.

A água, nesse sentido, serve como uma metáfora para a subjetividade em movimento; melhor seria dizer fluída, pois tanto o sujeito quanto o espaço estão numa relação de confluência, ambos podem fluir e infiltrar um ao outro, de modo que a subjetividade se espalha e se transforma num plano aberto:

o modelo hidráulico da ciência nômade e da máquina de guerra consiste em se expandir por turbulência num espaço liso, em produzir um movimento que tome o espaço e afete simultaneamente todos os seus pontos, ao invés de ser tomado por ele como no movimento local, que vai de tal ponto a tal outro (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p.29).

No modelo nômade da subjetividade, a exterioridade é influente nos processos de subjetivação. A máquina de guerra, por sua vez, não deve ser entendida como modelo bélico e

armamentista da subjetividade, mas sim como modo de resistência e criação que contrasta com o sistema de Estado e controle impostos pelo poder, uma resposta criativa.

A máquina de guerra se caracteriza por sua natureza nômade, sua resistência vem de sua plasticidade, sua capacidade de se adaptar e se desadaptar, de criar linhas de fuga em relação às estruturas preestabelecidas pelo poder. Trata-se de uma modalidade da subjetividade que desvia e, eventualmente, se opõe à organização do Estado com suas limitações territoriais, sua busca por controle da população e hierarquia política. Enquanto o Estado e a Instituição buscam estabelecer fronteiras, limites e identidades, a máquina de guerra opera de forma diferente se baseando em estratégias de deslocamento, migração, movimento em direção ao indeterminado, sendo capaz de se adaptar e se reinventar constantemente:

E que a exterioridade da máquina de guerra em relação ao aparelho de Estado revela-se por toda parte, mas continua sendo difícil de pensar. Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar [...] Em suma, a cada vez que se confunde a irrupção do poder de guerra com a linhagem de dominação de Estado, tudo se embaralha, e a máquina de guerra passa a ser concebida unicamente sob a forma do negativo, já que não se deixou nada de fora do próprio Estado. Porém, restituída a seu meio de exterioridade, a máquina de guerra se revela de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem. Dir-se-ia que ela se instala entre as duas cabeças do Estado, entre as duas articulações, e que é necessária para passar de uma a outra. Mas justamente, "entre" as duas, ela afirma no instante, mesmo efêmero, mesmo fulgurante, sua irredutibilidade (DELEUZE & GUATTARI, 2012, p.16)

Desta forma, a expressão “se mandar” que no sonho aparece é tomada então como pragmática sobre si, uma máquina de guerra, um traçado que inaugura um devir e inventa a possibilidade de uma relação fluida com o espaço, o meio, o entorno. Sobretudo possibilita ter uma relação de resistência que não seja bélica, guerra no sentido do confronto, mas sim no sentido da criação, do desvio, do deslocamento espacial e da migração. Trata-se então da síntese que apresenta a resistência espacial onde a produção de saúde e produção de espaços, a atividade normativa e os modos de espacialização, indicam uma resistência que é criar, traçar, inaugurar processos de diferenciação.



Cordões de luz no céu II  
(Pedro Almeida, 2021)

## 4. O ESPAÇO E AS SUBJETIVAÇÕES

### 4.1 O sonho *se mandar*

Os sonhos produzem imagens que nos ajudam a compreender a multiplicidade que é o espaço, os diferentes mapas e diferentes espacialidades: do terrestre e histórico ao celeste e cósmico. Em meio a tantos mapas, aparece no sonho a imagem obscura e nebulosa que incita o agir do sonhador. Os mapas intensivos, carregados de afetos e multiplicidades, fazem ver o incognoscível do sonho, seu ponto de interrupção.

O sonho adensa uma nova complexidade que é a relação entre o espaço cósmico interstelar e o plano onírico. Como podem se superpor o espaço físico, o espaço histórico e o plano das imagens oníricas? Como pode o espaço aparecer dentro da vida psíquica? A imagem dessa “*massa escura, amorfa e incognoscível, de luz fraca e multicolor*” indica certa semelhança com as nebulosas interestelares e mostram o espaço em seu limite, como lado de fora.

O espaço no sonho aparece não como a imagem e a representação do espaço, mas como fora de sentido, o ponto onde o sonhador choca-se contra a literalidade do gesto que interrompe a linguagem. Para nós, é nesse ponto intensivo que o espaço aparece sem aparência, isto é, fora do campo representativo das imagens e das palavras. É o espaço como ponto não representável, espaço fora da linguagem que resta como força ativa que se move e escapa; força que ativa o movimento do próprio sonhador: acordar.

A imagem da nebulosa que aparece no sonho, mostra esse ponto no espaço onde o sujeito está emaranhado no mundo. As camadas do mapa revelam isso: a história, a geografia, a política, o cosmo. Tudo está descrito em coordenadas cada vez menos dizíveis e cada vez mais intensivas. Isso remonta a questão da relação entre espaço e subjetivação: como o espaço participa deste processo? No caso do sonho “se mandar”, a individuação das estrelas e a subjetivação do sonhador, subjetivação social e subjetivação psíquica estão emaranhadas.

O céu e o inconsciente se ligam não apenas por imagem, trata-se de um comum não pactuado, cujo aparecimento do espaço no sonho é motivo, emotivo, promove ação, faz viver, inaugura processos. Faz isso não por efeito de indicação, mas por abertura, ruptura, efeito de acaso. Onde isso nos leva? Como o processo de individuação das estrelas pode estar numa relação de força com o processo do sonhador?

O sentido deste enunciado – *se mandar* – é bastante relevante para a discussão da resistência e sua dimensão espacial, da relação entre a subjetivação e aquilo que está fora do sujeito. Vemos aí o primado do espaço em relação à subjetividade, espaço que opera a

dessubjetivação e impessoaliza o sujeito. ‘Se mandar’ deflagra aquilo que designaremos como subjetividade fora do sujeito, modo onde o sujeito está indeterminado e disso extrai sua potência de fundação permanente, de criação permanente de diferentes modos existências que, neste caso, são virtuais (SCHERER, 2000).

Se o sonho contribui ainda para um aprimoramento do mapa e da cartografia, está em jogo compreender que o trabalho do cartógrafo não é o mesmo que de um escoteiro, que segue os mapas e suas linhas traçadas. O trabalho com os mapas é, na realidade, aquele de criar um mapa, uma nova rota, mais do que seguir aqueles feitos por outro. Extraíndo disso uma coordenada para clínica do espaço: trata-se de seguir as linhas de errância e traçar a partir delas um novo mapa, uma nova coordenada. Igualmente, trata-se de fazer perceber o mundo não somente no ponto de vista do sujeito inscrito em sua realidade própria, no que diz à sua intimidade, mas apresentar a perspectiva espacial e impessoal da subjetividade onde o sujeito está indeterminado e ausente, podendo ele dobrar-se sobre esse plano de forças que está aberto e fora dele. O trabalho com o mapa é abrir a perspectiva para o que o fora seja explorado como campo de forças cujas linhas atizam o sujeito a eleger os rumos que lhe interessam, podendo cruzar seus limites ou não.

A clínica do espaço se interessa pelo espaço fora da linguagem como plano de forças onde o sujeito produz singularidade a partir da sua inadaptação em relação a si mesmo: é porque o sujeito pode experienciar um sem-fundo da vida que sua vida pode então tomar outros rumos. Sua adaptação virá não pela dobradura com a circunstância *a priori* dada pelo outro, pela história, mas pela permanente variação que o espaço fora do sujeito produz. O sujeito age a partir da dimensão impessoal da vida, o espaço torna-se o lugar onde se dissolve todas as determinações, o espaço é da ordem do impessoal fora do sujeito.

O sonho indica então o processo de subjetivação pela via do espaço onde o sonhador faz uma operação sobre si desde o limite com a linguagem. Não encontrando respostas nem no chão e nem nas estrelas, inaugura seu próprio processo de subjetivação, num gesto disruptivo, o sonhador traça uma nova coordenada enunciada como “*preciso me mandar daqui!*”. Rompendo com as normas urbanas, os pactos históricos, as prescrições do destino; o sonhador age a partir desta abertura na qual o espaço promove no sonho a interrupção. O sujeito está tão dissolvido quanto as estrelas mortas, não possui domínio sobre a situação e nem está identificado com o lugar onde se viu, mas é efeito de uma atualização das forças. Tal ruptura abre tanto as imagens quanto a história e o sentido individual. A Liberdade maiúscula e definitiva é, para o sonhador, uma palavra que meramente organiza certas coordenadas políticas

dentro destes dois mapas – terrestre e celeste. Para ele, diferentemente, o sentido de liberdade encontra-se na ruptura e no traçado de novas iniciativas.

A nebulosa indica então uma porção não individuada do espaço, o espaço fora da linguagem, o espaço como força que alimenta novos processos de subjetivação. Nesse difícil ponto onde as representações caem, onde o chão se dobra sobre o abismo do céu, nessa inversão estética e criativa, é fora da linguagem que o sonhador encontra o sentido. A iniciativa vem do *nonsense*. O efeito deste sentido não é uma interpretação, mas uma coordenada espaço-temporal, uma indicação, um vetor que, por efeito, impele o traçar.

Ao longo deste capítulo tentaremos explorar o que seria esse espaço fora da linguagem e como ele compõe o processo de subjetivação. Igualmente, tentaremos interpretar este sonho através da criação de coordenadas que, ao invés de dar um sentido ao sonho, implica mais em respeitar a interrupções da linguagem pelo aparecimento do espaço. Trata-se então de um desvio: da psicanálise à esquizoanálise, de uma experimentação do inconsciente não como teatro das representações, mas como plano de forças e de deslocamento de afetos.

Deleuze, junto com Guattari, Parnet e Scala, publica o texto intitulado *A interpretação dos enunciados* (DELEUZE, 2016). Neste pequeno texto, os autores antecedem algumas considerações que seriam elaboradas por Deleuze em *Crítica e Clínica*, mas que ali esmiuçam três casos clínicos de psicanálise com crianças. Colocam em evidência o caso Hans, de Freud, o caso Richard, de Melanie Klein e o caso Agnès, de Jacques Hochmann, como exemplos da setorização da psicanálise na linguagem. Segundo os autores, aquilo que é dito pela criança, seus enunciados, são esmagados e sufocados pela interpretação, pela busca do sentido por trás daquilo que é dito – aquilo que os psicanalistas ou psicoterapeutas entendem, aquilo que eles retêm, traduzem ou fabricam, não intensificam em nada os processos de subjetivação da criança, mas o impedem de traçar no espaço a coordenada espaço-temporal que o agir impele.

Nesse sentido, o sonho aqui não é interpretado, mas cartografado; ele inaugura um trajeto, abre um processo de pensamento nômade onde se explora a multiplicidade, o devir louco. Trata-se de sonhar acordado como estratégia de combate: o juízo e a interpretação impedem a chegada de novos modos de existência, pois trata-se, segundo Deleuze (2013), de fazer existir e não de julgar e interpretar:

Qual juízo de perito, em arte, poderia incidir sobre a obra futura? Não temos por que julgar os demais existentes, mas sentir se eles nos convêm ou desconvêm, isto é, se nos trazem forças ou então nos remetem às misérias da guerra, às pobreza do sonho, aos rigores da organização (DELEUZE, 2013, p.173/174).

## 4.2 A nebulosa onírica

O sonho faz ver o espaço fora da linguagem. Sua aparição-fabricação o faz emergir nas tramas do inconsciente, mostrando como o espaço e a subjetividade não são unidades isoláveis, mas sim coparticipativos e vivem em relação de colaboração – o espaço está “dentro” da vida psíquica do sujeito e a vida psíquica do sujeito está espacializada no fora da linguagem. Desta forma, o sonho embaralha as definições dentro e fora e alude a presença de um fora-dentro do psiquismo, sendo esse fora-dentro o próprio ponto de interrupção da linguagem. O ponto onde se pode ver o convívio entre o representável e o irrepresentável, entre as formas e as forças, é o espaço. O encontro com este ponto interrompe o sonho e as imagens que ele produz, atíça e causa angústias e movimentos subjetivos. O sonho se encerra com a ideia SE mandar, SE dessubjetivar, SE diferenciar das coordenadas do destino e criar as próprias coordenadas. O efeito deste sonho é a sensação de inadaptação e o movimento desviante. Portanto, há algo no espaço que está para além da representação.

As nebulosas são partes do espaço onde a matéria não se individualizou, são restos de estrelas, porção do espaço que conjuga o vazio, as matérias e as forças. Sonhar com essa operação de individualização é SE ver desidentificado com as normas dos homens e ver-se partícipe dos processos informacionais das estrelas, dos corpos impessoais de um mundo em constante alteração.

Tal gesto do sonhador é devir do espaço, devir estrela, devir inadaptado, devir nômade. Somos todos restos das poeiras dos espaços interestelares. A vida terrestre não veio apenas do mar, mas dos espaços fora, da Via Láctea e além. O humano é meramente uma figura do tempo, breve e circunstancial. O sonhador reconhece o processo de produção de subjetividade, não somente o seu, mas também coletivo, do social ao sideral, reconhecendo num só tempo o assujeitamento histórico-geográfico e as coordenadas físicas que antecedem as formações históricas:

Que pena o homem não ter imaginado que, como sua vida vinha do mar, era lá que a morte o levaria a se reencontrar; assim nós teríamos ao menos desvencilhado desse nível superior<sup>100</sup>, e o céu seria o mar vizinho, acessível em pé de igualdade, e o homem ficaria muito menos destroçado por essa aspiração à superioridade na qual, aliás, ele se perde. (DELIGNY, 2015a, 28)

---

<sup>100</sup> Para Deligny (2015a) o projeto pensado é tido como o nível superior da espécie, a linguagem situaria o humano acima das outras espécies. Deligny, ao contrário, pensa que o homem deva considerar as outras espécies como predecessoras e com isso criaria um acesso aberta entre o humano e a aranha. Como vimos no capítulo 2, a involução é o caminho dessa destituição da linguagem como centro do mundo: para acessar o humano é preciso então ir em direção ao menor, o menos diferenciado, no sentido de ir na direção do pré-individual de onde todas as espécies e indivíduos devém. Está conceito será discutido nesse capítulo.

A relação com o espaço sideral não é representativa, mas afetiva. Ele é afetado pela nebulosa. O contato com o espaço não individuado é o contato com o contingente de forças ontogenético, energia potencial (SIMONDON, 2020). Ela faz devir um movimento, um gesto, um traçado. As estrelas são resultado de individuações físicas, de matéria cósmica que se adensa, superaquece e se funde, formando outros corpos celestes no espaço sideral. Nebulosa é o nome que se dá ao objeto celeste difuso visto no fundo do céu que, como no sonho, é representada como “*massa escura, amorfa e incognoscível, de luz fraca e multicolor*”. Estas formações siderais são produto de estrelas que explodiram e expeliram gases e poeiras cósmica moleculares, elas se expandem e se amontoam em determinado ponto do espaço formando-se assim nuvens cósmicas. Estima-se que para atravessar um único trecho destas nebulosas leva cerca de 4 a 5 anos luz, ao todo uma nebulosa mede cerca de 30 anos luz aproximadamente. Trata-se então de uma enorme parte tensa do espaço, as nebulosas atraem outras moléculas que se adensam até se individuarem em estrela, são então corpos celestes inacabados de tamanhos incomensuráveis para o homem, apreensíveis minimamente com muita astúcia à olho nu, mas mensuráveis somente através de objetos técnicos da ciência. A matéria destas nebulosas não se individualizam apenas em si mesma, mas são também absorvidas por outros corpos celestes, levando milhares anos-terrestres para se expandir e se perder no espaço, contribuindo para formar outras estrelas ou outros planetas.

As nebulosas são, portanto, fertilizantes cósmicos, elas ampliam a possibilidade da individuação física no espaço sideral. O Sol é, por exemplo, uma estrela na qual a Terra e a vida humana orbitam ao seu redor. Ele é produto de outras estrelas e nebulosas, assim como nosso planeta e assim como estes que o habitam. A vida na Terra é um aglomerado de restos de poeiras cósmicas que se informaram em indivíduos físicos e biológicos, processo que levou bilhões de anos, cerca 4,5 bilhões de anos<sup>101</sup>. Diante dessa temporalidade incomensurável à história da humanidade, o indivíduo biológico e o indivíduo psíquico são – até então – únicos no Sistema Solar. No entanto, se concebemos a vida não apenas como seres multicelulares e seres psicossociais, se concebermos os indivíduos físicos como seres, compreenderemos que um planeta, tanto como uma estrela, são indivíduos e que por isso, conserva em si a função devir.

---

<sup>101</sup> No caso dos seres vivos multicelulares, estima-se que a Terra os abrigue a cerca de 500 milhões de anos. Até mesmos os nutrientes que fertilizam o corpo humano são oriundos destas mesmas nebulosas espaciais.

### 4.3 O SE do devir

Ressaltamos que um devir nunca é solitário, ele carrega consigo parte da margem do mundo de onde ele salta, ele arrasta consigo os potenciais primitivos por meio de contágio. Ao discutir a natureza do devir animal, Deleuze & Guattari (2017) discutem a respeito da matilha, bando, população e povoamento:

Dizemos que todo animal é antes um bando, uma matilha. Que ele tem seus modos de matilha, mais do que características, mesmo que caiba fazer distinções no interior desses modos. É esse o ponto em que o homem tem a ver com o animal. Não nos tornamos animal sem um fascínio pela matilha, pela multiplicidade. Fascínio do fora? Ou a multiplicidade que nos fascina já está em relação com uma multiplicidade que habita dentro de nós? (Deleuze & Guattari 2017, p.20)

Assim, o pessoal, o específico, dissolve-se numa multiplicidade, um bando cuja melhor maneira de designar uma individualidade é apontar para seu pertencimento a uma coletividade difusa, uma massa amorfa. Essa impessoalidade à qual SE é lançado pelo devir, coloca o sujeito às voltas com a “falta de determinação” que, embora SE seja sujeito um indeterminado, nada lhes falta, ao contrário, há excesso e transbordamento, transversalidade. Segundo Deleuze & Guattari (2017):

Então o indefinido se conjuga com o máximo de determinação: era uma vez, bate-se numa criança, um cavalo cai... É que os elementos postos em jogo encontram aqui sua individuação no agenciamento do qual eles fazem parte, independentemente da forma de seu conceito e da subjetividade de sua pessoa. Notamos muitas vezes a que ponto as crianças manejam o indefinido não como um indeterminado, mas, ao contrário, como um individuante em um coletivo. (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p. 55).

O indefinido do pronome SE indica aqui não um enfraquecimento, uma pobreza, uma carência ou uma falta. O SE (em francês, *On*) não tomam o lugar do sujeito, mas destitui todo sujeito dando privilégio ao agenciamento; não representa um sujeito, mas:

diagramatiza um agenciamento. Ele não sobrecodifica os enunciados, não os transcende como as duas primeiras pessoas, mas, ao contrário, os impede de cair sob a tirania das constelações significantes ou subjetivas, sob o regime das redundâncias vazias. As cadeiras de expressão que ele articula são aquelas cujos conteúdos podem ser agenciados em função de um máximo de ocorrências e devires. (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.56)

O sonho carrega consigo os potenciais ontogenéticos daquilo que ele não é. Neste caso, carrega consigo a nebulosidade donde SE pode extrair a criação e o devir que segue a linha de uma individuação coletiva onde o sujeito não está separado do espaço, processos sociais,

históricos e político, nem mesmo distinto de sua dimensão pessoal e subjetiva. O devir não diz respeito apenas a dimensão social, as formas sociais minoritárias, mas também à individuação física do espaço, às moléculas e a superfície físico-química do mundo. Não diz respeito somente a subjetivação pessoal, mas também a resistência às transformações históricas e os efeitos da colonização, da urbanização, do recorte do território e da subjetividade.

A figura que aparece no céu do sonho “*Se mandar*” poderia ser representada pela forma imaginária da nebulosa, mas não é disto que se trata. A própria ciência coube em projetar nas nebulosas as figuras que lhe são familiares, como é o caso da Nebulosa de Caranguejo e da Nebulosa de Águia que ganham o nome de figuras familiares à ciência e à história natural. Essa figura que aparece no céu do sonho é na verdade o potencial ontogenético do espaço. O que no sonho aparece como nebulosa, não é uma matéria e forma em construção, é antes uma imagem do espaço fora da linguagem, do espaço não individuado, das forças inumanas que habitam o espaço-tempo, a existência física e a vida psicossocial. Portanto, trata-se de um processo que não é nem individual e nem coletivo, mas transindividual<sup>102</sup> (SIMONDON, 2020):

Entendemos então que o espaço que figura nas imagens do sonho é a energia potencial, transbordamento, estado crítico onde a crítica é, na realidade, um trabalho sobre si, um combate ético que distingue o entre do contra: “*mas estes combates exteriores, esses combates-contra encontram sua justificação em combates-entre que determinam a composição das forças no combatente. É preciso distinguir o combate contra o Outro e o combate entre Si*” (DELEUZE, 2013, p.170).

Enquanto o combate-contra busca destruir ou repelir uma força ou representar como forma de anular, o combate-entre trata de “*apossar-se de uma força e fazê-la sua*”. Desta forma, ser atravessado pelo espaço em sua dimensão de força é ver a linguagem partir-se e se tornar insuficiente, e, do mesmo modo, ao vê-la partir-se, é criar a possibilidade de partir em busca de uma invenção de si que não se resume às prescrições do Outro: “*O combate-entre é o processo pelo qual uma força se enriquece ao se apossar de outras forças somando-se a elas num novo conjunto, num devir*” (p.170). Diferentemente da Guerra, o combate entre é, ao contrário,

essa poderosa vitalidade não orgânica que completa a força com a força e enriquece aquilo de que se apossa. O bebê apresenta essa vitalidade, querer-viver obstinado, cabeçudo, indomável, diferente de qualquer vida orgânica: com uma criancinha já se tem uma relação pessoal orgânica, mas não com o

---

<sup>102</sup> “Encontrar o transindividual é, portanto, em primeiro lugar, experimentar um excesso sobre o funcionamento do já individuado, é experimentar a afetividade como fonte de problemas novos; no limite, é ser afetado pela própria afetividade, enquanto ela cessa de funcionar como faculdade reguladora e deixa o indivíduo como que transbordado” (COMBES, 2022, p.195).

bebê, que concentra em sua pequenez a energia suficiente para arrebentar os paralelepípedos (DELEUZE, 2013, p.171/172)

O que atrai o sonhador a tornar-se autor do seu processo de subjetivação, diferenciando-se dos meios e das ordens que o determinam, são estas mesmas forças, é apropriando-se delas que se verá o devir. O espaço emerge no sonho como uma força e dá a ver o espaço como indistinto do tempo e indistinto da vida individuada em sua forma psíquica: se a intimidade psíquica é transpassada pela experiência do tempo, por que não poderia ser transpassada pelo espaço? Contudo, este espaço-tempo não é individuado e empobrecido de potenciais ontogenéticos, é antes um sistema tenso “pré-individual” (Simondon, 2020) cuja ordem de grandeza está além das noções de tempo e espaço concebidas pelo indivíduo humano. Portanto, o espaço-tempo aqui não são resolvidos em si mesmo, nem resolvidos pela noção que o indivíduo psicossocial atribui a ele, menos ainda pelas representações da linguagem. O espaço-tempo resta sempre fora, como força maior.

A história e a astronomia são razões insuficientes para definir essa força presente no processo de individuação das estrelas e no processo de subjetivação do humano. É através da clínica, em conjunção com ciência e a filosofia, que se pode conceber o espaço fora da linguagem, o espaço não individuado, como componente dos processos de individuação. E será preciso explorar toda uma nova gama de ferramentas conceituais para conceber o sentido do espaço como força que impele o devir. Ao longo deste capítulo veremos uma série de conceitos onde Gilbert Simondon constrói uma crítica ao processo de individuação. Partiremos não dos indivíduos constituídos, mas do processo de individuação. Interessa-nos o processo, mais do que apenas as formas. Nesse sentido, espaço e subjetividade vivem um devir coetâneo cuja apreensão é sentida no referido sonho.

#### **4.4 O espaço não individuado e as inaptações do ser**

O que define o espaço fora da linguagem é sua indefinição: nem forma e nem matéria, são condições de dizibilidade. O espaço não pode ser totalmente representado, pois há algo no seu processo de individuação que não cabe nessa forma representativa. Trata-se da dimensão de forças que compõe o espaço e as suas individuações, forças que são disruptivas e rompem com a linguagem; que são criativas, porque inauguram processos de individuação.

Simondon (2020)<sup>103</sup> Canguilhem argumenta que a individuação é um processo fundamental no qual as entidades se tornam individuais e distintas em relação ao seu meio, e

---

<sup>103</sup> Para pensar o espaço desta maneira, apoiamos-nos na tese de doutorado de Simondon (2020) intitulada

faz isso através de uma crítica contundente aos sistemas de pensamentos dominantes na filosofia a respeito do problema da natureza do Ser.

A noção de indivíduo humano, tal como tem sido naturalizada pelas ciências humanas no último século, remete a uma concepção individualista e indivisível onde o indivíduo é completo em si mesmo. Isto coloca um problema significativo para a clínica no contemporâneo, pois indica a busca por uma experiência que não pode ser reproduzida na vida cotidiana. Para a clínica a experiência humana se revela como aquela onde há numerosas divisões – seja na relação dos indivíduos com seus meios correspondentes, mas também na relação com a própria natureza humana, sua instância psíquica e social. A ideia de indivíduo indivisível é antes abstração conceitual que descola o vivente da experiência sobre as superfícies de inscrição da vida. Não há, na vida psicossocial, um único indivíduo que não tenha passado pela experiência da angústia – afeto este que introduz uma gama de complexos e implexos que se desenvolvem na relação humana consigo mesmo e na relação com os outros e com o mundo. Para nós, mais do que defender uma única forma da divisão e estruturação do ser humano, importa mais apontar para a multiplicidade do ser, seu devir e seu caráter rizomático.

Simondon (2020) propõe pensar uma ontologia que não é centrada nem no indivíduo e nem no sujeito, uma ciência da vida determinada a pensar o *processo de individuação* ao invés de pensar apenas o indivíduo constituído. A individuação do ser foi durante muito tempo concebida de maneira parcial, como se a gênese do indivíduo fosse restrita à duas vias somente: a via hielemórfica, que concebe o indivíduo como engendrado pelo encontro do par matéria e forma, via designada também como substancialista; e a via monista que concebe o indivíduo centrado em si mesmo, determinado sob a forma de sua própria substância, sendo a substância o próprio Ser, uma mônoda. Em ambas as noções o processo de individuação seria compreendido de maneira reduzida, ambas as vias privilegiariam o indivíduo constituído, o que leva a pensar não a individuação como processo, mas o indivíduo como dado *a priori* de sua própria existência. Ambas as vias dão privilégio ontológico ao indivíduo constituído e deixam de lado a investigação sobre o processo de individuação, processo esse que é sem princípio e nem fim.

Estas duas concepções deixam de lado a análise dos processos de individuação, isto é, a análise da realidade do ser, do entorno, das condições de possibilidades de sua emergência, a

---

Individuação à luz das noções de forma e informação (*L'individuation à la lumière des notions de forme et d'information*), orientada por Maurice Merleau-Ponty na Universidade de Paris com a presença de George Canguilhem na banca. A tese consiste numa teorização sobre a individuação e aborda a questão da formação dos indivíduos – físicos, biológicos, psíquicos e sociais.

multiplicidade que ronda o ser, e, por conseguinte, das variáveis que atravessam esse processo. Diferentemente, ressaltamos que essa multiplicidade é o que nos levará a compreensão do espaço em suas mais variadas formações: espaço físico, espaço cósmico, espaço psíquico, o meio, o ambiente, o território entre outras. Mais do que definir o espaço nestas supostas dicotomias, queremos entender como ele passa de uma individuação a outra, o seu caráter transindividual.

Na concepção individualista, o espaço físico e o corpo humano são indivíduos distintos e separados, são concebidos pelo par indivíduo-meio e podem ser isolados e separados. Nessa via o humano é uma natureza estável e distinta da própria natureza – é, como critica Deligny (2015a), o humano pensado como espécie separada das outras espécies, hierarquizado a partir de um projeto superior: o pensamento, a consciência e a linguagem. O indivíduo humano estaria então separado do espaço, enquanto o meio seria apenas uma superfície empobrecida, sinônimo de natureza biológica, meio ambiente ou meio social. O humano seria distinto e separado do espaço, independente dele e o espaço seria, nessa mesma direção, sólido, empobrecido e suscetível as ações do humano.

Diferentemente pensamos o espaço como plano de deslocamento de forças onde, tanto ele quanto o próprio humano, são resultado de uma defasagem de um sistema tenso de forças, vivem uma intensa passagem de adaptação às inaptações. Simondon (2020) pensa que estas duas unidades individuadas (indivíduo e meio) possuem algo em comum, no entanto, não são isoláveis e separadas, como se uma pudesse ser superior a outra. De fato, o que é superior são as forças pré-individuais e que, portanto, trata-se de uma comunalidade, de uma coabitação, de uma defasagem onde ambos se individualizam a partir deste sistema de forças<sup>104</sup>.

Para compreender o espaço e sua dimensão de força, como componente do processo de individuação e subjetivação humana, é preciso abrir mão do indivíduo constituído e pensar o processo. O que Simondon (2020) propõe é uma investigação sobre a gênese do indivíduo, análise operada como “ontogênese revertida” que passa pela individuação coletiva, psíquica, pela individuação do vivente e do indivíduo físico, cósmicos e assim infinitamente.

---

<sup>104</sup> “A teoria da individuação de Simondon troca a visão monista e substancialista de indivíduo por uma outra, na qual valoriza as ideias de processo, de operação, de mudança e de vir a ser. Na visão filosófica, o indivíduo não tem sua forma determinada por princípios transcendentais; em vez disso ele surge como informação: sua forma é criada e viabilizada pelo par indivíduo-meio, ou seja, por um sistema tenso e rico em potenciais de informação. Isso faz do indivíduo um ser relativo em si mesmo e não um ente completo; uma vez surgido traz consigo esta potencialidade, esta incompatibilidade, que garante, por sua vez, a transdução enquanto continuidade da individuação” (CABRAL, 2016, p. 170/171)

Nesta ontologia, Simondon (2020) não propõe a resposta científica sobre a origem dos indivíduos, mas a análise filosófica sobre o processo de individuação onde o princípio está sempre remetido à uma obscuridade, ao desconhecido, ao fora da representação. Por não ter um princípio, o ser não é completamente individuado, mas está em permanente processo de individuação, isto é, está sempre aberto ao devir. Tal formulação leva a *“conhecer o indivíduo pela individuação muito mais do que a individuação pelo indivíduo”* (SIMONDON, 2020, p.16).

Para Simondon (2020) o “princípio de individuação” seria composto por um sistema tenso de forças de grandeza maior que permanecem em estado de “metaestabilidade”, forças estas que são fonte matricial para todo o processo pelo qual o ser devém e deverá experimentar ao longo de sua existência. O princípio do ser não é absoluto, uma origem monumental, mas um estado permanente de individuação e metaestabilidade, isto é, uma operação que vai de um estado designado “pré-individual”, passando pelo indivíduo constituído e, por conseguinte, pelo “transindividual”. Em seu princípio o ser é força que não se individua completamente, considerá-lo desta maneira é deparar-se com o estado de tensão constituinte: *“Desta maneira, o indivíduo é relativo em dois sentidos: porque ele não é todo o ser e porque resulta de um estado do ser no qual ele não existia nem como indivíduo, nem como princípio de individuação”* (SIMONDON, 2020, p.16).

#### **4.5 O pré-individual**

O ser pré-individual é o estado do ser onde não há fases – nem começo e nem fim, nem acima e nem abaixo – ele é puro devir, conjunção de múltiplos fatores, emaranhado quente de forças, nebulosidade e estranheza. Ele não é nem evoluído e nem está em estado de involução, não é nem normal e nem anormal. Dele emanam as formas, as normas, as individuações provisórias, temporais, circunstanciais.

O pré-individual não é o transcendental, aquilo que deixa a unidade e parte em direção a multiplicidade. É antes a própria multiplicidade, a coexistência de forças que não se individualizam e da qual o ser se defase e se informa unidades provisórias. É o ponto impessoal e tenso onde se magnetizam e se dobram as forças, onde se passa quando se devém de uma forma a outra. O pré-individual é o lugar do contágio e do devir. Pelo fato do ser não ser em si mesmo, não ser primeiro e substancial em relação a si mesmo, ele pode ser compreendido como passagem de um modo formal do ser individuado a outro modo de ser em estado informacional. Sua formalização é sempre metaestável, estando aberta ao câmbio, a mudança, a transformação, passando tanto pela adaptação como também pela inadaptação.

O ser pré-individual pode ser compreendido na passagem de uma forma à outra. Tal afirmação pode ser vista, por exemplo, na experiência cinemática onde se espalha grãos de areia sobre uma placa de metal e a faz esta mesma superfície vibrar. Os grãos reagem as ondulações sonoras que fazem vibrar a superfície e com isso os grãos se agrupam de forma provisória, formando uma imagem e uma forma desta individuação. Conforme a vibração da superfície muda, muda-se também a individuação. Tais formas são provisórias e variantes e estão em relação com as ondulações e vibrações acústicas na superfície. A passagem de uma forma à outra, o momento em que os grãos se desformam e se informam novamente, o estado nebuloso entre um e outro, é o pré-individual.

O pré-individual ultrapassa a unidade e a identidade, a substância e a matéria, sendo mais bem definido pela teoria dos quanta, do quantum. O estável e o instável, o contínuo e o descontínuo, o indivíduo e o sujeito, confrontam-se todos com a dimensão quântica do processo de individuação, essa dimensão de forças que é metaestável e impessoal. Para Simondon (2020) a individuação é resolução deste sistema de forças metaestável, sendo essa resolução uma dobra que se dobra e se desdobra, que se “fasa” e se defasa. Aí está o passageiro, o permanente estado pré-individual ao qual temos todos que deparar-se com isso: nesse sentido o humano estaria sempre se correlacionando às ordens de grandeza primitivamente maiores que seu ser através da mediação, isto é, da interação com os diferentes meios, a operação de dobradura destas linhas de força presente nos meios; trata-se da operação onde o ser se confronta com as forças e reencontra a via para uma nova individuação. Mediar o meio, mediar as forças de grandeza maior, mediar o espaço, são todas mediações parciais, porém, são operações fundamentais.

A partir desta compreensão, coloca-se em análise a individuação do homem e do humano – fato que detalharemos na próxima sessão. O que queremos esclarecer aqui é que nessa via proposta por Simondon (2020) a noção de indivíduo é parcial, deve sempre se a ver com o estado pré-individual e seu caráter transindividual. As formas humanas não são originárias, não há uma essência humana, mas individuações humanas e, portanto, o que há é um devir humano, um caráter transitório da natureza pré-individual do ser.

A noção de indivíduo adaptado ou indivíduo normal, são concepções insuficientes para compreender a relação do humano com o espaço, do humano com sua dimensão ontogenética. Não se pode estar totalmente adaptado a um meio, visto que o meio possui também uma variação nas forças que o constituem. A perspectiva adaptacionista só pode ser baseada em negação do estado metaestável do ser; para Simondon (2020) esta visão é adaptacionista e normalizadora, a vida deve ser pensada não a partir do indivíduo – do corpo, da espécie, do

orgânico, do político, histórico, social, psicológico, geográfico –, mas sim a partir desta permanente tensão entre forças que se individualizam provisoriamente e se defasam sistematicamente. O ser e suas formas vivas devem estar sempre em relação com seu caráter passageiro, circunstancial e relacional. Portanto, as formas humanas devem ser abertas ao seu caráter de dobradura. Poderíamos brincar dizendo: “*somos todos origamis!*”, mas o que de fato defendemos aqui é que os humanos são todos resultado de uma operação de dobra de um plano aberto que, por ser metaestável e transindividual, abre-se novamente ao plano aberto das formas para depois vir informar-se novamente a partir de um novo processo de dobra.

A vida é então, para nós, sinônimo de devir: a ontogênese amplia-se para além da gênese do indivíduo e passa a designar “*o caráter de devir do ser, aquilo por que o ser devém enquanto é, como ser*” (SIMONDON, 2020, p.16). O devir é, por sua vez, uma “*dimensão do ser*” que corresponde a uma capacidade do ser em “*se defasar relativamente a si mesmo, de se resolver enquanto se defasa [...] o devir não é um quadro no qual o ser existe; ele é dimensão do ser, modo de resolução de uma incompatibilidade inicial, rica em potenciais*” (p.17). O ser é o lugar no qual o indivíduo devém, o ser pré-individual é fonte imanente da existência do indivíduo físico, do vivente e do psicossocial.

Para Simondon (2020) o estudo da ontogênese designa devires e não formas estáveis, são processos e operações e não resoluções ou adaptações completas. A noção de forma, assim como a noção de substância, é insuficiente para compreender a metaestabilidade do ser, pois trata-se de noções elaboradas a partir do próprio indivíduo empobrecido e esvaziado de seu potencial genético. Para substituir tal noção, o autor propõe o conceito de “*informação*”: diferentemente da forma, que é ligada à estabilidade, a informação conserva o caráter variável. O ser devém não em direção a formas preexistentes, mas devém pelo processo de informação que não se reduz aos sinais, aos suportes e aos veículos de informação – “*existem diversos tipos de individuação, deveriam existir diversas lógicas, cada uma correspondendo a um tipo definido de individuação*” (SIMONDON, 2020, p.34).

#### **4.6 A topologia dinâmica e a ontogênese**

Para pensar a ontogênese e pensar o caráter processual do ser, a maneira pela qual o ser se individua em diferentes modos, é preciso pensar o princípio de individuação como sendo o processo cuja origem é essa dimensão pré-individual – “*sistema tenso, supersaturado*”:

Para pensar a individuação, é necessário considerar o ser não como substância, ou matéria, ou forma, mas como sistema tenso, supersaturado, acima do nível da unidade, que não consiste unicamente em si mesmo e não pode ser

adequadamente pensado mediante o princípio do terceiro excluído; o ser concreto, ou ser completo, isto é, o ser pré-individual, é um ser que é mais que uma unidade. (SIMONDON, 2020, p.17)

Para Simondon (2020) os indivíduos físicos e o indivíduo vivente, assim como a individuação humana (psíquica e social), possuem o mesmo primado. O espaço e o humano devêm de um mesmo plano designado pré-individual e fazem isso através de uma relação com as formas espaciais do meio interior e do meio exterior.

Tal problema foi designado por Simondon (2020) como sendo o da topologia dinâmica e sua relação com ontogênese onde os indivíduos se constituem através de meios exteriores e meios interiores. No caso do indivíduo físico, a exterioridade são as superfícies físico-químicas; no caso do vivente, a exterioridade é o meio ambiente e a natureza, mas também seus processos fisiológicos, seu meio interior. No caso do indivíduo humano sua interioridade e sua exterioridade se manifestam na forma da vida orgânica e psíquica (interioridade) e pela vida social e grupal (exterioridade). No entanto, o problema da topologia e da ontogênese é ainda mais inquietante, quando o sonho “se mandar” coloca o interior da vida psíquica em relação com o fora da representação, com o espaço nebuloso e as forças ontogenéticas. É esse problema da transitoriedade e do transbordamento que queremos investigar: o espaço e a ontogênese, somente nessa relação com o pré-individual que conseguiremos definir sua relação com a vida psicossocial, o inconsciente e o fora da linguagem.

Para isso, devemos postular que, no processo de individuação do humano, existe isto que designaremos como o primado do espaço: é o espaço o ponto onde ocorre as individuações e não tanto sobre o tempo e sobre a linguagem. É no espaço que o humano encontra os potenciais ontogenéticos. O espaço age sobre os indivíduos como veículo de forças, ele transporta as qualidades disruptivas e criativas sendo ele tanto a fonte imanente de toda superfície, como também a superfície de inscrição das individuações. Nesse sentido o problema do interior e do exterior se remonta diante do caráter transindividual do ser:

as diferenças entre a individuação física e a individuação vital são objeto de uma profunda exposição. O regime de ressonância interna aparece como diferente nos dois casos; o indivíduo físico contenta-se em receber informação de uma só vez e reitera uma singularidade inicial, ao passo que o vivente recebe, sucessivamente, vários aportes de informação e contabiliza várias singularidades; e, sobretudo, a individuação física se faz e se prolonga no limite do corpo, por exemplo, do cristal, ao passo que o vivente cresce no interior e no exterior, sendo que o conteúdo todo do seu espaço interior mantém-se "topologicamente" em contato com o conteúdo do espaço exterior (DELEUZE, 2003, p.123)

Portanto, é na transitoriedade que o humano entra em contato com as forças do espaço, com o fora da linguagem e o fora da representação. No espaço, o humano mantém uma relação problemática com seu próprio ser, e aí, afirma Deleuze (1993) o problemático substitui o negativo<sup>105</sup>. O espaço que dá lugar ao ser humano não é tanto sua interioridade psíquica, mas essa transitoriedade permanente entre dentro e fora da subjetividade.

#### **4.7 O primado do espaço**

O primado do espaço é então essa relação com o não humano, com o fora da subjetividade, essa dimensão problemática onde há apenas forças. É aí onde o ser encontra seu caráter intensivo e sua face indissociável do espaço, a dimensão fora da linguagem onde o irrepresentável é a superfície de inscrição de toda e qualquer individuação/subjetivação. Essa dimensão estranhamente íntima e inquietante é a proximidade e relação com o exterior ao qual o ser chega ao fora. No sonho, aquilo que alimenta e imanta o devir do sonhador é o espaço não individuado, a poeira nebulosa donde devém indivíduo e espaço, aquilo que não pode ser representado e que quando aparece interrompe o sonho indicando uma coordenada “se mandar”.

O primado do espaço para o humano indica o ponto em que o espaço é primeiro em relação ao processo de individuação, pois é veículo das individuações, mas é também, paradoxalmente, o ponto em que o pré-individual é anterior à própria individuação do espaço. O que há de comum entre as estrelas e o inconsciente é que ambas são veículos de forças inquietantes. O que há de ontogenético aí é que tanto o humano como o espaço derivam deste outro espaço não individuado que é a fonte imanente – designado por Simondon (2020) como pré-individual. É de fora que nos chegamos às informações e o sonho demonstra isso num estado bruto da experiência.

Embora inovadora, a crítica de Simondon é indigesta para a cultura ocidental, pois atinge pontos fundamentais do pensamento e da cultura. Para a cultura hilemórfica (da matéria e forma) e atomista (das mônodas), o pré-individual é inconcebível, pois já nos fora criado uma norma do pensamento que favoreça o primado do tempo em detrimento do espaço, o primado do indivíduo constituído em detrimento do processo. Portanto, é na interioridade da consciência e no efeito da reflexão do sujeito que se torna possível distinguir as coisas não humanas e dos

---

<sup>105</sup> “No pensamento de Simondon, a categoria do “problemático” ganha uma grande importância, justamente na medida em que ela está provida de um sentido objetivo: com efeito, ela já não mais designa um estado provisório do nosso conhecimento, um conceito subjetivo indeterminado, mas um momento do ser, o primeiro momento pré-individual. E, na dialética de Simondon, o problemático substitui o negativo. A individuação, portanto, é a organização de uma solução, de uma “resolução” para um sistema objetivamente problemático” (DELEUZE, 1993, p.122).

humanos. Contudo, o que chamamos atenção é que, do ponto de vista do espaço, o humano e o meio não se distinguem, pois ambos derivam de um mesmo plano genético. Sendo assim, não há forma pré-concebida a qual o humano se encaixa, pois seu processo é uma permanente transitoriedade entre formas; o mesmo vale para o espaço que vive permanente transição entre as formas interiores e exteriores. É no espaço onde se dão as individuações, sendo o tempo apenas o registro do deslocamento das informações<sup>106</sup>.

O humano está, portanto, num permanente processo de passagem do interior ao exterior e do exterior ao interior, sendo que essa fenda invisível, essa passagem indecomponível, é o espaço não individuado, ponto emaranhado de forças. O caráter transitório do ser impede que possamos definir o espaço não individuado segundo a linguagem que o humano detém. É preciso então criar ferramentas, novos modos para experimentar aquilo que nos escapa.

Ao longo de sua tese Simondon (2020) reafirma esse problema do espaço e da ontogênese. Heredia (2022) postula que o autor inaugura um “sistema trifásico” da subjetividade que é composto pelas seguintes etapas: a fase pré-individual – dimensão intensiva e energética; a fase individual – estrutura de cada indivíduo, do sujeito, do vivente e dos meios correspondentes; e a fase transindividual – que recoloca as tensões entre interior e exterior como passagens descontinua de uma à outra:

O ser sujeito pode ser concebido como sistema de coerência mais ou menos perfeita das três fases sucessivas do ser: pré-individual, individuada, transindividual, correspondendo parcialmente, mas não completamente, ao que designam os conceitos de natureza, indivíduo, espiritualidade. O sujeito não é uma fase do ser oposta à do objeto, mas a unidade condensada e sistematizada das três fases do ser (SIMONDON, 2020, p. 462)

Sobretudo para o sujeito da modernidade, esse sujeito todo urdido de linguagem, é o primado do tempo que determina sua existência. A cultura ocidental está habituada ao par forma-matéria e ao ideário monista, e é na era clássica da filosofia que se criou tal norma do pensamento que favorece o tempo em relação à subjetividade.

Primeiramente foi Descartes (1983) que desenvolveu a concepção de que o homem e o mundo são dois domínios opostos: o do espírito, *recogitans* – a coisa pensante, consciente de si, livre e sem dimensão espacial – e o domínio da matéria, *res extensa* – tido como coisas mensuráveis, sem consciência e mecanicamente mensurável. Através da dúvida metódica o autor concebe como pensante e consciente o Ser que se distingue e se separa das coisas extensas.

---

<sup>106</sup> “Simondon se nega a pensar a temporalização como sedimentação ou síntese passiva e marca o caráter descontínuo que baliza a individuação do ser. Ou seja, estamos lidando com uma filosofia da natureza que se desdobra como um processo ilimitado de autocriação por saltos bruscos (...)” (HEREDIA, 2022, p.151)

Como coisa extensa está situado o espaço e sobre ele Descartes (1983) atribuiu uma imagem aversiva exatamente para impedir essa mistura entre o conhecimento do espírito e o conhecimento sobre o que não é espírito – trata-se de uma imagem horripilante, que possui a forma de mecanicismo.

Descartes (1983) torna possível distinguir, opor e separar o ser consciente do mundo circundante, separa o “si mesmo” do outro que é a coisa extensa e externa à consciência. O espaço estaria para a ciência cartesiana fora, exatamente pelo fato de não se localizar no espaço íntimo da reflexividade da consciência.

Kant (1987), posteriormente, reafirma essa distinção entre o conhecimento de ser e as coisas a serem conhecidas. Em sua filosofia ele postulou que a forma do sentido interno e íntimo é o tempo e não o espaço. Este é, por sua vez, a forma do sentido externo à subjetividade. É assim que está colocado na primeira crítica da razão, primeira tese da obra *Crítica da razão pura* (1987).

Somente a partir do pensamento contemporâneo, após Blanchot (2011), que viemos a positivar o fora como componente do processo de subjetivação e individuação. É através dele e também Freud, Simondon, Deligny, Foucault, Deleuze e Guattari que o fora, o horrível, o aberrante, o mostro, a monstruosidade, o desvio, a inadaptação e o problemático tornaram-se a via de escape para pensar o humano fora de si mesmo, fora da intimidade, da linguagem, da representação e, portanto, do tempo.

É aí que a filosofia contemporânea, o neomecanismo, a filosofia da diferença, o maquinismo, entre outros, propõe uma nova concepção sobre o humano e seus processos. O humano deixa de ser uma natureza dada, natural, estável, para se ver aberto a um processo permanente de produção de subjetividade. O humano deixa de ser um indivíduo, cai do céu da verdade, e se vê no mundo emaranhado às coisas e aos objetos. Vive um devir que transborda o mapa celeste e o mapa terrestre.

É nesse sentido que investigar o processo de individuação e subjetivação na relação com o espaço, desvia do humano do grande relógio da vida e o localiza na grande espiral cósmica do espaço. Fora do centro do mundo e junto às forças pré-individuais, o primado do espaço situa a individuação humana ao lado das coisas terrenas, celestes, moleculares. A filosofia contemporânea, assim como a clínica, valoriza o que então era tido como negativo – o louco, o delinquente, o autista, o inadaptado, o espaço, a obscuridade, são todos elementos que desviam das premissas do tempo do humano em relação ao mundo e abrem para pensar individuações parciais – adaptações cambiantes, provisórias, transitórias, devires. Pensar o desvio

positivamente é uma tarefa nova, assim como valorizar positivamente a inadaptação. Isso implica em colocar luz sobre certa maquinação com o espaço: que processos de subjetivação se inauguram com o espaço enquanto ele é, para nós, força e multiplicidade?

Nesse esforço de pensar positivamente o negativo, o desvio e as subjetivações tidas como estáveis não são tomados como identidades estáticas, mas individuações parciais, passagens. Portanto, o louco, o delinquente, o autista e o inadaptado são devires. Não se trata somente de situar e afirmar sua forma e o lugar de sua existência, mas de afirmar seu caráter transitório, seu devir. O devir humano tem como primado o espaço, sendo a consciência, o rosto humano e a linguagem apenas uma subjetivação parcial situada no tempo. É no espaço, nesse maranhado cósmico, biológico, psíquico e social, que nascem e fenecem as formas humanas, tendo o tempo como valor secundário. Do ponto de ver do espaço pré-individual fora do sujeito, a consciência e a linguagem são apenas um acidente contemporâneo; o humano, assim como o espaço, resta fora da linguagem e é preciso desenvolver modos de rastreio e manejo destes desvios, devires e maquinações do humano fora da linguagem.

#### **4.8 O espaço, os meios e as individuações**

O processo de individuação implica no devir do ser. Segundo Simondon (2020) ele ocorre por diferentes modos: por mediação, na individuação física; por relação, na individuação dos seres vivos e por participação, na individuação dos seres psíquicos e sociais. Para entender como as forças de individuação presentes no espaço são as mesmas envolvidas no processo de subjetivação; para entender o devir humano, é preciso compreender os diferentes modos de individuação.

A começar pela individuação física, ela resulta na gênese dos cristais e possui valor paradigmático. Permite apreender o fenômeno no domínio molecular de maneira circunstancial, por *mediação* de forças preexistentes no sistema metaestável que é o pré-individual. Este está em permanente processo de defasagem, visto que os potenciais inerentes à sua realidade e a realidade do entorno nunca se esgotam – o resultado desta defasagem é a produção de um par indivíduo-meio que, para o autor, oriunda do pré-individual:

Compreender-se-ia então o valor paradigmático do estudo da gênese dos cristais como processos de individuação: ela permitiria a apreensão a uma escala macroscópica de um fenômeno que repousa sobre estados de sistema pertencentes à dimensão microfísica, molecular e não molar; ela apreenderia a atividade que está no limite do cristal em via de formação. Tal individuação não é o encontro de uma forma e de uma matéria que existem previamente como termos separados e anteriormente constituídos, mas uma resolução

surgindo no interior de um sistema metaestável rico em potenciais: forma, matéria e energia preexistem no sistema. (SIMONDON, 2020, p.20)

A mediação aparece aí como a operação de resolução pela qual o indivíduo físico se defasa e se diferencia do meio, produzindo por efeito um meio empobrecido e o próprio indivíduo físico. Meio e indivíduo restam como materiais empobrecidos nesta operação de defasagem do pré-individual, pois a individuação é operação de mediação destas ordens de grandeza, o indivíduo desenvolvendo-se por “processo mediato de amplificação” (p.20).

A individuação dos cristais refere-se então ao processo pelo qual o cristal se forma e se desenvolve a partir de um estado inicial passando por um processo de diferenciação e crescimento estrutural no qual os átomos se organizam em um padrão cristalino<sup>107</sup>. Tal individuação sofre a influência das condições espaciais – de temperatura, pressão e composição química do ambiente – e demonstra como na sua gênese o espaço tem primado, é dele que vem as forças que o individuem e o informam, portanto:

Nem a forma nem a matéria são suficientes. O verdadeiro princípio de individuação é mediação, geralmente supondo dualidade original de ordens de grandeza e ausência inicial de comunicação interativa entre elas e, depois, comunicação entre ordens de grandeza e estabilização (SIMONDON, 2020, p.20)

Simondon (2020) toma a individuação dos cristais como paradigma. Analisa outras individuações, mas é a partir desta que as outras serão pensadas. Ele usa o exemplo dos cristais para ilustrar como os indivíduos emergem e se desenvolvem a partir de um estado pré-individual se estendendo a outras formas e como essas formas são suscetíveis a variações no meio de modo que o processo está sempre aberto. Individua-se inicialmente por mediação e essa operação permanece como possibilidade para os seres vivos e psicossociais. A mediação é, portanto, a operação de criação que opera por contraste mediando ordens de grandeza que são levadas a interagir, se comunicar, produzindo informação. Assim a mediação é a interação e a comunicação entre meios e o indivíduo é o ponto de mediação dessas forças de grandeza maior.

Ao acompanhar, por exemplo, a reação da água saturada (meio fluido) em temperaturas muito frias, acontece a reação que, se vista por lentes microscópicas, revela a individuação dos cristais. Eles se formam na exterioridade de seu meio, dobrando-se para fora estruturando-se

---

<sup>107</sup> Durante a individuação dos cristais, ocorre uma série de eventos que levam à formação desta estrutura como: as circunstâncias interferem na forma, de modo que o aquecimento ou o resfriamento levam a modificação na organização dos átomos. Os primeiros núcleos cristalinos são formados, seguidos pelo crescimento no qual esses núcleos aumentam de tamanho e se tornam cristais maiores.

sobre sua superfície. O cristal de gelo assume uma forma singular a partir da mediação da temperatura e da substância água. Nesse caso, não há no indivíduo físico interioridade, ele está perpetuamente ex-centrado e periférico em relação a si mesmo. Seu domínio é na exterioridade absoluta, sem constituição do meio interior e sem capacidade de modificar-se fora das circunstâncias que o meio lhe oferece – por exemplo, o gelo não pode dissolver-se exceto se uma outra força de grandeza maior altere o meio exterior no qual os cristais estão compostos: “o indivíduo físico, perpetuamente descentrado, perpetuamente periférico a si mesmo, ativo no limite de seu campo, não possui verdadeira interioridade” (SIMONDON, 2020, p.21)

No caso do indivíduo físico, a individuação acontece por *mediação* e se resolve na exterioridade. Já no caso do indivíduo vivente, a individuação inicia-se por mediação na exterioridade, porém ela se completa dentro, pois o interior é também um meio constituinte no ser vivo. O vivente é o ser que interiorizou parte de seu meio exterior e faz dele parte integrante de seu funcionamento interno. Sua estruturação se dá não apenas por mediação, mas também por *relação* com seu meio interior. Em seu meio interior o vivente se resolve por ressonância interna, onde dentro ele se alimenta e opera das propriedades externas que ele absorveu<sup>108</sup>. Trata-se de individuação por *relação*. Ao invés de se limitarem apenas à mediação, como fazem os indivíduos físicos, as células possuem uma superfície externa em sua extremidade periférica onde o vivente se torna mediador de um meio interno que se relaciona com outro meio externo – exemplo disso são as membranas celulares que permitem a comunicação e a troca de informações.

Diferentemente do ser físico, que resolve sua tensão através da mediação externa, o ser vivente possui interioridade que lhe confere individuação por mediação e por relação entre o interior e o exterior:

No vivente, há uma individuação pelo indivíduo, e não apenas um funcionamento resultante de uma individuação já completa, comparável a uma fabricação; o vivente resolve problemas não só adaptando-se, isto é, modificando sua relação ao meio (como uma máquina pode fazer), mas modificando a si mesmo, inventando novas estruturas internas, introduzindo-se completamente na axiomática dos problemas vitais. O indivíduo vivo é sistema de individuação, sistema individuante e sistema se individuando; a ressonância interna e a tradução do nexa a si em informação estão nesse sistema do vivente (SIMONDON, 2020, p.21).

A individuação psíquica do humano, podemos vê-la acontecer por mediação, por relação e por *participação*. Mediação do exterior físico e mediação dos fatos biológicos e corporais;

---

<sup>108</sup> Exemplo disso são as células que por metabolismo fisiológico resultam na integração individual de outras moléculas, formando uma comunicação entre seu interior e seu meio exterior.

relação do interior biológico e psicológico com o meio exterior físico e social; relação (interpessoal) com os outros indivíduos; relação do indivíduo consigo mesmo (interioridade psíquica) e por fim, *participação* num meio social e necessidade de participação externa e grupal. Para o humano a participação consiste numa individuação mais ampla, que lhe ocorre por intermédio desta energia pré-individual que lhe atravessa. É graças a estes potenciais que ele comporta que ele pode individuar-se numa exterioridade mais complexa, como o grupo e a sociedade:

Torna-se possível, então, pensar a relação interior e exterior ao indivíduo como participação, sem apelar para novas substâncias. O psiquismo e o coletivo são constituídos por individuações que vêm depois da individuação vital. O psiquismo é prosseguimento da individuação vital num ser que, para resolver sua própria problemática, é ele próprio obrigado a intervir como elemento do problema pela sua ação, como sujeito (...) (SIMONDON, 2020, p.23)

Contudo, o ser psíquico não pode se resolver sozinho, pois o pré-individual ultrapassa sua própria individuação humana e ultrapassa os limites do vivente. Ele se remete então ao coletivo e forma com ele uma relação complexa entre o indivíduo humano e a sociedade do homem. Tal problema coloca em jogo a investigação sobre os limites da individualidade na coletividade e o exercício da coletividade sobre a individualidade. A operação de participação que é própria do humano, vem a ser a operatória mais determinante de seu devir. Se ele não participa, nem que seja, de sua própria necessidade interior, isto é, se não sente sequer fome, sua existência define-se. Neste caso, se o mal-estar não intervém nem que seja para negar ser alimentado, a vida cessa. É preciso que no ser psíquico um sujeito intervenha em seu próprio estado para que possa representar para si seu próprio estado. Se ele é capaz de representar para si e para outro, ele também poderá experimentar a possibilidade de SE dizer pertencente ou não a um grupo. Nesse caso a individuação psíquica e social depende sempre de um sujeito.

A definição para Simondon (2020) é

O psiquismo é prosseguimento da individuação vital num ser que, para resolver sua própria problemática, é ele próprio obrigado a intervir como elemento do problema pela sua ação, como sujeito; o sujeito pode ser concebido como unidade do ser enquanto vivente individuado e enquanto ser que representa para si sua ação através do mundo, como elemento e dimensão do mundo; os problemas vitais não estão fechados sobre si mesmo; sua axiomática aberta só pode ser saturada por uma sequência indefinida de individuações sucessivas, que engajam cada vez mais a realidade pré-individual e a incorporam na relação ao meio; afetividade e percepção se integram em emoção e em ciência, que supõe um recurso a novas dimensões. (SIMONDON, 2020, p.23)

O ser psicossocial é um ser problemático – ele não pode se resolver nem em si mesmo, em sua interioridade problemática, nem na exterioridade complexa do social e na natureza. Essa metaestabilidade se deve tanto ao caráter transindividual – das permanentes passagens e mudanças – e a essa dimensão pré-individual – sua dimensão de devir. Isso se deve à sua carga energética de pré-individual que ele comporta em si. É a conjunção destas duas fases da individuação que lança o indivíduo em uma nova individuação:

As duas individuações, psíquica e coletiva, são recíprocas uma relativamente à outra; elas permitem a definir uma categoria do transindividual que tende a dar conta da unidade sistemática da individuação interior (psíquica) e da individuação exterior (coletiva). O mundo psicossocial do transindividual não é o social bruto nem o interindividual; ele supõe uma verdadeira operação de individuação a partir de uma realidade pré-individual, associada aos indivíduos e capaz de constituir uma nova problemática, que tem sua própria metaestabilidade; ele exprime uma condição quântica, correlativa de uma pluralidade de ordens de grandeza. (SIMONDON, 2020, p.23/24)

Essa reciprocidade conjuga o interior do vivente e o exterior social, mas não só, conjuga também o exterior físico e todas as qualidades externas do ambiente, experimentando assim uma ecologia psicossocial. Vê-se nisso como fazem para sobreviver aqueles que vivem em territórios afetados por catástrofes ambientes e como se multiplicam as formas de morrer por estas mesmas catástrofes, seja por enchentes ou inundações, seja por desabamentos e rompimentos de barragem. A individuação psicossocial engloba então uma exterioridade que não é apenas social, cultural, política, mas também uma certa geografia, geologia, geopolítica das condições de vida e morte na atualidade.

A individuação no coletivo não resolve em definitivo as questões do indivíduo psíquico, ao contrário, amplia sua metaestabilidade e aumenta os potenciais e tensões. Vivemos permanentemente um estado de defasagem cada vez mais veloz e isso se demonstra numa experiência urbana, mas não só, também tecnológica e tecnocrática. Nem dentro e nem fora: o indivíduo humano enfrenta uma ressonância que lhe é inquietante, as respostas e certezas estão sempre lhe escapando e, a todo momento, encontra-se a obscuridade e a falta de razão que lhe assegura um lugar, uma topologia existencial.

#### **4.9 O humano, o meio e o psíquico**

O ser psíquico oscila de individuação em individuação, vive um permanente estado de defasagem e devir. É preciso lidar com as infidelidades do meio para então variar as ações, os modos de lidar com os problemas; trata-se de atualizar-se para permitir transformar a si e ao mundo. O devir torna-se então a pulsação da atividade subjetivante:

Para compreender o que é a atividade psíquica no interior da teoria da individuação, enquanto resolução de caráter conflitante de um estado metaestável, é preciso descobrir as verdadeiras vias de instituição dos sistemas metaestáveis na vida (SIMONDON, 2020, p.24)

Para Simondon (2020) o humano vive mergulhado nesse estado pré-individual, numa afetividade que polariza a topologia dinâmica de sua gênese – passa-se de um lado a outro, do exterior ao interior, do interior ao exterior e, desta maneira, experimenta uma afetividade que reorganiza os limites das individuações. O conceito de transindividualidade oferece aqui uma contribuição importante ao relacionar o indivíduo psicossocial à instância que os antecede e os origina, mas ainda assim não se encerra nem como origem, pátria ou mãe. Trata-se antes de uma *matriz motriz*, uma máquina aberta que equaliza as saturações destes potenciais.

Do ponto de vista formal, o desenvolvimento do humano começa no bebê, passa pela criança, pelo adolescente, pelo jovem, pelo adulto e depois pela terceira idade. Aí se dão os desenvolvimentos por complexos, isto é, que contorna as experiências, que inclui o passado na forma e na informação. Porém, do ponto de vista do espaço, o desenvolvimento se dá por implexo, ou seja, um emaranhado aberto, entrelaçamento, nebulosidade enredada. Nessa via o humano emerge de uma individuação vital, passa pela individuação psíquica e social, mas transindividua-se não apenas nas formas humanas, mas também inumanas, inacabadas, provisórias, informais:

Essa força não é vital; ela é pré-vital; a vida é uma especificação, uma primeira solução, completa em si mesma, mas deixando um resíduo fora de seu sistema. Não é como ser vivo que o homem carrega consigo aquilo com o que individuar-se espiritualmente, mas como ser que contém pré-individual e pré-vital em si. Essa realidade pode ser nomeada transindividual. Ela não é de origem social, nem de origem individual; ela é depositada no indivíduo, carregada por ele, mas não lhe pertence e não faz parte de seu sistema de ser como indivíduo. (...) O ser que precede o indivíduo não foi individuado sem resto; ele não foi totalmente resolvido em indivíduo e meio; o indivíduo conservou pré-individual consigo, e todos os indivíduos juntos têm, assim, um tipo de fundo não estruturado a partir do qual uma nova individuação pode se produzir (SIMONDON, 2020, p.451)

Sendo assim, o humano é portador desta realidade pré-individual, guarda em si um sem-fundo ou um fundo não estruturado que lhe resta como carga potencial. O humano não é propriamente um indivíduo, mas uma transindividuação<sup>109</sup>. É nesse sentido que o não

---

<sup>109</sup> “A experiência transindividual é a experiência desse excesso; não o lugar de um próprio do homem, de uma distância com relação às formas não humanas da vida, mas o lugar onde aparece a insuficiência da vida individual do ponto de vista da potência mais do que individual com relação à qual um indivíduo percebe-se como sujeito. Insuficiência da vida individual, isto é, também, insuficiência da vida social: a sociedade ou a comunidade, como agrupamento de indivíduos, não nos faz sair do plano da vida individual. É interindividual, mas não é transindividual” (COMBES, 2022, p.193)

individuo é mais determinante que as formas individuais, pois dele emergem os impulsos e os devires. A mediação é a instância subjetivante do humano, sendo que este humano está em contante mediação, relação e participação com as forças pré-individuais do espaço fora da linguagem. O devir deriva, portanto, do espaço. Quando se trata do humano, está em jogo não somente a mediação das forças oriundas do meio físico e geográfico, da inquietação interna e psíquica, da exterioridade social e política, mas também mediação das forças que vem do fora, do espaço pré-individual. Trata-se, no limite, de mediar estas forças de grandeza maior que emergem desta dimensão sem fundo e não estruturada; trata-se então de produzir a mediação e comunicação diante das forças de grandeza maior. O devir humano passa então pela relação e participação em regimes afetivos com outros humanos, mas sobretudo, pela mediação destas forças que vem do fora. Devir e mediação tornam-se então operatórias permanente da subjetivação do humano.

Trata-se então de uma realidade paradoxal, está no humano como algo que está para além do humano. Esse excesso que transpassa as formas individuais humanas é a afetividade, a própria relação de forças com o mundo transindividuo – nem interior, nem exterior, mas fora do sentido formal. É o ponto em que o humano não é em si mesmo, nos seus contornos biopsicossociais, mas sim é nas bordas, ou melhor, no transbordamento e na passagem de uma forma a outra.

O humano é mais que um e, paradoxalmente, menos que o todo. Ele não é a própria vida, há nele uma necessidade genética de se relacionar com aquilo que não é ele. Nesse caso, melhor seria evocar aqui a fórmula do devir minoritário, o humano é “n-1” (DELEUZE & GUATTARI, 2014)

O sonho “se mandar” é então um testemunho dessa zona indeterminada entre o ser humano e as outras individuações, é uma espécie de testemunho dessa realidade nebulosa do pré-individual, um presságio violeta dos devires do qual o humano pode ser assaltado, arrastado, tragado em direções desconhecidas.

Ainda sobre esse ponto emaranhado entre a vida humana e as individuações do espaço, convém destacar o caráter difícil de definir o “lugar” do ser: que espaço então é aquele da individuação humana? De que maneira o problema da topologia e da ontogênese se resolvem no humano? Aparentemente, uma resolução adequada seria a não-resolução, o caráter metaestável do ser. Porém Novo (2023) destaca que o caráter “atópico” do transindividual é essa realidade que está ao mesmo tempo dentro e fora do indivíduo.

Isso nos parece um tanto problemático porque adjetivar essa topologia dinâmica como sendo “atópica” pressupõe a ausência de uma superfície de inscrição para a vida. Para nós, diferentemente, esse aspecto dinâmico do transindividual aponta justamente para o espaço não-individuado, espaço este que não é nem totalmente dentro, nem totalmente fora, mas mediação da polaridade dinâmica da vida. O fato do ser humano não ter uma realidade topológica em si, não o exime de experimentar certas superfícies de inscrição. No entanto, essas superfícies não são o lugar do ser, pois seu lugar é o pré-individual, o campo de flutuações de forças metaestáveis. Por isso ao invés de atópica, preferimos denominar esse problema como sendo o da topologia dinâmica do ser, sendo que o “lugar” do ser, o ponto onde ele se inscreve como ser, é o “espaço não individuado”, “espaço pré-individual” ou mesmo “espaço fora da linguagem”. É de fora que devêm as informações, sendo o humano uma dobra deste fora não-individuado. Tal delicadeza terminológica faz-se necessária a fim de manter em aberto esse caráter topológico do fora e a relação dinâmico do ser com os espaços.

Para nós melhor seria utilizar o termo evocado por Deligny (2015a): “*topos*” como sendo o espaço fora da linguagem, superfície flexível e adaptável, que resiste à simbolização e às individuações sucessivas. Espaço dinâmico e não estruturado que serve de superfície para inscrição dos processos informacionais do humano. *Topos* é, nos termos do autor, “lugar do resto” que, numa certa confluência com Simondon (2020) é lugar do pré-individual, do resto não individuado; e lugar do transindividual, que, na prática de Deligny, é o lugar onde as crianças e os autistas podem experimentar as passagens de uma individuação a outra e exercer sua normatividade.

Portanto, *topos* é o espaço da vitalidade não orgânica, das forças que atravessam as formas de vida – psíquica e social, mas também orgânica e não orgânica. Os mapas revelam não os traços da vida individuada, o cada um de cada criança, mas sim o “*resto, refratário a toda compreensão*”:

Um pouco cansados desses excessos de compreensão – que, como era flagrante, a criança já não suportava, não suportava ser compreendida, e então era o intolerável que vinha a tona –, pusemo-nos a pensar que *topos* podia ser o lugar do resto, isto é, do que parece refratário à compreensão que, não esqueçamos, sob manto do abraço, nos fala daquelas ideias que um signo representa. (...) Pusemo-nos a transcrever, em folhas transparentes, os trajetos de umas e outras [crianças], linhas de errância, e, depois, essas linhas, esses traços, nós os guardamos, nós o fitamos e continuamos a fitá-los, por transparência; alguns datam de dez anos, e outros, da semana passada. Quanto à maioria desses traços, faz tempo que esquecemos de quem são. Esse esquecimento nos permite ver “outra coisa”: o resto, refratário a toda compreensão. (DELIGNY, 2015a, p.160)

O que se vê então são as marcas do humano no espaço, marcas que se registram a despeito do tempo. É o espaço marcado pelo humano, mas não só; é também o espaço que o humano marca, pois ele é essa superfície onde a vida humana inscreve sua subjetividade impessoal – não o traço de um indivíduo, mas o traçar da espécie. O esquecimento da origem, da individualidade a quem pertence cada linha, indica que a prática cartográfica se orienta numa relação secundária com o tempo, sendo seu primado o do espaço. Toda subjetividade é marcada por uma certa temporalidade espacializada onde o tempo é a dimensão processual da realidade; é no espaço “ao longo do tempo” que é possível ver o espaço fora da linguagem. Topos é então o espaço onde o tempo se desloca impessoalmente, sem memória individual, mas apenas memória da espécie – é o fóssil, o tácito, o agir através do tempo-espaço. Topos é o espaço onde o fora da linguagem tem lugar.

Desta forma, reencontramos aí, mais uma vez, a problemática da topologia e da ontogênese. Há um ponto em que o humano não se distingue nem como espécie, nem como coletivo. Trata-se apenas do comum – daquilo que há de comum entre o humano e o espaço que ele habita. E é nesse fora-dentro que a subjetivação surge como dobra e o humano deixa de ser uma entidade no tempo, para viver um devir ao longo do tempo-espaço.

#### **4.10 O espaço e o meio**

Recorrentemente espaço e meio são tomados como sinônimo, mas ambas são expressões insuficientes e não podem ser tomadas aqui pelo seu sentido corriqueiro. É preciso diferenciar meio e espaço e diferenciar essas duas instâncias do espaço pré-individual. Ocorre, na ciência contemporânea, uma certa confusão: assistimos hoje a naturalização e a banalização do termo “meio” tomado de forma genérica, abstrata e inespecífica, retirando deste conceito sua função e dando a ele uma simplicidade que não lhe é própria. O meio é, muitas vezes, tomado como instância realizada, estável, sem devir, sinônimo de espaço subjetivo. A compreensão que se tem naturalizado hoje é que o meio é “*o conjunto das ações que se exercem de fora sobre o vivente*” (CANGUILHEM, 2012, p.141) e, tomado desta maneira, o conceito de meio pode produzir confusões no âmbito da clínica, da psicologia social e da psiquiatria.

Em diversas ciências contemporâneas, em especial a psicologia e a psiquiatria, a ideia de meio foi incorporada de maneira simplista, quase sempre relacionando o conceito de meio a uma exterioridade empobrecida: meio ambiente ou meio familiar, são dois conceitos que foram incorporados na psicologia de maneira pouco precisa e que serviram de base para proliferação e incorporação de ideias vindas da biologia tal como a ideia de adaptação ou inadaptação ao meio social, familiar e jurídico. Como se pode ver, queremos diferir dessa tendência à

estatização e estabilização da subjetividade e preferimos situar o humano e o meio numa relação de devir e mediação. Nesse sentido, o meio não será unidade individuada, mas parte da operação do devir, assim, meio não é sinônimo de espaço, mas é transportador de partículas do espaço que ativam o devir. Para isso será preciso conceber o meio como fluido metaestável, onde identificaremos aí a ambivalência do conceito: em parte o meio é individuado, partícula e partícipe da subjetivação e, simultaneamente, o meio é fluido, transportador de forças de grandeza maior onde ele traz até os indivíduos partículas deste espaço fora da representação que ativa o devir.

Para Simondon (2020) o meio possui essa ambivalência, o que implica numa concepção onde em parte ele é individuado, superfícies de contato, e em parte é fluido e metaestável. Na concepção do autor, a operação de individuação resulta no par indivíduo-meio, no entanto, assim como o indivíduo não é unidade estável do ser e possui devires ao longo do tempo, o meio possui também o seu devir e a sua variação. Veremos que, a ciência da segunda metade do século XVIII indicou o meio não como unidade física individuada e o concebeu como fluido. Foi posteriormente, ao longo do século XIX, que o meio foi sendo tomado como unidade estável e sinônimo de espaço. Para nós, o que melhor define o termo meio é seu caráter móvel, sua transitoriedade e sua capacidade de transportar forças e operar transformações involuntárias e impessoais. Desta maneira, o meio não é sinônimo nem de espaço nem de fluido. Ele é mais do que apenas superfície de adaptação, é mais o que apenas líquido; trata-se de um ativador da capacidade de mediação e câmbio, isto é, ativação de devires.

O meio é, nesse caso, informacional, mais do que apenas forma, se ele transporta algo, trata-se de forças pré-individuais, transportando o potencial ontogenético que resta fora das representações, no espaço pré-individual, sendo ele, portanto, partícula deste mesmo espaço fora da subjetividade. Neste caso, meio não é nem físico, nem psíquico, nem social, nem comunicacional, mas é concebido como passagem, limiar transindividual. Se o meio se diferencia do espaço, se o meio é limiar transindividual, é do espaço fora da linguagem que se trata – o que possui primado é o fora, sendo esse meio resto não individuado. É aí que encontramos a ambivalência do termo: o meio é, num só tempo, resultado da mediação de forças e transportador destas mesmas forças; é fluido que transporta forças pré-individuais e, simultaneamente, componente do processo da subjetivação. O meio é então componente do devir, sendo que ele próprio deriva dessa operação de mediação. Portanto, quando nos referimos ao termo, trata-se de uma abordagem desviante, estamos falando de um limiar entre o indivíduo

e o pré-individual. O que distingue o meio do espaço é o fato dele ser uma partícula, uma parte do espaço pré-individual que se individua, embora ainda guarde seu potencial pré-individual.

Existe então uma multiplicidade de meios que são ditos naturais ou artificiais e isso faz com que seja preciso passar primeiramente por uma desambiguação. No campo biológico a ideia de meio está associada a meio ambiente – espaço que determina o local onde os organismos vivem; há também o meio celular – espaço que determina a dimensão tanto o líquido exterior onde se encontra as células, como também a dimensão interior da célula, seu citoplasma. Ambas designam matérias já formadas, estabilizadas, com funções descritíveis. Nesse mesmo sentido, em astronomia, o meio designa o espaço onde planam a matéria; o meio interestelar é repleto de matérias que preenchem o espaço pontualmente, mas também de energia e matéria escura; o meio interplanetário é composto de um sistema de forças gravitacionais que organiza os planetas. Estes meios designam matérias em formação ou já formadas. Já na área de comunicação o meio designa não tanto um espaço, mas uma função: são processos de comunicação, arranjos que reúnem fluxos de informações. No caso dos meios de transporte, está incluso diversas maneiras de se deslocar pelo espaço, é uma organização de informações sobre o espaço urbano. Existiria ainda o meio literário, o meio artístico, o meio social, o meio jurídico entre outras acepções genéricas que abordam o meio como sinônimo de espaço contornado por uma função. Isso mostra que para algumas disciplinas o meio é um conceito genérico que abarca tanto a ideia de um espaço físico, quanto de um espaço fluido. É preciso superar essa abstração para dar ao meio o seu caráter e sua função nos processos de individuação, superando a ideia de que o espaço seria uma superfície estável.

Segundo Canguilhem (2012), podemos abordar o meio como “noção” e como “termo”. Historicamente, a noção de meio foi importada da mecânica para a biologia na segunda metade do século XVIII, ela aparece primeiro na mecânica de Isaac Newton enquanto o termo “meio” foi introduzido na biologia por Jean-Baptiste Lamarck. Contudo foi através de Augusto Conte, em 1842, que o “termo” recebeu o emprego abstrato e foi com Hippolyte Taine que os biólogos neolamarckianos franceses, após 1870, consolidaram ao termo um sentido abstraído no campo científico: “*Foi, se quisermos, de Lamarck que eles obtiveram a ideia, mas o termo considerado como universal, como abstrato, foi-lhes transmitido por Taine*” (CANGUILHEM, 2012, p.140)

Taine desenvolveu a teoria do "determinismo do meio ambiente"<sup>110</sup>, que afirmava que o ambiente físico, social e cultural, onde um indivíduo nasce e cresce, é uma influência

---

<sup>110</sup> Taine foi responsável pela divulgação do positivismo francês no século XIX. O “Método de Taine” compreende o homem à luz de três fatores determinantes: o meio ambiente, a raça e o momento histórico. Desenvolveu a teoria

significativa sobre o seu desenvolvimento e caráter. Para ele, o meio ambiente incluía não apenas fatores geográficos e climáticos, mas também a sociedade, suas instituições, costumes e crenças, elementos que moldavam o comportamento e a mente das pessoas de uma região ou cultura. O meio ambiente influenciaria a mente e as emoções, determinando os interesses, aptidões e a moral de modo que a história de um povo pudesse ser moldada pelo seu ambiente e a personalidade dos indivíduos serem produto das influências do meio. Nesse sentido, é importante notar que o conceito de meio é maleável, passível de um uso violento e racista. Isso se deve a uma certa definição do meio que, no caso de Taine, é natural e determinista. Assim, é preciso formular uma crítica ao conceito de meio a fim de escapar desse uso simplista e determinista da noção.

Na origem, os mecanicistas franceses do século XVIII entendiam como meio aquilo que Newton designava como fluido. Para ele, o problema a ser resolvido era a “ação a distância de indivíduos físicos distintos”, isto é, como a ação das matérias físicas podem agir sem o contato, sem choque e impacto. A ideia de meio está associada ao mistério de como pode haver a ação da força física sem impacto, é o que Newton investigava através do problema do “o veículo da ação”:

O eterno luminoso é, para ele, o fluido veículo de ação a distância. Desse modo, explica-se a passagem da noção de fluido veículo para sua designação como meio. O fluido é o intermediário entre dois corpos, ele é seu meio e, uma vez que ele penetra em todos esses corpos, estes se situam em seu meio. Segundo Newton e segundo a física das forças centrais, é por haver centros de força que se pode falar de um ambiente, que se pode falar de um meio. A noção de meio é essencialmente relativa. (CANGUILHEM, 2012, p.140)

Canguilhem (2012) aponta que a noção de meio foi naturalizada e pouco a pouco perdeu essa definição crucial, a saber, que o meio é o entre – “um entre dois centros” – e mantém a “função de transmissão centrípeta”. Perder essa função faz com que ele perca seu sentido em prol de um uso absolutamente relativo, uma realidade em si. É num sentido puramente mecânico que se diz que os fluidos, como por exemplo, que a água é um meio para os peixes, sendo essa abordagem válida tanto para Newton, na física, como para Lamarck, na biologia:

Quando Lamarck quer designar o conjunto das ações que se exercem de fora sobre o vivente, isto é, o que hoje chamamos de meio, ele nunca diz o meio,

---

chamada "determinismo racial", afirma que as características físicas e mentais de um indivíduo são determinadas pela raça; defendeu que as raças possuíam características inatas que moldavam seu comportamento, inteligência e capacidades. Suas ideias serviram de base para o racismo científico e naturalizou a desigualdade social e o colonialismo com base em neste argumento. Suas afirmações foram alvo de críticas e contestações, considerada simplista e redutora. A discussão sobre o papel do ambiente e da hereditariedade na formação dos indivíduos continua até os dias de hoje, tal teoria é pontual e histórica e indica certo uso do conceito de meio.

mas sempre “circunstâncias influentes”. Conseqüentemente, circunstâncias são, para Lamarck, um gênero cujas espécies são o clima, o lugar e o meio (CANGUILHEM, 2012, p.141)

Essa origem comanda o uso que foi feito deste conceito: para Conte o termo meio é usado como neologismo, como noção universal e abstrata que designa “*o fluido no qual o corpo está mergulhado*” e “*o conjunto total das circunstâncias exteriores necessárias à existência de cada organismo*” (CONTE, s/d, apud CANGUILHEM, 2012, p.143). É somente na espécie humana que Conte considera a ação do organismo sobre o meio, sendo que essa ação é tributária de uma certa superioridade do homem sobre os meios. Ele prefere ir do mundo ao homem, subordinando a vida ao mecanicismo biológico.

Nesse sentido o termo e a noção de meio vão se tornando genéricas. É com Lamarck e Geoffroy Saint-Hilaire que o meio designará também circunstância e ambiente, fazendo desta noção um instrumento universal, uma dissolução da especificidade dos diferentes fluidos em prol de uma racionalidade científica inespecífica:

Circunstância e ambiência conservam ainda um valor simbólico, mas o termo meio recusa evocar qualquer outra relação que não seja a de uma posição negada pela exterioridade indefinidamente. O agora remete ao antes, o aqui remete ao seu mais além e assim por diante, sempre sem parar. O meio é verdadeiramente um puro sistema de relações sem suportes. (CANGUILHEM, 2012, p.145)

Assim o meio torna-se consensual no campo científico: no caso dos organismos biológicos, os meios possuem mais potenciais e determinam as condições da vida, enquanto para o homem psicossocial o meio possui menos potenciais, pois é o homem com seus mecanismos tecnológicos que domina o meio. A partir da publicação de *A origem das espécies* por Darwin em 1859 (2004), o problema ganha uma nova dimensão, assim como adquire uma polêmica entre Darwin e Lamarck<sup>111</sup>. Este embate é extenso e difícil de resumir, por isso concentramos em observar a diferença entre o pensamento destes autores no que atinge a correlação entre espaço e meio: para Lamarck, a ação das circunstâncias ou ação dos meios exteriores sobre o vivente possui uma importância crucial, ele atribui ao meio uma ação direta

---

<sup>111</sup> A diferença entre esses autores é constatada da seguinte maneira: para Darwin, a diferença é, apenas as vezes, resultado de uma ação do meio; enquanto para Lamarck, o meio exerce influência e incita a variação, mas essa variação só é determinada conforme o tempo que o organismo dura em resposta aquela ação do meio sobre ele, e, sobretudo, conforme ele responde a ela. Se ele é capaz de resistir às variações do meio, modificando seu organismo para se adaptar ao ambiente, ele sobreviverá – é o espaço transpassado pelo tempo. Para Darwin, o fio que liga os viventes ao meio físico-químico é mais tênue, enquanto Lamarck pensa a vida segundo a duração, Darwin pensa a vida segundo uma interdependência, pois o meio no qual ele representa a vida é o meio biogeográfico.

e determinante. Para Darwin, a influência do meio e a ação das forças físicas, possuem um papel secundário:

Darwin busca a aparição das formas novas na conjunção de dois mecanismos: um mecanismo de produção das diferenças, que é a variação, e um mecanismo de redução e de crítica dessas diferenças produzidas, que são a concorrência vital e a seleção natural. Aos olhos de Darwin, a relação biológica fundamental é a de um vivo com outros vivos. Ele privilegia a relação e o meio, concebida como conjunto de forças físicas. (...) Nessa concorrência de forças, variações acidentais de ordem morfológica atuam como vantagens ou desvantagens (CANGUILHEM, 2012, p.148).

Sabemos a influência do espaço sobre o pensamento de Darwin, ao notar que, quando jovem o autor viajou a bordo de um pequeno navio que zarpou da Inglaterra e navegou o Oceano Atlântico percorrendo todo o litoral, passando também pelo Oceano Pacífico chegando até a Ilha de Galápagos. O autor carregou consigo uma numerosa quantidade de livros dentre os quais se encontrava algumas novidades sobre geologia. Ao observar em uma pedra de vulcão resíduos fósseis de conchas, ele observou ali resquícios do fundo do mar – o tempo transpassado pelo espaço. Esta observação sobre o espaço, junto à observação do comportamento dos animais, levou à construção de uma teoria inquietante sobre a evolução das espécies. Ele constatou que a natureza é prolífera, havendo muitas criaturas que nascem e que não encontram condição de sobrevivência no meio, essa variabilidade leva ao menos adaptados a não sobreviverem ou pelo menos deixam poucas crias. Assim, com a transformação do ambiente e a transformação dos corpos dos animais para habitar o meio geográfico, acaba por gerar mutações nas espécies. Tais mudanças repentinas marcam a hereditariedade, elas são passadas de geração em geração marcando o código genético que, ao se reproduzirem, encontram maior condição de sobrevivência no meio – encontramos aí, mais uma vez, o mecanicismo biológico.

Na geografia do começo do século XIX, o conceito de meio deixa de designar o problema biológico e morfológico, para falar sobre a organização da vida nos meios geográficos, tomando como objeto a vida e sua relação com o meio físico. Segundo Canguilhem (2012) os expoentes deste pensamento são Humbolt e Ritter, ambos aplicando a noção de meio segundo uma relação entre o homem histórico e o meio, sendo o objeto “toda a humanidade” o que subsome o meio como unidade invisível. Nesse sentido, fazer história, colocar em relação o homem e o meio geográfico, é ler um mapa repleto de figuras “*métricos, geodésicos, geológicos, climatológicos e dados descritivos biogeográficos*” (CANGUILHEM, 2012, p.151).

Para Canguilhem (2012) a interpretação mecanicista da formação da vida sucede a explicação cada vez mais mecanicista da formação e funcionamento do organismo e da relação

entre organismo e meio. A partir destas pesquisas, ocorre por efeito a universalização e generalização do termo e da noção de meio. O meio perde seus atributos de fluido e desaparece enquanto força que exerce influência, principalmente quando se trata de influência sobre o homem. A partir de Darwin e da pressuposição de uma superioridade da espécie humana sobre as outras espécies, de um domínio mecânico sobre o meio, a ideia de uma racionalidade mecânica do organismo instala-se na cultura e no pensamento. Somos superiores ao meio, podemos prescindir dele na medida em que pensamos e criamos tecnologias para dominá-lo, mas isso não exime o homem de acidentes onde o meio exerce seu poder sobre o homem. Essa realidade pode ser muito bem analisada pela mitologia grega através do mito de Ícaro.

Diz-se que o jovem Ícaro, filho de Dédalo, um engenhoso arquiteto e inventor, fora expulso de Atenas após Dédalo matar o seu sobrinho Perdix. Refugiando-se na ilha de Creta, juntamente ao rei Minos, construíram um labirinto para aprisionar o Minotauro que seria morto posteriormente por Teseu. Após essa morte, Dédalo e Icaro ficaram presos no labirinto, onde construíram asas artificiais a partir da cera de abelhas e penas de pássaros como forma de fugir do labirinto. Dédalo advertiu Ícaro para não voar muito alto perto do Sol, nem voar muito baixo, perto do mar, pois isso poderia exercer influência sobre a estrutura das asas e acabar sendo fatal. Entretanto, ao experimentar a sensação de voar, Ícaro ignorou o aviso de seu pai e voou cada vez mais alto e fascinado. O calor do Sol derreteu a cera que prendia as asas e Ícaro caiu no mar. Esse mito é frequentemente narrado como alerta sobre o perigo do excesso de ambição e arrogância. Ele narra a ignorância com a qual se olha o espaço. Ícaro desobedeceu às instruções de seu pai, mas sobretudo ignorou a influência dos raios de Sol sobre sua tecnologia – ignorando o meio aéreo deixando-se levar pela empolgação em relação a sua tecnologia. Em geral, esse mito é narrado para simbolizar as consequências trágicas que podem advir quando alguém ultrapassa seus limites ou desrespeita os conselhos prudentes, mas nós apontamos também sua relevância para discutir as forças do espaço e sua relação com o meio<sup>112</sup>.

Apesar de haver essa distinção importante entre as influências do meio sobre o organismo e a capacidade desse mesmo meio perturbar a organização biológica, no que diz respeito ao humano, o meio é puramente figura de condicionamento e adaptação. O homem quer dominar os meios através das tecnologias, dominar seu corpo e o meio entorno dele. Por efeito,

---

<sup>112</sup> O mito se torna ainda mais atual quando a empresa OceanGate protagoniza uma das tragédias mais polêmicas da atualidade: ao enviar um submersível ao fundo do oceano para visitar os destroços do navio naufragado Titanic, com cinco pessoas a bordo a pequena capsula implodiu sob a pressão atmosférica do oceano acerca de quatro quilômetros de profundidade. Seja no céu ou no mar, o espaço possui mais força do que se imagina e essa força é muitas vezes ignorada ou subestimada. É diante dessa dimensão de força do espaço e dos meios que o homem periga naufragar.

filosoficamente, o meio torna-se suporte genérico para suas ações. Essa premissa – de que o mecanicismo domina ou é subjugado pelos meios – foi incorporada pela psicologia behaviorista que se apoiou nela para construir uma ideia de que o comportamento é um mecanismo que age e reage sobre os diferentes meios: o homem como ser histórico acaba por se tornar um configurador dos meios geográficos, levando a entender que o homem não conhece o “meio físico” puro: *Num meio humano, o homem é evidentemente submetido a um determinismo, mas trata-se do determinismo de criações artificiais cujo espírito de invenções que os chama à existência se alienou.* (CANGUILHEM, 2012, p.154)

Essa concepção mecanicista sobre o meio penetra em toda as ciências da vida, na biologia, na geografia, mas sobretudo na análise de comportamento. O meio será incorporado, mas ficará muito distante daquilo que inaugurou sua origem na ciência: o éter, o fluido. Na psicologia animal, com Von Uexkül, e nos estudos da patologia humana, com Goldstein, postulou-se que o mecanismo vital permitiu a fabricação de novos meios – a possibilidade de estudar um ser vivente sob condições experimentais permite criar o meio laboratorial. Para o biólogo, a relação entre o meio e o vivente é puramente funcional, móvel dentro dos termos em que cada peça exerce seu papel: a célula e sua função no meio externo a ela, assim como a célula com relação e função ao seu meio intracelular. Para Uexkül haveria diversos meios descritos para um mesmo processo – o meio do comportamento próprio, o ambiente geográfico banal e o universo da ciência.

Apesar desta universalização, no início do século XX a noção e o termo meio passaram a ser disputados entre aqueles que os homogeneizavam e aqueles que buscavam ver sua heterogeneidade. Com o surgimento da crítica às ciências da vida, o próprio meio científico passa a ser questionado, na medida em que uma situação experimental pode ser também um meio artificial. Torna-se possível admitir que indivíduo e meio podem viver uma relação de confluência, mas sobretudo, se trata de uma relação instável. O meio deixa de ser matéria morta, vazia de potencial, e passa a ser, para o ser vivo, uma relação de “debate” (CANGUILHEM, 2012, p.158).

Reencontra-se aqui a tese sobre a normatividade que Canguilhem (1982) desenvolve: ser normal não é estar numa relação de estabilidade com o meio, porque o meio não é propriamente unidade estável, ele possui suas variabilidades. Portanto, viver é responder as variações do meio, organizar referências de acordo com as variabilidades internas (biológicas, psicológicas) e as variações externas (físicas, ecológicas, sociais, políticas).

Uma vida sadia, uma vida confiante em sua existência, em seus valores, é uma vida em flexão, em maleabilidade, quase em suavidade. (...). Viver é irradiar, é organizar o meio a partir de um centro de referência em que ele próprio não pode ser referido sem perder sua significação original (CANGUILHEM, 2012, p.159).

É nesse sentido que o autor recupera a ideia de Albert Brachet a respeito da criação das formas onde ele afirma que o meio não é um agente de formação propriamente dito, mas de realização, no sentido em que ele é o campo de realização e efetivação das normas criadas pelo vivente. Nesse sentido, o meio seria suporte, apoio, mas também provocador de instabilidade que suscita variação através de sua própria instabilidade.

O que está em jogo aqui é uma compreensão de que o meio convida tanto ao condicionamento como à variação, ele é tanto a superfície de inscrição de normas, como é também a superfície que desestabiliza as normas. Isso situa o meio como uma exterioridade que recebe ações do vivente, mas exerce também ações sobre ele. Se o meio é um fluido tal como postulo Newton, o que o meio transporta são forças – é a ação de forças sobre o vivente, é a superfície fluida entre as ações das forças externas e as forças dos viventes.

No entanto, essas forças não são naturais (físicas, ecológicas, geográficas, químicas), mas são antes forças pré-individuais. Sabemos que Simondon (2020) situa o par indivíduo-meio como resultado da individuação, mas ambos são metaestáveis e estão sempre às voltas com a variação da forma. Assim o par indivíduo-meio são suscetíveis às forças metaestáveis. Isso coloca um contraponto na história e no uso do termo meio, a partir da ideia de devir, o meio deixa de ser uma unidade estável para torna-se um fluido metaestável. Portanto, meio não é sinônimo nem de espaço, nem de fluido líquido, mas é antes o limiar entre uma individuação e o devir, tendo ele próprio as suas transformações e variações. Desta maneira, o meio é mais um destes tantos espaços variáveis.

#### **4.11 A membrana polarizada**

Reencontramos aí o problema da topologia dinâmica e sua relação com a formação da vida. Necessariamente, somos atravessados pela geometria Euclidiana marcada fortemente pela categorização dos espaços e os objetos em axiomas vistos segundo uma relação entre pontos, um segmento de reta entre pontos específicos. A linha reta ou círculo são figuras topológicas que determinam certa representação de meio. Numa visão euclidiana do espaço, o meio seria ponto médio de um segmento de reta, o ponto equidistante entre dois pontos. Acontece que o surgimento das formas viventes não é tão simples e mais uma vez, reencontramos o problema da individualidade e da exterioridade.

Segundo Simondon (2020) o problema sobre a relação entre o surgimento da vida e a topologia se coloca nos termos dos "nexos da matéria inerte e da vida". Trata-se do problema da "fabricação das matérias vivas a partir das matérias inertes". A individuação das formas vivas em sua relação com o meio não surge de uma simples linha reta entre o inerte e o móvel, há aí um desvio, um erro, uma inclinação (*clinamen*) que é difícil de rastrear e simbolizar. Não há comprovação de que a situação do vivente possa ser pensada nessenexo euclidiano – da exterioridade à interioridade ou da interioridade à exterioridade:

Se existisse um conjunto de configurações topológicas necessárias à vida, intraduzíveis em termos euclidianos, dever-se-ia considerar como insuficientes toda tentativa de fazer um vivente com matéria elaborada pela química orgânica: a essência do vivente talvez seja um certo arranjo topológico que não se pode conhecer a partir da física e da química, em geral utilizando o espaço euclidiano" (SIMONDON, 2020, p.336)

Dito de outra forma, o estudo do meio, assim como o estudo sobre o surgimento da vida, não pode ser resumido pela distinção geométrica entre o interior e o exterior. O que caracteriza a vida é, propriamente, o "caráter polarizado, assimétrico, da permeabilidade". A figura que melhor descreve essa relação entre o interior e o exterior, o meio e o indivíduo, é a membrana:

A membrana viva (...) caracteriza-se como aquilo que separa uma região de interioridade de uma região de exterioridade: a membrana é polarizada, deixando passar determinado corpo no sentido centrípeto ou centrífugo, opondo-se à passagem de um outro (...) a membrana está viva precisamente nesse sentido em que ela sempre se repolariza (...) ela regenera aquela assimetria característica de sua existência e de seu funcionamento (SIMONDON, 2020, p.337).

A condição do vivo não é determinada pelo interior ou pelo exterior absolutamente, mas pela passagem de um a outro. É nessa relatividade e seletividade entre o meio interno e o meio externo que o vivo se mantém através do câmbio operado pela sua membrana: "*Poder-se-ia dizer que o vivente vive no limite de si mesmo, sobre seu limite; é relativamente a esse limite que há uma direção para dentro e uma direção para fora*" (SIMONDON, 2020, p.337).

Nos organismos pluricelulares essa definição fica mais complexa, por exemplo: a cavidade do intestino, extenso órgão do corpo, é um meio interior ao corpo, contudo, é exterior para as células que asseguram a absorção ao longo do trato intestinal. Nesse caso, trata-se de "exterioridade anexada" (SIMONDON, 2020, p.338). Existem diversos níveis de interioridade

e exterioridade num organismo pluricelular<sup>113</sup>. Simondon (2020) sustenta que o organismo não é somente integração do meio externo e diferenciação do meio interno no meio interno:

Pode-se então dizer que a estrutura de um organismo complexo não é somente a integração e a diferenciação; é também essa instauração de uma mediação transdutiva de interioridades e exterioridades, indo de uma interioridade absoluta a uma exterioridade absoluta, através de diferentes níveis mediadores de interioridade e de exterioridade relativa (SIMONDON, 2020, p.338).

Segundo o autor, “*a estrutura vital mais primitiva e mais profunda é topológica*” (p.339), afirmação que recoloca o primado do espaço em relação aos processos de individuação. Existe então uma “estrutura topológica de integração e de diferenciação” que aparece como “meio”, estrutura que tal como a membrana tem a função de mediação e de organização fundamental: “(...) *é preciso partir da função de base, apoiada sobre a estrutura topológica primeira da interioridade e da exterioridade, e depois ver como essa função é mediatizada por uma cadeia de interioridade e de exterioridades intermediárias*” (SIMONDON, 2020, p.339).

A radicalidade dessa afirmação a respeito do primado do espaço em relação à vida, encontra na formação do córtex cerebral o exemplo que liga mais uma vez a vida humana ao espaço: se o cérebro é o órgão diferencial entre a espécie humana e as outras espécies, é por uma conversão do espaço euclidiano em topologia intensiva que o vivente se faz pulsante: é pelo dobramento do córtex que encontramos uma “solução topológica” desta conversão:

Se a individuação viva é um processo que se desenrola essencialmente segundo estruturações topológicas, compreende-se por que os casos-limites entre a matéria inerte e o vivente são, precisamente, casos de processo que se desenrolam segundo tais dimensões de exterioridade e interioridade (SIMONDON, 2020, p.340).

Aí se encontra a diferença entre a individuação do vivente e a dos cristais: no interior dos cristais não há condições de sustentação e prolongamento da individuação, a exterioridade e a interioridade só existem em camadas que começam e se encerram em si. Para que ele se individue basta continuar a crescer – “*o passado de nada serve em sua massa; é só um papel bruto de sustentação o que ele desempenha, ele não aporta a disponibilidade de um sinal de informação: o tempo sucessivo não está condensado*” (SIMONDON, 2020, p.340).

No caso do indivíduo vivo, o espaço da interioridade e seus conteúdos possuem função, formam conjunto e possuem um papel na individuação. Existe ressonância interna, pois o

---

<sup>113</sup> “(...) o espaço das cavidades digestivas é da exterioridade relativamente ao sangue que irriga as paredes intestinais; mas o sangue, por sua vez, é um meio de exterioridade relativamente às glândulas de secreção interna, que vertem os produtos de sua atividade no sangue” (SIMONDON, 2020, p.338)

passado é aquilo que se formou dentro dele e desempenha um papel – “*todo conteúdo do espaço interior está topologicamente em contato com o conteúdo do espaço exterior sobre os limites dos viventes*” (SIMONDON, 2020, p.340). Em topologia não há distâncias, todos os conteúdos estão presentes sem distância, com uma temporalidade que é coetânea: tudo existe contemporaneamente, mesmo o passado integrado existe molecularmente na multiplicidade interior-exterior do vivente.

No nível da membrana polarizada, afrontam-se o passado interior e o porvir exterior: esse afrontamento na operação de assimilação é seletiva e o presente do vivente, que é efeito dessa polaridade da passagem e da recusa, entre substâncias passadas e substâncias que advém, presentes uma à outra através da operação de individuação; o presente é essa metaestabilidade do nexa entre interior e exterior, passado e porvir; é relativamente a essa atividade de presença mútua, alagmática, que o exterior é exterior o interior, interior (SIMONDON, 2020, p.341)

Segundo Cabral (2016), alagmática significa, para Simondon, uma preocupação com “o aspecto operatório de um ato” seja de mudança ou mesmo de uma ciência. O sentido do termo na citação acima designa o caráter mútuo, de coexistência entre o interior e o exterior, seu caráter operatório e transicional. Essas duas formas espaciais não são excludentes, mas coetâneas, se forma contemporaneamente, são plurais e transversais uma a outra. Elas se colocam em relação de diferença, mas não são representações opostas uma à outra. Nessa maneira de pensar ontologicamente o espaço, não há distância entre o dentro e o fora, o interior e o exterior.

Simondon (2020) difere notoriamente de Kant, quando indica que espaço e tempo, topologia e cronologia, não são formas a priori da sensibilidade, mas “*dimensionalidade mesma do vivente individuando-se*” (SIMONDON, 2020, p.341). Espaço e tempo são condições de possibilidade da experiência do indivíduo e se dão na dimensão genética da experiência, na sua metaestabilidade. Se o espaço possui primado é porque a condição de possibilidade tem uma exterioridade ao indivíduo, anterior a sua individuação – diríamos que a condição de possibilidade é o fora da subjetivação. Kant supunha que tal exterioridade era lógica e seria possibilitada pela racionalidade interna ao indivíduo, para Simondon essa exterioridade é alagmática, o que situa o caráter metaestável do nexa entre o interior e o exterior, o passado e o porvir.

Kant (1987) concebe espaço e tempo como formas *a priori* da subjetividade, formas que posteriormente seriam preenchidas de sentido pelo ser através da sensação. Nessa argumentação o espaço é secundário e o primado é do tempo: o indivíduo conheceria o mundo

a partir da sensação, da consciência e da experiência temporal e o espaço-tempo seriam formas puras a ser preenchidas pela sensação do indivíduo cognoscente. Simondon (2020) diferentemente, pensa que

(...) não há sensação que seria uma matéria constituindo um dado a posteriori para as formas *a priori* da sensibilidade; as formas *a priori* são uma primeira resolução, por descoberta de axiomática, das tensões resultantes do confronto das unidades tropísticas primitivas; as formas *a priori* da sensibilidade não são obtidas por abstração *a priori* a nem a posteriori, e sim as estruturas de uma axiomática que aparece numa operação de individuação. (SIMONDON, 2020, p.25).

Há então uma dimensionalidade do vivente, uma certa relação com o espaço que é primeira em relação ao tempo da individuação. Antes mesmo da individuação há uma relação com o espaço que é ontologicamente indeterminado, um espaço sem representação que serve de apoio e suporte donde se extrai os potenciais do pré-individual, daquilo que é topologicamente anterior à individuação – seja do cristal, seja do ser vivente. Ocorre aí a axiomática do primado do espaço em relação ao tempo, ele não pode ser compreendido, nem é possível interceptar as suas formas porque ele é primeiro em relação ao universo. Seu primado não é cronologicamente determinado, no sentido que ele é primeiro, seu primado é antes determinado pela anterioridade do mundo em relação à subjetividade, sendo que o mundo não figura como relação de ordem ou origem – primeiro vem o mundo e depois as espécies, o próprio mundo tem seu primado no espaço, sendo esse primado o espaço pré-individual das forças.

Dizer então que o primado do processo de individuação é o espaço, implica em afirmar que o espaço é composto por estas forças que não cessam de se tensionarem. Ele existe na medida em que se defasa do pré-individual, sendo este apenas o espaço-fonte das forças metaestáveis que alimentam os processos de individuação. Nesse sentido, não é possível compreendê-lo ou descrever suas formas, pois ele é propriamente força – não há como postular sua morfogênese, visto que ele é “dimensionalidade” pura:

Seria preciso, pois, uma palavra para designar essa dimensionalidade primeiramente única que, mais tarde, desdobra-se em dimensionalidade temporal e dimensionalidade espacial separadas. Se existe não apenas essa palavra, mas também o conjunto de representações unificadas que permitissem dar a ela um sentido preciso, seria talvez possível pensar a morfogênese, interpretar a significação das formas e compreender essa primeira relação do vivente ao universo e aos outros viventes, relação que não pode ser compreendida nem segundo as leis do mundo físico, nem segundo as estruturas do psiquismo elaborado; antes mesmo das estruturas sensório-motoras, devem existir estruturas cronológicas e topológicas, que são o

universo do tropismo, das tendencias e dos instintos; a psicologia da expressão, ainda por demais destacadas e arbitrária, embora fundada em suas pesquisas, encontraria talvez uma via de axiomatização numa semelhante pesquisa topológica e cronológica” (SIMONDON, 2020, p.342)

O primado do espaço só faz “sentido” numa anterioridade à linguagem, como se o espaço fosse anterior à linguagem, como se o sentido criado a partir dos aparelhos sensórios-motores fosse secundário a uma primeira individuação do espaço. Sentido aqui tem então aqui a designação de vetor, de orientação, de atração, de impulso.

O espaço exerce uma força sobre o humano de modo que sua individuação devém de uma defasagem destas forças que o meio transporta. Tal análise topológica só é possível visto que espaço interior e espaço exterior são coetâneos e plurais, coexistem numa mesma membrana; o indivíduo humano existe então sobre essa superfície flexível, dobrável, permeável que é a membrana. Igualmente, é nessa imbricação ontogenética entre formas dispares – passado e presente, interior e exterior – e o processo intermediário entre o mundo inerte (físico-químico) e o mundo animado (seres viventes), que a pergunta que vale o prêmio Nobel é: de onde vem a vida? E a pergunta resiste à resposta, pois a resposta está fora da linguagem e da representação, ela só é respondida mediante a axiomática, isto é, por organização de noções admitidas sem demonstração (axiomas) nos quais é possível definir e demonstrar as hipóteses de maneira lógica e dedutiva, pois o espaço é ontologicamente anterior à representação. Mas, se quisermos pensar loucamente, o que os sonhos têm a nos dizer a respeito deste problema da topológica dinâmica do ser? O que os sonhos dizem sobre a origem da vida e sobre o primado do espaço em relação à subjetividade? Como essa tese a respeito do primado do espaço em relação à linguagem pode encontrar alguma resposta nos sonhos?

É nesse sentido que espaço e meio se diferem: o espaço é a dimensão de forças do pré-individual, ele é o local sem localização de onde advém as forças que informam a vida. O meio é, nesse mesmo sentido, o veículo desta informação – a superfície onde deslizam os fluxos e as forças, as informações que alimentam a tomada de forma. Em dado momento deste processo o meio individuou-se parcialmente, restando em parte como componente do processo de individuação (o meio físico-químico, o meio ambiente, o meio biológico). Em parte, o meio resiste como fluxo inassimilável, como fluxo não individuado.

Para Simondon (2020) o meio não é homogêneo, mas sim “*sistema, agrupamento sintético de dois ou vários escalões de realidade, sem intercomunicação antes da individuação*” (p.24). Sendo assim é preciso colocar o devir e a mediação como operações que diferenciam o indivíduo e o meio deste dito espaço pré-individual. Os espaços individuados são o meio, o

ambiente, o lugar desta individuação, enquanto as circunstâncias e as variáveis do meio são manifestações do pré-individual.

A partir das distinções feitas acima, é preciso esclarecer a diferença entre o meio fluido no pensamento de Newton e Simondon: a concepção newtoniana propõe o meio como fluido e veículo de forças, mas sua abordagem o situa como meio individuado e o define a partir de uma compreensão atomista. A concepção elaborada por Simondon (2020) pensa o meio como processual, num só tempo fluido e força que deriva do espaço pré-individual. Nesse caso, o meio não é composto pura e simplesmente por átomos, mas é o próprio desvio dos átomos que inauguram brechas e deslocamentos na superfície, permitindo ao meio se distinguir do espaço pré-individual e do espaço físico, prevalecendo então a sua ambivalência. Assim o meio é fluido informacional – mais do que apenas forma, ele é transição permanente entre as formas individuadas e as forças do espaço ontogenético que restam fora das representações.

Essa distinção permite superar a ideia de que os indivíduos devam se adaptar a um meio (social, familiar, jurídico) que seria a essência do indivíduo em questão, permite superar também a ideia de que o espaço é lugar da adaptação. O meio como fluido pré-individual não é uma superfície de adaptação, mas superfície de ativação de devires – aqui espaço e meio se distinguem possibilitando a compreensão do espaço como lugar do devir, do câmbio e da inadaptação. Tal inovação proposta por Simondon (2020) problematiza o conceito de adaptação e o desvia de um sentido estrito, como se adaptar fosse produzir uma individuação estática; adaptação e inadaptação são antes movimentos de transitoriedade<sup>114</sup>.

Se definimos o espaço como conjunto de forças pré-individual em um sistema tenso e metaestável, ele é então o conjunto de forças que subtendem toda individuação, o ponto de ruptura, devir e criação. O meio é, por sua vez, um fluxo que transporta esses potenciais, é o fluido das afetações, da vitalidade pré-individual; ele é uma espacialidade dinâmica pré-individuada, não só uma superfície movente como é também aquilo que permite a vida transindividuar-se, isto é, passar de uma forma a outra, ser atravessada pelas forças pré-individuais.

Sendo assim, se o espaço não-individuado é aquilo que impele, que impulsiona as variações, que suscita o devir, nem o meio, nem o espaço são superfícies de adaptação. A adaptação é circunstancial, situacional, provisória, pois a superfície onde a vida se inscreve e

---

<sup>114</sup> Nota rodapé destacada em Simondon (2020): “Particularmente, a relação ao meio não poderia ser considerada, antes e durante a individuação, como relação a um meio único e homogêneo: o próprio meio é sistema, agrupamento sintético de dois ou vários escalões de realidade, sem intercomunicação antes da individuação” (p.24).

se informa é superfície disjuntiva que põe os indivíduos em face com seu permanente processo de individuação.

Assim toda adaptação seria um desvio, uma defasagem cuja operação deve ser mediada pelo indivíduo. No caso dos indivíduos humanos, em especial, no caso do sonho “Se mandar”, revela-se o espaço como sistemas de forças que levam à inauguração de processos de diferenciação. Deste modo a clínica do espaço se diferencia da clínica adaptacionista porque, ao invés de ver na normalidade o ponto de chegada do indivíduo, concebe o ponto de chegada como sendo o próprio devir. A saúde vem do aumento da capacidade plástica do ser, sua metaestabilidade e sua capacidade de ser afetado pelo meio (interior e exterior) e mudar, de se adaptar e se desadaptar.

Nesta abordagem, o devir não é um processo evolutivo, mas processo ontogenético de alteração das formas dos seres viventes. A mediação das forças é entendida como operação na qual o ser pode devir com e através do espaço. Para recuperar a noção de meio e desnaturalizá-la de sua concepção reducionista e evolucionista, é preciso ampliá-la e colocar o termo na relação com a mediação. A mediação é a operação do devir, tal mudança terminológica preserva o caráter transdutor, e rompe definitivamente com a ideia de adaptação ao meio<sup>115</sup>.

#### **4.12 A espacialidades da subjetividade**

O humano não é único, não possui uma essência que o unifique. Ele existe por diferentes modos. Nessa pesquisa sobre a diferença, o humano é aquele que sempre escapa à definição cartesiana e positivista. Seja numa vertente humanista ou numa tese psicanalítica, o “sentido” daquilo que entendemos por humano deve ser confrontado com o problema do primado do espaço. De fato, vivemos numa era pós-humana, no sentido distópico, a saber, que o humano perde seu lugar em prol de uma imagem do homem. É tempo então disputar o lugar do humano, de afirmar um lugar (topos) para este resto não individuado que é o humano. Perdemos cada vez mais o espaço do humano e passamos a afirmar uma humanidade tecnológica, tecnocrática,

---

<sup>115</sup> O termo transdução aponta, desde sua etimologia, para o caráter processual deste dinamismo. Transdução é o processo dinâmico de condução [-*ductio*] de algo através [*trans-*] de meios diferentes. Tendo origem na física, o termo transdução ganha na obra de Simondon (2020) uma abordagem inovadora, a transdução possibilita o processo de individuação, a transformação e a passagem de um modo a outro: “o ser possui uma *unidade transdutora*, isto é, ele pode defasar-se relativamente a si mesmo, transbordar a si mesmo de um lado e de outro de seu centro” (p.27). Mais adiante o autor afere: “Por transdução, entendemos uma operação – física, biológica, mental, social – pela qual uma atividade se propaga de próximo em próximo no interior de um domínio. A transdução funda essa propagação sobre uma estruturação do domínio operada de lugar em lugar: cada região de estrutura constituída serve de princípio de constituição para região seguinte, de modo que uma modificação se estende progressivamente, ao mesmo tempo em que essa operação estruturante” (p.29).

que separa grupos superiores de grupos inferiores. O racismo, a colonização, a normalização, o genocídio e o extermínio são efeitos desse projeto.

Não à toa Deligny (2015a) toma o topos como um dos principais interlocutores de sua prática de cuidado, porque ele extraiu deste espaço uma ética do cuidado chamado comum. Topos é o lugar do humano, destes humanos que desviam de um projeto universal. É o lugar da co-habitação da diferença e da multiplicidade, uma habitação que resulta em processos de diferenciação e não numa adaptação. Ao fazer esse desvio, o autor nos leva a conjecturar o primado do espaço em relação à subjetividade – o humano não devém da linguagem, mas do espaço, pois é nele que existem as tensões, as diferenças, as dissonâncias e ressonâncias que antecedem as individualizações. É no comum da espécie, sobre um espaço flexível e não “institucionalizado”, que se encontra a possibilidade de se afirmar a premissa: há modos de existência que só se constituem na relação com o espaço, modos de existência que se subjetivam no espaço e que, por conta do primado do tempo, da razão e da consciência, são ameaçados, perseguidos, normalizados, quiçá, extintos. O humano, o aracniano, o autista, o gamino, as crianças ditas inadaptadas são alguns exemplos de subjetivações que se fundam no primado do espaço, mais do que na subjetivação pela linguagem e pelo tempo. Os gaminos, igualmente, são modos de existência que se subjetivam pelo espaço e que por conta das mudanças geopolíticas se veem ameaçados pela forma como o mundo se constitui atualmente.

Deligny (2015a) denuncia a semelhança como forma de achatar essa diferença e, seguindo a trilha de seu pensamento, chega-se à tentativa de demonstrar como a infância e o autismo são subjetivações que demonstram o primado do espaço. No capítulo 2 desta tese evocamos o caráter migratório do pensamento de Deligny onde apontamos que até mesmo na crítica às instituições o autor constrói alternativas espaciais para cuidar da infância e das consequências deste projeto de normalização/semelhança imposto pelo conceito de inadaptação. Em sua prática a migração é tomada como estratégia de resistência para desviar da institucionalização. Posteriormente, no período de Cevennes, essa aposta com o espaço se radicaliza ao ponto de haver toda uma construção teórica sobre a relação do humano com o espaço. Criam-se então as áreas de estar (*aire de séjour*), espaços livres da pressuposição da semelhança e da identidade entorno da linguagem; abrigam-se aí as crianças e dá-se aos autistas a possibilidade de experimentar esse primado do espaço.

O autor demonstra através da cartografia a proliferação de modos de existências espacializados, sem indicação, sem coordenada, sem norma que lhes venha de fora. São subjetivações impessoais e construções teóricas que pouco exploram a psicodinâmica e a

operatória individual de cada criança. Dá-se o privilégio às marcas no espaço e com isso se impõe à construção de processos de subjetivação pelo espaço.

Ao longo das próximas sessões tentaremos demonstrar a espacialidade do devir que se opera pelo par sensação e tropismo. Trata-se do modo de ser atraído pelo espaço, de um modo de espacialização que indica o processo de subjetivação pelo fora da linguagem, processo este que não ocorre dentro (interior-psíquico) ou de um exterior (social), mas numa relação imbricada entre o mundo e a subjetividade.

É rompendo com a dicotomia interior e exterior que vemos um modo de espacialização da subjetividade aberto ao fora da linguagem. Como é possível se “referenciar” através deste primado do espaço, através deste fora da linguagem? Como é possível deixar de ser um sujeito arraigado em si mesmo para tornar-se um ambiente? Será que podemos “aprender” isso?

O sonho “*Se mandar*” ilustra essa situação e aproxima a experiência onírica de uma mediação do espaço aberto fora da linguagem. Isso denota que a espacialidade da subjetividade não diz respeito apenas à experiência autista e sua relação com os micros espaços – a água, o espaço vago, os objetos autísticos. Neste sonho o sonhador se orienta por uma exterioridade a ele, é pela nebulosidade, por uma relação de atração, que ele encontra as pistas para a subjetivação<sup>116</sup>. É a nebulosa aquilo que o guia e seu processo de subjetivação. Estranho berço de estrelas onde a espécie iria se encontrar dissolvida numa espacialidade, matriz motriz que é apenas forças não individuadas, máquina aberta. Como podemos entender que a nebulosa “orienta” o sonhador? Qual a relação dessa atração com o devir? Como encontramos aí uma relação de sensação e tropismo, de espacialização da subjetividade?

Num desvio do sonho à arte, encontramos o filme “*Eu sou o Rio*” produzido por Gabraz Sanna e Anne Santos, em 2017, onde podemos acompanhar a trajetória de Tantão, artista plástico, músico e poeta carioca, integrante da banda punk carioca Black Future (1988) que estava prestes a subir novamente no palco depois de décadas. Considerado marginal desde o início da carreira, Tantão chegou a Berlim por intermédio deste filme. Nessa viagem à Europa, a trupe Gabraz-Anne-Tantão se uni novamente para gravar outro filme, agora em Berlim. Através de financiamento coletivo, exposições e venda de obras do artista, conseguiram passar vinte dias na cidade onde gravaram outro filme chamado “*Diários de uma paisagem*” (SANNA, SANTOS, 2022)<sup>117</sup>. Nesse novo filme o retrato da intimidade de Tantão é atravessado pela

---

<sup>116</sup> A expressão “*se mandar*” aparece para o sonhador como unidade tropística que atrai o sonhador para o desvio. Essa figura revela a indistinção entre indivíduo-meio, entre individuação e espaço-tempo e aproxima a vida íntima da exterioridade estranha do fora.

<sup>117</sup> Este filme foi exibido em mostra íntima na Formação Livre em Esquizoanálise, no dispositivo Oficina do Sensível (2023), com a presença de Tantão e Gabraz.

estranheza de Berlim, uma cidade e uma língua desconhecida; ele vive um denso inverno europeu e sofre com o frio e o impasse com a língua, além de toda intensidade que lhe acompanha enquanto artista e ser humano. Em alguns momentos do filme podemos ver exemplos disso que chamamos aqui de espacialidade da subjetividade ou espaço fora do sujeito.

Em dado momento do filme, Tantão sai de casa confuso sem que o grupo soubesse de sua saída. Os companheiros notam sua ausência pela manhã e ao observar uma cerveja aberta na mesa, notam também a ausência da chave do apartamento, o que os deixam com raiva e preocupados. Na manhã seguinte, sentem-se aliviados que Tantão voltara e, entre justificativas e confusões, ele diz com sua voz rouca: *“pelo menos a chave voltou e eu voltei”*. A seguir, ele se senta no sofá e fala pressionando as mãos e os lábios demonstrando angústia e aflição: *“Tô estranho... uma ausência... tô sentindo uma porra foda, foda”*. Alguém intervém dizendo: *“é esse frio, essa cidade imensa... Eu acho difícil...”* e Tantão responde: *“eu sei cara, puta que pariu... Doido pra ficar feliz, devagar, mas piora... não consigo...”*.

O filme apresenta uma dificuldade com a linguagem, além da fala singular do artista, o filme não tem um roteiro escrito e vai tendo seu fio narrativo traçado ao longo dos acontecimentos. Com isso, a câmera capta as imagens e frequências sonoras do ambiente e não tanto a voz ou a fala específica de Tantão. Em dado momento, o artista fala a alguém: *“Cara, você sabe responder como uma pessoa... Eu não sou uma pessoa, eu sou um ambiente”*.

A emocionante narrativa nos permite acompanhar a trajetória errante do artista, pelos becos da Lapa, entre bares de Berlim, Tantão é demais, é excesso, *endless*, sem fim. Seu nome, sua língua, estão em sua carne. Segundo o dicionário, “tantão” é grande quantidade indefinida. Para nós, Tantão carrega seu lugar junto ao seu ser, sua existência não cabe na palavra – a linguagem é insuficiente para dar contorno ao seu ser, é preciso algo maior e mais intenso. Nele vemos o humano no infinitivo numa mediação permanente do espaço e dos meios que percorre.

Será preciso então ajustar a cartografia para acompanhar esse rastro intensivo, estes modos de existência fora da linguagem, modos de ser que se ancoram no espaço fora do sujeito. O trabalho clínico-político que nos é exigido é esvaziar o espaço de linguagem, esvaziar a clínica de interpretação para poder habitar um espaço comum. Tantão demonstra isso com sua arte, entre a violência e a doçura. O artista nos faz retomar a discussão sobre o autismo: o espectro deixa de ser um nome que designa o autismo e passa a designar essa espacialidade da subjetividade, essa espacialidade fora do sujeito, a presença do humano em devir, entre a habitação e os limiares, em cada passagem a criação de si. Como diz o artista: *“Além do alcance*

*/ Formando paisagens / Ondas de força formando paisagem / Investigação*” (TANTÃO E OS FITA, 2017).

A cartografia torna-se então instrumento de acompanhamento desses trajetos errantes; instrumento de acompanhamento de linhas intensivas que nos permite superar a ideia de que a individuação humana se completa dentro. Ela nos permitirá experimentar então a unidade tropística do devir, isto é, modos de orientar-se e se subjetivar pelo fora do sujeito, pela espacialidade da subjetividade humano. Mais uma vez, retomando a voz do artista: “Vamos dar um rolê? É a única coisa que pode nos salvar” (SANNA, SANTOS, 2022).

#### **4.13 Tropismo e subjetividade**

O tropismo é a resposta de um organismo em relação à um estímulo ambiental e pode ser visto tanto em plantas, fungos e outros organismos microscópicos. Acontece quando, no curso de seu desenvolvimento, o organismo se orienta na direção e em relação às forças e estímulos externos a ele – como é o caso da presença da água e do sol. Essa resposta pode ser positiva, como crescer em direção ao estímulo, ou negativa, como se afastar do estímulo, no caso das bactérias e das soluções salinas. Nesse sentido, o tropismo é uma resposta externa e sem interioridade do organismo a um estímulo externo; não há aí nenhuma operação interna, o que há é apenas resposta espacial do indivíduo na mediação das forças externas a ele. Sua resposta é resolver na própria exterioridade um problema proposto pelo espaço. A planta não “quer”, não “pensa” ou tem “vontade” de ir até o sol ou a água, trata-se de uma resposta inata, ela simplesmente age na exterioridade e se individua por gestos que se manifestam no espaço.

A fotossíntese é, por sua vez, o processo bioquímico realizado pelas plantas, algas e algumas bactérias que converte a energia da luz em energia química, trata-se de uma resposta interna a um estímulo externo, sua operação completando-se dentro do organismo. Durante a fotossíntese ocorre a captura da luz solar através de componentes celular (clorofila), sendo que a conversão destes elementos externos acontece dentro, transformando-os em componentes internos ao indivíduo. Tal operação, tão essencial para as plantas, torna-se procedimento fundamental para sua sobrevivência.

Sabemos que o tropismo é uma categoria geral para pensar a resposta externa a um estímulo externo, enquanto a fotossíntese é um exemplo específico de resposta interna a um estímulo externo. Não é nossa intenção equiparar essas duas respostas, buscamos antes tomar esses dois exemplos de mediação (entre indivíduo e espaço) como exemplo para pensar a espacialidade da subjetividade. Cabe observar que o que vemos são duas respostas diferentes que situam dois tipos distintos da espacialidade: enquanto o tropismo é uma resposta externa a

um estímulo externo, a fotossíntese é uma resposta interna a um estímulo externo. A “resolução” de plantas e bactérias não pode ser transposta para experiência humana, pois o humano tem uma interioridade complexa e uma exterioridade implexa que o impede de resolver todos de maneira universal.

Em se tratando de elaboração interna de um estímulo externo, a razão, a lógica e a linguagem são evocadas como normas superiores às outras espécies. Isso leva a pressuposição de que ter uma interioridade complexa é traço de superioridade, poder constituído pela pressuposição da lógica, da razão e da linguagem como traços de uma espécie superior. Por conseguinte, há a pressuposição de que respostas externas tais como tropismo são respostas e resoluções inferiores. Cabe pensar então: se as respostas externas a problemas externos acontece na natureza, por que não aconteceriam aos humanos? Por que situar as soluções internas como superiores? A interioridade é tida como superior porque, nessa perspectiva, os acontecimentos devem todos passar pelo filtro interno da razão, da lógica e da linguagem, caso contrário, são respostas inferiores. Por esse motivo, pensar um modelo tropístico para subjetividade equivaleria não só destituir a lógica, a razão e a linguagem do centro da subjetividade, como também restituir ao corpo a capacidade de mediar os espaços e todas as partículas que chegam ao humano –estímulos exteriores, estímulos do fora.

Cabe dizer então a necessidade de uma ética dos espaços: nem tudo precisa ser resolvido dentro, numa elaboração interna – seja lógica, simbólica ou fisiológica –, pois há uma parte importante da vida que está fora, na exterioridade da subjetividade. Essa tese busca mostrar o fora como constitutivo da subjetividade e, portanto, é numa relação de afetação com o espaço fora que o humano se constitui. Se perdermos isso de vista, afastamo-nos do humano e do primado do espaço, universalizamo-lo como uma figura do tempo e da interioridade e, por efeito, desaparecem esses outros modos de existência que se orientam no espaço fora da linguagem.

Por isso postulamos a importância de pensar um modelo tropístico para a clínica e a subjetividade – trata-se de buscar respostas externas à estímulos externos sem perder de vista o espaço que nos é constituinte, sem perder de vista as brechas do mundo, as passagens, os limiares por onde se pode reinventar as formas e as maneiras de ser. Segundo Agamben (2017) é no traçado do humano no mundo, isto é, o modo com sua subjetividade marca o espaço, que vemos aquilo que perdemos nesse esquecimento: a disputa pelas formas de vida e os processos de resistência à dominação biopolítica operada pelo capitalismo. Lendo Deligny, Agamben (2017) observa que os mapas de Cevennes revelam a tentativa de assinalar a importância do

espaço e sua relação com os modos de vida. Seja nas áreas de estar ou na cidade, seja para os autistas ou para nós, homem-que-somos, o trajeto, os itinerários de nossos movimentos no urbano, revelam-se tenazes e constantes e há nisso um movimento pré-linguístico, pré-subjetivo, pré-individual e transindividual – uma vitalidade não orgânica dos trajetos:

Fernand Deligny nunca procurou narrar a vida das crianças autistas com que vivia. Antes de tudo, tentou transcrever escrupulosamente, sobre folhas transparentes em uma forma que chamava de “linhas errantes” (*lignes d’erre*) os trajetos dos deslocamentos e dos encontros delas. Colocadas umas sobre as outras, as folhas transparentes deixavam aparecer, além do intricado das linhas, uma espécie de contorno (*cerne*) circular ou elíptico, que fechava dentro de si não só as linhas de errância, mas também os pontos (*clinamen*, que vem de *enchevêtement*, “emaranhado”), singularmente constantes, em que os trajetos se entrecruzavam. (AGAMBEN, 2017, p.256)

Pensar a subjetivação na relação de mediação – do espaço e do fora – é apostar na invenção do mundo e das maneiras de viver. Como vimos, Kant (1987) concebe espaço e tempo como formas *a priori* da subjetividade que são posteriormente preenchidas de sentido interno pela lógica e a razão. Simondon (2020), diferentemente, propõe que o espaço-tempo possuem uma exterioridade e uma anterioridade ao indivíduo constituído e que essa experiência com o fora é experimentada pelo indivíduo ao longo de sua existência, sendo o espaço-tempo forças de grandeza maior que resta fora e atravessam as subjetivações. Neste desvio da compreensão do espaço-tempo, o humano não é – em absoluto – na interioridade da subjetivação, há na sua experiência, um traço exterior e anterior no qual podemos situar o espaço-tempo. Assim, essa instância topológica-cronológica é mais do que apenas individuação, é antes a permanente transindividualidade, o que faria do humano operação permanente de espacialização no tempo-espaço, isto é, devir. O humano não é, portanto, a forma da espécie humana, mas o devir do humano ao longo do tempo-espaço. A sua condição de possibilidade não é a capacidade de mediação interna (lógica e racional), mas a orientação tropística do humano na mediação destas forças de grandeza maior. Para pensar um movimento de individuação e subjetivação cujo primado seja do espaço, para pensar essa espacialidade fora do sujeito, é preciso compreender o movimento de mediação pela unidade tropística.

É comum que na psicologia da criança se investigue as condições ambientais favoráveis ou desfavoráveis para o seu crescimento. Winnicott (1999) demonstra que a provisão ambiental é fundamental para o desenvolvimento da criança e que existe uma saúde proveniente desse manejo do espaço e que é importante, sobretudo, no cuidado com crianças delinquentes.

Segundo o psicanalista inglês, a provisão espacial tem mais efeito do que sessões de psicanálise cinco vezes por semana<sup>118</sup>.

Contudo, o que queremos dizer com a unidade tropística é que não somos apenas estimulados pelo exterior, o mundo das formas individuadas, o ambiente, o meio familiar e outros, mas que o espaço fora da linguagem exerce uma força de atração sobre nós. Ele tem o poder de afetar; é uma presença sem sujeito que atrai a percepção e a afetividade dos indivíduos que nele habitam. Somente a unidade tropística do devir explica a razão porque uma criança autista busca a água ao invés de “nós”. Deligny (2015a) explica isso muito bem ao longo das páginas de *O aracniano*: “*Se uma criança “autista” tiver escolha entre a água e “nós”, há fortes chances de que a escolha seja feita rapidamente; ela “faz”, portanto, essa escolha? Rumar para a água é do âmbito do projeto pensado? Não creio*” (p.36).

Tudo se passa, nesta referida obra, como se a realidade humana fosse dividida em dois sentidos predominantes – o do projeto pensado e o do agir. A reflexão central deste livro é pensar a diferença entre o homem-que-somos e o humano, e instaura aí uma certa desconfiança da ascensão do humano ao projeto pensado. O livro nos faz pensar se essa instância espacial da subjetividade – isso que o autor designou como “agir inato” – foi perdida durante o processo de individuação pela linguagem. Será mesmo que essa dimensão dos gestos, dos trajetos e da relação intensiva com o espaço se perdeu na medida em que separamos “nós” das “coisas” do mundo? Não haveria um ponto em que estamos emaranhados ao espaço e ao mundo?

Se retomarmos os modos de existência apontados até aqui – a criança, o autista, os gaminos e, por fim, o sonho – todos mediam o mundo numa tensão com as forças do espaço; são atraídos por ele de modo a experimentar o mundo através de um sentido externo (espacial e tropístico). Diante disso podemos afirmar com Simondon (2020): “*o mundo figura unicamente como direção, como polaridade de um gradiente*<sup>119</sup> *que situa o ser individuado*

---

<sup>118</sup> No final da sua vida, em 1970, no texto *Assistência residencial como terapia*, Winnicott (1999) escreve sobre as visitas que ele fazia à instituição de alojamento de crianças em tempos de guerra. Lidando com crianças vulnerabilizadas ou inadaptadas, sendo supervisor dos terapeutas, pouco a pouco o psicanalista foi percebendo que a psicanálise clássica, feita cinco vezes por semana, importava menos que uma cama, um banho quente, comida entre outras provisões. Ele escreve: “Há muito crescimento que é para baixo. (...) não preciso ir longe para encontrar um psicoterapeuta cheio de empáfia. Sou eu. Na década trinta, estava aprendendo a ser psicanalista e sentia que, com pouco mais de treinamento, um pouco mais de habilidade e um pouco mais de sorte, poderia mover montanhas se fizesse as interpretações certas no momento certo (...) Mas, mais cedo ou mais tarde começa o processo de crescer para menor, e isso é doloroso no princípio, até nos habituamos. No meu caso, acho que comecei a crescer para menor na época do meu primeiro contato com David Wills. David não se permitia orgulhar-se de seu trabalho numa antiga instituição de assistência social em Bicester. Era uma obra notável, e orgulho-me por ele” (p.249/250). A questão neste texto está em fazer notar a importância das condições espaciais, mais do que propriamente a efetivação de uma prática de saber institucional.

<sup>119</sup> Entendemos que este gradiente – medida da variação de uma grandeza física em relação a uma determinada

*numa díade indefinida, a qual se alastra a partir dele e na qual ele ocupa o ponto mediado”* (p.25).

Queremos com isso dizer que o pré-individual, o próprio mundo não individuado, exerce sobre a vida humana sua atividade ondulatória; ele contém a energia potencial que ativa os movimentos de câmbio, de alteração das formas e ativação de devires. O tropismo é então uma operação do devir sobre as forças do fora que atraem o humano, na medida em que o ser humano só pode individuar-se e subjetivar-se na relação de forças com o espaço fora da subjetividade. Trata-se de encontrar esse ponto de mediação de forças que nos orientam no mundo, encontrar essa operatória não intencional e impessoal onde o mundo exerce atração sobre os indivíduos inserindo-os em um gradiente informacional que resulta em registros imperceptíveis, pequenas mudanças e variações mínimas que produzem saúde sutil, fora da norma.

Assim o tropismo atualiza a relação com o meio circundante e faz um convite à variação. Ele se aproxima muito daquilo que Epicuro (2009) designa como *clinamen*, inclinação que promove desvios e coloca em movimento, variação e alteração das formas de acolhimento dos dados exteriores e alteração das unidades formais interiores segundo a ressonância externa com as forças. Trata-se de uma força que dá sentido e direção espacial ao ser em seu processo de individuação/subjetivação. Tropismo é um modo do ser devir: tal como o sujeito é unidade central do indivíduo psicossocial, o tropismo é unidade geral externa da espacialidade da vida.

Há uma tendência no ser em ser atraído para o mundo e se situar como ponto mediano – mediador – entre o mundo que figura unicamente como direção e o ser pré-individual que enquanto força necessita de resolução. Esta é a polaridade do ser, seu *clinamen*, situa o ser numa “díade indefinida” que se alastra a partir dele e para além dele. O mundo figura como propriedade física e externa, como espaço pré-individual que está em estado primitivo e que o vivente se localiza e se insere a partir deste tropismo: “*É preciso partir da individuação, do ser apreendido em seu centro segundo a espacialidade e o devir, e não um indivíduo substancializado diante de um mundo estranho a ele*” (SIMONDON, 2020, p.25).

Assim o espaço é superfície ontogenética e o meio é essa outra superfície em parte individuada e em parte transporte de intensidades pré-individuais; o agir é, por sua vez, aquilo que media essas forças metaestáveis que circulam entre o espaço e o corpo. Desta maneira, a sensação e o tropismo são unidades do devir que devém e devem ser cultivadas para não serem dadas como desaparecidas ou extintas. Assim o bom cartógrafo toma os traçados das crianças

---

coordenada espacial – é um vetor que indica sentido, que opera deslocamento, que altera a coordenada. Assim, ao conceber a subjetivação por estímulos externos e espaciais, resultando em soluções externas como referências, dá-se lugar ao par sensação tropismo neste processo de subjetivação.

como pistas para invenção de novos espaços, produzindo então uma articulação entre a *espacialidade do agir* e os *modos de espacialização da clínica e do cuidado*. Assim o cartógrafo é, como Minotauro cego de Picasso, ele deixa-se se guiar pela mediação da criança.

#### 4.14 Os fantasmas e as aparições

Para pensar o humano minoritário é preciso então descer de “nível”, destituir a razão e o projeto pensado, pensar a subjetividade sem sujeito. Tal gesto nos coloca em territórios desconhecidos, obscuros e nebulosos. Guattari (1989/2012a) aposta em três ecologias – a do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana. Todas essas devem se reconstruídas segundo uma relação crítica com si e o mundo. Não apenas a psicologia e a educação devem ser confrontadas com o primado do espaço, mas toda uma política de globalização deve ser repensada segundo um questionamento sobre as maneiras de viver. Em *Caosmose* ele escreve:

A redefinição das relações entre o espaço construído, os territórios existenciais da humanidade (mas também da animalidade, das espécies vegetais, dos valores incorporais e dos sistemas maquínico) tornar-se-á uma das principais questões da repolarização política entre conservadores e progressistas. Não será apenas questão de qualidade de vida enquanto tal, em sua relação com a biosfera (GUATTARI, 1992/2012b, p.146)

Tratar-se-á, portanto, de uma questão fundamentalmente humana, de uma expansão dos modos singulares aos quais o humano pode existir, mas não apenas isso, trata-se de uma expansão do sentido de biosfera, de uma relação do humano com a Terra e da formulação de um equilíbrio metaestável desta relação.

Experimentar a subjetividade sem sujeito, nos leva a restituir o valor dos afetos e do espaço, suas qualidades de força, sua capacidade de afetar e ser afetado. Deste modo, estamos lançados num ponto em que “nós” somos apenas coisa no espaço, afetamos e somos afetados. Vivemos nossa impessoalidade intransitiva.

Pois se é verdade que não temos escolha, é simplesmente porque a GENTE não a propõe a nós. Mas o que aconteceria se tivéssemos escolha? Trata-se – propõe o dicionário – de decidir-se; então, a escolha já foi feita, entre o SE e aquilo que seria o não/SE, que nos é inconcebível. (DELIGNY, 2015a, p.36)

Como veremos *chevêtres* é o termo criado nas áreas de estar para designar o ponto em que se dá o encontro desproposital entre os trajetos das presenças próximas e as linhas de errância da criança. No mapa, os *chevêtres* formavam um ponto emaranhado que indica este cruzamento de linhas, aí se entrevia o “nós” e sua relação com esses ditos autistas, o espaço

fora dos sujeitos. O comum que advém desse emaranhado só tem lugar fora da linguagem, pois ele não é resultado da intenção da criança ou do adulto, da individualidade e da relação verbal e intencional entre eles, mas é o resultado de um modo de espacialização da espécie.

Trata-se então de um emaranhamento não apenas de trajetos, mas de forças. Se a partir dessa ausência de sujeito abre-se uma fissura onde o humano emerge no “comum da espécie”, emerge também numa relação de mutualidade entre o humano e o espaço: os gestos e os trajetos dos humanos estão emaranhados nas flutuações do meio, seus afetos impessoais, suas linhas de força. Isto nos permite afirmar que é no espaço que o humano encontra as condições de possibilidade de tecitura de sua vida singular.

Para Deligny (2015a), que se preocupou materialmente com as condições espaciais da vida, o comum não é uma natureza estável anterior que encontramos como origem, mas uma instância viva que se produz nas tramas desse emaranhamento.

O impessoal e fora da subjetividade exige descer o nível e pensar o humano e o mundo numa relação espacial, de modo a deixar que o espaço exerça suas forças na individuação, exerça “sentido” como coordenada espaço-temporal. Trata-se então de orientar-se numa relação de atração – de tropismo – onde a subjetividade e o espaço vivem uma relação de (com)fluência: não é qualquer espaço, mas o espaço fora da linguagem. É, tal como destaca Resende (2016), orientar-se por um “*espaço que tem lugar fora do registro do sujeito e conseqüentemente da vontade ou da propriedade*” (p.277); espaço este que seria anterior a qualquer individuação, visto que ele é apenas força e informação. Trata-se de espaços heterogêneos onde as “coisas” não individuadas, os espaços e os meios, exercem uma força de atração sobre os corpos e os corpos, eventualmente, numa relação afetiva, fazem mover as superfícies do espaço.

Guattari (2012b) relata uma cena que nos serve de exemplo de como o espaço pode afetar e inaugurar processos de subjetivação. Narra uma cena em que caminhava por São Paulo, em 1982, e foi surpreendido por uma sensação em relação ao espaço, sente-se interpelado por determinada ponte que ele designou como “*um interlocutor não localizável*”. A cidade lhe parecia estranha por ser constituída de uma arquitetura urbana marcada por várias pontes e ruas que procedem por níveis separados, por pontes e elevações. Folheando essa multiplicidade de superfícies, percorrendo o olhar de cima para baixo, sentiu-se transpassado por uma “*mancha cinzenta infinita, uma impressão intensa, fugaz e indefinível*” que o invadiu bruscamente (p.136). Ele conta que pediu que seus amigos seguissem caminhando enquanto ele para e fica imobilizado se esforçando para esclarecer aquilo que sentiu. Depois de certo tempo, lhe ocorre que algo da sua primeira infância lhe falava do “*âmago dessa paisagem desolada*”, algo da

ordem perceptiva primeira que se rebatia naquele momento sobre uma percepção atual. Ele afirma que “*percepções atuais do espaço podem ser duplicadas por percepções anteriores, sem que se possa falar de recalque ou de conflito entre representações pré-estabelecidas*”; trata-se de uma “*semiotização da recordação de infância*” que fora acompanhada por uma percepção poética do espaço (p.137). Afirma ainda que se trata da emergência de um *self* anterior à linguagem (pré-linguagem) que existe paralelamente à constituição de um *self* estruturado pela linguagem. A experiência entre a ponte de São Paulo e a infância do autor, faz parecer uma coetaneidade entre “*a primeira descoberta do mundo*” e uma experiência atual de subjetivação com o espaço:

Essa experiência de subjetivação do espaço só apresenta um caráter de exceção na medida em que revela uma falha psíquica deixando entrever, de modo quase pedagógico, as estratificações do *self*. Mas qualquer outro espaço vivido engajaria igualmente tais aglomerados sincrônicos da psique que apenas o trabalho poético, a experiência delirante ou a explosão passional podem atualizar. (GUATTARI, 2012b, p.139)

Não há então separação entre corpo e espaço. A imagem do espaço que aparece para Guattari na ponte em São Paulo não é da sua imaginação, mas uma lembrança sentida, lembrança de uma espacialidade infantil que atualiza durante uma caminhada. Essa sensação e tropismo experimentada por Guattari (2012b) é passível de ser experimentada na vida cotidiana, trata-se da capacidade de ser afetado pelo espaço e essa afetação oferecer uma coordenada espaço-temporal. Tal sensibilidade permanece, portanto, vívida no humano, mesmo que esse sentido tropístico (de ser atraído pelo espaço) esteja atrofiado e soterrado sob a linguagem e pelos *selves* dominantes; há outras maneiras de ser tocado pelo espaço – seja no sonho ou no confronto com a arquitetura. Seja num sonho ou numa memória nebulosa, espaço e subjetividade se confundem e o humano se vê emaranhado ao mundo.

Deligny (2015a) fala de uma atrofia, de uma perda da capacidade de agir em ressonância ao espaço. O espaço vem sendo cada vez mais estriado, codificado, estratificado e significado. É muito provável que o agir e a capacidade de ser afetado pelo espaço tenha vindo desaparecendo e o fato de haver modos de existência que se orientam pelo espaço é de causar tamanho estranhamento que só a “*cruzada do autismo*” é capaz de mostrar como há um verdadeiro combate contra a relação do humano com o espaço.

Deligny (2015a) diz: “*Humano é o nome de uma espécie, tendo a espécie desaparecido daquilo pelo quê o homem se toma*” e o homem, ele insiste, “*considera inferior aquilo de que se crê desprovido, enquanto o que há é, provavelmente, apenas uma atrofia cuidadosamente cultivada, assim como, não faz muito tempo, a dos pés das meninas chinesas*” (p.28).

Veremos a seguir, a cruzada do DSM na regulação dos modos de concepção do autismo. Toda a apreensão do mundo fantasmagórica e espectral, toda essa sensibilidade pré-verbal descrita por Deligny (2015a) e Guattari (2012b) é reconduzida a uma discursividade psiquiátrica. Trata-se de uma maneira de re-centralizar o homem no mundo e restabelecer a ordens do poder sobre a vida. Contudo, como bem demonstram os mapas e as situações fantasmáticas, as identidades universais do humano estão sempre caindo deste lugar onde é posto<sup>120</sup>.

Em se tratando de clínica do espaço, é importante formular uma via que tome o espaço na sua inseparabilidade do agir. O tropismo vem aqui indicar a unidade espacial do devir: trata-se de manter viva a capacidade de ser afetado e de entrar em relação com o espaço – de agir de modo não reflexivo, de ser atravessado por essas forças que vem do espaço e experimentar um automatismo criativo-disruptivo que inaugura movimentos de atualização dos modos de existência humana. Nesta via encontramos a possibilidade de resgatar algo que está perdido enquanto espécie – o agir e a criação de superfícies.

Num mundo sobrecodificado pelos mapas e GPS (*Global Positioning System*), o tropismo indica a sensibilidade do humano ao espaço: orientar-se na inseparabilidade entre corpo espaço. Nesse sentido, a criança e o autista são figuras paradigmáticas para pensar o agir de espécie e a criação de superfícies. O tropismo pode ser visto então no protesto e na fuga de Antoine, em *Os Incompreendidos* que, ao fugir do reformatório e não saber para onde iria, é atraído a um lugar extremamente político – o mar, espécie de espelho onde a humanidade não SE vê. Embora para Antoine essa situação possa ser angustiante – sozinho diante da abertura do mundo – para

---

<sup>120</sup> Refiro-me aqui a cena do filme *Interstellar* (NOLAN, 2014) onde livros caem da estante sem explicação. Poeiras caem em forma de código Morse, desconfiasse de fantasmas, mas como a sociedade era demais cética, seguem as pistas matematicamente e descobrem ali coordenadas no mapa terrestre. No filme, pai e filha seguem as pistas que os leva até a NASA que, por sua vez, procurava o pai da menina para realizar uma viagem interestelar. No desenrolar do filme, essa pista permite aos dois salvarem a humanidade da extinção – a filha como cientista, que fica na Terra e vê os anos passarem naturalmente, e o pai, piloto de espaçonave, que viaja na velocidade da luz e em diferentes temporalidades. O filme conta ainda com outras cenas intrigantes: os livros caindo da estante, as pistas e códigos Morse eram o pai tentando dizer a ele próprio que não era para embarcar naquela viagem. Ele mandava aquelas mensagens do futuro. Paradoxalmente, após cair em um buraco negro, ele vê o passado diante de seus olhos num imenso cubo de quatro dimensões. Ao cair no buraco negro o pai se vê na cena passada – fora do tempo-espaço lógico. Ao esbofetear a parede do cubo ele manda as coordenadas que fizeram com que ele fosse naquela viagem. Nesse paradoxo temporal, seu destino estava traçado ao mesmo tempo que ele abre as portas para o futuro da humanidade. Com isso, fazemos uma pequena alusão aqui sobre a questão do espaço e dos fantasmas, tema que será desenvolvido adiante. A ideia de fantasma está indissociável da capacidade de criar superfície, abrir janelas para um novo mundo. O tema retornará no próximo capítulo, mas a análise do filme não poderemos retomar. Fica apenas a indicação.

o espectador trata-se de uma cena política: o que fazer diante da fuga de uma criança senão rebater a instituição diante desta abertura traçada pela criança?<sup>121</sup>

A importância de pensar um processo de subjetivação pelo espaço e a importância da unidade tropística do devir indicam duas contribuições da clínica do espaço que podem muito bem vir a calhar para contribuir para processos clínicos e educacionais de crianças e pessoas no espectro autista. Tais conceitos proporcionam novas experiências e elucidam situações em que certos tipos de comportamentos não são previstos por nós e são passíveis de serem tomados como anomalias, patologias ou comportamentos inadequados. O que se quer mostrar é que, na verdade, tais gestos necessariamente humanos estão atrofiados em nós, mas estão vivos nas crianças. Como podemos incluir essa diferença na nossa prática senão formulando um processo de cuidado a partir do espaço? Como formular um processo de cuidado e educação que não seja fundado na experiência de soterramento da criança com nosso projeto pensado? Se levada a sério essa pergunta, deve-se ir em direção à crítica das práticas: é do autista à instituição e não da instituição ao autismo. Sobretudo é tomando o autismo como instituição, como conceito, que poderemos ver no espaço o caminho traçado pelas crianças.

---

<sup>121</sup> “Um menino joga bola em um centro de detenção para crianças delinquentes. De repente sai correndo, passa, agachando-se, por debaixo da cerca de arame que cerceia o campo de futebol, segue correndo pelo mato, desviando-se do inspetor que corre atrás de si. Acha um caminho, corre por ele até desaguar, ele e o caminho, no mar. Entra na água, move-se de um lado para o outro, brinca com a água, anda pra frente e para trás... Fim. Essa é uma possível descrição da emblemática cena final de *Os Incompreendidos* (1959) de François Truffaut”. (FRANT, 2018, p.45/46)

## 5 FUGA

Como o prelúdio foi, no início desta tese, uma introdução lúdica aos temas discutidos, “Fuga” retoma o uso lúdico da linguagem para constituir aqui o que seria uma espécie de “conclusão” da tese. Embora sejamos convocados a concluir, essa conclusão será perpassada por essa forma musical específica que dará a este texto certas características: a fuga não é somente uma harmonia complexa, ela é uma harmonia apresentada com diferentes vozes que se atrasam uma em relação às outras, vozes que alteram seu tempo, seu ritmo e, embora versem sobre um mesmo tema, falam de diferentes lugares. A fuga é um tipo de composição contrapontista, no sentido de retomar o mesmo tema em diferentes lugares da harmonia e em diferentes temporalidades e ritmos.

Segundo Fukushima (2014) prelúdio e fuga é linguagem manifesta que a música toma emprestado e faz dela conceitos. Ele observa ainda que para cada Fuga composta por Bach, um prelúdio foi igualmente composto. Além disso, os conceitos poéticos e musicais trazidos por Deleuze & Guattari para o campo da clínica, tal como a fuga e o menor, retomam aqui esse uso da linguagem musical como ferramenta de ressonância ético, estético e clínico. Trata-se então de fazer um uso da linguagem menor, toda esburacada e cheia de brechas que permitem ao leitor entrar e compor por onde for possível e, ao mesmo tempo, permitir com que saia, opere sua fuga, através de uma linguagem de contrapontos.

O leitor pode observar que cada capítulo retoma o tema da tese em diferentes lugares. ao interseção dos temas *clínica, espaço, cartografia, infância e autismo* pode ser vista em diferentes arranjos: na relação entre a cartografia de Deligny e a de Foucault; na abordagem da psiquiatrização que cada um desses autores faz; na retomada de uma pesquisa sobre esse “outro espaço”, assim como também, na relação com outros autores caros nesta tese – Deleuze, Guattari, Canguilhem e Simondon. Através de todos esses autores, cada um deles compõe um contraponto sobre um mesmo tema: a relação entre espaço e vida.

Entre tantas variações e contrapontos, é a clínica do espaço que nos serve como ritornelo. É nela que encontramos o nosso campo de ressonâncias e a permanente abertura à novos meios e arranjos entre a clínica e seu espaço-tempo. Portanto, tal fuga versará sobre a criação de tentativas e de estratégias eminentemente clínicas para esse problema entre o espaço, a vida e a política. Diante do domínio virtual do biopoder sobre a vitalidade psicossocial, é no espaço fora da linguagem que encontramos essa saúde que nos escapa como contraponto.

Sendo assim, como ver essa estratégia de um ponto de vista clínico?

## 5.1 A Clínica do Espaço, Infâncias e Autistas

Da clínica do espaço ao espaço da clínica, quantos devires se operam? Quantas passagens de um espaço a outro? A efetivação de uma clínica do espaço é então a passagem e não a instituição, a transindividuação e não o indivíduo. Entre tantos espaços – institucionais, de resistência, oníricos, nebulosos, de limiars complexos e fluidos – trata-se de encontrar o espaço da clínica, o ponto onde se dão essas passagens. A clínica do espaço se torna então operadora de passagens, de transindividuações – nem individual, nem somente coletivo, nem físico, nem psicológico. Estamos diante de um espaço fora da representação, impessoal e transindividual. Sendo assim, como “encontrar” o espaço da clínica?

Dissemos antes sobre a “percepção e o espaço fora da linguagem” onde o “percebido não se consolida em sentido fechado, mas coloca em movimento a atividade cartográfica” (vide página 144 desta tese). Para Deligny (2015a) este tipo de percepção não é consciente nem representativa, sendo antes ver-prever-agir, disponibilidade espaço-temporal onde a consciência, a intenção e a finalidade são suspensas em prol de uma sensibilidade ao que vem de fora. E o que vem de fora senão o acontecimento? Não se trata de procurar o que acontece que mostra esse ponto nebuloso, esse lugar onde se dá a efetuação da clínica do espaço. O próprio espaço se move e junto dele se movem os corpos e as linhas que emanam dele; o próprio acontecimento se faz ver.

Para situar essa disponibilidade aos acontecimentos e compreender, portanto, a espacialidade da infância e do autismo, isto é, seu modo de ver-prever-agir, seu modo sensível de ser-estar, é preciso situar o acontecimento. Para Deleuze (1969/2015), o espaço que subtende todo acontecimento é “*ponto móvel e preciso em que todos os acontecimentos se reúnem*”, mas nem por isso se situam no tempo-espaço de maneira cronológica. *Cronos* não é o tempo do acontecimento, é antes o divino que rege o tempo que os homens captam como passado e futuro, o tempo medido. Enquanto deus, ele é o presente absoluto, o círculo inteiro:

Há sempre um mais vasto presente que absorve o passado e o futuro. A relatividade do passado e do futuro com relação ao presente provoca pois uma relatividade dos próprios presentes uns com relação aos outros. O deus vive como presente o que é futuro ou passado para mim, que vivo sobre presentes mais limitados. Um encaixamento, um enrolamento de presentes relativos, com deus por círculo extremo ou envelope exterior, tal é Cronos (DELEUZE, 2015, p.168)

*Cronos* é a medida e a ordem, o que situa as particularidades e divide o acontecimento entre passado e futuro; é o tempo inseparável do corpo que ele preenche com causas e matérias. O acontecimento, por sua vez, não se restringe ao acontecido, há no acontecimento algo que

nos interessa para além dos acontecidos, para além das medidas lógicas que o tempo cronológico situa.

Na busca por esse espaço-tempo outro, Deleuze (2015) afirma que *Aion* é o tempo do acontecimento; é o instante presente que, de maneira extemporânea, subdivide o passado e o presente infinitamente, nos dois sentidos, abrindo o tempo da profundidade na espacialidade do instante; é o tempo sem medida, sem particularidades, o instante presente, a pura singularidade do devir. *Aion* é o tempo desdobrado em superfície onde a ferida mais profunda se abre como fenda na superfície; é o tempo da passagem, o tempo clínico onde se operam e onde SE é operado pelas transversalidades dos acontecimentos. O espaço-tempo de *aion* é o ponto móvel não representável, ponto de “contra-efetuação”, mais do que a efetivação de *cronos*.

É o presente sem espessura, o presente do ator, do dançarino ou do mimico, puro “momento” perverso. É o presente da operação pura e não da incorporação. Não é o presente da subversão nem o da efetuação, mas da contra-efetuação, que impede aquele de derrubar este, que impede este de se confundir com aquele e que vem redobrar a dobra (DELEUZE, 2015, p.173).

É o tempo da transmutação, mais do que da individuação; do instituinte, mais do que da instituição. É então a passagem, o limiar transindividual que presentifica o espaço-tempo e, ao mesmo tempo que o extrapola, transborda, reúne as contradições. Estar aberto ao espaço-tempo é, segundo Deleuze (2015), aceitar o acontecimento, é querer algo nele e fazer disso um canal de transversalidade. Trata-se então de “*captar-lhe a verdade eterna, que é como o fogo no qual se alimenta, este querer atinge o ponto em que a guerra é travada contra a guerra*” (p.153). Trata-se de sustentar o combate e observar as faíscas que emanam dele.

O espaço-tempo do acontecimento é então o “instante” que “não para de se adiantar e de se atrasar, de esperar e relembrar”. Podemos pensar que se há um acontecimento, há um representável, um corpo apreensível, uma linguagem esperando revesti-lo de sentido, mas se o acontecimento “representa” é “sempre ainda futuro e já passado”. Sua representação é “*impassível e se divide, se desdobra sem se romper*” (DELEUZE, 2015, p.153)

Ao longo da tese, estávamos a todo tempo em busca dos instrumentos para apreensão deste ponto móvel do espaço, um espaço indecomponível que resta sob todos os espaços, que está lá e não cessa de escapar. Chamamos este espaço de “fora da linguagem” e nesta pesquisa buscamos práticas clínico-políticas entorno desta intuição. Deligny (2015a) foi o autor por onde buscamos explorar esse ponto, mas isso pode ser pensado e discutido de maneira mais ampla. Se o fizemos através de Deligny é porque há algo na infância que é desta ordem, de uma subjetivação que se dá sobre este espaço móvel e arcaico, anterior à linguagem e além da

individuação. No “Mapa + transparência” traçados por Gisèle Durand em julho de 1976, na área de estar de Graniers (DELIGNY, 2013, p. 290) podemos acessar essa experiência extemporânea onde Janmari desdobra no espaço a linha de errância de um trajeto onde o espaço-tempo é transpassado pelo acontecimento ligado a uma horta local.

O mapa mostra o percurso costumeiro de Janmari que utiliza um corredor para colher saladas na dispensa. Ao descer até lá nota que o caixote que contém a colheita está vazio e com isso segue até a horta para colher mais saladas e ao chegar lá nota que a horta não está mais lá, no tempo, fora colhida. Isso faz com que seu trajeto costumeiro sofra os acontecimentos e o tempo se desdobra não em passado-futuro, o que pressuporia um sentido constituído na linguagem – o passado, “havia uma horta”; o presente, “não há mais” e o futuro, “ela poderá ser replantada”. Para Janmari o que há é o intenso presente, espaço indecomponível e isso faz com que, diante do acontecimento, ele trace uma linha de errância, uma linha impessoal que o leva até o fora da área de estar, fora deste anel, deste cerne que constitui as áreas de estar<sup>122</sup>.

Embora possa ver nesse trajeto um outro modo de estar no tempo-espaço, um outro modo de ser nas margens da linguagem, o que está em jogo na clínica do autismo – seja no campo da psicanálise ou da neurociência – é o espaço da clínica e o tempo do sujeito. Diferentemente desta abordagem atomista e monista, a clínica do espaço busca acessar um tempo-espaço que é movimento, “lugar da mistura”, do que há de comum entre nosso modo de ser na linguagem e este outro modo de existência que persiste em modos distintos de espacialização.

A espacialidade da infância e do autismo, o tempo-espaço difuso por onde se individualizam, é o ponto de “efetuação cósmica, física” de que fala Deleuze (2015). Podemos dizer, o que as crianças e os autistas desempenham:

não é nunca um personagem: é um tema (o tema complexo ou o sentido) constituído pelos componentes do acontecimento, singularidades comunicantes efetivamente liberadas dos limites dos indivíduos e das pessoas. Toda a sua personalidade, o ator a mantém em um instante sempre ainda mais

---

<sup>122</sup> Diferente das instituições como o asilo, o hospital ou a escola – poderíamos aqui incluir tantos outros – as áreas de estar não possuem muros, grades ou paredes que delimitem um lado de dentro e um lado de fora. Tudo se dá num espaço aberto e, mesmo que haja cômodos, quartos, banheiros, o que situa o contorno das áreas de estar é a presença da atividade dos encarregados das tarefas. Portanto, o que estabelece a borda que dá entorno ao trabalho não vem de fora, mas é constituída neste ponto onde se dão as linhas costumeiras. Ainda assim as crianças não fogem, o que deixa claro que o que determina a borda não é a norma exterior, mas o traçado em comum entre os corpos no espaço. No mapa analisado acima, é possível ver quatro anéis entre abertos que constituem este entorno, sendo o menor e mais denso o traçado de Gisele Durand: “A menor envolve a situação inicial e inclui a presença de Gisèle Durand (homem sem cabeça); os três pequenos círculos indicam as voltas que Janmari faz em si mesmo. O esboço [cerne] a seguir descreve o perímetro do costumeiro; a barra vertical preta que conecta suas duas extremidades marca o cruzamento do costumeiro (agir de Janmari o trouxe para fora do cerne)” (DELIGNY, 2013, p.290)

divisível, para se abrir ao papel impessoal e pré-individual (DELEUZE, 2015, p.153)

A apreensão deste modo de ser exige da clínica novos conceitos e novas ferramentas para situar os diferentes tipos de espaços e os diferentes tipos de subjetivação. Nesse sentido, a cartografia é um instrumento de rastreio destas linhas que surgem no espaço como rastros e restos de trajetos. Ela capta no espaço não a presença de um sujeito às voltas com a linguagem, mas a atuação deste corpo como representando um “ainda futuro” e um “já passado”; sua linha se desdobrando sem se romper, permanecendo no instante-presente para indicar a manifestação de algo que “não para de se adiantar e de se atrasar, de esperar e de relembrar” (DELEUZE, 2015, p.153).

Deste modo, o presente é vazio de individualidade, não tendo mais a espessura que um mapa. O que está em jogo é tomar o espaço como ponto disruptivo, que rastreia, procura e inaugura brechas para o desfazimento das certezas, de certas identidades constituídas no campo da psiquiatria e normalização. O aparecimento deste espaço que resta, é a abertura de uma fresta no espaço-tempo, na história do rosto humano e na história dos espaços que o humano habita.

Se o espaço é efetivamente importante para produção de um modo de vida singular, não só a infância e o autismo são cuidados pela clínica do espaço; ao contrário, é a infância e o autismo que cuidam da clínica e operam nela reversões. A operação destes atores é a contra-efetuação da instituição, a abertura instituinte, o limiar que nos empurra para fora da linguagem. O interessante é que este ato não se faz por intenção, mas por acontecimento: são agires que abrem as brechas e inaugura o comum do espaço ao entorno.

Sendo assim, este capítulo final busca mostrar como a espacialidade da infância e do autismo, isto é, seus modos de ser no espaço-tempo, foram não só ignorados em certos momentos da história da clínica, como também é ainda hoje fortemente negado, desmentido, trancafiados em discursos que pretendem fazer da linguagem um círculo inteiro. Diferentemente, a clínica do espaço, a cartografia, os modos de espacialização e ampliação da clínica se implicam em criar condições para pensar novas maneiras de ser e estar no mundo tendo a infância e o autismo como guia.

Ao longo da tese, tomamos a infância e o autismo não como “indivíduos”, mas como transindividuações que atravessam a vida operando nela rupturas e desvios, reversões que possibilitam o devir minoritário do humano. Está em jogo modificar a relação com o espaço-tempo e com a linguagem, ir além dos limites cronológicos e topológicos estabelecidos. A infância e o autismo não são naturezas dadas e universais, marcações cronológicas, mas são

forças impessoais que derivam do pré-individual, singularidades que excedem ao humano tal como nós o conhecemos – como ser de linguagem, como rosto instituído pelas ciências humanas, dotadas de historicidade e pretensão à identidade universal.

Segundo Katz (1993), a infância atravessa o tempo cronológico e a própria ideia de “desenvolvimento infantil” indo, portanto, além do corpo da criança. O infantil da infância ou a infância da criança, essa é dimensão criativa que atravessa os limites das fases da vida e que se manifestaria mais como um devir criança, força que atravessa infância, mais do que propriamente a infância como esta ou aquela criança. Nas palavras do autor, essa dimensão infantil da infância é designada como “crianceria”.

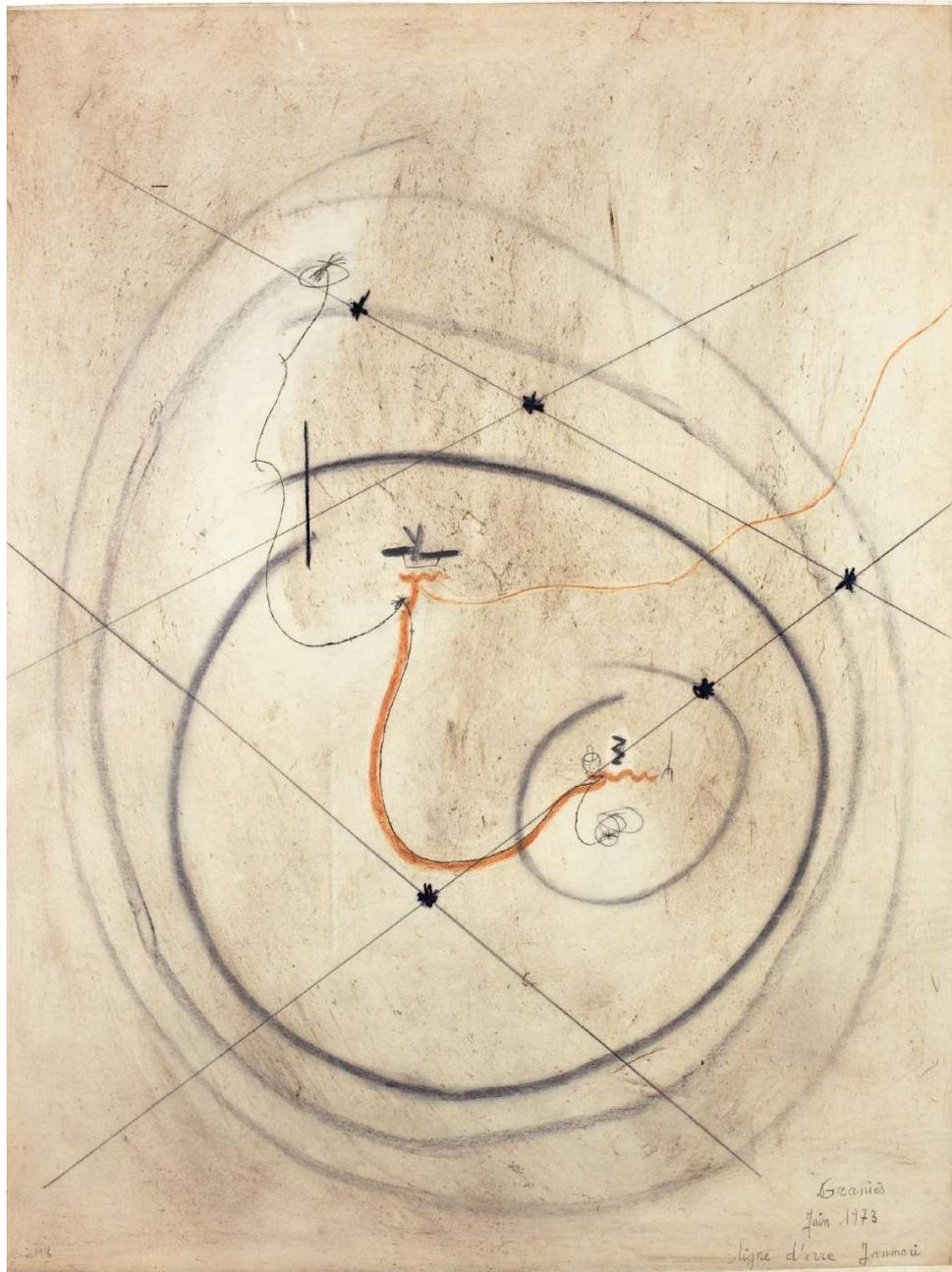
O tempo do infantil não é *Cronos*, portanto, ele não passa – tal como se diz que a infância é uma fase do Homem – mas possui uma outra duração; é o tempo do indeterminado, dilatado, sem marcação. O nome dado a esse tempo é *Aion*. Para Heráclito de Éfeso (1996), *Aion* é uma criança jogando pedras na superfície do mundo. Para Deleuze (2015), *Aion* possui relação com o acontecimento, na medida em que este tempo é a atualização infinita do passado e do futuro abertos sobre o presente que fazem do acontecimento a manifestação do real.

A infância desliza então no tempo impessoal do acontecimento, seu nascimento é mínimo gesto, atração exercida pelo mundo. Segundo Deleuze (2015), o acontecimento é essa “quase causa” onde se sente que a vida é maior que o ser e o ter; é o ponto em que a multiplicidade de espaço-tempo que nos compõe é infinitiva. É-se então atraído pelo mundo materialmente, sendo o gesto de subjetivação essa própria entrada no mundo onde o espaço-tempo se transmuta. É então, no espaço que o humano encontra a passagem entre os modos de individuação. Nesse ponto, não há domínio das palavras sobre o acontecimento, o que há são sensações diante desta vacância da linguagem.

A infância e o autismo – assim como o humano – partilham essa superfície metaestável, ponto móvel não referenciado no qual derivamos. O espaço é então não o princípio, mas essa relação com o acontecimento que não cessa de acontecer – a primeira sensação de mundo anterior à subjetivação do sujeito.

A subjetivação pelo espaço se passa antes da entrada na linguagem, ela é pré-verbal e pré-individual; ela está situada não no sujeito, mas numa relação de tropismo com o mundo – a relação física do corpo com o espaço; do corpo com os afetos que, nesse caso, tornam-se coordenadas espaço-temporais. A infância e o autismo não seriam unidades totalmente individuadas, mas transindividuações, passagens, linha que atravessam a vida humana a despeito da razão e do querer. Devir criança e devir autista tornam-se então conceitos que

operam essa energia pré-individual, é o excesso que sobressai à densa camada de linguagem que soterra o humano.



Une carte accompagnée d'un calque. Tracés par Gisèle Durand, 65 x 50 cm  
Disponível em Cartes et lignes d'erre. Traces du réseau de Fernand Deligny, 1969 – 1979.  
(DELIGNY, 2013, p.290)

## 5.2 A abordagem transdisciplinar da infância e do autismo

O conteúdo desta tese busca pensar a infância e o autismo positivamente, como ponto intensivo de produção de novos modos de existência e não como patologia ou atraso no desenvolvimento. Ao invés de vermos a situação de um ponto de vista cronológico, buscamos ver o tempo espacializado, os acontecimentos que constituem a subjetivação. Trata-se então de fazer a clínica uma luneta tal como no conto de Fleutiaux (2014), transformá-la num instrumento de inscrição de “pontos de ver” onde a infância e o autismo são vistos fora da trama de psiquiatrização contemporânea, vê-los a partir da perspectiva do espaço fora da linguagem. Assim, a clínica não é um instrumento de adaptação da criança à linguagem, mas a ferramenta de inscrição de pontos de ver fora da linguagem. Sendo assim, cabe pergunta: o que seria a abordagem transdisciplinar da infância e do autismo?

Trata-se em primeiro lugar, da desassociação do autismo à ideia de transtorno mental, doença mental ou síndrome genética. Todas essas abordagens são construções negativas que cercam crianças e adultos de dispositivos médicos, de discursos e práticas que reafirmam o poder psiquiátrico sobre a vida. Essa abordagem é, portanto, negativa e culmina na conversão de toda singularidade que emana da infância e do autismo em sinais de patologias ou em processamento neuronal deficitário – os gestos e os agires são transformados em processamento neuronal, em estereotipia ou *stims*. Tudo aquilo que desconhecemos e que não sabemos é capturado e representado pela discursividade psiquiátrica e sobre ela se fundam normas que regulam as maneiras de ser. Em tese, se o espectro é aquilo que escapa, formular um modo de psiquiatrização pelo conceito de espectro do autismo é justamente reduzir e capturar aquilo que escapa, codificá-lo e representá-lo segundo uma norma superior. Sendo assim, de que modo podemos estar com os autistas sem “interpretá-los” segundo a discursividade DSM da psiquiatria e da neurociência?

Em segundo lugar, trata-se de estar com a infância e autismo, de durar em sua companhia, de suportar o não-saber, o fora do sentido; de habitar o espaço fora da linguagem e tornar-se impessoal, apenas presença. A proliferação de palavras angustiadas, a profusão de ideias, nomes e terminologias, levam à construção de uma verdade que vem de cima para baixo, da ordem da linguagem e da norma sobre o espaço-tempo em que habitamos. Isto afasta aquilo que Deligny designou como “comum”, essa espécie de plano emaranhado onde habitamos – a criança, o autista e nós, homem-que-somos. A abordagem transdisciplinar da clínica da infância e do autismo buscaria então acessar esse comum que é, num só tempo, a superação da utopia política e a instalação de espaços onde esse comum tem lugar.

É certo que a ciência produz pesquisas relevantes para o campo do cuidado da infância e do autismo. Não estamos aqui desvalorizando o trabalho destas pesquisas, o que queremos situar é um certo aspecto vital e político desse modo de existência. Para a clínica transdisciplinar, é de suma importância o acompanhamento, a cartografia dos trajetos e a experimentação criativa com afetos. Os acontecimentos não representam, mas são antes estados de arte. Para acompanhar a infância e o autismo na ordem do acontecimento – aberto a tudo que vem de fora – pode ocorrer da linguagem impedir a emergência de certos devires e processos de liberação que, ao serem interpretados segundo a linguagem normativa, perdem a possibilidades de transversalizar a linha de errância com as normas institucionais que impedem a produção de saúde e produzem a cronificação dos sintomas. O agir normativo traça com as forças que vem deste fora e a partir disso inaugura brechas onde o novo pode emergir. Nesse sentido, a saúde não é um bem externo, tal como uma norma a ser alcançada e um comportamento ser adaptado, a saúde se torna a própria produção, fio imanente de vida que se tece na ordem do cotidiano, no verbo infinitivo, no território, nas relações com o espaço entorno, no comum da espécie.

Assim, queremos instaurar desconfiança em relação às pesquisas que se fundamentam no discurso do DSM, possibilitando formular a crítica da categoria diagnóstica do Transtorno do Espectro Autista. De que modo podemos enfrentar essa questão acolhendo as linhas e trajetos das crianças e rebatendo essas linhas sobre esses discursos? Dito de outro modo, de que forma podemos fazer do espectro uma ferramenta contra esse discurso?

Temo que hoje o autismo esteja em voga, que a aderência e aceitabilidade ao termo “espectro” leve a cabo inúmeras pessoas à interpretação de que suas singularidades são indícios de um diagnóstico. Por que não indícios de uma vida que beira a arte? Temo ainda que os movimentos sociais e as lutas por direitos das pessoas autistas partam essencialmente desta narrativa neuropsiquiátrica e que a luta pela garantia de direitos à saúde seja a luta por uma saúde privada. Devemos então reafirmar o papel e a competência da atenção psicossocial (RAPS) para tratar das questões relacionadas aos autistas. Quando o espectro se torna a trama de psiquiatrização, cabe a nós perguntar: quais os perigos de SE dizer com as palavras do outro? Quais os riscos de nomear a singularidade do autismo segundo termos médicos? De que maneira podemos construir uma nova narrativa sobre o autismo que explora a literatura, a poesia, a arte ao invés de terminologias psiquiátricas?

Por fim, uma questão sobre a qual nos equilibramos: autismo é nome de que? Este nome, sabemos, teve origem nos saberes psiquiátricos do início do século XX e tornou-se motivo e

causa de inúmeros desencontros e confusões entre clínicos e teóricos da psiquiatria e da psicanálise. Autismo é uma palavra cujo termo “auto” indica a referência a si mesmo, enquanto “ismo” indica um sistema ou doutrina. Tal palavra designaria então um sistema organizado entorno de autorreferências, contudo, para Deligny (2015a), essa palavra não explica em nada os gestos e trajetos das crianças que, vistos através dos mapas e da cartografia, mostram que autismo é uma palavra insuficiente para explicar a singularidade daquilo que está em jogo. Deligny (2015a) mostra como aquelas crianças ditas autistas possuem uma relação intensa com o espaço. Para ele, o autismo não é um fechamento em si, mas sim corresponde à recusa ao que é da GENTE, desta sociedade excludente e capitalizada.

Para nós, clínicos e cartógrafos que se orientam a partir das coordenadas dos mapas de Cevennes, “autismo” é uma palavra desenraizada da disciplina psiquiátrica. Ela informa algo a respeito não apenas de um grupo específico, mas algo da ordem do humano. Este, por sua vez, ao invés de nascer na linguagem, nasce antes de um marulho cósmico impessoal que nos antecede enquanto espécie e nos atravessa ao longo da vida – os ruídos do espaço fora da linguagem.

O perigo de uma história única da infância e do autismo é o perigo de SE dizer a partir do discurso do outro, a partir de um único mapa. Nesse ponto, é preciso aproximar o autismo das discussões políticas a respeito das minorias; é preciso tecer pontos onde essa história se diferencia destes enunciados da psiquiatria e se multiplica em várias maneiras de ser. Assim como os negros, os deficientes, as mulheres, as crianças... os autistas precisam SE dizer de um outro modo, uma micropolítica do autismo, que rompa a história do transtorno. Esse “SE dizer” não necessariamente precisa ascender à universalidade, a grande contribuição da cartografia é instalar a possibilidade de SE dizer numa linguagem menor, dotada de imagens, linhas, gestos e trajetos que estão aquém da linguagem e, nem por isso, precisam ser dissipados e ignorados e extirpados da história.

Esse é o desvio ético proposto pela abordagem transdisciplinar da clínica do autismo: desviar a clínica desse lugar em que é impelida como mais uma voz que reduz a concepção do autismo ao transtorno mental. Não se trata de lateralizar nossa pesquisa com a neurociência, mas traçar uma abordagem transdisciplinar cujo atravessamento é justamente fazer furo ao discurso da ciência e da psicanálise, fazendo aparecer seus pontos cegos e o espaço fora da linguagem. Autismo é, portanto, o nome que se dá a essa impossibilidade de SE dizer no mundo; é o nome de uma experiência subjetiva própria ao humano que está às voltas com o limite da

representação. Autismo poderia ser o nome do limite da linguagem, mas não é disso que se trata.

O autismo como experiência limite mostrará como o Homem, às voltas com esse limite, recorreu ao espaço para explicar isso que não consegue dizer: veremos a seguir uma série de metáforas espaciais sobre o silêncio e a recusa à linguagem. Veremos na história da psicanálise o espaço sendo evocado como representativo; na psiquiatria, além do próprio hospício como espaço de contenção do sofrimento autista, vemos surgir o conceito de espectro como metáfora para a tipologia clínica do autismo. No entanto, a partir de Deligny, Foucault, Deleuze e Guattari, isto é, a partir de uma abordagem transdisciplinar do autismo e da psicose, se pôde pensar o espaço não como metáfora, mas como materialidade experimentável, como plano de deslocamento de afetos. É aí que o autismo deixa de ser transtorno mental para experimentar outras maneiras de ser fora da linguagem.

### **5.3 Da metáfora ao uso do espaço**

Criar espaços como as áreas de estar leva à subversão do uso do espaço na clínica. O espaço não é metáfora do autismo, mas superfície de deslocamento de afetos e do constante processo de subjetivação, é, portanto, a via para inauguração de novas subjetivações que implicam não no “tratamento” do autista, mas na criação de uma nova concepção do comum. Não se trata então de criar instituições especializadas em autismo, espaços exclusivos para este grupo, mas transversalizar o espaço fora da linguagem na clínica, de modo a produzir deslocamento na cultura e o descentramento da linguagem como única forma de subjetivação do humano.

A seguir, apresentaremos algumas questões entorno do uso do espaço na clínica e abriremos a possibilidade de se criar uma narrativa a partir dos gestos e trajetos de Janmari, autista que Deligny acompanhou nos últimos anos de sua vida. Os gestos de Janmari inauguram uma “narrativa” não representativa, faz das linhas uma cartografia e não um discurso. Os mapas são uma espécie de espelho que não reflete o rosto do homem, mas é antes como o ponto móvel que, como o balanço do mar, apaga o rosto rabiscado na areia. O que interessa no traçado de Janmari é a potência de agir, mais do que a potência de SE dizer. É preciso apostar então neste ruído que vem de fora, neste borrão que sai da mão de uma criança, seja ela autista ou não. É fora que encontramos a ressonância para os novos processos de subjetivação.

O autismo é abordado pela clínica psiquiátrica e pela clínica psicanalítica de modo que diversos autores fizeram uso do espaço para representar o sofrimento destas crianças. Ao longo de décadas, diversas figuras espaciais foram utilizadas para expressar o indizível do sofrimento

autista. De que modo o uso representativo do espaço atrapalha a produção de um modo de existência no espaço? De que forma a metáfora espacial dissipa o primado do espaço em relação à subjetivação?

O uso metafórico do espaço foi evocado para explicar a condição subjetiva do humano não apenas no caso do autismo, mas de maneira ampla, para explicar a própria condição subjetiva do homem em relação a si mesmo. Freud (2014) foi um destes autores pioneiros no uso de figuras espaciais. Ele escreve em 1917 a emblemática frase: “*o Eu não é nem mesmo o senhor em sua própria casa*” (FREUD, 1917/2014, p. 381).

A teoria freudiana em seu estudo sobre o inconsciente problematiza a ideia de indivíduo e situa uma divisão entre o Id, Ego e Superego, situando o inconsciente no centro da prática clínica. É questionando a autonomia e a liberdade do “eu” (Ego) em relação ao “isso” (Id) que a metáfora arquitetônica da casa veio a calhar. Desta forma, a clínica psicanalítica promoveu na cultura uma terceira ferida narcísica, situando-se ao lado da física – que propôs a mudança do modelo geocêntrico para o modelo heliocêntrico – e da biologia – que propôs a Teoria da Evolução das Espécies. O homem não sendo senhor de sua própria casa, designa então o poder das pulsões em relação à consciência; a proximidade e o desvio do homem daquela natureza que o antecede.

Rivera (2008) questiona o porquê Freud lança mão de uma figura arquitetônica para abordar essa questão. Para a autora, a indagação freudiana sobre o sujeito não deixa dúvidas a respeito da importância do lugar e do espaço para se conceber o aparelho psíquico. Para ela, Freud situa o Eu e o Isso em um lugar diferenciado que ganhou o termo de “tópica”; Lacan, do mesmo modo, aborda o “lugar” do inconsciente através do estudo dos objetos topológicos. Sendo assim, o tema do espaço na clínica psicanalítica situa o “lugar” do psíquico, localizando o espaço da emergência da subjetividade, do nascimento de um sujeito, mas também o lugar de seus conflitos e suas reviravoltas<sup>123</sup>.

O tema do espaço na clínica e o uso da topologia para pensar questões relativas ao humano são vastas. Freud (1938/2018) assinala, em um fragmento tardio, que o psiquismo é extensível e nada sabemos sobre ele. Em 1938, ele escreve: “*O espaço pode ser a projeção da extensão do aparelho psíquico. Nenhuma outra derivação é provável. Em vez dos*

---

<sup>123</sup> “Não é à toa que Lacan se interessa tanto pela anamorfose, que põe a perspectiva a serviço de certa torção e já coloca em jogo a posição do sujeito. Ao longo de seu ensino, porém, permanece latente a questão da verdadeira subversão do espaço que acompanharia a subversão do sujeito. Esta é a questão central, e, no entanto, pouco reconhecida pelos analistas, que nos parece fornecer o substrato fundamental à topologia lacaniana. De maneira explícita, ela será efetivamente trabalhada e levada às últimas consequências em outro campo de produção cultural ao longo do século XX: a arte moderna e contemporânea” (RIVERA, 2008, p.221).

*determinantes a priori, de Kant, de nosso aparelho psíquico. A psique é estendida; nada sabemos a respeito*” (FREUD [1938], 2018, p.365).

Rivera (2020) recupera esse fragmento para pensar a prática clínica. Para a autora, mais do que “reformular” a técnica da clínica psicanalítica, se trata de inventar estratégias para abrir brechas na tela do contemporâneo. Deste modo, está em jogo, a invenção de “modos de espacialização”, pois, afinal, a psiquê é estendida, como afirma Freud. A subjetividade é uma dobra com o espaço.

Outro fato impressionante no fragmento de pensamento de Freud é o “nada sabemos a respeito”. A que se deve essa afirmação? Será que esse limite, esse “não saber”, constitui uma falha na linguagem em relação ao espaço? Se seguirmos a trilha de Deligny (2015a), é o fora da linguagem que está em jogo. O ponto em que o psiquismo não é um aparelho de linguagem, mas um modo de espacialização. O espaço-tempo é paradoxal para a subjetividade humana: ao passo que o tempo é o lugar da emergência do sujeito, o espaço é lugar de sua dissolvência. Deste modo, a subjetividade está aberta a esse caráter transindividual da subjetivação – são passagens, atravessamentos, é o que denominamos modos de espacialização. A abordagem de Deligny (2015a) sobre esse problema não nega a existência da tópica freudiana, mas ao contrário, situa o psiquismo na relação com o espaço – fato que, para o autor, não era evidente nas teorizações psicanalíticas.

Sévérac (2017) organiza o problema afirmando que Deligny não nega a vida e a vivacidade do espírito e do sistema consciente-inconsciente, mas ele vê na atividade das crianças autistas que o agir “está no próprio lugar do espírito” e que a “atividade das linhas de erro” são como “localizações de um verdadeiro aparelho psíquico”, uma atividade do espírito que não é “significante”, mas sim “maquinal” (p.131).

Desta forma, evocar formas espaciais para descrever processos psíquicos não se faz por metáfora, por representação, mas por indicação de que o psiquismo não está apartado de uma espacialidade que pressupõe a vida e a subjetividade. A vida psíquica e as atividades vitais do humano devem se desdobrar no espaço extensível: para os autistas, assim como para as crianças, vemos a importância do deslocamento no espaço, da atividade sem sentido se desenrolando como linhas e traçados. No entanto, essa aproximação Deligny-Freud é algo ainda pouco explorado e o próprio Deligny mostrou certa ressalva em aceitar as ideias da psicanálise de bom grado, diferentemente, preferiu complexificar o problema da vida inserindo nela um outro

sentido de inato – diferente do instinto animal e do conceito de pulsão, o agir é de uma outra natureza que não psicológica ou biológica<sup>124</sup>.

Seja como for, Freud situa a falha e o limite do saber no inconsciente. Há um limite na própria representação, um ponto em que o dizer só pode se desdobrar em uma extensão que é propriamente uma espacialidade. O conhecimento sobre o psiquismo se confronta com esta falha e ela não é apenas ilustrativa do saber, mas sim constitutiva do saber psicanalítico. Se em dado momento os psicanalistas se viram detentores do inconsciente, se tomaram o inconsciente como objeto do saber, pode ser que alguns deles tenham perdido o verdadeiro aspecto criativo do inconsciente: a causa de saber. O inconsciente não seria então objeto do saber, mas a causa do saber (HERZOG, 1999).

É buscando situar os limites da clínica psicanalítica que Lacan faz um retorno a Freud e restitui o sujeito ao seu lugar no saber psicanalítico para depois poder subvertê-lo em matemas. Para tal, o uso de objetos topológicos vai do espelho à fita de Möbius, passando pelo uso da lógica e da matemática para dar uma dizibilidade ao inconsciente que não é propriamente o tomando como objeto-representado. Segundo Rivera (2008), Lacan insiste no fato de que não se trata de metáforas quando ele se refere a figuras topológicas, mas sim de um “uso” destes objetos; seu ensino não estaria então apartado da reflexão sobre a relação do sujeito com o espaço. Segundo Rivera (2008), as reflexões de Lacan abrem o campo psicanalítico para o espaço não representável.

Segundo a autora, o “uso” que Lacan faz da fita de Möbius é fundamental para a transmissão da psicanálise em seus Seminários, pois ele recupera a noção de sujeito desidentificado com o Eu e recoloca na clínica psicanalítica a questão da divisão do sujeito. Igualmente estes objetos topológicos são “usados” para pensar a subversão do sujeito e sua dissolvência no espaço, situando a psicanálise nessa falha do saber, nesse limite da representação, indicando um espaço não representável no psiquismo: “*Ao levar em consideração o espaço, a topologia põe o imaginário pelo avesso, realizando o que o objeto a promete no pensamento lacaniano*” (RIVERA, 2008, p.221).

---

<sup>124</sup> A relevância desta questão é grande, porém, os limites desta tese não nos permitem abordá-la como gostaríamos. A articulação entre Freud, o conceito de pulsão, e Deligny, o conceito de agir, é algo de nosso interesse que deixamos em aberto para trabalhos futuros. Mais do que converter Deligny à psicanálise, trata-se antes de problematizar a psicanálise à luz da crítica deligniana.

#### 5.4 O espaço fechado e o autismo

Tanto a referência à casa, feita por Freud, como também a referência aos nós borromeanos, feita por Lacan, remete a uma subversão da lógica da representação. Na clínica trata-se não mais de representar a subjetividade através do uso de metáforas espaciais, mas de subverter o saber psicanalítico através de um deslocamento que passa pelo espaço fora da representação. No entanto, quando se trata de abordar o sofrimento no autismo, o uso metafórico do espaço se coloca e, desde a primeira investida psicanalítica nessa direção, houve efeitos sobre a clínica e, conseqüentemente, a criação da representação de que o autismo é um sofrimento que se manifesta no ‘fechamento’ ao entorno. As imagens evocadas por alguns psicanalistas são fortaleza, concha, mundo bi-dimensional, buraco negro entre outros; são representações que levaram a uma compreensão empobrecida da singularidade do autismo e o toma como sinônimo de um ser fechado na interioridade.

A história deste fechamento não pode deixar de ser analisada segundo a sua relação da clínica com os hospitais, os hospícios e os asilos médico-pedagógicos, espaços de tratamento fechados que reproduziram este fechamento numa espécie de claustro. As primeiras publicações a respeito do tema “autismo” são da década de 40, o que situa a história deste diagnóstico ao lado da história da psiquiatria. A história do autismo é marcada por dois tipos de fechamento: o arquitetônico-manicomial, próprio das instituições psiquiátricas; e o linguageiro-metafórico, próprio de algumas teses psicanalíticas. Portanto, o autismo enquanto termo é tributário deste duplo fechamento. Isso nos faz compreender que o autismo não é fechado por si mesmo, mas é efeito deste fechamento operado pelos pontos de vista em questão: da psiquiatria e da psicanálise que fecha o autismo fora da linguagem.

Diferentemente, a abordagem transdisciplinar da infância e do autismo visa contrapor o autismo a essas duas abordagens: a subjetividade fechada num espaço interior; o espaço fechado da manicomialização. É certo que hoje as práticas entorno do autismo se atualizam e o hospício não é mais o grande perigo que assola a vida destas crianças. O problema no campo do autismo hoje mostra uma nova prisão, uma prisão feita de linguagem e discursos: trata-se da discursividade DSM e dos perigos de uma história única para o autismo.

Contudo, outras abordagens como a de Deligny e sua relação com Janmari evocam um vetor micropolítico e a possibilidade de criar uma história alternativa para o autismo. Nessa história menor do autismo, o que se encontra é um certo “uso” do espaço como modo de subjetivação, recorrendo ao espaço fora da linguagem para liberar a criança e o autista de representações que são como prisões. Remonta-se aí a possibilidade de um cuidado que passa

pela relação da subjetividade com o espaço – o processo de subjetivação e modos de espacialização. Portanto, é a busca por uma prática libertária que se encontra no primado do espaço. O que está em jogo é uma reversão clínico-política dos modos de concepção da subjetividade e do uso do espaço na clínica.

Muitas abordagens clínicas não se furtaram a lançar mão de representações espaciais que remetem à oposição entre fechado-aberto, interior-exterior. Por outro lado, esta tese aposta no espaço como forma de libertação e mostraremos a seguir o contraste entre estas duas abordagens do autismo: a relação entre espaço e clínica e o uso da representação metafórica para designar o sofrimento autista; e a relação entre espaço e clínica, na inauguração de processos de liberação e novos modos de subjetivação através do espaço.<sup>125</sup>

### **5.5 Do termo ao quadro clínico autismo**

Para traçar a história do autismo e o uso do termo na clínica, é preciso diferenciar o termo “autismo” do “tipo” clínico específico. Como o termo “autismo” levou à formulação de um grupo específico de pessoas? O que é preciso evocar aqui é o perigo de uma história única do autismo, de uma história que parta do discurso e da prática psiquiátrica e somente retorne a ela. Nossa intenção aqui é reconstruir um percurso histórico e remontar as tramas políticas nas quais esse “termo” e esse “tipo” clínico foram descritos.

O leitor pode considerar inusitado o faro dessa discussão retornar aqui no final desta tese, visto que ela recupera e avança parte do capítulo três, em especial a sessão sobre a expansão psiquiátrica. Cabe advertir ao leitor que este último capítulo faz contrapontos à temas discutidos anteriormente e avança repetindo temas que não foram suficientemente elaborados ou que só poderiam ser elaborados a partir das discussões levantadas no capítulo quatro. A seguir veremos proposições a cerca da clínica do autismo, repetindo alguns pontos para poder responder a eles de maneira crítica e criativa.

O termo autismo foi criado por Eugen Bleuler, em 1907, para designar uma característica específica de certas esquizofrenias e os sintomas relacionados à perda do contato com a realidade através do isolamento com o mundo exterior. Segundo Roudinesco & Plon (1998a), o termo deriva do grego *autos* (si mesmo) e foi usado para apontar o ensimesmamento

---

<sup>125</sup> Não é nosso objetivo aqui esgotar as análises que são possíveis neste campo da clínica do autismo, menos ainda discutir a direção do tratamento do autismo ou da clínica do autismo. Ao contrário, queremos tomar o uso destes objetos topológicos como problemáticos, assim como problematizar a clínica do autismo na contemporaneidade. Trata-se então menos de tomar o autismo como problema e mais problematizar as categorias classificatórias do autismo.

psicótico em seu mundo interno, além de apontar para a ausência de contato com o mundo exterior ou o mutismo completo.

O termo foi criado por Bleuler devido a sua recusa em adotar o conceito de “autoerotismo” para designar a atividade observada em pacientes. Autoerotismo é um termo proposto por Havelock Ellis<sup>126</sup> e recuperado por Freud para designar um tipo de comportamento sexual observado na infância. Para Freud (1905/2016), o autoerotismo compõe uma das fases do desenvolvimento da criança, quando ela é capaz de encontrar satisfação com seu próprio corpo, sem recorrer ao outro e a qualquer objeto externo. Constitui uma fase inaugural da evolução da libido e da escolha objetual. Através do autoerotismo a criança passa para as fases sucessivas, do autoerotismo ao narcisismo e à organização das pulsões de autoconservação e das pulsões sexuais, por conseguinte, ao desenvolvimento de fantasmas e fantasias.

O “erotismo” foi suprimindo da terminologia de Bleuler, formando então um segundo termo designado “autismo”. Em 1911, ele publica *Dementia praecox* onde designa o autismo como um dos sintomas da esquizofrenia. Somente em 1944, em Baltimore, nos Estados Unidos, que Léo Kanner utilizaria o termo para designar um tipo clínico específico. Em *Os distúrbios autísticos do contato afetivo*, ele identifica, nas crianças que ele examinou, o traço dominante de um desejo forte pela solidão e a imutabilidade, formulando o que designou como “autismo infantil precoce”. E foi nesse intervalo de aproximadamente quarenta anos que o autismo passou de termo à tipo clínico, formulado como quadro clínico distinto e próximo à esquizofrenia infantil e encarado como uma “afecção psicogênica” caracterizada pela “incapacidade da criança, desde o nascimento, de estabelecer contato com seu meio” (ROUDINESCO & PLON, 1998a, p. 43).

Kanner identificou cinco sinais para designar aquilo que chamou de “psicose autística”: o precoce surgimento de distúrbios nos dois primeiros anos de vida, o isolamento, a necessidade de imobilidade dos objetos no espaço, estereotípias gestuais e distúrbios da linguagem. Os casos analisados pelo autor consistiam em crianças que tardavam a falar ou apenas, quando crescidas, emitiam jargões desprovidos de significado. Coetaneamente, em 1945, Hans Asperger identifica sintomas similares em crianças um pouco maiores que aquelas analisadas por Kanner; ele salienta que nestas crianças a perturbação no contato é mais superficial, podendo ser identificada em crianças inteligentes e com interesse específico, por conta disso elas não aceitam os outros e se concentra em atividades estereotipadas. A solidão é, portanto, o

---

<sup>126</sup> Havelock Ellis foi um médico e escritor inglês, um dos fundadores da sexologia. Correspondeu-se com Freud ao longo de toda sua vida e o próprio Freud adotou a noção de auto-erotismo de Ellis, prestando-lhe homenagem no importante texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905.

denominador comum entre Kanner e Asperger, embora haja algumas diferenças entre as crianças observadas por eles: enquanto o primeiro não ultrapassou a faixa de onze crianças observadas e se deteve em crianças bem pequenas, o segundo observou crianças maiores, na faixa de onze e dezessete anos. Os sintomas relacionados aos distúrbios de linguagem pertenceriam mais às crianças de Kanner, enquanto as crianças de Asperger falam sem se endereçar ao interlocutor e se expressam numa linguagem muito particular. O conceito de Síndrome de Asperger só seria construído como tipo clínico específico em 1981, através da psiquiatra britânica Lorna Wing<sup>127</sup>.

Hans Asperger recentemente teve seu nome envolvido em escândalos ligados ao terceiro Reich, na Alemanha nazista. O médico austríaco teve sua história revelada na investigação dos crimes cometidos por médicos durante o período da Segunda Guerra. Quando a Áustria foi dominada pela Alemanha, Asperger mudou sua orientação, cedendo ao discurso impregnante do nazismo e atualizando a prática permitindo que o higienismo e eugenia penetrasse em sua prática e se aplicasse sobre crianças ditas especiais. Estima-se que o uso de terminologias como ‘psicopatia’, ‘maldade’, ‘crueldade’ – termos clínicos usados na época para evocar um caráter potencialmente perigoso e anormal – tenha justificado a morte de crianças levadas ao campo de concentração.

Segundo Czech (2019), Asperger, embora não fosse membro do partido nazista, permitiu que sua prática se acomodasse à política do Terceiro Reich. Em seu discurso de posse na Universidade de Viena, ele afirma ter sido procurado pela Gestapo por recusar-se a entregar crianças à polícia. Embora a defesa de Asperger se apoie hipótese de que o autor protegia as crianças da higiene racial operada pelo regime nazifascista, essa hipótese não se sustenta em face à evidência histórica: sabe-se que durante o Terceiro Reich, inúmeros médicos realizaram experiências médicas com crianças ditas anormais. Experiências cruéis e mortais eram realizadas em crianças prisioneiras nos campos de concentração, sejam elas anormais ou crianças sãs. As experiências se dividiam em desenvolvimento de novas armas químicas e outras buscavam aprofundar a legitimidade biológica das teorias raciais próprias ao regime nazifascista<sup>128</sup>. Seria preciso analisar com mais detalhes de que forma a ideologia capitalista e

---

<sup>127</sup> Lorna Wing foi uma psiquiatra inglesa pioneira no campo dos transtornos do desenvolvimento infantil e do transtorno do espectro autista. É conhecida por apresentar o tipo clínico síndrome de Asperger, em 1976. Além disso, suas ideias foram responsáveis para desenvolver o conceito de espectro do autismo e divulgá-lo cientificamente.

<sup>128</sup> A mais absurda das experiências foi realizada por Josef Mengele, em 1943, em Auschwitz, que operou em gêmeos, crianças e adultos, a amputação de membros saudáveis, injeção de produtos químicos, tentativas de mudança da cor dos olhos, exposição delas a temperaturas extremas, a privação de sono e a exposição a doenças

nazifascista, o higienismo e a eugenia, penetraram na clínica do autismo e nas práticas médico-pedagógicas. Não sendo esse nosso objetivo, destacamos apenas a possibilidade de que, de alguma forma, o desenvolvimento de tipos clínicos serviu para legitimar a violência e o genocídio contra estas crianças ditas anormais e que, de algum modo, o que Hans Asperger fazia estava em sintonia com a expansão do poder psiquiátrico e o aprimoramento das práticas biopolíticas.

Assim, envolto desde cedo em disputas políticas e conceituais, o autismo – enquanto tipo clínico específico – surgiu envolto de esperança e morte. Enquanto nos Estados Unidos as pesquisas de Kanner aproximava pouco a pouco da inserção deste novo grupo em sistemas de garantia de direitos que seriam, posteriormente, cooptados pelas empresas privadas de prestação de assistência médico-pedagógicas, na Europa a situação era diferente, pois expunha essas crianças ao risco da pena de morte e genocídio. De todo modo, entre estes dois polos da clínica do autismo – da esperança e da morte –, o que se vê é o surgimento de um campo problemático envolto de práticas biopolíticas. Podemos afirmar então que tal clínica é como, afirma Foucault (1999), atualização da fórmula capitalística da biopolítica: na clínica do autismo encontrar-se-ia tanto práticas de fazer viver, como práticas de fazer morrer. O uso dos conceitos pode levar tanto à esperança, à adaptação das formas de viver, a busca por certos tipos de tratamento; como pode levar à exclusão social, ao uso excessivo ou indevido de medicações.

Com a criação do tipo clínico do autismo e a superação do termo autista, nascia pouco a pouco um novo grupo – os autistas – e nascia também uma nova categoria diagnóstica – os diferentes tipos de autismo. Este debate acompanha a mudança no ponto de vista global onde não apenas a psiquiatria e a psicopatologia modificavam-se, como toda a clínica era perspectivada pelas novas demandas e mudanças nos sistemas globais de circulação de informação e garantia de direitos. Desta forma o autismo será rodeado de novas práticas, teorias e técnicas que dizem respeito ao “tratamento do autismo”. Com isso, perde-se de vista o “erotismo” destas crianças ditas autistas, suprimido logo no começo da história deste diagnóstico. Tal erotismo entendemos como a persistência de viver e de se ligar a pessoas e objetos. Como estamos a tratar de crianças que, segundo Deligny (2015a) vivem “na linguagem

---

contagiosas. Embora Asperger e Mengele tenham vivido na mesma época e ocupado o mesmo território, seus papéis eram muito distintos. No entanto, Czech (2019) afirma que Asperger colaborou ativamente com o nazismo ao ceder relatórios contendo análises dos casos de seus pacientes, principalmente o caso de pacientes judeus de Asperger: das 46 crianças examinadas por Asperger na sua enfermaria (em Heilpädagogik e em Spiegelgrund) 6 morreram através da “eutanásia”. As 40 crianças que restaram foram posteriormente transferidas para outras instituições ou tiveram alta. Embora outras instituições estivessem envolvidas na determinação do que aconteceria às crianças, Asperger foi o principal especialista envolvido e seus relatórios e diagnósticos, bem como suas recomendações decisivos no futuro destas crianças.

fissurada”, perdemos de vista o fato dessas crianças se conectarem ao espaço e a coisas fora da linguagem e que há todo um amor pelo mundo que nos é incompreensível – nós, homem-que-somos, que vivemos ancorados na linguagem. Assim, a história do autismo na psiquiatria suprime essas outras maneiras de se conectar com o mundo, erotismo este que está situado em dimensões subjetivas imperceptíveis do ponto de vista da linguagem, mas que por isso não deixam de estar envolvidas no processo de subjetivação do humano. Ao longo da tese buscamos demonstrar como essa conexão com o espaço, os modos de espacialização e a espacialidade da infância e do autismo, são determinantes para os processos de produção de saúde, sendo elas, portanto, atividade vital e erótica do humano.

Como vimos, o problema da globalização levou à confusão de línguas no campo psicopatológico, onde clínicos convergiam e divergiam entorno de referências como Freud e Bleuler, as referências à Kanner e Asperger, entre outros. No entanto, apesar deste problema de ordem discursiva, havia outra questão que se impunha ao campo: a ausência de depoimento dos autistas. Enquanto prática, a clínica é um exercício que se faz, desde sempre, através e a partir do relato do doente em relação ao seu sofrimento que tenta explicar ao seu médico aquilo que sente. No caso do autismo, sobretudo os casos não-verbais, a criança não narra seu sofrimento ao médico – ou ao menos não o faz segundo uma linguagem formal, o que faz com que esse tenha que se ater ao exame por observação. Portanto, nesse início da clínica do autismo, não se parte do depoimento das crianças e sua experiência singular, visto que muitas destas crianças estavam em estado de isolamento afetivo e comunicativo e, por isso, não diziam aos médicos aquilo que sentiam e, do mesmo modo, não se interessavam em confrontar as teorias médicas e psicanalíticas com suas palavras.

Somente na década de 90 que uma narrativa autista sobre o autismo pôde aparecer. Foi através das publicações de Birger Selin que os primeiros livros sobre a experiência autista apareceram e o que aparece é uma divergência entre a narrativa científica e a experiência singular. Em *Une âme prisonnière* (1992) ele afirma que é um equívoco confundir “problemas importantes” com “problemas de raciocínio”<sup>129</sup>. Em *La solitude du déserteur* (1993) ele escreve: “eu quero que nós mesmos tomemos a palavra do jeito que podemos / nosso mundo interior deve vir à tona” (SELIN, 1998, p.19, apud MALEVAL, 2017, p.17).

---

<sup>129</sup> Conferir citação completa na página 37 desta tese.

Além disso autoras autistas como Temple Grandin – cientista e estudiosa do comportamento<sup>130</sup>; Donna Williams, escritora e artista<sup>131</sup>; e o jovem Naoki Higashida<sup>132</sup>; organizaram publicações que constituem então um novo ponto na clínica do autismo: os autistas como sujeitos que se posicionam a partir de seus enunciados e elucidam importantes questões antes incompreendidas pelos clínicos. No entanto, como temos visto, a linguagem é uma forma de domesticação e colonização da subjetividade e é provável que rapidamente o capitalismo integre essa voz em consonância com o discurso neurocientífico e a prática biopolítica. A questão que deve ser recolocada é como fazer que esses enunciados singulares permaneçam afiados e sirvam então para combater as práticas de assujeitamento ao invés de se tornar vozes assujeitadas a certos discursos que somente restituem o poder do capitalismo sobre a vida. Como fazer para que essas vozes sejam então gritos que conjuram a tristeza e a opressão?

Nesse sentido, o campo vem sendo iluminado pelo esforço destes autistas em se dizer desde sua experiência. No entanto, continua sendo questão o fato de alguns destes autores representarem sua experiência e seu sofrimento com termos oriundos do campo psiquiátrico. Segundo Maleval (2017), Temple Grandin refere a si mesma a partir desta nova clínica do autismo – a ideia de espectro do autismo e os diagnósticos formulados a partir do DSM. Grandin incorpora em seus vocabulários formulários médicos e testes psicológicos que foram preenchidos pelos seus pais quando ela era ainda criança<sup>133</sup>. Isso destaca duas questões: (1) a regulação do campo discursivo e das práticas médicas em seu interesse em homogeneizar a experiência em saúde mental; (2) a regulação dos enunciados e a experiência singular do autismo segundo as normas e a linguagem médica.

Sendo assim, a regulação do campo do autismo segundo a discursividade DSM, tem a intenção não apenas de homogeneizar o diagnóstico, como também a experiência daqueles que foram diagnosticados, absorvendo a narrativa singular, a voz autista, num discurso médico sobre autismo. Como restituir o caráter político destas vozes? De que modo se poderia conceber outra verdade não discursiva sobre a experiência com o autismo?

---

<sup>130</sup> Autora dos livros *Thinking in Pictures: Other Reports from My Life with Autism* (1996).

<sup>131</sup> Autora dos livros *Nobody Nowhere: Somebody Somewhere* (1992) e *Like Colour to the Blind: Soul Searching and Soul Finding* (1996).

<sup>132</sup> E escritor de *The Reason I Jump: One Boy's Voice from the Silence of Autism* (1992), traduzido como *O que me faz pular*, material escrito utilizando uma prancha alfabética com ajuda de seus familiares.

<sup>133</sup> “A pontuação obtida situava-a nitidamente no campo do autismo, mas um autismo concebido de maneira extensa, como um espectro – visto que esse teste leva a crer que os autistas de Kanner constituíram apenas 5 a 10% do conjunto dos autistas. Aliás, trabalhos indicando que a Síndrome de Asperger é mais frequente que a de Kanner confirmam que a clínica do autismo não para de ganhar uma extensão crescente” (MALEVAL, 2017, p.68/69).

Exceto as publicações que indicamos acima, o saber clínico sobre o autismo parte da observação clínica e não do relato dos pacientes. Devido à dificuldade de interação entre médico e paciente, em especial nos casos de autistas não verbais, a clínica do autismo se confronta então com um problema ético e epistemológico. Na abordagem transdisciplinar da clínica da infância e do autismo, apostamos na possibilidade de ouvir o silêncio e a recusa à linguagem. Buscamos descarregar a clínica destas verdades científicas e expandir o campo do autismo para além da discursividade DSM. Como vimos, o uso do conceito de “espectro” pela clínica do DSM, vai na direção contrária a esta ética: para eles o termo “espectro” opera o alargamento do diagnóstico para incluir aqueles que estão mais à margem do autismo típico descrito por Kanner, incluindo então aqueles que escapariam ao diagnóstico tradicional.

Por efeito não apenas o diagnóstico inclui os autistas num regime de regulação da maneira de ser, como também incide sobre as instituições e os “especialistas”. Quanto às instituições, o novo tipo clínico, a nova categoria diagnóstica, atualizou o sistema de exclusão, situando o autista como um novo grupo de anormalidade – é a exclusão pela inclusão numa certa maneira de viver diagnosticada. Embora a ideia de espectro penetre no campo e produza um alargamento de sua margem, este diagnóstico desenvolve um novo tipo de exclusão marcado pela insígnia da identidade, das neuroidentidades. Quanto aos especialistas, à institucionalização da cegueira, do fechamento dos poros, da insensibilidade e da produção desta perspectiva enviesada pelo conhecimento técnico e problemático, leva à recusa das teses psicanalíticas e da impossibilidade de ver no espaço um amplo campo de relação e interlocução. Essa insensibilidade e a aderência cega ao diagnóstico DSM, leva à ideia de que o autismo é uma patologia do fechamento. Para a abordagem transdisciplinar, o autismo não-verbal é uma posição de recusa a certo modo de socialização, é denúncia à sociedade e seus modos de colonização da subjetividade. Para nós o autismo é um modo de ser que se situa no mundo a partir do primado do espaço e, portanto, ele é por excelência, uma experiência de abertura.

Como pensar o autismo fora das designações psiquiátricas? Como pensar o autismo segundo aquilo que lhe é singular? Como apostar na recusa e no desvio? Como respeitar a impossibilidade de SE dizer?

## **5.6 Das Representações Espaciais sobre o Autismo**

A história da clínica do autismo no campo psicanalítico encontra recorrentemente o uso metafórico das representações espaciais como maneira de dizer sobre a experiência de sofrimento do autismo. Um dos primeiros casos importantes na clínica psicanalítica do autismo esteve nas mãos de Melanie Klein. Em 1929, o menino Dick, chegou para a autora com quatro

anos de idade, apresentando entre muitos sintomas graves a fala e o intelecto empobrecido. Inicialmente diagnosticado com demência precoce (diagnóstico utilizado na época) que indicava a possibilidade de uma psicose infantil. Klein (1970) conduz a análise sem formular um diagnóstico conclusivo, o que permite a autora apostar na ampliação deste estudo através de outros autores, fato que pode ser compreendido com sua conclusão: “*o conceito de esquizofrenia em particular e de psicose em geral, tais como ocorrem na infância, deveria ser ampliado*” (KLEIN, 1970, p.311)

A impossibilidade de representar, fantasiar e brincar com a realidade foram alguns dos sintomas que levaram a compreensão de que Diks pudesse ser esquizofrênico, mas observa-se também o fato de que essa representação só foi possível visto que, naquela época, não havia ainda o quadro clínico típico de autismo, que apareceu anos depois através de Kanner.

A situação do psicanalista austríaco Bruno Bettelheim é diferente, visto que sua abordagem decorre a partir do tipo clínico formulado por Kanner. Em 1967, Bruno Bettelheim publica o livro *A fortaleza vazia*, subintitulada *O autismo e o nascimento do si-mesmo* (1967/1987) onde aborda o sintoma do isolamento social e emocional da criança autista. Esta foi a primeira obra psicanalítica dedicada especificamente ao tema.

A figura espacial da “fortaleza” evocada por Bettelheim representa o sofrimento da criança autista. Segundo o autor na primeira infância, a criança fora, hipoteticamente, exposta a condições extremas de vulnerabilidade emocional e por isso tenderiam ao fechamento e autossuficiência. Segundo Maleval (2017), a figura do prisioneiro da fortaleza se deve, possivelmente, à experiência de claustro de Bettelheim<sup>134</sup>. Sua publicação levantou novos argumentos que situariam não apenas o diagnóstico de crianças ditas autistas, como também formulou a dinâmica dos sofrimentos e dos sintomas deste quadro. Segundo Bettelheim (1987), as pessoas autistas vivem um intenso trabalho para atenuar a angústia, o mecanismo de defesa autista se expressaria na forma de uma fortaleza e de um prisioneiro.

Como vimos, a publicação foi recebida com críticas, pois entre Kanner e Bettelheim, criou-se uma ideia de que essa vulnerabilidade extrema sentida na primeiríssima infância, viria do descuido ou do desamor de uma mãe supostamente fria. Desta forma, a luta política foi recrutada por este sistema onde a seguridade social é, em grande parte, cooptada pelas iniciativas privadas balizadas pelo paradigma científico. Assim, a recusa à tese psicanalítica e

---

<sup>134</sup> Prisioneiro no campo de concentração em Dachau e Buchenwald, em 1938, ele foi libertado um ano depois após a intervenção de Eleonora Roosevelt e expatriado para os Estados Unidos. Lá ele dirigiu a Escola Ortogênica de Chicago através da terapia comunitária onde se propôs a trabalhar conceitos psicanalíticos e realizou o acompanhamento de crianças ditas “problemáticas”.

a psicodinâmica do autismo levou o movimento de luta pelo direito na direção de uma busca pela psicologia comportamental que anda de mãos dadas com os planos de saúde e a educação privada. No Brasil, é preciso atrair a luta política pela garantia do direito da pessoa autista, para o debate com o Sistema Único de Saúde (SUS) e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS): é preciso afirmar que o programa brasileiro tem condições de garantir e assegurar o direito desta população, assim como tem muito a contribuir e a se desenvolver segundo premissas éticas criadas territorialmente. Portanto, não é nem a adesão cega à psicanálise, nem a importação do sistema americano, que garantirá o cuidado com o autismo no Brasil. O que nos permitirá descolonizar a clínica e a educação é a criação de ferramentas locais que partam da experiência territorial e de um senso de coletividade mais amplo.

A representação do autismo como um fechamento seguiu adiante e com fácil aceitação entre psicanalistas, levando a crer que o autismo é um fechamento do sujeito na interioridade psíquica. Essa ideia pode ser desdobrada numa pesquisa mais aprofundada sobre o dinamismo psíquico e os relatos de “uma alma prisioneira”, de Sellin. Trata-se mesmo de um fechamento? A que corresponde esse fechamento? É importante desdobrar essa mesma questão do “fechamento” sobre a história dos espaços fechados da clínica. De que modo o fechamento do autismo ressoaria as instituições hospitalares onde o termo autismo foi cunhado? De que modo essa sensação de fechamento remete ao modo como organizamos a compreensão do espaço, como sendo oposto dentro e fora?

Partimos então na busca de uma nova topologia onde o autista está paradoxalmente dentro-fora e é justamente isso que tentamos mostrar com o conceito de “espacialidade do autismo” ou “topologia dinâmica”. O fora sendo positivo, não sinônimo de prisioneiro, mas coeficiente de forças que são potencialmente libertadoras. É preciso restituir a vacância da linguagem, o espaço fora da linguagem como uma dimensão humana. A linguagem é insuficiente para ‘abarcá-la’ toda a experiência humana e, sobretudo, é preciso distinguir minimamente o que é um enunciado singular e o que é um discurso oriundo do campo científico e psiquiátrico.

De que modo as representações que temos hoje, ao invés de reforçar a diferença singular do autismo em relação à sociedade, prioriza antes um discurso de adaptação à sociedade? Ao invés de adaptar os autistas à sociedade, temos que transversalizar sua posição de recusa situando uma crítica ao modelo universal do humano. Questionar, portanto, as representações da psiquiatria, é oportunidade para construir uma nova história do autismo no ocidente, ainda que essa “narrativa” não seja expressa pela via da linguagem, mas por diferentes modos de

especialização. O que tentamos formular ao longo desta tese é que a cartografia de Cevennes e a singularidade do menino Janmari, são um novo ponto nessa história. Neste caso a ideia de narrativa deveria ser substituída pelo conceito de espacialidade: de que modo os autistas nos dizem, a partir de seu silêncio e através de seus trajetos, algo sobre o humano?

Dando continuidade ao estudo das representações do autismo segundo metáforas espaciais, em 1964, Virginia Axline<sup>135</sup> (1982) publica o caso de Dibs – criança que ela cogita ser autista devido ao seu recolhimento que toma forma de uma “concha”. A autora aborda a história deste menino que apresenta dificuldades emocionais e comportamentais. Seu trabalho se desenvolveu numa abordagem humanista baseada nas ideias do psicólogo Carl Rogers. A abordagem designada não-diretiva enfatiza a criação de um ambiente seguro, apoio onde a criança possa “se expressar” livremente, permitindo que ela desenvolva uma compreensão de si e encontre maneiras de lidar com suas angústias. A abordagem psicológica de Axline (1982) explora o sentimento, medo e trauma, tomando como foco principal a “expressão emocional” e a compreensão dos próprios sentimentos. A autora destaca ainda a importância de um “ambiente seguro” e do relacionamento de confiança entre terapeuta e paciente, elementos que reforçam a capacidade do indivíduo crescer e se transformar a partir do apoio adequado.

Em 1975, Donald Meltzer<sup>136</sup> pensa o autismo segundo uma identificação com a superfície de modo que a criança não teria o “espaço interno” da profundidade. A subjetividade autista funcionaria na “bidimensionalidade”<sup>137</sup>. Meltzer (1975) criou o conceito de “desmantelamento”, usado como forma de descrever a maneira como estas crianças percebem o mundo. Neste estado, cada objeto é percebido em relação a um todo integrado, situando o autismo na experiência primordial com o espaço.

O autismo seria então uma estrutura mental “sem vida mental”, isto é, com ausência de mentalização, sem profundidade do pensamento e da memória, tendo sua vida desdobrada numa superfície bidimensional. Isso faz com que a criança tenha dificuldade em representar os objetos, percebê-los como todo isolado da parte; estes teriam seus contornos dissolvidos no espaço, onde coisa e espaço não se distinguem. A criança apreenderia então os objetos não

---

<sup>135</sup> Virginia Axline, psicoterapeuta americana conhecida pela abordagem não-diretiva e pelo livro "Dibs: Em Busca de Si Mesmo" que descreve um caso terapia com uma criança chamada Dibs.

<sup>136</sup> Meltzer (1975) ficou conhecido por suas contribuições na análise de crianças autistas, entre 1965 e 1974 reuniu um grupo de investigações psicanalíticas sobre o autismo. O livro *Explorations in Autism* é o resultado do esforço psicanalítico em enfatizar a importância da comunicação não-verbal nos casos de autismo.

<sup>137</sup> “A relação de objeto do autista, bidimensional, iria se estabelecer num mundo sem profundidade: seria uma relação de superfície com superfície, de colagem com um objeto não sentido como tendo um interior; ao passo que suas identificações adesivas resultariam da bidimensionalidade: o self se identificaria ao objeto com toda a superfície e – não mais que o objeto – ele não teria espaço interno, o que impediria a comunicação psíquica necessária ao desenvolvimento do pensamento” (MALEVAL, 2017, p.54)

através de sua forma e significado, mas de sua textura, sua cor ou cheiro, de modo que se perderia em sensações e pode ter sensação de ser invadido por um cheiro, um olhar, um toque. O objeto seria então sentido e não significado e a atenção da criança estaria dirigida não para o objeto em si, mas para suas características visuais, olfativas e auditivas.

O psiquismo “desmantelado” (*dismantling*) se constituiria como indissociação entre ego-id-superego, fazendo com que a criança seja incapaz de separar acontecimentos do corpo materno de seus próprios acontecimentos corporais (MELTZER, 1975, p. 19). Igualmente, esse desmantelamento incorreria na percepção de que os acontecimentos espaciais são também acontecimentos corporais. Segundo o autor, o desmantelamento suspenderia o reconhecimento temporal do objeto em prol de uma presença excessiva da dimensão espacial do objeto. Desta forma, o “acontecimento” seria sentido pela criança como indistinto – espaço e corpo emaranhados.

Segundo Tafuri e Safra (2008), na concepção de Meltzer, tal desmantelamento levaria à dificuldade de mentalização, onde a percepção do todo seria mais determinante do que a percepção de si; onde o espaço seria predominante ao tempo. Desta forma, compreendemos que esse desmantelamento do self seria substituído por uma relação espacial com os elementos afetivos e sensoriais, pulsionais e espaciais. O psiquismo se espacializaria no ambiente e toda uma gama de elementos espaciais passam a compor o corpo da criança.

Para Meltzer (1975) a direção do tratamento exige do analista a disponibilidade em manejar o tratamento através de uma transferência que passe pelo próprio corpo do analista. Isso é observado também nos casos de psicanálise relatados por Lefort (1984), embora a transferência e a contratransferência ganhem direções diferentes para cada um destes autores. Nesse sentido, é possível cunhar um trabalho analítico – psicanalítico e esquizoanalítico – com crianças autistas e até mesmo na clínica com bebês<sup>138</sup>, que toma o espaço como elemento importante do trabalho clínico. Nessa ampliação da clínica, torna-se fundamental construir essa disponibilidade do analista em tomar seu corpo como ferramenta: está em jogo tanto as interpretações e construções clássicas da clínica psicanalítica, como também o uso de elementos corporais como a voz (elemento sonoro), o corpo (como contingente espacial) e a presença (como elemento do entorno).

Neste caso o espaço incluiria não somente o corpo do analista, mas toda uma gama de outras espacialidades e elementos dispersos no entorno. Seria preciso incluir não só o contato

---

<sup>138</sup> A clínica com bebês é uma iniciativa importante que transcorre entre a Europa e o Brasil, em especial, pelo trabalho do Instituto Langage. Entre os autores importantes e pioneiras nesse litoral está Erica Parlato Oliveira, Maria Cristina Lasnik entre outras.

físico pelo toque, o olhar, o cheiro do analista, mas o toque, o brilho da luz, o cheiro do outono ou da primavera, dos livros do analista em seu consultório, dos sons no entorno deste *setting*, formando então uma espacialização da clínica que possui não só o contorno feito pelo corpo do analista, mas também o entorno repleto da multiplicidade do espaço. Com isso, observa-se a importância do não-verbal na análise da criança e no processo de subjetivação. A voz do analista soa não somente como palavra, mas como som que não só comunica, como também provoca sensações acústicas<sup>139</sup>. A voz torna-se então mais um elemento espacial-sensorial a ser incorporado na clínica<sup>140</sup>.

Guardadas as diferenças entre essas duas abordagens, a psicanálise se ancora no uso da interpretação verbal e na cura pela palavra onde a saída do autismo passa pela enunciação de um sujeito e sua relação de objeto<sup>141</sup>. A linguagem é indispensável ao trabalho do analista, de modo que o convite ao autista “falar” ou “se dizer” é condição da superação do estado patológico e da superação das defesas obsessivas que protegem da ameaça da separação. Para Meltzer (1975) o autismo possui um componente obsessivo acentuado diante desta extrema vulnerabilidade emocional; se alia à posse de objetos obsessivamente, principalmente aqueles que são para ele representativo do seio materno. A etiologia criada pelo autor valoriza os sintomas obsessivos-compulsivos do autismo em detrimento de aspectos sensoriais, espaciais e ambientais.

Por outro lado, a abordagem transdisciplinar da clínica do autismo, que tem como referência a experiência de Cevennes, aponta que estes objetos autísticos são criados na relação com o espaço e não se deve criar uma discursividade sobre eles, mas mantê-los no estado de

---

<sup>139</sup> Essa questão foi discutida por Lacan. A respeito do significante, o psicanalista indica sua composição por um signo, um significado e uma sonoridade acústica da palavra. Uma palavra é composta não apenas daquilo que ela diz, mas também de um som. Nesse sentido, seria preciso aprofundar o estudo do significante e o coeficiente espacial e acústico da voz, o que nos exigiria uma pesquisa específica sobre a acústica e a musicalidade da linguagem no trabalho com os autismos.

<sup>140</sup> Atualmente entre as pulsões estudadas pela escola francesa de psicanálise, muito já se discute a respeito de outras pulsões que não apenas aquelas indicadas por Freud (oral e anal) e Lacan (escópia, invocante). Portanto, entre as modalidades de relação do sujeito com o sexo, mas também com o mundo (as coisas, os objetos, as práticas e os usos) formula-se já a ideia de pulsão tátil que tem como referências primária os estudos de Anzieu (1989) em sua obra *Eu-pele*.

<sup>141</sup> O objeto autístico é tema importante na clínica psicanalítica, pois indica o uso de elementos espaciais (bola, argila, brinquedo ou pedaços de coisas fora do uso) para neutralizar a ameaçadora sensação de desmantelamento do self. Tais objetos não constituem uma fantasia, pois eles são pobres de simbolismo; são usados de maneira repetitiva e dotados de sensualidade que enlaça o sujeito ao seu corpo através de costume e sensações obtidas com estes objetos que passam a integrar seu corpo. Tal tema pode ser rastreado nas pesquisas de Tustin, mas é sobretudo na abordagem introdutória de Maleval (2017) e Laurent (2014) que essa questão pode ser abordada. Não discutiremos esse tema, visto que há interesse de ampliar essa discussão situando a importância do pré-verbal e do impessoal na constituição dos objetos. Nossa abordagem iria então na direção da conjunção entre arte e clínica, aproximando esses objetos criados pelos autistas dos objetos criados pelos artistas, tal como Lygia Clark fez com os objetos relacionais.

arte. Os objetos se criam, mais do que apenas são criados intencionalmente – há uma certa inclinação da coisa ao gesto e do gesto à coisa criada e, por conta disso, essa operação não corresponde à substituição de um objeto simbolicamente perdido. Se observamos as fotos do Caderno de imagens, de *L'île d'em bas*, verão de 1969, veremos que os autistas presentes diante de certos objetos e, mais do que criá-los e moldá-los à sua subjetividade, estes objetos referenciam gestos, linhas costumeiras e linhas de errância que são sem finalidade. Desta maneira, a atividade criativa dos autistas em relação aos objetos encontrados nesta fotografia, consiste em atividade pré-objetal, isto é, manipulação de elementos espaciais sem que eles constituam necessariamente objetos autísticos. Esse uso é anterior à constituição de objetos e permanecem por isso, fora do uso simbólico, fora do sentido, e variam de um objeto a outro sendo sua forma, na maioria dos casos, a água, o barro, coisas fora do uso.

A psicanálise, diferentemente, caminharia para um uso metafórico e lógico do espaço, observando o espaço no desenvolvimento da vida psíquica. A abordagem transdisciplinar, de maneira similar, apontaria para o espaço como elemento da subjetivação, mas conduziria o trabalho pela via de um manejo fora da linguagem, investindo no espaço como suporte da sua crítica e como superfície para inauguração de novas subjetivações. Conjugando essas diferenças, torna-se possível formular uma clínica do espaço cuja abordagem topológica permite pensar o espaço como elemento dinâmico sobre o qual a vida psíquica se dobra e se desdobra, constituindo-se pelo espaço e se desmantelando nele. Assim o desmantelamento não seria negativo, patológico, mas efeito de um novo modo de existência. O espaço não seria o ambiente empobrecido, mas sim um espaço potencial rico em afetos que convidam o sujeito a estar no mundo, nas relações de objeto e, sobretudo, nos modos de espacialização da subjetividade.

A partir disso poderíamos defender que o autista não está fechado, mas funciona de outro modo – aberto corporal e psiquicamente ao plano não representacional, ao fora da linguagem.

## **5.7 O buraco negro**

Posteriormente, em 1977, Frances Tustin, publica *Les états autistiques chez l'enfant* (1982), estudo importante sobre a psicodinâmica do autismo e que lança mão de um importante objeto topológico. A autora considera que a criança autista estaria fechada numa capsula protetora, num tipo de interioridade onde o autista viveria concentrado sob suas sensações autogeradas. Essa cápsula teria a forma de um “buraco negro” gerado pela sensação de perda ou ameaça da perda do seio materno, a angústia sentida tão duramente que causaria sensação de mutilação ou aniquilamento.

Tustin (2017) levou adiante a ideia de que a criança autista estaria fechada em um tipo de interior. Para ela a criança estaria presa a um buraco negro e, por conseguinte, a figura espacial da interioridade e do claustro dominava o campo das representações do sofrimento no autismo. A autora afirma que a subjetivação autista é construída a partir da dificuldade de representar um sofrimento muito doloroso. Para ela o autismo seria um mecanismo de defesa contra angústia que foi sentida muito precocemente, antes mesmo de haver a possibilidade de simbolizar a perda: *“Nos casos que estudei, o autismo protege contra os danos causados numa criança vulnerável por uma conscientização precoce do estado de separação que resultada numa perda ilusória da mãe que foi experimentada como parte de seu corpo”* (TUSTIN, 2017, p.111).

Para Tustin (2017) o bebê em risco de autismo é parte do corpo da mãe, ele não sente a “si mesmo”, mas é parte do outro. A autora, que se formou como psicanalista na esteira da corrente kleiniana, elege o buraco como objeto topológico. Em sua teoria sobre a gênese do autismo, localiza o traumatismo oral precoce durante as experiências de amamentação. A separação sentida conscientemente e muito precocemente, ocasionaria na criança uma angústia primordial, visto que o par seio-boca ainda é sentido univocamente. Em seguida a criança sentiria a ameaça da perda do objeto da satisfação oral antes de ser capaz de simbolizar o objeto à parte de seu corpo. Por efeito, a sensação de catástrofe e mutilação toma o lugar do objeto oral e no lugar da boca se encontraria a angústia diante do irrepresentável. A criança autista, tomando consciência da ameaça desta perda antes mesmo de ser capaz de representar, vive a compreensão e a ameaça permanente e tem a impressão de que a ligação mãe-bebê/seio-boca está ameaçada. No lugar da boca e do seio se abriria um buraco negro povoado de objetos persecutórios.

Tustin (2017) afirma ter entendido essa experiência a partir dos casos de autismo onde sentia estar lidando não com uma criança de três anos, mas com “um bebê aterrorizado” com a possibilidade de “cair num abismo” (TUSTIN, 2017, p.96).

o autismo é uma reação protetora que se desenvolve para lidar com o estresse associado à ruptura traumática de um estado anormal perpetuado de unidade adesiva com a mãe – sendo o autismo uma reação que é específica do trauma. É uma doença de dois estágios. Primeiro, há uma perpetuação da unidade dual e depois a ruptura traumática disso e o estresse que ela desperta (TUSTIN, 2017, p.98)

O buraco negro da relação mãe-bebê ocasionaria no desenvolvimento do autismo como uma “cápsula protetora” no interior da qual toda sua vitalidade está concentrada em sensações autogeradas e funcionam como defesa primitiva da vida psíquica. Laurent (2014) indica a

possibilidade de alguns casos desenvolverem sintomas secundários como a inibição do desenvolvimento ou regressão primitiva, além da falta de contato, de comunicação e mentalização já prevista por Meltzer (1975).

Ao referir-se ao buraco negro, a autora mostra como a posição depressiva primitiva está intimamente ligada ao corpo materno e refere-se à obra *Mother and Child: Block Seat*, de Henry Moore, para mostrar como em alguns casos a mãe situa a criança para preencher o buraco da solidão e da depressão materna como tentativa de reestabelecer a separação mãe-bebê ligando-os firmemente entre si numa relação dolorosa constantemente ameaçada pela separação traumática. Segundo Tustin (2017):

O seio esquerdo não enfaixado da mãe tem um buraco negro onde deveria estar o mamilo. A criança, embora sentada em seu colo, é impedida de tocar aqui pelas faixas que cobrem seu corpo. Em vez de boca apresenta uma saliência semelhante a uma cortiça. Esta saliência bloquearia o fluxo de leite do seio, em vez de ser um meio de sugá-lo<sup>142</sup>. (TUSTIN, 1992, p.16., apud, OVERTON, 2015, s/p)

Nesse sentido, a perda e a separação não possuem correspondente no simbólico, sendo então um buraco sem representação verbal causador de sensações persecutórias:

Eles não têm [representação verbal]. Eles sentem que é doloroso demais. E o autismo é um amortecimento da experiência. É um *blackout* da experiência. É evitar a dor. O autismo serve para evitar a dor. Eles usam objetos autistas para evitar a dor e usam sensações autistas para amortecer a dor. O importante sobre todas as nossas ideias é que a sensação é o começo, as sensações são o começo. Você sabe que Freud chamou isso de ego corporal. Eu alteraria um pouco e chamaria de ego das sensações. Eles são a forma primitiva do eu mental. É importante perceber isso para entender o autismo, porque aí dominam as sensações de separação. Quando têm a sensação de que estão separados da mãe é extremamente doloroso. (TUSTIN, 2017, p.117)

Tustin (2017) designa o buraco como sendo a “depressão primitiva” efeito do “traumatismo oral precoce”. O buraco negro seria propriamente essa ausência de representação que gravitacionalmente atrai e não deixa nada escapar. A autora cita o estudo sobre a “depressão primitiva” de Isca Wittenberg<sup>143</sup> e indica que a ideia de buraco negro lhe veio através das sessões de psicanálise com crianças autistas. Isso nos leva a entender um certo esforço das crianças em “dizer” algo sobre esse ponto não representável. Tustin (2017) demonstra como

---

<sup>142</sup> “The mother’s unswathed left breast has a black hole where the nipple should have been. The infant, although sitting on her lap, is cut off from touching here by the swathes which cover its body. Instead of a mouth it has a cork-like protrusion. This protrusion would block the flow of milk from the breast instead of being a means of sucking at it.” (TUSTIN, 1992, p.16.)

<sup>143</sup> Isca Salzberger-Wittenberg foi uma psicanalista alemã erradicada na Inglaterra após fugir do holocausto na Alemanha. Foi responsável pela Clínica Tavistock, instituição britânica que se dedica ao cuidado em saúde mental na relação com questões sociais como gênero e sexualidade.

Evan, uma criança autista muda que estava sendo ajudada a se comunicar com palavras através da “comunicação facilitada”, apontou para algumas letras formando o seguinte poema:

Buraco negro  
Sozinho em mim  
Amedrontando rasgando esticando  
Por favor me deixe ficar livre do seu aperto  
Morrer  
(BIKLEN, 1991, s/p, apud TUSTIN, 2017, p.97)

Nas palavras de Evan é compreensível o estado depressivo implícito na experiência, o buraco negro como aprofundamento do sofrimento depressivo no interior de uma representação. Uma das sensações sentidas na experiência do buraco negro seria a sensação de cair num buraco sem fim, sensação de perda do chão ou de ausência de contenção ou continente. A sensação de queda, por exemplo, é relatada por analisandos que não são autistas ou psicóticos: eles descrevem a sensação de um cair sem fim e contam que antes de pegarem no sono essa experiência eventualmente ocorre quando estão entre o sono e a vigília, entre o sonho e a realidade. Outros analisandos relatam pesadelos onde sentem que irão cair e que a única solução é um súbito despertar que os salvam da queda sem fim. Essa sensação é interpretada pelos analisandos como uma lembrança encobridora ou como ilusão de que, hipoteticamente, numa idade muito tenra, eles teriam caído ou quase caído do colo de suas mães. Esse cair sem fim seria interrompido antes do impacto com o chão, fato que é indicado com o súbito despertar do sonhador.

Tustin (2017) indica a possibilidade desses buracos aparecerem não apenas nos casos de autismo, mas também nas depressões. Sendo assim, deduzimos que a sensação do buraco negro diria respeito não apenas aos autistas, mas sim aos seres humanos. Estes fenômenos seriam mecanismo de defesa, uma experiência de proteção do psiquismo frente à ameaça de dissolução ou queda num espaço não-representacional. Portanto, esse fenômeno indica o aparecimento do espaço fora da representação no psiquismo.

Lendo Tustin (2017) e Meltzer (1975) não podemos dizer que suas teorias a respeito do espaço e sua relação com o autismo sejam apenas metáforas. O conceito de desmantelamento e de buraco negro, reforçam a ideia de prisão sensorial e prisão psíquica. No entanto, ambas permitem pensar o psiquismo como sendo extensível, como se pudéssemos tocar o espaço fora da linguagem através destas sensações.

Contudo, as duas abordagens que destacamos tomariam o espaço como sendo representável e, por isso, o manejo do tratamento iria pela via da linguagem e da constituição de objetos representacionais. A abordagem transdisciplinar, em específico o trabalho da

cartografia de Cevennes, explorariam este ponto não representativo com toda delicadeza que isso exige: trata-se então de circular nesse ponto fora da representação; fazer do trajeto em torno deste ponto fora da linguagem um contorno sensível e poético para a ferida do ser. Dizer que o autismo não é uma condição patológica é uma afirmação difícil de sustentar, pois essa afirmação suprimiria o sofrimento implícito nessa posição. Por isso preferimos dizer que não pretendemos reduzir o autismo ao problema diagnóstico, sobretudo quando este toma o autismo como um interlocutor da clínica e da arte na produção de espaços abertos em contrastes à espaços fechados. Por isso mesmo é importante pensar espaços de acolhimento que acolham essa singularidade a partir deste ponto não representável da subjetividade, deste ponto fora da linguagem. Em se tratando da abordagem transdisciplinar, é preciso propor espaços que sejam tecidos pelas normas destas crianças, normas locais, geográficas, traçadas territorialmente pelos pés e mãos de meninos como Janmari e tantos outros autistas.

Assim a arte de manejo do espaço na cartografia ganha então um caráter estético: a função ontogenética que faz do agir um gesto sem finalidade, a arte de não representar e ainda assim produzir e acessar novas superfícies. A cartografia da subjetividade fora da linguagem é um instrumento para habitar as fissuras do humano e as fissuras do mundo.



Henry Moore. Mãe e filho: assento em bloco 1983–4  
© Fundação Henry Moore. Todos os direitos reservados.<sup>144</sup>

---

<sup>144</sup> Disponível em: OVERTON (2015) *'I tried to push him down the stairs!': John Berger and Henry Moore in Parallel.*

## 5.8 O Fora da Linguagem

Embora Tustin (2017) recorra à ideia de buraco negro da depressão, não podemos dizer que para ela os autistas estão fechados em si mesmo, mas sim vivem uma queda sem fim cuja elaboração de um mecanismo de defesa leva à construção de uma capsula protetora. No entanto, se considerarmos as pesquisas contemporâneas a respeito do buraco negro, observaremos que o que está em jogo neste objeto topológico é a relação com o não representável, com aquele ponto singular onde não há representação.

Atualmente os buracos negros (*dark hole*) são objetos cósmicos de grande interesse da ciência, fato que gerou a descoberta de que no centro da Via Láctea há um buraco negro adormecido<sup>145</sup>. Em 2022, revelou-se o buraco negro (*Sagittarius A\**) que residia no centro da Via Láctea, localizado entre a constelação de Escorpião e Sagitário, o “nosso” buraco negro. A imagem produzida contou com a tecnologia de oito telescópios terrestres e a imagem produzida gerou a representação de uma figura embaçada e pouco nítida<sup>146</sup>. Essa característica se deve ao fato desta imagem ter sido feita através de instrumentos de espectrografia das ondas de calor e radiação emitidas pela matéria em chamas ao redor do buraco – local chamado de horizonte de eventos (*event horizon*), região exterior ao centro escuro – pois a superfície desses objetos não pode ser vista.

Devido ao seu aspecto obscuro, só se pode vê-lo indiretamente, somente podemos “perceber” os efeitos de sua presença alterando o campo gravitacional no entorno. Além disso a luz que chega para nós partiu a muitos anos-luz daquele local – estimasse que tenha percorrido cerca de 26 mil anos-luz de distância em relação a Terra, o que significa que aprendemos uma luz que partiu de lá o período em que a Terra estava ainda na Era Glacial. Os buracos negros situam então da importância de algo primitivo, ponto obscuro no centro da galáxia que habitamos; trata-se então de um fantasma cósmico que só pode ser visto, só pode ter sua imagem refletida através da análise do espectro de suas ondas de calor emitidas no disco de acreção (*accretion disk*). Ele não possui imagem senão a escuridão, um grande anel de fogo rodeando um buraco, um abismo no céu.

---

<sup>145</sup> Os cientistas envolvidos nesta descoberta foram Reinhard Genzel e Andrea Ghez, que receberam juntos, em 2020, o Prêmio Nobel de Física por seus trabalhos independentes na observação das órbitas das estrelas próximas ao centro da Via Láctea. Posteriormente confirmaram a existência de Sgr A\* como buraco negro supermassivo com uma massa estimada de cerca de 4 milhões de vezes a massa do Sol.

<sup>146</sup> Essa não é a primeira fotografia de buracos negros, em 2019 foi divulgada a imagem do M87\* localizado no centro da galáxia Messier 87, na constelação de Virgem. Está a 53.490.000 anos-luz da Terra e possui a massa de bilhões de vezes a massa solar.

Segundo Sagan (1985) o buraco negro é como o “gato de Alice” que desaparece no espaço deixando suas marcas e despertando interesse dos pesquisadores em suas complexas e intrigantes estruturas<sup>147</sup>. Ainda não há uma resposta definitiva sobre sua origem ou o que há “dentro” desses buracos, sabe-se desde já que aquilo que está dentro dele está “fora” da capacidade humana de representar; sabe-se também que são constituídos a partir do colapso de uma estrela (de determinada massa) que após queimar toda sua massa, implode e comprime tudo que restou numa quantidade astronômica tão absurda que a massa que restou fica condensada em um único ponto onde a densidade é infinita<sup>148</sup>. É segundo a Teoria da Relatividade Geral, de Albert Einstein, que o buraco negro pode ser pensado como uma região do espaço-tempo em que a gravidade é tão forte que nada, nem mesmo a luz, pode escapar dela. O buraco negro é compressão e tudo que passa ao redor dele é atraído e gira na velocidade da luz, formando um halo entorno deste ponto obscuro que no centro não se sabe o que há<sup>149</sup>. Especialistas afirmam que o que há dentro deles é uma singularidade absoluta, algo que a ciência não consegue ainda explicar visto que nas Lei da física terrestre não há nada parecido, visto que a ciência atual não consegue representar esse ponto no espaço.

O buraco negro é paradoxal: é não representável, sua presença só pode ser inferida por meio da interação com outros corpos que passam entorno do seu campo gravitacional, alterando o trajeto de uma estrela ou objeto cósmico. Curioso é que, mesmo sendo chamado de obscuro, a fusão nuclear gerada em seu disco de acreção produz uma intensa energia cujo brilho ilumina mais que milhes de estrelas como o Sol. Diante dele estamos no espaço-tempo sem referência, onde a ordem do passado-futuro é relativa, assim como a representação interior e exterior, acima e abaixo. Trata-se então de objetos cósmicos que oferecem problemas topológicos e que, por isso, não se enquadram na lógica da representativa: a lógica tridimensional (altura, largura e

---

<sup>147</sup> “Quando a gravidade é muito alta, nada, nem mesmo a luz, pode emergir. Este local é chamado buraco negro. Enigmáticamente indiferente às suas vizinhanças, é um tipo de gato listrado cósmico. Quando a densidade e a gravidade se tornam suficientemente altas, o buraco negro vacila e desaparece do nosso universo. Por isto é chamado de buraco negro — nenhuma luz consegue escapar dele. A luz é aprisionada nele e tudo que brilha é apanhado. Mesmo sendo invisível em seu lado exterior, sua presença gravitacional é palpável. Se em uma viagem interestelar não houver atenção, poderemos nos descobrir apanhados irrevogavelmente, nossos corpos estirados em uma linha longa e fina. A matéria adicionada em um disco em torno do buraco negro poderá ser uma lembrança merecedora de crédito, no caso improvável de sobrevivermos à viagem” (SAGAN, 1985, p.240/241)

<sup>148</sup> “Quando a gravidade se aproxima de 1 bilhão g, acontecerá algo ainda mais estranho. O fecho de luz, que até então apontava diretamente para o céu, começa a inclinar. Sob acelerações gravitacionais extremamente fortes até a luz é afetada. Se aumentarmos ainda mais a gravidade, a luz é empurrada de volta para o chão. O gato listrado cósmico desapareceu, permanecendo somente seu riso sardônico” (SAGAN, 1985, p.240).

<sup>149</sup> “O que acontece dentro do horizonte não é conhecido e depende substancialmente da descrição da teoria que utilizamos. De fato, não temos dados observacionais sobre o que acontece dentro de um buraco negro. Se aplicarmos a teoria da relatividade geral até às últimas consequências, concluímos que o colapso gravitacional que produz os buracos negros condensa toda a matéria do remanescente em um único ponto produzindo uma singularidade no espaço-tempo” (FALCIANO, 2023, p. 7)

profundidade) é insuficiente para compreendê-los, assim como a visão cronológica (passado e futuro). O que está em jogo nos estudos contemporâneos sobre os buracos negros é a possibilidade de pensar um espaço que seja inumano e, portanto, absolutamente fora de tudo que é humano (da linguagem, da biologia, da física terrestre).

Lacerda (2022) afirma que pesquisar e produzir imagens de buracos negros é como fotografar o passado na dimensão cronológica do tempo. Talvez, por outro lado, possa se afirmar que os buracos negros são como uma fotografia de *aion*, o tempo-espaço sem medida, a ruptura na linha histórica dos saberes e a suspeição da razão constituinte dos saberes ocidentais. Diante dos buracos negros estamos frente ao furo do saber e da impossibilidade de representar. Mesmo que um dia o homem possa decodificar o que há nessa singularidade obscura, há ainda pontos no espaço que não possuem representação, como a matéria e a energia escura (*dark energy*).

O caráter não representativo da realidade do buraco negro é algo que nos leva a recolocar a hipótese de que não há propriamente uma “lógica” representativa do espaço, o que há é uma “dinâmica” do espaço que, no caso do humano, é sempre afetiva e pulsional e pré-verbal. A relação do humano com o espaço está situada no campo das sensações pré-verbais e na relação sensorial e tropística. Posteriormente, com o desenvolvimento humano e os efeitos da colonização simbólica, a sensação culminaria em representação e a sensibilidade ao espaço não necessariamente acompanharia esse desenvolvimento (crono)lógico. Acontece que essa relação com o espaço persiste como não representável e por isso mesmo, por ser potencialmente mais carregado de afetos e forças, ele atravessa a vida humana a despeito das representações e limites instituídos.

O caráter não representativo do buraco negro nos leva a partir da premissa de que o fora da linguagem tem primado. Com a descoberta de que no centro da Via Láctea existe um buraco negro, podemos situar os buracos negros como ponto de organização e equilíbrio do cosmo. O buraco negro é o ponto obscuro que, devido sua enorme gravidade, equilibra os corpos ao redor de modo que eles planem no em torno deste caos, fazendo do buraco negro o ponto de equilíbrio metaestável da Via Láctea. Paradoxalmente ele é a morte a vida simultaneamente. Desta forma, nessa relação entre o buraco negro do saber e a vacância da linguagem, poderíamos postular que o espaço fora da linguagem é o ponto onde o mundo se espacializa e se distribui – devir do espaço, devir do humano – de modo que os infinitivos planar, orbitar, referenciar, girar, habitar são todos acessos a esse espaço vago e fora da representação

## 5.9 Subjetividade não-binária

A partir destes dados, temos que subverter a lógica binária que opõe aberto/fechado, interior/exterior, adaptado/inadaptado, normal/anormal. Como vimos, o uso metafórico do espaço na clínica psicanalítica incorre no perigo de reforçar identidades e modelos subjetivos que encurtam as margens e as bordas por onde a vida escapa. O encurtamento da margem fixa a subjetividade num binarismo de oposição que, por efeito, reafirmam lógicas excludentes. Não apenas isso, essa máquina binária produz um pensamento sobre o autismo que impossibilita a emergência de devires e modos de singularização totalmente novos, como também impossibilita a compreensão do autismo como sendo um modo de existência à margem (ou fora) da linguagem.

Como se faz para sair do buraco negro? Para responder a essa pergunta é imprescindível que a clínica se lance em experimentações que possibilite a produção e legitimação de novos modos de ser fora da linguagem, existências que se dão por espacialização, dobrando e se desdobrando. Neste caso, a saúde que deriva desse processo vale, num só gesto, para a clínica – em sua crítica aos saberes instituídos – e para as crianças que poderão não apenas experimentar o espaço como lugar de cuidado, como também poderão experimentar a criação de novas superfícies.

Compreendemos o autista não como uma subjetividade fechada num dentro que se opõe ao fora, mas sim um dentro onde se vive intensamente uma relação com o fora sendo que, para eles, o fora tem primado. Seu corpo está aberto ao espaço fora da linguagem; o bebê tateia esse espaço ao mesmo tempo em que é atraído por ele. O trabalho da clínica e da educação iria então na direção de constituir superfícies de contato afetivo; experimentar os elementos sensoriais para lidar com o fora da representação.

Lapoujade (2017) utiliza o termo "sem-fundo" para se referir a uma dimensão do processo de subjetivação que está além do fundamento. Segundo Kant (1987), o fundamento do humano é temporal e tudo nele é explicado segundo a compreensão dos fatos no tempo. Entre Lapoujade (2017) e Simondon (2020), podemos entender que o humano não possui fundamento, mas uma operação de fundação num espaço sem-fundo onde o pré-individual é essa dimensão sem fundamento que instaura um constante processo de subjetivação. Desta maneira, o humano seria não indivíduo no tempo-espaço, mas as transindividuações ao longo do tempo-espaço. Isso permite pensar que a subjetividade não é apenas a dobra que constitui um dentro profundo, mas ela é propriamente uma dobra aberta ao sem-fundo:

Não se trata mais de reconduzir os modos para um fundamento - ou para um sem-fundo mais profundo do que qualquer fundamento, mas de estudar a maneira pela qual os modos se erguem desse fundo, pela qual saem do Ser, assim “como a ponta da espada sai da espada”. Ora as maneiras são maneiras de ser e remetem a uma ontologia fundamental; ora as maneiras são maneiras de ser e remetem a uma ontologia modal ou maneirista (LAPOUJADE, 2017, p.17).

O autismo, por sua vez, não é um ser a parte dos outros seres, mas um modo de ser que emerge deste sem-fundo pré-individual do qual tudo emerge – o humano, a natureza, a arte. A subjetividade não seria mais a busca por uma profundidade na qual o ser encontraria seu fundamento, sua raiz unitária, mas antes encontraria um rizoma aberto ao plano dos devires, um emaranhado de forças: “*O Ser não está fechado sobre si mesmo, encerrado em um em si inacessível; ele está incessantemente aberto pelas perspectivas que suscita. As perspectivas abrem o Ser e o desvelam explorando suas dimensões e seus planos, por direito numerosos*” (LAPOUJADE, 2017, p.47).

Para Deleuze (2015), trata-se de inaugurar a possibilidade de reversões e trocas, de passagens e câmbios entre as posições: a profundidade depressiva deve ser desdobrada numa superfície lisa de modo que o tratamento vá na direção da produção de novas superfícies e, portanto, de mais contado com o mundo. O autor mostra como as orientações psicanalíticas que decorrem da transmissão de Mélanie Klein, corrente da qual Tustin participa, tudo se passa numa relação boca-seio, profundidade e objeto. Ele mostra como Klein descreve a posição paranóide-esquizóide como um afundamento:

Ora, a história das profundidades começa pelo mais terrível: teatro do terror de que Mélanie Klein fez o inesquecível quadro em que o recém-nascido, desde o primeiro ano de vida é ao mesmo tempo cena, ator e drama. A oralidade, a boca e o seio, são primeiramente profundidades sem fundo. O seio e todo o corpo da mãe não são somente divididos em um bom e um mau objeto, mas esvaziados agressivamente, retalhados, esmigalhados, feitos em pedaços alimentares. (...) Todo o sistema da introjeção e da projeção é uma comunicação dos corpos em profundidade, pela profundidade. E a oralidade se prolonga naturalmente em um canibalismo e uma analidade em que os objetos parciais são excrementos capazes de fazer explodir tanto o corpo da mãe quanto o corpo da criança, os pedaços de um sendo sempre perseguidores do outro e o perseguidor sempre perseguido nesta mistura abominável que constitui a Paixão do recém-nascido. (...) Este mundo dos objetos parciais internos, introjetados e projetados, alimentares e excrementais, nós o chamamos simulacros. Mélanie Klein o descreve como posição paranóide-esquizóide da criança. (DELEUZE, 2015, p.192).

Segundo Deleuze (1969/2015), para Klein o superego começa com a introjeção dos primeiros objetos parciais. Diferentemente, Deleuze não aposta que o superego comece por aí, para ele o seio bom (objeto) está nas alturas e não se deixa cair sem mudar sua natureza, pois

quando o faz é todo um jogo de punições e ameaças que aparece. Isso faz com que o seio bom se torna uma espécie de ideal superegótico que, como tal, desaparece a cada vez que é requisitado. Isto instaura um “furtar-se” ou “retirar-se” na altura fazendo deste um objeto perdido: “*O bom objeto é cruel (crueldade do superego) na medida em que reúne todos estes momentos em um amor e um ódio dados do alto, com uma instância que se desvia e que não apresenta seus dons senão como redistribuídos*” (DELEUZE, 2015, p.196)

Para Deleuze (2015) o superego “se mostra” como “já perdido”. Enquanto tal ele dá seu amor senão como “recontrado”. Devido ao acolhimento cruel do superego das alturas, o estado depressivo seria então esse afundamento psíquico onde o sujeito experimenta um encapsulamento envolto de simulacros (ou objetos persecutórios), já a posição esquizofrênica seria esta experiência de altura onde não é mais um mundo profundo, mas os “ídolos em altura” (p.196).

Deleuze e Guattari, ao longo de sua obra conjunta, não seguem a direção de uma reestruturação do aparelho psíquico que restabeleceria sua ordem hierárquica. Como vimos, Meltzer (1975) indica que o “desmantelamento” autista espalharia o id-ego-superego num espaço bidimensional. O autista estaria preso não só a si mesmo, em sua interioridade da qual não brotam palavras, mas também ao par sujeito-outro materno. Entretanto a esquizoanálise propõe que esse desdobramento da subjetividade se dê não patologicamente, mas em modos de espacialização cuja subjetivação se dá por devir.

Para a clínica do espaço, trata-se de criar uma estratégia para pensar a subjetividade como não binária, como abertura permanente, um constante *re-volver* que aos invés de experimentar a adaptação definitiva ao mundo, permite-se viver uma adaptação cambiante permanente. Para isso, trata-se então de modificar os “dados de acolhida do superego”<sup>150</sup> e instaurar novos modos de existência assim como novas práticas clínicas. Sobretudo é preciso fazer com que essas diferenças – como o autismo e a recusa à linguagem – sejam modos de existência e não patologias. Com isso, é preciso fazer num só tempo a legitimação de um modo de existência fora da linguagem e a criação – ou a tentativa – de formular um modo de acolhimento que parta do espaço fora da linguagem e não de uma Unidade da linguagem em relação aos humanos.

---

<sup>150</sup> “O objeto da terapêutica institucional não é justamente o de se propor a lograr um remanejamento dos dados de ‘acolhida’ do superego, transformando-os numa espécie de nova acolhida ‘iniciática’, esvaziando de seu sentido a exigência social cega de um certo procedimento castrativo exclusivo?” (GUATTARI, 1977/1985, p.91). Ver comentário na página 26 desta tese.

É isso que Guattari (1985) indica com a frase “*alterar os dados de acolhida do superego*” – escapar, num só gesto, da profundidade depressiva e da altura esquizofrênica. A profundidade depressiva se desdobraria num espaço aberto aos acontecimentos, enquanto a altura psicótica pousaria numa superfície acolhedora. A fórmula que sintetiza essa iniciativa de uma subjetivação através de devires é cunhada por Lula Wandelely – “espaço aberto ao tempo”<sup>151</sup>. Essa possibilidade permite que os devires encontrem num só tempo um espaço de emergência e um espaço de acolhimento, conjugando espaço e subjetivação numa relação intensiva e afetiva com o mundo não humano e não apenas com as coisas humanas.

O buraco e o afundamento depressivo resultam da atividade psíquica restrita, traumatizada e erradicada na linguagem e no sequestro das pulsões. O buraco desdobrado e aberto à superfície permite a emergência não apenas de um sujeito às voltas com a linguagem, mas também do não-representável, ponto de singularização; do mesmo modo, permite que a subjetividade fora do sujeito apareça e, com isso, o impessoal e os processos de abertura sejam recolocados como plano de inscrição de novas subjetivações. Faz-se do furo do buraco a possibilidade de instaurar aberturas e devires, tal como o buraco negro é o abismo no céu que nos permite atravessa o espaço-tempo. Não basta reduzir a clínica à emergência de um sujeito da linguagem, é necessário ampliar os modos de espacialização da subjetividade, fazendo o sujeito se abrir ao plano de inscrição de novas subjetivações e à subjetividade fora do sujeito.

Cabe pensar a alteração dos dados de acolhida do superego não apenas para os pacientes, mas também para a clínica, permitindo-nos pensar a questão: como é a linguagem do ponto de vista fora da linguagem? Como é a clínica do autismo diante deste fora da representação? Uma direção possível é investir nessas iniciativas que no Brasil tem se formado pelo nome de clínica de borda, consultório de rua, clínica da margem, clínica ampliada, clínica do espaço. São todas tentativas de modificar o espaço da clínica e alterar os dados de acolhida do superego, implicando na ampliação da clínica e na modificação de suas bordas no enfrentamento com seus limites.

Com Deleuze (2015) podemos afirmar que a direção do tratamento é o desdobramento deste espaço psíquico da profundidade sobre uma superfície aberta aos acontecimentos e ao remanejamento das direções e coordenadas:

---

<sup>151</sup> O "Espaço Aberto ao Tempo" é uma iniciativa criada por Lula Wanderley, médico e artista brasileiro, pioneiro ao lado de Nise da Silveira na criação de espaços de acolhimento em saúde mental no Rio de Janeiro. Através da obra de Lygia Clark e da Estruturação do Self, o espaço oferece a possibilidade de acolhimento aos sujeitos em sofrimento psíquico e a possibilidade da expressão artísticas artística através de várias linguagens. O lugar hoje se organiza como um espaço de resistência e criação, funcionando no modelo da Atenção Psicossocial chamado ali de CAPs III Severino dos Santos.

As observações que propomos concernindo certos detalhes do esquema kleiniano tem somente como objetivo destacar ‘orientações’. Pois todo o tema das posições implica bem a ideia de orientações da vida psíquica e de pontos cardeais, de organizações desta vida segundo coordenadas e dimensões variáveis ou cambiantes, toda uma geografia, toda uma geometria das dimensões vivas. Aparece primeiro que a posição paranoide-esquizoide confunde-se com o desenvolvimento de uma profundidade oral-anal, profundidade sem-fundo. Tudo começa pelo abismo. (DELEUZE, 2015, p.193).

Não se trata então de opor profundidade e altura. O desdobramento seria o abrir-se ao devir, permanente deslocamento nas posições subjetivas, transindividuações que deslizam num espaço-tempo intensivo. Alterar os estados de sofrimento implica então a inauguração de novas posições que escapem do binarismo (apanhar-bater, amar-odiar, normal-anormal, louco-são, homem-mulher, adaptado-inadaptado).

Em se tratando dos casos de autismo, Tustin (2017) propõe que a direção do tratamento intervenha na relação mãe-bebê, nesse traslado da altura à profundida. A autora propõe que a defesa autista estaria intimamente ligada à depressão materna. Em carta à Claude Allione ela escreve:

Sobre as pessoas mais velhas que um dia foram autistas, concordo que, quando o controle estreito exercido pelo autismo vai se quebrando, o distúrbio esquizofrênico se manifesta (...). Descobri que a natureza estreita e restrita do autismo surgiu para lidar com o sentido desintegrador de perda corporal (expressa em termos de ‘buraco negro’). Essas crianças não têm o sentido de um núcleo integrador que vem das boas experiências da amamentação no peito (ou mamadeira) – a boca suave rodeando o mamilo duro, os aspectos macho e fêmeo reunindo-se de forma funcional, de forma operante (o ‘seio bom’ da teoria kleiniana). Em vez de um ‘seio bom’, eles têm um ‘buraco negro’ (TUSTIN, 2017, p.109).

### **5.10 Buraco negro, muro branco**

Com Deleuze (2015) poderíamos dizer que não se trata apenas de intervir nessa relação mãe-bebê, nem mesmo reduzi a tentativa de restaurar o par ferido-indene, nem mesmo reintroduzir o ‘seio bom’ para extrair a criança deste estado primitivo da depressão. Trata-se de uma “mudança de orientação” que busca no espaço impessoal fora da subjetividade os acontecimentos que atraem a subjetividade para o desvio:

Freud insistiu frequentemente sobre a importância desta translação do profundo em alto, que marca entre o id e o superego toda uma mudança de orientação e uma reorganização fundamental da vida psíquica. Enquanto a profundidade tem uma tensão interna determinada pelas categorias dinâmicas de continente-conteúdo, vazio-pleno, gordo-magro, etc., a tensão própria à altura é a da verticalidade, da diferença dos tamanhos, do grande e do pequeno. (DELEUZE, 2015, p.194)

Numa releitura esquizoanalítica da tese de Tustin (2017), a experiência do buraco negro deve ser desdobrada sobre um plano aberto ao devir. Ao invés de restaurar a posição subjetiva, trata-se de (des)dobrar o buraco negro em um “muro branco”. Deleuze (DELEUZE & PARNET, 1998) afirma que Guattari interessava-se muito sobre a questão do buraco negro e se perguntava ‘como sair de um buraco negro?’. Ele, por outro lado, preferia a ideia de muro branco que o fazia pensar ‘como fazer para passar uma linha de fuga?’. Ambos tentavam promover uma experiência de singularização pela alteração na posição esquizoparanóide e na posição maníaco-depressiva; com isso formularam a imagem do buraco negro sobre o muro branco:

Félix trabalhava sobre os buracos negros; essa noção de astronomia o fascina. O buraco negro é o que o capta e não o deixa mais sair. Como sair de um buraco negro? Como emitir do fundo de um buraco negro? Pergunta-se Félix. Eu trabalhava, antes, sobre um muro branco: o que é um muro branco, uma tela, como limar o muro e fazer uma linha de fuga passar? Não reunimos as duas noções, percebemos que cada uma tendia por si só em direção à outra, mas justamente para produzir algo que não estava nem em uma nem na outra. Pois buracos negros sobre um muro branco formam, precisamente, um rosto, rosto largo com bochechas brancas e perfurado por olhos negros, isso ainda não se parece com um rosto, é antes o agenciamento ou a máquina abstrata que vai produzir rosto. (DELEUZE & PARNET, 1998, p.15).

Um problema se coloca: a produção de formas, rosto e identidade. A rostidade é uma máquina abstrata que opera na sociedade avaliando e classificando sujeitos a partir de seus traços, marcas e aparência. O conceito de rostidade é um pilar da sociedade que organiza grupos de sujeitos em torno de padrões, sobretudo é a máquina que formula esses padrões que são impostos como normas. Trata-se então de uma máquina de adaptação, detecção de desvios e aplicação de disciplinas corretivas que restabelece os "lugares" do sujeito na sociedade e instaura práticas de assujeitamento: “*Antes de tudo, há uma relação linguagem-rosto, e, como diz Félix, a linguagem é sempre indexada sobre traços de rosto, traços de rostidade*” (DELEUZE & PARNET, 1998, p. 18)

Eis uma multiplicidade, com pelo menos três dimensões, astronômica, estética, política. Em nenhum dos casos fazemos uso metafórico, não dizemos: são "como" buracos negros em astronomia, é "como" uma tela branca em pintura. Nós nos servimos de termos desterritorializados, ou seja, arrancados de seu domínio, para reterritorializá-los em outra noção, o "rosto", a "rostidade" como função social. E, pior ainda, as pessoas são continuamente jogadas nos buracos negros, dependuradas em muros brancos. É isso ser identificado, fichado, reconhecido: um computador central funcionando como buraco negro e passando sobre um muro branco sem contornos (DELEUZE, & PARNET, 1998, p.15).

Deleuze (2013) mostra como o menino Hans era mal compreendido por Freud e que, através da máquina binária psicanalítica, toda a atividade de espacialização da criança era convertida numa interpretação edipianizante, onde toda linha possuía uma finalidade e um sentido previamente estabelecida no simbólico. O perigo do uso metafórico do espaço é justamente o isolamento da subjetividade na linguagem, fazendo com que a singularidade só possa emergir apenas na posição do sujeito em relação à linguagem. A ideia de devir autista, por outro lado, não exclui o espaço como elemento do processo de subjetivação e aposta no espaço como superfície de deslocamento de afetos. A cartografia de Hans mostraria então trajetos de construção de hábitos expressivos, de normatividades e de territorializações e desterritorializações que partem não do simbólico, mas de modos espacialização.

O que se toma como direção, a partir das críticas de Deleuze e Guattari, é justamente a direção traçada por Deligny: produzir espaço a partir do modo que a criança tem de habitar o espaço. A área de estar é não apenas o lugar físico, a instalação espacial, mas também prática de cuidado que se apoia na atividade espacializante da criança no espaço. Dito de outro modo, melhor seria dizer que as áreas de estar são modos de espacializar o cuidado; prática de criação de espaços a partir destes espaços criados pela criança. É então habitar mapear os pontos, brechas e limiares por onde os lugares instituídos, o assujeitamento, dê lugar a dissolvência do sujeito no espaço fora da linguagem.

As áreas de estar são prática de acolhimento, modos de espacialização. O que ela acolhe é o este ponto fora da representação que para o humano constitui parte importante de seu ser. O espaço é, para o ser, seu lugar de estar aberto ao devir. O elemento que norteia o manejo das áreas de estar é o gesto e o trajeto da criança. De maneira pragmática, trata-se de explorar o espaço e suas “coisas” sem necessariamente significá-los, fazendo com que cada elemento – uma bola, uma caneca, uma almofada, um torrão de barro, qualquer ‘coisa’ que esteja no espaço – possa vir a compor o processo de subjetivação onde a criança possa usá-lo ou não, torná-lo parte de seu corpo ou não.

A reversão operada por Deligny (2015a) no cuidado das crianças autistas é situada justamente nesse respeito ao primado do espaço em relação à linguagem. Os gestos e trajetos das crianças, os rodopios entorno de um espaço vago, não precisam ter sentido – vontade ou finalidade –, pois são antes a oportunidade de ver o fora da linguagem. Assim a linha de errância ou a linha de fuga tornam-se não elementos patológicos do autismo, mas irrupções positivas da própria vida. Desviar é produzir novos modos de singularização, uma espacialização da linguagem que destitui a palavra e dá lugar a uma saúde que vem do espaço fora do sujeito:

A linha de fuga mudou completamente de valor: em vez de ser marcada com o signo negativo que marca o bode expiatório, a linha de fuga ganhou valor de signo positivo; ela se confunde com a gravidade ou a celeridade da máquina. Mas não deixa de ser quebrada, segmentarizada em uma sucessão de processos acabados que, a cada vez, caem em um buraco negro. Eis, portanto, outro regime de signos, como outra cartografia: regime passional ou subjetivo, muito diferente do regime significante (DELEUZE & PARNET, 1998, p.87).

Portanto, ao invés de compreender o buraco negro como uma natureza etiológica do autismo, está em jogo a compreensão de como a linguagem produz um buraco negro-muro branco onde a profundidade depressiva é a identificação com os signos da alteridade do Outro. Assim, a direção do tratamento visa não apenas dar dizibilidade a uma narrativa do sujeito, mas o desdobramento de sua atividade pulsional num espaço que não seja normalizador ou evoque a linguagem para “explicar” seus processos. Desta forma está em jogo a criação de um espaço fora da linguagem como base dos processos clínicos, o que daria ao espaço aberto fora da linguagem uma função decolonial: livrar o humano da obrigação de tudo representar, em tudo se ver.

A partir da conclusão de que a Via Láctea não é o centro do Universo e que no centro de cada grande galáxia há um buraco negro; a partir da compreensão do buraco negro sendo o ponto fora da representação, estamos diante de uma reversão ontológica onde o mundo se organiza entorno deste fora da representação. Isto permite conjecturar a ideia de que estes pontos não representáveis são ontologicamente positivos para a compreensão de que a humanidade é um fragmento do tempo-espaço.

A abertura do buraco e a abertura da subjetividade ao fora da linguagem levaria a formulação de um processo de subjetivação pelo fora da linguagem: este processo seria a criação de novas superfícies, novos modos de ser, novos modos de espacialização; devires que escapam às representações binárias e inauguram modos de estar fora do sistema rostidade-linguagem.

Por fim, Tustin (2017) aponta que essa sensação de buraco negro ocorre num período pré-verbal do bebê e que, por isso, ela indica a apreensão do mundo de maneira sensual, isto é, erótica e amorosa. Contudo, com o agravamento desta relação tátil – atrair e ser atraído pelo mundo em torno – o bebê se fecharia a certas sensações em vistas delas serem ameaçadoras. Para a autora “*tudo isso é pré-verbal e num nível de sensação sensual*”, porém, as posições subjetivas – a depressão esquizoparanóide ou a altura psicótica – derivam de posições a priori que ela chama “*preconcepções baseadas no conhecimento a priori*” que, por isso mesmo “*não provém de experiências com o mundo exterior, apenas de serem estimuladas pelos*

*conhecimentos do entorno, como por exemplo o ambiente no qual a experiência da amamentação acontece”* (p.109). Embora Tustin (2017) parta de uma compreensão empobrecida do meio, do espaço e do entorno, e nós, como vimos, apostamos na compreensão de meio como a via para transposição dos limites e o lugar da passagem das transindividuações, está em jogo para a analista a ideia de que este pré-verbal é anterior à constituição de “fantasmas inconscientes”.

Nesse caso o fantasma é a própria ilusão do buraco negro, um fragmento que vem de fora e traça de cima e sobre o sujeito um lugar ao qual deve ser e estar – ou, como no caso de Hamlet, um comando “vingar seu pai”. Para Deleuze (2015) o fantasma não corresponde exatamente à fantasia, mas é antes como um fragmento (meta)físico que está fora da realidade, superfície fora da linguagem, elemento deste espaço fora da linguagem que se sobressalta, se move. O fantasma não é apenas o encapsulamento do sujeito numa posição, mas antes esse movimento tropístico do espaço que, ao se mover, move consigo os afetos e as afetações.

Com isso o fantasma não seria puramente um efeito psicológico, ele possuiria elementos espaciais e coletivos, e incluiriam não só o corpo materno, mas também outros elementos impessoais múltiplos que se encontram no espaço. Deleuze (2015) afirma: “*O que aparece no fantasma é o movimento pelo qual o eu se abre à superfície e libera as singularidades acósmicas, impessoais e pré-individuais que aprisionava*” (DELEUZE, 2015, p.220).

Sendo assim, podemos dizer que o buraco negro é não apenas a explicação etiológica dos modos de subjetivação no autismo, mas é também a indicação de um ponto onde o processo de subjetivação é indistinto: fantasiar o mundo é estar no mundo. Para o bebê esse tateio do mundo é a oportunidade de ser no mundo, ser a partir de si mesmo. É ele que mostra então essa ação da subjetividade – a subjetivação, a abertura do ser ao fora da linguagem. Nesse sentido o fantasma e a criação da fantasia indicam a importância do espaço para subjetividade: o que está dentro está fora e o que está fora está dentro. Esse ponto indiscernível entre o corpo e o psíquico, o espaço e fora, talvez seja aquilo que Freud (ano) apontou como sendo a extensão do psíquico ao espaço. Se o buraco negro é o encapsulamento do sujeito na linguagem e na representação, a espacialidade fora do sujeito seria essa abertura na qual o sujeito se vê no espaço fora de si. Diante disso trata-se de pensar a vida a partir desta ausência: o que seria a subjetividade fora do sujeito? O que seria a subjetividade fora da linguagem?

### **5.11 A rostidade e a espacialidade**

Curiosamente, os buracos negros só podem ser vistos segundo uma espectroscopia de seus contornos. Se o espectro é para a astronomia um termo valioso e revela o obscuro no céu,

na psiquiatria ele converte toda obscuridade humana em dados estatísticos. Se em astronomia o espectro dá contorno a uma forma e expande a forma além deste contorno, em psiquiatria o espectro alarga a forma da subjetividade autista e incorpora-os num regime de visibilidade integral: tudo aquilo que escapa, cabe no dizer.

Diferente da psicanálise, que se esforçou para tentar representar o sofrimento autista através de metáforas espaciais, extraído disso uma dinâmica afetiva própria aos autistas, a psiquiatria não buscou elaborar uma dinâmica afetiva com o conceito de espectro. Em psiquiatria ele possui puramente uma função mecânica: como vimos, o DSM utiliza o termo como fundamento que justifica o contínuo entre os diferentes tipos de autismo. Trata-se de uma metáfora espacial que domina o campo das representações sobre o autismo e organiza práticas, discursos e modos de ser autista no contemporâneo.

A abordagem fisicalista e mecanicista da psiquiatria mostra como não há relação entre o conceito de espectro (oriundo da física) e os autistas: o uso terminológico proposto pelo DSM não dá visibilidade às qualidades do sujeito autista. A difração do sujeito, a dispersão territorial, a especialidade dos gestos, são todas dimensões importantes da subjetivação humana que estão soterradas sob esse uso mecanicista da representação do espectro. A dimensão subjetiva suprimida é substituída e faz do espectro um Transtorno do Espectro Autista (TEA); tal diagnóstico torna-se um conceito político que, do ponto de vista clínico, é genérico, inespecífico, mas do ponto de vista político é eficaz em afastar o desconforto e aumentar a aproximação, interesse e aceitabilidade da população no autismo. Paradoxalmente, ao passo que o TEA torna-se *trend topics* no Twitter, no TikTok e no Youtube, os casos graves permanecem marginalizados, com dificuldades de acesso à serviços de saúde e, eventualmente, abandonados em instituições fechadas.

Não é trivial, portanto, que a psiquiatria opere sua expansão através da referência ao espectro, termo que tem origem na palavra “spectrum” que em latim significa “imagem”, “aparência” ou “fantasma”. O uso mecanicista do conceito evidencia o funcionamento da máquina abstrata da rostidade: trata-se de produzir um rosto para o autismo que, neste caso, é uma aparência fluida, dispersa, inespecífica, espectral, que permite a expansão do diagnóstico sobre os casos leves, mais do que ser eficaz na produção de saúde para os casos graves. O lucro com essa produção vai além do dinheiro, sendo o lucro a própria produção de subjetividade: (1) a regulação do campo e das práticas, (2) a prerrogativa do tratamento medicamentoso e comportamental, (3) a profusão da busca por testes genéticos e (4) a efetiva venda de medicamentos. Segundo Guattari (2012a), o verdadeiro lucro é aquilo que ele designou como

produção de subjetividade: o lucro se faz pela regulação da maneira de viver, da constituição de uma finalidade para a vida, da adaptação e integração de todos os modos de existência em um único modelo social vigente.

No capitalismo, o rosto se tornou a imagem daquilo que se quer modelar. No espectro está em jogo a ideia de homogeneização da representação do autismo e modelação das práticas clínicas e educacionais. A produção de rosto deriva de uma “máquina binária” que produz uma síntese: é autista ou não? É esquizofrênico ou autista? É normal ou anormal? É homem ou mulher? É adaptado ou inadaptado? A máquina binária é peça fundamental dos aparelhos de poder, ela estabelece tantas dicotomias quanto forem necessárias para que cada sujeito seja registrado no muro branco ou jogado no buraco negro:

Há todo um sistema social que poderia ser chamado de sistema muro branco – buraco negro. Estamos sempre dependurados sobre o muro das significações dominantes, estamos sempre mergulhados no buraco de nossa subjetividade, o buraco negro de nosso Eu que nos é mais caro do que tudo. Muro onde se inscrevem todas as determinações objetivas que nos fixam, nos enquadram, nos identificam e nos fazem reconhecer; buraco onde nos alojamos, com nossa consciência, nossos sentimentos, nossas paixões, nossos segredinhos por demais conhecidos, nossa vontade de torná-los conhecidos. Mesmo se o rosto é um produto desse sistema, é uma produção social: grande rosto com bochechas brancas, com o buraco negro dos olhos. Nossas sociedades têm necessidade de produzir rosto. (DELEUZE & PARNET, 1998, p.37)

A ideia de espectro seduz os movimentos sociais ao se mostrar como um conceito não binário e, portanto, mais inclusivo. A categoria de espectro autista inclui todo e qualquer um, basta ser um pouco estranho ou ver o mundo um pouco diferente, sofrer um tanto e por isso ir até um psicólogo, psiquiatra ou neurologista e lá se encontrará a máquina de rostidade inclusiva. A ideia de espectro inclui até mesmo aqueles que escapam do espectro, formulando assim um processo de produção de identidades pela margem da normalidade.

As identidades produzidas pelo conceito de espectro autista asseguram juridicamente a garantia do direito, da educação e da saúde, mas fazem isso através de um recorte muito consistente de que tipo de direito, educação e saúde está em jogo. Na regulação das formas de representação do autismo, opera-se a produção de subjetividades medicalizáveis onde pessoas encontram fundamento discursivo para dizer de sua posição frente à vida. Com isso, os sujeitos incorrem no risco de viver permanentemente sob o regime da psiquiatria onde passam a explicar a si mesmo a partir destes conceitos e termos cunhados pelo DSM. Como afirma Deleuze & Parnet (1998): “*Até mesmo as margens de desvio serão medidas segundo o grau da escolha binária: você não é nem branco nem negro, então é árabe? Ou mestiço? Você não é nem homem*

*nem mulher, então é travesti? É assim o sistema muro branco-buraco negro*” (DELEUZE, PARNET, 1998, p.19).

Embora o conceito de espectro pareça inclusivo, ele opera uma efetiva homogeneização da prática de cuidado com os autistas. A questão que se coloca para a clínica é então ética e epistemológica: como desfazer o rosto e liberar as singularidades autistas contidas sob a égide do Transtorno do Espectro Autista? Como superar o autismo como patologia e experimentar um devir autista? Diria Deleuze:

Como atravessar o muro, evitando ricochetear sobre ele, ou ser esmagado? Como sair do buraco negro, em vez de girar no fundo, que partículas fazer sair do buraco negro? Como quebrar até mesmo nosso amor para nos tornarmos, enfim, capazes de amar? Como tornar-se imperceptível? (DELEUZE & PARTER 1998, p.38)

Um passo importante nessa retomada ética epistemológica é se liberar do senso especialista que isola o autismo dos outros processos de subjetivação. Tratar o autismo pelo prisma do DSM leva a pressupor uma diferença que exclui para depois incluir, sendo essa inclusão feita segundo as premissas comportamentais e genéticas.

Rivera (2020), no texto *A favor da identidade (e contra a enunciação “neutra” da teoria)*, aponta para a importância da construção de identidades na relação com território, a história, a política e a geografia, de modo que o sujeito tome o seu lugar de ser, fale com os pés no chão, situado em suas coordenadas espaciais. Lendo a autora podemos compreender que o uso de significantes universais tais como espectro autista apagam outras singularidades menos visíveis que identificariam grupos menores, assim como apaga outros significantes que enunciam singularidades menores tais como mulher, louco, bicha, malandro, criança. Portanto, o trabalho de crítica à máquina de produção de identidades se constituiria menos de uma política identitária do autismo, e mais a compreensão de como a linguagem é capaz de transformar projeto de inclusão em projétil de fazer viver, deixar morrer.

Rivera (2020) escreve: *“A reivindicação de ‘lugar de fala’ e a afirmação de significantes referentes a cor de pele, origens e gênero devem assim ser vigorosamente comemoradas, e em minha opinião seria um equívoco a elas se opor em nome da crítica psicanalítica à lógica identitária e narcísica”* (p.25). Concordamos com a autora, mas não sem antes lembrar a posição existencial de Janmari: a comemoração vigorosa deve ser posta ao lado daqueles sujeitos capazes de se identificar e se reconhecer, ao passo que para aqueles outros autistas que não se ancoram no reconhecimento de si mesmos, possamos resguardar o direito

ao silêncio e à impessoalidade, sendo então o espaço fora da linguagem o lugar da sua vigorosa existência.

Outro passo importante é compreender a produção de rostos e identidades é localizar os jogos de visibilidade e invisibilidade, de legitimidade e ilegitimidade. Nesse jogo de luz o visível se dá não pela legitimidade da diferença, mas pela conformidade e adaptação desta diferença aos meios de produção de subjetividade. É o caso de demonstrar como a ausência de uma imagem que represente o rosto do povo palestino para o mundo, legitima os bombardeios de Israel contra esse mesmo povo. O mesmo pode ser dito sobre o Brasil, onde o rosto de crianças negras mortas nas comunidades cariocas importa menos que os ônibus incendiados por criminosos nas ruas da cidade.

É importante compreender então como o capitalismo produz visibilidade e legitimidade, invisibilidade e genocídio, ao passo que dá visibilidade para uns, exclui e mata outros tidos como invisíveis. Qual seria então a saída senão desenvolver a habilidade de desaparecer, tornar-se espectro ou fantasma e fugir do olho do poder? Qual saída tomar senão fazer tal como um gamino e desaparecer nas malhas urbanas? Em *Retratos Fantasmas*, filme de Kleber Mendonça Filho (2023), há uma cena que pode nos servir para pensar essa estratégia de resistência.

Ao final do filme, Kleber entra num táxi onde é gentilmente acolhido pelo motorista da Uber que lhe pergunta qual a razão daquele percurso com paradas pelas ruas de Recife. Kleber responde que gosta de fazer um percurso inusitado na volta para casa, escapando assim dos trajetos mais óbvios que o GPS propõe. No caminho Kleber observa o excesso de farmácias ao longo do percurso e junto ao motorista começa um diálogo onde lhe é perguntado a sua profissão, ao responder que é diretor e roteirista de cinema, o motorista responde entusiasmado que irá tirar uma foto com ele. Na conversa animada, o motorista afirma ter superpoder e fica invisível quando quer, Kléber pergunta perplexo como isso seria possível e o motorista não responde claramente. A explicação insipiente é superada pela demonstração onde o motorista fica invisível para a surpresa do cineasta que, vendo a ausência do motorista em seu lugar, logo trata de colocar o cinto de segurança. A viagem segue tranquilamente e o filme chega ao final transcorrendo nas ruas de Recife.

Tal cena poderia ser vista pelo ponto negativo, da invisibilidade dos motoristas da Uber, da invisibilidade e precarização do trabalho, mas essa abordagem negativa do invisível é subvertida pelo poder do motorista em se ausentar de seu papel social e traçar um desvio em relação ao projeto. O fantasma passa a ser estratégia política de resistência, ao passo que o capitalismo explora a subjetividade através do espectro psiquiátrico. Há então uma

invisibilidade positiva frente a este poder farmaco-psiquiátrico de visibilização: diante do espectro psiquiátrico, cria-se o lugar do fantasma que, tal como um novo herói da resistência, cruza as ruas de Recife invisível ao espectro da psiquiatrização. Tornar-se imperceptível é, nesse caso, agir sobre si mesmo de modo a desaparecer, tornar-se espectro, tornar-se fantasma capaz escapar das tramas dessa sujeição capitalística. Tornar-se fantasma é, como veremos adiante, agir por modos de espacialização.

Outro passo importante para desfazer o rosto que nos é dado, é compreender e experimentar o espaço como componente dos processos de produção de saúde, o espaço como elemento estético e político. A subjetivação pelo espaço não é exclusiva ao autismo ou à psicose, mas diz respeito ao humano. Deligny (2015a) não criou áreas de estar para os autistas, mas teceu com eles um outro modo de ser e estar no mundo, fazendo com que os processos autistas sejam o prisma (espectral) por onde se olha a humanidade. Sendo assim, o autor opera uma reversão clínico-política onde a humanidade não é mais vista sob a ótica do Homem, mas toda a humanidade é dissolvida em modos de espacialização onde as crianças e os autistas são guias neste processo. As áreas de estar consistiam num plano de deslizamento de afetos que livram as crianças da regulação psiquiátrica e dão ao homem-que-somos a possibilidade de ser presença, dissolver suas identidades marcadas pela linguagem e experimentar um modo de ser e estar no espaço fora do controle e da regulamentação capitalista.

A direção clínica e epistemológica traçada aqui visa fazer do terapeuta uma presença próxima e impessoal. Ao invés de, como diziam os humanistas, “tornar-se pessoa”, é preciso “tornar-se presença”, esvaziar-se destas máquinas binárias e desses projetos pensados; desidentificar-se em relação a si mesmo, aos vetores maiúsculos da cultura e se liberar da consciência e do olhar sobre os autistas para poder experimentar com a infância e o autismo um “ponto de ver” fora da perspectiva instituída. Trata-se de encontrar o humano dissolvido no comum do espaço para, a partir desta espacialidade, retornar a si construindo novas margens, novos contornos.

Deleuze afirma, citando Henri Miller em *Trópico de capricórnio*, que a posição do amante frente a multiplicidade do amado, transpõe a imagem do par *olhar-ser olhado*, para transfigurar-se numa espacialidade onde seu eu se vê dissolvido no espaço e inaugura não uma posição pessoal original, mas a dissolvência do eu numa subjetividade espacializada:

Já não olho nos olhos da mulher que tenho em meus braços, mas os atravesso a nado, cabeça, braços e pernas por inteiro, e vejo que por detrás das órbitas desses olhos se estende um mundo inexplorado, mundo das coisas futuras, e desse mundo qualquer lógica está ausente... O olho, liberado de si, não revela

nem ilumina mais, ele corre ao longo da linha do horizonte, viajante eterno e privado de informações... Eu quebrei o muro que o nascimento cria, e o traçado de minha viagem é curvo e fechado, sem ruptura... Meu corpo inteiro deve tornar-se raio perpétuo de luz cada vez maior... Selo, então, meus ouvidos, meus olhos, meus lábios. Antes de me tornar novamente homem, é provável que existirei como parque... (MILLER, s/d, apud, DELEUZE & PARNET, 1998, p. 38)

É desta forma que a abordagem transdisciplinar da clínica da infância e do autismo traça uma direção clínica onde o tratamento não segue a linha de um se dizer autista, mas experimentar modos de ser na relação com a multiplicidade. Nesse caso, interessa não só aquilo que a psiquiatria, a psicanálise ou a neurociência designa como autismo, mas também aquilo que a arte pode dizer sobre os processos autísticos e sua relação com o espaço; sobretudo, aquilo que a arte reserva como sendo o não representável sobre a vida e os processos humanos. Trata-se então de desdobrar a máquina binária numa máquina de espacialização onde o espectro não é mais do autista, mas da própria subjetividade. Somos todos, no fim das contas, espectros, fantasmas, fragmentos do tempo-espaço.

## **5.12 Do espectro ao fantasma**

O conceito de Transtorno do Espectro Autista esconde as tramas biopolíticas em relação a este grupo e, como vimos, a expansão deste diagnóstico se dá através de uma difração negativa do sujeito operada pela discursividade DSM com objetivo de expandir o poder psiquiátrico através da dispersão dos sujeitos e suas diferenças. Com isso as lutas libertárias e os processos de produção de saúde foram codificados segundo este termo e é preciso, no âmbito da clínica do autismo, produzir uma série de outras narrativas para aumentar o grau de multiplicidade e restabelecer o plano criativo da luta política e da luta pela saúde e educação libertária.

Diante da difração negativa operada pela discursividade DSM, há o que designamos como difração positiva que seria a própria espacialidade da subjetividade, seus desvios e recusas a aderir ao discurso e às estratégias biopolíticas. A difração positiva seria então tornar-se imperceptível e desviar daquilo que se diz sobre o espectro do autismo. Porém essa questão nos leva a postular que essa estratégia de resistência pode ser a própria singularidade dos modos de subjetivação do autistas, sendo então a difração positiva do sujeito um modo de experimentar a espacialidade fora do sujeito. Portanto, a resistência autista seria essa difração positiva do sujeito, a dissolvência dos lugares de sujeição em modos de espacialização onde o sujeito não está aí. Para compreender melhor essa tese, veremos a seguir, a confrontação entre a ideia de espectro, fantasma e espacialidade, demonstrando com um breve debate uma importante questão de onde se pode extrair direções ético-estético-política para a clínica do espaço.

O conceito de Transtorno do Espectro Autista (TEA) tomou o lugar das experiências e passou a modelá-las mais do que entrar em seu universo singular. Ao invés de formularmos um discurso que guia a clínica do autismo, apostamos então numa reversão clínico-política: deixar ser guiado pelos fantasmas e fazer da clínica um pequeno telescópio que segue o resto dos trajetos daquilo que não compreende e, ainda assim, sustenta o não saber diante do incompreensível.

Sem conseguir nomear o real do sintoma do autismo, o DSM evoca o espectro para recobrir o problema da origem dos sintomas e da etiologia do autismo, desenvolvendo uma origem “espectral” para explicar aquilo que entende como autismo. No entanto, uma abordagem ético-estético-política não visaria tomar o autismo como problema, mas problematizar a clínica do autismo através disso que as crianças e os autistas “dizem” e cartografam no espaço. Para nós, trata-se de ver o espectro a partir do ponto de vista positivo, isto é, como fantasma, como ponto de engendramento de novas maneiras de estar no mundo e operação de reversões clínico-políticas. Não somos nós – clínicos – uma espécie de caça fantasmas, somos antes como Minotauro cego guiados pelos passos vagarosos dos fantasmas.

Sendo assim, o fantasma contrasta com o espectro do autismo proposto pelo DSM e ganha aqui uma conotação positiva: ele passa a ser o último véu luminoso frente ao obscuro espaço fora da linguagem. Portanto, esse é o aspecto positivo do fantasma: fazer ver a multiplicidade à qual o humano pertence. A imagem que melhor designa o fantasma é aquela tão presente na brincadeira de criança: consiste numa forma humana recoberta por um lençol branco que, no lugar dos olhos e da boca, possui buracos negros intransponíveis. O herói, na brincadeira, ao superar o medo diante deste mistério, puxa o lençol e revela o mais temido dos terrores: a presença do vazio ali onde deveria haver um rosto humano. O terror seria descobrir que, sob o manto da nossa humanidade, há um vazio de representações. No entanto, esse vazio não designa ausência de humanidade, mas antes que a própria humanidade é um conjunto de forças que constituem uma metaestabilidade; as individualizações seriam apenas um véu, um contorno para este maleável e inquietante conjunto de forças.

Esse espaço fora da linguagem constitutivo dos processos de subjetivação do humano, é, portanto, como a noite – aquela tão terrível e ameaçadora que assombra o sono e gera terrores noturnos. A noite que, enquanto dormimos, ameaça desaparecer e dissolver os contornos do corpo e do psíquico, fazendo desaparecer o mundo tal como conhecemos, fazendo desaparecer nós mesmos:

Mas quando tudo desapareceu na noite, “tudo desapareceu” aparece. É a outra noite. A noite é o aparecimento de “tudo desapareceu”. É o que se pressente quando os sonhos substituem o sono, quando os mortos passam ao fundo da noite quando o fundo da noite aparece naqueles que desaparecem. As aparições, os fantasmas e os sonhos são uma alusão a essa noite vazia. [...] O que aparece na noite é a noite que aparece, e a estranheza não provém somente de algo invisível que se faria ver ao abrigo e a pedido das trevas: o invisível é então o que não se pode deixar de ver, o incessante que se faz ver. O “fantasma” está lá para desviar e apaziguar o fantasma da noite. Os que creem ver fantasmas são aqueles que não querem ver a noite, que a preenche pelo pavor de pequenas imagens, a ocupam e a distraem fixando-a, detendo a oscilação do recomeço eterno (BLANCHOT, 2011, p.177).

Nesse sentido o fantasma é o véu ante ao nada que é propriamente a face não representativa do humano. Diante deste ponto pré-individual onde as formas humanas se dissolvem e se constituem, diante deste fora, Blanchot (2011) afirma: vê fantasma aquele que não consegue olhar para o fora. Se podemos formular uma diretriz ética-estética-política que se situa como eixo de resistência positiva na clínica do autismo, trata-se então de seguir os fantasmas, pois é deles que virão as pistas para a criação de um novo modo de existência. É, portanto, fora da linguagem que está o campo de forças pré-individual que alimenta os processos de subjetivação e ativa as passagens, as transindividuações que modificam num só tempo os modos de ser e os modelos sociais.

Uma abordagem transdisciplinar do autismo não se contenta somente em acolher os autistas, mas insiste em buscar modificar a relação da sociedade com a loucura e com a diferença. Não basta pensar os loucos e os autistas, é preciso agir, pensar e sentir de maneira louca e de maneira autista.

#### 5.12.1 O fantasma e a fantasia na psicanálise

Por sorte, muitos clínicos e psicanalistas suportaram olhar para os fantasmas deixando-os ruminar, no silêncio das palavras e no murmúrio dos acontecimentos, uma verdade que escapa. O tema do fantasma, assim como o da fantasia, é, em psicanálise, tema amplo e longamente explorado: Laplanche & Pontalis (2001) situam o problema indicando que não é opondo a fantasia à realidade que se pode chegar a uma compreensão do fantasma. Este não é simplesmente a criação da imaginação frente a realidade, ao contrário, a experiência fantasmática está no cerne da subjetivação e faz com que o sujeito apreenda a realidade a partir da fantasia. Se o desejo inconsciente pode chegar à consciência, é por intermédio da fantasia.

Freud (1918[1914] / 2010) esquiva da hipótese reducionista a respeito dos fantasmas e da fantasia, a saber, que estes seriam apenas construções individuais e subjetivas. Ele afirma a existência de esquemas inconscientes que escapam à realidade individual e apontam para o

caráter transindividual da subjetivação. Os fantasmas não são apenas construções individuais, mas apreensão de elementos fortuitos reais e, por conta disso, passam de um a outro, de modo que a criança carrega consigo elementos fantasmáticos de seus pais, mas também históricos. A isso ele deu o nome de protofantasias ou fantasmas originários<sup>152</sup>.

Com isso, soa completamente inquietante o fato de Laplanche e Pontalis (2001) situarem o fantasma e a fantasia como sinônimos. A seguir problematizaremos essa compreensão reducionista do fantasma e da fantasia. A hipótese inicial que nos guia é que o fantasma é primeiro em relação à fantasia e, por isso mesmo, ele é a conjunção entre afeto, corpo e espaço, de modo que os acontecimentos espaço-temporais são determinantes na subjetivação que ocorre na primeiríssima infância – os fantasmas se dão então no momento anterior à aquisição da linguagem falada e demonstram o primado do espaço em relação à linguagem. A fantasia, tema recorrente em psicanálise, é posterior a este momento e constitui-se através deste primeiro estágio fantasmático-espacial. Ela está atrelada à tentativa do sujeito narrar sua origem e a origem dos seus sofrimentos, sendo ela, portanto, uma experiência secundária pois tem como superfície a linguagem falada. O fantasma, por sua vez, é inapreensível à linguagem, visto que, ele é anterior a ela e só aparece para o sujeito como ponto irrepresentável, portanto, o fantasma é o momento em que a subjetivação está indissociada do espaço e isso marca o ponto em que o dentro da subjetividade (o sujeito, sua história) se abre para o fora (o sem sentido, o devir).

Ao longo de sua obra Freud usa a expressão fantasia ou fantasma sem com isso implicar numa metapsicologia ou na transformação da subjetividade numa mônada fechada. Ao contrário, ao longo de sua obra ele amplia a noção e a expande em direção à coletividade do sujeito em relação à essa construção: em específico, o termo alemão *Urphantasien* (protofantasias ou fantasmas originários), apresenta a ideia de uma dimensão fantasmática por trás das representações sobre a história da vida do paciente. Os chamados “fantasmas originários” são a dimensão transindividual onde elementos fortuitos são transmitidos filogeneticamente de um indivíduo a outro, sendo transmitidos, à princípio entre os familiares. Em dado momento, Freud (1918[1914] / 2010) se permite pensar a predominância do pré-subjetivo sobre a experiência individual (LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.488), tal hipótese levaria reconhecer a importância dos acontecimentos fortuitos apreendidos em torno

---

<sup>152</sup> Recusa-se a deixar-se encerrar na oposição entre uma concepção que faria do fantasma (fantasia) uma derivação deformada da recordação de acontecimentos reais fortuitos, e outra concepção que não concederia qualquer realidade própria aos fantasmas, e não haveria nele mais do que uma expressão imaginária destinada a mascarar a realidade da dinâmica pulsional. Os fantasmas (fantasias) típicos encontrados pela psicanálise levaram Freud a postular a existência de esquemas inconscientes que transcendem a vivência individual e que seriam hereditariamente transmitidos: as “protofantasias” (LAPLANCHE E PONTALIS, 2001, p.229)

da criança de maneira fantasmagórica contribuindo para construção de fantasias infantis e apontando para um fundamento espacial dos sintomas. Na base dos sintomas estariam acontecimentos espacializados – gestos, presenças, afetos e acontecimentos sentidos pela criança de maneira parcial.

No primeiro momento da subjetivação, o que há são elementos fortuitos apreendidos pela criança. A fantasia só viria posteriormente, por efeito de um retorno da cena originária na relação do sujeito com a atividade pulsional. As fantasias são construídas a partir de um acontecimento e não propriamente derivam da linguagem falada. Portanto, o fantasma originário só poderia ser narrado do ponto de vista mítico, isto é, como linguagem que tangencia o acontecimento, pois o fantasma não pode ser dito inteiramente pela linguagem, visto que, ele é parcial e se produz entre os acontecimentos, o espaço e a vida pulsional e, portanto, resta como acontecimento inapreensível ao qual a linguagem só pode tangenciar.

Nesse sentido, cabe estabelecer essa distinção entre fantasma e fantasia: o primeiro é situado na experiência arcaica do corpo, do espaço e dos acontecimentos, enquanto o segundo deriva da experiência com a fala. A fantasia dependeria então da capacidade de articulação destes acontecimentos segundo uma linguagem verbal, portanto, ela é secundária em relação ao espaço e ao fantasma. A fantasia é posterior aos acontecimentos espaço-temporais, dada a partir da constituição de um sujeito em sua relação de objeto; constitui a tentativa do paciente em narrar esse momento mítico de seu sofrimento e sua origem; é o momento da manifestação da fantasia em ato, a constituição de posições subjetivas, hábitos e situações em que o sujeito é agido pela fantasia. A partir de Lacan e sua releitura de Freud no pós-guerra, a fantasia foi situada ao lado de outras etapas importantes da análise: nos sonhos, na transferência, nos atos falhos, no *acting out*, na passagem ao ato e no final da análise. A fantasia ganha então o estatuto fundamental, tornando-se o mapa por onde o analista explora as vias de constituição de um sujeito em relação ao seu desejo. Desta maneira o fantasma, tendo seu primado estabelecido na articulação com o espaço e os acontecimentos, passaria a ser guia na possibilidade de atravessamento da fantasia, visto que, ele tem primado em relação à linguagem.

A travessia da fantasia possibilita ao paciente se liberar deste aprisionamento no campo do Outro onde a fantasia comanda suas ações e o fantasma aparece aí como ponto irrepresentável, que abre ao devir e ao fora do sentido, experiência que pode ser angustiante se vista do ponto de vista da linguagem. No entanto, o fantasma é também a criação de coordenadas espaço-temporais, abertura e passagem de limiares. Embora, grande parte dos estudos sobre o fantasma passem pela contribuição de Freud e Lacan, a retomada deste tema

implica em fazer ver que estamos aqui propondo uma compreensão mais arcaica do fantasma: enquanto a psicanálise vê o humano a partir da constituição de um fantasma pessoal, singular e próprio – tal como o fantasma do pai de Hamlet que, ao retornar para ele, diz o que Hamlet deve fazer – a esquizoanálise e a abordagem transdisciplinar da clínica não visaria somente retornar a cena originária para elaborar a fantasia pela via da linguagem. Trata-se antes de reconstituir a possibilidade heterogenética do fantasma, isto é, a possibilidade de geração de superfícies, de criação de um novo modo de se relacionar com o desejo e com o mundo. Não se trata, portanto, de rememorar a cena originária e restaurar a posição do sujeito em relação ao seu desejo, mas antes inaugurar pontos de subjetivação, criação de novas superfícies e ampliação do campo de relação do desejo com o mundo. Desta forma, está em jogo não elaboração do fantasma na linguagem, mas a exploração fantasmática do espaço impessoal fora do sujeito.

É nesse sentido que esta tese formula a abordagem do fantasma como sendo mais arcaica, isto é, anterior a linguagem e a constituição de um sujeito e sua fantasia. Ao articularmos o fantasma ao espaço e, portanto, ao fora da linguagem, o que estamos a fazer é apontar para a exploração sensível do espaço fora do sujeito. Assim, ao invés de olhar a posição do sujeito em relação à fantasia, buscamos mapear a experiência do sujeito na relação com o espaço, isto é, com os elementos pré-subjetivos e pré-verbais que compõem o espaço entorno do sujeito. Assim, ao invés de olhar para o sujeito, olharemos para o espaço e os acontecimentos ao entorno dele.

O leitor pode estar aqui se perguntando a relevância desta distinção entre fantasma e fantasia. Cabe lembrar então da questão central da clínica do autismo e da clínica do espaço: e quando o sujeito não fala? Como atravessar a fantasia que o prende na posição de sujeição e sofrimento? Na impossibilidade de analisar a fantasia de um sujeito não-verbal, aceitaríamos reduzir a gênese dos sintomas autistas à formulação genética e neurológica para esquivar desta impossibilidade de simbolização? Creio que o embate entre uma gênese neurológica e uma gênese verbal dos sintomas leve a este impasse. Assim, o fantasma opera aí um furo no discurso que demonstram a dimensão espacial dos sintomas e da subjetivação, situando então o primado do espaço em relação à linguagem.

### 5.12.2 O fantasma para a esquizoanálise

Para Deleuze (2015), o fantasma não pode ser totalmente representado, pois ele é heterogêneo e composto por elementos múltiplos. O fantasma não é inteiramente dizível ou significável, mas sim exprimível. Ele é efeito de superfície e ganha sua condição de exprimível num jogo de transformações gramaticais que implicam na dissolução do eu (ego), mais do que

na construção deste eu. Embora para a psicanálise o fantasma encontre seu ponto de partida na autoria de um sujeito falante e na constituição do padecimento, o fantasma, para Deleuze, está justamente fora do sujeito, atraindo o sujeito a exprimir-se diante de forças não representáveis que lhe provocam desde fora. O fantasma seria então um modo de apreensão desta espacialidade fora do sujeito e anterior a ele.

Ao comentar o caso Hans e a fobia de cavalo que o menino desenvolveu ao longo de sua infância (FREUD, 2015), Deleuze e Guattari (2017) mostram como o menino, mais do que representar o mundo numa relação papai-e-mamãe, explorava os elementos espaciais de maneira constitutiva, construindo seu mundo não apenas a partir de seus pais, mas também dos elementos fortuitos no espaço. Compõe sua fantasia, o cavalo, a casa da vizinha, a vizinha, mas também a rua, o bar, as carruagens e, sobretudo, o circuito de afetos entre uma coisa e outra. Isto demonstra como na construção da fantasia há agenciamentos sensíveis cujo espaço é elemento imprescindível<sup>153</sup>.

A direção do tratamento seria a própria dissolução do caráter pronominal do eu – nem eu nem outro, nem ativo nem passivo, mas sim a dissolução/difração do sujeito que dá lugar a uma subjetividade infinita e irrefletida. Deleuze (2015) afirma que o aparecimento do fantasma dissolve o eu em superfícies, desmontando o caráter pronominal da fantasia e lançando o sujeito numa superfície impessoal e neutra. Trata-se então de uma subjetividade infinita e irrefletida, propondo assim uma dimensão impessoal da subjetividade, dimensão esta que designamos como fora da linguagem.

Deleuze (2015), em *Lógica do sentido*, de 1969, opera uma interlocução transdisciplinar entre a filosofia da diferença e a psicanálise e faz com que o tema do fantasma apareça como um destino último da "gênese dinâmica do sentido". Não é nossa intenção desenvolver a complexidade da tese do autor, mas antes demonstrar “o movimento pelo qual o eu se abre à superfície e libera singularidades acósmicas, impessoais e pré-individuais que aprisionava” (DELEUZE, 2015, p.220). Portanto, quando abordamos o fantasma como dimensão positiva da subjetivação, queremos ressaltar que aí se encontra aquilo que relança a subjetividade num limite da linguagem, no infinitivo verbal que reinaugura a possibilidade de permanente começo.

---

<sup>153</sup> “Então, o que é o devir-cavalo do pequeno Hans? Também Hans está tomado num agenciamento, a cama de mamãe, o elemento paterno, a casa, o bar em frente, o entreposto vizinho, a rua, o direito à rua, a conquista desse direito, o orgulho, mas também os riscos dessa conquista, a queda, a vergonha... Não são fantasmas ou devaneios subjetivos: não se trata de imitar o cavalo, de se "fazer" de cavalo, de identificar-se com ele, nem mesmo de experimentar sentimentos de piedade ou simpatia. Não se trata tampouco de analogia objetiva entre os agenciamentos. Trata-se de saber se o pequeno Hans pode dar a seus próprios elementos, relações de movimento e de repouso, afectos que o fazem devir cavalo, independentemente das formas e dos sujeitos” (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.45)

É nele que o sujeito reencontra o tempo infinitivo, sempre aberto ao espaço e ao agir, assim como Deleuze (2015) afirma que o “fantasma é inseparável do verbo infinitivo” e demonstra a complexidade do verbo e da linguagem, da interioridade e da exterioridade do ser (DELEUZE, 2015, p.221).

O fantasma conecta o corpo ao espaço, mas não o espaço físico individuado, mas ao espaço pré-individual do qual toda subjetividade emerge. Nele o sujeito vive um agenciamento impessoal cuja relação do seu corpo com o espaço é ação subjetivante, relação aberta e ainda não encerrada numa subjetivação. Trata-se de um momento de passagem, uma janela onde o processo de subjetivação está aberto aos elementos ricos em potenciais e que permitem ao sujeito experimentar a produção de singularidade na relação impessoal com o mundo e os elementos dispersos nele. Trata-se então de uma ação ontogenética com os elementos pré-individuais do espaço fora da linguagem. O fantasma deixa de ser o elemento secundário, sinônimo de fantasia, e passa a ser a dimensão heterogenética, apreensão fantasmática, espectral e sensível destes elementos pré-individuais, pré-subjetivos que circulam fora da subjetividade, fora da linguagem. O fantasma é então o ponto de criação, de passagem e atravessamento de limiares que estão fora do sujeito e são convites ao devir.

O regime temporal do fantasma é *aion*, isto é, o tempo do acontecimento. Não é cronológico nem somente diz respeito a uma etapa do desenvolvimento do bebê, mas é antes a persistência dessa passagem, dessas janelas, ao longo da vida. *Aion* é distribuição destas singularidades sobre o espaço que abre a subjetividade à infinita variação. O “perspectivismo gramatical generalizado” que designa Deleuze (2015) é, portanto, o jogo da criança com os infinitivos verbais, a alegria de manipular o verbo fora da linguagem e assim entrar na vida parcialmente, habitando dois ou mais mundos simultaneamente - aquele constituído pela humanidade e o mundo outro de onde toda criação emana. Assim, quando falamos de fantasmas, trata-se sempre de infinitivos verbais, correr, bater, dançar, morrer, viver... Tais infinitivos verbais não se flexionam, isto é, não se particularizam neles a pessoa, o tempo e o número, o verbo se exprimindo, portanto, na dimensão pré-individual e impessoal. Trata-se de manipular estes verbos sem ceder ao empuxo do tempo, da realidade e da finalidade, o verbo na espacialidade pura.

Como dissemos antes, não entraremos no mérito da discussão que Deleuze (2015) faz com a psicanálise acerca do conceito de fantasma em *Lógica do sentido*. Preferimos antes avançar nessa discussão acerca do espectro e do fantasma, situando este último como ponto de engendramento de novos modos de experimentar a subjetividade fora do sujeito.

É preciso então lembrar da alegria de manipular o verbo e o espaço, gesto tão comum entre crianças como o pequeno Hans (FREUD, 2015). A relação ontogenética com o mundo não está apenas no desejo sexual restrito ao pai e à mãe, trata-se de “um” cavalo, “uma carruagem”, o que indica a manipulação do verbo, do mundo e deflagra a presença do impessoal no seio da narrativa do sujeito. Segundo Deleuze & Guattari (2017), o erro da interpretação psicanalítica é deslocar o impessoal para a unidade individual, convertendo “um cavalo” ao elemento pessoal “o pai”<sup>154</sup>. Para Deleuze (2015) trata-se então de encontrar a dimensão pré-individual e pré-subjetiva, este ponto onde a indefinição eu-outro, eu-mundo, possui caráter genético e criativo. Portanto, ao invés de interpretar os fantasmas, sigamo-los! A partir disso reencontraremos a hipótese de haver um processo de subjetivação pelo espaço, onde o fantasma aponta que corpo, espaço e psiquismo não estão apartados dos elementos espaciais<sup>155</sup>....

Quando vemos os autistas explorando o mundo sensorialmente com o tato, o olfato, o olhar e outras superfícies erógenas, é geralmente aí que se intervém a interpretação que é, neste caso, domesticação simbólica, adaptação e normalização que impede a criança de explorar o mundo e, a partir disso, construir superfícies de contato. Muito frequentemente as crianças e os autistas são privados desta exploração em prol de uma adaptação às normas sociais e higiênicas evocadas na domesticação simbólica. Contudo, passa totalmente despercebido o fato de haver nessa interrupção a supressão de um contato e experimentação do mundo pela sensorialidade. O que está em jogo para criança é propriamente a experimentação do mundo. Será que não estamos perdendo de vista a aparição desta “janela” de criação heterogenética em prol de normas sociais?

A angústia dos clínicos e educadores em proteger a criança de algum risco, incorre em práticas de adaptação e normalização que visa corrigir, modelar ou adaptar o gesto ao contexto, suprimindo a exploração erótica do mundo que constituem. Para a criança e os autistas, a possibilidade de aumentar o grau de abertura do sujeito em relação ao mundo que lhe excede, é uma condição indispensável para produção de sua saúde. Assim, toda clínica adaptacionista

---

<sup>154</sup> “Notamos muitas vezes a que ponto as crianças manejam o indefinido não como um indeterminado, mas, ao contrário, como um individuante em um coletivo. É por isso que nos espantamos diante dos esforços da psicanálise, que quer a todo preço que, atrás dos indefinidos, haja um definido escondido, um possessivo, um pessoal: quando a criança diz “um ventre”, “um cavalo”, “como as pessoas crescem?”, “bate-se numa criança”, o psicanalista ouve “meu ventre”, “o pai”, “ficarei grande como meu papai?”. O psicanalista pergunta: quem está sendo batido, e por quem?” (DELEUZE & GUATTARI, 2017, p.55)

<sup>155</sup> “Portamos o espaço diretamente na carne. Espaço que não é uma categoria ideal do entendimento, mas o elemento despercebido, fundamental, de todas as nossas experiências sensoriais ou fantasmáticas. (...) As imagens — as coisas visuais — são sempre já lugares: elas só aparecem como paradoxos em ato nos quais as coordenadas espaciais se rompem, se abrem a nós e acabam por se abrir em nós, para nós abrir e com isso nos incorporar” (DIDI-HURBERMAN, 1998, p.246-247).

ergue-se na supressão do erotismo do autismo, reduzindo assim a possibilidade do desejo substituindo as normas vitais por normas sociais. A abordagem transdisciplinar da clínica do autismo visaria restituir o valor do vital e do psíquico a estas superfícies erógenas, restabelecendo o primado da pulsão em relação ao neurológico e ao social. A criança explora o mundo tateando-o erótica e sensorialmente, sua posição se constitui a partir da criação e não por um déficit ou uma (neuro) deficiência. O corpo é dotado de buracos onde a vida se abre e se fecha ao espaço, é nestes buracos que residem o contato afetivo-criativo com o mundo e contrapõe as teses de que o autismo é um fechamento. Ao contrário, este fechamento só se constitui devido ao fato de, logo cedo, o erotismo ter sido suprimido na história da clínica e o autismo ser um termo constituído a partir dessa supressão.

Sendo assim, a abordagem transdisciplinar da clínica do autismo traça com a criança a tentativa de produção do cuidado tecido por gestos que vão na direção da ampliação de superfícies e na multiplicação dos canais pulsionais para além do seio e do colo materno. Tal perspectiva situaria o autismo não como sistema organizado em torno da autorreferência, mas um corpo sensível ao que acontece no espaço e no mundo. Parte-se do mundo para chegar a si: isso permitiria que a exploração erógena do mundo se convertesse na constituição de uma borda para o corpo, borda essa que não é tecida na linguagem, mas tecida por mapas e cartografias que vão, pouco a pouco, constituindo o contorno a partir do entorno.

Nós, homem-que-somos, diferentemente, partimos de nós e retornamos a nós. Nesse ponto o autista nos ensinaria a como nos livrar dessa colonização insidiosa e ensimesmada. Contudo, o que efetivamente ocorre na prática clínica do autismo, é a conversão da dimensão espectral e fantasmática do autismo em um (neuro)assujeitamento, onde tudo que é deste mundo indomesticável pelo simbólico e pelo imaginário, é convertido em processamento neuronal ou sensorial deficitário. Nesse ponto, somos nós, homem-que-somos, que ao pressupor a universalidade de nosso processo, acabamos por violar os autistas e atrapalhá-los na constituição de seu corpo e de sua subjetividade.

Não se trata de negligenciar a criança num risco – de contaminação ou ferimento com os objetos no espaço – mas de acompanhar essa construção de zonas erógenas inabituais que permitiram a criança construir um senso corporal, uma borda e um contorno de si e do mundo. O desenvolvimento de superfícies (erógenas) é propriamente a atividade de criação de um corpo-no-espaço, um espaço que não é apenas físico, mas o espaço fora da linguagem. Se há então uma clínica do espaço, trata-se deste acompanhamento da criação de superfícies que são, num só gesto, tempo-espaço, corpo e subjetividade fora da linguagem.

Nesta tese destacamos o caráter infinitivo do fantasma, como se sua atividade pudesse apenas ser tangenciada pela linguagem, sem conseguir falá-la ou representá-la completamente, restando sempre um fora, aquilo que lhe escapa. Aquilo que escapa é justamente as forças deste espaço fora da linguagem, o contingente de forças pré-individual. O caráter infinitivo da vida é então a parte intensiva e rica em potencial, é dela que deriva a criação e a saúde. O fantasma indica o ponto em que a vida simultaneamente se cria e escapa ao domínio simbólico, escapa às vozes personalíssimas do eu. O fantasma não é um efeito de linguagem, mas o próprio engendramento de vozes e enunciados que abrem a vida subjetiva para nova distribuição de coordenadas para além da identificação do sujeito com o eu (ego).

O que está em jogo no fantasma não é apenas a relação do sujeito com o mundo, do sujeito com os outros, mas a relação ontogenética de criação de si e do mundo. Sendo assim, é no fantasma que encontramos o atravessamento do pré-individual, do espaço fora da linguagem e da atividade permanente de criação. Nesse ponto, o infinitivo vagar, designado em Cevennes como um dos nortes da atividade cartográfica, é verbo rico em potenciais heterogênicos. O agir é a indicação da atividade da criança em torno de pontos no espaço onde a atividade normativa se manifesta. É ali que se encontra a operatória criativa e heterogênica da criança e, por isso mesmo, não deve ser interpretada, pois a linguagem é justamente isso que interrompe sua liberdade.

### 5.12.3 O agir e a subjetividade fora do sujeito

Para Deligny (2015a), o agir é o ponto onde o “homenzinho não está (aí)”. Este lugar deixado vago é onde podemos ver a subjetividade fora do sujeito, ausência que dá lugar a um aparelho arcaico de reparar, referenciar, rastrear e localizar. É a capacidade de SE situar no espaço de outro modo. O autor designa o autista como “refratário”, aquele que tendo reconhecido o modelo social ao qual ele está convidado, recusa e faz desaparecer o sujeito numa espacialidade difusa.

Em *A voz faltante*, Deligny (2015a) designa o autista como estrangeiro em relação à linguagem – cabe lembrar aqui que, em 1969, quando começou efetivamente a receber crianças autistas nas áreas de estar, muitas daquelas crianças eram não-verbais e, portanto, é de uma singularidade dos autistas que fala o autor. Em sua crítica à psiquiatria e à psicanálise, ele afirma que tais saberes naturalizaram a possibilidade de ver os autistas do ponto de vista da linguagem verbal, revelando uma patologia da fala e da comunicação:

Tudo indica que, se ao ser autista, a voz falta, é porque em sua condição de ser, a voz o perdeu – ou ele perdeu a voz –, como se diria de um jogador que não estivesse em sua posição para receber a bola e reenviá-la.

Ele perdeu a voz ou a voz o perdeu.

Mas como se pode dizer então que o ser autista se cala? Seria como dizer que o jogador que não está presente quando a bola chega não quer repassá-la; como poderia repassar uma coisa que ele não recebeu? (DELIGNY, 2015a, p.213)

Vê-se então que Deligny (2015a) distingue o termo autista daquilo que ele designa como humano ou mesmo com a expressão “esse moleque aí” (*Ce gamin, lá*). Esse desvio consiste, num primeiro momento, numa esquivia a compreender o autista segundo a psiquiatria ou a psicanálise. Em seguida, trata de fazer ver essas crianças segundo o espaço fora da linguagem, disso que ele chama de “comum da espécie”. Tal ponto diz respeito a uma subjetivação anterior à linguagem, por isso o autor não se fixa ao termo autismo, mas explora a criação de um vocabulário poético-espacial que mostra o movimento das crianças no espaço:

O que percebemos, quando a voz falta, é que o órgão persiste e que seus sons modulados são prova de que as cordas vocais estão realmente presentes, e vibram.

Mas também percebemos outra coisa: que, no lugar do instrumento abandonado pelo uso, brota outro, que, curiosamente, não se destina a substituir o que se encontra fora de uso.

(...)

E o uso desse instrumento faz do ser autista um ser ao qual nada falta. Para ele, a realidade é perfeita; satisfeito, ele já não pede nada, nem pergunta nada; e é justamente porque ele nada pede e nada pergunta que ele não percebe a resposta. (DELIGNY, 2015a, p.213-214)

O autor denuncia a opressão implícita na ideia de que somos todos iguais. A sociedade convocaria os autistas a um certo assujeitamento, como se eles, sendo estrangeiros, tivessem que se adaptar ao uso da linguagem como instrumento, visto que a Linguagem é o destino do Homem. Deligny (2015a) denuncia essa operação de desumanização que obrigaria às crianças autistas serem adaptadas e normalizadas segundo os princípios de uma “humanidade” universal fundada na linguagem.

Ele aponta então para a importância de outro instrumento: o “aparelho de referenciar” que consiste em SE referir ao espaço como suporte da existência, sem, contudo, significar ou nomear os pontos no espaço. Tal aparelho constitui uma subjetivação que nada falta, que se constitui a partir do espaço, por modos de distribuição de sua vida psíquica e modos de espacialização.

Se questionando se “Nós”, homem-que-somos, perdemos essa qualidade quando nos tornamos seres de linguagem, o autor pergunta se esse aparelho de referenciar persiste ou se

este agir se perdeu nos escombros da linguagem e da domesticação. Trata-se de uma pergunta retórica, pois, como escritor, ele compreendia bem que a linguagem, embora seja determinante na experiência humana, ela pode ser esburacada pelos furos que os autistas operam nela, pode haver nela rupturas, furos e brechas que indicam passagens e mudanças de posição, o que o uso literário da linguagem também permite. O humano, mais do que resistir, persistiria fora da linguagem.

É no traçado das crianças no espaço que o conceito de espectro deve ser desdobrado e extraído de sua concepção negativa e deficitária para ser tomado de maneira positiva: trata-se então de ver os autistas não através do espectro designado pela psiquiatria, mas ver o espectro como uma expressão desse modo de ser fora da linguagem que se espacializa através do uso deste “aparelho de referenciar”.

O “aparelho de referenciar” indica que as crianças são atraídas por pontos, coisas ou elementos que no espaço emergiam como inúteis – espaços vagos e objetos vagos, coisas fora do uso, a presença da água ou de alguém. Tais pontos tornavam-se importantes referências para as crianças, embora sejam elementos quase imperceptíveis de um ponto de vista costumeiro. A apropriação de coisas fora do uso, as linhas de errância, revelam a dimensão intensiva da subjetivação pelo espaço fora da linguagem.

Tais pontos emergem como fantasmas, aparições. Do ponto de vista da linguagem eram imperceptíveis, mas do ponto de ver fora da linguagem revelavam janelas para fora do instituído. Tais pontos imprimiam, sobre o espaço e a presença, forças que estão fora da compreensão e que por isso torcem o espaço-tempo e fazem nele furos que abrem a oportunidade de liberação do sentido e da singularidade contida na linguagem. Desta forma, a difração e a fantasmagoria não seriam sinais de formação patológica, mas indicariam a posição subjetiva dos autistas em relação ao espaço e aos atravessamentos de mundos que lhe acometem; revelaria um outro universo presente aqui neste nosso mesmo mundo regulado pela linguagem, mas repleto de furos e brechas.

O aparelho designado por Deligny (2015a) chama atenção para os elementos espaciais: a ideia de fantasma, de espectro, de subjetividade fora do sujeito são então dimensões positivas da vida. A experiência de Cevennes mostra como as crianças eram afetadas pelo espaço. As cartografias demonstrariam como o humano resiste e persiste como modo de ser fora da linguagem disperso em modos de espacialização.

Após séculos de domesticação simbólica, o aparelho de referenciar tornou-se fóssil vivo e demonstra a existência do humano fora de si, agindo e sendo atraído por outro registro que

não o simbólico. O agir resistiria e persistiria a despeito das identificações e a ética da cartografia seria restaurar o acesso a este outro uso do espaço, este outro aparelho fóssil que é o agir de espécie.

Segundo Sévérac (2017) o agir é mais arcaico que o espírito – entendendo o espírito como a atividade psíquica constituída de consciência e linguagem. O espírito, assim como o psiquismo, possuiria um “lugar” – o que levou muitos psicanalistas a fazerem da topologia um estudo da criação deste lugar psíquico e um estudo das formas espaciais como este lugar implica o espírito – vide a profusão de teses a respeito da espacialidade do autismo que incluem a fortaleza, a concha, o buraco, entre outros. O lugar do espírito seria o ponto da atividade significante do ser, a atividade da linguagem e da representação:

Se um lugar do espírito não é necessariamente um lugar fabricado por um espírito, um lugar onde tenha se encarnado, se materializado, se naturalizado um espírito, ao menos é um lugar onde o espírito se sente em casa, ali onde ele pode, mesmo que imaginariamente, ‘achar-se entre os seus’ (SÉVÉRAC, 2017, p.119)

O lugar do espírito é o lugar do sentido – escondido, pronunciado, transmitido, falado, recebido, velado – é, portanto, o lugar da palavra e da linguagem. Segundo Sévérac (2017), o espírito seria localizado pelo uso de signos articulados, de significantes, da linguagem e, embora aqueles que não falem não sejam entendidos como necessariamente sem espírito, por outro lado, seu espírito só é entendido pela pressuposição de uma universalidade da linguagem, de uma semelhança. Tudo que tem espírito fala e deve falar, e essa premissa levou inúmeros autistas à modelação de seu comportamento por métodos de adaptação ortopédicos que os forcem e os fazem falar mecanicamente, a despeito de sua intenção.

Na ausência do espírito e da linguagem, o que tem lugar são as brechas e os furos que demonstram a vacância da linguagem: outro modo de subjetivação, outro modo de existência, outra maneira de estar no mundo. Como vimos, em muitas teses psicanalíticas, a ausência de consciência unificadora e a manifestação da subjetividade fragmentada – na relação com mãe, no caso da tese de Francis Tustin e na relação de objeto, no caso da tese de Meltzer – fez essa ausência ser apreendida como patológica. Para Deligny (2015a), a vacância da linguagem indica a manifestação de um outro modo de ser que, por ser incompreendido e violado pela colonização operada através da linguagem, acabou por chocar-se contra o muro da linguagem e seus ditames imperiais. A criança batera a cabeça contra a parede não por déficits sensoriais, mas pela presença excessiva deste grande muro branco que é a linguagem.

Agir, afirma, Deligny (2015a) só tem lugar fora e, assim, ele não deve ser interpretado. O que SE deve fazer é declinar do lugar de saber e situar-se no lugar de traçar. Para demonstrar como esses outros elementos fora do uso vem a aparecer diante das presenças próximas, segue um exemplo dado pelo autor.

Em *O agir e o agido* (1978), Deligny (2015a) narra a situação de um gesto de uma criança autista, gesto que lhe é constrangedor. Durante a visita de pessoas que vieram até Cevennes para saber um pouco mais sobre o trabalho, o autor se encontrava sentado em sua mesa preparando-se para receber visitas. Com tapinhas aqui e ali, ele limpa a superfície atulhada da mesa enquanto o menino vagava naquele mesmo ambiente. Com a chegada das visitas o menino sai da sala, voltando algum tempo depois, ainda durante a conversa, e num gesto disruptivo, atira sobre a mesa um monte de lama naquela superfície que antes havia sido tapeada pelo autor. Surpreendentemente no meio da lama se encontravam os pedaços do cinzeiro de argila que quatro anos antes ocupara aquele mesmo lugar onde a mesa havia sido tapeada e onde agora se encontrava a lama.

O constrangimento é tamanho que não há outra coisa a se fazer senão recolher a lama e reparar na surpresa trazida pela linha de errância. As linhas de errância podem ser trajetos ou gesto sem finalidade, que são de outra ordem, que responde à outras leis que não a lei simbólica e a norma social. São sem finalidade e não comunicam nada, embora seu sentido indiquem a lógica na qual funcionam essas crianças: a lógica do fora do sentido. Essas não podem sofrer o “labor daquilo que a gente se diz” (DELIGNY, 2015a, p.139), primeiro porque elas não significam, não fazem signo; segundo porque é uma direção ética respeitar esse modo de reparar no espaço.

Ora, havia ali na ganga úmida de terra e cinza, o que em arqueologia se chama achado: todos os pedaços de um cinzeiro de argila que, quatro anos antes, ocupara o lugar de honra lá onde meus dedos haviam batido na mesa. (...) O cinzeiro fora quebrado, e os cacos jogados num cesto onde se amontoavam os papéis que aqui servem para acender o forno em que assamos o pão. Feito o assado, é preciso entrar no forno resfriado e raspar as cinzas, juntá-las num balde, para então espalhá-las lá embaixo, nos socalcos onde se preparam os jardins (DELIGNY, 2015a, p.138/139).

A pergunta é: como a criança pode capturar algo que estava fora do tempo e do espaço e foi capaz, após tantas etapas de defasagem, restituir os cacos do cinzeiro na mesa? Porque esse gesto veio a se colocar justamente quando um pacto simbólico – uma conversa – codifica o ambiente? Só podemos crer que tal gesto veio a fazer furo no discurso e restituir a coisa no

lugar da coisa. Como sabemos, os gestos são para nada, sem finalidade e não significam nem possuem significado, mas isso não os isenta de uma função política.

Trata-se então de restituir a importância das leis do real em detrimento daquelas leis que funcionam fora do simbólico; trata-se de restabelecer o primado do espaço e da não compreensão. A convivência com estas crianças revela uma maneira de ser e uma maneira de SE referenciar no espaço. Na ausência do costumeiro – aquilo que deveriam estar ali – elas restituem a coisa em seu lugar, visto que, a coisa e o espaço são da mesma natureza e não foram ainda desenraizadas do real. Portanto, as crianças de Cevennes captam a presença daquilo que está fora, mas ainda aqui. Resta a nós aprender a ver, ouvir e sentir isso que não está (mais) lá.

#### 5.12.4 Os fantasmas em Cevennes

O espaço fora da linguagem é ponto não reflexivo, sem referência é o lugar onde o sujeito não está. É nele que encontramos o maior coeficiente de transversalidade, abertura que permite transversalizar o fora da linguagem no cerne da subjetividade humana, restituindo assim uma humanidade que escapa ao sujeito. O espaço é então o operador desta reversão que vê o humano a partir deste ponto em que ele escapa à identificação, que resta como ser que se faz e se desfaz, se dobra e se desdobra na superfície movente, não reflexiva e inconsciente.

A cartografia é o meio que se encontrou de acessar o agir, permitindo rastrear esses pontos no espaço que são como janelas para o fora. Talvez seja justamente isso que aparece no autismo: o aparelho de referenciar e a persistência de um modo de subjetivação fora da linguagem. É isso que o torna tão indecifrável para o saber. A cartografia seria então não um modo de “compreender” a espacialidade da infância e do autismo, mas de acompanhar e experimentar – sem violar ou interpretar simbolicamente – os trajetos costumeiros e as linhas de errância, o agir. Ela se torna então ferramenta que permite apreender esses pequenos fantasmas fulgurantes que cintilam tremeluzindo no espaço fora da linguagem.

Deligny (2015a) aponta o fogo-fátuo como sendo este ponto onde emergem o espaço fora do sujeito. Realisticamente o fogo-fátuo é um fenômeno que ocorre sobre a superfície de ambientes como lagos, pântanos e cemitérios, indicam a atividade da matéria orgânica em decomposição que entra em combustão e libera gases que incendeiam ao entrar em contato com o ar. A narrativa mítica sobre a serpente de fogo é uma alusão a essa aparição, no folclore brasileiro, essa aparição leva o nome de boitatá. Para Deligny (2015a), o fogo-fátuo é a manifestação disso que não está mais lá, os suspiros incandescentes do humano soterrado que resta como fóssil, o agir fora da linguagem. No trabalho das áreas de estar, o aparecimento do

fogo-fátuo indica o manejo da presença no espaço. O cartógrafo desenvolveria a sensibilidade para ver, agir e sentir diferentemente segundo a influência desta manifestação.

O fogo-fátuo, assim como o fantasma, indica a manifestação disso que não está (lá). Em ambos os casos, o que se mostra ausente é o sujeito e, por conta disso cabe perguntar: na ausência do sujeito o que fica no lugar senão o espaço vago? O espaço fora do sujeito é então esse elemento paradoxal, aquém da definição cronológica (antes ou depois) e aquém da definição cartesiana de espaço (acima, abaixo, a frente, atrás). Ele é antes isso que nos escapa e aquilo que dá lugar a esse modo de ver.

Em *Quando o homenzinho não está (ai)* (DELIGNY, 2015a), texto que remonta a proximidade e a divergência entre Deligny e Lacan, o autor situa a ética da ruptura com a domesticação simbólico do espaço e do corpo. Ele afirma que os mapas são como coordenadas que levarão à descoberta de um novo mundo, vazio de linguagem.

Pensando o mapa terrestre e o mapa celeste, Deligny (2015a) toma as estrelas numa interlocução que o permite pensar que a cartografia celeste foi um dos primeiros mapas da humanidade e orientou o homem no mar e no deserto. Portanto, são um dos primeiros modos de SE referenciar no espaço: “*Que o homem use as estrelas para seus próprios fins, para situar-se no espaço e no tempo, não tem nada de surpreendente. É uma velha história. Quando a descobrir o que acontece com o real, isso é outro procedimento*” (DELIGNY, 2015a, p. 220).

É retomando um trecho do *Seminário 2 – O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise* (LACAN, 1985) – que Deligny encontra uma concepção de real limitado pelo simbólico. Nomeado e situado no tempo, o real passa a ser aquilo que “se encontra na hora certa”. Citando e modificando pontualmente o texto de Lacan, o autor parafraseia o psicanalista:

O homem de antes das ciências exatas pensava efetivamente, como nós, que o real é o que se encontra na hora certa; sempre na mesma hora da noite tal estrela em tal meridiano, ela tornará a voltar lá, ela está sempre justamente lá, é sempre a mesma. Não é a troco de nada que tomo o marco celestes antes do marco terrestre, pois na verdade fez-se a carta celeste antes de se fazer a carta geográfica do globo... (LACAN, 1985, apud DELIGNY, 2015a, p.218)<sup>156</sup>

Deligny flagra Lacan (1985) no ponto em que o psicanalista concebia o real, nesse Seminário, como sendo o que se situa no tempo; por isso mesmo, submetido ao primado do

---

<sup>156</sup> Mantivemos a citação modificada pelo autor, mas não sem notar a importância do texto de Lacan. Sabemos que para Lacan, a psiquê é constituída por três instâncias: imaginário, simbólico e real, e que ao longo de seu ensino o psicanalista modificou o primado desta amarração. Após a década de 70 o real deixa de ser perspectivado pelo simbólico e passa a ter primado em relação à linguagem. Entendemos que um aprofundamento da relação entre Deligny e Lacan vale o esforço, mas devido à complexidade desta articulação deixaremos esse trabalho para o futuro.

tempo e da linguagem, Lacan perderia de vista o real do espaço: “*Lendo Lacan, somos pegos num jogo que se poderia dizer o labirinto. Uma vertigem se apodera de nós. Sabemos que não sairemos. Seguimos mesmo assim. Eu aí me arrisco: a presença de Janmari me impede de perder o fio da meada*” (DELIGNY, 2015a, 224)

Na cartografia celeste, a linguagem nomeia o ponto meridiano onde a estrela reaparece e o espaço é cifrado pelo simbólico. No entanto, Deligny busca ver o real fora da linguagem e, embora ambos coincidam na premissa de que o real é inominável, o “ponto de ver” da infância e do autismo mostra o real como aquilo que se manifesta no espaço, mas fora do tempo. Diferente da estrela, o fogo-fátuo não reaparece no mesmo lugar.

Para Deligny (2015a), as crianças se constituem como guias para descoberta do real e, ao invés de pontos que retornam no mesmo lugar – tal como as estrelas – o que há são irrupções que nos escapam, fogo-fátuo. A cada vez que SE nomeava esses pontos no espaço que constituíam referências para as crianças, o real desaparecia e as referências se perdiam:

Foi preciso longo tempo, meses, anos, para que nos déssemos conta de que, ao fixar as referências, os pontos nomeados, perdíamos o infinitivo reparar, sem sujeito e sem objeto, sem nada que seja nomeável. Pois, para nomear, é preciso tê-lo sido, o que ocorreu conosco, enquanto essas crianças aí, esse nome que é o de cada uma, embora elas o escutem, permanecem refratárias a ele e não o proferem, ao menos no que diz respeito a grande número delas. (DELIGNY, 2015a, p.219)

Contudo, ainda assim, Deligny (2015a) não conseguia livrar-se totalmente do simbólico. Sobre o espaço se constituíram “referências” e, embora eventualmente esses pontos ganhem nome, eventualmente o referido escapava deles.

No trabalho cartográfico em Cevennes, era preciso livrar o espaço da linguagem de modo a permitir que a criança trace um mapa não representativo, mapa cujo primado é o espaço fora da linguagem. Deligny (2015a) então afirma que os mapas são aquilo que os levarão “à descoberta do real”, pois tais crianças “*estão dentro do real, em pleno real, até o último fio de cabelo*” (p.221). Estas crianças, assim como o real, estão “fora” do simbólico, deslizam no espaço sem representação. Para Deligny, diferentemente de Lacan, o real não está sempre no mesmo lugar, ele se move e com ele move as referências, os nomes e os significados:

Sucedem que temos guias que nos aguardam. Mas o procedimento se torna particularmente difícil, pois em vez de estarem lá, fora, em seu lugar, na hora certa, como o estariam as estrelas, caso se tratasse de não sei que périplo, eis que os guias nos seguem, fogos-fátuos em vez de estrelas, e vá você se encontrar nessa dança de pequenos seres que eventualmente não nos precedem senão retomando nossos trajetos de antes de ontem ou de três anos atrás. (DELIGNY, 2015a, p.223).

Em se tratando de estrelas, diz Deligny, o real está fora, no entanto, em se tratando de crianças que não falam, onde está o real? Como é o real percebido por uma criança que não fala? Indaga o autor: “*o real percebido por um ser humano que não tem consciência de ser é também real. Será possível dizer que esse real está dentro?*” (DELIGNY, 2015a, p.222). Contudo, a posição refratária de Deligny ao lado de Janmari, afirma: “*É fora, portanto, que tem lugar o que, do humano, seria refratário ao que funciona ‘no simbólico’*” (2015a, p.222). Sendo assim, o real está fora e ele é justamente essa superfície movente que consigo arrasta seu movimento. O real é – entre outras coisas – o espaço fora do simbólico.

A cartografia torna-se então um instrumento que permite mapear as linhas traçadas pelo humano no real fora da linguagem. As crianças das áreas de estar se tornavam operadores clínico-políticos, operadores de transversalidade que, com seu modo de habitar a linguagem interrompida, mostravam um modo de ser fora da linguagem. A aposta ética da cartografia consiste em suspender a linguagem e a projeção de imagem da semelhança e dar a ver modos de espacialização próprios da espécie humana. A cartografia dá lugar ao fantasma, ao fogo-fátuo, àquilo que não está mais lá e àquilo que está fora do sujeito. O que ela mostra é a atividade pulsante fora do sujeito, a relação de atração que o mundo exerce sobre o corpo, restituindo assim a retomada de um erotismo que (re)encanta o concreto e multiplica a ressonância com o mundo exterior para além do mundo individuado, que amplia a ressonância com o pré-individual.

Para Deligny (2015a), em se tratando de referências no real, o fogo-fátuo substitui a estrela e a cartografia terrestre substitui a cartografia celeste. A estrela teria seu lugar marcado no simbólico e por isso, do ponto de vista da linguagem, constituiu referência para o homem das navegações (e das colonizações). Para a cartografia de Cevennes, o fogo-fátuo substitui a estrela e o mapa não captura forma ou signo, mas antes explora superfícies onde as linhas traçadas pelo humano se tecem. O fogo-fátuo é a manifestação desta atividade fantasmática de criação de superfície, atividade fora do sujeito. Ele é a manifestação de algo que passa de um lado a outro, que transpassa o espaço-tempo e se dá a ver como acontecimento, instante presente. Para a cartografia de Cevennes isso se constitui como sinal daquilo que não está mais lá, como pista para escapar à domesticação simbólica.

Em Cevennes, podemos dizer, que o fogo-fátuo seria um dos nomes do fantasma. O fantasma, do mesmo modo, é sinal daquilo que não está lá: na obra de Deligny o tema do fantasma aparece de maneira pouco específica e podemos encontrar duas abordagens distintas. Nas obras *Pavillon 3* e *Vagabundos eficazes*, que datam da primeira fase do autor, a palavra

“fantasma” é usada para indicar a forma de uma presença esguia, o contorno esfarrapados dos meninos; adjetivo que caracteriza algo estranho à sociedade burguesa e católica<sup>157</sup>. Já na segunda metade de sua obra, isto é, quando se cerca da companhia de crianças que não falam, o fantasma se torna substantivo. Em *Cahiers de L’Immuable/3*, Deligny (2007) escreve:

Portanto, os “mapas” são o “momento” de torcer o pescoço da linguagem. Não se preocupe muito com o “depois”. Ela ainda está respirando.

Embora me pareça compreender - em Althusser - que o marxismo "torce o pescoço" do homem, dos humanismos, torcemos, com o mesmo impulso, o pescoço da Pessoa [*Personne*]. Designamos como perigosamente ilusória este ELE da pessoa em *personne* que, principalmente quando se trata de uma criança autista, evoca um fantasma<sup>158</sup> (DELIGNY, 2007, p.1020)

Nesse período o fantasma passa a designar a presença de uma subjetividade fora do sujeito. Diz Deligny (2007), Janmari é o nome dado por “Nós” a “esse moleque aí”, sendo que “Ele” é uma pessoa verbal que criamos para prendê-lo neste mundo ao qual estamos fixados.

Diz-se que após a morte de Deligny, Janmari continuou a visitá-lo todos os dias, no mesmo horário, como de costume. Seu rosto não demonstrava surpresa ou emoção. No texto *À propos d'un film à faire*, em parceria com Renaud Victor (1989), transcreve-se um trecho de carta datada em 1987, onde Deligny (2007) escreve: “*Janmari é um fantasma. Há uma pressão de nossa parte que o mantém no estado em que o vemos. Janmari não existe. Ele não suporta ser forçado a ser o outro*”<sup>159</sup> (p.1755).

Em outro texto, *Le Croire et le Craindre*, o fantasma é propriamente essa sombra por traz de todo corpo que se ergue como voz do outro (Ele), essa grande voz impessoal da cultura, de “Nós” e da “GENTE” que se impõe como universal e que “Nós” sempre evocamos e projetamos sobre o autista não falante. Deligny (2007) designou essa voz como sendo o “*fantôme du il*”: “*O que estou dizendo agora é que se trata de nos livrarmos do fantasma do “ele” se quisermos permitir que qualquer pessoa exista quando parece precisar de ajuda*” (p.1127).

---

<sup>157</sup> “Vê-se a que ponto esse pobre Centro era para as matronas da benevolência e para as metidas militantes sociais como um barco-fantasma, onde estupros e bebedeiras eram ocupações corriqueiras” (DELIGNY, 2018, p.58)

<sup>158</sup> “Donc les "cartes" c'est "moment" de tordre le cou au langage. Ne vous tracassez pas outre mesure "après" IL respire encore. Alors qu'il me semble comprendre - dans Althusser - que le marxisme "tord le cou" à l'homme, aux humanismes, nous tordons, du même élan, le cou à la Personne. Nous désignons comme dangereusement illusoire cet IL de la personne en personne qui, plus particulièrement pour ce qui concerne un enfant autistique, évoque un fantôme” (DELIGNY, 2007, p.1020)

<sup>159</sup> “Il n'y a pas de Janmari. Janmari est un fantôme. Il y a de notre part une pression qui le maintient dans l'être contraint à être l'autre”(DELIGNY, 2007, p.1755)

Em sua obra, o fantasma é carregado de ambiguidade. As observações feitas aqui não buscam encontrar um sentido conceitual defendido pelo autor. O que buscamos formular com a ideia de “fantasmas de Cevennes” é que o fantasma é a manifestação da espacialidade fora do sujeito, uma maneira de se subjetivar no espaço. O que Deligny (2007) designa como “fantasma do ‘Ele’” talvez hoje possa ser entendido com a ideia de “espectro” ou de assombração: quando uma criança autista se recusa a falar ou mesmo quando uma criança autista fala, não é uma linguagem fissurada, esburacada, repleta de acidentes que se espera dela. Ao contrário, o que a assombra, a sombra que se põe por de trás de sua voz, é “Ele”, o “homenzinho” e o “homem-que-somos”. O discurso que faz sombra aos autistas é essa semelhança evocada como universal da língua.

Deligny (2007) aponta então para dois tipos de fantasmas: aquele que é Janmari, subjetividade fora do sujeito; e o “fantasma do ‘Ele’”, a impressão permanente do espectro do homem sobre os diferentes sujeitos; a assombração do Ele, por de trás de toda e qualquer voz falante. Cabe a abordagem transdisciplinar pensar a subjetividade fora do sujeito como sendo essa dimensão criativa do fantasma. A questão atual: é como encontrar os fantasmas da criação num contexto em que o espectro da semelhança é pressuposto?

Por fim, é no destino derradeiro da Jangada onde o fantasma reaparece como indício do fora, de ruptura que lança a tentativa, Deligny e Janmari, no abismo do sujeito fora da vida, a morte. Após mais uma crise econômica e hospitalizações em decorrência da grave úlcera que o acometia, Deligny transcreve no texto *Singulière ethnïe* (1980), um trecho de carta enviada à Émile Copfermann:

A pobre e velha jangada aqui está afundando mês após mês abaixo da superfície do mar, encharcada como está pelo custo de vida; a água sobe e a jangada teimosamente permanece no seu nível. Estamos prestes a nos tornar uma jangada fantasma. Parece que o dinheiro é sensível e não se deixa desprezar.<sup>160</sup> (DELIGNY, 2007, p. 1367)

Após esse texto, treze anos depois, Deligny veio a falecer. Janmari, por sua vez, morreu em 2002, pouco depois de Deligny. A jangada persiste ainda hoje, seja em Cevennes, nos filmes ou na persistência estética deste modo de vida fora da linguagem.

---

<sup>160</sup> “Le pauvre vieux radeau d'ici s'enfonce de mois en mois en dessous de la surface de la mer, tout imbibé qu'il est du coût de la vie ; l'eau monte et le radeau en reste obstinément à son niveau. Nous voilà en passe de devenir radeaufantôme. Il semble que l'argent soit susceptible et ne se laisse pas dédaigner” (DELIGNY, 2007, p. 1367)

Sendo assim, os fantasmas de Cevennes dão lugar aquilo que Scherer (2000) designou como “política da não-pessoa”<sup>161</sup>, a descoberta das qualidades e singularidades do humano fora da pessoa, fora dessa identidade universal cunhada por milênios de domesticação simbólica. Os efeitos políticos deste impessoal sobre a vida é a compreensão de um coletivo desidentificado com o grupo, dimensão humana que Deligny chamou de “comum da espécie”. A política do comum impessoal e fora do simbólico é mais do que a reunião de indivíduos; é a dimensão ontogenética e transindividual do humano, parte intensiva da vida que resiste à domesticação simbólica e que, por isso mesmo, se constitui em rede ao invés de coletivo, grupo ou instituição. Portanto, não é mais o “demasiado humano” de Nietzsche que acumula sobre si todas as qualidades e singularidades daquilo que pressupomos como humano, mas sim uma proliferação e multiplicação de modos de ser – criança, autista, mulher, animal, vegetal, mineral... A política da impessoalidade implica então esta dimensão minoritária do comum da espécie humana, um devir comum.

Assim o fantasma não refletiria a face narcísica, nacionalista e patriótica da Sociedade. Os fantasmas, assim como o rosto pálido de Janmari, abre a vida para o fora de tudo isso que nos institui como “humanidade” – seres falantes, seres de identidade, indivíduos, sujeitos... Na companhia das crianças autistas, Deligny se deixou guiar pelo traçado do humano no real e desta forma, teceu fora da sociedade, um outro modo de humanização. Ao lado destes pequenos fantasmas, Deligny atravessou o espaço-tempo e fez da cartografia de Cevennes a resistência ao capitalismo global e universalizante. Ao invés de adaptar à semelhança e incluir essas crianças na sociedade, o autor cria uma rede que permitia a “sociedade” primitiva de Cevennes se fazer a partir da singularidade destas crianças. Como ele escreve, a cartografia, os gestos e trajetos destas crianças são *“indícios suficientemente numerosos para convidar a prosseguir nosso procedimento ‘fora’, fora do que funciona no simbólico, mesmo perdidamente”* (DELIGNY, 2015a, p.223).

O humano fora da linguagem perde sua forma, seu rosto, sua língua e sua pátria. Vive um devir nômade e imperceptível que, ao invés de ceder ao peso dos escombros da linguagem, irrompe como pequenas erupções cintilantes, fogo-fátuo, e faz aparecer a espacialidade da vida. Deligny (2015a) divergiu fortemente do humanismo e do comunismo, postulando um comum

---

<sup>161</sup> “Uma ‘política do impessoal’ é a que dá consistência e impulso a esses devires. Para além, também do quadro personalista ou personalizante da Pólis, ela se dirige às ‘etnias’ e, mais ainda, àquele ‘quinto mundo nacionalitário’ de que falava Félix Guattari, o dos sem-pátria, dos sem-moradia, dos sem existência cidadã. Uma política que vem reforçar – ou que vem animar – o sonho revolucionário’ de fraternidade e camaradagem à Whitman, ‘essa camaradagem que implica em um encontro com o Fora, um caminhar das almas ao ar livre, pela estrada aberta” (SCHERER, ano, p.37).

que é resultado da ausência de sujeito: “*Faz um bom tempo que a linguagem cortou pela raiz o comum propriamente dito desde sempre, ou quase*” (DELIGNY, 2015a, p.242).

A criança apreende a linguagem como coisa no real, o muro intransponível que ela bate a cabeça contra ou os objetos persecutórios que lhe infringem angústia. A partir do momento que o cartógrafo deixa de ser presença pensante e se torna presença próxima, quando ele permite que seu corpo e sua consciência se dissolvam no espaço, surge uma saúde que deriva da difração do sujeito, que deriva do desvio e das linhas de errância – a subjetividade fora do sujeito.

Eis-nos de novo diante dos infinitivos, dos fantasmas e das fantasmagorias de Cevennes. As crianças, guias de presença breve e intensa, nos levam a descoberta do real – o outro lado, mas ainda aqui, em nosso mundo, o comum:

Escrevi que, se o inconsciente é o que insiste, o comum é o que persiste<sup>162</sup>. Hoje escreveria que o comum é o que prelimina, embora esse verbo não esteja lá, no dicionário; isso quereria dizer que reparar/agir precedem, não no tempo, como se poderia acreditar, mas no menor dos momentos, estando o ‘lugar’ já e sempre cedido ao homenzinho, que nada pode fazer senão fazer-se crer naquilo que ele crê, incluindo que, a partir do um, o comum poderia surgir, o que jamais acontece (DELIGNY, 2015a, p.245).

Podemos dizer então que o comum emerge não na intenção, da finalidade, do projeto-pensado, mas sim da difração do eu (ego) e do sujeito nesta espacialidade do ser que prelimina. A cartografia de Cevennes atualiza a prática clínica com o autismo mostrando como as teses de Meltzer (1975) a respeito da bidimensionalidade e de Tustin (2017) a respeito do afundamento psíquico, podem ser desdobradas na prática clínico-política como exploração e abertura ao espaço fora da linguagem.

O aparecimento do fantasma não seria então uma linha reta entre o acontecimento, o trauma e a fantasia; haveria uma temporalidade no fantasma que é *aion*, o instante-presente não apartado do espaço. A operatória do fantasma se situaria antes da criação de um sujeito em sua relação de objeto, ela é antes este estado preliminar, o comum indissociável entre corpo-espaço.

As posições subjetivas se desdobrariam desde este estado preliminar, e este estado não cessaria de se reinscrever na vida como acontecimento. Sendo assim, a posição subjetiva não é a definição estática do ser, mas modos de existência cambiáveis que podem modificar sua maneira de ser. A depender de como montamos o dispositivo de cuidado e como abordamos o autismo na clínica, se nos fixarmos no ponto de vista da linguagem, as posições subjetivas se tornam estruturas definitivas do ser; mas se nos fiarmos neste ponto de ver fora da linguagem,

---

<sup>162</sup> Em O aracniano, Deligny (2015a) escreve: “Foi preciso, portanto, imaginarmos uma prática que permitisse ao aracniano não apenas existir, mas persistir – o que é muito mais incerto, pois se o aracniano eventualmente afora, vai saber o que ele precisará suportar; será, no mínimo, incorporado ao projeto pensado” (p.39)

somos impelidos a criar espaços para a vida proliferar fora do sentido, em diferenciação, desdobrando as posições subjetivas em outros modos de estar no espaço-tempo.

Na abordagem transdisciplinar, o autismo não é natureza psíquica, mas a criação de espaços, tentativa de ser fora do instituído. Desta maneira, é uma tentativa de explorar a plasticidade do ser que luta para ser de outro modo, diferente do que somos na linguagem. A espacialidade da infância e do autismo não indicaria, portanto, uma forma do ser no mundo, mas as diferentes maneiras de estar no mundo – na relação com o espaço que se move e junto dele move o humano. O que se pode observar na cartografia de Cevennes é que aquelas crianças ditas autistas incuráveis, quando lhe foram oferecidos o espaço descarregado de linguagem e instituição, é o traçar que inaugura possibilidade de ser de outro modo, de se situar no espaço-tempo, de escapar da virtualidade da semelhança. A infância em Cevennes evoca então o fantasma como modo de escapar do espectro da semelhança. Desta maneira, se desdobrou e transpassou o limite imposto por esse fechamento instituído na interioridade da linguagem; seu ser se desdobrou em modos de espacialização. A espacialidade do ser então é esta zona de contato entre o traçado do humano e o real.

O real aparece então no “menor dos momentos”, no instante do acontecimento que fulgura na indissociabilidade entre o processo de subjetivação e a criação de espaço-tempo singulares. É justamente aí que o fantasma deixa de ser “Fantasma do ELE” e passa a ser fogo-fátuo, a janela que se abre para fora do simbólico, do tempo e da consciência.

#### 5.12.5 Emaranhado: janelas para o fora

A função criativa do fantasma opera passagens e diz respeito ao comum. Não se trata então de esperar desse processo uma saúde individual, mas sim uma saúde coletiva – ou, para ser justo com os conceitos de Deligny, uma saúde do “comum da espécie”. O fantasma demonstra a “capacidade” criativa da subjetividade fora do sujeito: no caso da cartografia de Cevennes, o surgimento de fogo-fátuos indica a possibilidade de SE criar janelas no espaço-tempo, transversalizar o universo fora da representação neste nosso mundo domesticado pelo simbólico.

Deleuze (2015) afirma que a capacidade do fantasma é ligar dois lados fundamentalmente opostos, franqueando “*distância entre sistemas psíquicos, indo da consciência ao inconsciente e inversamente, do sonho noturno ao devaneio diurno, do interior ao exterior e inversamente*” (p.225). O fantasma é limiar, não pertence a uma única superfície (oral, anal, escópica, tátil), mas antes “articula” superfícies conscientes e inconscientes e

redistribui as diferentes intensidades em faces das dimensões interior-exterior, psíquico-social, simbólico-imaginário.

Os fantasmas são ponto no espaço onde a subjetividade se abre ao espaço-tempo infinito, ao fora da linguagem e, portanto, constituem o ponto de liberação das singularidades presas, liberando aquilo que estava contido por efeito da domesticação simbólica e da rostificação. O fantasma é então pista para o real, pista para a transposição da linguagem, é o limiar que nos lança na dimensão pré-individual e ontogenético do ser. Desta forma, os fantasmas de Cevennes são, propriamente, um desvio em tudo aquilo que se produziu na clínica e na educação de crianças ditas autistas.

Como vimos, a partir da década de 70 se ergueu na clínica do autismo uma discursividade hegemônica que contrapunha em muitos aspectos a língua menor. Contra os autistas, o DSM transformou a fantasmagoria em “espectro”, os gestos em “estereotipia”, o refratário em “*meltdown*” ou “*shutdown*”. Sendo assim, a nova grade, o novo hospício, é propriamente o discurso que seduz, reduz e aprisiona a subjetividade fora do sujeito a uma categoria diagnóstica.

A cartografia, diferentemente, prefere fazer tal como o poeta Manoel de Barros (2008) e iluminar a vida pela escuridão, pela obscuridade do desconhecido:

Porque se a gente fala a partir de ser criança, a gente faz comunhão: de um orvalho e sua aranha, de uma tarde e suas garças, de um pássaro e sua árvore. Então eu trago das minhas raízes crianceiras a visão comungante e oblíqua das coisas. Eu sei dizer sem pudor que o escuro me ilumina. É um paradoxo que ajuda a poesia e que eu falo sem pudor. Eu tenho que essa visão oblíqua vem de eu ter sido criança em algum lugar perdido onde havia transfusão da natureza e comunhão com ela. Era o menino e os bichinhos. Era o menino e o sol. O menino e o rio. Era o menino e as árvores (BARROS, 2008, p.7)

Em face à psicologia cognitivista e à psiquiatria biológica, a experiência cartográfica demonstrou que a criação conjunta com crianças ditas autistas é a superfície ético-estético-política que devemos percorrer quando se trata de reverter o curso desta nova psiquiatrização operado pelo espectro.

A clínica do espaço é aposta no espaço como plano de deslocamento dos afetos e das singularidades aprisionadas nesta discursividade atual sobre o autismo. Nas áreas de estar de Cevennes os fantasmas apareciam como a presença daquilo que não está (mais) lá, mas que ainda assim se faziam presente mesmo em sua ausência física, imaginária e simbólica. Era a partir deste fogo-fátuo que se instaurava um novo regime de sensibilidade, onde a prática de manejo com o espaço e a linguagem deriva do acompanhamento do trajeto da criança.

Nos mapas o aparecimento do fogo-fátuos era identificado como *chevêtres*. Segundo Miguel (2016), os mapas elaboravam códigos estéticos que apresentam certas características específicas da vida local: por exemplo, as “linhas de errância” eram traçadas no mapa em tinta nanquim, já a presença dos adultos é identificada nos mapas na forma de um pequeno homenzinho – as vezes sem cabeça, as vezes verdes.

Para Séguin (2018), os chevêtres apareciam no entorno de coisa que atraem e imantam as crianças e se faziam ver pelo traçado da linha de errância que desviavam seu trajeto costumeiro até este ponto no espaço. Os chevêtres aparecem quase sempre no cruzamento entre o trajeto costumeiro das presenças próximas e a linha de errância da criança; podiam as vezes serem encontrados na ausência das presenças próximas, no rastro dos trajetos mais densos dos adultos que, de maneira imperceptível, marcavam o espaço em sua ausência física. Para Séguin (2018), os chevêtres não são uma forma ou tentativa de comunicação intersubjetiva entre as crianças e os adultos, as linhas de errância nada querem, nem mesmo interpelação ou provocação. Trata-se antes da criação de comum impessoal fora do sujeito, algo que nasce desta brecha e desta encruzilhada entre a linha de errância da criança e o trajeto dos adultos.

Os chevêtres inauguram a efetiva reversão de perspectiva, revelando como a linguagem constitui para criança um ponto de perturbação no espaço. Quando isso acontece, a cartografia mapeia a cena demonstrando como o “mínimo gesto” da presença próxima – tocar uma pedra, mover um objeto ou deslocar-se no espaço – constitui uma interferência para ela. A cartografia viria revelar como a presença pode ser invasiva e com isso possibilitaria à presença próxima SE ver no espaço, modular sua presença, ornar com os desvios das crianças e assim constituir um espaço perspectivado por esta experiência fora da linguagem.

Para Deligny (2015a) as linhas de errância são encontradas, quase sempre, em um ponto emaranhado entre os trajetos dos adultos e o traçado da criança. Este entrecruzamento de linhas, este emaranhado é, na gíria de Cevennes, um *chevêtres* – palavra pouco usual na língua francesa que torna a tradução difícil.

Para Lara de Malimpensa, tradutora da obra *O aracniano* publicada no Brasil, em 2015, essa palavra significou no francês antigo “cabresto, ligadura, atadura” e no francês atual significa “dormente (soalho)”. Em marcenaria indica uma peça fixa, espécie de trave em que assenta o soalho, isto é um pavimento, um platô.

Em *Le croire et le craindre* (1978) Deligny deriva uma segunda palavra – de chevêtres à enchevêtement, que permite Malimpensa traduzir o termo como “emaranhado” e

“emaranhamento”. No entanto, essa tradução é insuficiente para dar conta da complexidade do conceito. Quanto a isso vale a pena ler o trecho do texto em questão:

Vocês sabem como é um bauzinho de madeira. Ele desliza sozinho para dentro dos costumes da unidade que o utiliza. Ora, verifica-se que tal *coisa* atrai as crianças autistas, como que naturalmente. Essas *coisas* que influenciam visivelmente as linhas de errância das crianças, e tão seguramente quanto o imã atrai a limalha de ferro, nós as chamamos chevêtres. Vocês verão o porquê dessa palavra, que evoca o emaranhamento [ou encabrestamento], a propósito de algo tão simples como um baú. Os outros chevêtres em que pudemos reparar são, eles também, muito simples. Trata-se da água, dos nós mais densos de nossos próprios trajetos, cuja atração persiste mesmo quando nós não estamos, lá. Existem lás que são chevêtres. Numa área de estar de cinco ou seis anos de idade, existe sempre algum lá onde as crianças vêm se fixar, e isso apenas alguns dias depois de sua chegada para uma primeira estadia. Nunca viram ninguém se pôr, lá. Não é um imitar, não é um identificar-se, não é um pôr-se no lugar de... Não se trata de Se nem de S'. Esses poucos lás são, portanto, chevêtres (DELIGNY, 2007, p.1109, apud MALIMPESA, 2015, p. 131)<sup>163</sup>

Chevêtre é então uma “gíria” que deriva de uma palavra esvaziada de sentido, palavra desenraizada do simbólico. Ela é coordenada espaço-temporal que baliza o trabalho de manejo do espaço na rede Cevennes e serve, sobretudo, para descarregar o espaço de sentido, preservando assim a fissura que dá lugar à vacância da linguagem:

Alguns vocábulos que constituem palavras, porém extirpadas do vocábulo, desenraizadas. Palavras que arrumamos para escorar: anel, chevêtre, ruptura de anel, inadvertência, iniciativa. Palavras postas na folha como seixos, num dia de verão, o seriam. O vento, no caso, é a linguagem que nos advém, “catastrófica” – de onde quer que sopra, o que quer que diga –, cegante (DELIGNY, 2015a, p.131/132)

Para Deligny (2015a) tal palavra é “*gíria que evoca as coisas que, com toda evidência, atraem, imantam, quem vive a linguagem inter-rompida*” (DELIGNY, 2015a, p.139). E se tomarmos a indicação do autor sobre o movimento do bauzinho deslizando para dentro dos costumes das crianças, ou mesmo a atração que a água exerce sobre a criança, o que está em jogo nestes chevêtres? Está em jogo reparar na espacialidade da vida: o emaranhamento do corpo com o espaço, a atração que o mundo exerce sobre os corpos numa relação de tropismo e até mesmo o próprio devir do espaço que, molecularmente e de maneira imperceptível, se move e se põe diante de nós. Chevêtrês é então um termo importante para compreender a dimensão ontogenética do espaço e a retomada de um erotismo com o mundo que não é

---

<sup>163</sup> A tradução encontra-se publicada na *Nota da tradutora*, página 131 do livro *O aracniano e outros textos* (DELIGNY, 2015a).

autoerótico, mas transindividual. Chevêtres são antes como passagens, transposição da linguagem e abertura do sujeito ao fora da linguagem. Para Deligny (2015a) trata-se de pontos – porção do espaço – onde “*espaço e tempo se confundem, são a mesma coisa*” (DELIGNY, 2015a, p.143).

Rivera (2021) aponta o modo como esses pontos são identificados nos mapas de Cevennes, em especial aqueles que datam do período entre 1973 e 1976. Podem ser encontrados através da grafia de letra Y que, em francês, indica um lugar preciso tal como o “aí” em português; pode também ser referido como desenho de um adulto (traço mais longo) no qual brota uma criança (traço mais curto) retomando então a imagem da letra Y ou a bifurcação de um caule de árvore. A autora indica que os chevêtres demarcam no mapa o “*lugar que as crianças de repente reencontram, como se fossem atraídas por ele, como quem abre uma janela no tempo: antigas fogueiras, riachos que já não correm ali, fontes de água que secaram*” (RIVERA, 2021, p.464)

Chevêtres indica a atividade da criança que gravita, rodeia, se endereça à presença de algo que não está mais aí. A estranheza deste conceito indica a manifestação de outro modo de ser distinto do modo de ser na linguagem. É a espacialidade do ser manifesta, o horror da presença da ausência.

Tal conceito nos lança no fora do sentido e nos permite experimentar o *nonsense*, fora da linguagem e fora do sujeito. Chevêtres é então a janela para o fora, o assoalho que abre no espaço uma brecha entre o humano, o espaço e a linguagem.

Resende (2016) aponta para o chevêtres como sendo aquilo que permite o “*comum que só pode ter lugar fora do âmbito da linguagem*” (p.277). Nas áreas de estar, o comum aparece por inadvertência, isto é, como ruptura com os pactos simbólicos, como eventuais acontecimentos que rompem o mundo tal como o conhecemos e situa o fora do sentido no centro das relações, como aparecimento de fogo-fátuos que fulguram como imagens que atravessam mundos. Assim, o comum não é apaziguamento ou pacificação, mas vibração de discordância entre o mundo do sentido e o mundo fora do sentido. O comum é propriamente uma tensão de variação, relação de inadaptação entre aquilo que está posto (a linguagem, a instituição) e aquilo que está fora (o espaço, o agir). É a ruptura do projeto pensado que inaugura a brecha e a transposição destes dois mundos: “*O comum para Deligny é sempre de espécie, o Nós tendo lugar apenas quando se abre uma brecha na dominação do sujeito, instante no qual uma camada primordial, humana, sem consciência de ser pode aparecer, por inadvertência*” (RESENDE, 2016, p. 277/278)

Rivera (2021) propõe que o termo seja traduzido como “maranhado” ao invés de emaranhado, mantendo com isso a estranheza que a palavra evoca. A autora indica que chevêtre significa “*uma engenhosa peça de construção civil que reforça a estrutura para permitir que se introduza em uma superfície um vão livre, um buraco, sem que sua sustentação seja atingida*” (p.465). O termo evocaria então a possibilidade de “*abrir uma janela no telhado*” que permitiria pensar uma nova topologia política: a possibilidade de inaugurar uma resistência política e estética que ocorre por criação de novos espaços que transpõe a dicotomia dentro-fora/sujeito-objeto e dá lugar a “*estratagemas políticos*” que nos orientam a sair de si.

Trata-se então de evocar a “*potência da suspensão de fronteiras em prol da solidariedade e da construção de um novo comum*” (p.455) deflagrando a sufocante “*arquitetura política*” de nosso tempo e abrindo nela “*janelas*” que incitam o “*movimento no espaço*” e o “*descompasso em relação a si mesmo*” (p.459). Chevêtres compõe então o arsenal de conceitos, ferramentas e “*artefatos poéticos, artimanhas teóricas, estratégias políticas*” (p.462):

O maranhado é um acontecimento, um desvio no traçado habitual, nos trajetos corriqueiros, uma brecha aberta graças ao reforço fortuito dos cruzamentos de caminhos, entra nós. Ele parece assim pôr em questão o que é a própria estrutura – a estrutura que propusemos chamar de arquitetura política – ao mesmo tempo que a altera, engenhosamente, multiplicando sua unidade básica que é o encontro entre dois elementos. Ele pode ser tomado como um modelo de janela que a caracteriza como lugar comum – nem de um nem de outro – do qual emergem um e outro. E lança a questão de como se poderia retomar tal lugar, voltar a habitá-lo, reativá-lo (RIVERA, 2021, p.466)

Os chevêtres permitem pensar a topologia dinâmica, topologia do encontro ou do esbarrão<sup>164</sup>, que produz uma brecha na subjetividade e dá lugar a reversões clínico-políticas; indissociabilidade entre dentro-fora. Tal estudo permite tomar o espaço-tempo a partir do esbarrão, do enlace que não faz laço social, mas constitui modos de resistência fora da linguagem. A partir das brechas e janelas criadas no espaço-tempo, torna-se possível uma espécie de clínica da clínica que destitui a obrigação de tudo significar e torna a palavra um projeto, um projétil.

É no enlace com aquilo que não está mais lá, no espaço que resta no lugar da ausência, que os chevêtres fazem um buraco não só no discurso, como no espaço-tempo, com isso fazem ver pontos fulgurantes, fogo-fátuo, fantasmagorias, janelas para o fora. A publicação de *O*

---

<sup>164</sup> O termo “esbarrão” é desenvolvido como conceito na dissertação de Bruna Pinna Souza intitulada “*E entre esbarrões: experiências clínico-políticas e a Casa Jangada*”, trabalho orientado por Danichi Hausen Mizoguchi, em 2023, no Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Fluminense.

*aracniano e outros textos* reúnem o material onde Deligny (2015<sup>a</sup>) responde contundentemente a uma clínica da falta-a-ser, defendendo que o objeto ausente deixa um espaço vazio que não é menos lugar, mas sim é espaço do real – um espaço que é aquém dos objetos, dos sujeitos e das representações, espaço que insiste através de pistas, trajetos, percursos, traçados e trilhas que indicam que o espaço há. Os fantasmas de Cevennes são então a criação de limiares para fora do sentido instituído, permitindo pensar uma nova topologia do humano no encontro com o fora da linguagem.

Trata-se de ver então fora aquilo que nos antecede e nos atrai até os caminhos desconhecidos:

Nós passamos aí com frequência onde o traço cinza se escurece pela frequência das passagens \* o rastro de tinta segue o trajeto de uma dessas crianças que vivem (n)a vacância da linguagem \* ele segue, este rastro, um de nossos trajetos costumeiros, se alongando, e se inclina para este lugar MARANHADO, assim como acontece, a este rastro de trajeto, de se dirigir a um curso de águas, para nada \* dir-se-ia que está em jogo uma atração, o que se pode escrever: emerge este ATRAIR de antes de todos os verbos, estejam eles no infinitivo \* nós não estamos aí, neste lugar MARANHADO, nem um nem outro \* eis que aparece este que, neste nós que não pode ser mais comum, é prelúdio do um e do outro sem contudo aí se perder ou se ordenar \* a água data de antes da sede, e o homem de antes do nome (DELIGNY, 2007, p.815, apud, RIVERA, 2011, p.466)

Rivera (2021) aponta para “*a violência e o perigo implicados no ato de romper uma estrutura para nela abrir uma janela*”, fato que fez Deligny pagar o preço por esta aguda percepção e pela posição refratária que constitui as áreas de estar.

A margem implica no eventual sofrimento, contudo ninguém está isentos do mal-estar: a linguagem não nos salva de nós mesmos, ao contrário, ela instrumentaliza a violência e o genocídio de existência que destoam do projeto pensado de civilização. Se Foucault (1999) diz que a política é uma nova forma de fazer guerra, poderíamos dizer que a linguagem é uma arma sutil. Por outro lado, a instauração de modos de vida comum àqueles que vivem (n)a vacância de linguagem é um gesto ético-político que dá lugar à defesa dos direitos daqueles que estariam renegados ao exílio, à exclusão, ao asilo e ao hospício.

Contudo, o risco implícito neste gesto deve ser acolhido: é, como aponta Rivera (2021) o risco do desabamento que uma janela no teto pode ocasionar. Outros perigos ainda são reais – a institucionalização de um único modo de existência, a sobrecodificação do espaço pela linguagem e o fechamento de todas as brechas que fazem que os chevêtres desapareçam no interior das instituições. Este seria, diferente do desabamento, seria o perigo do fechamento.

Eis os perigos de se viver uma vida à margem: incorrer no risco da institucionalização ou incorrer no risco de desabamento. Nesse sentido, a clínica do espaço, no enfrentamento destes riscos, aposta na transformação das estruturas espaço-arquitetônicas de modo a criar portas no lugar de grades, janelas no lugar das celas, espaços abertos no lugar de normas, tentativa no lugar da eficiência e, por fim, transversalidade no lugar da instituição.

O risco encarado por Deligny foi o de combater tudo isso com uma flexível jangada. A jangada é o manejo da superfície espaço-temporal das áreas de estar. Enquanto conceito espaço-arquitetônico, ela diverge em absoluto das outras arquiteturas evocadas – o hospital, o asilo, o centro de detenção, o ambulatório. Para Rivera (2021) a arquitetura das áreas de estar é a jangada, espécie de superfície aberta na qual a tentativa se lança ao mar. Para ela, a jangada possui uma “*arquitetura fenestral, na medida em que são as passagens, as frestas que determinam seu modo particular de funcionar, ou seja, navegar*” (p.466). Para Miguel (2016) o “Nós” e a jangada são a mesma coisa, constituem um modo de estar no espaço, o comum constituído a partir do espaço. A jangada passa a ser a própria instalação das áreas de estar e com isso o ornado deste espaço aberto. O que dá contorno ao fora é a maneira de SE fazer presença próxima e estar no espaço (p.227).

“Nós” ganha então uma dupla acepção: é a primeira pessoa do plural e designa a posição destas presenças próximas em relação à tentativa de constituir áreas de estar; e, do mesmo modo, constituir estes pontos de amarração que se encontram suficientes soltos e flexíveis para suportar as marés, a ressaca e as ondas que não cessam de chegar. A jangada se constitui então neste fora do sujeito, é a materialização da espacialidade sem sujeito tomada então como processualidade. A espacialização seria o movimento permanente do humano no espaço, o nomadismo; o modo de produzir instalações espaciais.

#### 5.12.6 Jangada, topos da liberdade sem nome

A jangada é, portanto, mais do que apenas a composição entre casas, abrigos, pedras, objetos, é a própria produção permanente de novos modos de habitar o espaço-tempo. A jangada faz das áreas de estar uma maneira de atravessar o contemporâneo, de furá-lo e constituir fora esse arranjo cuja presença não está apartada nem do espaço nem do tempo. “Nós” é mais do que apenas o conjunto de pessoas, é antes marcas no espaço-tempo, maneiras de SE fazer presente, de estar presente mais do que apenas existir.

Em *Au défaut du langage, no Cahiers de L’Immuable* (1976), Deligny escreve:

Esse lugar entre nós se chamava Île d'en bas; o 'sujeito', a 'pessoa' já era - e sem que nós soubéssemos - a área, o lugar, o território, a ilha, nó de existências, e eu hesito em colocar nessa palavra o *s* de plural. Nós lá estávamos, aí, esse nós-aí não era mais pensado como uma reunião de 'particulares'. Tratava-se de um lugar. Havia outros. Foi à vista desse *cerne d'aire* que nos veio o projeto de persistir a transcrever tudo que era simplesmente visível, na espera de ver aparecer algum traço disso que nós escrevíamos N, gravado em nós a partir da existência dessa espécie nossa, Nós primordial e que persiste a preceder fora de todo querer e todo poder, para NADA, imutável, como, no outro polo, a Ideologia. (DELIGNY, 2007, p.958, apud, RESENDE, 2016, p.232)

Nesse sentido, a jangada tal como os mapas, é o operador clínico-estético que produz num só tempo a arte e a vida, as instalações espaciais e os modos de espacialização. É o comum que se faz pelo acolhimento da espacialidade fora do sujeito. Mas porque se trataria de clínica, visto que Deligny recusou fortemente essa abordagem? Apostamos na jangada como clínica porque acreditamos nela como instrumento que modifica as maneiras de ser – a política e os modos de relação da sociedade com os diferentes sujeitos<sup>165</sup>.

A jangada é então a conjunção corpo-espço-presença, operador que produz um comum desidentificado com os sujeitos, um coletivo impessoal. Entorno e através dela os chevêtres aparecem e as linhas de errância se traçam como janelas para fora.

Para Deligny (2015a) os chevêtres indicam um “*fragmento de real quase imaginário*” (DELIGNY, 2015a, p.142), desvio da identidade do sujeito. Os “Nós” da jangada constituem brechas e rupturas, dando lugar à espacialidade do comum – um e outro, apartados da semelhança, lançados num mesmo espaço que os antecede.

Nas palavras de Deligny (2015a), “*os mapas são aquilo que nos levarão às coordenadas do real*” sendo este real o encontro entre a materialidade do mundo e a atividade pulsante da subjetivação. O encontro com o fora da linguagem suspende aquelas identidades dadas *a priori* tal como as identidades binárias homem-mulher, louco-são, normal-anormal, adaptado-inadaptado. Os chevêtres, assim como os fantasmas, exprimem o acontecimento que difrata o tempo do sujeito no espaço exterior a ele, constituindo a espacialidade do humano – a inseparabilidade entre o corpo e o espaço, a linguagem e o fora dela. Sendo assim, chevêtres é indicação do comum referenciado não no discurso ou na identidade, mas no real.

---

<sup>165</sup> “A jangada é, portanto, antes de mais nada, um dispositivo material preciso que contribui para (e sendo um elemento constitutivo) do espaço-instalação antes de se tornar uma importante noção operatória que serve para definir a própria tentativa. (...) Por fim, de jangada, Deligny volta a insistir no fato de que se trata de uma coisa: o Nós é algo instalado, materialmente existente, que configuramos, mudamos, transformamos constantemente e de forma artesanal”. “Le radeau est donc tout d’abord un dispositif matériel précis contribuant à (et étant un élément constitutif de) l’espace-installation avant de devenir une notion opératoire importante servant à définir la tentative elle-même. (...) Enfin, par radeau, Deligny insiste encore sur le fait qu’il s’agit d’une chose : le Nous est une chose installée, matériellement existante, que l’on configure, change, transforme constamment et de manière artisanale” (MIGUEL, 2016, p.229).

A referência no real, o que é? Pontos fantasmáticos, espaços moventes que dão brechas para reversão e a criação, é a operatória da vida se fazendo desde fora. É a indicação destas janelas no tempo-espaço onde as formas dentro-fora, subjetivo-objetivo, pessoal-impessoal, passado-futuro têm suas fronteiras borradas. A referência no real é então o maranhado, a nebulosa, o espaço sem referência no qual a queda não é apenas do colo da mãe – como dizem os analisandos sobre a experiência do buraco negro. A referência no real é a queda do sentido e da própria referência imaginária-simbólica; é a reconstituição da individuação, um começar de novo.

Em se tratando da abordagem transdisciplinar da clínica da infância e do autismo, a saúde passa a ser não apenas individualidade biopsicossocial, mas maranhamento do corpo ao espaço, comum da espécie, da subjetividade fora do sujeito distribuída no espaço-tempo. É então uma nebulosa onde o humano não possui fundamento nem no céu nem na terra, nem no mar nem do espaço. O humano é então um fragmento do espaço-tempo que, cedo ou tarde, cederá aos acasos constituintes do Universo.

Que lástima que o homem, ao elaborar suas mitologias, não tenha situado o céu no centro da terra. Na condição de recém-chegado, teria sido discreto, tímido, respeitoso, vendo em toda parte, em todo vegetal, em todo animal, um predecessor. Sucedeu, aliás, que pensasse assim, mas quase furtivamente, carregado pela voga do projeto pensado, cuja utilidade parecia inegável. Eis que ele hesita, dá meia volta, mas agora seu andar é incerto, cambaleante. E como poderia ser diferente? O inato se esgotou, se atrofiou. Só lhe restam pulmões, ao passo que seriam necessários ouvidos. Ouvir... Ele já não é capaz. Ele entende. Entende-se pensar; mas ouvir é outra coisa, não o que se pode dizer (DELIGNY, 2015a, p.44)

*Chevêtres* é o ponto indicativo da atração e da influência visível das forças do fora, a disponibilidade do humano agir no espaço – algo que para o autor, se atrofiou do efeito da domesticação simbólica.

As linhas de errância, quando fulguram atraída pela água ou ornada com a argila<sup>166</sup>, são propriamente esse ponto de maranhamento com o mundo. Nessa aliança da cartografia com as linhas de errância, os *chevêtres* constituem um cuidado da criança para com o homem-que-somos; é a criança operando reversões clínico-políticas, abrindo janelas e deslocando a clínica de sua obrigação de representar. A criança nos lança a tarefa de instaurar novos modos de existência a partir desta abertura no espaço, nos impele a ser suporte para criação de novas maneiras de ser e estar no mundo:

---

<sup>166</sup> Vide a fotografia no Caderno de imagens, Verão de 1969, L'île d'em bas (DELIGNY, 2015a, p.124)

Dez ou doze aranhas, à espreita, na mesma teia – isso nos diferencia da aranha, cada um de nós estando provido, como devido, de seu projeto pensado; seria mais correto dizer de seus projetos pensados.

Tais projetos se apoiam na rede, ou então esses projetos suportam a rede, como aquelas tantas boias, se a rede for de pesca.

Essa palavra – apoiar-se – ilustra muito bem uma das coisas em relação às quais precisamos ficar à espreita. Falar de boia é fazer uma analogia muito aproximativa, pois a rede não é algo inerte como uma rede de pesca o seria, e nós não somos boias.

O que se pode tramar entre uns e outros é, rigorosamente falando, inimaginável. (DELIGNY, 2015a, p.39)

A partir destes conceitos – chevêtres, rede, linha de errância, jangada – a abordagem transdisciplinar da clínica da infância e do autismo sustenta as brechas e os limiares que permitem passagens a outro modo de existir desidentificado com a Linguagem e com o Homem. Trata-se então de atravessar as forças inquietantes e disruptivas que vem de fora e nos deslocam de nossas identidades e os saberes instituídos para, a partir deste gesto, constituir novas maneiras de estar no mundo.

Sendo assim, autismo passa a ser o nome desta brecha onde o humano SE vê outro, atravessado pelo fora do sentido e destituído do instituído (desinstitucionalizado). É um dos nomes para a experiência limiar com o fora da linguagem, é a espacialidade do ser atravessando as práticas e os saberes da clínica e da educação. A inclusão do autismo passa a ser então a inclusão deste ponto disruptivo e criativo; caos e cosmo no cerne da subjetivação.

Cartografar o real é então encontrar os pontos de passagem, limiares que nos levarão ao outro modo de ser e habitar. O que seria o real para Deligny? Seria *topos*, espaço arcaico que antecede todos os outros espaços. Na obra do autor há uma série de termos que indicam o espaço, “aí” é um dos mais recorrentes e indica a superfície onde o agir e o fazer se entrecruzam. *Topos* é o lugar deste resto, o espaço que permite que o agir surja no fazer e um fazer seja descarregado do projeto-pensado, o simbólico (a intenção, a finalidade e o sentido). *Topos* é o espaço que permite e dá suporte ao trajeto e, ao mesmo tempo, é o que suplanta todos os espaços; é a dimensão intensiva e pré-individual do espaço que é soterrado junto com o humano nos escombros dos edifícios do homem e da linguagem; é o espaço do devir, fora da pressuposição da identidade, do signo e da compreensão.

*Topos* é então o espaço fora da linguagem, espaço que constitui para cada indivíduo um meio primordial que liga o processo de individuação ao mundo que o cerca e o excede. É o espaço onde se apoia a linguagem e a imagem e, por isso mesmo, sem ele, nem o humano nem o homem têm lugar. Assim, *topos* é aquilo que está lá, desde antes do traço, do traçar e do

traçado. É o espaço que subtende o tempo, espaço do devir e o devir próprio do espaço; é a superfície que antecede a criação de todas as superfícies. A arte selvagem do mundo.

Sendo assim, o que subtende a criação das áreas de estar e o aparecimento dos chevêtres é o *ai* ontológico, afirma Scherer (2000)<sup>167</sup>, espaço que subtende a utopia e que designa um lugar não atualizado, inatual que está sempre se atualizando no aqui-agora, no espaço-tempo e que, paradoxalmente, está fora. A apreensão cartográfica deste lugar deve fazer ver sua manifestação presente-ausente, atual-virtual, dentro-fora. *Topos* é aquilo que não cessa de chegar e, ao mesmo tempo, não cessa de se perder; espaço que está ausente, mas se faz presente enquanto acontecimento.

Para Deligny (2015a) *topos* é “uma entidade particularmente suscetível”, é o espaço que escapa à linguagem. Quando nos embriagamos de intelectualidade, é *topos* que perdemos de vista. Para situar-se nesse *topos* é preciso então algum quê de tentativa, viver segundo as leis do real, ainda que elas nos sejam desconhecidas e assim permaneçam.

Se nos perguntamos qual o lugar do comum, é certo que *topos* venha nos interessar, pois este é o lugar de todos os lugares. O lugar, afirma Deligny (2015a), é “do âmbito de *topos*” (p.170), sua superfície é fora do tempo:

É flagrante que o tempo, nas áreas de estar, não se conjuga. É o infinitivo que reina, estando “o tempo” fora do tempo; a memória reage sempre ao *agora ai* – *topos* –, e o que pode ter advindo “noutros tempos” a cada indivíduo tem apenas uma importância secundária em relação ao que aflora, como que por reflexo, manifesto (DELIGNY, 2015a, p.163)

Não se trata então de compreender ou agrupar particularidades para então, depois, no tempo, traçar o comum; trata-se antes de apreender de maneira sensível este espaço-ai que se manifesta aquém da intenção e da compreensão:

Se nós nos fiarmos um pouco no que se pode ver daquilo que permite essas iniciativas – prefiro esse termo ao que as desencadeia ou provoca –, verifica-se que o reparável de onde o agir se articula nos diz respeito realmente, mas de maneira tal que revela aspectos desses nós-mesmos que nos escapam. (DELIGNY, 2015a, p.138)

*Topos* é então o espaço fora da linguagem, o lugar do resto, do que excede a representação; lugar do pré-individual e das transindividuações. É o lugar movente, aspecto real que se move e com ele move os movimentos: “*Estranho topos o que, dentro daquele que sou*

---

<sup>167</sup> “O *ai* de Deligny não diz respeito a uma ‘diferença ontológica’, é o *ai* das coisas, do meio das coisas. Se ele implica um ‘ser-com, não é à maneira de *Mit-sein* heideggeriano, seria antes como alusão àquele plano de fundo de um ‘nós’ primordial, uma *Wirheit* que Binswanger introduziu em sua análise existencial” (SCHERER, 2000, p.33)

*obrigado a dizer que é esse Janmari aí, se presta a perceber; um dentro aí que não está incluído no universo em que o símbolo opera – que é, porém, humano, digam o que disserem”* (DELIGNY, 2015a, p.247).

Se evocamos então um lugar para o humano, esse lugar é fora de tudo aquilo que o humano representa para si. Seu lugar é infinitivo, aí-agora, tempo espacializado:

Topos? Eis-nos diante de um infinitivo, o lugar do humano.  
E se é verdade dizer, como eu li, que o inconsciente não tem (um) lugar, o humano específico tampouco o tem, mas o que acontece, contanto que haja ali ao menos uma poça propícia, prova que ele poderia ter lugar noutra universidade fora aquele onde reina o fazer como, enquanto o agir é de iniciativa. (DELIGNY, 2015a, p.233)

Para mais, lembremos da situação do patinho que, quando filhote foi privado de nadar. Cabe citar ainda o gesto da garotinha autista que deposita galhos nas cinzas de uma fogueira que já se apagou:

Se a garotinha autista A. se obstina em depositar galhinhos sobre as cinzas escurecidas de uma fogueira que não arde há dois anos, pouco lhe importa a finalidade do agir, se ele era de um querer, nem que fosse alimentar as chamas; e se alguém quer que o fogo arda, é para se aquecer ou cozinhar seus alimentos. Os gestos de A., que, bem se vê, são inoportunos e surpreendentes em sua obstinada abnegação, não nos parecem, ainda assim, radicalmente estranhos; não é a primeira vez que vemos um gesto de mesma natureza. (DELIGNY, 2015a, p.47)

Assim como na situação do patinho, caso essa garotinha fosse impedida, é o agir que perde o lugar e ela será ensinada a ser como os outros são. Privada de seu agir, o que desaparece é o espaço que dá suporte ao seu ser no mundo. Por isso dizemos que o que está em jogo no sofrimento do autismo não é uma falta, uma falha ou um déficit neuroquímico, isso importa, mas, igualmente, importa esse lugar de todos os lugares, topos, espaço que subtende o gesto.

Qual lugar falta ao autista se não o lugar de traçar e ser em seu silêncio? O que as crianças autistas precisam é, entre muitas coisas, espaço descarregado de linguagem. Se o sofrimento autista é tão insuportável, para ele e para aqueles a sua volta, é porque uma parte intensiva de sua vida lhe foi privada, *topos* é então constantemente amputado pela civilização. Ao autista não é dado o espaço para agir, pois todo o espaço está codificado e sobrecarregado de signos.

É preciso então restituir o lugar de todos os lugares: *topos*, espaço fora da linguagem, espaço onde se deslizam o agir, o tecer, o cartografar e todos os infinitivos primordiais que são indispensáveis para a vida, o comum, a espécie. A perspectiva política e libertária que se extrai

disso é então uma “liberdade sem nome”, sem bandeira e sem partido, comum sem -ismo, esquivando assim da palavra comunismo. Trata-se antes da produção permanente do comum:

Assim se manifesta que não escrevo desejar/recear, nem desejo/receio, afinal como poderia, se “liberdar” não existe.

Refratar existe, e aquilo que o seria – refratado – seria também a menor palavra, e/ou, entre outras.

(...)

Eis-nos ali, no ponto de junção, Janmari e eu, mão palpitada e sobrecarregada de querer dizer, e penso que a mão atravessa esse ponto e que é realmente das leis da natureza que se trataria, mão refratária a tal ponto que a liberdade nela se perde, e perde seu nome, mas aí, talvez, que achados... (DELIGNY, 2015a, p.187/188)

“Liberdar” é um neologismo criado pelo autor para falar da liberação ou da liberdade de agir. Sendo fora da linguagem que o agir encontra lugar, ele não espera altar para violar o instituído ao passo que sua violência é distante de tudo aquilo que o Homem produz. As crianças autistas de Cevennes não faziam guerra como fizeram os homens, mas nem por isso eram dóceis, assujeitadas, adaptadas. Sua potência ia em direção ao fora, uma liberdade sem nome que, na esquiva daquela outra liberdade nomeada, politizada, capitalizada, o agir atravessa o tempo sem partido e sem bandeira.

“Liberdar” é então liberação do agir de espécie, mão palpitada que não quer; fluxo e passagem de um lado a outro, de um mundo a outro. Se a mão atravessa um limiar, esse limiar é a própria brecha por onde devemos nos permitir viver o comum da espécie na companhia de crianças e autistas.

## UMA ÚLTIMA CONSIDERAÇÃO

Entre pontos e contrapontos, a atitude crítica desta tese busca mobilizar e ampliar o campo de debates sobre a infância e o autismo para além de um único discurso. Chimamanda Ngozi Adichie (2019) apontara para o perigo da história única: ao ouvir apenas uma única história sobre um povo ou sobre um território, incorremos no risco de ser colonizados pela narrativa única. É preciso então dizer dos riscos de uma história única para o autismo: se hoje o que domina o campo das representações são as teses cognitivistas e comportamentais que denominam os autistas como deficientes e determinando uma origem puramente neurológica para o autismo, é preciso produzir na clínica uma intensificação do trabalho crítico e territorial no esforço de restabelecer a ampliação das narrativas para além apenas de uma neurodiversidade, mas, sobretudo, situando o autismo do lado das diversidades. A abordagem singular de Fernand Deligny faz dele um pensador decolonial ao desviar os autistas do campo da neurologia e da psiquiatria, isto é, das neuro-narrativas, para situá-los no campo de uma etnia singular.

A *clínica do espaço*, mais do que inventar uma nova prática sobre o autismo, é antes uma estratégia para traçar com os autistas uma abertura, produzir furos no discurso psiquiátrico. Trata-se então de multiplicar os caminhos, criar portas e abrir janelas ali onde temos muros. Tal clínica é, sobretudo, uma estratégia que toma o espaço como meio para fissurar a linguagem e colocá-la na relação com o fora do sentido, o *nonsense*. A ética que nos orienta é então a ética da transdisciplinariedade, que põe a clínica em relação com aquilo que está fora dela e instaura um permanente processo crítico e de produção de saúde.

Entre muitas questões que nos escapam, talvez a questão mais atual seja a micropolítica em torno das disputas narrativas sobre o autismo: como dizem e o que dizem os autistas sobre si e sobre esse grupo? Como podemos desdobrar esses novos enunciados colocando-os em relação com o traçado daqueles autistas que não falam? A crítica de Deligny não é pessoal, no sentido em que seus argumentos saíram da sua cabeça não-autista. Ele toma emprestado os traçados de Janmari para compor com eles a crítica à linguagem e a maneira de estar no espaço-tempo. É no silêncio deste moleque aí, em sua recusa à linguagem, que se poderia propor dispositivos que façam reverberar essa falha, esse furo, essa ruptura. Como então fazer ressoar essa posição de Janmari no campo da luta pelos direitos da pessoa autista hoje?

A crítica de Deligny incidiu sobre a ideia de unidade da identidade nomeada autismo. Em sua época vigorava a psicanálise e a psiquiatria francesa, ao passo que hoje vigora o que se chama neurodiversidade – termo complexo que habita tanto o campo da luta por direitos, como

também o da discursividade DSM. A “neurodiversidade” tornou-se um rosto, uma identidade apoiada sobre a nosografia psiquiátrica e sobre o discurso psiquiátrico. Como então apoiar os movimentos políticos e neles inserir esses contrapontos e rupturas? Como desviar dessa neuronarrativa e dar visibilidade a outros processos de produção de saúde e garantia de direitos? Como fazer da espacialidade do autista não verbal uma maneira de resistir a estes discursos insidiosos da psiquiatria e da neurologia contemporânea? Podemos relacionar Deligny e Foucault para demonstrar como a linguagem e as instituições se tornaram tecnologias de controle e regulamentação da vida, e como o DSM tornou-se um operador estratégico que usa a linguagem inclusiva para modelar as maneiras de viver. Com isso um regime de visibilidade se instaura e quem ganha visibilidade são os autistas verbais, enquanto os outros autistas, os inadaptáveis, seguem marginalizados e sem um lugar garantido na sociedade. Não é certo que a visibilidade de autistas falantes assegure um lugar sem manicômio para os autistas não verbais.

Pudemos também articular Deligny à Canguilhem e Simondon para demonstrar como a vida e o vivo estão intrinsecamente relacionadas ao infinitivo verbal “viver”, e, mais do que a forma do vivo, o que determina as condições de possibilidade do vivo são “circunstância” espaço-temporais. Portanto, a universalização dos processos não pode ser imediatamente transposta da pesquisa estatística para a vida. Temos que antes passar pelas circunstâncias espaciais e geográficas onde se desenrola a produção de saúde. Não podemos partir de uma narrativa universal sobre o autismo quando temos condições singulares, circunstâncias territoriais. No Brasil, essa discussão não pode ser importada sem antes passar pelas balizas do SUS e da luta antimanicomial.

A clínica do espaço insistiria então na importância da criação de um lugar à margem da sociedade, um lugar de vida e existência para aqueles que se recusam a participar deste nosso mundo tão cheio de palavras, discursos, identidades e instituições. Falamos isso porque vemos na clínica essa etnia singular, esse povo à margem, e sabemos que é preciso criar aí uma política de acolhimento que não seja baseada num conhecimento universal e na imagem e semelhança. Não é nossa intenção desmerecer a construção de uma narrativa ou uma identidade autista cunhada sob a premissa da neurodiversidade ou da neurodivergência; salientamos apenas que a luta pelos direitos da pessoa autista deve ir na direção de uma reversão clínico-política, isto é, mais do que apenas SE dizer, SE identificar, SE inserir na sociedade, é preciso criar na sociedade espaços para que a diferença tenha lugar. Trata-se então de uma luta para reverter na sociedade a obrigatoriedade da adaptação, resguardando esse direito à recusa à sociedade e à

recusa à linguagem. A posição política que defendemos busca dar visibilidade e legitimidade da posição refratária à linguagem para, a partir disso, criar espaços para que esse modo de existência tenha seu lugar e tenha seus direitos. Lembremos que os efeitos a longo prazo dos métodos TEACH e ABA são ainda pouco estudados e, embora Cruveiller (2018) tenha apontado para alguns desses riscos, a necessidade de multiplicar ferramentas terapêuticas é igualmente acompanhada pela necessidade de multiplicação de espaços de existência. Portanto, criar espaços e atualizar práticas terapêuticas é um gesto ético que deve ser acompanhado disso que as crianças dizem, mesmo que esse dizer seja uma espacialidade fora do sentido.

Na obra de Deligny são poucos os momentos em que podemos identificar a palavra “autismo”, ao passo que “autistas” são encontradas diversas vezes. Isso indica que talvez Deligny esteja com os autistas, ao lado deles, tomando emprestado seu modo de existência para criar uma caixa de ferramenta poético-sensorial. Deligny pega emprestado de Janmari a espacialidade do agir, situa esse agir no plano genético da produção da vida, na produção estética dos mapas, textos, filmes e, sobretudo, da maneira de viver. Assim ele não recusa a identidade autista, mas opera uma fina crítica sobre “Nós”, homem-que-somos, e nossa obrigação da identificação, nossa auto-colonização permanente. Mais do que se dedicar aos autistas, Deligny volta-se para “Nós” indicando que temos que restabelecer o primado do espaço em relação à vida e restituir na vida o valor do vago e do impessoal.

Apostamos numa posição distinta: mais do que desviar da identidade ou dos movimentos políticos entorno dos autistas, buscamos demonstrar como a identidade está intrinsecamente ligada aos processos de domesticação e semelhançatização, mostrando também como os autistas de Cevennes se diferenciam permanentemente daquilo que SE diz sobre eles. Portanto, mais do que se esquivar à luta, com Deligny e Janmari buscamos demonstrar a maneira como a luta pode ser cooptada pela linguagem e como algumas posições políticas, clínicas e educacionais, se recusam a ver o furo, a brecha, a fissura, o buraco na existência humana e, sobretudo, como a nossa sociedade busca preencher esse buraco com sentidos que não nos cabem e que só fortalecem a expansão do capitalismo e da psiquiatria. Portanto, se há hoje uma luta pela garantia dos direitos das pessoas autistas, trata-se de um respeito profundo ao silêncio e à recusa do humano a se tornar homem.

Desta maneira, traçamos ao lado de Deligny e Janmari uma outra identidade, aquela que é antes fantasmagórica, nebulosa, que cria brechas para desaparecer, fantasmas que atravessam o espaço e descolam-se do tempo, fantasmas do futuro que são, na realidade, desertores da sociedade capitalistas, inadaptados, refratários, criativos, vagabundos eficazes. Se há então uma

unidade mínima da identidade autista, trata-se antes da legitimidade do impessoal, da espacialidade do agir que faz das existências não imagens reflexivas, mas existências mínimas e imperceptíveis que persistem à despeito da homogeneização operada pelo capitalismo.

Assim reforçamos a importância da construção de identidades locais, circunstanciais, temporais que fazem uso dos significantes para operar uma reversão clínico política, ou, como prefere Rivera (2020), operar a subversão do sujeito. A ética na prática de cuidado e na luta pelos direitos da pessoa autista estaria então não na identificação do sujeito com a singularidade codificada pelo capitalismo, mas no uso que o sujeito faz desse significante para abrir portas; trata-se ainda de uma apropriação do espaço e do território traçando redes para escapar das amarras do discurso e da história única. Termos como neurodivergente ou neurodiversidade devem ser desgastados para dar lugar a uma política minoritária aonde SE vai do diferenciado ao indiferenciado. Assim restariam então os vetores divergente e diversidade, o que aproximaria os autistas de outras lutas coletivas.

A clínica do espaço visa restituir o valor da posição existencial de Janmari: a comemoração vigorosa pela identificação deve ser posta ao lado daqueles sujeitos capazes de se identificar e se reconhecer, ao passo que para aqueles outros autistas que não se reconhecem a si mesmos, é preciso resguardar o direito ao silêncio e à impessoalidade. Assim, o trabalho sobre o espaço visaria tomá-lo como ponto de ruptura, fissurando a linguagem e os discursos que se pretendem universais e, em paralelo, visaria então criar espaços de cuidado e acolhimento que suporte então este espaço fora da linguagem. O lugar do vigor, da paixão pela existência, se situaria aí, na alegria de partilhar um comum fora do universal. Para estes tantos Janmaris, trata-se antes de uma ética dos espaços, de assegurar que eles possam encontrar no mundo um espaço capaz de suportar a sua ausência de identificação primária.

**Mais uma vez, é no espaço que encontramos a trincheira para essa luta invisível e territorial: é no espaço que o humano encontra o plano genético de criação de si. Resta então esse outro espaço, topos, lugar comum, sobre o qual o tempo passa, as identidades e os nomes passam, e a vida persiste à despeito de quem somos.**

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Tradução: Julia Romeu. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017.

ALMEIDA, Pedro. **A pró-cura do “médico de cabeça”**: análise da demanda para neurologia infantil. Orientador: Lília Ferreira Lobo. 144 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

AMARANTE, Paulo & ROTTELI, Franco. Reformas psiquiátricas na Itália e no Brasil: aspectos históricos e metodológicos. In: BEZERRA JR, Benilton; AMARANTE, Paulo (Org); **Psiquiatria sem hospício**: contribuições ao Estudo da Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992, p. 41 - 55.

AMARANTE, Paulo (Org). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DSM-III**: Diagnostic and statistical manual of mental disorder. 3ª Edição. Washington DC: APA, 1980.

\_\_\_\_\_. **DSM-V**: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais. Tradução: Maria Inês Corrêa Nascimento et al.; Revisão técnica: Aristides Volpato Cordioli et al. – 5ª. ed. - Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANZIEU, Didier. **O Eu-pele**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1989.

ARAGON, Luis Eduardo P. Deligny Clínico. **Cadernos Deligny**, [S. l.], volume 1, nº 1, p. 175-182, 2018. Disponível em: <https://cadernosdeligny.jur.puc-rio.br/index.php/CadernosDeligny/article/view/23>. Acesso em: 6 nov. 2023.

ARAÚJO, Fábio. **Residência Terapêutica caSa**: da habitação clínica à clínica do habitar. Orientador: Eduardo Henrique Passos Pereira. 2023. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

AXLINE, Virginia. **Dibs**: em busca de si mesmo. São Paulo: Editora Círculo do Livro, 1982.

BAPTISTA, Luis Antonio. **A fábrica de interiores**, a formação psi em questão. Niterói: EdUFF, 2000.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BARROS, Manoel. **Memórias Inventadas**: A infância. São Paulo: Planeta, 2003.

\_\_\_\_\_. **Memórias Inventadas**: A terceira infância. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2008.

BETTELHEIM, Bruno. **A fortaleza vazia** (1967). São Paulo; Ed. Martins Fontes, 1987.

BLANCHOT, Maurice. **O espaço literário**. Rio de Janeiro; Ed Rocco, 2011.

CABRAL, Caio Cesar. **A teoria da individuação de Gilbert Simondon: os modos físico e biológico da individuação**. Orientador: Maurício de Carvalho Ramos. 2017. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-universitária, 1982.

\_\_\_\_\_. O vivente e seu meio. Em: **O conhecimento da vida**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p. 139-167.

COMBES, Muriel. Do transindividual, do inseparável. Em: NOVAES, Thiago; VILALTA, Lucas; SMARIERI, Evandro (Org). **Máquina aberta: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon**. V.1. São Paulo: Editora Dialética, 2022, p. 189-208.

COPFERMANN, Émile. Prefácio (1970). Em **Vagabundos Eficazes**. Ed. N-1, São Paulo, 2018.

CRUVEILLER, Virginie. Efeitos, a longo prazo, dos tratamentos comportamentais intensivos e precoces dos Transtornos do Espectro Autísticos: revisão de literatura. Em: WANDERLEY, Daniele; CATÃO, Inês; PARLATO-OLIVEIRA, Erika. (Organização) **Autismo: Perspectivas atuais de detecção e intervenção clínica**. São Paulo: Instituto Langage. 2018. p. 39-58.

CZECH, Herwig. Response to ‘Non-complicit: Revisiting Hans Asperger’s Career in Nazi-era Vienna’ **Journal of Autism and Developmental Disorders**. 2019, 49(9): 3883–3887. Publicado online em 13 de junho de 2019. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10803-019-04106-w>.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies** (1959). Ed. Ediouro, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Foucault** (1986). São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. ok

\_\_\_\_\_. A propósito de Simondon. Em: **Cadernos de Subjetividade: O reencantamento do concreto**. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da PUC-SP. Saúde Loucura – direção de Antônio Lancetti. Vol 1, nº1, 1993. p. 119-124.

\_\_\_\_\_. O que é um dispositivo? Em: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. Lisboa: Vega, 1996, p. 83-96.

\_\_\_\_\_. **Francis Bacon: lógica da sensação** (1981). Equipe de tradução: Roberto Machado (coordenação) et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

\_\_\_\_\_. **Crítica e Clínica** (1993). São Paulo: Editora 34, 2013.

\_\_\_\_\_. **Lógica do sentido** (1969). São Paulo: Ed. Perspectiva, 2015.

\_\_\_\_\_. **Dois Regimes de louco: textos e entrevistas**. São Paulo: Editora 34, 2016.

\_\_\_\_\_. & PARNET, Claire. **Diálogos**. (1977). São Paulo: Ed. Escuta, 1998.

\_\_\_\_\_. & GUATTARI, Felix. **O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia 1**, (1972/1973). São Paulo: Editora 34, 2011.

\_\_\_\_\_. & GUATTARI, Felix. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2** (1980), Vol. 1. Tradução Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. 2ª Edição (2011), 1ª reimpressão. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 2014.

\_\_\_\_\_. & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2** (1980), Vol. 3. Tradução Aurélio Guerra Neto, Ana Lúcia de Oliveira, Lúcia Cláudia Leão e Sueli Rolnik. 2ª Edição (2012), 1ª Reimpressão. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 2015.

\_\_\_\_\_. & GUATTARI, Felix. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2** (1980), Vol. 4. Tradução Sueli Rolnik. 2ª Edição (2012), 1ª Reimpressão. Coleção Trans. São Paulo: Editora 34, 2017.

\_\_\_\_\_. & GUATTARI, Félix. **Mil platôs: Capitalismo e Esquizofrenia 2** (1980), Vol. 5. Tradução Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. 2ª Edição (2012) 2ª Reimpressão. Coleção Tras. São Paulo: Editora 34, 2020.

DELIGNY, Fernand. **Fernand Deligny** œvers. Paris: L'Arachnéen, 2007.

\_\_\_\_\_. **Carte de linha d'erre, traces du réseau de Fernand Deligny** (1969 – 1979). Org. Sandra Alvarez de Toledo, Paris: L'Arachnéen, 2013a.

\_\_\_\_\_. Jangada (1978). In: **Cadernos de Subjetividade**, Núcleo de Estudos e Pesquisas da Subjetividade do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) – v i, nº 15, São Paulo, 2013b. (p.89-90) Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cadernossubjetividade/issue/view/1976>.

\_\_\_\_\_. **O aracniano e outros textos**. São Paulo: Ed. N-1, 2015a.

\_\_\_\_\_. Diário de um educador (1966). In: **Mnemosine** Vol.11, no1, p. 309-319, 2015b.

\_\_\_\_\_. Fernand Deligny: o humano não cai do céu... (1996). In: **Mnemosine**. Vol.13, nº1, p. 285-292, 2017a.

\_\_\_\_\_. O homem sem convicções (1996). In: **Revista Ao Largo**, Ano 2017, nº 2, Ed. 5, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Vagabundos Eficazes**. Ed. N-1, São Paulo, 2018.

\_\_\_\_\_. **Semente de crápula. Conselhos aos educadores que gostaria de cultivá-la**. São Paulo: Ed N-1, 2020.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Coleção os pensadores. São Paulo, Ed. Abril Cultura, 1983.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos, o que nos olha**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

DOSSE, François. **Gilles Deleuze & Félix Guattari: Biografia cruzada**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2010.

DUNKER, Christian Ingo Lenz. Questões entre a psicanálise e o DSM. **Jornal de Psicanálise**. v. 47, nº 87, São Paulo, 2014 p. 79-107.

DURAND, Gizéle. **Journal de Janmari**. Paris: Éditions L'Arachnéen, 2016.

EPICURO. **Cartas & máximas principais: “como um deus entre os homens”**. Rio de Janeiro: Editora Companhia das Letras, 2009.

EYAL, Gil, & HART, Brendan. How parents of autistic children became experts on their own children: notes towards a sociology of expertise. **Journal of Sociology**, 54. 2010, p. 3-17.

FALCIANO, Felipe Tovar. Sobre buracos negros. In: **Cadernos de Astronomia**, vol. 4, nº1, Núcleo de Astrofísica e Cosmologia, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2023, p. 6-15.

FRANCES, Allen. **Voltando ao normal: Como o excesso de diagnósticos e a medicalização da vida estão acabando com a nossa sanidade e o que pode ser feito para retomarmos o controle**. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2016.

FLEUTIAUX, Pierrette. A história do abismo e da luneta. In: **Quatro novelas e um conto**. As ficções do platô 8 de Mil platôs de Deleuze e Guattari. Tradução e organização Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2014.

FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Editora Forense-Universitária, 1977.

\_\_\_\_\_. **Sur la sellette. Les Nouvelles Littéraires**. nº 2477, 17 mars 1975). Entrevista conduzida por J-L.Ezine. (An interview with Michel Foucault. History of the Present, nº 1, p. 2-3, 14, fevereiro de 1985.

\_\_\_\_\_. **O pensamento do Exterior**. São Paulo: Ed. Princípio, 1990.

\_\_\_\_\_. **Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **História da loucura na idade clássica**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **O poder psiquiátrico: Curso Collège de France (1973-1974)** São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2012.

\_\_\_\_\_. **O corpo utópico, as heterotopias**. (1968). Posfácio de Daniel Defert, tradução Salma Tannus Muchail. São Paulo: N-1 Edições, 2013.

\_\_\_\_\_. **Os Anormais: Curso no Collège de France (1974-1975)**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2014a.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão** (1975). 42ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2014b.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2015.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2017a.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2017b.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder** (1926-1984). Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 7ª edição. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018a.

\_\_\_\_\_. **O governo de si e dos outros: Curso no Collège de France** (1982-1983). São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2018b.

FRANT, Adriana. Janmari: mãos férteis em linhas. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 44-8, Direito. PUC RJ, 2018.

FREUD, Sigmund. História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos” 1918 [1914]). In: **História de uma neurose infantil (“O homem dos lobos” Além do princípio do prazer e outros textos** (1917/1920). Obras Completas. Volume 14, São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **Conferências Introdutórias à Psicanálise** (1916-1917). Obras Completas. Volume 13, São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

\_\_\_\_\_. **O delírio e os sonhos da gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos** (1906-1909). Obras Completas. Volume 8, São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

\_\_\_\_\_. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, Análise Fragmentária de uma histeria** (1901-1905). Obras Completas. Volume 6, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

\_\_\_\_\_. Conclusões, ideias, problemas (1938). In: FREUD, Sigmund. **Moisés e o monoteísmo, Compêndio de psicanálise e outros textos** (1937-1939). Obras completas, volume 19. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FUKUSHIRO, Luiz Fernando de Prince. **Prelúdios para música e formação**. Orientador: Marcos Ferreira Santos. p. 96. Dissertação (Mestrado), Universidade de São Paulo (USP). São Paulo, 2014.

GUATTARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo** (1977). São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

\_\_\_\_\_. **As três ecologias** (1989). São Paulo: ed. Campinas, 2012a.

\_\_\_\_\_. **Caosmose**. Um novo paradigma estético (1992). São Paulo: Ed. 34, 2012b.

GHEROVICI, Patrícia. A infância não é coisa de crianças. **Estilos da Clínica**, [S. l.], v. 4, n. 6. 1999 p. 18-27. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/60782>. Acesso em: 7 nov. 2023.

HACKING, Ian. **Historical Ontology**. London: Harper University Press, 2002.

HERZOG, Regina. Tyché e Aion no pensamento freudiano. **Psicologia: Reflexão e Crítica**. v. 12 n° 3, 1999, p. 627-646.

HEREDIA, Juan Manuel. Simondon com índice de uma problemática epocal. In: **Máquina aberta: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon – volume 1**. Org: Thiago Novaes, Paolo Vilalta, Evandro Smarieri. São Paulo: editora Dialética, 2022.

HILL, Amelia. Not just a boy Thing. How doctors are letting down girl with austismo. **The Guardian**, [S. l.], (online), 13 jul. 2012. Disponível em: <https://www.theguardian.com/society/2012/jul/13/girls-autism-sex-bias-children>. Acesso em: 5 nov. 2023.

KASTRUP, Virgínia. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. In: **Pistas para método da cartografia**, (org.) Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia. Porto Alegre: Sulina, 2015. p.17-31.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Ed. Nova cultura, 1987.

KATZ, Chaim Samuel. Crianceria: O que é a criança. In: **Cadernos da subjetividade** do Programa de Estudos da Subjetividade em Psicologia Clínica da PUC-SP. V.1, n.1, 1993.

KLEIN, Melanie. **Contribuições à psicanálise**. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.

LACAN, Jacques. **O Seminário, Livro 2: O eu na teoria de Freud na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

LACERDA, Gabriel. **Incendiar a tempestuosa noite, imagens da verdade, imagens da coragem**. Rio de Janeiro: editora 7 Letras, 2022.

LAPLANCHE, Jean e PONTALIS, Jean-Bertrand. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LAPOUJADE, David. **As existências mínimas**. São Paulo, N-1 Edições, 2017.

\_\_\_\_\_. **Deleuze, os movimentos aberrantes**. São Paulo: N-1 edições, 2015.

LAURENT, Eric. **A batalha do autismo: da clínica à política**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2014.

LEFORT, Rosine. **Nascimento do outro: duas psicanálises**. Salvador: Ed. Fator Livraria, 1984.

LOPES, Bruna Alves. Autismo, Narrativas Maternas e Ativismo dos Anos 1970 a 2008. In: **Revisão de Literatura**. Rev. Bras. Ed. Esp., Bauru, v.26, n.3, , Jul.-Set., 2020, p. 511-526.

LOURAU, René. **Análise Institucional e Práticas de Pesquisa**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1993.

LUCCHESI, Flávia. O novo mundo amoroso para outras invenções no presente. In: **VERVE: Revista Semestral do NU-SOL - Núcleo de Sociabilidade Libertária**. Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP. Nº43, Maio 2023, p. 67 - 74. São Paulo, 2023.

MACIEL JR, Auterives. Resistência e prática de si em Foucault. Trivium [online]. 2014, vol.6, n.1, pp. 01-08. ISSN 2176-4891.

MACHEREY, Pierre. **De Canguilhem a Foucault: la fuerza de las normas**. Buenos Aires: Amorrortu, 2011.

MALEVAL, Jean-Claude. **O autista e a sua voz** (2009), São Paulo: Ed. Blucher, 2017.

MATOS, Sônia Regina da Luz & MIGUEL, Marlon. Conversação sobre Fernand Deligny e o aracniano. **ETD - Educação Temática Digital**. Campinas, SP v.22 n.2, abr./jun.2020, p. 498-516

MELO, Thalita Carla de Lima. A escrita-desvio em Fernand Deligny. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1., Direito – PUC-RJ, 2018, p. 34 – 43.

MELTZER, Donald. **Explorations dans le monde de l'autisme**. Paris: Payot, 1975.

MEUNIER, Jacques. Os moleques de Bogotá. Rio de Janeiro: Difel/Difusão, 1978.

MIGUEL, Marlon. Guerrilha e resistência em Cévennes. A cartografia de Fernand Deligny e a busca por novas semióticas deleuzo-guattarianas. Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência – 1º quadrimestre de 2015 – Vol. 8 – nº 1 – pp.57-71

\_\_\_\_\_. **À la Marge et Hors-champ. L'humain dans la pensée de Fernand Deligny**. Tese (Doutorado), Paris, 2016.

\_\_\_\_\_. O materialismo deligniano – Introdução ao Encontro. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 4 – 10, Direito. PUC RJ, 2018a.

\_\_\_\_\_. Nota do tradutor. Em Os vagabundos Eficazes. N-1 edições, 2018b

NASCIMENTO, Maria Lívia do. **Proteção & Negligência: pacificando a vida de crianças e adolescentes**. Rio de Janeiro: Nova Aliança Editora e Papéis, 2016

NEVES, Cláudia Abbês Baêta; JOSEPHSON, Sílvia Carvalho. A Crítica como Clínica In: **Texturas da Psicologia- Subjetividade e Política no Contemporâneo**. 1º ed. São Paulo : Casa do Psicólogo, p. 99-108, 2002.

NOVELLO, Mario. O universe inacabado: a nova face da ciência. São Paulo, n-1 edições, 2018.

NOVO, Maria Fernanda. Transindividual e autodeterminação numa investigação sobre raça e identidade. In: **Máquina aberta: a mentalidade técnica de Gilbert Simondon – volume 1**. Org: Thiago Novaes, Paolo Vilalta, Evandro Smarieri. São Paulo, editora Dialética, 2022.

OLIVIERMARTIN, René. Em torno do DSMIII. In: **A Querela dos Diagnósticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

HERÁCLITO, de Éfeso. **Fragmentos**. In: Os Pré Socráticos Coleção Os Pensadores. Seleção de textos e supervisão de José Cavalcante de Souza; Tradução dos fragmentos de Heráclito por José Cavalcante de Souza. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Volume: 14, Número: 2, (P. 477-509), 2008.

OURY, Jean. O Coletivo. São Paulo, Editora HICITEC, 2009.

OVERTON, T. I tried to push him down the stairs: John Berger and Henry Moore. In: **Tate Research publications**, 2015. Disponível em: <<https://www.tate.org.uk/art/research-publications/henry-moore/tom-overton-i-tried-to-push-him-down-the-stairs-john-berger-and-henry-moore-in-parallel-r1151306>>. Acesso em 9 nov. 2023.

PALOMBINI, Analice de Lima. Acompanhamento terapêutico: dispositivo clínico-político. **Psychê** - Ano X - nº 18. São Paulo, set 2006 p. 115-127.

PASSOS, Eduardo. Inadaptação e Normatividade. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 145 – 175, Direito. PUC RJ, 2018.

\_\_\_\_\_. & BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: **Pistas para método da cartografia**, (org.) Eduardo Passos, Virgínia Kastrup, Liliana da Escóssia. (p.17-31), Porto Alegre: Sulina, 2015

\_\_\_\_\_. & BENEVIDES, Regina. Passagens da clínica. Em Auterives Maciel, Daniel Kupermann e Silvia Tedesco (org) **Polifonias: Clínica, Política e Criação**. Rio de Janeiro: Conreacapa, pp. 89-100, 2006.

\_\_\_\_\_. & BENEVIDES, Regina. Clínica e biopolítica na experiência do contemporâneo. Em *Psicologia Clínica Pós- graduação e Pesquisa*. PUC-RJ, v.13, n.1, 2001, p. 89-99.

\_\_\_\_\_. & MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Antifascismo tropical. São Paulo: n-1 edições, 2019.

\_\_\_\_\_. & MIZOGUCHI, Danichi Hausen. Transversais da Subjetividade, arte, clínica e política. Rio de Janeiro, editora UFRJ, 2021.

PELBART, Petter Pál. Manicômio mental – a outra face da clausura (1989). In: **Saúde e Loucura**, nº 2. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1990.

\_\_\_\_\_. **O avesso do niilismo: cartografias do esgotamento**. São Paulo: n-1 edições, 2013.

\_\_\_\_\_. Contra os limites da linguagem, a ética da imagem. In: Princípios. **Revista de Filosofia**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Filosofia, v. 27, n. 53, maio - ago. Natal, 2020.

PINTO, F. M. Considerações sobre o conceito de pulsão de morte: pistas de uma morte animada. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós Graduação em Psicologia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

POZZANA, L.B & KASTRUP, V. Cartografar é acompanhar processos. In: **Pistas para um método cartográfico**, nº1, p. 5276. Porto Alegre, Ed. Sulinas, 2009.

POLACK, Jean-Claude & SIVADON, Danielle. **A íntima utopia**: trabalho analítico e processos psicóticos. São Paulo: Ed. N-1, 2013.

RABINOW, Paul. Artificiality and enlightenment: from sociobiology to biosociality. In: J. Crary & S. Kwinter (org.). **Incorporations**. New York: Zone Books. 1992. p. 234-252.

RAMOS, Graciliano. **Infância** (1946). Rio d Janeiro/ São Paulo: Editora Record, 1981.

REIS, Maria Cecília Gomes dos. Apresentação. In: **Cartas & máximas principais**, “como um deus entre os homens”. Rio de Janeiro, Editora Companhia das Letras, 2009.

ROCHA, M. & MICHEL, M. Fernand Deligny, Spinoza e “o homem-que-nós-somos”. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 183 – 193, Direito. PUC RJ, 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. Ed. Clara Luz, 2005.

RESENDE, Noelle Coelho. **Do Asilo ao Asilo, as existências de Fernand Deligny**: trajetos de esquivas à instituição, à Lei e ao Sujeito. Tese de Doutorado – PUC-RJ, Dep. Direito, 2016.

RIVERA, Tania. Ensaio sobre o Espaço e o sujeito. Lygia Clark e a psicanálise. In: **Revista Ágora**. v. XI nº 2 jul/dez, Rio de Janeiro, 2008, p.219-233.

\_\_\_\_\_. A favor da identidade (e contra a enunciação “neutra” da teoria). In: **Psicanálise antropofágica** (identidade, gênero, arte). Porto Alegre: Editora Artes & Ecos, 2020.

\_\_\_\_\_. Fechar portas, abrir janelas (estratagemas políticos para sair de si). In: **Pandemia crítica** – outono 2020. Coordenado por Peter Pál Pelbart, Ricardo Muniz Fernandez. edições SES. São Paulo: N-1 edições, 2021.

ROUDINESCO, Elisabeth & PLON, Michel. **Dicionário de psicanálise**. Tradução Vera Ribeiro, Lucy Magalhães; Supervisão da edição brasileira Marco Antonio Coutinho Jorge. Rio de Janeiro: Zahar, 1998a.

ROSSI, André. **Formação em Esquizoanálise? Cartografia da formação Clínica do IBRAPSI como produtora de pistas para uma formação transinstitucional**. Orientador: Eduardo Henrique Passos Pereira. p. 166. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ROSSI, André; PASSOS, Eduardo. Análise Institucional: Revisão Conceitual e Nuances Da Pesquisa-Intervenção No Brasil. **Revista Epos**. V.5, P.1 - 21, 2014.

ROSSI, Claudio de Carvalho & DUNKER, Christian Ingo Lenz. Confiabilidade diagnóstica e linguagem. **Revista Latino-americana de Psicopatologia Fundamental**, 25(4), São Paulo, dez 2022, p. 534-554.

SAGAN, C. **Cosmos** (1980). New York: Ed. Ballantine Books, 1985.

\_\_\_\_\_. **O mundo assombrado pelos demônios**. A ciência vista como uma vela no escuro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1995.

SCHERER, R. **Infantis**. Charles Fourier e a infância para além das crianças. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. Homo tantum. O impessoal: Uma política. In: **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. Org. Eric Alliez. São Paulo: Editora 34, 2000.

\_\_\_\_\_. & HOCQUENGHEM, Guy. Co-ire, álbum systématique de l'enfance. **Recherches**, n. 22. Paris, França: Centre Institutionnelles – CERFI, 1976.

SÉGUIN, A. Donner lieu à « ce qui ne se voit pas ». In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 239 – 274, Direito. PUC RJ, 2018.

SEVERAC, Pascal. O agir no lugar do espírito. **Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência**, v.10, n.3, p. 118-135. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA JR., Eder Amaral e. **A cruzada das crianças: constelações da infância à penumbra**. Seguida da tradução para o português de Co-ire: lbum systématique de l enfance de René Schérer e Guy Hocquenghem, 1976. 2016. 301 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SILVA JUNIOR, Nelson da. Epistemologia psiquiátrica e marketing farmacêutico: novos modos de subjetivação. **Stylus (Rio J)**. Rio de Janeiro, n. 33, p. 227-239, nov. 2016. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-157X2016000200018&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200018&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: em 18 nov. 2023.

SIMONDON, Gilbert. **A individuação à luz das noções de forma e informação**. Rio de Janeiro, Ed. 34, 2020.

SINGER, Judy. Why can't you be normal for once in your life? From a 'problem with no name' to the emergence of a new category of difference. In: CORKER, M.; FRENCH, S. (orgs.). **Disability discourse**. Buckingham, Philadelphia: Open University Press, 1999. p. 59-67.

SOLIS, Dirce Eleonora & FUÃO, Fernando Freitas (org). **Derrida e a arquitetura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

SSRC. Working Paper Series: Comunidades Terapêuticas no Brasil. **Social Science Research Council**. Drugs, Security and Democracy Program, junho de 2021. Disponível

em: <https://www.ssrc.org/publications/working-paper-series-comunidades-terapeuticas-no-brasil/>. Acesso em: 05 nov. 2023.

TAFURI, Maria Izabel; SAFRA, Gilberto. Extrair sentido, traduzir, interpretar: um paradigma na clínica psicanalítica com a criança autista, **Psyche**. v.12 n.23 São Paulo dez. 2008.

TIKANORI, R. Contratualidade e Reabilitação psicossocial. In: **Reabilitação psicossocial no Brasil** (Org. Ana Pitta). São Paulo: HUCITEC, 1996.

TIMIMI, S. **Medicina insana**. Como a indústria da saúde mental cria armadilhas de tratamento prejudiciais e como você pode escapar delas. Tradução: Fernando Freitas. Disponibilizado pela Mad Brasil, Outubro 2020. Disponível em: <https://madinbrasil.org/2020/10/medicina-insana-como-a-industria-de-saude-mental-cria-armadilhas-de-tratamento-prejudiciais-e-como-voce-pode-escapar-delas/> . Acessado em 08 de novembro de 2023.

TOLEDO, Sandra Alvarez de. L'inactualité de Fernand Deligny. In: **Fernand Deligny œuvres**. (p.22-37). Paris: L'Arachnéen, 2007.

\_\_\_\_\_. Point de Vue / Point de Voir. In: **Cadernos de Deligny**. V.I, N.1. p. 88 – 98, Direito. PUC RJ, 2018.

TRUFFAUT, F. **O cinema segundo Françoise Truffaut**. Org.: Anne Gillain. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1990.

TUSTIN, F. *Les états autistiques chez l'enfant*, (1977). França, Éditions du Seuil, 1982.

\_\_\_\_\_. **Autismo**. Revista da Escola Letra Freudiana, ano XXXVI, nº 50. Rio de Janeiro, Ed. 7 letras, 2017.

VELÁSQUEZ, Marco Maureira, & SERRANO, Francisco Tirado Serrano. The last lesson of Michel Foucault: a vitalism for a future philosophy. Athenea Digital: **Revista de Pensamiento e Investigacion Social** 19(2):2207 May 2019.

VICENTIN, Maria Cristina G. Corpos em rebelião e o sofrimento-resistência: adolescentes em conflito com a lei. p.97113. **Revista de sociologia da USP**, Tempo Social, v. 23, n1. Jul. 2011.

WADE, S. **Foucault in the California: A True Story – Where in the Great French Philosopher Drops Acid in the Valley of Death**, Berkeley, CA HeyDay, 2019.

WINNICOTT, Donald Woods. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1975.

\_\_\_\_\_. **Privação e delinquência**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

## DISCOGRAFIA

BLACK FUTURE. **Eu sou o Rio**. 1988. Escrito por Satanésio, Tantão, Lui, Olmar e Edinho. Produzido por Thomas Pappon (Felinni) Rio de Janeiro, BMG/Plug,

BORGES, BORGES & NASCIMENTO. **Clube da Esquina**. 1970. EMI Records Brasil Ltda.

CHAO, M. **Clandestino**. 1998. Virgin Records.

PINK FLOYD. **Dark side of the moon**. 1973. Roger Watters, David Gilmour, Richard Wright, Nick Mason. Inglaterra/Estados Unidos, CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **Wish you were here**. 1975. Roger Watters, David Gilmour, Richard Wright, Nick Mason. Inglaterra/Estados Unidos, CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **Animals**. 1979. Roger Watters. Inglaterra/Estados Unidos, CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **The Wall**. 1973. Roger Watters, David Gilmour, Richard Wright, Nick Mason. Inglaterra/Estados Unidos, CBS/Columbia.

TANTÃO E OS FITA. **Espectro**. 2017. Rio de Janeiro, QTV selo. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=DzeFjj\\_IR-w](https://www.youtube.com/watch?v=DzeFjj_IR-w).

\_\_\_\_\_. **Drama**. 2019. Rio de Janeiro, QTV selo. Disponível em: <https://qtvlabel.bandcamp.com/album/qtv034-drama>.

VELOSO, C. **Tropicália**. In: Caetano Veloso. 1968. Philips Records.

WATER, R. **Dark side of the moon**. 1973. CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **Wish you we here**. 1975. CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **Animals**. 1977. CBS/Columbia.

\_\_\_\_\_. **The Wall**. 1979. CBS/Columbia.

## FILMOGRAFIA

DELIGNY, F. MANENTI, J. DANIEL, J.P. **Le mondre geste**. França, 1971.

FORMAN, Miloš. **Um Estranho no ninho**, United Artists, 1975.

MENDONÇA FILHO, Kleber. **Retratos Fantasmas**, Brasil, Vitrine Filmes, 2023.

NOLAN, Christopher. **Interstelar**. Warner Bros. Pictures, 2014.

SANNA, GABRIEL, SANTOS, ANNE. **Eu sou o Rio**. **Embaúba Filmes**. Brasil, 2017.

\_\_\_\_\_. **Diários de uma passagem**. Brasil, Alemanha, 2022.

TRUFFAUT, F. **Os incompreendidos** (Les 400 Coups). França, 1959.

VITOR, R. **Ce gamin, là**. França, 1976.

**OBRAS DE ARTE:**

PICASSO, Pablo. **Minotauro cego é dirigido pela garota.** 1934. Pintura. Museu Nacional Centro de Arte Reina Sofía, Madrid.

MOORE, Henri. **Mãe e filho: assento em bloco.** 1952-53. Escultura. Tate Modern, Londres.